

MARCOS RIBEIRO MESQUITA

**IDENTIDADE, CULTURA E POLÍTICA: OS MOVIMENTOS
ESTUDANTIS NA CONTEMPORANEIDADE**

**Doutorado em Psicologia Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**SÃO PAULO – SP
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARCOS RIBEIRO MESQUITA

**IDENTIDADE, CULTURA E POLÍTICA: OS MOVIMENTOS
ESTUDANTIS NA CONTEMPORANEIDADE**

**Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de Doutor em Psicologia Social, sob
a orientação do Professor Dr. Salvador M.
Sandoval.**

SÃO PAULO – SP

2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Salvador A. M. Sandoval
(Orientador)

Prof. Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa

Prof. Dra. Telma Regina de Paula Souza

Prof. Dr. Luis Eduardo W. Wanderley

For myself
 I must learn for myself
 Not from what someone else
 Has said or done
 And so I live my life
 From day to day
 Try to smile
 While feeling my way
 Just like a child
 For myself
 I must learn for myself
 The future that some else
 May say will come
 May never be
 What destiny holds for me
 Let me see
 For myself!

For myself – Van McCoy

Não serei o poeta de um mundo caduco.
 Também não cantarei o mundo futuro.
 Estou preso à vida e olho meus companheiros.
 Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
 Entre eles, considero a enorme realidade.
 O presente é tão grande, não nos afastemos.
 Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
 Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
 não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
 não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
 não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
 O tempo é minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
 A vida presente.

Mãos dadas – Carlos Drummond de Andrade

Eu participo.
 Tu participas.
 Ele participa.
 Nós participamos.
 Vós participais.
 Eles lucram.

Frase de Maio de 68

**A meus avós,
Manoel e Joana (*in memoriam*)
José Cândido e Maria Amália (*in memoriam*).**

**A meus pais,
José Ribamar e Maria Solimar.**

**A meus irmãos,
Marcelo e Neto.**

**A minha cunhada,
Francisca das Chagas.**

**A meu sobrinho,
Marcelo Filho.**

**A todos os estudantes que se organizam
e lutam por um país mais justo.**

AGRADECIMENTO (OU DIÁRIO EM QUATRO PARTES)

Uma alegria invade-me. É madrugada.

Sabia que um dia aconteceria, porém não era capaz de perceber qual seria minha reação perante o fim. Sinto-me extremamente cansado, mas muito feliz. Esses últimos dias, de fato, são muito desgastantes.

Nesse tempo todo, confesso, idealizava terminar a escrita vendo o nascer do sol: uma idéia romântica que sugere o início de um outro ciclo. Lembro-me até que a *pedra foi cantada* duas semanas antes por um amigo, *Jardel*, que também estava na mesma situação. E aqui estou, às cinco e meia, esperando o momento da beleza mágica que um dia idealizei. Janela aberta, uma leve brisa no rosto a me agradar, o barulho da cidade que acorda. E por um momento fui tomado por uma nostalgia que me fez chorar. Mas era felicidade, era felicidade. E esses momentos de transição são tão permeados por sentimentos fortes... Eu que o diga. Já passei por tantos.

E senti-me novamente um menino, leve, cheio de idéias na cabeça, imagens nos olhos e lembranças no coração. E lembrei-me do dia em que aqui cheguei, com uma espécie de casa nas costas e um desejo enorme de fazer e experimentar coisas que, talvez, só fosse possível acontecer nesta cidade. E lembrei-me de minha avó *Joana* que no auge de seus noventa e poucos anos cantava com uma voz baixa e serena a música de Luiz Gonzaga que dizia trazer na viagem *a maleta que era um saco e o cadeado que era um nó*. E é impossível não lembrá-la nesses momentos. Era primeiro de março de 2002.

Ainda um tanto assustado com a concretude daquela nova história que começava, esperava *Paulo* na rodoviária do Tietê. Ele também vinha de Florianópolis para fazer doutorado em matemática (é, ainda existem pessoas corajosas nesse mundo) na USP. Sua chegada era a chegada do companheirismo, amizade e coragem que nos tomava de alegria naquele momento. Ainda naquele ano, sua companheira, *Marta*, uma das pessoas mais meigas que conheço neste mundo, chegaria na cidade para nos fazer companhia, nos alegrar com seu sorriso e delicadeza. Seria uma figura mais que presente nos shows e piqueniques que fazíamos no Ibirapuera.

Chegávamos em São Paulo como chegam as pessoas de sorte. Na imensidão daquela cidade, cheia de grandes prédios e uma velocidade alucinante, dois amigos nos esperavam. O endereço: Rua Sílvia, pertinho da Avenida Paulista. De fato, *Lygia* e *Samir* são duas pessoas marcantes e inesquecíveis nesse processo todo. E não só. Seriam, principalmente daquele momento em diante, referências em várias

dimensões da minha vida. O aconchego, o carinho, a amizade de longa data, a gratuidade, a beleza daquele dia e de tantos outros, estão tatuados em meu corpo memorioso. A plaquinha de sejam bem vindos colada na porta era um sinal do quão maravilhoso seria aquilo tudo. E me sentia feliz por compartilhar uma parte importante da minha história com eles. Foram os dois também que me ajudaram a traduzir (como Rita Lee na canção de Caetano) a loucura da cidade. Me “*emprestaram*” seus amigos que com o tempo tornaram-se meus também.

Danilo e Mari foram os primeiros. Estes dois, ah estes dois... E fico me perguntando porque não nos encontramos com uma frequência maior. Não sei ao certo quando nos conhecemos; talvez no aniversário de Lygia, comemorado no El Guaton, um restaurante chileno que fica no bairro de Pinheiros; talvez no Blen Blen, na Vila Madalena, por conta do show dos Lampirônicos (o camarado!). Não importa. Dali em diante, seriam pessoas que guardaria com carinho no coração. Como carinhoso era quando me chamavam de *Marcuse*, por conta de uma série de palestras que assistimos juntos sobre Adorno e a Teoria Crítica.

E depois vieram *Anabela, Igor, Daniela, Edson, João*, a galera do *Lamps* e tantos outros. Encontros que aconteceram acompanhados de guaca mole, sorrisos, empanados chilenos e cebiche, abraços, feijoada, amizade, peru de natal, cumplicidade, churrasco...

No início moramos numa pensão no bairro do Butantã, perto da USP. Uma casa cheia de personagens que acabavam de sair das histórias de alguns dos filmes de Almodovar. Lembro-me de ver passeando naquela casa Kikas, Benignos, Victors, enfim... No meio dessas histórias todas, surge uma pessoa fantástica: *Aníbal*. Sereno e atencioso, ele foi uma das pessoas daquela casa que ficaram na lembrança. Acordávamos às 05:00hs para ver a seleção brasileira jogando na Copa do Japão e compartilhamos juntos a festa do pentacampeonato. Saudade!

PARTE II

Ainda em 2002 conheci *Betânia, Gisele, Soraia, Rosa e Alessandro*. Amigos de doutorado e de núcleo de pesquisa, começaram a fazer parte do meu cotidiano na PUC. Eles me acrescentaram, me animaram. Com cada um deles cresci e aprendi. Uma amizade construída no doutorado que levarei para sempre. E sorri tanto com eles: as viagens, a cumplicidade própria dos estudantes, os seminários de pesquisa... Lembram do “*problematizar*”, da Cháti...(ops!)? Eu nunca esquecerei.

Rosa já era uma amiga de longa data, desde Florianópolis. Ela e *Ramon* são por demais especiais. Minha gratidão pelo companheirismo destes amigos é brutal.

O núcleo, de fato, foi um espaço interessante de troca e aqui quero citar o nome de outros colegas com quem dividi essa experiência: *Eric, Bruna, Fernando, Gladys, Andreia, Luciana, Carolina, Dreyf...* Ainda foram fundamentais nesse processo, os amigos da turma: *Tina, Alejandra, Serginho, Fernando, Luís, Eunice, Régis*, entre outros tantos. O doutorado nos une e nos separa. Ainda quero revê-los muito.

Na PUC ainda conheci pessoas que serão permanentemente importantes para a minha formação; aqui quero destacar os professores *Bader Sawaia* e *Leon Crochick*. Aqui, quero destacar *Salvador Sandoval*, orientador e colega nestes quase cinco anos. A atenção em sala de aula e nos corredores serão sempre lembrados por mim. Mas foi neste mesmo programa de pós-graduação que conheci uma figura linda e que tem nome de *Marlene*. Ela me ajudou em todos esses momentos, me avisando dos prazos, acompanhando minha trajetória, torcendo por mim. Nunca esquecerei disso tudo! E devo tanto a ela.

Em 2003, conheci uma pessoa marcante, “*solta, decidida, cheia de vida, etc e tal*”; foi quando fui morar na Barra Funda, pertinho do Memorial, pertinho do parque Água Branca, pertinho da PUC: era *Maria Adrião*. Meu convívio com ela só me trouxe alegrias. Com ela, aprendi a gostar das coisas simples, a ser mais espontâneo. Foi ela que também me possibilitou conhecer *Fabinho*, um amigo doce e pessoa finíssima que tanto admiro. Os dois, juntos, trouxeram para minha vida uma turma especialíssima, o povo da Vila Ângela: *Carlota, Edu, Ivone, Leo, Cris, Serginho, Mafa, Cris Batista, Fifi, Verônica, Mirton, Dan...* Lá, passei momentos inesquecíveis de puro companheirismo.

No apartamento, uma espécie de QG dos amigos que vinham à São Paulo, estiveram outros tantos amigos que compartilharam suas vidas comigo: *Rodrigo*, um semestre foi pouco, mas o suficiente para marcar; *Cláudio*, ainda quero aprender muito com esse rapaz tão leve e tão vivo; *Gustavo*, admiro imensamente seu cuidado e atenção para com os outros, sempre ouvindo, sempre carinhoso com os que estão à sua volta; *Micheline*, essa já virou amizade boa, daquelas que não acaba, regada a bolos, sorrisos e brincadeiras.

No apartamento da Barra Funda passaram muitos amigos especiais. *Antônio Cavalcante* foi um deles, sempre presente desde o mestrado. *Ana Maria*, uma pessoa que adoro e que ando com saudades. *Cibele* e *Adilson*, amigos fieis. Ainda que à distância estavam presentes também *Elvia, Alessandra* e *Dany*. E

aquele a quem encontrei por acaso, de um jeito maravilhoso num dos metrô de São Paulo: *Everton*.

Uma das pessoas que vieram para o QG da Barra Funda é por demais importante nessa história toda: Ana *Lídia Campos Brizola*. O que dizer dela? O que falar dela? É das figuras mais lindas que já conheci. Me inspira e me alegra. E me trouxe tantas alegrias neste percurso.

Deixaram suas marcas também duas famílias a que estou fortemente ligado. A primeira: *Armando, Teresa, Leo e João*. Os dois primeiros chegaram a me visitar em Coimbra. A segunda: *Luís, Maristela, Cauê, Máira e Raí*. Depois que nos conhecemos vivemos um visitando o outro: no Rio, em São Paulo, em Coimbra, em Florianópolis. *Maristela* é das figuras mais lindas que já conheci. Sua força e beleza nas coisas que faz são impressionantes. E neste tempo a amizade só aumentou...

Em 2003, conheci um pessoal fantástico: era a galera do curso de percussão do Tendam da Lapa. Que época maravilhosa! Tambores, pandeiros e amizade se encontraram. Aqui quero lembrar de *Cássia* (nossa incrível professora), *Anunciação, Ju, Carol, Flávia e Rafael*.

Por demais especial também é *Joanice*, uma baiana amiga e generosa desde o momento que a conheci, num momento absolutamente singular de nossas vidas.

Ainda no processo de pesquisa, conheci muitas pessoas que me ajudaram, que me abriram portas para conseguir realizar as entrevistas, “caminhar” por dentro da estrutura do movimento estudantil. A todos eles agradeço. Como também agradeço a todos os entrevistados dessa imensa pesquisa.

PARTE III

Em 2004 fui passar uma temporada em Coimbra: um ano inesquecível, por tudo o que vivi. Lá conheci lugares, comidas e cheiros que até hoje me deixam com a vontade de voltar. E fiz tantas coisas naquele lugar. E se pudesse, faria tudo de novo. E do mesmo jeito.

Passaria novamente os fins de tarde a olhar a vermelhidão do céu; me perderia nos becos e ruelas – tão mágicas! – da baixa; faria a descida do Mondego; me embrenharia na bebedeira e alegria da Queima das Fitas; ouviria,

desesperadamente, e de maneira sistemática, Amália, Carlos Paredes, Zeca Afonso, José Mário Branco e Madredeus, não necessariamente nesta ordem; me sentiria pequeno ao, simplesmente, olhar para a Igreja dos Olivais; torceria como se fosse português (e já o sou de coração!) na Eurocopa; torceria, definitivamente, para o Porto; me faria fielmente presente às Assembleias Magnas, Manifs e reuniões nas repúblicas; voltaria a beber finos no Tropical, OAF, Associação, Diligência, Shmoo, Capela, Patelas e Cartola; e faria parte integrante do Grupo dos Cabrões, uma espécie de grupo secreto, que se reunia para simplesmente viver a vida.

Lá conheci um número de amigos que levarei para sempre. Alguns deles: *Carlos, Inês, Mônica, Antônio, Bruno, Sandrine, Cris, Kátia, Paulo, Loïc* e tantos outros. Foi lá também que conheci *Marcus Abílio* e *Juliana*, parceiros fantásticos em Portugal e São Paulo.

Foi no Centro de Estudos Sociais (CES) que me abrigou tão carinhosamente que conheci a figura de Elísio Estanque, pessoa essencial neste trabalho que agora estou terminando.

Na volta a São Paulo em 2005, os reencontros: *Cássia, Malu, Jardel, Bolinho, Fabiana...* Todos tão lindos, todos tão inesquecíveis.

PARTE IV

Mas neste momento que o sol começa a nascer, lembro-me fundamentalmente de minha família. Toda ela. Meus primos, tios, irmãos, cunhada, sobrinho e pais. O que seria de mim senão a presença constante deles... A gratuidade, o amor, a troca, o companheirismo, tudo junto batido no liquidificador, me dão uma das alegrias maiores deste mundo.

Queria que de alguma forma eles se vissem presentes neste trabalho, nesta minha caminhada. Pensei que talvez imprimir seus nomes fosse uma forma de agradecê-los. É isso que agora faço: *Ribamar, Solimar, Marcelo, Neto, Chaguinha, Marcelo Filho, Zuzinha, Elias, Saile, Júnior, Rosimar, Marley, Daniele, Igor, Guilherme, Salete, Paty, Wesley, Clayton, Alan, Hérika, Ozedília, Raimundo, Marcos, Sávio, Teresinha, Chaguinha, Isinha, Conceição, Maria, Pedro, Socorro, Norma, Rosa, Afonso, Isabel, Carol, Heloísa, João José, Marlon, Marco Danilo, José de Deus, Zezé, Larissa, Rodrigo, Rafael, Marylene, Assis, Erika, Patrick, Ítala e Zayra.*

E nesse momento eles são os mais próximos. E pela primeira vez, agradeço textualmente: Agradeço a meus pais, presença constante em toda a minha vida; agradeço a meus irmãos, tão lindos, companheiros (eles me dão o real sentido da

palavra fraternidade); agradeço a minha cunhada tão carinhosa e presente nestas horas; agradeço a meu sobrinho, pelo simples fato de existir. A quem devo tudo, a quem devo tudo, a quem devo tudo. A eles dedico essa tese. O sol nasce, a tese nasce, juntos. São seis e meia da manhã e meu corpo pede descanso.

RESUMO

A temática da juventude vem conquistando importante espaço e destaque nos últimos anos. Sua visibilidade, em grande medida, retomada através da mídia e do mercado é reforçada também pelo aparecimento do protagonismo de novos movimentos juvenis como os jovens da periferia, os militantes altermundistas, entre outros que, num cenário recente, mostram sua vitalidade. Com o aparecimento destes novos atores ganham visibilidade os movimentos juvenis clássicos, entre eles, o movimento estudantil, que volta à cena retomando seus discursos tradicionais sobre *política* e *educação*, mas que também se adapta às novas demandas estudantis e incorpora outras pautas ligadas aos campos da *cultura* e da *identidade*. Neste trabalho, pretendemos estudar a participação de militantes estudantis a partir de 4 grupos que expressam o atual processo de diversificação do movimento. São eles: a) o movimento estudantil clássico; b) as executivas de curso; c) coletivos de gênero e d) coletivos de cultura. Também queremos analisar como este movimento, a partir do conflito e diálogo entre esses diferentes grupos, reconstrói sua identidade coletiva. Para isso, contamos com os conceitos de *identidade coletiva* e *representações sociais* que serão instrumentos importantes para nossa análise. Nesta pesquisa, realizamos 24 entrevistas semi-estruturadas com os militantes de cada um dos grupos citados e participamos de seus principais fóruns e encontros. Este trabalho foi realizado no período de 2002 a 2005.

Palavras-chave:

a) movimentos estudantis; b) política; c) identidade; d) cultura e e) juventude.

ABSTRACT

The thematic about youth has gained important space and prominence in the last years. Its visibility, in a great part, resumed through media and market, is reinforced by the appearing of new social movements about youth, like the teenagers of the periphery, the alter-globalists and others that are recently showing their vitality. With the appearance of these new actors, classic youth movements are gaining visibility again, between them, the students' movement, which came back into the scene, resuming their traditional discourses about politics and education, but still adapting to new student demands and incorporating other guidelines into the field of culture and identity. In this work we intend to study the participation of student militants through the analysis of four groups that express the actual process of movement's diversification. They are: a) classic students' movement; b) courses' federation; c) groups of gender and d) groups of culture. We still intent to analyse how the students' movement is able to reconstruct its collective identity from the conflict and dialogue with these other different groups. For that, we will rely on some concepts like *collective identity* and *social representations* that are important tools for our analysis. In this research, we carried out 24 semi structured interviews with militants from each group cited above and we took part in the main forums and meetings. This work was made between 2002 and 2005.

Key-words: a) students movements; b) politics; c) identity; d) culture; e) youth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – Juventude, grupos juvenis e participação	29
1.1. A problematização teórica e a práxis dos jovens: os (novos) “pês” da participação juvenil no Brasil.....	30
1.1.1. Novas formas de participação juvenil: periferia, cultura e protesto global.....	37
a) O grito da periferia: a emergência de outros rostos no corpo juvenil.....	38
b) Um outro mundo é possível? A emergência dos movimentos juvenis altermundistas.....	43
c) Juventude e cultura: cidadania e práticas políticas	47
1.2. Movimento estudantil: do político cultural ao cultural político.....	51
1.3. Participação do movimento estudantil brasileiro nos movimentos altermundistas: o caso do acampamento da juventude no FSM.....	57
CAPÍTULO 2 – Movimento estudantil no Brasil e na América Latina como movimento de transformação.....	62
2.1. Movimento estudantil na América Latina: a constituição do <i>ethos estudantil</i> a partir das lutas sociais.....	65
2.1.1. Primeiro passo: Reforma Universitária	65
2.1.2. O surgimento da UNE: das lutas nacionalistas ao combate do nazi-fascismo	67
2.1.3. O imaginário dos anos 60: a trajetória da participação estudantil.....	71
2.1.4. Movimento estudantil e abertura democrática no continente.....	84
2.2. A inserção fora da universidade: a constituição do <i>ethos estudantil</i> a partir do diálogo com os movimentos populares	87
2.2.1. A experiência de alfabetização	88
2.2.1.1. Movimento de Cultura Popular (MCP)	89

2.2.1.2. Movimento de Educação de Base (MEB).....	91
2.2.2. Movimento Estudantil e movimentos de saúde.....	93
2.2.3. Movimento Estudantil e a Luta pela Terra	95
2.3. A formação do <i>ethos</i> estudantil.....	99
2.4. Movimento estudantil e os Novos Movimentos Sociais	102

CAPÍTULO 3 – O mapa, o roteiro e a viagem rumo ao movimento estudantil brasileiro: construindo uma abordagem teórico-metodológica107

3.1. Movimentos sociais: definição, desconstrução e reconstrução à luz das práticas estudantis	108
3.2. Representação, espaço público e movimentos sociais	116
3.3. Identidade coletiva: uma ferramenta no estudo dos movimentos sociais.....	122
3.4. Representação e Identidade: aproximações e complementaridade	129
3.5. Redes Sociais e cotidiano: invisibilidades e emergências ..	132
3.6. Pesquisa de Campo: a experiência da observação	139

CAPÍTULO 4 – Configuração do campo político do movimento estudantil: a emergência das redes e os cenários de participação147

4.1. Coletivos de cultura: dos CPC's aos CUCA's.....	149
4.2. Coletivos de gênero: do feminismo à diversidade sexual... 172	
4.2.1. Coletivos de gênero: a incorporação do discurso feminista.....	173
4.2.2. Coletivos de gênero: o movimento “sai do armário”	186
4.3. Executivas de curso: um movimento estudantil no interior do movimento estudantil	196
4.3.1. FEAB: a experiência dos estudantes de agronomia	199
4.3.2. DENEM: a experiência dos estudantes de medicina	204

4.3.3. ENECOS: a experiência dos estudantes de comunicação	210
--	-----

CAPÍTULO 5 – Movimentos estudantis em análise: representações e identidades no campo da política220

5.1. Dinâmicas de participação política no movimento estudantil: uma análise conjuntural.....	223
5.1.1. Estudantes, entidades e participação política: desatando esse nó.....	223
5.1.2. A interferência dos partidos políticos na militância estudantil	236
5.1.3. João que amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém: a representação coletiva dos grupos em questão	244
5.1.3.1. O movimento estudantil clássico na berlinda: sua representação coletiva a partir dos outros grupos	244
5.1.3.2. A representação dos coletivos de gênero: um início de debate.....	255
5.1.3.3. Caminhando contra o vento: a representação coletiva dos CUCAs	261
5.1.3.4. O movimento de área em questão: a representação coletiva das executivas de curso.....	266
5.2. Estou me organizando para desorganizar, estou desorganizando para me organizar	271
5.2.1. A estrutura do movimento estudantil: vantagens e limites	272
5.2.2. Os coletivos de gênero: os encontros como forma de auto-organização	282
5.2.2.1. A experiência do ENUDS	283
5.2.2.2. A experiência do EME	287
5.2.3. A estrutura dos CUCAs: organização na oportunidade.....	293
5.2.4. A estrutura das executivas: o fórum como espaço de troca	297
5.3. Reflexões, ideários de militância e futuro: o compromisso com a sociedade.....	303
5.3.1. A esquerda como tradição	304
5.3.1.1. Prioridades e bandeiras do movimento estudantil: universidade, estudantes e novos movimentos sociais	305
5.3.2. Movimento estudantil e intervenção: a representação coletiva do popular como ideário clássico.....	321

5.3.2.1. O ideário do popular nos coletivos de cultura: do CPC ao CUCA	322
5.3.2.2. O ideário do popular nas executivas de curso: a trajetória dos estágios de vivência.....	335
5.3.2.2.1 As experiências da FEAB e da DENEM	336
5.4. As dificuldades na militância: desafios a serem quebrados	342
5.5. Movimento estudantil e juventude: essa coisa tem liga? ..	349
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	362
REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	373
ANEXOS.....	383

Assim era no princípio
Metáfora pura
Suspensa no ar
Assim era no princípio
Só bocas abertas
Inda balbuciantes
Querendo cantar

Por isso que sempre no início
A gente não sabe como começar
Começa porque sem começo
Sem esse pedaço não dá pra avançar
Mas fica aquele sentimento
Voltando no tempo faria outro som
Porque depois de um certo ponto
Tirando o começo até que foi bom

Por isso é melhor ter paciência
Pois todo começo começa e vai embora
O problema é saber se já foi
Ou se ainda é começo
Porque tem começo que às vezes demora
Que passa um bom tempo
Inda está no começo
Que passa mais tempo
Inda não está na hora
Tem gente que nunca saiu do começo
Mas tem esperança de sair agora

Se todo começo é assim
O melhor começo é o seu fim
Um dia ainda há de chegar
Em que todos irão conquistar
Um meio pra não começar

O Meio (Luiz Tatit)

Introdução

As pesquisas em torno da participação juvenil e suas novas formas de expressão social nos âmbitos da cultura e da política têm crescido nos últimos anos e vem se fortalecendo como um campo aglutinador de abordagens e teorias várias. Esta multiplicidade de olhares e perspectivas acerca da temática se dá pela interligação de vários fatores que unem desde a riqueza e pluralidade que esta categoria carrega (consequência do fato de existirem diferentes formas e expressões de viver e sentir a juventude) até a visibilidade e força que os movimentos juvenis vêm conseguindo na atualidade.

A discussão acerca de uma cultura política advinda dos segmentos juvenis (produzida e\ou reproduzida por estes) vem sendo estudada com maior força pelo menos desde o final da década de 1960, quando explodiram várias revoltas e manifestações estudantis em diferentes países do mundo, se constituindo num campo teórico específico de análise.

As variadas análises no que concerne à participação juvenil abordada pelas Ciências Sociais têm sido uma importante fonte de sistematização de experiências culturais e políticas ancoradas na realidade dos movimentos juvenis¹.

Este trabalho é compreendido no campo da participação juvenil, e em especial, a universitária. Se nos anos 1960 e 1970 os estudos acerca da juventude se centraram na *categoria estudantil*, hoje este campo temático reflete uma infinidade de *expressões juvenis*, contemplando a variedade de experiências que surgiram no país, de modo mais expressivo, no final dos anos 1970 com o início da democratização. E se o foco de análise dos estudos anteriores colocava as dimensões da participação e da política – compreendida através da inserção em organizações e entidades políticas – como centro, hoje elas são transportadas para outras áreas como a *cultura* e a *sociabilidade entre os jovens*, tendo sido “retomadas” noutras perspectivas.

¹ Desde o clássico “Sociologia da Juventude” organizado por Sulamita Brito no final dos anos 60, as ciências sociais no Brasil construiu um verdadeiro campo temático e investigativo sobre a participação juvenil fortemente enraizado nas práticas políticas e culturais dos jovens brasileiros. A tradição analítica deste campo é frequentemente retomada e reconstruída no âmbito acadêmico a partir das novas realidades e configurações juvenis que emergem no tempo, redimensionando-se a cada época.

Esta migração é legítima por conta de diversos fatores, entre eles, a emergência de outros atores sociais no interior do movimento juvenil, fruto do surgimento e fortalecimento dos novos movimentos sociais que se visibilizaram no Brasil no momento pós-ditadura militar. Além disso, os movimentos juvenis clássicos – entre eles o movimento estudantil – tem tido pouca atração junto aos jovens.

Certamente, a forte institucionalização desses movimentos e uma certa colonização dos partidos em seu interior, interferiu na diminuição da identidade entre movimento e base². Isso fica evidente no movimento estudantil que teve sua capacidade de mobilização diminuída entre os estudantes, resgatada somente em casos e contextos específicos, quando seu aparecimento público e força novamente se destacam.

Mesmo assim, os movimentos estudantis continuam tendo expressão – advinda de sua tradição – no interior do movimento juvenil. Tem realizado suas manifestações, pautado e assumido bandeiras dos novos movimentos sociais, construído articulações com outras entidades e organizações políticas e culturais e, nesse sentido, se atualizado e se renovado.

A carência de estudos acerca das “novas” formas de atuação do movimento estudantil é significativa e, por isso, a importância deste trabalho. Com ele, queremos dar visibilidade à problemática da realidade estudantil e analisá-la de forma a compreender suas transformações e demandas. Sendo o movimento estudantil, uma das expressões juvenis, acreditamos que tirar o véu que encobre a sua realidade atual é também perceber e problematizar as questões acerca do que se pensa e se discute acerca da (não) participação dos jovens nesta sociedade.

Acreditamos que as expectativas de uma participação social transformadora por parte da juventude naturalizam e reificam uma relação que, antes de tudo, é processual e histórica.

Entender e perceber essa realidade – com suas nuances e variações – exige, atenção e esforço analítico. A complexidade do cotidiano estudantil, ancorado na grande diversidade de estilos, espaços de participação e de grupos não pode ser captada através das tentadoras reflexões simplificadoras.

² Junto a este aspecto, podemos considerar vários outros fatores para compreender a diminuição da coesão e identidade entre a base estudantil e as práticas do movimento. A reconfiguração do contexto universitário e o já não tão homogêneo perfil dos estudantes, como veremos logo em seguida, podem ser algumas das variáveis a serem consideradas nesta relação.

A categoria “estudante universitário” não é homogênea e tem sofrido várias modificações nas últimas décadas. Isso pode ser observado a partir das transformações no perfil dos estudantes.

Se nos anos 1960 o número de estudantes era de 1% da população e se concentrava basicamente nas universidades públicas, hoje essa população aumentou consideravelmente, fato associado à explosão de universidades particulares³. Pese-se ainda o grande desequilíbrio no acesso de jovens à universidade – principalmente se compararmos a outros países latino-americanos –, hoje o número de estudantes universitários entre 20 e 24 anos chega a 13%⁴. Este dado, por si, já indica uma das grandes mudanças ocorridas nos últimos 40 anos no contexto em que estes jovens estão inseridos e também no perfil dos estudantes.

Aliado a isso, a universidade perdeu a centralidade na vida de boa parte destes jovens. No seu dia-a-dia, as grandes discussões concernentes ao seu papel na sociedade, aos projetos acadêmicos, políticos e sociais - gerados em torno de uma concepção de desenvolvimento - as manifestações culturais universitárias, entre outros, foram, em grande medida, sendo redimensionadas. A emergência de novos espaços sociais em suas vidas, principalmente o espaço do trabalho, é um fator preponderante na transformação dessa relação. Se a experiência universitária era central na vida dos estudantes, permitindo uma identidade mais coesa, hoje ela coexiste junto a tantos outros espaços importantes na vida de cada um destes jovens.

Houve uma reconfiguração social e econômica, não só do perfil dos estudantes, mas também no perfil do ensino superior no país. Se houve, por um lado, um aumento na oportunidade de ingresso em universidades, por outro, surgiu a necessidade de trabalhar para poder custear os estudos. Ou seja, o aumento no ingresso veio acompanhado da diminuição de tempo para vivenciar a vida universitária. É o paradoxo que se coloca de forma concreta: a universidade e seu

³ Segundo o Ministério da Educação, existem no país 1.208 instituições de ensino superior privadas, incluindo com fins lucrativos, sem fins lucrativos, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Em 97, havia 1,9 milhão de estudantes no ensino superior - 58,4% deles em escolas privadas. Em 2001, eram 3 milhões - 69% deles em escolas privadas. A previsão é que chegue a 10 milhões, em 2010. Dados publicados na Folha de São Paulo de 03 de agosto de 2003 mostram que nos últimos dois anos as instituições privadas aumentaram em 45% - 544 foram autorizadas a funcionar, ou seja, um estabelecimento a cada 1,2 dia.

⁴ Porto, C. & Régnier, K. (2003) – O Ensino Superior no Mundo e no Brasil: Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Uma Abordagem Exploratória. Estudo organizado pelo Ministério da Educação (MEC).

cotidiano plural e dinâmico perdem centralidade num período de expansão do ensino superior⁵.

A realidade do trabalho na vida dos estudantes vem crescendo progressivamente, seja por necessidade ou por opção. Já em 1994, em pesquisa realizada na Grande São Paulo coordenada por Cardoso e Sampaio, descobriu-se que mais da metade dos estudantes trabalhavam (54,6%) e que destes, 63,7% estudavam em universidades privadas.

Se o ingresso no trabalho não pode ser considerado necessariamente um elemento externo ao processo educativo (muitas vezes sendo um importante e desejável fator na formação e aprendizado dos estudantes), ou um desvio no processo de socialização destes, também não podemos deixar de considerar as implicações deste fato na configuração de uma nova inserção na vida universitária, na atual heterogeneidade no perfil dos estudantes e no tipo de participação destes.

Além disso, as transformações ocorridas no interior da universidade – de alguma forma – enfraqueceram sua força simbólica e política.

Hoje, para uma significativa parcela de estudantes, o papel e função social da universidade, se modificaram. A universidade é percebida de maneira instrumentalizada, como um espaço importante para alcançar – e só – objetivos e demandas profissionais. Esse pensamento vem ao encontro – e expressa – uma visão do ensino baseada no empreendedorismo neoliberal que marcou os últimos vinte anos e as transformações pelas quais passou a própria universidade no período⁶.

Estes elementos estruturais são, a nosso ver, chaves para entendermos a participação estudantil atual: seus desafios, discontinuidades e transformações.

Outros elementos são também considerados nessa análise da ação estudantil atual: as formas de intervenção estudantil ancoradas em novos modelos

⁵ Não queremos, no entanto, afirmar que a universidade não tenha nenhum tipo de influência na vida dos estudantes – que visivelmente a valorizam cada vez mais em termos de importância para seu futuro profissional. Esta continua, claro, tendo expressão e sendo central para uma parcela de universitários que tem a possibilidade de encontrar nela um espaço alternativo de socialização. Não obstante, o tem sido cada vez menos, entre outras coisas, pela própria condição de estudante-trabalhador.

⁶ Não iremos aprofundar aqui, mas se a representação da universidade pelos estudantes foi em parte resignificada, isto aconteceu, em grande medida, devido às modificações ocorridas no modo em que esta instituição baseou sua intervenção nas últimas décadas, caracterizando-se por uma lógica mais operacional e mercantil, reflexo de práticas sociais existentes. Para este tópico, ler “Universidade operacional” de Chauí, 1999.

organizacionais e bandeiras de luta que, aos poucos, foram se renovando, reflexo das novas demandas estudantis e da exigência de uma nova dinâmica.

Se no passado os estudantes tinham uma atuação mais homogênea, hoje esta é pautada por sua pluralidade. Os movimentos estudantis atuais tem trazido à tona diversas realidades e demandas que anteriormente eram menos visíveis ou inexistentes em seu interior.

Assim, as questões de identidade – principalmente aquelas relativas às questões de gênero e raça – tornaram-se temas de discussão e pauta de ação dentro do movimento. Essas questões começaram a ser desenhadas nas duas últimas décadas, ganhando força e expressividade nos últimos cinco anos. Essas preocupações nascem das diferentes realidades vivenciadas (tanto de discriminação e inferiorização como da consciência da conquista de direitos) e são impressas no movimento estudantil enquanto bandeiras de luta a partir da formação de coletivos que – organizados nacionalmente – exigem a discussão destas questões no interior do movimento e um posicionamento.

Considerar estas novas experiências de participação no movimento estudantil é também dar visibilidade a grupos que – na sua luta cotidiana – são, muitas vezes, subsumidos pela representação hegemônica do próprio movimento.

Estas experiências advêm, em grande parte – como veremos no capítulo 2 –, do diálogo que o movimento estudantil estabeleceu, em sua trajetória, com outros grupos e movimentos sociais organizados. A incorporação de temáticas e modelos de organização tem sido uma prática recorrente, ainda que encontre resistências em seu interior.

Nesta pesquisa, trabalharemos pelo menos quatro destas experiências: a) movimento estudantil clássico; b) coletivos de cultura; c) coletivos de gênero e d) as executivas de curso. Estes quatro modelos e espaços de organização abrigam diferentes demandas e representações acerca da atuação do movimento estudantil e são a expressão de uma certa fragmentação interna.

Analisar o movimento estudantil clássico e compará-lo às outras experiências é de fundamental importância no sentido de perceber nele o elo que organiza e dá sustentação a estas novas formas de organização emergentes. É nele que, primeiramente, os estudantes colocam suas questões, ideários e representações. E é a partir daí que se organizam, em clássicas ou novas formações. Este é o campo político em que as variadas posições e os diferenciados grupos se

comunicam e estabelecem suas pautas e prioridades. É o campo onde a orientação do movimento estudantil é discutida e decidida.

A partir da base deste movimento surgem experiências coletivas que podem ou não se diferenciar da lógica e da estrutura do movimento estudantil clássico, mas que em si já nasceram com demandas específicas pela necessidade de preencher lacunas, vazios de intervenção, não contemplados na dinâmica interna e operacional deste. É assim que emergem os outros três grupos que iremos analisar.

A temática cultural sempre esteve presente na trajetória do movimento estudantil brasileiro, seja de modo mais visível e organizado, seja de modo mais latente. De toda forma, ela vem se constituindo, desde os anos 60, como um espaço comunicacional e simbólico entre os estudantes que, de diferentes maneiras, vem se apropriando desta dimensão para levantar suas bandeiras, questionar a sociedade (e a própria cultura), dialogar com o mundo universitário e com outros movimentos da sociedade civil.

Uma das maiores expressões do trabalho interventivo do movimento estudantil nesse campo foi a realização dos Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE, na década de 60. Hoje outro modelo contempla uma realidade tão complexa e desafiadora quanto no passado, porém com outra lógica organizacional e outros interesses. Os Centros Universitários de Cultura e Arte (CUCA's), como são conhecidos esses coletivos hoje, são a expressão do novo trabalho de cultura junto ao movimento estudantil que iremos analisar pormenorizadamente.

Outra questão que vem norteando o movimento é a discussão acerca das diversidades (raciais, étnicas, sexuais). Essa temática tem ganho um espaço cada vez maior no seio da sociedade civil, que percebeu que as lutas e pautas de cunho econômico e identitário não são excludentes, mas, pelo contrário, estão intimamente ligadas. Na universidade as diferenças e contrastes relativos às estas questões são reproduzidas, gerando pautas diversas: a pequena parcela de estudantes negros, a discriminação da mulher enquanto sujeito participativo nos cargos e direções da universidade, a inexistência de políticas públicas que dêem conta da realidade de trabalho e estudo das estudantes, a discriminação em termos de orientação sexual no meio universitário, entre outras.

Com a emergência de demandas dessa natureza no meio universitário, coletivos começam a se organizar no sentido de discutir e trabalhar estas temáticas no meio estudantil e no interior do próprio movimento. A princípio, sem muito apoio

por parte dos dirigentes estudantis, esses coletivos vão emergindo como mais um espaço de participação política e de formação de identidades coletivas entre os estudantes. Em nossa pesquisa, estudamos duas destas experiências: a) os coletivos feministas e, b) coletivos GLBT's. Estas duas experiências são significativas no que se refere à interiorização por parte do movimento estudantil de pautas e bandeiras de luta advindas dos novos movimentos sociais. Com suas diferenças de base, estes dois coletivos se comunicam e se intersectam em vários pontos, realizando e organizando projetos comuns, onde as questões de opressão são o eixo de unidade.

As Executivas de Curso talvez sejam a nova experiência organizacional de maior segmentação e complexidade. Conhecidas também como Movimento de área, as executivas organizam nacionalmente um trabalho específico em relação aos diferentes cursos dentro da universidade. Elas são a expressão de um movimento estudantil voltado para os problemas específicos de cada um dos cursos existentes. Nesse sentido, existe uma grande diversidade de experiências e formatos. A segmentação e as diferentes trajetórias geram variadas práticas interventivas e, a depender do grau de participação e capacidade de mobilização, esta terá maior ou menor visibilidade na universidade e no movimento estudantil.

As Executivas de Curso, como veremos posteriormente, surgiram, em sua maioria, na década de 1970 para debater questões e problemas de cunho mais específico e corporativo. Com o passar do tempo, algumas delas se fortalecem e criam vínculos com outros movimentos sociais, formulando novas políticas (de caráter mais amplo) para a entidade. A aliança de temáticas específicas dos cursos (currículos, avaliação, qualidade dos cursos, entre outros) com questões políticas de âmbito mais geral, é a chave para o sucesso destas junto aos estudantes.

Quatro espaços de participação, quatro modelos organizativos, um movimento social. É a realidade atual do movimento estudantil, que se expressa na relação entre estes quatro diferentes grupos analisados: suas diferenças, semelhanças e fronteiras; as redes sociais que constituem cada um deles; o campo pluriorganizativo que contém e intermedeia as identidades coletivas.

É este o foco de nossa pesquisa: estudar a participação de militantes estudantis nos dias atuais a partir dos quatro espaços acima citados; aprofundar a dinâmica de cada uma destas formas de intervenção e confrontá-las tentando enxergar o quanto o Movimento está "se movimentando". Fazemos isso à luz da Psicologia Social e a partir dos instrumentos teóricos que ela nos oferece. Neste

sentido, trabalhamos com os conceitos de representações sociais e identidade coletiva. Estes conceitos nos ajudaram a compreender a dinâmica dos diferentes coletivos e espaços, os processos de emergência de novos atores e pautas estudantis, a resistência ou incorporação destas, a representação que cada um destes grupos faz do próprio movimento e como as reproduzem de forma comunicar seu ideário, entre outras coisas.

Perceber a participação estudantil hoje, em nossa compreensão, é tentar observar para além daquilo que costumamos ver quando nos deparamos com os quadros de intervenção clássicos. É tentar enxergar aquilo que pode permanecer invisível para um olhar menos atento. E se os quadros épicos, que configuram a representação de povos ou sociedades em determinados momentos, são importantes para compreender a lógica, pensamento e costumes do mesmo, também o são os quadros que pintam o seu cotidiano. É com esta perspectiva que avançamos em nosso trabalho de pesquisa e, nesse sentido, outros dois conceitos nos auxiliaram na análise: o de cotidiano e de redes sociais.

Para a realização desta pesquisa participamos de vários eventos, reuniões, assembleias e encontros nacionais organizados pelos estudantes. Para nós, fazer esse percurso era necessário no sentido de conseguir captar aquilo que nem sempre as entrevistas “*dão conta*”: a dinamicidade do movimento que se realiza a partir de seus múltiplos grupos. Fazer o “*reconhecimento*” do campo foi, portanto, essencial para conseguirmos compreender com mais afinco as relações entre os diferentes grupos no movimento estudantil.

Nossa inserção nos eventos e encontros nacionais foi iniciada em 2002 e terminada no final de 2005. Neste período, participamos dos seguintes encontros: o Congresso da UNE (CONUNE), o Conselho de Entidades Gerais (CONEG), o Fórum de Executivas, as Bienais de Arte e Cultura da UNE, os Seminários Nacionais dos CUCAs, as reuniões de militantes feministas e o Encontro Nacional de Mulheres da UNE.

A opção pelos encontros nacionais foi feita levando em conta duas questões importantes, a saber: a possibilidade de contactar com uma maior facilidade um público mais representativo do movimento, considerando aqui, os diferentes grupos políticos, as diferentes inserções militantes, regiões, entre outros, e; a compreensão de que estes acabam por reproduzir, de alguma forma, as relações intergrupais existentes no cotidiano do movimento estudantil, suas disputas, suas alianças, seus ideários.

Neste sentido, a observação do movimento seguido de anotações em diário de campo foram importantes instrumentos metodológicos. Aliada à observação, realizamos 24 entrevistas com militantes dos quatro grupos estudados neste trabalho. Estas entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado que levava em conta as especificidades de cada grupo. Desta forma, o roteiro continha questões que abordavam elementos tanto comuns como específicos de cada grupo. Depois de realizadas, as entrevistas foram transcritas e analisadas a partir do instrumental teórico que mencionamos anteriormente.

Apresentamos aqui nosso trabalho dividido em cinco capítulos.

No primeiro, discutimos de forma ampla a temática da participação juvenil: sua nova configuração, a emergência de novos atores, suas demandas atuais, entre outros. Neste capítulo, ainda que de modo breve, situamos o movimento estudantil neste contexto de reconfiguração juvenil.

No segundo capítulo, destacamos a importância do movimento estudantil nas transformações sociais que ocorreram no Brasil e na América Latina. Sua prática interventiva e de diálogo com outros movimentos sociais foram elementos realçados. Reescrever esta história é também reconstruir uma representação – a partir da memória do movimento – que dá base à existência de um *ethos estudantil*, muito presente no comportamento político dos militantes e na percepção que os estudantes têm do movimento.

No terceiro capítulo, delimitamos nosso quadro teórico, norteador do processo de investigação. Além disso, mostramos ao leitor o caminho realizado nesta pesquisa e os instrumentos utilizados.

No quarto capítulo apresentamos um breve histórico de cada um dos grupos estudados, descrevemos suas formas de organização e analisamos os quatro modelos de participação.

No quinto e último capítulo, analisamos cada um destes grupos a partir de sua trajetória no movimento estudantil e em relação aos demais. Aqui discutimos de modo mais aprofundado as práticas da militância e como elas se desenvolvem nos dias atuais.

Estes capítulos são o eixo de nossa investigação que muito buscou ser não apenas um resgate da trajetória e práticas dos militantes estudantis mas uma contribuição reflexiva sobre o processo e o cenário que encontramos nos dias atuais.

Capítulo 1

Juventude, Grupos Juvenis e Participação

“pela deglutição do bispo. contra a sardinha em lata.
 contra a lata, pela luta.
 contra a boca fechada. pela mosca.
 por são jorge. pelo preto e o vermelho.
 contra a realidade social, vestida, opressora e cadastrada.
 pela brincadeira. pelo incerto, contra a devastação.
 pela harmonia natural. contra a caretice.
 por aqui, por agora, pela esperança no porvir.
 contra o juízo final. contra o juízo.
 contra a idade média. pela mocidade.
 pelo riso. pelo suor. pela contradição.
 pela preguiça. contra a covardia.
 pelo dito. contra o não-dito.
 pela arbitrariedade. pelo samba e a paixão.
 o desvairio e a lucidez.
 pela sensualidade. pela cópula, pela copa”.

(Fragmentos do texto de João Carlos Pádua,
 Poesia Marginal. 1976).

A temática da participação política entre os jovens é, recorrentemente, problematizada através da comparação inter-geracional que remonta o imaginário das lutas estudantis da década de 60. A comparação – quase sempre injusta por não tomar em consideração na maioria das vezes os diferentes contextos – é frequentemente realizada baseada numa memória coletiva que tem como um de seus pontos principais a lembrança de eventos e manifestações realizadas num momento em que a efervescência política era um pilar central da dinâmica social.

As manifestações e lutas estudantis ocorridas em várias cidades do mundo (Cidade do México, Rio de Janeiro, Paris, Praga, Berlim), suas bandeiras e reivindicações, são uma demonstração deste momento que não só não foi esquecido, como foi fortemente ressignificado de maneira positiva. Além disso, como veremos neste capítulo, os movimentos estudantis – e de maneira realçada os da década de 1960 – foram, visivelmente, o primeiro paradigma de participação do

movimento juvenil no Brasil, tornando-se e construindo, por muito tempo, um ideal romântico do que devem ser a política e a participação.

A comparação geracional, portanto, realizada muitas vezes a partir da naturalização da imagem do jovem ligada a uma intervenção política – que não consegue ver as nuances e diferenças no que diz respeito às outras formas e estilos existentes hoje – mais atrapalha do que ajuda numa análise do contexto da participação juvenil atual.

Este capítulo quer discutir o tema da participação juvenil na atualidade, tentando perceber os diferentes espaços que vem se constituindo como privilegiados na socialização política dos jovens que, de diversas formas, traduzem as suas preocupações e anseios em luta, organização coletiva e intervenção social.

1.1. A problematização teórica e a práxis dos jovens: os (novos) “pês” da participação juvenil no Brasil

A juventude como categoria começou a ser discutida muito recentemente e o debate realizado em seu entorno tem passado por diversas etapas, desde a sua investigação enquanto “problema social” até a sua concepção mais nova ancorada no protagonismo, na participação e na compreensão do jovem enquanto sujeito de direitos e, portanto, ator social que demanda políticas públicas específicas.

Podemos assinalar que tanto o aparecimento da juventude como categoria social, quanto o crescimento dos estudos e análises realizadas em torno deste tema, refletem a sua importância enquanto elemento central para compreender a realidade. Na complexificação da sociedade moderna – e seu frequente processo de transformação – a juventude aparece como uma categoria chave, reveladora tanto das contradições como das possibilidades de mudança social.

Neste sentido, Mannheim (1968:72) já pontuava as relações existentes entre o destaque dado à juventude e os processos de mudança no interior da sociedade. Para o autor,

“em contraste com as sociedades estáticas ou em lenta mutação, as sociedades dinâmicas que querem dar uma nova saída, qualquer que seja sua fisionomia social ou política, confiarão mormente na cooperação da mocidade. Elas organizarão seus recursos vitais e os utilizarão para por abaixo a direção consagrada do desenvolvimento social”.

Desta forma, estas duas categorias – sociedade e juventude – podem ser compreendidas como as duas faces de uma mesma moeda, de um mesmo movimento. Ao mesmo tempo que a juventude se torna um agente social das transformações ocorridas no último século, é nela que a sociedade se projeta e se revela de forma mais contundente. Como afirma Melucci (1997), na sociedade moderna, os jovens são os atores mais diretamente expostos às transformações do mundo contemporâneo, são o reflexo e espelho dela; a juventude é o ponto nevrálgico, onde os reflexos sociais são mais perceptíveis e sentidos.

Nesta perspectiva, a teorização acerca dos movimentos juvenis (suas formas de organização, seus ideários, reivindicações, postulações políticas, entre outros) se faz importante e necessária para compreender alguns dos desafios e problemas colocados pela modernidade.

No Brasil, esta teorização tem sido realizada de forma não muito contínua, tendo tido alguma força a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970⁷ (em função da emergência das lutas estudantis em diversos países) e retomada com maior vigor no início dos anos 1990, quando a juventude novamente ganha visibilidade a partir da emergência de expressões e experiências juvenis relacionadas tanto à política quanto à cultura.

Num primeiro momento, os estudos sobre juventude centram-se e estão intimamente colados à imagem dos estudantes universitários e suas experiências de participação. Fortemente atingidos no início da segunda metade do século XX pelo processo de modernização em que estava inserido o país, os estudantes universitários tiveram um papel importante na capacidade de mobilização e pressão política.

A construção de experiências culturais e políticas no início da década de 1960, as lutas contra a ditadura militar, a ascensão da classe média no seio da universidade, entre outros, foram aspectos importantes para o aparecimento dos estudantes como uma categoria capaz de catalizar os anseios daquela sociedade e tornar-se sua porta-voz e de sua juventude. É nesta perspectiva que estão inseridos os trabalhos desenvolvidos por Foracchi (1965; 1972), Albuquerque (1977a), Martins Filho (1987), entre outros.

⁷ Como referenciado na parte introdutória deste trabalho, foi essencial a discussão sobre juventude realizada nesse período e publicada em uma série dividida em quatro livros intitulados de “Sociologia da Juventude”, organizado por Sulamita Brito que tornou-se uma referência nos estudos sobre juventude. Ver: Brito, S. (1969) – Sociologia da Juventude. São Paulo. Editora Zahar.

Numa análise do período dos anos 60, Foracchi (1965:87) interpreta o movimento estudantil como expressão e tradução (num plano social global), da

“descontinuidade existente entre o ritmo do desenvolvimento econômico e o nível de escolarização, que impede ao sistema garantir o acesso à instrução superior a todos que dela necessitam e de assegurar, àqueles que o conseguem, perspectivas de êxito social, em que pesem as conotações sócio-culturais com que tal resultado seja definido”.

Nesta conjuntura, o movimento dos estudantes teria a oportunidade de se colocar enquanto ator de contestação capaz de – numa sociedade em pleno processo de modernização – realizar mudanças estruturais a partir de sua capacidade de articulação.

Num segundo momento, este tema é retomado de maneira marcadamente diferente. Com uma pluralidade de manifestações juvenis, a temática da juventude, a partir de meados dos anos 1990, surge com novas questões. Continuam com visibilidade o movimento estudantil e outros movimentos juvenis clássicos (como a juventude partidária e as pastorais), porém surgem com muita força nos mais variados espaços e classes sociais outras experiências de organização coletiva. Estes grupos, que se inserem socialmente a partir de distintas reivindicações e lutas, demarcam claramente as diferenças em termos de conteúdo e forma no que diz respeito às realizadas no passado lideradas pelos estudantes.

Neste sentido, tornam-se visíveis e fortalecidos os coletivos juvenis que discutem gênero, ecologia, discriminação racial, os problemas da periferia, a cultura, entre outros. A identidade juvenil se desloca da imagem do estudante e se pulveriza nos mais diferentes grupos e movimentos de juventude. A diversidade de pautas e necessidades trazidas pelos jovens em forma de organização política e social é o foco de uma outra realidade, mais complexa, mais carente e desafiadora desde então. Num mundo marcadamente liberal, os jovens tornam-se os mais afetados na estrutura da sociedade, a ponta do iceberg dos problemas sociais.

E se os problemas são os mais variados possíveis e dos mais diferentes níveis, porque não estimular o *protagonismo juvenil* como uma das saídas? Nos anos 1990, esse foi o enfoque e a expressão mais discutida, tanto entre os educadores e

grupos juvenis como entre os agentes e organismos multilaterais financiadores de projetos sociais⁸.

E diferente dos anos 1960, em que o movimento estudantil se impunha como o primeiro paradigma de participação juvenil forte, nos dias atuais o paradigma corrente é o da fragmentação e pluralidade (tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto à sua forma) da atuação juvenil que, articuladas das mais diversas formas, (re)criam espaços de organização e lutam pela garantia de políticas públicas que incluam suas demandas e necessidades.

É claro que, neste ínterim, que começa nos anos 1960 e segue até hoje, diversas expressões juvenis surgiram e tiveram forte atuação nas dinâmicas de participação social deixando suas marcas na cultura política brasileira, mesmo que algumas delas tenham passado de maneira desapercibida no cenário social enquanto expressões significativas de um modo de ser jovem que se fortaleceria posteriormente.

Neste sentido, o movimento da contra-cultura dos anos 1970, bem como, os novos movimentos sociais e culturais dos anos 1980, foram essenciais no fortalecimento de uma tradição participativa e de intervenção realizada pelos jovens gerando um ambiente favorável para o cenário do início dos anos 1990, onde esta categoria volta com grande força nos diferentes espaços sociais (do acadêmico ao midiático).

Nos anos 1970 o movimento da contra-cultura se fortalecia como movimento reativo à sociedade autoritária e conservadora de então. Este movimento se expressou de diferentes formas dentre as quais destacamos aqui o movimento artístico de cultura marginal.

Como analisa Buarque de Hollanda (1980), na literatura houve um crescimento – e porque não dizer um “surto” – na produção e proliferação de livretos de poesia que eram passados e negociados à margem da cultura comercial. Os

⁸ Não aprofundaremos esta questão, mas uma boa análise acerca das diferenças semânticas e de abordagem do protagonismo juvenil adotadas tanto pelos educadores populares/movimentos juvenis quanto pelos organismos multilaterais é realizada por Iulianelli. Para o autor, esta expressão pode esconder diferenças significativas entre os variados grupos. Por isso a necessidade de continuamente ressemantizá-la. Como diz: “Se lá, para os organismos multilaterais, significa participação, direitos e responsabilidade e capacidade de construir a integração social, aqui significa participação solidária, direitos e responsabilidades conquistados por uso dos mecanismos legítimos de pressão social e construção da integração social por meio da formação de uma opinião pública esclarecida. Ou seja, trata-se de qualificar a questão a partir dos próprios sujeitos e não a partir dos interesses do mercado ou da dívida externa – que, aliás, em última instância, não se distinguem um do outro, uma vez que ambos estão comprometidos com o sacrificalismo” (Iulianelli, 2003:69).

mesmos eram vendidos em portas de cinema, museus e teatros. “Mais do que os valores poéticos em voga, eles trazem a novidade de uma subversão dos padrões tradicionais da produção, edição e distribuição da literatura” (idem:97), visto que sua produção é puramente artesanal. A venda e distribuição eram feitas pessoalmente, aumentando, assim, a aproximação entre autor e público. O surgimento destas publicações alternativas tem como alguns de seus expoentes Chico Alvim, Chacal, Torquato Neto, Cacaso, Waly Salomão, Paulo Leminski, entre outros.

Porém, a cultura alternativa não será exclusiva da literatura. Como complementa a mesma autora,

“no teatro aparecem os grupos ‘não-empresariais’, destacando-se o Asdrubal Trouxe o Trombone; na música popular os grupos mambembes de rock, chorinho, etc.; no cinema surgem as pequenas produções, preferencialmente os filmes em ‘Super-8’. Todas essas manifestações criam seu próprio circuito – não dependendo, portanto, da chancela oficial, seja do Estado ou das empresas privadas – e enfatizam o caráter de grupo e artesanal de suas experiências” (Buarque de Hollanda, 1980:96).

Contudo, a contra-cultura não se resumiu às artes. Seus elementos também são manifestados através dos movimentos de comportamento e de ruptura social. O movimento *hippie* foi uma de suas expressões, realizando a crítica do consumo e do conservadorismo social.

Já posteriormente, o movimento punk radicaliza esse cenário. Diferentemente da contra-cultura, este não só reage como nega a sociedade de então. Através da música e de um estilo de vida baseado na intervenção e protesto social este movimento traduzia seu ideário a partir de um comportamento contestatário. Abramo (1994), em seu estudo sobre o movimento punk brasileiro, coloca-o como um dos pioneiros da estética espetacular de agir.

Identificados com uma imagem e postura pessimista e de desencanto frente à sociedade – postura esta interpretada como sinal da contemporaneidade – os punks usam de seus recursos visuais e simbólicos para expressar seu descontentamento frente ao mundo real. Como nos diz a autora,

“é exatamente uma encenação distópica o que podemos ver nas representações mórbidas e nas imagens apocalípticas que compõem os estilos desses grupos juvenis. Eles desenham um retrato da sociedade em que são destacados e ampliados os traços negativos, prescrutando as tendências colocadas pela ordem atual e procurando chamar a atenção, de forma crítica, sobre esses traços. A postura apocalíptica, as imagens infernais, destroçadas e

exangues que esses grupos exibem, não representam uma patologia mórbida, um desejo de morte ou uma exaltação do horror. É uma representação crônica, espetacular, da visão que eles têm da realidade, para criticá-la, para denunciá-la” (Abramo, 1994:153).

Mais que uma aceitação niilista das condições de vida, sua mensagem soava como “um alerta crítico sobre o possível desenvolvimento futuro das tendências inscritas no presente” (idem).

Ainda nos anos 1980 – expressão de uma sociedade que se democratizava – aparecem com vigor vários movimentos sociais que ensaiavam um repertório de ação novos e que logo serviriam de espaços (e laboratório) para diferentes formas de participação juvenil. A fragmentação e pluralidade destes movimentos juvenis tornam-se a tradução de um tipo de sociedade democrática, aberta, porém também mais complexa e desafiadora devido aos graves problemas de autoritarismo, desigualdade e pobreza herdadas do período ditatorial.

O aparecimento de jovens das classes populares, a influência da indústria cultural, a fragmentação e diversidade temática como possibilidade de inserção, entre outros, além de serem alguns elementos importantes para caracterizar esta época, são também sinais do surgimento de questões e categorias novas na teorização acerca da juventude.

Para Abramo (1994:55),

“os anos 70 e 80 introduziram transformações significativas no quadro da juventude brasileira ainda não suficientemente pesquisadas e sobre as quais não há ainda muita clareza. Mas é possível ressaltar uma mudança sensível na composição da categoria juvenil dos meios urbanos do país: se nos anos 50 e 60 esta referia-se centralmente aos jovens de classe média, agora passa indiscutivelmente a abranger os jovens dos setores populares. O espectro público da juventude também muda: o movimento estudantil perde expressividade e começa a ganhar visibilidade uma grande variedade de figuras juvenis, cuja identidade se expressa principalmente através de sinais impressos sobre sua imagem e pelo consumo de determinados bens culturais oferecidos pelo mercado”.

Neste contexto, a identidade juvenil se dispersa, de forma que “a maior parte dos acontecimentos que põem em evidência a juventude dos anos 80 parece estar ligada à formação de tribos (bandos, estilos, subculturas, culturas) ligadas a determinados estilos musicais e modos espetaculares de aparecimento” (idem:43).

Nos anos 1980, os jovens passam a ter novamente visibilidade no mundo da produção e do consumo cultural. A explosão do rock nacional, o surgimento de mídias especializadas, as experiências políticas e culturais advindas do espaço da

periferia, entre outros, são alguns exemplos da expansão social e da importância verificada a estes.

Com menor visibilidade, neste espaço de tempo, os estudantes – com o desafio de recriar sua militância a partir de uma sociedade democrática – também se apresentaram como atores de participação.

E é desta maneira que as diversas formas de expressão juvenil, ou seja, as diversas juventudes⁹ como considera Bourdieu (1983), atravessam os anos 1970 e 1980: desenhando outros espaços de socialização política e cultural que desencadeiam, em meados dos anos 1990 até hoje, na construção de um outro debate teórico-metodológico, um outro olhar acerca da condição juvenil.

Como afirma Sousa (2002:02),

“(...) a última década mostrou a pertinência do revigoramento dos estudos sobre o tema da participação política das novas gerações atualizado na compreensão das novas sociabilidades históricas inter-relacionadas com as categorias sociais, culturais e políticas (classes sociais, nacionalidade, internacionalismo, gênero, etnia, religião, filiação partidária, ideologia, associativismo, movimentos sociais e outros)”.

O protagonismo dos jovens da periferia¹⁰, os jovens rurais¹¹, os jovens negros, os estudantes, bem como os grupos juvenis de cunho internacionalizado – notabilizado pelos movimentos altermundistas que ensaiaram sua atuação nos anos 1990 e explodiram no final desta mesma década em Seattle, Praga, Gênova e nos Fóruns Sociais – são alguns exemplos da vitalidade do movimento juvenil no cenário dos últimos 15 anos.

Sua visibilidade, em grande medida, retomada através da mídia e do mercado que percebe no setor juvenil um potencial consumidor¹², é reforçada também pelo aparecimento do protagonismo dos novos movimentos juvenis já referidos acima.

⁹ Em texto que analisa a questão juvenil sob o ponto de vista teórico conceitual, Bourdieu (1983) considera um erro falar em juventude – palavra vazia que não traduz as diversas realidades e riqueza que essa palavra pode sugerir. Para o autor, a juventude só existe numa realidade concreta e para uma análise mais correta devemos considerar os distintos fatores que condicionam o viver diferenciado pelos vários grupos juvenis.

¹⁰ Esta expressão juvenil foi visibilizada, principalmente, através de movimentos de cunho cultural como o hip hop, funk e reggae. Neste campo temático foi produzida uma importante literatura, entre os quais destacamos: Arce (1999), Hermano Vianna (1988), Diógenes (1998, 2004), Alba Zaluar (1994, 2003).

¹¹ Juventude do MST, Pastoral da Juventude Rural e outras associações.

¹² Ver importantes análises nos trabalhos de Kehl (2004) e Ribeiro (2004) em artigos que compõem o livro “Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação”.

Aqui faremos um breve panorama da participação juvenil nestes novos movimentos, em especial, os de protesto global, os advindos das periferias e alguns movimentos culturais.

1.1.1. Novas formas de participação juvenil: periferia, cultura e protesto global

Com um nítido deslocamento da participação social do campo da política institucional para uma dimensão de caráter político cultural, muitos jovens ensaiaram outras formas de intervenção desencadeando o aparecimento de experiências que mesclam estas duas dimensões (a política e a cultura) de forma muito original¹³.

São expressões desta realidade o “grito” organizado das periferias do país, os movimentos juvenis de solidariedade, os movimentos anti-globalização que organizam-se e realizam sua intervenção tanto nas ruas como nas ondas da rede virtual, os movimentos estudantis que começam a incorporar discursos e bandeiras de luta que discutem problemas da pós-modernidade (como a discriminação de gênero e de raça), entre outros.

Estas novas configurações juvenis tem demonstrado sua insatisfação com uma democracia baseada na *realpolitik* e na política enquanto espetáculo, questionando-a, e se manifestado no cenário político-social de modo crítico e exigente. Como citado anteriormente, aqui realizaremos de modo breve, um pequeno estado da arte da participação juvenil na contemporaneidade a partir, primeiramente, de três experiências: a) o movimento juvenil da periferia; b) os movimentos de protesto contra a globalização capitalista; e c) a experiência de movimentos juvenis de cunho cultural.

a) O grito da periferia: a emergência de outros rostos no corpo juvenil

No final dos anos 1970, a modernização conservadora transformou visivelmente o cenário urbano das grandes cidades refletindo-se no inchaço das periferias e no aumento da diferenciação entre os territórios de inclusão e exclusão. A inclusão foi mediada, entre outras coisas, através do consumo que – estimulado

¹³ Diversas pesquisas têm revelado o afastamento da juventude e da sociedade em geral dos espaços políticos tradicionais (Krischke, 1995; Teixeira Coelho, 1997).

pela indústria cultural – teve forte impacto entre os jovens, inclusive os das camadas populares.

A realidade de consumo juvenil deve-se também a outro dado importante: o perceptível aumento no número de jovens trabalhadores. De acordo com Abramo (1994:57),

“o modelo de crescimento adotado pelo regime militar, consubstanciado no milagre econômico (1968 a 1973), combinou um considerável crescimento de empregos na área urbana com arrocho salarial, o que criou as condições para um notável movimento de ingresso de jovens e de mulheres no mercado de trabalho”.

Em estudo realizado por Madeira (1986), nesta época uma percentagem expressiva dos jovens está inserida no mercado de trabalho. Esta nova realidade, certamente, trouxe impactos no perfil e constituição da juventude brasileira. A autora defende a tese de que ficou cada vez mais comum a combinação entre trabalho e estudo por parte dos jovens trabalhadores.

Mas se o trabalho acarreta para muitos jovens uma dupla jornada, é através dele que os mesmos conquistam a autonomia financeira suficiente para dar cabo a seus desejos de consumo, numa sociedade marcadamente estimulada por ele.

Para Abramo (1994: 60),

“para esses jovens e adolescentes, o trabalho tem, além do caráter de necessidade, o de via de acesso a uma autonomia desejada em relação à família, tanto no sentido de maior independência e liberdade de ação (onde se incluem também as decisões sobre as alternativas entre trabalho e educação), pois o trabalho confere maturidade e respeito no interior da família, como no sentido de possibilidade de consumo de bens pessoalmente valorizados”.

A obtenção de renda representa para além do início de uma autonomia perante a família, a entrada no mercado consumidor. A formação de uma camada importante de jovens consumidores fez com que o mercado se moldasse e se preparasse para criar e suprir as demandas deste público. A sociedade de consumo se fortalece e os produtos e serviços dos setores de roupas e diversão são o que mais crescem.

Estes fatores associados dão visibilidade a uma parcela considerável de jovens que – na periferia das grandes cidades – trazem consigo formas de organização e de viver/sentir a vida peculiares desta realidade. Neste sentido, outros rostos juvenis começam a emergir diversificando a representação e imagem da juventude até então ligada à imagem dos estudantes. O *rosto* da periferia aparece

e seu *grito* começa a ser ouvido de forma a quebrar o cerco da invisibilidade. A periferia começa a tornar-se, em alguma medida, parte integrante do centro.

E pesem os diversos fatores que levaram à visibilidade tanto na mídia quanto na academia foi a questão cultural aliada à vida e o cotidiano destes jovens, que colocaram no centro os seus modos de viver, pensar, construir alternativas frente às suas diferentes realidades.

Nos anos 70, setores da periferia carioca já davam sinais de uma vitalidade cultural até então pouco conhecida, e quando muito, marginalizada. Influenciados pela *black music* norte-americana, mas também pelo *reggae* e o *ska*, surgem no Rio de Janeiro – e logo se popularizam nas grandes cidades do país – estilos como o *soul* e o *charm*, bem como outras variações musicais que vão dar origem, posteriormente, às modas e movimentos muito presentes na atualidade conhecidos como *reggae*, *funk* e *hip hop* brasileiros.

O intercâmbio de discos, roupas e acessórios, símbolos e produtos relacionados a esses estilos dão força e consistência a estes movimentos que – aos poucos – começam a integrar o cenário e o próprio estilo de vida dos jovens da periferia.

No que diz respeito ao *funk*, o mesmo remonta à formação do grupo *Black Rio* e a realização – por este – dos bailes da pesada na zona sul carioca. Com uma grande capacidade de convocatória, os bailes, realizados originariamente na casa de shows “Canecão”, reuniam milhares de jovens, principalmente os das camadas populares que se identificavam pelo ritmo e, em alguma medida, pelo seu caráter marcadamente racial. Em estudo realizado nas periferias do Rio de Janeiro, Arce (1999:87) faz referência a este movimento, que exerce, na sua perspectiva, “um papel relevante no reencontro com a identidade negra brasileira da década de 70”.

Por seu forte impacto – e pelo medo visível que as camadas médias tinham daqueles que até então eram invisíveis – os bailes foram deslocados da zona sul para as periferias da cidade, onde foram incorporados como parte integrante da vivência e experiência de encontro comunitário e se fortaleceram. A marginalização da cultura negra no país sempre foi regra até, de fato, ser integrada e apropriada positivamente pela “*elite cultural*” da sociedade que, posteriormente, a difundia de acordo com seus interesses. Assim foi o caso do carnaval, da capoeira, das religiões afro, e agora também tanto do *funk*, quanto do *hip hop*.

Este último, no entanto, tem sua entrada no país através da cidade de São Paulo, onde uma variedade de grupos juvenis (também da periferia) – a partir do toque da *black music* – entrou em contato não só com sua batida e seu ritmo, mas

com todo um estilo de vida, que incluía a arte e a exigência de uma crítica política e social, um engajamento. Desta forma, nasce no país uma cultura de rua que logo é identificada e associada aos bairros populares das grandes cidades brasileiras e à linguagem de seus jovens.

E se a cultura de rua, inicialmente, foi limitada e territorializada nos bairros periféricos das grandes cidades, rapidamente ela começa a integrar-se e ser associada à linguagem e estilo dos grandes centros urbanos como um todo. São tradução de parte deste centro. O som, o ritmo e os desenhos grafitados nos muros e paredes invadem e conquistam a cidade que os incorpora como mais um dos elementos constituintes de sua própria tradução.

Constituído a partir de três elementos artísticos – o *break* (dança), o *grafite* (pintura) e o *rap* (rythim and poesy – música) – o *hip hop* é uma cultura de rua que traduz e leva para o espaço público, as vivências, os conflitos e as conquistas dos jovens moradores dos bairros pobres da cidade. O frágil elo entre os moradores das comunidades e o Estado, a carência de representatividade no cenário político institucional e a ausência de eco nas reivindicações por políticas públicas na periferia, são questões trazidas pelo hip hop que se transforma num importante e privilegiado instrumento de comunicação, onde as demandas e necessidades da comunidade, bem como, o projeto coletivo que defendem, se tornam visíveis, se apresentam.

Como analisa Sousa (2002:12-13),

“os saltos do break, o colorido gráfico de painéis de rua, a expressão performática musical e o envolvimento com os problemas da comunidade formulam valores de contestação e imprimem significado de resistência de classe no domínio cultural do espaço público enquanto vai estabelecendo a base educativa para a politização de milhares de jovens. (...) o hip hop brasileiro adquire o sentido de combate à violência urbana, vem indicando que o pêndulo dos agrupamentos juvenis da periferia transforma a atuação cultural no espaço da denúncia e na alternativa contra a carência. Pode-se afirmar que o hip hop deu origem a um dos mais significativos movimentos de juventude desta última década revelados num raio de influência além do universo simbólico da política. É um grito por melhores condições de vida de uma juventude nascida na periferia”.

E se inicialmente tanto o *hip hop* quanto o *funk* foram apreendidos de forma unilateral, como produtos importados, hoje eles incorporaram vários elementos da cultura brasileira, seja no campo da música, do grafite, ou ainda no conteúdo expresso nestas formas artísticas.

Desta forma, são nos bairros periféricos das duas maiores cidades do país que, tanto o *funk* (mais circunscrito no Rio de Janeiro), quanto o *hip hop* (com maior força em São Paulo), começam a desenhar uma história de fortalecimento da imagem destes jovens¹⁴ seja pelo realce de seu papel enquanto protagonista, seja pela simples positividade advinda de suas expressões artísticas.

Desta forma, estes dois movimentos potencializam, a partir de seus diferentes objetivos e nos diversos lugares, a criação de espaços de convivência, lazer e troca de experiências; se constituem enquanto espaços onde os jovens podem expressar seus conflitos, relatar o cotidiano de suas vidas, reivindicar garantias, protestar contra o sistema ou, simplesmente, se divertir (em cidades onde os espaços de diversão e lazer são tão segregados)¹⁵.

E se por um lado, os estigmas e preconceitos, num primeiro momento, voltaram a povoar o imaginário das classes média e alta acerca dos jovens negros, pobres e moradores das periferias/favelas – chegando à satanização das expressões, vivências e estilos musicais, bem como, impondo um tom policialesco e de periculosidade a estes movimentos¹⁶ –, por outro, a dinâmica gerada por esta visibilidade social colocou em primeiro plano, no centro das discussões, uma realidade juvenil que também era periférica, invisível e ausente quando da discussão e criação de políticas públicas para estes jovens.

¹⁴ É importante referenciar que os jovens da periferia sempre estiveram presentes na vida e realidade do país e sempre se manifestaram a partir de suas expressões e organizações juvenis. Como afirma Arce (1999:75), estas expressões juvenis “se apresentaram desde o final dos anos 30, mas não faziam parte da representação dominante do jovem. As representações dominantes estabeleceram que nas zonas e bairros populares havia delinquentes, desocupados ou trabalhadores, mas não movimentos juvenis”.

¹⁵ Apesar da aproximação musical do funk e o hip hop – bases eletrônicas, samples, a influência negra norte-americana – os mesmos tem dinâmicas e objetivos diferentes. Segundo Silva (1995), “a identidade construída a partir do funk, no Brasil, é muito mais flexível e com características voltadas para a partilha de momentos e valores específicos, principalmente o de ‘estar junto à toa’, sem uma proposta de mudança social, como no hip-hop”. Neste mesmo sentido, aponta Yúdice (1997) quando afirma que “a cultura do funkeiro, desde a década de 70 até hoje, rejeitou a promessa de civilidade apresentada por intelectuais e políticos e até mesmo pelo movimento negro. A cultura do funkeiro, portanto, é compreendida enquanto uma forma de resistência à ‘cultura oficial e dominante’, apesar de não propor nenhuma inserção social mais ofensiva”. No hip hop, além das diferenças em termos de organização, a crítica política é expressa e constituinte do próprio movimento.

¹⁶ Diversas análises têm sido realizadas sobre os estereótipos e preconceitos acerca dos jovens que moram nas periferias. De modo a questionar a naturalização que subsiste no imaginário das camadas médias, vários autores tem realçado a crítica e realizado um contraponto a esta visão produzida e reproduzida pelas diferentes mídias. Para aprofundar ver: Coimbra e Nascimento (2003) – Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: Jovens em tempo real. (orgs.) Pontes Fraga e Silva Iulianelli. DP&A editora. Rio de Janeiro; e Zaluar (2003) – Guangues, galeras e quadrilhas: globalização, viloência e juventude. In: Galeras Cariocas. (org.) Hermano Vianna. UFRJ. Rio de Janeiro.

Além disso, conseguiu se inserir e ser incorporado por uma parcela significativa das camadas média e alta – através da adaptação da indústria cultural. Os estilos musicais, bem como, o seu visual e linguagem foram apropriados pelas outras camadas sociais rompendo e modificando o curso tradicional da lógica de incorporação de modas e hábitos entre as classes.

Como analisa Bourdieu (1983) em seu trabalho intitulado “*Gostos de classe e estilos de vida*”, existe uma reprodução do “gosto” e do “estilo” da alta classe pelos sujeitos das classes mais baixas. Mas o contrário também pode ser verdadeiro. Atualmente, tanto o *funk* quanto o *hip hop* fazem parte do gosto e repertório de um número expressivo de jovens das classes altas.

b) Um outro mundo é possível? A emergência dos movimentos juvenis altermundistas

Para novos contextos, novas formas de luta; para a emergência de outras muitas e novas perguntas, as diferentes tentativas de respostas. E mesmo que os problemas contemporâneos não sejam tão novos, a realidade atual exige outras formas de encará-los. É assim que na metade da década passada – e no seu final, de forma mais contundente – surgem em diferentes partes do mundo movimentos que colocam as questões centrais da sociedade atual noutro paradigma de mobilização e luta.

Questões como a militarização dos países (e seus mecanismos de paz e guerra); a imposição do imperialismo norte-americano de corte neoliberal; o trabalho infantil e a exploração das multinacionais; o problema do meio ambiente e sua degradação; a visão macroeconômica da vida levada a cabo pelos órgãos multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros, entraram de vez na agenda da sociedade civil mundial que – de modo mais sistematizado – começou a rever suas formas de atuação e organização coletiva e pensar na construção de outras experiências.

Estas últimas foram forjadas num contexto de grande acúmulo dos movimentos sociais que – durante os anos 90 – começaram a responder de forma mais internacionalizada às políticas neoliberais. A resistência se deu em vários níveis e em diferentes lugares do globo tornando alguns eventos e datas, importantes marcas neste processo histórico. São indispensáveis nessa cronologia da resistência: o *levante zapatista* ocorrido em janeiro de 94 e o *I Encontro*

Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo realizado em 1996, ambos em Chiapas (México); a criação da *Ação Global dos Povos*¹⁷ em Barcelona no ano de 1997; o surgimento da *Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC)*¹⁸ em 1998; a “*Batalha de Seattle*”¹⁹, em 1999; os *Fóruns Sociais*²⁰ que tiveram início em 2001, na cidade de Porto Alegre.

Para Houtart (2001:92-93),

“a ampliação das resistências resulta da exacerbação das consequências da mundialização da economia capitalista. A feminização da pobreza acarreta a radicalização dos movimentos feministas; a destruição e a privatização das riquezas ecológicas encorajam a criação de grupos de defesa do meio ambiente; as destruições culturais suscitam reações defensivas frequentemente retrógradas, se não se fazem por uma análise adequada. (...) todas essas resistências são, como correntemente se diz, a expressão da sociedade civil – mas, convém acrescentar, da sociedade civil de baixo”.

Por trás das resistências – em diferentes graus e níveis – estão as vontades coletivas de significativa parcela da sociedade civil que busca imprimir num registro humanitário, político e social a sua re-existência, um novo pacto planetário, numa sociedade marcada – como vimos acima – por um regime social de acumulação impulsionado pelo capitalismo.

Neste processo de reconstrução do ideário de resistência mundial e da reinvenção de um pensamento libertário, a juventude aparece como um destacado sujeito integrando de forma ativa os protestos e manifestações ocorridas contra o acelerado movimento de fortalecimento da perspectiva neoliberal no mundo. Foram

¹⁷ A *Ação Global dos Povos (AGP)* é um movimento de resistência ao capitalismo organizado por diferentes grupos e em vários países. Este movimento realiza intervenções através de campanhas populares e ações diretas e tem sido uma das grandes frentes no movimento anti-globalização.

¹⁸ A *ATTAC* foi criada na França em 1998 com o objectivo de lutar pela implementação da *Taxa Tobin*, um instrumento de regulação dos mercados cambiais. Desde então alargou seu âmbito de atuação e constituiu uma rede de plataformas em diferentes países do mundo.

¹⁹ Os protestos multitudinais encabeçados por milhares de manifestantes em Seattle que saíram às ruas contra a *Organização Mundial do Comércio (OMC)* que realizava naqueles dias sua *III Conferência de Cúpula* com o objetivo de aprovar a chamada “*Rodada do Milênio*” – uma série de normas para regular as relações comerciais entre os blocos imperialistas – e que ficou conhecida como a “*Batalha de Seattle*” teve um profundo impacto na reorganização das forças dos movimentos sociais em âmbito internacional, modificando o cenário e a composição de forças políticas.

²⁰ O *Fórum Social Mundial* foi uma experiência iniciada em 2001 na cidade de Porto Alegre (Brasil) a partir da organização da sociedade civil mundial com o objetivo de se contrapor tanto político quanto ideologicamente ao *Fórum Econômico Mundial*, bem como, partilhar as diversas experiências realizadas nos diferentes países que viabilizavam alternativas frente à globalização neoliberal.

os jovens, em grande medida, que organizados em diferentes movimentos, colocaram na agenda internacional a luta contra o neoliberalismo em suas mais variadas dimensões.

A participação destes nos dias de Ação Global²¹, nas revoltas dos imigrantes nas periferias das cidades francesas, nas campanhas de denúncias contra a exploração das multinacionais²², na campanha contra a ALCA²³, nos movimentos indígenas na América Latina, nos protestos performáticos dos “*Reclaim the Streets*”²⁴, entre outros, é uma expressão desta atuação que para além de plural é também inovadora na forma, introduzindo vários elementos na maneira de atuar e de se manifestar (desde às estratégias e táticas à construção de símbolos).

Nascidos na era digital, estes movimentos se utilizam dos meios de comunicação e da informática como um importante instrumento de luta. O uso da Internet para a realização de convocatórias, discussão, boicote, entre outros, tem sido uma das estratégias destes que a cada dia se tornam mais horizontalizados e internacionalizados. Importantes estudos estão sendo realizados na perspectiva de analisar a influência destes instrumentos na atuação dos movimentos sociais.

Com uma concepção de militância e intervenção política diferenciadas de outros grupos, estes novos movimentos recuperam para o cenário político atual, pr(t)áticas até então um pouco esquecidas como a *ação direta*. A adesão à ação direta é justificada como alternativa, “como forma possível de manifestação quando outras formas se esgotam, quando os direitos sociais e legais são restringidos pela mercantilização da vida” (Sousa, 2002:22).

Além da ação direta, estes movimentos trazem também consigo um ideário político marcado pela perspectiva de valores como *autonomia* e *horizontalidade*. Tanto um como outro, refletem em suas formas de organização, um contraponto aos modelos tradicionais de fazer política baseados no *centralismo* e na *hierarquia*. Esses valores voltam para o centro da cultura política juvenil como eixos

²¹ Os dias de ação global são datas marcadas para a realização de manifestações contra o modelo de globalização financeira expresso na ação das grandes corporações. Essas manifestações, geralmente, são realizadas nos dias em que estas corporações financeiras e políticas se reúnem para discutir suas pautas internacionais.

²² Neste caso, os *sweatshops* – tão bem discutidos em livro de Naomi Klein intitulado “No Logo” – têm realizado uma grande intervenção que denuncia claramente a exploração da mão-de-obra barata e escrava de empresas multinacionais em diversos países.

²³ Área de Livre Comércio das Américas.

²⁴ Grupo inglês que luta pela preservação do meio ambiente e pela recuperação dos espaços públicos e um dos mais destacados grupos altermundistas.

constituintes de uma prática que compreende a própria juventude enquanto um “*tempo de vida politizável*”²⁵.

Outro valor recuperado pelos movimentos juvenis que lutam por uma outra mundialização foi o *internacionalismo* (Seoane e Tadei, 2001; Monereo, 2001). Advindo da tradição do movimento operário do século XIX, estes novos movimentos retomam e resignificam este valor como elemento fundamental da resistência. A lógica de atuação é a lógica da globalização: “enquanto o capital atravessa fronteiras livre e impunemente, em busca de maiores lucros, os povos oprimidos não podem permanecer fechados nas suas fronteiras” (Sousa, 2002:31).

E se há uma compreensão de que as grandes lutas a serem travadas possuem um caráter global, existe também a percepção de que esta só pode ser concretizada no registro da territorialidade e, portanto, localmente.

Neste sentido, são um exemplo concreto, os jovens estudantes americanos que denunciam os *sweatshops* – que produzem roupa de marca para o “mercado jovem” (ou uniformes escolares) a partir de mão-de-obra e trabalho infantil, como nos mostrou Klein (1999) – nas universidades e escolas de seu país, seja pressionando as autoridades competentes a romperem seus contratos com tais empresas, seja conscientizando os outros jovens da necessidade de realizar outras práticas de consumo.

Os jovens inseridos no movimento anti-globalização também recuperam bandeiras e reivindicações de caráter material. Se existe a compreensão de que foi importante para os movimentos sociais a incorporação de lutas de caráter identitário, também existe a certeza de que a realidade mundial se complexificou e que os problemas de ordem material não só não foram resolvidos como foram agravados. Neste sentido, são expressões desse movimento interno reivindicações como o “perdão da dívida dos países pobres”, a não ingerência de organismos multilaterais nas decisões e autonomia dos países em desenvolvimento, entre outros.

Além disso, estes movimentos trouxeram à tona a compreensão da necessidade de reunir todas as expressões políticas e grupos sociais que estavam fragmentados e dispersos, para uma ação coletiva mais sistematizada, cruzando as

²⁵ Termo sugerido por Drago e Lopes (2003) para sugerir o tempo juvenil como um tempo de vida que se alia a um aprendizado da dimensão da política. Mas para isso, é preciso que esta seja incorporada às práticas sociais do cotidiano. Ainda afirmam serem os jovens, os atores que colocam com mais propriedade no espaço da política suas próprias demandas e necessidades. São os jovens “sujeitos sociais que questionam e contestam o seu modo de inserção na totalidade social. A sua juventude é o próprio tema que vieram introduzir no espaço da política” (idem:64).

fronteiras existentes entre os diversos movimentos (de gênero, classe, etnicidade, território e idade) que haviam sido separados pelos ativistas anteriores em compartimentos mais ou menos estanques (Feixa, Costa e Saura, 2002).

Para Seoanne e Tadei (2001), os protestos juvenis têm dado um impulso e nova dimensão às formas de participação no início do século XXI, desenhando um processo de confluência com diferentes setores e movimentos sociais que até então viam com reticência as reivindicações destes mesmos coletivos.

Para estes mesmos autores, embora numa escala menor, uma geração se mobiliza, com seus próprios valores, métodos e formas de organização. E podemos assinalar, ainda que de forma hipotética, que estes movimentos também já produzem nestes jovens uma vivência comum.

A volta da multidão para o espaço público das ruas – com seu forte caráter juvenil – marca, portanto, um ponto de inflexão na forma como os movimentos sociais realizam a disputa de poder político no cenário internacional. E podemos afirmar que nesta disputa no interior do campo político, os jovens organizados nestes movimentos vieram com disposição firme para assinalar o fim do fim da História.

c) Juventude e cultura: cidadania e práticas políticas

Como vimos destacando, atualmente o pêndulo da participação juvenil (e não só!) tem sido regido por uma ampla práxis que vem se constituindo aliada à dimensão da cultura e de valores como a solidariedade e cidadania. Grupos culturais, associações comunitárias, intervenções midiáticas e performáticas tem se multiplicado no país – com as suas mais variadas demandas e reivindicações – e tornam-se verdadeiros focos e espaços de participação política, muitas vezes invisíveis e marginalizadas pelo espectro político tradicional.

A emergência destes espaços pode ser entendida como uma necessidade reativa frente às condições de vida e aos modelos sociais estabelecidos que não conseguem garanti-la de modo minimamente aceitável. Mas também pode ser compreendida como uma reação aos modelos políticos de intervenção que não têm sido suficientemente fortes para expressar e representar os desejos de significativa parcela da população.

Foi assim que surgiram, por exemplo, as experiências tanto do *Afro Reggae* na favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro (que pode ser pensada como

representativa da vida de tantas outras experiências comunitárias de nossas grandes cidades), como da Central Única das Favelas (CUFA).

Ambos os grupos tornam-se porta-vozes de uma juventude da periferia que cansada de esperar pelo Estado decidiram se organizar no sentido de construir projetos culturais e sociais catalizando a criatividade e energia juvenil ali existentes.

A primeira experiência surge em meados dos anos noventa quando um grupo de jovens decide divulgar na comunidade suas experiências culturais. As festas de funk, de reggae (que começava a entrar na cena juvenil através do movimento reggae do Rio), as atividades comunitárias eram assuntos mais que suficientes para entrar na pauta de um pequeno informativo comunitário. Excluídos de qualquer espaço na grande mídia, estes jovens viam no informativo uma maneira de circular um tipo específico de informação que tivesse a cara daquela juventude: música, festas, assuntos relacionados à comunidade, seus problemas, entre outros. Assim nasceu o *Afro Reggae Notícias*.

O informativo parece ter sido somente o início de uma trajetória. Com visibilidade conquistada, o *Afro Reggae* também emerge como um ator importante no cenário social comunitário. Estabelecendo parcerias com ong's que discutiam a questão da juventude nas periferias cariocas, iniciam um trabalho de intervenção social sistematizado pelo viés da cultura. Nascia o Grupo Cultural Afro Reggae (GCAR), organização não governamental, que nascia com o objetivo de tirar do horizonte dos jovens a realidade da entrada no narcotráfico e do subemprego.

Para isso, desenvolve projetos em três comunidades do Rio de Janeiro (Cantagalo, Parada de Lucas e Vigário Geral) e através da arte, da cultura e de um acompanhamento social, tem conseguido mudar o cenário social da realidade de adolescentes e jovens nestes lugares²⁶.

Através das oficinas de dança, ritmo, música e percussão oferecidas pelo GCAR, surge a banda *Afro Reggae*, que se apresenta artisticamente desde 1995, sendo mais uma experiência importante na transformação de um cenário nem sempre feliz para aqueles que moram nas periferias das grandes cidades.

Ela aponta, de alguma forma, para a reconstrução de realidades e biografias de jovens que têm sido vítimas do quadro geral da violência urbana no país²⁷.

²⁶ Ver site: <http://www.afroreggae.org.br/>

²⁷ Diferentes pesquisas têm dado visibilidade a um quadro de verdadeiro extermínio de jovens pobres e negros no Brasil. Dados confirmam que em 2002, 5.903 adolescentes negros entre 12 e 19 anos foram mortas vítimas de violência. Para mais dados, ver: <http://www.unicef.org/brazil/cadernobr.pdf>

Aponta também para um aumento na auto-estima destes, muitas vezes identificados e apresentados pela grande mídia como delinquentes, bandidos, etc.

A experiência do *Afro Reggae* é uma entre milhares de outras existentes no Brasil que demarcam um espaço de resistência frente a violência e pobreza nas periferias. Além disso, transita no campo da participação pelo viés da arte e cultura apropriando-se dessas linguagens para qualificar e formar político e profissionalmente milhares de jovens²⁸.

A segunda experiência, a CUFA, é uma organização nacional que nasce a partir da necessidade de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro, que na ausência de espaços para se manifestar, viram na idéia de construção da central, uma possível alternativa para expressar suas atitudes, questionamentos e criações.

Estes jovens, em sua maioria negros, “descobriram que juntos poderiam sonhar mais e se organizaram em torno de um ideal: transformar as favelas, seus talentos e potenciais diante de uma sociedade onde os preconceitos de cor, de classe social e de origem ainda não foram superados”²⁹.

Na verdade, a CUFA funciona como um grande pólo de produção cultural e se mantém através de parcerias, apoios e patrocínios³⁰. Além disso, promove atividades nas áreas da educação, lazer, esportes, cultura e cidadania. Novamente a cultura hip hop vem costurando todas essas atividades e emprestando sua linguagem nos diferentes trabalhos realizados, da literatura às artes de rua, da criação de vídeos aos trabalhos de mural. E como o *Afro Reggae*, a CUFA transforma-se numa experiência modelo importante na realização de um trabalho focado junto aos jovens.

Mas as experiências de uma práxis política aliada à dimensão cultural não estão circunscritas às periferias. Noutro registro e com outra lógica de atuação, diversos coletivos de arte aparecem no cenário juvenil como mais uma alternativa de intervenção política e social.

Caracterizados por uma fragmentação no discurso, atuações performáticas, uma intervenção predominantemente urbana e baseado numa concepção de arte que coloca em segundo plano a autoria do trabalho, diferentes coletivos tem deixado sua marca no território caótico e elétrico das grandes cidades.

²⁸ O surgimento dessa experiência pode ser encontrada no excelente trabalho de José Júnior: “Da favela para o mundo: a história do grupo cultural Afro Reggae”.

²⁹ Ver site: <http://www.cufa.com.br/>

³⁰ A CUFA realiza entre tantas atividades, programas de rádio, shows, concursos, festivais de música, cinema, oficinas de arte, exposições, debates, seminários, etc.

Herdeiros de uma tradição dadaísta e surrealista, estes coletivos também são portadores de uma linguagem que expressa o pensamento político e a crítica social através de uma mistura de atividades que vão das festas às ocupações, do ativismo de mídia às intervenções urbanas. Também tem incorporado em sua vivência um forte ideário de tradição anarquista, principalmente, no que se refere às questões de horizontalidade e não-hierarquia nos grupos.

Filhos de uma geração midiática, os mesmos se inserem num trabalho fortemente influenciado por uma linguagem artística construída na apropriação das novas mídias (internet, blogs, fotologs, emails, etc.). O uso deste instrumental tem sido incorporado tanto como elemento de intervenção performática como meio de planejar as ações e divulgá-las. Foi desta forma que, entre outras intervenções, conseguiu se inserir nos movimentos altermundistas manifestando-se através da organização de festas-protesto como as do “*Reclaim the Streets*” na Inglaterra, ou ainda da publicação aberta da rede *Indymedia*³¹.

No Brasil são alguns destes coletivos: Grupo de Interferência Ambiental (GIA), Horizonte Nômade, Mídia Tática Brasil, Integração sem Posse, entre outras centenas.

Estas experiências que descrevemos brevemente se inserem numa crescente lógica participativa de jovens que através de manifestações artísticas e linguagens culturais se apropriam de uma consciência de que é necessário e urgente uma intervenção mais concreta – e diferenciada – na cidade. O uso da arte contra a barbárie social torna-se o diferencial no tipo de intervenção política e tem contribuído na democratização dos modos de atuação política e pública alterando o quadro participativo.

Junto a estas três experiências significativas de participação juvenil (movimentos juvenis da periferia, movimentos altermundistas e grupos/coletivos culturais juvenis), certamente, o movimento estudantil se insere enquanto grupo que possui expressividade junto aos jovens, ainda que de maneira diferenciada. É ele que iremos analisar, brevemente, nesse momento, a partir das transformações ocorridas em sua configuração que, entre outras coisas, incorporou muitas das temáticas dos novos movimentos sociais.

³¹ Rede independente de comunicação alternativa organizada em quase todos os países.

1.2. Movimento estudantil: do político cultural ao cultural político

Sem dúvida, o movimento estudantil brasileiro foi – e continua sendo – uma referência no que diz respeito às práticas de participação juvenil no país, trazendo consigo uma tradição de mobilização e luta importantes para a construção e fortalecimento de outros modelos de organização no interior do movimento de juventude.

Mas se afirmamos que o movimento estudantil foi paradigma importante para os movimentos sociais e juvenis que vieram posteriormente, torna-se pertinente assinalar também o contrário³². Com o surgimento da ampla rede de movimentos sociais ocorrido na década de 80 – por consequência da redemocratização do país – e a partir do contato e diálogo do movimento estudantil com estes segmentos sociais, o movimento dos estudantes vem incorporando bandeiras e formas de organização várias, em seu interior, pulverizando e diversificando sua atuação e oferecendo à sua base outros espaços de militância.

As experiências que vamos analisar neste trabalho e que serão aprofundadas nos capítulos posteriores – relativos à pesquisa de campo e sua análise – já são frutos deste processo de incorporação de demandas sociais outras que são problematizadas pelo cotidiano estudantil e que o movimento dos estudantes tem – em diferentes níveis e não sem tensões – respondido.

Neste momento, realizaremos um breve panorama destas influências, uma cartografia rápida daquilo que, de maneira mais aprofundada, analisaremos no quarto capítulo.

Sem perder de vista sua especificidade, o movimento estudantil no decorrer dos anos 1980 e 1990 se apropria de temas outros como as questões relacionadas a gênero, discriminação racial, juventude, cultura, entre outros. Este gesto de incorporação por parte do movimento tem suas raízes na necessidade de dar conta de uma nova configuração estudantil e sua realidade que, com demandas advindas de um cotidiano muito diversificado, inclui pautas outras como questões de identidade, cultura, etc.

Já nos anos 1980, apesar de ainda muito incipiente e ainda preocupado com questões de ordem e organização muito internas, o movimento inicia um processo de intervenção a partir destas temáticas. Mas se nos anos 1980 estes

³² Como veremos no capítulo seguinte, o movimento estudantil tem na abertura, diálogo e interlocução com outros movimentos sociais uma das características incorporadas em sua tradição.

temas começam a ser abordados e – de alguma forma – entram na pauta e nas discussões do movimento estudantil estando expresso, inclusive, nas plenárias e documentos finais de seus congressos³³, somente nos anos 1990 e início desta década, eles emergem de forma mais fortalecida e institucionalizada.

Desta forma, tanto as temáticas que começam a se incorporar na cultura política dos estudantes quanto os grupos de base que organizam e dão sustentação a esta pauta de discussões, começam a ter alguma força e visibilidade entre os estudantes e no próprio interior do movimento estudantil, conseguindo modificar, aos poucos, a disposição dos campos políticos existentes no que se refere ao apoio a estas temáticas.

Inicialmente, o processo de institucionalização destas pautas no interior do movimento destaca-se a partir de duas dimensões: a) a dimensão do conteúdo e; b) a dimensão da forma.

Na primeira, a institucionalização aparece como uma aceitação destas reivindicações por parte dos estudantes e do próprio movimento, ou seja, quando estas pautas se integram às outras lutas já existentes e se firmam enquanto parte de seu ideário. Há aqui um processo de “convencimento” por parte dos grupos estudantis que sempre reivindicaram que o movimento ampliasse e incluísse estes temas.

Na segunda, a institucionalização aparece enquanto um meio concreto de viabilização destas lutas no quadro de prioridades e organicidade do movimento. Na prática, ocorre um “movimento” de formalização destas temáticas e pautas a partir da criação de secretarias no organograma das entidades estudantis. Isso é mais visível nas entidades de caráter nacional (UNE, Executivas, etc.), porém esta prática logo foi incorporada para outros âmbitos do movimento estudantil geral (DCE's, CA's e DA's). Surgem aí as secretarias de cultura, de gênero, da discriminação racial, entre outros.

É claro que a incorporação destas bandeiras de luta na dinâmica do movimento estudantil, como veremos posteriormente no estudo dos casos escolhidos, não é realizado sem conflitos. A própria formatação de um trabalho realizado em modelo de secretaria – consequência da alta institucionalização destes grupos – é passível de críticas por parte de coletivos no interior do movimento. Além disso, nem sempre o surgimento destas secretarias em sua estrutura expressa

³³ Para aprofundar esta questão, ver trabalho realizado por Mesquita (2001) acerca da incorporação destas novas bandeiras de luta no interior do movimento estudantil, inclusive, em documentos oficiais dos congressos realizados pela UNE desde 1979, quando de sua retomada.

algum tipo de interesse por parte do movimento estudantil clássico em abordar ou realizar algum tipo de atividade referente a estas temáticas.

Às vezes, algumas destas secretarias criadas – que visam, a princípio, realizar atividades que fomentem a discussão destas temáticas no interior das entidades e entre os estudantes de maneira a fortalecer políticas (sejam elas culturais, de identidade ou de cunho geracional) – acabam por não ter, de fato, muito poder de atuação e decisão nas entidades estudantis, ficando quase sempre à margem. Aquelas que conquistam maior visibilidade e, desta forma, maior repercussão no meio estudantil, são também aquelas que, de algum modo, são favorecidas pela existência de um certo consenso entre os diferentes grupos políticos no interior do movimento, como a questão das cotas para mulheres na composição da direção das entidades estudantis.

Porém, independentemente do grau de incorporação ou institucionalização destas temáticas, os coletivos tem se organizado no sentido de demarcar dentro do movimento sua capacidade de intervenção entre os estudantes, gerando uma dinâmica de oxigenação e movimentação na estrutura e na organicidade do movimento estudantil que vem se modificando ou se adaptando através das realidades que emergem e são construídas coletivamente.

Podemos também afirmar que estes coletivos que aparecem chamando a atenção dos estudantes para a atuação em outras lutas, bandeiras, outros conteúdos políticos, tem maior ou menor força dependendo do contexto das forças políticas e da própria capacidade destes de se organizarem de modo a influir no cenário da participação estudantil. Alguns destes coletivos vão e voltam no processo de constituição e fortalecimento de suas idéias e organicidade estrutural.

Tomando como base os coletivos que iremos analisar neste trabalho, podemos afirmar que no caso da cultura existe uma forte tradição que permite uma maior regularidade dentro da história do movimento estudantil. A cultura sempre foi um canal de expressão pelo qual o movimento se apoiou e teve uma boa receptividade por parte dos estudantes. Aliás, a cultura foi no interior do movimento estudantil, uma das principais atividades capaz de catalizar e oxigenar a militância estudantil que, muitas vezes, não se sentia identificada com o tipo de atuação ou participação política tradicional realizado por seus dirigentes.

A questão da identidade de gênero vem se constituindo no percurso do movimento como uma experiência recente, principalmente, quando nos referimos à sua dimensão relativa às questões GLBT. Já a inserção de uma ótica feminista

dentro do movimento estudantil tem uma trajetória maior, porém sem muita continuidade e com frágil acúmulo de discussão, como veremos no capítulo 4.

A temática da negritude também se faz presente no movimento estudantil. Como outros coletivos, tem maior ou menor força dependendo dos contextos e da disposição política dos militantes na condução de tais reivindicações. No início dos anos 1990, o coletivo de negros universitários apresentou uma contribuição escrita “sobre a questão étnico-racial, econômica, política e educacional do povo negro brasileiro” (A universidade que o povo negro quer:01). Intitulado: “Universidade: tempos negros virão... A universidade que o povo negro quer”, este documento novamente trazia o questionamento da diferenciação de oportunidades a partir da questão racial. Mesmo sendo maioria da população, poucos são os negros que conseguem chegar ao nível superior. Assim, os universitários negros denunciam a universidade como um dos lugares sociais onde se reproduzem “os valores da estrutura racista da sociedade brasileira” (idem).

Continuam:

“Há muito se ouve falar da necessidade de incorporação por parte do movimento estudantil de questões outras: ecologia, feminismo, drogas, serviço militar obrigatório etc. No entanto, em momento algum as correntes políticas do movimento estudantil sequer levantam a problemática étnica-racial nas suas bandeiras de luta. Porém, para a efetivação de um projeto que vise uma mudança no sistema educacional do Brasil, é necessário que a UNE e o movimento estudantil absorvam como condição *sine qua non* um projeto contra-hegemônico e anti-racista para a nossa sociedade” (A universidade que o povo negro quer:01).

Não sem motivos os estudantes negros começam a se articular, ainda que de maneira tímida. A realidade de exclusão dos negros no ensino superior é visível. De acordo, com Martins (2003), “os negros na Universidade de São Paulo (USP) são apenas 1,3% dos 39 mil alunos. Este dado é irrisório num país onde 45% da população é negra”. Neste sentido, a discussão por ações afirmativas que sejam capazes de incluir os negros no ensino superior – como as cotas – tem sido uma temática muito presente no movimento estudantil brasileiro atualmente.

Mas para além destas reivindicações, o movimento de estudantes negros ainda tem o compromisso permanente de avaliar o papel da universidade numa sociedade pluri-étnica e pensar/elaborar estratégias não só de ampliação do número de negros nas universidades brasileiras como de manutenção dos mesmos. Estes grupos, ainda que dispersos e fragmentados no emaranhado que constitui o complexo da participação estudantil – tiveram ampla participação nas

reivindicações por uma política de ação afirmativa que contemplasse a questão racial no novo texto da reforma universitária proposto pelo governo federal.

Além destes novos grupos que emergem no interior do movimento estudantil, realçando uma luta por políticas específicas que contemplem outras demandas dos estudantes, o movimento tem realizado, ainda que de modo inicial, uma interessante interlocução com outros movimentos juvenis. Esta tem sido realizada, principalmente, nos últimos cinco anos, a partir da constituição e articulação de uma *rede nacional de juventude*. Ainda de forma muito lenta e com dificuldades geradas por consequência das diferentes trajetórias e concepções políticas assumidas por estes variados grupos juvenis, o movimento estudantil tem realizado com outros movimentos de juventude muitas ações coletivas e projetos comuns.

Essa interlocução entre as diferentes experiências tem permitido uma série de transformações no seio destes movimentos: a) um maior conhecimento da prática cotidiana de cada um deles; b) um maior respeito entre si no que diz respeito às diferentes formas de atuação política e social; c) a capacidade de realizar ações coletivas e projetos comuns que reproduzem, mas também vão além da formatação de experiências já existentes, desenhando com originalidade uma verdadeira “*bricolage*” participativa que vai da realização de uma ação direta e uma manifestação política de caráter mais performático à uma construção de um projeto coletivo que realce a temática do “Primeiro Emprego”, por exemplo.

A realização do “Acampamento da Juventude” nos Fóruns Sociais Mundiais também tem sido um bom laboratório e oportunidade de experimentar diferentes formas de integração e ações conjuntas que possibilitem a formação de um movimento juvenil brasileiro mais plural e atuante. Neste sentido, concordamos com Melucci quando discute estas experiências integradoras entre os movimentos juvenis. Para este, estas experiências “são laboratórios nos quais novos modelos culturais, formas de relações, pontos de vistas alternativos são experimentados e colocados em prática” (Melucci, 1997:09). Ainda para este autor, estas redes de movimentos juvenis não são acionadas a todo momento: estas emergem em situações específicas para responder a realidades e contextos delimitados.

Como vimos, então, nos últimos anos, o movimento estudantil absorveu várias das tendências dos novos movimentos sociais que preconizam uma maneira de fazer política mais setorizada. Esta incorporação – de certa forma – foi uma tentativa de criar uma linguagem mais atualizada e mais próxima dos estudantes. A

discussão de temáticas como a cultura, a paz, os movimentos de minoria, entre outros, é fundamental neste redesenho do movimento.

Desta forma, podemos afirmar que a pluralidade de expressões do movimento estudantil começa a se manifestar de maneira mais visível e são estas novas formas de expressão, estas dimensões outras que começam a surgir na militância estudantil, que queremos estudar nesta pesquisa. Entender esta pluralidade que se manifesta a partir do cotidiano de participação dos estudantes é fundamental para perceber outras facetas e dinâmicas de intervenção dos mesmos. A relação destes coletivos com as entidades, as identidades desenhadas e a fronteira estabelecida entre os diferentes grupos e campos políticos de atuação são de nosso interesse no sentido de compreender os principais desafios colocados para a militância estudantil que, numa nova realidade, procura espaços de participação mais renovados.

1.3. Participação do movimento estudantil brasileiro nos movimentos altermundistas: o caso do acampamento da juventude no FSM

Uma outra experiência realizada pelo movimento estudantil que tem, de alguma forma, diminuído o fosso existente entre este e as outras experiências de participação juvenil, bem como, fortalecido sua dinâmica de incorporação de pautas em sua política militante tem sido a realização do Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ) nos Fóruns Sociais Mundiais. Consolidado como um espaço de encontro e articulação de jovens de todo o mundo, o acampamento vem se constituindo como uma das mais inovadoras experiências de internacionalização do movimento juvenil.

Organizado por diferentes grupos e movimentos de jovens dos mais variados países, o AIJ tornou-se um espaço-laboratório de discussão, articulação e criação de experiências que aliam política, atividades de protesto, atuação através das novas mídias, performances artísticas, entre outros.

Neste espaço territorial e multicultural do AIJ, a mistura, a discussão política e as manifestações de cunho simbólico e artístico tornam-se os eixos centrais de uma experiência que se propõe ser, desde já, em sua organização e modo de estruturação, uma mensagem e representação daquilo que os jovens, em sua heterogeneidade desejam.

Com o “espírito” do Fórum Social Mundial, os jovens reunidos no AIJ rearticulam-se, experimentam e criam outras formas e espaços de participação,

onde vislumbram o surgimento e a gestação de uma nova geração política baseada numa visão e num ideário mais global.

Assim, também se nutrem outras experiências e formas de fazer política. Como descrito em um de seus documentos, o AIJ “inaugurou uma perspectiva para a reinvenção das relações políticas e da vida em sociedade. (...) Vem tornando-se um laboratório de práticas socialmente transformadoras”³⁴.

Além disso, o AIJ transforma-se num grande espaço territorial realizador de encontros e trocas. As organizações, movimentos, entidades, entre outros, vêm no acampamento a possibilidade de intercâmbio, de construção de redes e diálogos visando a construção de estratégias, experiências e projetos comuns.

Aqui não vamos fazer uma descrição de seu funcionamento e estrutura, mas queremos realçar sua importância enquanto modelo político, espacial e cultural. A proposta de ser um laboratório que contemple diferentes práticas e experiências pertencentes ao ideário libertário e de esquerda é o grande marco do AIJ que vem conseguindo fazer viável essa proposta. A realização de uma vivência baseada numa lógica de intensa participação e interiorização de práticas e valores constituintes do “outro mundo possível” fez da “cidade das cidades”³⁵ um espaço onde se acredita estar gestando uma outra cultura política, mais horizontalizada e direta.

Para os organizadores, este “complexo sistema de convivência” é uma tentativa de

“ousar pensar a cidade na sua plenitude desafiando seus cidadãos a participarem de um processo a partir do todo (...) Experimentar formas de auto-gestão, de democracia direta, de consumo solidário, de rede de consumo, de esquemas de trocas, de economia popular solidária, de bio-construção (técnica que dispensa o uso de materiais químicos na montagem de estruturas sólidas), de gestão de lixo e reciclagem, de formas de comunicação democrática, de espaços de cultura e cultura popular de contestação”.

Como um dos organizadores e apoiadores do AIJ, o movimento estudantil brasileiro participa ativamente deste espaço propondo e realizando seminários, debates, oficinas, reuniões e manifestações políticas e culturais. Desde o seu início – em 2001 – este movimento, vem construindo a partir de suas mais variadas experiências organizativas, uma tradição participativa no que diz respeito às

³⁴ Ver site: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/acampamentofsm>

³⁵ O Comitê Organizador decidiu batizar essa experiência de “A cidade das cidades”, que se define “como uma comunidade transitória, com conselho de gestão e uma lógica de organização próprios, inseridos no espaço urbano de Porto Alegre” (ver mesmo site acima).

discussões acerca da educação e das temáticas políticas mais amplas. Seu acúmulo e tradição concernente à articulação com outras entidades estudantis de cunho internacional conferem ao movimento estudantil brasileiro um espaço e importância forte no acampamento.

E quando falamos em movimento estudantil brasileiro, nos referimos às suas mais diferentes organizações e expressões, desde a sua entidade nacional – a União Nacional dos Estudantes – às Executivas de Curso. Esta rede de entidades, grupos e organizações característica da dinâmica do movimento estudantil facilita sua maior pulverização e atuação nos diferentes campos em que os jovens estão inseridos no acampamento.

Aqui descreveremos de maneira breve pelo menos duas experiências ocorridas na 5ª edição que exemplificam sua inserção e atuação de forma propositiva no Fórum Social Mundial, em especial, no AIJ, levando em conta suas especificidades, a saber: a) o Encontro Intercontinental de Estudantes e; b) a participação das executivas de curso na tenda de saúde coletiva (espaço Che).

Realizado pelo segundo ano consecutivo e organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Organização Caribenha e Latino-Americana de Estudantes (OCLAE), o Encontro Intercontinental de Estudantes reuniu entidades e organizações estudantis de vários países do mundo para discutir o contexto político mundial, organizar formas de atuação e luta política e trocar experiências entre si. Um espaço de formação e convergência de ações que se explicitam e se concretizam através da formação de calendários de protesto e luta unificados, bem como, de projetos (principalmente de intercâmbio) que se organizam através de demandas coletivas pontuais destas mesmas entidades.

Essa experiência – que se dá a partir de seu viés mais formal e representativo – é uma das formas visíveis de atuação do movimento estudantil clássico que, articulado numa rede onde participam outras entidades, produz momentos e elementos de grande carga simbólica.

De outra forma e menos visível se deu a participação de algumas Executivas de Curso da área de saúde que organizaram um calendário de atividades em uma das tendas do AIJ (espaço Che Guevara).

Com atividades de conscientização, discussão de temas relativos à saúde e suas políticas, organização de experiências no campo vivencial e até a organização de uma rede de profissionais e estagiários preparados para atender qualquer caso de urgência, estas Executivas também foram atores e expressão de uma prática organizacional e política de parte do movimento estudantil.

As redes de movimentos sociais da área da saúde articuladas em torno de uma proposta educativa, lúdica e política para pensar esse campo, foram essenciais para a organização desta experiência e para o seu conseqüente fortalecimento.

Para além da construção desses espaços que se formam através das especificidades e características dos grupos organizados no interior do movimento estudantil, o AIJ também serve de espaço para as entidades se reunirem para discutir suas ações e demandas. Num país continental como o Brasil, torna-se essencial aproveitar os espaços e eventos de caráter nacional para promover articulações e fortalecer redes. As inúmeras reuniões não só de entidades mas também de juventudes estudantis organizadas em associações e outros tipos de organização foram uma expressão desta capacidade de catalização e convocatória do AIJ junto aos estudantes.

Por fim, queremos assinalar a importância desta experiência para a própria dinamização interna do movimento estudantil frente aos outros movimentos de juventude. A aproximação de movimentos e grupos de jovens de ordem e realidades tão distintas (seja na forma de atuar ou compreender a própria política) torna-se um instrumento capaz de estabelecer um diálogo e uma troca concreta entre os mesmos, favorecendo uma compreensão acerca da *ação do outro* e estabelecendo canais de colaboração mútua.

A interlocução e o intercâmbio do movimento estudantil com outros movimentos juvenis só recentemente vieram a ser uma prática mais frequente. Nesse sentido, a AIJ torna-se um espaço privilegiado de comunicação, aprendizado e troca.

Além disso, as trocas favorecem a internalização de conteúdos e formas que podem possibilitar o surgimento/fortalecimento de expressões e organizações novas no interior do movimento estudantil, sugerindo novos formatos organizativos, bandeiras de luta, entre outros, como vimos destacando.

É esta configuração da atuação política da juventude que inclui tanto a emergência de novas expressões juvenis, quanto as transformações ainda em processo no interior do movimento estudantil, que queremos ter como base de realidade.

É nesta conjuntura que leva em conta uma nova configuração participativa da juventude – que se fragmenta em diversos espaços sociais e começa, de forma mais organizada, a atuar coletivamente num movimento de reivindicação por políticas públicas que garantam e amplie seus direitos – que queremos contextualizar a ação e interlocução do movimento estudantil com outros grupos

juvenis e sua própria ação interna frente às novas demandas estudantis. Um movimento que traz consigo – e sua história nos permite afirmar isso – elementos que expressam aquilo que há de mais tradicional, mas também aquilo que há de mais novo em termos de política.

Capítulo 2

Movimento estudantil no Brasil e na América Latina como movimento de transformação

“Não vivemos numa crise de sonhos. Sonhamos coisas diferentes.
Não queremos que nossos sonhos se tornem realidade.
Queremos uma realidade melhor para sonharmos sonhos mais belos.
O que queremos é a crise de pesadelos”.

(Fanzine Pandemia/Rio de Janeiro)

Como vimos no capítulo anterior, a temática da juventude – por muito tempo esquecida – vem conquistando importante espaço e destaque nos últimos anos. Sua visibilidade, em grande medida, retomada através da mídia e do mercado que percebe no setor juvenil um potencial consumidor, é reforçada também pelo aparecimento do protagonismo de novos movimentos juvenis, como os jovens da periferia, os jovens rurais, os jovens negros, entre outros que, num cenário recente, mostram sua vitalidade. Além disso, observamos ainda que houve uma importante ascensão dos movimentos juvenis de cunho internacionalizado notabilizada pelos movimentos altermundistas que ensaiaram sua atuação nos anos noventa e explodiram no final desta mesma década em Seattle.

Com o aparecimento destes novos atores, ganham fôlego também os movimentos juvenis clássicos como as juventudes partidárias, as pastorais e o movimento estudantil que voltam à cena retomando seus discursos tradicionais, mas também renovando seus interesses e integrando outras pautas em seus campos de atuação. Este último, em nossa compreensão, continua apresentando-se como um importante espaço de formação e atuação política entre os jovens estudantes, mesmo considerando a sua já não exclusividade em termos de expressão política juvenil.

Sendo um dos mais clássicos movimentos juvenis – e por muito tempo, seu termômetro – o movimento estudantil conseguiu visibilidade por ter tido, em vários momentos, a capacidade de catalizar os anseios da sociedade e ter conseguido ser porta-voz da mesma, desenhando um amplo histórico de participação em várias partes do mundo³⁶.

Na América Latina, este movimento possui um grande histórico de lutas e mobilização social marcado por diversas fases. Inicialmente, conquistou visibilidade através da luta por uma reformulação do espaço político e administrativo da universidade – expresso pela bandeira da Reforma Universitária³⁷ – que em todas as épocas foi acompanhada por uma discussão acerca do desenvolvimento e do progresso da sociedade³⁸.

Além disso, e posteriormente, deixou sua marca no período das diferentes ditaduras, bem como, quando de sua redemocratização social no continente. Atualmente, vem se manifestando contra as políticas neoliberais que atingem toda a sociedade e, por consequência, as universidades³⁹.

Especialmente no Brasil, México e Argentina, estas ondas de mobilização e luta se deram (e se dão) com maior intensidade, marcando de forma permanente o imaginário social no que diz respeito às lutas populares na América Latina e criando o que poderíamos chamar de *ethos estudantil*.

³⁶ Boren (2001), em seu livro intitulado “Student resistance: a history of the unruly subject”, faz um importante ensaio sobre as lutas do movimento estudantil no mundo em suas diversas épocas.

³⁷ Uma das primeiras manifestações estudantis na América Latina ocorreu em Córdoba, Argentina, em 1918. Nesta ocasião, os estudantes pautaram sua luta por uma reformulação e modernização da universidade – vista como inadequada aos novos tempos – iniciando um das primeiras lutas pela Reforma Universitária que se conhece.

³⁸ Como afirma Foracchi (1972:142), acerca da primeira mobilização e reivindicação dos estudantes por uma Reforma Universitária, em Córdoba, “a preocupação central desse movimento era a de modernizar a universidade, adequá-la às necessidades do desenvolvimento nacional e convertê-la em agente de transformação social. Presumia-se que a modernização da universidade proporcionaria condições suficientes para a formação de uma elite nacional, capaz de conduzir o desenvolvimento e a modernização da nação”.

³⁹ No final da década de 1990, o crescimento do protesto social se reflete no combate à política de recessão, o crescimento do desemprego e a concentração da riqueza, consequências dos modelos de política neoliberal implementada por diversos países. Os estudantes marcaram sua presença em várias destas mobilizações e, em especial, no interior das universidades através das lutas contra as políticas de privatização do ensino superior, onde podemos destacar: a) a greve das Universidades Federais no Brasil em 1998; b) a greve na UNAM no México em 2000, e c) as mobilizações e greve ocorridas na Universidade de Buenos Aires, na Argentina, em 1999. Além disso, é grande sua participação nos movimentos altermundistas (Ver Seoane e Tadei, 2002) e no ativismo contra as grandes corporações multinacionais (Ver Klein, 1999).

Neste sentido, alguns eventos, manifestações e elementos constituintes deste movimento são de fundamental importância para definir uma certa construção identitária acerca da categoria estudantil enquanto agente político e transformador. Dos anos 1920 aos anos 1970 esta construção identitária vai, paulatinamente, sendo reforçada por uma visão positiva baseada numa percepção de sua atuação enquanto politicamente forte e crítica. Esta identidade, por muito tempo, foi assumindo contornos capazes de mobilizar o meio estudantil que, ligado aos anseios da sociedade, se transformaria num ator interlocutor privilegiado.

Aqui, discutiremos, ainda que de maneira breve, alguns momentos marcantes do movimento estudantil na América Latina, que ajudaram a construir esta identidade (no Brasil) em torno das práticas estudantis e que, posteriormente, seriam os elementos para a formação de um certo imaginário, um *ethos* deste movimento, juvenil⁴⁰.

Assim, destacamos: a) o surgimento da *luta pela reforma universitária* iniciada em Córdoba; b) as *lutas nacionalistas e o combate ao fascismo*; c) a *luta contra as ditaduras e as manifestações estudantis de 68* nos mais diferentes países e; d) sua atuação na *abertura democrática do continente*.

Além disso, faremos uma incursão na trajetória de intervenção do movimento estudantil realçando seu diálogo com outros movimentos sociais. Certamente, esta sua característica está inserida no corpo daquilo que vimos chamando de *ethos estudantil*, como veremos posteriormente.

2.1. Movimento estudantil na América Latina: a constituição do *ethos* estudantil a partir das lutas sociais

2.1.1. Primeiro passo: Reforma Universitária

Como uma das lutas mais importantes do movimento estudantil no século passado, a Reforma Universitária foi (e continua sendo) uma de suas principais bandeiras aglutinadoras. Surgida a partir da organização dos estudantes de

⁴⁰ Certamente, existem outros momentos importantes na construção da identidade do movimento que enriqueceriam nossa análise. Porém, consideramos que os eventos que agora vamos destacar são suficientemente pertinentes para exemplificar e caracterizar alguns dos elementos que constituem este *ethos*.

Córdoba, na Argentina, em 1918, esta experiência tornou-se modelo para outros países do continente, influenciando e estimulando a prática associativa das organizações estudantis existentes.

Como reflexo de uma sociedade que se modernizava, a luta e reivindicação por uma reforma no modelo universitário, adivinha da percepção, no meio estudantil, das insuficiências e limitações do mesmo. A universidade – e seu modelo dominante – já não conseguia suprir as demandas e aspirações dos estudantes que, ao ingressarem, exigiam uma nova prática educativa e uma abertura social que incorporassem as novas tendências e valores característicos da modernidade⁴¹.

Como afirma Ballardini (2002:41),

“As principais demandas dos estudantes eram as modificações dos planos de estudos de uma universidade conservadora e clerical, o acesso às cátedras por concurso, a autonomia universitária, o direito de agremiação, a participação estudantil no governo universitário frente ao regime de academias vitalícias e a marcha de planos de ensino adequados à modernidade emergente”.

O movimento de Córdoba marca com força o movimento estudantil latino-americano por desencadear uma série de mobilizações no interior da universidade. Ele traz à tona um impulso de participação que se manifesta tanto no *conteúdo* como na *prática interventiva*.

As reivindicações acerca da reestruturação da universidade baseada em valores modernos como a democracia, participação e autonomia, marcam uma nova época, onde a universidade torna-se também crítica dela mesma e de suas práticas de reprodução social; torna-se, uma instituição passível de questionamentos no que diz respeito à sua própria lógica de atuação.

Neste sentido, podemos afirmar que, em termos de conteúdo, a luta por uma reforma universitária, organizada por estes estudantes, traz novos e importantes elementos para a pauta e agenda do movimento estudantil, transformando-a em uma chave de leitura para entender suas atuações posteriores. A democracia no acesso, na gestão, na representatividade; a participação mais

⁴¹ Como pontua Ballardini (2002), houve no início da segunda década do século passado, uma expressiva entrada de estudantes, advindos principalmente da classe média, no interior da universidade, modificando a composição estudantil. Para ele, “pouco a pouco, os estudantes universitários deixam de ser a homogênea elite de filhos das famílias aristocráticas de Buenos Aires, para mesclar-se com filhos de comerciantes e trabalhadores de procedência diversa”. É esta a base social do movimento surgido em Córdoba.

horizontalizada e a criação de espaços de decisão na universidade que incorporassem seus mais variados segmentos; a autonomia administrativa, política e financeira da universidade, entre outros, são reivindicações que tiveram seu surgimento neste contexto.

De outro modo, este movimento foi radical em termos interventivos. Lançando mão de greves, enfrentamentos com a polícia, ocupação das universidades, etc., o movimento de Córdoba conseguiu atingir o interior das outras universidades argentinas, aglutinando apoio, força mobilizadora e a participação de outros estudantes. A percepção de que o movimento tinha a capacidade de ser atendido em suas reivindicações e de que era forte o suficiente para fazer as transformações necessárias que a universidade carecia foi decisiva para a entrada no movimento de outros setores e da própria opinião pública argentina que começava a manifestar seu apoio.

A contraposição de valores advindos da necessidade de manutenção de uma tradição e da necessidade de inovação e modernização social, refletia o traço geracional do movimento, que também reforçou, em termos de identidade, a entrada e o apoio de outros jovens.

Essa identidade era reforçada nos manifestos, nos boletins, nos discursos, como mais uma ferramenta necessária e importante no campo simbólico. A associação entre juventude e transformação foi sendo divulgada e incorporada no imaginário estudantil que se fortalecia enquanto ator coletivo. Assim, tornou-se também um elemento de identidade coletiva a compreensão de que os jovens têm um importante papel nos processos de mudança social.

Em sua Carta-Manifesto, os estudantes deixam clara essa compreensão demarcando incisivamente sua posição de vanguarda.

“A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes. Está cansada de suportar aos tiranos. Se têm sido capaz de realizar uma revolução nas consciências, não pode desconhecer-se-lhe a capacidade de intervir no governo de sua própria casa” (Manifesto Liminar in Ballardini, 2002).

A luta política, a não renúncia de um certo dever histórico de transformação social, a posição de vanguarda, entre outros, tornam-se associadas à imagem

estudantil e, de certa forma, é alimentada e reinventada como um dos elementos integrantes do *ethos* que anteriormente discutimos.

A experiência de Córdoba, certamente, foi paradigmática para o movimento estudantil latino-americano. As consequências desta luta ressoaram em vários outros países, sob diferentes formas e tempos. A concepção de representatividade estudantil na gestão das universidades, a criação de entidades estudantis institucionalmente formalizadas, entre outras, serão algumas das heranças deixadas por este movimento em países latino-americanos.

No Brasil, os reflexos se tornarão mais evidentes no final dos anos 1930 com a organização da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade nacional que congrega todas as entidades estudantis do país. Além disso, a própria discussão acerca da reforma universitária é incorporada na pauta do movimento estudantil brasileiro que, iniciando sua trajetória de forma institucional, ainda que mais tardiamente, debateu e retomou esta temática em variados contextos e épocas.

2.1.2. O surgimento da UNE: das lutas nacionalistas ao combate do nazi-fascismo

Com a criação da UNE – entidade máxima e representativa dos estudantes – em 1937, o movimento estudantil brasileiro conseguiu ter uma unidade de ação mais consistente e de maior visibilidade. As diversas organizações regionais, localizadas na ação e fragmentadas enquanto movimento, não conseguiam, até então, dar sustentabilidade às demandas estudantis que, dia após dia, se multiplicavam. Como ressalta Poerner (1979:127-128):

“se bem que tivessem existido organizações universitárias antes de agosto de 1937, elas pecavam todas pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. (...) O segundo grande vício das organizações estudantis anteriores à UNE era a regionalidade, favorecida pelo isolamento entre os estados, contra o qual se mostravam infrutíferos os esforços da Federação de Estudantes Brasileiros, ela mesma dominada pelo mesmo vício”.

Ainda, para este autor, o surgimento desta entidade é “fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil” (1979:127).

Num primeiro momento, porém, em processo de organização e consolidação, esta entidade traduz-se a partir de ações tímidas e ambíguas em relação às questões políticas⁴². Em pleno Estado Novo e com a simpatia de Vargas, a UNE, se configura como uma entidade de forte ligação com o governo. Porém, a partir da II Guerra, com uma tendência por parte deste de alinhamento ao Eixo, a entidade muda de posicionamento e inicia um processo de rompimento com o mesmo. As diferenças de posição política frente o cenário internacional terão como consequência o acirramento destes grupos e o surgimento de uma política mais incisiva da entidade frente às posições tomadas pelo governo.

No Brasil, a luta contra o Estado Novo se fortalecia no interior da sociedade e o movimento estudantil refletia e respondia através de manifestações. Criava-se assim, uma *elite estudantil* que acabava por representar não somente a categoria dos estudantes, mas também grande segmento da população que tinha anseio por mudanças. Como veremos neste item, os anos 40 serão essenciais para o fortalecimento da UNE que iniciará um processo de grande visibilidade e capilaridade social entre os estudantes.

A luta contra o Estado Novo se deu em dois níveis, inicialmente, contra a posição do governo Vargas em seu desejo em se aliar ao Eixo⁴³. Neste sentido, o movimento estudantil entra numa grande mobilização contra o nazi-fascismo que, a partir de suas idéias e propagandas totalitárias, se manifestava no país e contava com a simpatia de segmento expressivo de autoridades políticas nacionais.

Mobilizando os estudantes nas universidades, articulando-se com os professores das várias faculdades do país e escrevendo em editoriais de jornais importantes e de grande circulação, o movimento estudantil inicia sua atuação anti-fascista. Como afirma Poerner (1979:160), “essa mobilização se amplia do âmbito interno das escolas superiores para as ruas e praças públicas, à medida que o

⁴² Fato curioso que expressa a concepção inicial desta entidade foi a sugestão e aprovação na reunião inicial do 1º Conselho Nacional de Estudantes, da proibição expressa da discussão de temas políticos.

⁴³ A afinidade do governo Vargas com as forças do Eixo era visível. A criação através do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em abril de 1943, da “Juventude Brasileira” – paródia da “Juventude Baila” de Mussolini, foi uma dessas demonstrações. No momento, isto serviu como um modo de neutralizar e confrontar a força exercida pela UNE.

Brasil começou a sofrer o torpedeamento dos seus navios e as afrontas aos brios nacionais”.

A passeata organizada pela UNE no dia 4 de Julho de 1942, torna-se um marco deste período e da própria história da entidade que, colocando mais de mil estudantes nas ruas “assumiam, publicamente, a posição de vanguardeiros das manifestações anti-fascistas, estimulando o crescimento, no Brasil, da corrente partidária dos Aliados” (idem: 162).

As manifestações estudantis e a pressão social foram essenciais não só para a contenção do crescimento de grupos nazi-fascistas no país, mas também, para a mudança de rumo tomada pelo governo frente à II Guerra Mundial que, de opositor, tornou-se um dos países apoiadores do grupo dos Aliados.

Aliada a esta luta, o movimento estudantil também realiza outro tipo de confronto com o Estado Novo: a sua recusa a um governo ditatorial. Apoiado em valores democráticos os estudantes compreendiam que a ditadura implementada por Vargas se tornara incoerente com os próprios valores que o seu movimento elegia: pluralidade, liberdade, democracia.

Como assinalado em documento desta entidade,

“a essa altura, por uma questão de coerência, o movimento estudantil assume uma postura anti-Vargas. E o primeiro ‘combate’ se dá no 1º de novembro de 1943, quando pela Constituição do Estado Novo, deveriam ser realizadas eleições. Os estudantes promovem, então, a ‘Passeata do silêncio’, que foi violentamente reprimida, fazendo, inclusive, uma vítima fatal. A partir daí todas as manifestações que pediam a volta do Brasil à normalidade democrática, encontraram total apoio dos estudantes, como aconteceu com o famoso Manifesto dos Mineiros e a Campanha pela Anistia, por exemplo”.

(Histórico UNE – 60 anos a favor do Brasil. 1997).

Desta forma, novamente, a UNE mobiliza os estudantes e articula-se com o maior número de entidades no combate ao Estado Novo para reivindicar uma sociedade democrática e livre. A luta pela Anistia e a própria derrubada do Estado Novo eram, portanto, duas de suas maiores bandeiras e, certamente, as ondas de mobilização promovidas pelos estudantes colaboraram na vitória destas reivindicações. Em 1945, os movimentos organizados conquistam a anistia aos presos políticos da ditadura e o governo Vargas é deposto.

Como vemos, existia um forte alinhamento das *lutas estudantis* com as *demandas e anseios gerais da sociedade*. Isso foi fundamentalmente importante para a constituição e fortalecimento desta entidade que conquistava mais e mais espaço.

O *nacionalismo* seria também uma outra característica marcante deste período e, por conseguinte, do próprio movimento estudantil que – depois de ter sido um dos principais atores sociais no combate ao Estado Novo e à sua política (interna e externa) – se preparava para, mais uma vez, ser o portador de lutas e reivindicações que remetiam a um projeto desenvolvimentista de país. Os acontecimentos anteriores nos dão uma mostra do ideário destes anos.

O nacionalismo e a luta por um projeto desenvolvimentista no país fica visível quando o movimento dos estudantes – numa onda de mobilizações que surgem no final dos anos 1940 – reivindica com outros atores sociais, a defesa do patrimônio do país e a coloca como essencial para o seu crescimento, desenvolvimento e soberania.

Popularmente intitulada como “*O Petróleo é nosso*”, a mais nova luta dos estudantes se realizava no campo da defesa do patrimônio territorial e econômico do país e pela proteção de suas riquezas minerais. Esta campanha se desdobrava em pelo menos duas frentes: a de criação da PETROBRAS e do monopólio estatal do petróleo.

Desta forma, podemos assinalar que a atuação do movimento estudantil neste período, além de peso histórico, possui no imaginário dos militantes estudantis grande força e simbolismo. Na memória destes, os fatos são recorrentemente lembrados para mostrar a trajetória do movimento que, marcado, inicialmente, por mobilizações e lutas em prol das questões sociais do país, acabou por construir uma *tradição* que, na medida do possível, é traduzida e atualizada.

Foi assim também que, nos anos 1960, o movimento estudantil tornou-se um personagem central, tanto em sua intervenção político-cultural quanto na luta contra a ditadura militar, no Brasil e na América Latina, como veremos a seguir.

2.1.3. O imaginário dos anos 1960: a trajetória da participação estudantil

Para analisarmos a atuação e a explosão das manifestações estudantis naquela década, devemos fazer uma pequena síntese daquilo que ela significou, seu contexto, simbolismo e ideário.

Neste sentido, podemos iniciar afirmando que os anos 1960 são de intensas transformações em todo o mundo e momento de grande reestruturação da sociedade brasileira devido às mudanças relativas ao desenvolvimento industrial, econômico e cultural. Além disso, um momento de grande debate acerca do desenvolvimento e da emancipação social, principalmente no Brasil. Desenvolvimento e emancipação social: dois aspectos marcantes da sociedade brasileira desta década. O *desenvolvimento* era entendido como condição para a *emancipação*.

Esta idéia se firmava, então, enquanto pensamento dominante da época e poderíamos dizer que, neste sentido, o movimento estudantil também embarca no espírito de um pensamento visivelmente de caráter nacionalista-desenvolvimentista, marcante no ideário da esquerda de então.

De acordo com Ridenti (1993:77),

“havia toda uma ilusão libertária com o salto na industrialização a partir do governo Kubitscheck, também uma luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, além de um impulso revolucionário respaldado em amplos movimentos de massas, e portador de ambigüidades nas propostas de uma revolução brasileira, burguesa (de libertação nacional) ou socialista, com diversos matizes intermediários”.

Impulsionados pela ascensão da esquerda no poder via João Goulart, muitas organizações e movimentos sociais se afirmavam na época. A modernização social por um lado, e a extrema carência da população por outro, eram fatores suficientes para compreender aquele estado de mobilização⁴⁴. O país que até pouco tempo tinha um modelo de sociedade calcado em bases rurais, começava a se adaptar a um novo modelo: urbano e industrial. A vida social passava agora pela agitação dos grandes centros urbanos e os sintomas do sistema capitalista se tornavam mais visíveis.

⁴⁴ A discussão em torno da modernização passava também pelo problema da dependência do país aos países desenvolvidos. A crescente onda de modernidade, ao mesmo tempo que desenhava um Brasil mais urbano e industrial, baseado em um certo crescimento econômico, ampliava a divisão entre ricos e pobres, através, principalmente, do aumento de sua dívida externa.

Para Buarque de Holanda (1980:16) “a intensificação do processo de industrialização nos anos 1950, as pressões de uma ‘nova modernidade’ colocadas pelo capitalismo monopolista internacional, parecem causar problemas para um país acostumado a funcionar com estruturas moldadas por uma economia agrária-exportadora”. Além disso (idem), “os setores emergentes das classes dominantes que se articulam, por via de associação, aos investimentos externos, mostram-se incapazes de formular uma política autônoma e de fornecer bases próprias para a legitimidade do Estado”.

Assim, podemos afirmar que – de certo modo – os anos 60 são a expressão do processo de agudização da tendência modernizante iniciada nos anos 50; transformações que podem ser observadas no

“aumento populacional da faixa de idade juvenil, crescimento da escolarização, principalmente através da expansão do ensino superior, aumentando o intervalo de transição para o mundo adulto para maiores parcelas da população, crescimento econômico, valorização do lazer e menor severidade na educação de jovens e crianças, como reflexo de uma maior liberalização nos costumes” (Roszack *apud* Abramo, 1994:38).

Os reflexos destas transformações logo são percebidos no interior da universidade. Com o crescimento econômico e a expansão do ensino superior, as camadas médias da sociedade começam a ter acesso à universidade. Como observado por vários autores (Foracchi, 1972; Albuquerque, 1977; Sanfelice, 1986; Martins Filho, 1996), inicia um processo de ascensão da classe média urbana no ensino superior por conta do aumento do número de vagas e da criação de novas universidades. Com a entrada desta parcela da população, evidencia-se uma crise do modelo universitário construído a partir de 1945.

Para Florestan Fernandes (1968:5), a universidade estaria passando por um processo de transição em relação à sua concepção mesma. Ele afirmava que a reflexão sobre a Reforma Universitária passava necessariamente por dois aspectos: o quantitativo e o qualitativo, onde a experiência de entendimento mais fácil é a quantitativa. Assim, observou que a universidade “mantidas suas formas atuais de organização e funcionamento”, não é capaz de absorver a procura crescente de estudantes.

A problemática colocada, inicialmente, pelos estudantes de Córdoba em 1918, é retomada no Brasil desenvolvimentista dos anos 1960. A ausência de um modelo universitário que incorporasse as novas demandas da sociedade e dos

estudantes, em particular, sugere no interior do movimento a retomada da discussão da reforma universitária. Agora, discutida a partir de uma ótica discente.

A visibilidade e exposição dos limites e carências da universidade se faziam necessárias para que existisse a possibilidade de ajustes e mudanças em sua estrutura. A “carência de instalações, bibliotecas e equipamentos; a duplicação de recursos causada pelo sistema de cátedras; os currículos defasados; os métodos de ensino arcaicos, os professores em tempo parcial, etc.” (Martins Filho, 1996: 73), eram as principais críticas ao modelo de universidade que já não acompanhava as mudanças. Além disso, reivindicava-se por amplos espaços de participação por parte de todos os seus segmentos, no interior da universidade. A herança de uma estrutura hierarquizada, excludente, elitista, “neutra” e distante da sociedade deveria ser abolida. Fazia-se necessário postular uma nova concepção de universidade que considerasse as reais necessidades da população. Foi assim que o movimento estudantil iniciou a luta pela reforma universitária, que se estendeu durante toda a década. Como ressalta Arantes (1980:16),

“a questão que polarizou neste período, e que foi fator de aglutinação do movimento estudantil, foi o problema da crise da universidade. A luta pela democratização da universidade foi realmente o problema chave da minha gestão que fez, inclusive, com que ela tivesse ressonância política. (...) Havia um descompasso entre a universidade e as aspirações do movimento popular por uma maior democratização do poder político, uma maior democratização da propriedade e uma maior democratização também da cultura. E a democratização da cultura implicava necessariamente que a universidade se voltasse para os problemas do povo brasileiro, que ela estivesse a serviço dos interesses do povo”.

E é neste contexto que o movimento estudantil começa a se constituir como um dos principais atores sociais da época, em que a falta de condições objetivas de sua formação, dá grande impulso ao próprio movimento. Para Albuquerque (1977b:118) “os movimentos estudantis seriam a expressão da proletarização crescente das classes herdadas da sociedade pré-industrial”. Essa condição se incorpora à identidade do movimento estudantil e o fortalece enquanto movimento aglutinador. Os estudantes tornam-se assim, sujeitos de uma ação política capaz de interferir, de fato, na realidade à qual estavam imersos.

Estavam muito presentes no cotidiano dos estudantes todas as discussões referentes à problemática da universidade. A vida universitária em si era parte constitutiva da vida destes, permitindo, assim, que a identidade estudantil fosse cada vez mais forte. A universidade, portanto, era um lugar de intensa socialização

política: a formação e luta pela reforma universitária, uniam-se às lutas mais amplas, à visão de um projeto nacionalista e desenvolvimentista, à experiência do poder nas mãos das camadas de esquerda com Goulart. Nessa conjuntura, os estudantes, de fato, se colocavam como sujeitos protagonistas, como sujeitos históricos importantes.

Problemas e bandeiras como a *reforma universitária*, *reforma agrária* (liderada pelas ligas camponesas), *educação e cultura popular*, além de um *ideário nacionalista-desenvolvimentista*, foram sendo articuladas em conjunto e debatida pelos estudantes que, como afirma Ridenti (2000) possuíam um *ethos* e uma *práxis* baseada num certo “*romantismo revolucionário*”⁴⁵.

Para o autor, este romantismo é marca desta geração que foi capaz de idealizar, formular e lutar por uma idéia ou utopia socialista que incorporasse as características do povo brasileiro. Aliás, a idéia de um *povo brasileiro* (estilizado e valorizado como bom, mas também visto como carente social e que, portanto, deveria ser auxiliado social e politicamente) é também um elemento constituinte do espírito da época. Um pensamento paradoxal que evidenciava as contradições do país e que fortalecia um ideário de intervenção social.

As diversas experiências do movimento estudantil, tanto na política como na cultura, esbarram, porém, no golpe militar de 1964. Com o golpe, várias experiências que surgiam com os movimentos de esquerda foram desarticuladas e reprimidas. Os próprios movimentos sociais foram alvos de repressão e controle por parte do Estado⁴⁶. A ditadura militar no Brasil (e na América Latina) interrompe uma das mais fortes experiências da esquerda latino-americana.

Com o acirramento da ditadura nos anos finais da década de 60, o movimento estudantil começa sua reação. É assim que, logo, a esquerda estudantil mostra ser “capaz não apenas de retomar as principais entidades como de liderar efetivamente grandes passeatas”. (Martins Filho, 1998:16). Em 1968, com um

⁴⁵ Para Ridenti (2000:25), o romantismo revolucionário buscava “no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo – a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas no final dos anos 60 como túmulos revolucionários, na expressão do teórico guevarista francês Régis Debray (s/d)”.

⁴⁶ No movimento estudantil o controle se dá através da interferência do Estado nas organizações estudantis com a Lei Suplicy que mudava o quadro de representação dos estudantes, tirando sua autonomia.

movimento estudantil coeso e com um apoio social forte, os estudantes saem às ruas para protestar contra a ditadura militar e seu projeto político conservador⁴⁷.

Como afirma Ridenti (1993:128),

“(...) a falta de verbas, a modernização autoritária do ensino acenada com os acordos MEC-USAID e com outras iniciativas governamentais, o arcaísmo das instituições universitárias anterior a 1964, a crise econômica geradora de arrocho salarial e de estreitamento das oportunidades de trabalho até mesmo para os formandos, a chamada ‘crise da cultura burguesa’, a política repressiva da ditadura contra os estudantes e suas entidades – tudo isso contribuía para criar uma insatisfação estudantil sem precedentes e para a retomada da antiga bandeira de luta pela Reforma Universitária, ligada ao projeto de ascensão social pela educação, de camadas urbanas nos anos anteriores a 1964”.

A insatisfação social com a ditadura promoveu uma dinâmica de confronto da população com o Estado, o que permitia o que Mische (1997) aponta como “*uma nova forma de reconhecimento*”⁴⁸. Setores sociais identificados com as movimentações estudantis se solidarizam com o movimento e o apoiam. Neste sentido, o movimento estudantil acaba tecendo uma grande rede de apoio (desde os segmentos culturais aos políticos e religiosos) que dará sustentação para boa parte de suas mobilizações e encontros.

E, particularmente, em 1968, explodem manifestações sociais de peso, lideradas pelo movimento estudantil, mas articulada com outros segmentos da sociedade civil como os acima citados. A Marcha dos “Cem Mil” torna-se a expressão maior desta época que se caracterizava pela tensão social, por uma cultura do medo e um profundo autoritarismo advindo da repressão do regime que, logo, se interiorizou no tecido social⁴⁹.

⁴⁷ Na área educacional, o governo militar coloca em curso um projeto – firmado com a USAID – que tinha como eixo a implantação de um modelo de universidade tecnicista, produtivista, baseada num projeto de “desnacionalização do ensino brasileiro”, e inspirado no modelo norte-americano.

⁴⁸ Para Mische (1997:10) “o reconhecimento e aprendizado social dos estudantes, ocasionado pelas manifestações de massa e os conflitos com a polícia, aguçaram tanto a crítica do Estado militar (e seus laços com o imperialismo capitalista), quanto a identidade empolgante dos estudantes como ‘sujeitos da história’, engajados em projetos revolucionários de transformação social. (...) Além disso, o clima foi permeado pelo utopismo social, a liberalização cultural e a alta sociedade político-moral que caracterizou o movimento juvenil internacional que estava explodindo em várias partes do mundo”.

⁴⁹ Para aprofundar ver: Martins, Luciano (2004) – “A ‘Geração AI-5’: um ensaio sobre autoritarismo e alienação”. In: “A ‘Geração AI-5’ e maio de 68: duas manifestações intransitivas”. Rio de Janeiro. Ed. Argumento.

Porém, isto não torna-se suficiente para fazer frente ao governo militar que, num processo de endurecimento contínuo da repressão política, cria o Ato Institucional nº 5 (AI-5), dissolvendo o parlamento e as garantias políticas e individuais. Com o AI-5 surge o refluxo dos movimentos sociais que se desarticulam e saem de cena. O movimento estudantil entra na clandestinidade e uma parcela de seus militantes entram na guerrilha⁵⁰.

Mas o que podemos tirar de todo este processo que vai da ampla politização e inserção estudantil nos diversos espaços sociais até o seu enfraquecimento e desarticulação advinda do acirramento da ditadura militar no Brasil? O que podemos observar é que neste período, o movimento estudantil brasileiro foi caracterizado pela resistência e luta não somente contra a ditadura militar, mas também contra suas expressões mais imediatas: a repressão e o autoritarismo.

Além disso, trouxe ao cenário nacional a força de uma juventude ainda não tão percebida no país. Ao mesmo tempo, foi expressão de um momento social em que os movimentos estudantis, em todo o mundo, se manifestaram e ganharam visibilidade.

Inúmeras foram as interpretações dadas àquelas manifestações e salvas as diferenças contextuais, ficaram as regularidades que unem, de alguma forma, estes movimentos nos mais diferentes países. O que fica destas análises são os elementos constituintes do *imaginário social* acerca do *maio de 68*: a) a *memória das manifestações*; b) um certo *romantismo militante*; c) uma *referência* em termos de *constituição de uma tradição* de militância; d) a *constituição* de um *ethos estudantil* que demarca e fortalece esta mesma tradição; entre outros.

Porém, constatamos que apesar do que já foi escrito acerca do tema, ainda existe uma carência analítica no que diz respeito às regularidades ou semelhanças deste movimento nos diferentes lugares. As análises privilegiam ainda as manifestações ocorridas no norte (França, Estados Unidos, Alemanha), muitas vezes, invisibilizando as demais experiências. Aqui, tentaremos mostrar diferentes análises para, de modo geral, termos uma visão mais global deste movimento, considerando suas variadas expressões no mundo.

Ferry & Renaut (1988), em livro intitulado “Pensamento 68”, fazem uma análise das diversas interpretações acerca das movimentações estudantis na

⁵⁰ Ver Ridenti, M. (1993) – “O fantasma da revolução brasileira”. São Paulo. Ed. da UNESP. Nesta obra, o autor recupera um dos processos políticos de nossa história recente e ainda pouco estudado que é a da participação dos estudantes no movimento de guerrilha.

França. Para os autores, a interpretação da crise de 68 merece uma retomada cuidadosa devido à complexidade de tal realidade.

Na obra, os autores retomam e sistematizam as diversas leituras existentes acerca do tema pontuando as diferenças e a importância de cada uma delas. Porém, como afirmam, “se visamos desde então, não tanto esgotar as referências, mas sim a sistematização da classificação, torna-se necessário indicar um fio condutor preciso, que uma vez seguido, permitiria orientar-nos nos labirintos deste campo interpretativo e descobrir nesta diversidade, uma lógica” (idem:62). É neste sentido que discute a relação entre os acontecimentos de 1968 e a tirania da subjetividade – e porque não afirmar o individualismo – dos dias atuais.

Para estes, as experiências relativas a um hedonismo social dos dias atuais são produto de uma certa lógica interna que diz respeito ao movimento de 1968 que, na tentativa de colocar em cena o sujeito – desaparecido ou invisibilizado por conta das lógicas coletivas – o supervalorizou, indo em direção ao outro extremo.

Na análise dos autores, maio de 68 pode ser visto como

“uma revolta dos sujeitos contra as normas, isto no sentido da afirmação da individualidade contra as pretensões às normas da universalidade. Mas ao mesmo tempo, esta afirmação hiperbólica da individualidade inaugura um processo que tem por horizonte previsível, a dissolução do Eu como vontade autônoma, ou seja, a destruição da idéia clássica do sujeito. (...) o sujeito morre no advento do indivíduo” (Ferry & Renaut, 1988:89-90).

Esta hipótese possibilita pensar/problematizar as mudanças ocorridas na trajetória dos movimentos juvenis e entender o processo de debilitação do projeto público – tão sonhado pelos revolucionários da década de 1960. A afirmação da individualidade foi se firmando enquanto opção ou única saída visível nos anos seguintes, marcados pela ampliação do mercado e pela subtração do papel da coletividade. A apropriação do ideário deste movimento por parte do mercado também sugere ou sinaliza, pelo menos em parte, a confirmação de tais reflexões.

Numa mesma direção, mas com um resultado analítico diferente, Cohn-Bendit, a maior liderança estudantil do maio francês, ratifica a idéia de maio de 68 como a *defesa do sujeito contra o aparelho do Estado e a ideologia marxista tradicional*. Para ele, o movimento de maio de 68 foi o agente que deu início ao fim do marxismo-leninismo como ideologia emancipadora. Ao colocar o indivíduo em primeiro plano e sublinhar seu desejo de autonomia, as revoltas dos anos 1960

ensejaram a eclosão dos movimentos pela igualdade entre mulheres e homens, pelos direitos à cidadania, à homossexualidade, formando assim uma política mais setorizada, o que de certa maneira, será confirmado através do surgimento dos NMS's dos anos 1970.

Desta forma, afirma Cohn Bendit (1988:32): "(...) politicamente nós perdemos, porque nossas idéias políticas eram as do século XIX, mas social e culturalmente nós ganhamos, porque propiciamos o surgimento de uma nova sociedade nas estruturas políticas existentes". Continua: "maio de 68 transformou as sociedades ocidentais e colocou em xeque as certezas que herdamos das gerações da guerra. Certezas fundadas na concepção fortemente autoritária da política que dominava a vida institucional e da sociedade".

Santos (1999:249) situa o movimento estudantil como "o grande articulador da crise político-cultural do fordismo", distinguindo nele três facetas:

"em primeiro lugar, opõe ao produtivismo e ao consumismo uma ideologia anti-produtivista e pós-materialista; em segundo lugar, identifica as múltiplas opressões do cotidiano, tanto ao nível da produção (trabalho alienado), como da reprodução social (família burguesa, autoritarismo, da educação, monotonia do lazer, dependência burocrática) e propõe-se alargar a elas o debate e a participação política, e; em terceiro lugar, declara o fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social e legitima a criação de novos sujeitos sociais de base transclassista".

Importante o destaque dado por Santos – e que complementa a análise de Cohn-Bendit – acerca da visibilidade das inúmeras expressões de opressão que o movimento de 68 traz. Esta, certamente, pode ser uma das categorias a serem aprofundadas numa comparação das diversas experiências.

Numa perspectiva complementar, Matos (1999) analisa que o 68 francês foi uma resposta crítica à sociedade em diversos níveis: a) às *experiências totalitárias* dos países do Leste Europeu; b) à "*sociedade do espetáculo*", regida pela livre circulação da mercadoria que resume todos os bens a bens materiais; c) às formas de *alienação*, não só a material como também a estética e a moral.

O movimento realizado pelos estudantes americanos – que se inicia em 1964 – exige dos analistas outras lentes para perceber as diferenças existentes entre uma e outra experiência. Num contexto de agitação social onde o tema da *guerra* e dos *direitos civis* se colocavam como centrais, o movimento estudantil americano

centrou sua atuação nestas duas expressões coletivas. Neste sentido, as reivindicações passavam também por questões de cunho tanto cultural quanto político. Como sugere Boren (2001:171) acerca das questões centrais da luta dos estudantes americanos, “os direitos civis, a guerra do Vietnã, a representação estudantil e a revolução social, foram algumas das lutas gerais deste movimento”.

No que se remete à luta pelos direitos civis está compreendida, principalmente, a luta por *igualdade racial*. Num contexto de grande tensão social provocado pelas questões de identidade racial (que se manifestava e se reproduzia no interior das universidades), os estudantes entram fortemente na luta contra o racismo, realizando vários protestos e ações de solidariedade à causa liderada por Martin Luther King.

As diferenciações e discriminações existentes no meio social entre negros e brancos eram reproduzidas nos sistemas de ensino americano que, numa lógica sutil, acabavam por privilegiar os estudantes brancos.

Mas se a problemática racial passa, portanto, do espaço privado para o espaço público, tendo, inicialmente, como principal porta-voz as lideranças religiosas, é com a força mobilizadora dos estudantes que este tema se populariza (Brandes, 2002).

Junto com as questões de âmbito racial, outras temáticas de cunho cultural entram em cena mobilizando grande parte dos estudantes. A *temática feminista* que reivindica espaço e visibilidade para as mulheres é uma delas. As divisões sociais, sexuais e de trabalho – que reproduziam a lógica patriarcal – eram profundamente questionadas e a questão de gênero começa a ser amplamente discutida.

A *temática pacifista* também se evidencia por ocasião da Guerra do Vietnã e leva milhares de americanos às ruas em protesto. A opinião pública volta-se contra a perspectiva belicista de seu governo e coloca na pauta da sociedade civil, a temática da paz.

Por fim, um outro eixo constituinte da militância estudantil norte-americana é a luta contra o autoritarismo, expresso, principalmente, no movimento pela *liberdade de expressão*.

Desta forma, ao analisar os protestos e manifestações estudantis nos Estados Unidos, devemos, portanto, considerar todos estes elementos contextuais que, se diferenciando das experiências dos outros países, enriquecem o ideário do

movimento estudantil, ideário este também pertencente à chamada *Nova Esquerda*⁵¹.

Do norte para o sul, as manifestações estudantis também são expressões de uma politização crescente entre os jovens universitários. Na América Latina, as manifestações estudantis se dão, em sua maioria, em contexto ditatoriais.

No Brasil (como já observamos), o contexto do movimento de 68 se dá num período de acirramento da ditadura, onde a *repressão*, o *autoritarismo* e a *clandestinidade* para alguns grupos militantes se evidenciam. Com ecos, mas sem muitas influências do maio francês – porém, com categorias semelhantes passíveis de análise – o maio de 68 brasileiro se caracteriza pela grande reação estudantil frente à ditadura militar. Resistência e luta frente à ditadura. Como sugere Cardoso (2001:136), o ano de 1968 no Brasil se define pela ambiguidade entre o poder da participação do sujeito (68: a alegria de viver) e o medo frente aos organismos de repressão (68: a sorte de viver).

De fato, o movimento estudantil no Brasil assume características relativas à realidade na qual está inserido e, dessa forma, tem suas orientações definidas em função da problemática do desenvolvimento da sociedade, das questões relativas à dependência e das práticas de autoritarismo, expressão da ditadura militar.

Acrescentando estas análises, Foracchi (1972) também considera que as manifestações estudantis ocorridas na América Latina (e isso é fortemente percebido no Brasil) podem ter sido expressão da tensão existente no processo de transição da passagem do “tradicional” para o “moderno”, de um estilo de vida para o outro. A convulsão seria inerente à transição, “em cujo ápice se localizaria a incompatibilidade entre normas e valores, opostos entre si, mas obrigados, em virtude das condições da transição, a se defrontarem como legitimações de comportamentos alternativos” (idem:131).

⁵¹ Não iremos aprofundar este tema, porém assinalamos aqui brevemente – e a partir da compreensão de Bebian (2003) – alguns dos principais eixos da Nova Esquerda: a) uma nova interpretação da teoria marxista, valorizando mais a teoria da alienação do que a da exploração; b) um novo modelo de socialismo que não devia insistir tanto na revolução política e social, mas principalmente no desenvolvimento das relações humanas ao nível do cotidiano; c) uma nova visão estratégica: o indivíduo precisava ser libertado da tirania da coletividade; d) uma nova concepção de organização: a Nova Esquerda via-se muito mais como movimento do que um embrião para a formação de um partido; e, por último, e) procedeu-se à identificação dos novos atores da mudança social: estes deixavam de ser os proletários e passavam a identificar-se com uma nova classe operária especializada, com os jovens intelectuais e com uma juventude generosa.

Na Argentina, apesar das especificidades, o contexto de 1968 também é de repressão por parte do Estado ditatorial. A ausência de liberdade e o autoritarismo constante e presente em todos os espaços foram também motivos de reação por parte da população – em especial, dos estudantes. Conhecido como “Cordobazo” (alusão ao movimento de 1918 em Córdoba), o protesto estudantil argentino que vai ocorrer somente em 1969, também é expressão das mudanças ocorridas no mundo, naquele período.

Para Balardini (2002:52), o “Cordobazo” expressou

“parte de um processo menos visível de adequação das estruturas sócio-políticas às novas demandas e realidades da modernização, com a emergência dos novos atores sociais (em particular os jovens e não somente os universitários) como ponta de lança de futuras transformações sócio-econômicas, políticas, de costumes e de mentalidades”.

O início dos protestos – quase sempre igual – é recorrente: uma resposta, um rechaço estudantil às resoluções das autoridades universitárias e ao autoritarismo presente nesta instituição. E assim, as experiências nos países do sul também se multiplicam. Brasil, Argentina, Peru, Chile, Uruguai e México são alguns dos países que observam e experienciam os ventos de 68.

Mas retomando a pergunta inicial: quais as semelhanças e regularidades existentes entre os vários maíos de 68 e quais as motivações para tais manifestações? De modo breve, podemos assinalar algumas questões que se colocam como regulares em todas as experiências. Vamos a elas.

Começamos pela reivindicação da *liberdade* que, se nos países do sul era uma saída frente aos governos ditatoriais e populistas, nos países do norte se traduzia através da possibilidade de se manifestar frente às diversas formas de opressão (sexual, racial, etc.). Ainda no norte, mas nos países do Leste Europeu, a chamada pela liberdade era uma resposta aos regimes totalitários. No fundo, era um rechaço a todas as formas de opressão social vigente que aprisionavam o sujeito que queria experimentar outras formas de sociabilidade.

Um outro ponto comum que se segue em nossa análise é, como sugere Matos (1999:182), a *retomada das ruas como espaço público*. Assim, “o maio de 68 ampliou o espaço público – as cidades e as ruas voltam a pertencer a seus habitantes, com uma ocupação lúdica da cidade –, espaço público e lúdico”. Continua: “a rua vem a ser um agente social coletivo, lugar do exercício de uma

democracia direta que faz vacilar a legitimidade do sufrágio universal, expressão da política oficial”. Os atores saem das casas e seguem para as ruas, saem do âmbito privado e passam a acenar no espaço público. Observam-se as grandes manifestações ocorridas em todo o mundo: desde as barricadas do maio francês às passeatas contra a ditadura no Rio de Janeiro ou aos protestos dos mexicanos na Cidade do México ou Tlatelolco.

O *caráter juvenil* das manifestações também pode ser um dos elementos marcantes e centrais numa análise que absorva as semelhanças entre os diversos maos. O protagonismo maioritariamente juvenil, de certa forma, simboliza a decadência de uma sociedade baseada em pressupostos e experiências que já não se sustentavam. O advento da modernidade e a ruptura dos valores conservadores que eram presentes em todos os espaços sociais (no sistema escolar, nas relações de gênero, na sexualidade, etc.), foi uma marca deixada por uma juventude que trazia outros valores e tendências. O corte fortemente geracional demarcava o espaço entre o que se queria destruir e construir.

Por último – e certamente existem outros elementos comuns – pontuamos a *pluralidade dos espaços de poder* como mais uma herança de 68 existente e observado nas diversas experiências. Baseando-nos na análise de Onfray (2001:167), concordamos que os movimentos de 68 são a expressão de um poder que não está mais localizado e concentrado em um determinado espaço, mas que está em todos e nos mais diversos lugares. Como afirma o autor,

“após o Pensamento 68 não se ignora mais que o poder age em outros lugares e de outro modo que aquele concentrado (...). Deixando de ser uma propriedade localizável, ele aparece estrategicamente em todo canto onde houver vida e viventes, relações intersubjetivas e luta das consciências de si opostas”.

Certamente, ancorada na tradição interpretativa de Foucault, esta análise acerca do movimento de 68 acaba com a crença do monoteísmo do poder e expressa a pluralidade social que se manifesta publicamente nos diversos espaços e nos mais variados lugares do mundo.

Esta também é a percepção de Castañeda (1997:469) que, ao se referir às heranças da década de 1960, se remete a esta questão como central. Como sugere: “o que os anos 60 deixaram estabelecidos em todo o mundo foi, principalmente, que o poder existe em outros âmbitos (...); segundo, que é necessário resistir a ele, questionar a sua legitimidade, contestar a sua permanência”.

Com vistas a finalizar este tópico, podemos ver claramente a experiência de um movimento estudantil que, extremamente politizado, reivindica uma nova sociedade a partir de uma nova política. As diversas manifestações que se desencadeiam em todo o mundo – apesar de ocorrerem dentro de condições objetivas dissemelhantes, partem de “uma mesma tendência para um questionamento do *status quo político e social* com o qual os jovens iam sendo confrontados” (Bebiano, 2003:73 [*grifo nosso*]).

Todas estas manifestações e elementos analisados foram essenciais na construção de um imaginário e de um *ethos estudantil* que se desdobram, hoje, na atualização e rememoração destes fatos, como veremos posteriormente.

2.1.4. Movimento estudantil e abertura democrática no continente

Os movimentos sociais e, entre eles, o movimento estudantil, foram fundamentais no processo de democratização do continente latino-americano, marcado por uma série de ditaduras no século passado. No Brasil, este movimento foi um dos atores-símbolos da resistência, mobilizando-se nos dois períodos em que o país foi tomado pelo cenário político da ditadura.

Como já pontuamos anteriormente, os estudantes foram críticos da ditadura de Vargas (1930-1945), realizando várias manifestações e protestos sob o signo da luta anti-fascista que caracterizava aquele período marcado também pelo acontecimento da II Guerra Mundial. Mas se na ditadura de Vargas, os estudantes ainda “ensaiavam” sua participação no cenário social, na ditadura militar (1964-1984), o movimento estudantil se constituiu como o ator de maior resistência e visibilidade na luta em defesa da liberdade e das garantias políticas e sociais.

Foi desta forma que, no final dos anos 1970, o movimento estudantil retornou às ruas depois de quase uma década de ausência. Para Abramo (1997:4), “as manifestações estudantis representaram a retomada das ruas pelo movimento social como espaço de manifestação pública”. Continua:

“esse aspecto, ou seja, a importância de se manifestar, de provar a si mesmo e à sociedade que éramos capazes de fazer coisas que pareciam impossíveis era justamente uma das características mais marcantes e importantes do processo de reorganização dos movimentos sociais nos quadros da ditadura militar” (idem).

Num primeiro momento, as manifestações se limitavam ao campus e às reivindicações de questões internas, como a melhoria da infra-estrutura universitária, o fim do autoritarismo no interior da universidade, etc. Logo, passaram à luta pelas liberdades democráticas, pela abertura, e à reorganização do próprio movimento estudantil.

Dessa forma, foi se constituindo o que os militantes definiam como resultado do “lento acúmulo”, de “reconstruir um movimento de massas, democrático, de melhoria das condições de ensino, e de oposição à ditadura, que realmente tivesse a ver com o conjunto dos estudantes, que expressasse os seus anseios e os representasse” (Abramo, 1997:03).

Foi assim que os estudantes se organizaram com outros segmentos da sociedade civil em torno de reivindicações sociais que naquela altura eram não só pré-requisitos como também elementos fundamentais para a concretização do fim da ditadura e da abertura democrática, quais sejam: a anistia dos presos políticos e a realização de novas eleições para a escolha de representantes. É desta forma, que o movimento estudantil assume a bandeira do movimento das “Diretas Já!” que comunicava à sociedade seu desejo de eleições livres.

Mas se este período é caracterizado pela reconstrução e abertura democrática do país, também o é pela reconstrução das entidades e dos movimentos sociais que, por muito tempo, ficaram subsumidos em sua ação política. Neste sentido, os movimentos sociais realizam dois *movimentos*: o primeiro, interno, relativo à reconstrução e oficialização de suas entidades em todo o território nacional e; o segundo, externo, relativo à reconstrução dos espaços de participação social, marcado por 20 anos de repressão e negação de todo e qualquer direito, fosse ele civil, política ou social⁵².

Reconstruindo as entidades e o país, o movimento estudantil participa amplamente do processo de democratização e abertura: a) no movimento pelas Diretas Já!, que exigia o direito às eleições presidenciais com voto livre; b) na elaboração de uma nova Constituição; c) na revitalização das redes de movimentos sociais com sua articulação e dinamização dos espaços de participação; entre outros. É neste horizonte de participação que os estudantes entram em cena depois de dez anos de interdição, de negação da crítica e intervenção, de clandestinidade:

⁵² Uma análise mais aprofundada acerca do processo de reconstrução do país e das entidades estudantis, ver no primeiro capítulo do trabalho de Mesquita (2001): Juventude e movimento estudantil: o “velho” e o “novo” na militância. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina.

mobilizando-se, articulando-se com outros segmentos e grupos, promovendo debates, etc.

E nessa rede articulada de movimentos, o movimento estudantil se fortalece enquanto ator social e se apropria de outras temáticas políticas e culturais, desenhando experiências de uma outra cultura política. A luta conjunta com outras entidades e movimentos, bem como, a troca de experiências entre os mesmos, fizeram deste, um momento rico para os movimentos sociais e para a tradicional e histórica organização dos estudantes que, coletivamente, enriqueceram suas trajetórias⁵³.

É importante esclarecer que quase sempre o movimento estudantil esteve sintonizado com as lutas dos setores populares, articulando projetos comuns e tendo uma perspectiva mais global de sociedade. Porém, esta relação, em determinadas conjunturas, tornou-se menos ou mais fortalecida. Com a abertura democrática, esta relação novamente ganha impulso e a luta conjunta dos movimentos sociais organizados consegue criar uma grande correlação de forças frente às questões colocadas para o conjunto da sociedade que desenhava um cenário propício para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país.

E se o *ethos* estudantil é constituído e alimentado pela sempre atualização da memória social do movimento através dos atos e eventos mais simbólicos, como vimos afirmando, ele também gera e é gerado por uma das características mais fortes do movimento estudantil: sua capacidade de amplo diálogo e interlocução com os mais variados segmentos sociais. Esta característica tem sido uma constante na história do movimento estudantil e é este elemento que queremos agora discutir.

2.2. A inserção fora da universidade: a constituição do *ethos* estudantil a partir do diálogo com os movimentos populares

⁵³ Não irei aprofundar neste momento, mas nesta época, o movimento estudantil inicia também um processo de redefinição política e de ação. Vê-se, claramente, modelos diversificados de atuação política. Segue-se muito fortemente, o modelo ainda hegemônico, baseado na militância clássica, mas também pulula, a partir das experiências com outros movimentos, a gestação de outros modelos de participação estudantil (muitas delas de cunho mais cultural) que se tornam alternativas para uma parcela dos estudantes que não se sentem identificados com a militância tradicional.

Se é possível afirmar que o movimento estudantil brasileiro, a partir de suas lutas e intervenções no interior das universidades, conquistou espaço, respeito e visibilidade além de ampliar seu campo de atuação junto aos estudantes, também é possível avaliar o quão tem sido importante – para a sua própria oxigenação e vitalidade – a interlocução com outros segmentos e movimentos sociais.

Como uma de suas maiores características, o movimento estudantil foi um dos primeiros movimentos sociais a realizar uma experiência de diálogo efetivo com grande parte da sociedade que – principalmente na década de 1960 – via neste movimento um instrumento catalizador capaz de mobilizar e ser porta-voz de seus anseios mais urgentes, como destacamos anteriormente.

Neste sentido, podemos afirmar que esta tradição de diálogo e interlocução com outros segmentos sociais se dá em dois níveis, dos quais denominamos: a) *simbólico visível* e; b) *interventivo comunitário*.

No primeiro nível, podemos destacar pelo menos duas formas em que isto se traduz. A primeira, quando o movimento estudantil se torna porta-voz de uma ampla camada social ou ator símbolo de uma luta, na qual, ao se perceber identificada, a sociedade sinaliza seu amplo apoio. Foi assim no combate à ditadura, no caso do Impeachment em 1992, etc. A segunda, quando o movimento estudantil – ao se conectar com uma série de redes de movimentos sociais – se alia aos mesmos com o objetivo de lutar por questões comuns. Em geral, estas alianças são formadas a partir da compreensão de uma necessidade comum da formulação de um projeto político nacional que contemple as demandas dos vários segmentos da sociedade civil. As Diretas Já e o movimento contra a ALCA, entre outros, são alguns exemplos desta segunda forma.

No segundo nível, o diálogo se concretiza a partir de uma práxis interventiva e direta, com a participação de um ou mais parceiros e baseados num projeto comum. Neste sentido, o movimento estudantil tem uma forte tradição, tendo realizado várias destas experiências em diferentes momentos de sua história. Estas, primordialmente, de cunho social e político, e com seus diversos matizes, formatos e concepções, formam militantes, fortalecem as redes de solidariedade e o vínculo com outros grupos sociais, estabelecem uma troca entre o saber produzido na academia com o saber popular, etc.

Além de tudo o que se possa pontuar acerca destas práticas e experiências, o movimento estudantil – a partir destes contatos – incorpora temáticas, reivindicações e bandeiras, tendo a possibilidade de ampliar seu foco de atuação, bem como, de oxigenar suas práticas e formas de intervenção, como assinalamos anteriormente. Ao participar de espaços onde partilha sua experiência com outros grupos, acaba por absorver suas dinâmicas, formas de luta, etc.

A articulação com os movimentos sociais e populares tem sido de fundamental importância para fortalecer e amalgamar uma série de opções e valores políticos. Como pudemos observar, este conquistou grande visibilidade e apoio social a partir de sua inserção para fora dos muros da universidade.

Aqui, descreveremos algumas destas experiências que demonstram o caráter exógeno da prática militante dos estudantes. Estas surgem nos mais diversificados campos e com os mais variados parceiros. Destacaremos aqui, práticas diferenciadas que, na história do movimento, foram de fundamental importância no sentido de fortalecer os laços com outros segmentos da sociedade e impulsioná-lo a experimentar e ressignificar sua própria atuação.

2.2.1. A experiência de alfabetização

Situados num contexto de grande processo de modernização social, o movimento estudantil, no início dos anos sessenta, traz para si várias responsabilidades no que diz respeito à construção coletiva de um projeto de desenvolvimento para o país. Esta construção – que seguia a tradição e linhagem de outras campanhas realizadas como “O petróleo é nosso!”, Projeto Rondon, entre outros – eram algumas das práticas interventivas do movimento que traduziam esse ideário político e cultural baseado em um certo romantismo nacionalista.

Nesse cenário, surgem com grande destaque, várias experiências no campo da educação, mais especificamente, na área da alfabetização de jovens e adultos. O desenvolvimento do país, certamente, passava por uma redução em seus altos índices de analfabetismo. Foi assim que o país iniciou um verdadeiro processo de alfabetização, principalmente nas regiões mais longínquas e carentes, onde os projetos tinham dificuldades de alcance.

Em sua grande maioria desenvolvida no nordeste brasileiro, os projetos de educação contaram com o apoio e atuação de milhares de estudantes que, através

de sua experiência de organização, conseguiam formar diferentes grupos de educadores.

Neste trabalho, descreveremos pelo menos duas destas experiências levadas a cabo pelo movimento estudantil brasileiro que, também contou com a colaboração de especialistas e educadores de renome como Paulo Freire. São elas: Movimento de Cultura Popular (MCP) e Movimento de Educação de Base (MEB).

2.2.1.1. Movimento de Cultura Popular (MCP)

Vinculado à prefeitura de Recife e iniciado em maio de 1960, o Movimento de Cultura Popular (MCP) foi uma experiência de educação e alfabetização realizada sob coordenação de Paulo Freire e com a intervenção de jovens estudantes e educadores que viam naquele projeto uma possibilidade não só de educar os trabalhadores, mas de ampliar a sua politização. Como afirma Silva (1989:86), “para estes, a educação, neste sentido, não era apenas um instrumento de solução para os males sociais, porém, e sobretudo, um instrumento de transformação social”⁵⁴.

Com um alto nível de iletrados fazia-se urgente mudar não só o cenário educacional do país, marcadamente subdesenvolvido, mas também proporcionar instrumentos que despertassem nesta população o desejo de participar das lutas sociais.

Trazendo à tona a temática da *cultura popular*⁵⁵, o MCP alia arte e educação como forma de valorização da cultura do povo. O processo de educação se dava a partir daquilo que era significativo e corriqueiro na vida das pessoas, da comunidade: seus valores e suas expressões culturais. Neste sentido, o MCP coloca como central em seu eixo de trabalho e intervenção, a revalorização das manifestações da arte popular que se traduziam através tanto das canções e danças até das histórias de tradição oral e folclórica.

⁵⁴ A educação foi, nos anos 60, um instrumento essencial na difusão da idéia-força de que o homem não deveria se contentar com a condição de "objeto" da história, sendo, portanto, sujeito dela. O mote "Todo ato educativo é um ato político" é a síntese de todo um esforço de conscientização pela educação que o método Paulo Freire pretendeu universalizar.

⁵⁵ Amplamente discutido nesta década, este conceito torna-se chave para entendermos vários dos movimentos que surgem neste período. Ancorados no conceito de cultura popular, nascem os CPCs da UNE, o MEB, as diferentes campanhas de alfabetização, os diferentes movimentos artísticos, etc. Como veremos, posteriormente, os anos 50 e, marcadamente, os anos 60, a idéia do popular, romantizada e idealizada é retomada pela sociedade brasileira como um dos pilares para uma real compreensão do desenvolvimento do país.

Na prática, sua intervenção era desenvolvida através da realização de várias atividades: os espetáculos em praça pública, as festas populares, a exposição de artesanato, de oficinas e cursos de arte, a edição de livros e cartilhas, a organização de grupos artísticos, teatro popular, entre outros.

Porém, o próprio conceito de *cultura popular* é redefinido: não significava tão somente a cultura produzida pelo povo, mas também a cultura produzida para o povo, visando sua *conscientização política e social*. Seu caráter popular residiria na apropriação de formas populares, em benefício da conscientização do povo (Germano, 1982:29).

Diferente de outros projetos de educação popular, o MCP tinha a característica de trabalhar a proposta de educação/conscientização dos trabalhadores de baixo para cima, valorizando o que eles mesmos traziam mais do que impondo qualquer tipo de saber.

O êxito desta experiência ganhou dimensão nacional expandindo-se para outros estados do país. Sua base, majoritariamente estudantil, foi de fundamental importância no processo de ampliação desta experiência. Nesta fase, as experiências de maior visibilidade foram a de Angicos e Natal (RN), Osasco (SP) e Brasília. Porém, com o golpe militar de 1964, o MCP foi extinto.

2.2.1.2. Movimento de Educação de Base (MEB)

Outro forte movimento de educação popular assumido, em sua maioria, por estudantes universitários, foi o Movimento de Educação de Base (MEB). Este movimento promovido e vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também visava ampliar o universo cultural e educacional dos trabalhadores, a partir da cultura popular.

Este movimento tentava retomar uma experiência de alfabetização – já realizada pela igreja em parceria com o Ministério da Educação – de erradicação do analfabetismo através de programas radiofônicos⁵⁶. Num primeiro momento, esse formato é o que prevalece, sem, portanto, nenhum cariz mais popular. Ainda com uma grande interlocução com a experiência freiriana, este movimento criou uma metodologia própria.

⁵⁶ SIRENA – Sistema Rádio Educativa Nacional.

No momento de transformação de sua pedagogia, o MEB, como aponta Fávero em entrevista à TVE Brasil, “assume a categoria de formação de consciência como conscientização, e aí há um movimento que é mais ou menos simultâneo a todos os movimentos, de chegar num modo de tratar politicamente a questão da alfabetização e tratar como um instrumental para você entender a realidade, repito, mudar a realidade”⁵⁷.

Como o MCP, o MEB tornou-se modelo de alfabetização, difundindo-se para diversos outros locais, além de Natal. O MEB, no entanto, foi o mais interiorizado projeto de educação realizado até então, chegando aos grandes grotões existentes no meio rural.

Neste movimento, participaram de maneira decisiva, os militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), que redefinindo sua prática no seio da igreja e da sociedade, assume a necessidade de intervir socialmente de maneira mais concreta. Esta atuação vai se realizar na prática educativa ligada ao MEB, onde a educação era fortemente marcada pela idéia de conscientização política e transformação social, como já realçamos acima.

A militância estudantil, neste sentido, se tornaria um exemplo significativo de como uma parcela expressiva da sociedade civil assumia seu compromisso com um projeto de desenvolvimento que perpassava os níveis da educação e da cultura na ótica do popular.

Silva (1989:87), em seu trabalho acerca da intervenção política de estudantes no estado do Rio Grande do Norte, realça a atuação dos estudantes nas principais campanhas de educação no Brasil, e em especial, no MEB, onde

“exerceram papel decisivo, assumindo funções de organização cultural e difundindo uma concepção de mundo que questionava a realidade na perspectiva possível e admitida pela igreja. Iniciava-se entre os estudantes universitários locais uma prática de vinculação com a classe trabalhadora, ainda que de forma incipiente, prática que se efetivou não somente através do MEB mas também através de outros movimentos sociais que eclodiram no período de 1960-1964”.

Diferente do MCP, o MEB não foi extinto com o golpe militar, em 1964, dando continuidade às suas atividades ainda hoje.

⁵⁷ Ver: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/osmar_favero.htm

Como pudemos observar, a mobilização em prol da educação atravessou toda a primeira metade dos anos 1960, estando o movimento estudantil e sua militância, fortemente inserida nestes projetos. Além de sua atuação junto aos movimentos de alfabetização popular acima descritos, o movimento estudantil ainda que de forma não muito expressiva, através da UNE, lança uma grande campanha de alfabetização, que no final, fica circunscrita ao estado do Rio de Janeiro. Apesar disto, o projeto de alfabetização planejado pela UNE serviu, posteriormente, de base estratégica para o Plano Nacional de Alfabetização.

Por fim, o que fica destas experiências, além da inserção e liderança por parte dos militantes estudantis no programa pedagógico de tais projetos é a construção, dentro do movimento, da consciência de uma necessidade de estar cada vez mais aberto às demandas da sociedade e a ela própria, dialogando e intervindo com os mais diferenciados segmentos sociais.

2.2.2. Movimento Estudantil e movimentos de saúde

No histórico do movimento estudantil, vários foram os momentos em que a interlocução com os movimentos de saúde teve visibilidade. Porém, esse laço tornou-se significativamente ampliado e fortalecido com o processo de redemocratização do país.

Como já realçamos anteriormente, a necessidade de reorganização da sociedade civil, no momento de abertura democrática, exigiu e favoreceu um diálogo mais contínuo e frequente entre os movimentos sociais que, ao voltarem à cena, criaram vários mecanismos e espaços de participação social. A sociedade que se redemocratizava, redescobria a força e a atualidade que estes movimentos tinham e as lutas sociais e políticas ganharam espaço.

A articulação para debater um projeto de país – que se manifestava de modo mais visível através da construção de uma nova constituição – os organizava, os vinculava de alguma forma, fortalecendo seus laços.

Foi neste cenário que o movimento estudantil, ao reconectar-se com as outras diferentes expressões da sociedade civil, re-estabeleceu sua interlocução com os movimentos de saúde.

Neste sentido, o movimento realiza esta interlocução a partir de duas esferas: a) a partir da própria UNE que cria em sua estrutura uma diretoria de biomédicas; e b) a partir da organização dos estudantes da área de saúde, em

especial, os estudantes de medicina, que com o Movimento Estudantil de Medicina (MEM), começavam a se organizar nacionalmente enquanto executiva de curso.

A discussão acumulada por estes grupos de estudantes deu um enorme impulso para o movimento estudantil intervir de maneira qualificada nos espaços em que se debatia e se postulava um novo cenário para a saúde pública no país.

A preocupação com um sistema de saúde com caráter mais popular, voltado à medicina social e preventiva; a atuação integrada dos movimentos populares de saúde e sua aproximação com as periferias e comunidades; a luta pela reforma sanitária que se incorporaria à discussão acerca do Sistema Único de Saúde (SUS); entre outros, foram debates realizados no interior do movimento estudantil que subsidiavam a luta maior e geral organizada pelos movimentos de saúde.

Se a intervenção dos militantes estudantis nos movimentos populares de saúde foi importante na conquista de direitos sociais e na implementação de um projeto nacional, esta também foi fundamental no processo de criação e fortalecimento de uma rede de entidades estudantis ligadas a esta área. Em momentos diferenciados, mas com grande poder de intervenção no interior do movimento estudantil, surgem a maioria das Executivas e Federações de Curso⁵⁸que, separadas e coletivamente, se organizam no sentido de lutar pela melhoria de seus cursos e da sua qualidade de ensino. Na área de saúde, são alguns exemplos a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEEEnf), a Executiva Nacional dos Estudantes de Fisioterapia (ENEFIsio), entre outras.

As Executivas e Federações de Curso, na área de saúde, são, portanto, as responsáveis por realizarem, hoje, o elo entre o movimento estudantil e os movimentos populares de saúde. A interlocução se realiza de diversas formas, sendo, porém, as práticas de extensão universitária, as de maior visibilidade. Entre estas práticas, o *estágio de vivência*, talvez seja a experiência mais sistematizada no campo das executivas e federações de curso. Este estágio interdisciplinar é, como sugere Mesquita (2001:58),

⁵⁸ As Executivas de Curso que iremos tratar com maior profundidade em capítulo posterior, são também conhecidas como movimento estudantil de área, isto é, um movimento organizado pelos estudantes a partir de cada área do conhecimento. Nesse sentido, existem Executivas em quase todos os cursos. Assim, dependendo do grau de participação e mobilização dos estudantes, a Executiva terá maior ou menor visibilidade na universidade, bem como no próprio movimento.

“uma tentativa de conscientizar politicamente os jovens estudantes que, ao entrar em contato com uma outra realidade, pode ser capaz de atuar e intervir na perspectiva de valores como a solidariedade, participação e ética. Desta forma, é também uma maneira de ‘combater’ a formação de práticas individualistas entre os mesmos”.

Assim, além de ter um cunho formativo no desenvolvimento profissional dos estudantes, o estágio de vivência propicia mais que isso; ele desempenha um papel educativo e de formação política, chamando os estudantes para uma atuação mais comprometida com os segmentos populares.

Uma de suas últimas versões foi o estágio intitulado VER-SUS, que teve o apoio do Ministério da Saúde e se propôs a realizar uma intervenção no SUS, sistema que congrega hospitais públicos, prontos socorros, associações de atendimento à população, etc.

Outra forma de atuação tem sido a participação ativa de algumas Executivas em fóruns importantes como os encontros da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), as reuniões setoriais com o Ministério da Saúde e os conselhos municipais de saúde.

Desta forma, ao realizar estas experiências, o movimento estudantil fortalece e amplia seu campo de atuação, bem como, oferece aos estudantes novos espaços de participação política que, bem organizados, poderão fomentar e gerar outras formas de cultura política, oxigenando sua prática. Além disso, como os próprios militantes observam, estas experiências de extensão universitária aliada aos movimentos populares de saúde, podem diminuir (e tem diminuído!) a distância entre estudantes e entidades, principalmente, no caso daqueles que, não se identificando com a estrutura e modelo do movimento estudantil clássico, vêm nestas uma oportunidade de atuar política e socialmente.

2.2.3. Movimento Estudantil e a Luta pela Terra

O movimento estudantil também tem uma longa tradição no apoio à luta pela terra no país, com histórias e momentos de solidariedade que remontam desde, pelo menos, a década de 1960.

Como já destacamos, esta década foi marcante na história do movimento enquanto momento de inflexão na opção política dos estudantes. Se até então o

movimento estudantil tinha demonstrado sua capacidade de articulação para lutar e defender os interesses do país (principalmente, nas lutas desenvolvimentistas dos anos 1940), foi nos anos 1960 que ele se fortaleceu enquanto ator que buscava ter uma visão social ancorada na idéia de um projeto nacional coletivo, além de desenvolver e manifestar uma solidariedade de classe a todos os trabalhadores. Como já referenciamos, a idéia de *desenvolvimento* era uma condição para a *emancipação social*, e esta, passava também através da luta pela terra.

Foi com este ideário que o movimento estudantil se tornou um interlocutor de grande importância para as Ligas Camponesas⁵⁹ que, articuladas na Paraíba e em Pernambuco, surgiam como focos de resistência agrária e davam mostras de sua força organizativa.

A adesão dos estudantes a esta luta se deu em vários níveis, desde a solidariedade manifesta em seus boletins e comunicados até a participação em encontros e mobilizações. Este apoio incondicional aos trabalhadores rurais – que traduz, de certa forma, a expressividade do movimento estudantil não só no interior da universidade, mas também na interlocução que ele faz junto aos outros movimentos sociais – pode ser observada no depoimento do presidente da UNE nos anos 1961 e 1962 – Aldo Arantes – que, ao lembrar do contexto do início desta década, destaca a idéia da presença e importância do movimento estudantil na época:

“A UNE participou do I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte, fato de extrema importância na história do movimento camponês brasileiro. No dia da abertura compareceram cerca de 5.000 pessoas, das quais mais de 2.000 pertenciam à representação de camponeses, o que demonstra o grau de representatividade do congresso”. (Arantes, 1980:16)

E complementa:

“(...) os estudantes através de sua entidade nacional, a UNE, integraram-se também na frente anti-latifúndio e anti-imperialista. Postulavam, como tarefa política imediata e decisiva, a formação de uma ‘aliança operário-estudantil-camponesa’ (Constituição da UNE, 1963). Como observou um estudioso, para os estudantes que militavam na UNE, a Reforma Agrária e a Reforma Universitária são simples momentos da ‘dialética social’” (idem: 81)

⁵⁹ Movimento de trabalhadores rurais liderados por Francisco Julião.

Ainda nos anos 60, o apoio dos estudantes frente à luta pela terra deu-se também a partir de manifestações artístico-culturais produzidas pelo próprio movimento estudantil. Eduardo Coutinho, cineasta e estudante que integrava o setor de cinema do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE – movimento cultural que aprofundaremos em capítulo posterior – dirigiu e produziu o filme intitulado “*Cabra marcado pra morrer*” que tratava da história do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira que na sua luta pela reforma agrária foi assassinado. Iniciado em 1962, a filmagem foi interrompida com o golpe militar, sendo concluído apenas em 1984.

A discussão sobre a temática agrária também foi transportada para cima dos palcos. Com música de Chico Buarque, os estudantes realizaram, em 1965, a montagem de “*Morte e Vida Severina*”, de João Cabral de Melo Neto, no Teatro Universitário da PUC-SP (TUCA). Com grande sucesso de público e crítica, o espetáculo refletia as contradições e tensões de um país que, ao entrar em processo radical de urbanização, o fazia em detrimento e descaso da grande desigualdade fundiária do país.

Com a abertura democrática, na década de 80, renasce a luta pela reforma agrária, surgindo com ela, um dos maiores atores sociais brasileiros dos últimos vinte anos, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como no caso dos movimentos de saúde e tantos outros, os estudantes organizados estabeleceram vínculos de luta e organização também com os movimentos do campo e, especialmente, com o MST.

Articulando-se em diversos níveis, o movimento estudantil, fortalece seus laços com os movimentos rurais construindo diferentes ações e projetos em conjunto, principalmente a partir das Executivas de Curso da área de agrárias, onde são realizadas várias experiências de extensão universitária. Semelhante à experiência estudantil junto aos movimentos populares de saúde, o movimento estudantil também realiza, o estágio de vivência. Criadores desta experiência no interior do movimento, as Executivas de Agrárias – quais sejam, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Executiva Nacional de Engenharia Florestal (ENEF) e, Executiva Nacional de Medicina Veterinária (ENEV) – vêem no estágio de vivência um espaço que possibilita a formação de uma consciência crítica para os estudantes, bem como, a oportunidade de potencializar ações em conjunto a partir da inserção e comprometimento, daqueles que realizam a experiência, no processo de organização e luta pela terra.

Desta forma, o estágio de vivência tornou-se um dos espaços privilegiados de interlocução do movimento estudantil com os movimentos dos agricultores no país. Realizado a cada ano e em diferentes regiões, este estágio serviu como uma experiência primeira em termos organizativo e sistemático entre os dois movimentos. Com o fortalecimento deste elo, estes construíram um outro espaço, de caráter diferenciado, e que abrange outros segmentos sociais: o Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária (ENETERRA).

Organizado pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) – onde a UNE tem representatividade – e as Executivas e Federações de Curso, o ENETERRA é um espaço de formação, mas principalmente, de articulação entre os movimentos sociais para a realização de ações conjuntas no que se refere não só à luta pela reforma agrária, mas também às lutas gerais contra as políticas neoliberais existentes no país e que se refletem nos diversos campos sociais.

Realizado nos dias de 02 a 04 de Julho de 2004, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o I ENETERRA foi organizado contemplando três temas centrais, a saber:

“o debate sobre as alternativas ao atual modelo econômico que apontem para a superação do drama do desemprego e da estagnação econômica; o tema da reforma agrária e de sua importância na superação da imensa miséria social da qual o povo brasileiro é vítima e, por fim, o papel da universidade na conformação de um projeto de desenvolvimento nacional democrático, autônomo e soberano” (documento de divulgação do encontro) ⁶⁰.

O ENETERRA serve, assim, como um espaço onde os diversos movimentos sociais articulam, nos diferentes estados, uma agenda comum de luta e ações coletivas.

Por fim, como pudemos observar, os estudantes através de vários espaços e nas mais diversas expressões, vêm apoiando os movimentos de trabalhadores rurais e suas lutas por reforma agrária, investimentos na agricultura familiar, entre outros. Importante se faz pontuar que esta solidariedade não se limita às bandeiras de fundo econômico e político, mas também àquelas de cunho cultural, como as reivindicações específicas de organizações juvenis e feministas que atuam no meio rural e que trazem consigo questões pertinentes no campo da cultura.

⁶⁰ Ver: <http://www.eneterra.uff.edu.br/>

Como observamos, o movimento estudantil – no seu diálogo com outros segmentos da sociedade civil – tem sido suficientemente aberto no sentido de ampliar seu campo de atuação e de não se isolar enquanto um movimento configuradamente corporativo. A sua especificidade enquanto movimento universitário, bem como, as fronteiras que demarcam a sua atuação e a dos demais, existem e continuam bem delimitadas. Porém, isto não exclui a possibilidade da realização de projetos e ações comuns que fortaleçam esta interlocução e garantam a organização de uma agenda comum.

2.3. A formação do *ethos* estudantil

Como afirmamos no início deste trabalho, o movimento estudantil – ainda que com maior ou menor força entre os estudantes – carrega em sua trajetória uma representação que se cola a imagens como protesto, ruptura, jovialidade. Esta representação, marcada por um simbolismo e força, é fruto de sua *história*, da *memória social* dos militantes acerca do movimento, de uma *tradição* que se relaciona e se confunde com uma práxis in(ter)ventiva e inserida socialmente.

Esta tradição se alimenta através de eventos ou símbolos que vão sendo ressignificados tanto pelas novas leituras acerca do passado quanto pelo diálogo com o contexto presente. Entendemos por tradição, a consolidação da experiência coletiva que se faz através da repetição e, por consequência, da recordação desse fazer, dessa experiência (Matos, 1989).

Para a autora (idem:131), esta consolidação da experiência coletiva, “garante o acesso do indivíduo à dimensão de sua ancestralidade, tradição que pulsa em cada instante do ‘agora’. A repetição em um sentido preciso garante a ‘recordação coletiva’, substância mesma da tradição: recordação é a anamnese da experiência coletiva na sua forma social”.

Os eventos acima relacionados que se remetem tanto aos acontecimentos de Córdoba quanto aos movimentos de 68 ou o próprio período de redemocratização, são alguns dos elementos que amalgamam esse imaginário. A imagem, a representação, “cristaliza” uma certa identidade acerca do movimento. Este *ethos* – que se firma através de um imaginário colado a uma identidade coletiva – através da memória social dos militantes (muitas vezes cristalizada e

romantizada), de eventos e manifestações, sobrevive sendo a expressão mais visível da história do movimento entre os estudantes.

É claro que como toda representação, esta também é relativa. Mesmo porque, nem sempre – ou na maioria das vezes! – ela coincide com a realidade. As ações do passado são redimensionadas a partir da representação construída através do tempo. Nestas representações, geralmente, o passado é romantizado e a história/práxis do movimento, naturalizadas, o que muitas vezes dificulta a compreensão do presente.

De toda forma, esse imaginário serve como referência daquilo que o movimento pretende ser, muito mais do que uma construção daquilo que ele realmente foi enquanto produto de uma coletividade. Neste sentido, os eventos que possuem maior força simbólica se impõem aos demais e fixam-se como norteadores de um certo *ethos* e imaginário. Ao pontuarmos algumas lutas históricas do movimento estudantil, sinalizamos alguns dos elementos constituintes de ambos: *ethos* e imaginário.

A luta pela reforma universitária em toda a América Latina, talvez seja um elemento fundante e unificador em torno do movimento estudantil. O ideário de incorporação de valores modernos, a ruptura com uma certa estrutura universitária baseada no conservadorismo, a proposta de uma universidade mais aberta (e em tempos mais recentes, a reivindicação por uma universidade popular), democrática e representativa em seu conjunto, tornam-se marcantes em todas as manifestações estudantis ocorridas nos diferentes países, o que faz deste conjunto de elementos, central na imagem que o movimento faz de si próprio.

A abertura do movimento estudantil para lutas mais gerais, que definem em cada época as contradições de cada sociedade, também torna-se um pilar desta representação. O movimento estudantil foi um dos primeiros movimentos sociais a dialogar, de fato, com outros segmentos sociais, tornando-se um ator com grande capilaridade social e forte agente na construção de redes de movimentos. Seja através do movimento estudantil clássico, seja através dos movimentos de área ou culturais, os estudantes vão conseguindo se posicionar acerca dos mais variados temas, além de compondo várias redes de lutas. Neste sentido, as diversas experiências de interlocução e de realização de projetos comuns com outros segmentos e movimentos sociais aqui assinalados se tornam a expressão desta característica do movimento que se fortalece em sua trajetória enquanto prática e ação.

Os *anos 1960* e tudo aquilo que o envolve também foram fundamentais para a constituição de um imaginário estudantil marcadamente forte. O contexto de luta e manifestação no Brasil foi de grande relevância para a visibilidade e aceitação do movimento por grande parte da sociedade. As passeatas e os protestos contra a ditadura fizeram do movimento estudantil um agente catalizador das vontades sociais e tornou-o porta-voz de parte significativa da sociedade brasileira naquele período. Somam-se a isto, todas as transformações ocorridas naquela década em todo o mundo, tanto em termos culturais e de comportamento, quanto em termos políticos e sociais.

A agitação dos movimentos estudantis em 68, a contracultura, as manifestações pacifistas e toda uma onda de conscientização acerca de questões advindas do âmbito da cultura como o feminismo, a ecologia, entre outros, foram determinantes para um envolvimento mais ativo dos estudantes que, em grande parte, também serviram como agentes de referência na visibilidade destes temas. A reivindicação da liberdade – frente às ditaduras e totalitarismos existentes –, a crítica à sociedade de consumo (Baudrillard, 2003) e à sociedade do espetáculo (Debord, 1997), também fizeram parte da linhagem e tradição de lutas deste período.

Na América Latina, como já afirmamos, esta época foi marcada pela luta contra as ditaduras militares, o autoritarismo e um sentimento fortemente anti-imperialista. Neste sentido, a experiência da revolução cubana foi para a esquerda latino-americana – e para sua juventude estudantil em geral – um elemento referencial que inspirou solidariedades e ações. Seu simbolismo, marcado pela radicalidade de um povo, foi transferida, aos poucos, para a imagem de um personagem que, logo, se transformaria no ideário juvenil da época: Che Guevara. A criação do mito da juventude enquanto revolucionária – em muito – foi fortalecida neste momento, por todos estes elementos que acabavam por se colar à imagem de Che.

Também, como já vimos, no processo de redemocratização do continente latino-americano, o movimento estudantil – apesar de menos expressivo enquanto movimento porta-voz da juventude – participa ativamente das ondas de manifestação que marcam este período reivindicando abertura democrática e eleições livres. A luta pela reconstrução de uma sociedade livre era também a luta pela reconstrução das entidades estudantis que foram subsumidas no período ditatorial.

O que queremos afirmar neste momento é que todos estes elementos e contextos foram – em alguma medida – importantes para a criação de um imaginário social que colocou no centro uma representação acerca da militância estudantil enquanto ator social relevante e o fez referência para os movimentos juvenis.

É claro, também, que outros elementos vão sendo acrescentados a este imaginário que, com o passar do tempo, vai se modificando. Hoje, ele conta com elementos advindos do passado, mas também, com práticas que foram se constituindo em seu interior e ainda subsistem no movimento estudantil atual. Questões como a *forte partidarização do movimento* ou a própria *estrutura organizativa* deste – que já não consegue responder às demandas estudantis com tanta vivacidade – são alguns elementos que entram na constituição do atual imaginário, complexificando-o.

2.4. Movimento estudantil e os Novos Movimentos Sociais

Para finalizar este capítulo realizaremos uma breve análise acerca da importância do movimento estudantil para as discussões relativas às teorizações dos movimentos sociais. Como sabido, as manifestações de 68 tiveram forte impacto nas reformulações teóricas na área das ações coletivas sinalizando a emergência – em termos analíticos – dos Novos Movimentos Sociais (NMSs). Este debate, a nosso ver, é importante na medida em que temos a possibilidade de perceber com maior clareza como se dão os processos pelos quais a teoria acompanha e segue posterior aos acontecimentos sociais. O caso do movimento estudantil torna-se emblemático e significativo desta discussão e, por isso, nossa necessidade de pontuar.

A história dos movimentos sociais é marcada tanto por diferentes ondas de mobilização – e seus variados atores – como por paradigmas analíticos e interpretativos⁶¹. Desde as análises dos movimentos sociais sob a perspectiva da categoria da multidão (Le Bon, 1895) até as interpretações dos mesmos enquanto produtores de ação coletiva baseada na identidade (Melucci, 1999), o estudo dos movimentos sociais tem se caracterizado por diferentes momentos e abordagens.

⁶¹ Não aprofundaremos as diferentes abordagens teóricas que correspondem ao estudo dos movimentos sociais e das ações coletivas. Aqui, faremos uma pequena síntese destas abordagens e localizaremos a ação do movimento estudantil como fundamental nesse processo de desenvolvimento teórico.

Num primeiro momento, no início do século passado, fortemente, caracterizado por manifestações e tensões sociais provocadas pelas consequências da revolução industrial, os comportamentos coletivos foram percebidos através da idéia de anomia social, ou seja, como desajustes ou desvios frente às normas sociais criadas e incorporadas socialmente. Ainda, para os primeiros estudiosos, os movimentos foram homogeneizados sob a categoria de multidão que foi interpretada como “irracional” (Le Bon, Tarde, Smelser e Ortega Y Gasset).

Com outra perspectiva – e a partir das questões históricas colocadas pelo movimento operário – surge a abordagem de cunho marxista que, realçadamente de base classista, se torna uma nova ferramenta na compreensão dos fenômenos relativos aos comportamentos coletivos e dos movimentos sociais. A determinação das classes sociais sobre as ações coletivas e manifestações será, portanto, central na abordagem analítica destes teóricos.

Mas, diferentemente de outras abordagens, a perspectiva de análise de cunho marxista não funcionou apenas como proposta analítica, mas também proporcionou uma arma doutrinal passível de ser usada na própria mobilização para a ação coletiva transformadora (Drago, 2004).

Com o advento dos movimentos de 68 – protagonizados pelo movimento estudantil em diversas partes do mundo – as análises interpretativas que realçavam a classe social como mola propulsora do conflito e da ação coletiva começam a ser questionadas.

Primeiro, porque o sujeito (ou o super-sujeito) da ação deixa de ser a classe operária com seus mecanismos da vanguarda partidária e passa a ser um sujeito difuso, não-hierarquizado, na luta contra as discriminações (Gohn, 1997). Neste espaço estão os estudantes, as mulheres, os pacifistas, ecologistas, entre outros.

Segundo, porque as temáticas e reivindicações também não são mais (ou somente) de base classista⁶². As questões de identidade e de cultura são realçadas como fundamentais e ganham seu espaço no campo da política. Os novos atores dão visibilidade e centralidade a temas até então tidos como não-políticos e os politizam sem, no entanto, enquadrá-los “na codificação binária esquerda/direita,

⁶² Em análise da temática Santos (1999) afirma que diferentemente dos movimentos sociais dos países centrais, os movimentos sociais latino-americanos são marcados por uma “impureza”, onde reside a grande novidade dos NMS's. Esta “impureza” é o resultado da constituição mesma dos próprios movimentos sociais que unem reivindicações tanto materialistas quanto pós-materialistas, que unem questões de cunho classista e transclassista.

que presidia, até então, à demarcação política nas sociedades do ocidente” (Drago, 2004:28). Neste sentido, os NMS’s são a ampliação da política para além do marco liberal da distinção entre estado e sociedade civil (Santos, 1999). Mais: na ótica de Foucault, estes movimentos potencializam outros espaços da política.

É neste momento que os movimentos juvenis – e neste caso, marcadamente, o movimento estudantil – ganham expressão e vinculam, claramente, sua experiência à trajetória e linhagem dos movimentos sociais. Como nos diz Feixa, Costa e Saura (2002:11),

“mesmo que possamos encontrar vinculações entre movimentos sociais e movimentos juvenis ao largo da história, não é senão na década de sessenta do século XX, que o jovem irrompe de maneira contundente no cenário político, já não como sujeito passivo, mas como protagonista ativo. Berkeley, 1964; Paris, Roma, Praga e México, 1968, converteram essa década em um referente mítico dos movimentos juvenis. Pela primeira vez podemos falar de uma vinculação estreita entre movimento social e movimento juvenil”.

A compreensão de que a juventude queria novos rumos e não se sentia responsável pelo modelo social existente permitiu uma renovação da linguagem política que ressignificava a luta – protestos, palavras, manifestações – através, dentre outras coisas, da estética. A grande recusa juvenil – explicitada por Marcuse – era expressa através de uma política que se queria plural, horizontalizada, que buscava antes de tudo, a construção de uma nova sociedade, não baseada no consumo, na espetacularização da vida ou na colonização do Estado frente à comunidade. A crítica acerca da democracia representativa também era fortemente realizada.

Para Martins (2004:138), em seu ensaio sobre o maio francês, a grande recusa poderia ser expressa na consciência clara de que ser jovem era, antes de tudo, “não ter tido participação na construção da sociedade existente (...), é ser o herdeiro de suas conquistas e de seus desvarios, sem, porém, ter responsabilidades na tarefa de administrá-la: é ser irresponsável perante a sociedade no sentido de ter as mãos limpas e ao mesmo tempo livres”. Livres para colocar em prática aquilo que acreditava. E neste sentido, os estudantes se colocavam enquanto personagens centrais nas mudanças estruturais da sociedade moderna.

Assim, os movimentos estudantis dos anos 1960 marcaram as análises sobre os movimentos sociais até então realizadas, deflagrando uma nova perspectiva de investigação. Com eles, surgem os mais variados atores sociais que –

desvinculados da esfera produtiva – expressam seus anseios e reivindicações que passam, principalmente, por questões culturais. Para muitos dos teóricos dos movimentos sociais, esta mudança afeta a base, a estrutura e a tática destes, abrindo novas formas de representação de interesses nas democracias avançadas (Feixa, 2002:13).

Por fim, destacamos que foi, a partir dos anos 1960 (e em grande parte, pelas manifestações realizadas naquele período) que o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, expressão, visibilidade e status enquanto objeto de análise científica, sendo interpretado a partir de diferentes teorias.

Neste capítulo, portanto, tentamos reconstruir o movimento a partir de seus elementos mais simbólicos. Assim o fizemos para demonstrar o quão essa dimensão acaba por perpetuar e imprimir no imaginário estudantil uma identidade de movimento que, quando acessado, pode ser capaz de mobilizar. A história e a tradição do movimento acabam por ser aquilo que, de alguma forma, alimenta a militância e a une (num meio onde as diferenças na prática política são tão heterogêneas).

É essa dimensão simbólica que amalgama a prática militante e dá substância para a sua renovação nas diferentes gerações. É essa dimensão que cataliza um processo identificatório entre os estudantes quando percebem que esta está ligada a uma prática política coerente e justa. É também isso o que queremos observar e compreender no movimento estudantil atual, portador dos mais diferenciados pensamentos e comportamentos políticos.

O Meio (Luiz Tatit)

Agora depois do começo

Já estou me sentindo

Bem mais à vontade

Talvez já esteja no meio

Ou começo do meio

Porque bem no meio

Seria a metade

É bom demais estar no meio

O meio é seguro pra gente cantar

Primeiro, acaba o bloqueio

E até o que era feio começa a soar

Depois todo aquele receio
Partindo do meio, podia evitar
Até para as crianças nascerem
Nascendo no meio, não iam chorar

Diria, sem muito rodeio
No princípio era o meio
E o meio era bom
Depois é que veio o verbo
Um pouco mais lerdo
Que tornou tudo bem mais difícil
Criou o real, criou o fictício
Criou o natural, criou o artifício
Criou o final, criou o início
O início que agora deu nisso

Mas tudo tomou seu lugar
Depois do começo passar
E cada qual com seu canto
Por certo ainda vai encontrar
Um meio para nos alegrar

Capítulo 3

O mapa, o roteiro e a viagem rumo ao movimento estudantil brasileiro: construindo uma abordagem teórico-metodológica

“Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançarina. Eu vos digo: ainda há caos dentro de vós”.

Nietzsche.

Como já pontuamos no início deste trabalho, faremos uma análise aprofundada de quatro grupos existentes no interior do movimento estudantil, desde aqueles mais tradicionais como a UNE e as Executivas de Curso até aqueles mais recentes como os coletivos GLBTs, os coletivos feministas e os CUCAs.

Para nós, o entendimento de que existem vários movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter-cruzam é uma questão central. O movimento estudantil, em nossa perspectiva, não é unitário, mas se constitui a partir de diferentes grupos que com distintas propostas – tanto em termos de ideário como de práxis – em momentos dados, se articulam coletivamente.

Nesta dinâmica, o movimento estudantil clássico muitas vezes se sobressai por ser a fonte primeira de organização. Como iremos pontuar posteriormente, ele é o grande “*guarda-chuva*” do movimento estudantil contemporâneo, agrupando, fazendo surgir, articulando vários grupos ao seu redor, atuando como uma *força de gravidade* que mobiliza os outros campos.

Esta dinâmica do movimento apesar de conseguir apontar para uma pluralidade em seu interior ainda vive numa lógica hegemônica dos grupos mais tradicionais que muitas vezes não permitem (ou tem dificuldades de incorporar) experiências novas, emergentes, outras.

Este tem sido o eixo central de nossa discussão em nossos últimos trabalhos (Mesquita, 2001, 2003): como se dá a relação dos diferentes grupos no

interior do movimento estudantil considerando suas especificidades, histórias e processos, nos planos político e organizativo.

É nesta perspectiva que queremos aprofundar a temática da participação dos estudantes: articulando no campo da militância, as variadas experiências estudantis e sua dinâmica. Neste sentido, iremos analisar as representações construídas por cada um destes grupos frente aos outros na tentativa de perceber suas diferenças tanto de conteúdo como de forma, as fronteiras existentes entre os mesmos, a existência (ou não) de projetos coletivos que se intersectam, entre outros. Além disso, queremos analisar em que medida o surgimento destes novos espaços de participação tem oxigenado a militância no interior do movimento.

Mas qual o melhor e mais apropriado óculos para analisar esta realidade? Os recortes teóricos e metodológicos podem ser os mais diferentes possíveis. Porém, para a compreensão e fins de nossos objetivos trabalharemos com: a teoria das *representações sociais* e da *identidade coletiva*, ambas, amparadas pelas categorias de *cotidiano* e *redes sociais*. Compreendemos que estes aportes teóricos nos ajudarão a analisar as práticas estudantis atuais naquilo que queremos observar: a dinâmica das relações no interior do movimento estudantil, de modo a perceber como os diferentes grupos atuam e se inter-cruzam.

Porém, consideramos importante realizar, ainda que de modo breve, uma reflexão acerca de como compreendemos o conceito de movimentos sociais e como o movimento estudantil está inserido nesta compreensão.

3.1. Movimentos sociais: definição, desconstrução e reconstrução à luz das práticas estudantis

A temática dos movimentos sociais como categoria analítica e campo de investigação tem sido uma das mais discutidas e desenvolvidas nas Ciências Sociais. Seu dinamismo, conquistado com as diversas teorias que lhe conferiram destaque, fortaleceu essa área de forma a ser considerada por alguns autores (e em especial por Touraine) o objeto central de análise da sociologia.

No Brasil, a produção relativa a este tema tem tido uma grande vitalidade, abordando diferentes aspectos e os mais diversificados atores sociais. Porém, tem se caracterizado, ainda que de forma não rígida, por uma divisão dos estudos nas áreas acadêmicas. A antropologia trabalhando as questões indígenas; a política e a

sociologia urbana discutindo acerca dos movimentos sociais e populares; o direito e a arquitetura ligada às pesquisas relativas à moradia e terra; entre outros (Gohn, 1997).

Mas, se o tema (tanto teórica, quanto metodologicamente) ganhou um caráter de tamanha importância, ao mesmo tempo, tornou-se mais complexo e produziu um campo onde “tudo cabe”, e portanto, mais difícil de conceituar e teorizar.

As dificuldades de conceituação são inúmeras. Uma delas, a tendência a uma percepção estanque dos movimentos sociais como objetos de análise, muitas vezes naturalizados e observados de modo homogêneo, não considerando as nuances de sua dinamicidade interna. Além disso, as dificuldades de diferenciá-los de outros fenômenos sociais como as ações coletivas de protesto, por exemplo.

Estas dificuldades, em certa medida, estão relacionadas com a forma pela qual fomos habituados a pensar, compreender e estudar a realidade social enquanto temática de interesse e investigação. O uso de um “óculos” rígido e estático, a recorrência na percepção e na realização de pesquisas que levam em conta apenas a estrutura organizativa e aquilo que é visível em termos de participação, a escassez de instrumentos teórico-metodológicos que possibilitem observar a dinamicidade e riqueza constituinte da realidade, entre outros, são algumas das limitações existentes no estudo dos movimentos sociais.

Uma outra limitação acerca do estudo dos movimentos sociais se refere à própria perspectiva adotada pelos estudiosos. Nesse sentido, o significado do conceito de movimento social tem estado tradicionalmente fundado em uma concepção *historicista, linear e objetivista* da ação coletiva como indica Melucci (1996). Esta perspectiva está fortemente relacionada a uma compreensão largamente produzida e reproduzida no meio acadêmico e entre os formadores de opinião que é a da naturalização dos movimentos sociais como sujeitos portadores de uma ação coletiva emancipadora. Isto não só dificulta como reifica a própria condição processual e dinâmica que caracteriza os movimentos sociais. Como afirma Melucci (1989:18), devemos abandonar a imagem moderna dos movimentos sociais observados como “sujeitos dotados de existência e intencionalidade que atuam num cenário cujo final está pré-determinado”.

Por estas e outras dificuldades relativas à teorização no campo dos movimentos sociais, Laraña (1999) – baseado em seus estudos e na perspectiva

adotada por Melucci – sugere uma *desconstrução e reconstrução* teórica do conceito. Para este autor, os enfoques tradicionais não resultam muito úteis para compreender a dinamicidade e as profundas mudanças ocorridas na sociedade. Transformar a perspectiva e o enfoque do estudo dos movimentos sociais é, entre outras coisas, *desconstruir e reconstruir* a forma como ele é analisado e estudado.

Para diferentes autores, Laraña, 1999; Melucci, 1999; 2001, o movimento social não constitui uma entidade cujos elementos estão vinculados por lógicas externas, senão uma variedade de processos, atores sociais e estratégias de ação. Ou seja, os movimentos não são um “dado empírico unificado”, mas antes, uma pluralidade de grupos que negociam, trocam e decidem internamente, derivando daí uma *identidade coletiva*. A unidade do movimento social não é um dado primeiro, inicial, uma condição prévia à existência do próprio movimento, senão uma consequência, um produto destas trocas.

Como sugere Melucci (1999:38),

“uma ação coletiva não pode ser explicada sem tomar em conta como são mobilizados os recursos internos e externos, como as estruturas organizativas são erigidas e mantidas, como as funções de liderança são garantidas. O que empiricamente denomina-se de ‘movimento social’ é um sistema de ação que conecta orientações e propósitos plurais”.

Não mais no processo de desconstrução do conceito, mas na forma pela qual o objeto geralmente é abordado, Laraña (1999:198) também chama a atenção para o fato de que os estudos acerca dos movimentos sociais centram-se nas suas fases visíveis de mobilização, tendência que dá prioridade ao significado político frente à sua significação cultural.

Nesse sentido, faz-se importante para uma compreensão mais ampla dos processos que se desenvolvem em um movimento social, analisar e perceber as redes submersas que dão sustentabilidade e continuidade ao movimento. A percepção daquilo que é latente, informal e invisível na dinâmica dos movimentos sociais deve ser considerado – pelos pesquisadores – como um elemento fundamental para compreender os processos de mudança (de forma e conteúdo), estratégias de ação, valores, etc., de um dado movimento.

Novamente, é Melucci (1999) que abordará esta questão de maneira mais enfática. Esse autor nos sugere que se os aspectos mais visíveis dos fenômenos

coletivos (manifestações, acontecimentos, atos de violência, etc.) existem, isso se deve, em grande medida, pela realização de um processo que se opera no seio do movimento social que é de contínua atividade e muitas vezes invisível para quem está de fora. São as experiências realizadas no cotidiano, a relação e interlocução estabelecida com outros grupos, e o seu próprio entorno, que possibilitarão a existência de uma latência em seu interior que num dado momento ou contexto favorável se manifesta. Mais adiante, retornaremos a esta discussão que se torna central na análise das ações coletivas.

Além da ênfase às fases visíveis dos movimentos sociais, a tradição teórica, até pouco tempo atrás, centrava-se na perspectiva estrutural e organizativa dos mesmos, considerando muito mais as questões de fundo macro-social. McAdam (1994), ao fazer uma defesa dos elementos culturais e cognitivos como importantes aspectos a serem considerados nestas investigações, afirma que “se o estudo dos movimentos sociais tem sido um dos campos intelectualmente mais produtivos e ativos da sociologia, também, como sucede com todos os paradigmas em formação, tem ressaltado certos aspectos do fenômeno e ignorado outros” (McAdam, 1994:43).

Podemos afirmar que tradicionalmente o enfoque dado aos estudos dos processos de mobilização coletiva e da participação social tem tido um caráter macro-estrutural, desde as perspectivas mais clássicas às mais contemporâneas (cf. Gohn, 1997). Do paradigma *Marxista* – e sua centralidade na categoria de classe social – ao enfoque da *Mobilização de Recursos* – que aborda os movimentos sociais como grupos de interesses – todos eles enfatizam os elementos relativos às questões de cunho mais estrutural.

Numa perspectiva diferente, Jeffrey Alexander (1987) defende a necessidade de superar a divisão macro-micro no interior da sociologia. Em seu conhecido artigo denominado "O novo movimento teórico", o autor demarca sua posição pela estruturação de uma base teórica-metodológica que contemple as diferentes dimensões que a complexidade do tema exige.

Klandermans (1994), de outra forma, retoma a discussão da necessidade de trabalhar estas duas dimensões de modo integrado e o faz a partir da divisão entre as duas perspectivas teóricas recentes mais importantes no campo do estudo dos movimentos sociais, a saber, a da *mobilização de recursos* e a dos *novos movimentos sociais*.

Em artigo intitulado “La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos”, Klandermans reforça a idéia de Alexander quando, ao comparar as duas perspectivas teóricas, nos remete à compreensão e necessidade de articulá-las de forma a complementarem-se.

Para o autor, ambas, a primeira (baseada numa visão mais macro-estrutural) e, a segunda (baseada numa visão mais micro-estrutural),

“poderiam ser complementadas mutuamente se não compartilhassem uma importante debilidade. Nenhuma das duas explica o que faz com que as pessoas definam sua situação de tal maneira que a participação em um movimento social lhes pareça o mais apropriado. O enfoque dos novos movimentos sociais tratou de descobrir as origens das “demandas” dos movimentos sociais durante as duas últimas décadas, mas não chegou a dar-se conta de que a mudança estrutural não gera automaticamente movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a perspectiva da mobilização de recursos investigou a “oferta” de organizações de movimentos sociais, mas passou por alto o fato de que só a presença destas não produz reivindicações, nem tampouco conduz a gente a participar ativamente nos movimentos” (1994:184).

Mas ainda no campo da conceituação dos movimentos sociais, quais as características que diferenciam estes de outros fenômenos marcados pela coletividade? As distinções entre os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva podem ser realizadas levando em conta alguns eixos e características centrais, a saber: a) sua continuidade; b) visão de injustiça; c) relações com processos de mudança social; d) identidade coletiva.

Certamente, um movimento social se caracteriza por certo grau de continuidade na atividade que desenvolve, diferentemente de outras formas de ação coletiva marcadas pela espontaneidade e efemeridade, como as manifestações de protesto. Para Laraña (1999), a continuidade dos movimentos sociais é um dos eixos centrais que o movimento tem para realizar seus objetivos, sua estratégia e organização, sua liderança e estrutura de papéis, sua identidade coletiva. A ação coletiva exige uma continuidade do movimento para que os objetivos de mudança social levantados pelos mesmos sejam, de alguma forma, concretizados.

Não dado de maneira isolada, mas inserindo-o com as outras características, a noção de injustiça é um outro elemento que concorre para que os participantes de um dado movimento social se organizem e se estruturem enquanto tal para levar a cabo seus objetivos. A noção de injustiça é importante não apenas

como elemento gerador de uma identidade coletiva mas também como um critério para a mobilização com fins a uma mudança social⁶³.

A mudança social está relacionada à perspectiva de ruptura com os limites do sistema que, para Melucci, é um fator essencial na conceituação de um movimento e na diferenciação deste de outros fenômenos coletivos. Na elaboração de critérios para conceituar o movimento social, a mudança social é um dos citados, já existindo enquanto tal, desde os primeiros trabalhos realizados nesta área.

Por fim, consideramos a existência de uma identidade coletiva um dos elementos caracterizadores da constituição de um movimento social. Servindo como um fator de coesão grupal, a identidade está sempre em processo de transformação, visto a grande rapidez em que os movimentos sociais definem e redefinem seus objetivos e estratégias de ação.

A partir desta breve caracterização acerca dos elementos que constituem um movimento social, assumimos a conceituação definida por Melucci que o define como uma forma de ação coletiva que a) explicita um conflito social; b) apela à solidariedade e c) rompe os limites do sistema em que se produz.

Tentando contrapor a idéia de movimento social percebido como uma expressão e resposta frente a uma crise e, portanto, visto em geral como uma patologia social, Melucci (2001) sugere a explicitação do conflito social como um elemento que demarca uma percepção de luta entre dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos.

Para esse autor (2001:34-35), “não se trata de uma distinção de pouca importância, se é verdade que os grupos dominantes tendem a definir os movimentos como simples respostas a uma crise. Admitir que sejam algo diferente seria reconhecer a existência de questões coletivas que atingem a legitimidade do poder e o uso de recursos sociais”.

A idéia do apelo à solidariedade está intimamente relacionada à questão do reconhecimento e identidade coletiva de seus participantes, sendo esta, portanto, “a capacidade dos atores em se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (Melucci, 2001:35).

⁶³ Na Psicologia Social este tema foi – e continua sendo – tratado por diversos autores que a partir da categoria da “Crença no Mundo Justo”, desenvolveram variadas pesquisas neste campo. Além disso, Sandoval (2001) em suas investigações acerca da consciência política, coloca o binômio justiça/injustiça como uma das categorias centrais em seu modelo teórico.

Por fim, o terceiro elemento que caracteriza e dá sustentabilidade ao conceito: a ruptura aos limites do sistema. Se o movimento social é a expressão de um conflito social isso não acontece de forma gratuita, mas porque em sua base existem motivações de mudanças estruturais na sociedade da qual ele está inserido.

Certamente, o surgimento dos novos movimentos sociais com suas demandas e reivindicações em meados dos anos 1960, ajudaram na reelaboração/redefinição do conceito, bem como, na maneira de “apreender” e analisar os objetos de análise. Os novos movimentos sociais não só exigiram dos estudiosos uma reformulação teórica, mas também uma crítica aos instrumentos e métodos de investigação e a criação de novas metodologias que dessem conta da dinamicidade intrínseca a estes.

Esta dinamicidade é percebida não só através da temporalidade em que dadas mudanças ocorrem em um determinado movimento social (e que interferem, por exemplo, na processual identidade coletiva de seus membros), mas também pela própria estrutura organizacional (mais complexa e ágil) que estes trazem como forma de *manifestos*.

Como sugere Laraña (1999:90), “as estruturas deixam de ser um instrumento para realizar suas metas e passam a ser metas em si mesmas”. Ou seja, a forma deixa de ser apenas forma e se transforma em conteúdo antecipando aquilo que o movimento deseja expressar. A forma transforma-se em linguagem, expressa mensagens, comunica, visto que traz em si impresso em sua estrutura um número significativo de símbolos.

É a isto que Melucci se refere quando compreende os movimentos sociais como *sistemas de ação* e *mensagens simbólicas*. As estruturas e formas organizativas dos movimentos não se resumem a seus aspectos formais, visíveis, observáveis, e portanto, devem ser consideradas também as formas pelas quais estas mesmas estruturas se “estruturam”. Em outras palavras, deve ser levada em consideração, a dinâmica de negociação e conflito que se estabelece entre os membros de um movimento, no sentido de conseguirem conceber a estrutura organizativa que reflita seus ideários e que seja mais apropriada para a concretização de suas ações.

Como já pontuamos, a necessidade de criar abordagens metodológicas que dêem conta desta nova configuração torna-se, assim, indispensável. Nesse sentido, e para fins desta investigação, trabalharemos com dois conceitos que, em nossa

ótica, são essenciais para compreender as relações e dinâmicas dos movimentos estudantis na atualidade: as *redes sociais* e o *cotidiano*. Estes dois conceitos, bem como, os das *representações sociais* e *identidade coletiva* serão a seguir, detalhadamente trabalhados.

Estes conceitos são importantes para compreender as diferentes dimensões do movimento que queremos estudar. A idéia de trabalhar tanto o conceito de identidade coletiva como o de representações sociais parte da mesma necessidade que temos de entender como se estabelecem as relações de proximidade/distanciamento entre os diferentes grupos: suas fronteiras, pontos de intersecção e convergência na ação, formulação de projetos comuns, etc. Estes também nos ajudarão a fazer uma análise mais detalhada das formas pelas quais o movimento se constitui e renova seus interesses, objetivos, pautas.

Também, e noutro sentido, uma apropriação dos conceitos de *redes sociais* e *cotidiano* será importante no sentido de percebermos aquilo que está num nível mais submerso, invisível, na ação do movimento e no seu permanente processo de reconstrução. Estas duas dimensões de análise estarão presentes de forma sempre associadas e serão a base de nosso olhar na pesquisa empírica.

3.2. Representação, espaço público e movimentos sociais

Se as idéias de movimento, ruptura e dinamicidade no âmbito da ciência são condições para sua existência e continuidade, certamente, na psicologia social, a teoria das *representações sociais* é um elemento central neste contexto nos últimos 40 anos.

De fato, esta teoria contextualiza e questiona vários dos pressupostos da psicologia social de então, caracterizada por seu viés individualista e psicologista. A teoria das representações sociais, neste sentido, surge demarcando um outro campo na compreensão epistemológica desta disciplina que vinha se constituindo, principalmente na tradição americana e inglesa, como uma ciência centralizada no indivíduo, perspectiva também conhecida como *psicologia social psicológica*.

Moscovici partindo de uma outra lógica e visão, mais baseada na sociologia do conhecimento, a partir das representações sociais, demarca claramente sua disposição em propor algo que apontasse numa direção contrária, renovando os conceitos e reconstruindo a base deste campo teórico. De certa forma, abre uma

discussão (tanto teórica quanto metodológica) entre as duas compreensões existentes acerca da psicologia social e a coloca no centro⁶⁴.

Para Pereira de Sá (1993:20), de fato, “os fenômenos, o conceito e a teoria das representações sociais só podem ser bem apreendidos no contexto de um tal processo de renovação temática, teórica e metodológica da psicologia social”. É neste contexto que ela surge tornando-se uma das mais importantes vertentes deste campo e disciplina na atualidade.

Inaugurada por Moscovici em sua clássica obra *La psychanalyse, son image et son public* em 1961, esta teoria ganhou maior visibilidade e consistência à medida em que foi se difundindo nos mais variados países⁶⁵ e, por consequência, ampliando sua influência a partir da realização de diversas pesquisas organizadas e sistematizadas.

Na contramão da perspectiva psicológica da psicologia social, a teoria das representações sociais nasce inspirada na idéia das *representações coletivas* proposta por Durkheim para se referir às categorias de pensamento através das quais uma sociedade elabora e expressa sua realidade.

Para este autor – e seguindo uma tradição que começa com Wundt – existem fenômenos que não podem ser reduzidos ou explicados em termos individuais por serem, em si, construções coletivas e sociais. Esta idéia central parte do pressuposto de que o coletivo tem uma força própria, que independe dos indivíduos, precisando ser estudado e refletido através de categorias sociais específicas. Neste sentido, o conceito de representações coletivas para Durkheim,

⁶⁴ A teoria de Moscovici, no entanto, não entrou no campo de discussão teórica sem resistências. Ao mesmo tempo em que foi celebrado, também foi duramente criticado por estudiosos ligados à uma visão mais individualista da psicologia social. Mas nesse debate Moscovici foi contundente ao afirmar sua posição crítica àquela psicologia praticada nos laboratórios. Assim, afirma: “não se pode, então, negar que psicólogos e sociólogos tiveram algumas razões para se distanciarem de um conceito que parecia talhado à medida de uma sociedade tradicional ou exótica e marcado por suas origens positivistas, ou quando muito referir-se a ele em uma dimensão histórica. Mas isso é inaceitável quando não se quer renunciar a uma psicologia social ao mesmo tempo individualista e despojada de qualquer referencial comum a outras ciências humanas e, conseqüentemente, destinada a tornar-se fragmentada em uma multidão de campos de pesquisa, sem qualquer elo entre si e sem qualquer continuidade histórica” (Moscovici, 1984:52).

⁶⁵ Na América Latina, e em especial na Venezuela e no Brasil, esta teoria teve (e tem) grande repercussão, constituindo uma grande rede de pesquisadores que se utilizam deste referencial no âmbito de seus estudos e reflexões.

torna-se aquele que melhor define a compreensão acima, sendo em grande medida, um dos eixos centrais de sua teoria sociológica⁶⁶.

Mas se Moscovici recupera o conceito de representações coletivas de Durkheim, também o redefine e o atualiza a partir da idéia de representações sociais. Para o autor, o conceito de representações coletivas não consegue abarcar as atuais características da sociedade contemporânea baseada em seu dinamismo, pluralidade e na rapidez com que as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorrem (Farr, 1994:44-45). As representações sociais são, portanto, de alguma forma, uma “redefinição” do conceito original de Durkheim numa perspectiva moderna e contextualizada na sociedade contemporânea.

Neste sentido, Moscovici via claramente os limites do conceito proposto por Durkheim frente ao que ele considerava ser mais substantivo aos dias atuais, o conceito de representações sociais. Como sugere, seu interesse não reside nas representações como as sociedades primitivas as formulavam, caracterizadas como rígidas, entidades explicativas absolutas (como compreendia Durkheim); mas “aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis” (Moscovici, 1984:56).

Em um de seus trabalhos mais recentes, o autor sintetiza sua teoria pontuando e aprofundando questões colocadas no debate acerca das representações sociais desde o seu surgimento. Neste, reafirma o caráter central que tem o *cotidiano*, o *espaço público* e o *senso comum* como elementos importantes na definição da teoria. Apesar de serem coisas distintas, ambos têm elementos comuns e estão intimamente associados por serem espaços e dimensões de produção das representações.

Para Moscovici, a mobilização das representações sociais acontece em todos os lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam, do espaço público ao espaço privado. Neste sentido, a linguagem ocupa papel fundamental⁶⁷.

⁶⁶ Certamente Durkheim foi assertivo quanto à sua posição de delimitar fenômenos coletivos como pertencentes ao campo da sociologia. Para ele, as representações coletivas não poderiam ser, de forma alguma, estudadas ou reduzidas a representações individuais. Como observa Farr (1994:36) “dentre os mais importantes sociólogos, Durkheim foi o que mais abertamente se mostrou hostil à psicologia. A psicologia à qual ele se opôs, contudo, foi a psicologia do indivíduo”.

⁶⁷ Para Moscovici, a linguagem ocupa um lugar central na materialização e difusão das representações: a construção do símbolo, da imagem, as representações populares acerca da vida e do mundo, tudo isso, perpassa pela linguagem. Nesta lógica, autores como Vigotsky,

Sendo assim, estamos a todo momento formulando imagens acerca de algo e difundindo-as socialmente. É no movimento do cotidiano que produzimos as representações acerca do “mundo da vida” transformando-as em senso comum partilhado. É a partir desta compreensão que o autor afirma que “as representações sociais diariamente e ‘espontaneamente’ se tornam senso comum, enquanto representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas” (Moscovici, 2003:200).

E novamente, completa:

“O vasto campo do senso comum, das ciências populares, nos permite agarrar essas representações ao vivo, compreender como elas são geradas, comunicadas e colocadas em ação na vida cotidiana. Para fazermos uma comparação, podemos dizer que esses campos oferecem um material prototípico para explorar a natureza dessas representações, do mesmo modo que os sonhos oferecem um campo exemplar para todo o que quiser compreender o inconsciente. As representações perdem, então, o caráter derivado e abstrato associado com representações coletivas para se tornarem, de certo modo, um fenômeno concreto e observável” (Moscovici, idem:201-202).

É através do *senso comum* que as representações se “materializam” como uma forma concreta e observável. A experiência produzida no cotidiano, portanto, deve ser qualificada e valorizada se quisermos compreender a sociedade mesma, com suas representações e compreensões da vida em seus diferentes níveis e espaços⁶⁸.

Por isso tornava-se pertinente a crítica e reivindicação de Lane (1993) nos anos 1990 sobre sua consideração acerca dos estudos das representações sociais. Para a autora, duas dimensões não podiam ser esquecidas nas análises sobre as representações: a afetiva e a simbólica. Como afirma em um de seus artigos,

Bakhtin e Mead, são recuperados neste debate e dão sustentabilidade aos pressupostos do conceito de representações sociais.

⁶⁸ Neste sentido, Moscovici também antecede em muito a visão contemporânea e positiva acerca do senso comum e do próprio cotidiano. Santos (1989, 2002), em seus estudos atuais, retoma esta discussão e questiona a grande divisão existente entre conhecimento especializado e o conhecimento produzido de maneira informal, no cotidiano. Para ele, este último deve ser valorizado, reinventado e afirma: “apesar de o conhecimento do senso comum ser geralmente um conhecimento mistificado e mistificador, e apesar de ser conservador, possui uma dimensão utópica e libertadora que pode valorizar-se através do diálogo com o conhecimento pós-moderno” (Santos, 2002:108).

“a elaboração da representação social implica, necessariamente, num intercâmbio entre intersubjetividades e o coletivo na construção de um saber que não se dá apenas como um processo cognitivo (Piaget), mas que contém aspectos inconscientes (Freud), emocionais e afetivos tanto na produção como na reprodução das representações sociais” (Lane, 1993:60).

É claro, porém, que estas duas dimensões sempre fizeram parte da teoria. De certa maneira, constituem sua base. A reivindicação se dava em outro aspecto: o de aprofundar estes elementos que são e continuam sendo essenciais no desenvolvimento de seus conceitos centrais.

Importante se faz trazer esta reflexão por compreendermos que as representações sociais – principalmente aquelas produzidas pelo senso comum – estão impregnadas de valores, emoções e afetos. E são estas – em última instância – que servirão de base no processo de identidade social e coletiva, como iremos estudar posteriormente.

A reflexão de Jovchelovitch (2000) parece sintetizar de alguma forma essa nossa linha de pensamento quando se refere à existência de uma dimensão psicossocial que deve ser levada em consideração na fabricação da história e na construção da realidade social. Para a autora, “essa dimensão envolve os saberes simbólicos que se produzem na vida cotidiana, quando agentes sociais se engajam nas práticas comunicativas da esfera pública” (idem:39).

Mas se esse movimento de produção e reprodução das representações sociais acontece em todo e qualquer lugar, um espaço é especialmente privilegiado: o *espaço público*. É lá que a possibilidade de uma comunicação mais coletiva existe e a difusão amplificada acontece. É lá também que poderemos identificar de modo mais forte a relação entre representação social e identidade coletiva. É “no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representações sociais são formadas” (Jovchelovitch, 2000:40).

A autora estudou esta ligação de modo mais aprofundado na contramão da própria tradição da psicologia social que pouco tem feito para delimitar ou esclarecer a noção de esfera pública, centrando suas teorias no sujeito privado.

Jovchelovitch, neste sentido, lança mão de várias discussões realizadas noutras áreas de conhecimento para iniciar seu processo de reflexão teórica. Entre

outras bases, recupera e debate o conceito de Habermas acerca da *ação comunicativa* que é definido pelo autor como

“a forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem orientada ao entendimento. À medida em que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa” (Habermas, 1997:418).

Para este autor, a comunicação possui uma importância central nos processos de entendimento dos atores na esfera pública. Neste sentido, a interação, os discursos, as comunicações têm como espaço prioritário o espaço público. Neste lugar social importa cultivar a troca de idéias, as opiniões e as informações entre os múltiplos atores sociais que assim o fazem através do diálogo, mas também do conflito dado os diferentes níveis de inserção e acesso aos *locus* de poder.

Mas fundamentalmente Jovchelovitch (2000) recupera a discussão acerca da conexão entre a esfera pública e os aspectos psicossociais e, neste sentido, traz como um dos elementos indispensáveis nessa teorização o conceito da *alteridade*. Esta torna-se uma peça importante no debate das representações sociais porque traz consigo pelo menos duas idéias fundamentais: a da esfera pública e a da identidade.

A esfera pública, a vida pública, como já realçamos reiteradamente na discussão acima, é fundamentalmente marcada pela alteridade, pela percepção de que existe um outro que se constitui na relação com os outros e que define os outros. É assim que Jovchelovitch retoma a reflexão de Mead sobre o *Outro generalizado*.

Para Mead, o Outro generalizado é que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu; é o espelho onde o sujeito se (re)vê e internaliza os outros. Como diz o próprio autor,

“essa incorporação das atividades amplas de qualquer todo social dado, ou sociedade organizada, ao campo experiencial de qualquer dos indivíduos envolvidos ou incluídos nesse todo é, em outras palavras, a base essencial ou pré-requisito para o pleno desenvolvimento da pessoa, desse indivíduo; só na medida em que adote as atitudes do grupo social organizado ao qual pertence, face

à atividade social organizada, cooperativa, ou face à série de atividades na qual este grupo está ocupado, só nessa medida, desenvolverá uma pessoa completa” (Mead, 1993:185).

É desta forma que Jovchelovitch – ao relacionar espaço público à alteridade – traz Mead para o campo de reflexões sobre as representações sociais e o atualiza enquanto teórico capaz dar centralidade a essa articulação. Em nossa compreensão – e iremos trabalhar esta discussão posteriormente – Mead é essencial na articulação que queremos fazer entre representações sociais e identidade coletiva.

A autora ainda nos traz um outro elemento que para nós é central: o fato de que a forma como uma comunidade se organiza, já é em si, uma maneira de mostrar aos outros a sua representação ou ideal de mundo, de práxis; é um sinal de como eles querem e pretendem construir suas relações sociais e difundir seus princípios. A forma, sim, também se torna conteúdo na medida em que os diferentes tipos de organização pressupõem diferentes princípios, valores. E é nesta perspectiva que queremos nos apropriar da teoria das representações para analisar os diferentes grupos do movimento estudantil.

Certamente nas análises acerca dos variados grupos estudantis que iremos estudar, esta questão se colocará como um importante eixo para a compreensão da dinâmica do movimento. Os grupos se representam enquanto ideal de práxis e representam os outros a partir de suas impressões acerca do ideário, estilo, organização, valores, etc.

O sujeito humano constrói, em sua relação com o mundo, um novo mundo de significados. É através de sua atividade e de sua relação com os outros que as representações emergem, realizando a mediação entre o sujeito e seu mundo, um mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói (Jovchelovitch, 2000).

É esse o fio condutor de onde que queremos partir: a análise das representações sociais que cada grupo estudantil tem dos outros e os limites e fronteiras de suas relações.

3.3. Identidade coletiva: uma ferramenta no estudo dos movimentos sociais

A discussão acerca da temática da *identidade*, definitivamente, não é uma discussão recente. Desde meados dos anos 1950, psicólogos sociais vem se

debruçando sobre esse tema, sendo talvez, um dos mais tradicionais e trabalhados nesta disciplina⁶⁹.

Mas se este debate não é tão novo, também não é o mesmo desde sua origem e foi trabalhado e traduzido a partir de diversos focos de análise, tanto na psicologia como na sociologia. Desta forma, a identidade passou a ser estudada e relacionada sob diversas perspectivas, desde às análises sobre a categorização social trabalhada por Tajfel e Turner – que desenvolveram pesquisas relacionando a questão da identidade aos estereótipos e grupos sociais –, às análises sobre a constituição dos movimentos sociais.

No que tange às discussões acerca da identidade formadas a partir dos processos de categorização social, Tajfel (1972) se preocupou em estudar, principalmente, os processos pelos quais os conteúdos destas categorizações eram transmitidos, assimilados e compartilhados.

Para Tajfel, o sujeito não só adota uma identidade pessoal, mas também uma identidade social que reflete a sua pertença nos vários grupos aos quais ele faz parte⁷⁰. A identidade social seria, portanto, definida por Tajfel (1972:271) como “aquela parte do auto-conceito de um indivíduo que deriva do conhecimento de sua pertença a um grupo (ou grupos) social junto com o significado valorativo e emocional associado à dita pertença”.

O conceito de *identidade social* está intimamente ligado à idéia de *categorização social* também trabalhada e desenvolvida pelo mesmo autor e que alude “aos processos psicológicos que tendem a ordenar o entorno em termos de categorias: grupos de pessoas, de objetos, de acontecimentos, tanto por serem parecidos ou por serem equivalentes uns aos outros enquanto ação, intenções ou atitudes de um sujeito” (Tajfel, 1972:272).

⁶⁹ No Brasil, esse debate foi incorporado após e na crista da onda das discussões sobre a temática da identidade nacional realizada nos anos 40 que – tanto na sociologia como na história – levantaram uma infinidade de questões acerca do “*ser brasileiro*”. Neste sentido, foram autores fundamentais Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, entre outros. Na psicologia Dante Moreira Leite talvez tenha sido o expoente maior desse debate, problematizando e relacionando categorias como nacionalismo e identidade. E se é verdade que aqui a discussão realizada é diferente da identidade coletiva que iremos discutir neste capítulo, não poderíamos deixar de registrar este fato como importante para demarcar a força dos estudos sobre identidade como pertencendo ao espírito da época.

⁷⁰ Importante salientar que, apesar de Tajfel (e Turner, posteriormente) discutir e relacionar continuamente os dois processos (comportamentos interpessoais e intergrupais, que estão na base dos conceitos de identidade pessoal e social), este demarca claramente sua diferença, sendo o primeiro, a diferenciação entre si mesmo e os outros, e o segundo, a diferenciação entre grupos ou entre o “nós” e os “outros”.

Neste sentido, a categorização sistematiza (divide e organiza) e por isso mesmo, simplifica, tendo como um de seus principais efeitos, a percepção acentuada de *diferenças entre as categorias* e de *semelhanças numa mesma categoria* (Deschamps e Devos, 1996).

A teoria da identidade social define como uma de suas bases a idéia de que os sujeitos têm a necessidade de alcançar uma identidade social positiva. Assim,

“se assume que os sujeitos buscam uma auto-imagem positiva e que no transcurso com um grupo, esta necessidade se traduzirá em uma tendência a ver favoravelmente o seu próprio grupo, o qual não necessariamente se logra mediante uma percepção positiva, senão mediante à comparação dimensões apropriadas. A comparação nos permite perceber o *in group* como melhor que os *out groups* relevantes” (Bar-Tal, 1996:255) (*grifo nosso*).

Foi desta forma que Tajfel, a partir de seus experimentos, percebeu que os sujeitos têm uma tendência em favorecer valorativamente seu grupo (*in group*) em detrimento e frente aos outros grupos (*out group*). Mais: verificou também que nesse processo de diferenciação intergrupar, a acentuação de uma identidade social pode conduzir à discriminação de outros grupos sociais, quando do resultado da interiorização tanto de estereótipos como de preconceitos.

Por conta da simplificação, concernente à categorização social, os sujeitos pertencentes ao *out group* passam a ser vistos de modo idêntico, de modo homogeneizado, a serem considerados como possuidores das mesmas características, sem diferenças entre si, por isso, vulneráveis à discriminação quando do realce de identidades. Neste sentido, suas pesquisas foram essenciais, entre outras dimensões, nos trabalhos relacionados ao preconceito e ao racismo.

De modo breve, podemos considerar que

“a teoria da identidade social e a categorização social se centram na definição do “nós somos” por parte dos membros do grupo sobre a base do fato de que “nós pertencemos a um grupo”. Neste processo, os membros de um grupo se percebem como membros de um grupo, se identificam como tal e estabelecem a diferenciação entre seu próprio grupo e os outros grupos. E é esse processo primário de cunho cognitivo-emocional que molda a identidade social dos sujeitos” Bar-Tal (1996:256).

E apesar de serem de escolas diferentes, esta visão parece advir, em boa medida, das idéias de Blumer (1951), herdeiro do interacionismo simbólico, que ao

se reportar ao que ele intitula de “espírito do corpo”, o considera como a consciência compartilhada de pertencer a um mesmo grupo, mecanismo que faz possível o desenvolvimento e organização de um movimento social. Em suas palavras, o espírito do corpo é “o sentido que o povo tem de pertencer conjuntamente e de ser identificado com outros numa empresa comum de maneira que o sentimento de pertencer a outros, e os outros a ele, lhe outorga um sentido de apoio coletivo” (Blumer, 1951: 14-15).

Javaloy (1993), ao fazer referência ao pensamento de Blumer, considera que o fato das pessoas compartilharem as mesmas experiências e um mesmo orgulho de pertença ajuda a fortalecer uma nova concepção de si mesmo que o indivíduo havia adquirido ao filiar-se ao movimento, assim como a desenvolver um compromisso de militância e uma solidariedade que dá consistência ao movimento social.

Além disso, podemos ainda considerar que Blumer destaca pelo menos três eixos essenciais para a constituição do espírito do corpo, a saber: a) a criação de uma relação endogrupo/exogrupo; b) o desenvolvimento de um companheirismo informal e, c) a participação na conduta cerimonial formal. Estes eixos são de fundamental importância para percebermos a compreensão acerca da identidade social formulada por este autor.

Para ele, é necessário um exogrupo para que o endogrupo possa se auto-definir positivamente⁷¹. Além disso, considera que as relações informais entre os companheiros de militância, bem como, a conduta cerimonial permitem que o indivíduo adquira “um sentido de aceitação social e apoio”, alimentando “sentimentos de identidade e simpatia comum” (Blumer, 1951:16) e fazendo que as pessoas se sintam cada vez mais fortalecidas em sua identificação com o movimento (Javaloy, 1993).

De fato, estas dimensões de sociabilidade que se expressam através do companheirismo entre os pares e por meio dos rituais têm sido centrais nas análises atuais acerca da identidade, filiação e participação nos movimentos sociais⁷².

⁷¹ Discípulo de Mead, Blumer, de outra forma, recupera sua discussão realizada por Mead acerca do processo de identidade, onde o outro generalizado tem um papel central.

⁷² Como veremos posteriormente, McAdam (1993) se utilizará desta mesma lógica para trabalhar as categorias de rede e identidade. Para este autor, o recrutamento de indivíduos num movimento social só se dará se este *escolher o movimento a partir de uma associação positiva entre os dois* e se o *movimento em questão reforçar esta ligação*. Certamente, estão nesse segundo nível as relações entre os pares e toda e qualquer atividade do movimento (sejam aquelas de cunho mais comum e centrada no cotidiano, sejam aquelas de cunho

Todas estas reflexões e considerações são importantes na análise de como se dão os processos de acesso, identificação, filiação e participação num movimento social dado, sendo atualmente a categoria da identidade, uma das mais centrais quando da análise dos movimentos.

De fato, a herança deixada pelos interacionistas foi importante na continuação dos estudos acerca da identidade, sobretudo pelo fato de mencionar a importância da dimensão simbólica no processo de filiação e participação nos grupos e movimentos sociais.

Com o surgimento dos novos movimentos sociais nos anos 1970, a questão identitária toma força no meio social com a visibilidade dos movimentos feministas, raciais, etc. Estes movimentos em sua práxis e conteúdo acabam por sustentar a idéia da busca coletiva da identidade como um aspecto central em sua formação⁷³.

Como afirmam Johnston, Laraña e Gusfield (1994:11),

“os fatores de mobilização tendem a centrar-se em questões simbólicas e culturais que estão associadas a sentimentos de pertença a um grupo social diferenciado onde seus membros podem sentir-se fortes e com orientações sub-culturais que desafiam o sistema de valores prevaletentes na sociedade”.

Com o surgimento de outros elementos de análise advindos de novas questões postuladas pelos *novos movimentos sociais*, muito desta herança foi recuperada e as dimensões culturais e simbólicas ganham destaque. Certamente, a valorização destas dimensões no estudo do comportamento coletivo, vêm à tona no meio da discussão que fizemos anteriormente acerca das abordagens teóricas (o falso antagonismo postulado entre as perspectivas de cunho mais estrutural e cultural).

Se as questões estruturais são importantes, as de cunho processual e cultural também o são e é nesta perspectiva que estes níveis de análise tornam-se importantes no estudo do agir coletivo dos movimentos sociais que iremos estudar. Como afirma Estramiana (1995:37), reforçando a idéia da importância de uma abordagem que leve em contas os aspectos culturais, “as pessoas não são

mais ritualístico, como as assembléias, manifestações, místicas, etc.) que reforce esta ligação identitária.

⁷³ Esta perspectiva ficou conhecido como *paradigma da identidade* e se fortaleceu – como sugere Laraña (1999) – nos anos noventa quando se difundiu a expressão *movimentos de identidade*.

receptores passivos que vão acomodando suas necessidades às demandas dos meio, senão antes de tudo, atores que reconstroem simbolicamente o mesmo”.

Neste sentido, Melucci se destaca enquanto um teórico que – ao estudar a identidade coletiva e as ações advindas desta – propõe um conceito que leva em conta os aspectos simbólicos e culturais inerentes aos processos de toda e qualquer coletividade.

Desta forma, este autor entende identidade coletiva como sendo

“uma definição compartilhada do campo das oportunidades e as limitações de ação coletiva: compartilhada significa construída e negociada através de um processo repetido de ‘ativação’ de relações sociais que põem em contato com os atores” (Melucci, 1985:793).

Essa idéia de negociação permeia todo o pensamento do autor acerca da construção das identidades coletivas. No centro desta questão está a perspectiva e o entendimento deste conceito como algo que está em permanente processo e mudança, portanto, algo não rígido⁷⁴.

Essa *metamorfose*⁷⁵ própria das ações e identidades coletivas é fruto da rapidez com que as mudanças e as relações de poder no campo político se estabelecem no seio de um dado grupo ou movimento social. Por isso, a importância de tentar inserir-se na lógica de observar a ação como algo não dada *a priori*, mas continuamente elaborada, discutida e negociada pelos diversos atores que a realizam⁷⁶.

⁷⁴ Uma das principais críticas de Melucci neste campo é a percepção equivocada – por parte de muitos estudiosos – das ações coletivas e da própria identidade coletiva como algo unitário e rígido (como já havíamos situado quando nos referimos à idéia e conceituação dos movimentos sociais, ainda neste capítulo).

⁷⁵ Ciampa (1987), um dos estudiosos da temática da identidade – a partir de suas análises e investigações – compartilha da mesma compreensão aqui referida e a substancia a partir da idéia de metamorfose, movimento. Neste sentido, tanto a idéia de identidade coletiva como dos próprios movimentos e grupos sociais, comungam da mesma perspectiva.

⁷⁶ A idéia de identidade como negociada pelos diversos atores que compõem um dado movimento social parte também do pressuposto da heterogeneidade dos mesmos. E se partimos da compreensão de que o movimento social não é unitário – como já realçado neste capítulo – assim o fazemos por tomarmos como base a idéia de que em seu seio existem diferentes grupos que dialogam e comunicam entre si suas percepções e ideários acerca de como o movimento deve ser e agir. Portanto, torna-se central nesta reflexão, o elemento do *conflito* entre os grupos, fruto de uma dinâmica própria dos movimentos sociais. Como destaca o próprio autor ao referir-se sobre a composição dos movimentos “qualquer investigação sobre a formação do ator coletivo deveria ter em conta sua natureza diversa e complexa como critério fundamental. O que é empiricamente referido como ‘movimento’, e tratado por conveniência para a observação e descrição como uma unidade, na realidade contém uma ampla gama de processos sociais, atores e formas de ação” (Melucci, 1999:43).

Podemos falar, portanto, a partir de uma perspectiva da identidade no plural (identidades) que são desenhadas e costuradas pelos diversos atores que participam de um movimento. Em nossa pesquisa, a partir dos diferentes grupos escolhidos, poderemos compreender melhor como esse processo se constrói.

Para Melucci, o conteúdo da identidade coletiva – ou o sentido de “nós” – consiste na combinação de três fatores:

“a) formulação das estruturas cognitivas relativas aos fins (o sentido que a ação tem para os atores), aos meios (as possibilidades e os limites da ação) e o âmbito da ação; b) a ativação das relações entre os atores, como interação, como se comunicam, negociam e adotam decisões e c) a realização de inversões emocionais que permitam aos indivíduos reconhecerem-se” (Melucci, 1999:66).

Em sua teoria da ação coletiva, um ponto de destaque – e central nos processos que permitem a construção das identidades num determinado movimento – é a existência das redes sociais submersas⁷⁷. É neste campo, onde as diferentes redes dialogam e se inter-cruzam, que se gestam, se experienciam e se constroem as identidades coletivas.

Verdadeiros “laboratórios culturais” e espaços de ampla troca de experiências, estas redes sociais tomam diferentes formatos e se constituem na base da dinâmica do cotidiano, se realizando, quase sempre, no nível da invisibilidade e da transitoriedade, devido à rapidez com que se transformam os contextos e campos políticos.

Mas se estas redes se dão num nível micro da ação dos movimentos, em seu âmbito privado, as mesmas ganham visibilidade e força quando os atores coletivos se enfrentam ou entram em conflito no espaço político e público da sociedade (Mueller, 2001). É nesse contínuo fronteiro que se estabelece entre latência e visibilidade das redes sociais que as identidades coletivas são gestadas e fortalecidas.

⁷⁷ Num mesmo sentido, como lembra Johnston, Laraña e Gusfield (1994:28), ao propor o termo *catnet* (fusão dos termos categoria e redes) para aludir a relação existente entre uma categoria social e uma identidade coletiva, Tilly também seria um dos autores que compartilhava com a perspectiva da importância das redes no processo de construção de identidades coletivas. O mesmo “se referia também às redes sociais como a base estrutural necessária para que a primeira produza a segunda. Estas redes estão na maior parte das vezes submersas na vida cotidiana, mas se fazem visíveis quando se produzem mobilizações”.

É nesta perspectiva teórica acerca da identidade coletiva abordada por Melucci (recuperada em muito da tradição do interacionismo simbólico) que iremos ter como base e suporte para nossas análises. A idéia de identidade coletiva continuamente negociada a partir das relações estabelecidas e concretas de determinado campo político é central na compreensão dos atuais movimentos sociais que atuam num ritmo cada vez acelerado.

Certamente esta velocidade está relacionada com uma maior criação de *oportunidades políticas*, gestadas tanto a partir do aumento no número de interlocução entre as diversas redes sociais organizadas na sociedade civil como do aumento da informação possibilitada pelo surgimento das novas tecnologias.

E a relação que estabeleceremos com o conceito de representações sociais é o que iremos discutir a seguir.

3.4. Representação e Identidade: aproximações e complementaridade

Como já realçamos anteriormente, a discussão que pautaremos na relação entre representações sociais e identidade coletiva – ainda que muito breve – está, em muito, amparado no pensamento construído por Mead e alguns aspectos do *interacionismo simbólico*.

Podendo ser considerado como o principal representante do pensamento sociológico na Psicologia Social, o interacionismo simbólico foi – e continua sendo – fonte de inspiração para os diversos pensamentos acerca das relações sociais.

Centrada na idéia de que a influência que os estímulos tem sobre a conduta humana é mediatizada pelo contexto de significados simbólicos em que aquela tem lugar e que estes significados emergem da interação compartilhada dos indivíduos (Estramiana, 1995), o interacionismo nos dá a base para pensarmos na relação *representação-identidade* como duas faces de uma mesma moeda.

Para Mead, a consciência de si e dos outros – e portanto da identidade – se concretiza a partir das interações sociais realizada através de um processo de comunicação (conversação de gestos simbólicos) amparada nas diferentes compreensões que cada indivíduo tem do mundo, suas representações. A identidade, portanto, se revela no processo das interações compartilhadas entre os indivíduos num campo representacional e simbólico.

Como sugere Estramiana (1995:33), para Mead,

“a conduta humana não é um caminho unilateral face a um fim predeterminado, senão um processo de construção ativa mediante o qual os homens lutam por ‘dar sentido’ a seu meio social e físico. Este processo de ‘dar sentido’ é internalizado em forma de pensamento, já que o pensamento é o processo intraindividual de resolução de problemas que caracteriza a interação interindividual”.

O “*dar sentido*” ao meio social e físico pode ser lido como a capacidade dos indivíduos compreenderem seu campo relacional a partir das representações que eles elaboram de suas realidades na atuação frente aos outros indivíduos, e esta atuação só se realiza num campo onde estes se reconhecem enquanto pertencentes ou não a um determinado grupo⁷⁸. De outra forma, a identidade surge da interação com os demais posto que a forma em que nos vemos desempenhando distintos papéis está decisivamente influenciada pela forma em que pensamos que os outros nos vêem.

É assim que Mead compreende a identidade: não como um processo que se dá apenas no plano individual, mas substancialmente, no plano da coletividade⁷⁹. Assim, a identidade individual é essencialmente social, porque é refletida e construída a partir da representação que os indivíduos têm de si e dos outros, bem como, dos papéis que cada um destes assume no campo de suas interações. Mais:

“a consciência de si se dá não porque o indivíduo se encontra em um grupo social e seja afetado pelos outros e lhes afete, senão porque sua própria experiência como pessoa é uma experiência que recebe de sua ação sobre os outros. O indivíduo se converte numa pessoa na medida em que pode adotar a atitude do outro e atuar face a si mesmo como atuam os outros” (Mead, 1993:199).

Necessário ainda se faz sublinhar que para Mead, a linguagem é a responsável pela aparição de formas superiores de organização social – em nossa

⁷⁸ Como já assinalamos ainda neste capítulo, um dos conceitos centrais na teoria de Mead é o do *Outro generalizado*. Para o autor, é o *Outro generalizado* que dá ao indivíduo sua possível unidade enquanto Eu, é o espelho onde ele se (re)vê e internaliza os outros.

⁷⁹ Num momento posterior, Goffman (a partir da influência da teoria de Mead) baseará sua perspectiva na idéia de identidade a partir dos papéis sociais. Em seu enfoque dramático, a interação “é entendida como um processo de realização dramática em que os indivíduos, através de suas atuações, tentam influenciar-se mutuamente mediante o manejo de impressões” (Estramiana, 1995:35-36). Também neste mesmo caminho, vai ser pautada a abordagem construcionista de Berger e Luckman em seu clássico trabalho intitulado “A construção social da realidade”.

compreensão, as representações – que fazem surgir essa consciência reflexiva do Eu e do mundo.

Por fim, neste campo de interseções e aproximações entre as duas categorias, ainda podemos pensar que tanto a identidade coletiva, como as representações sociais, implicam não somente a idéia de participação dos indivíduos em suas respectivas criações, como também e sobretudo pressupõem, o arcar das responsabilidades que estas mesmas envolvem. Ou seja, a necessidade de obedecer suas prescrições normativas. Neste sentido, pressupõem a idéia de fazer (e não fazer) determinadas coisas.

Ainda que de forma muito breve, é desta forma que percebemos ser possível relacionar estas duas categorias, não como semelhantes, mas complementares. E é nesta perspectiva que teoricamente nos posicionamos.

3.5. Redes Sociais e cotidiano: invisibilidades e emergências

A riqueza da experiência social nem sempre se torna visível aos olhos do pesquisador que – de tão preocupado que está com seus conceitos e instrumentos elaborados – não consegue percebê-la em sua complexidade e força. Para uma realidade que se põe em constante movimento, mudança, necessário se faz acessar meios que nos permitam compreender sua permeabilidade, sua fluidez, dinâmica, aquilo que impulsiona sua transformação.

Como já realçamos neste trabalho, aquilo que está latente, invisível, é tão importante quanto aquilo que pode ser observável e facilmente mensurado através de métodos e instrumentos sofisticados, pois o existente só o é (ou só se torna), na medida em que foi processado, gestado e construído nas relações de vários atores sociais. E é nesse “*fervilhar*” do corpo social, nesse “*comichão*” que fica submerso no tecido (e que se dá muitas vezes de modo muito discreto e lento) que surgem os processos de mudança, de ruptura.

A experiência dos movimentos sociais é marcada por estes processos de fluxo e refluxo, visibilidade e invisibilidade, avanço e espera. É nessa continuidade onde se intercalam desejos e concretudes, onde se desenham e se executam

projetos, que os movimentos se constituem, se “*movimentam*” e se transformam, transformando os seus protagonistas e a realidade que o cerca.

Certamente, uma análise do cotidiano daqueles que estão imersos nas lutas sociais e políticas de um movimento, poderá ajudar na compreensão dos processos pelos quais estes conseguem ou não realizar aquilo a que se propõem.

Neste trabalho, consideramos de fundamental importância perceber aquilo que está latente no cotidiano estudantil, através de uma análise de suas redes. E assim, utilizaremos duas categorias teórico-metodológicas que irão nos ajudar a realizar esta trajetória, a visualizar os “eixos e raios” do movimento que se interceptam de modo a dar sustentação e dinâmica ao mesmo, a saber: o *cotidiano* como “fio condutor do conhecimento sociológico”, e as *redes sociais*.

O cotidiano é uma peça fundamental para entendermos os processos de transformação visto ser o lugar privilegiado daquilo que é a base das relações sociais: a garantia de que as coisas vão acontecer com uma determinada regularidade, repetição, possibilitando uma certa segurança e continuidade nas ações. Ao mesmo tempo, o cotidiano é o espaço onde se desenham, se gestam e emergem as transformações necessárias às demandas sociais.

Neste trabalho, pese toda a discussão que faremos sobre o cotidiano, não iremos analisá-lo a partir dele mesmo; vamos acessá-lo através das informações que os militantes trarão em nossas entrevistas. Ou seja, nos apropriaremos deste cotidiano a partir das considerações que os militantes farão de sua própria trajetória, história e cotidianidade que se expressam através da articulação de redes sociais, da interlocução com outros grupos e das dificuldades próprias da militância.

Para nós, essa análise torna-se importante na medida em que traz elementos da vivência destes grupos que, quase nunca perceptíveis no cotidiano da militância, tem grande importância na configuração e organização dos mesmos. As articulações com outros movimentos sociais, o acúmulo de experiência militantes que se processa no dia-a-dia, os conflitos existentes entre os grupos, são alguns elementos que queremos dar visibilidade. É desta forma que queremos nos utilizar desta categoria.

E se o cotidiano é significado de *rotina*, também o é de *ruptura*⁸⁰. A dinâmica do cotidiano se expressa a partir das dimensões da alienação e da ruptura, inerentes a ele. Se o cotidiano é um espaço propício à alienação – devido à sua estrutura baseada na repetição – “não é de modo nenhum necessariamente alienado” (Heller, 2004:38). É assim que o compreendemos e é desta forma que o colocamos como um de nossos referenciais de análise, uma das categorias chaves nesta investigação.

E é esta possibilidade de ruptura que queremos analisar. Compreendemos, assim que, se o cotidiano da militância estudantil pode ser opressor, a sua ruptura ou suspensão, observado na realização dos encontros nacionais, dos eventos e seminários organizados pelo movimento estudantil, entre outros, pode trazer à tona elementos importantes na configuração de uma outra realidade militante. Ou seja, a militância pode ser renovada e transformada a partir das “*brechas*” existentes nesse cotidiano que permitem uma reação pró-ativa.

Mas se a categoria do cotidiano se coloca como uma referência teórica importante neste trabalho, sua importância se desdobra na questão metodológica. E aqui nos referimos a uma perspectiva, um olhar diferente de pensar a realidade, pela qual optamos por seguir. Uma opção que se traduz num modo de “tratar” e de “perceber” a realidade em seu detalhe. E se o estudo do presente – expresso no tempo e na cotidianidade – é de difícil análise, pela sua complexidade e falta de distanciamento, é também esta própria cotidianidade que dá os elementos para realizarmos sua análise.

Neste sentido, pretendemos observar o cotidiano dos movimentos estudantis – acessado pela experiência dos militantes – com um olhar de lupa, ao mesmo tempo tão longe e tão perto, tentando encontrar na sua dinâmica alienação/ruptura, os processos de participação, micro-mobilização, existentes e, como num quebra-cabeças, montar e visualizar o cenário deste, pois,

“à sociologia do cotidiano interessa mais a mostraçõ do social do que a sua demonstraçõ, geometrizada por quadro teóricos e conceitos (ou preconceitos) de partida, bem assim como por hipóteses rígidas que à força procuram demonstrar num processo duvidoso alcance em que o conhecimento explicativo se divorcia do conhecimento descritivo e compreensivo” (Pais, 2002:32).

⁸⁰ Como nos lembra Pais (2002), as raízes etimológicas de *rotina* apontam para um campo semântico associado à idéia de rota (caminho), do latim *via*, *rupta*, de onde se derivam expressões como *rotura* ou *ruptura*.

É esse mostrar, um dos objetivos deste trabalho. E é nessa “*mostração*” que pontuaremos dimensões da participação estudantil, muitas vezes invisibilizados, tanto por consequência de uma representação hegemônica do movimento no imaginário social, tanto pelas próprias práticas de segmentos em seu interior que sufocam experiências e espaços outros de militância.

Mas para mostrar como se dão esses processos de participação advindos da prática e do cotidiano militante, torna-se importante desenvolver um outro conceito que não só articula como também fortalece a nossa proposta de trabalhar a partir das representações e identidades, a saber: as *redes sociais*.

Certamente, nas últimas décadas, o conceito de redes vem se constituindo no interior das Ciências Sociais como elemento chave para compreender os processos de participação. Sua importância tem sido realçada tanto pelos estudiosos que desenvolvem uma perspectiva teórica e metodológica visando uma compreensão de como os atores e organizações sociais se articulam e catalizam a participação de outras pessoas, quanto pelos atores e movimentos sociais que trazem a compreensão do conceito para um nível organizacional e ideológico.

No campo teórico cresce o número de pesquisadores que vem desenvolvendo uma abordagem analítica a partir de uma perspectiva que tem nas redes seu núcleo central. Trabalhada nos mais diferentes campos científicos (biologia, ciências da computação, física, entre outros), esta perspectiva entra na sociologia tomando a idéia de redes enquanto articulação política, ideológica ou simbólica (Scheren-Warren, 1999).

Numa análise psicossocial, os investigadores vem discutindo a noção de redes com o objetivo de compreender – entre outras questões – os processos pelos quais as pessoas entram/participam ou não de ações coletivas e movimentos sociais, tendo sido indicada em várias pesquisas como uma das mais fortes preditoras do ativismo⁸¹. De fato, o estudo do “recrutamento” ou ingresso de pessoas nestes movimentos tem sido uma das mais proeminentes características das pesquisas em comportamento coletivo (Snow, Zurcher & Ekland-Olson, 1980).

⁸¹ De fato, como afirma Melucci (1999), “as redes de recrutamento jogam um papel fundamental no processo de implicação individual. Nenhum processo de mobilização começa no vazio e, contrariamente, ao que se formula desde a teoria da sociedade de massas (Kornhauser, 1959), quem se mobiliza nunca são indivíduos isolados e desarraigados. As redes de relações já presentes na fábrica social facilitam os processos de implicação e reduzem os custos da inversão individual na ação coletiva”.

Mas se o conceito de redes tem tido destaque nas atuais pesquisas, o mesmo não tem sido trabalhado da mesma forma pelos diferentes estudiosos. Numa abordagem sociológica, a noção de redes é trabalhada em pelo menos duas perspectivas teóricas, quais sejam: a) Teoria da Mobilização de Recursos e; b) Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

A primeira, de acordo com Scheren-Warren (1999), procura investigar como os recursos, no caso dos atores coletivos, foram mobilizados para a formação de redes. Além disso, trabalha com a noção de *elos fracos e fortes*⁸², sendo os primeiros constituídos em virtude de relações esporádicas (como numa situação de vizinhança) e os outros, decorrentes de relações mais intensas (conhecidos, amigos ou partidários de ideais comuns), tornando-se base para alianças e redes associativas.

A segunda, utiliza a noção de redes para caracterizar o campo de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos. Voltamos à idéia já discutida neste trabalho de campo político como espaço de negociação, troca, pacto entre os atores envolvidos, criando ou não condições para que coletivos submersos, latentes, tornem-se visíveis. Nesta visão, o principal valor das redes é a capacidade delas possibilitarem a interação face-a-face onde as identidades coletivas são formadas. E aqui é recuperada, e particularmente realçada, a concepção de Melucci acerca da dinâmica dos movimentos sociais e ações coletivas.

Desta forma, o conceito de redes torna-se importante na compreensão e expressão (com muita propriedade), da fluidez e dinamicidade das relações sociais que se constituem a partir das diferenças e do conflito entre os diferentes grupos, mas também por suas semelhanças e coesão.

Junto à discussão da importância das *redes sociais* na compreensão dos diferentes tipos de participação política, os autores têm aliado a dimensão da *cultura*⁸³ como elemento importante e constitutivo desta dinâmica. Para Mische

⁸² Esta noção de força e intensidade de uma rede pode ser percebida também, ainda que de outra forma, no conceito de *saliência identitária* utilizado por McAdam (1993). Como discutiremos posteriormente, para este autor, a entrada ou não de uma pessoa num movimento será mediada pela saliência da identidade que o movimento invoca e pela sua capacidade de dar suporte que sustente e reforce esta mesma identidade.

⁸³ Mische reforça a crítica de McAdam sobre o papel exagerado que as questões macro-estruturais tiveram nas pesquisas sobre as ações coletivas. Para a autora (2000:27), a contribuição dos recentes estudos tem sido de “assegurar a importância da cultura como um fator central, e não periférico, nas análises políticas, especialmente dada a sua longa marginalização por formulações mais estruturais advindas da teoria da mobilização de recursos”.

(2000:02), estas dimensões são inter-relacionadas e seria necessário formular “uma concepção mais dinâmica onde as redes sociais não fossem vistas meramente como condutores de/ou locações de processos culturais, mas ao contrário, culturalmente compostos por processos constituídos de interação comunicativa”. E acrescenta: “a comunicação é dinâmica, fluida, interativa, um fenômeno socialmente estruturado que compõe as relações, com/e através da formação de múltiplas redes que dão forma e vida aos movimentos sociais”.

Assim, a autora se aproxima da visão habermasiana que considera o aspecto comunicativo como central na constituição dos atores sociais e nas relações que estes estabelecem com os outros e com o mundo, focando não somente as manifestações estruturais da cultura política (identidades, papéis, etc.), mas ao contrário, considerando as dinâmicas de práticas comunicativas.

Em seu estudo sobre a participação cívica de jovens estudantes realizado no Brasil, Mische discute e apresenta a “cultura como rede”, ou seja, as identidades, valores e representações das práticas sociais já são em si constitutivos das redes que se articulam a partir da comunicação entre os diferentes grupos. Cultura e redes sociais são, portanto, dimensões intrínsecas uma da outra. Porém, a autora também fortalece uma crítica ao que ela considera de falha analítica do papel das redes na vida dos movimentos e organizações sociais: a ênfase exagerada no potencial positivo das mesmas como organizadoras de coesão grupal e grupos de solidariedade.

Para a autora, “embora os recentes estudos tenham examinado a relação entre redes e processos culturais, os mesmos ainda são limitados e restringem seu foco nos aspectos de coesão, não aprofundando as dimensões do conflito, negociação, constituição de alianças, etc” (Mische, 2000:81). E reforça a partir de sua pesquisa que, muitas vezes, o que está sendo construído através das práticas conversacionais não são simplesmente grupos de solidariedade, coesão ou identidade, mas ao contrário, relações de poder e controle hegemônico⁸⁴. Mische considera de fundamental importância estar atento a esta dimensão para que se

⁸⁴ Por outro viés (o do ativismo e da capacidade das redes de recrutar pessoas para os movimentos de participação política), mas com a mesma lógica, Gould (1990:22) observa esse potencial positivo das redes sociais como um elemento que dificulta a análise da realidade. Para ele, estes estudos contam com “a pressuposição de que existem relações sociais que exercem, incondicionalmente, uma influência positiva na capacidade dos grupos de se mobilizarem para uma ação coletiva”. De fato, como observa o autor, as redes sociais podem tanto constranger quanto encorajar o ativismo.

tenha uma percepção mais rica e cuidadosa dos processos de organização social, em particular, da dinâmica dos movimentos sociais.

Além disso, diferentes autores têm chamado a atenção para o fato de que as pessoas tem *múltiplas redes de afiliação* e, portanto, que existem múltiplas possibilidades de formação de identidade coletiva, complexificando ainda mais o cenário de participação política e social, expressão de uma realidade que se constitui de maneira cada vez mais dinâmica e se processa de modo cada vez mais fluido e rápido. São estas *identidades múltiplas* constituintes das diferentes redes que servirão de base e suporte para a participação dos indivíduos nos movimentos e organizações sociais, desde o processo de ingresso às articulações e negociações internas e externas ao grupo.

Estudos acerca da entrada dos indivíduos nos movimentos sociais vêm reforçando o caráter da multiplicidade das identidades e redes, sugerindo que este fato será sempre mediado pela saliência de uma ou mais identidades invocadas pelo movimento. Para McAdam (1993), o processo de recrutamento só se concretizará (e as redes só serão preditivas de participação e ativismo) se: a) primeiro, o indivíduo escolher o movimento a partir de uma associação positiva entre este e uma identidade saliente; b) segundo, o movimento em questão reforçar esta ligação entre a identidade do movimento e a identidade do sujeito. Quando estes processos de ampliação da identidade e o link entre movimento/identidade são realizados, o ativismo, provavelmente segue.

No Brasil, Doimo (1995) foi uma das pioneiras no estudo da participação social na perspectiva das redes. Em sua investigação sobre os processos de participação da sociedade civil brasileira, e em particular dos movimentos populares e ONG's no processo de redemocratização do país, a autora analisa as *múltiplas redes* movimentalistas que surgiram e se fortaleceram nesse período. Para esta, as redes sociais se tecem no âmbito dos desejos e intencionalidades e é através delas que circulam os interesses, os bens e as informações num universo político não-especializado e institucionalizado.

Em sua análise, destaca a formação de pelo menos três diferentes redes movimentalistas que – em seus variados níveis – articulam movimentos, realçam identidades coletivas e protagonizam ações de cunho solidário e ético-político; a saber: a) redes territorializadas, no qual se incluem desde as redes locais até as de alcance nacional; b) redes temáticas, que indicam uma certa especialização de funções e; c) redes de influência, que são o resultado do inter cruzamento das duas

redes anteriores e se constituem no sentido de orientar práticas e canalizar politicamente os recursos de poder.

Em seu estudo, Doimo também articula duas dimensões importantes no estudo das redes sociais e que citamos no início de nossa discussão: a dimensão *teórica-metodológica* e a da *prática dos movimentos e atores sociais* que tem trabalhado este conceito nos níveis tanto organizacional como ideológico.

Com a discussão de outras formas de organização e articulação entre os movimentos sociais, essa segunda dimensão vem sendo cada vez mais levada a cabo no seio das organizações populares. A idéia de rede como uma proposta que traz embutida em si a horizontalidade e a descentralização dos recursos como conceitos chaves tem sido reforçada nos anos recentes como mais um passo no processo de democratização dos movimentos e da sociedade em geral.

Para Scheren-Warren (1999:42), a possibilidade de se construir uma dinâmica social baseada nestes elementos recupera a idéia de uma nova utopia de democracia, “em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico”.

3.6. Pesquisa de Campo: a experiência da observação

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil (Mesquita, 2001). Sua heterogeneidade tem sido o eixo central de sua dinamicidade e vitalidade. Os diferentes campos de disputa, os inúmeros grupos que emergem com suas demandas e especificidades, a capacidade de se reinventar a partir da incorporação de pautas que contemplam reivindicações de caráter específico e geral, etc., são algumas das dimensões deste movimento que, apesar das dificuldades de mobilização, ainda é referência no meio juvenil.

Este trabalho faz uma incursão nesse cenário tão complexo que é o da realidade do movimento estudantil, compreendido aqui, não só por suas entidades, mas pelos variados grupos e coletivos existentes em seu interior que – com seus fios emaranhados, superpostos, inter cruzados – realizam, muitas vezes, um papel que Verta Taylor (1989) chama de *estruturas de sustentação*, um conceito utilizado para denominar e explicar a persistência do ativismo num campo político pouco receptivo, ou ainda, no mesmo sentido, o que McAdam (1994) denomina de

subculturas ativistas, se referindo àqueles grupos que promovem o ressurgimento de um dado movimento⁸⁵.

Como já afirmamos anteriormente, estes grupos que emergem, realizam um papel indispensável para a atualização e oxigenação do movimento, tanto na incorporação de outros conteúdos (bandeiras de luta, pautas e ideários) como no relativo à estruturação e organização do movimento. E neste sentido, podemos afirmar que não existe um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-cruzam e dialogam com suas diferenças visando a realização daquilo a que se propõem.

O caminho para o estudo do tema nem sempre foi um caminho fácil de fazer, iniciando pelo roteiro da viagem. Que lugares visitar? Realizar um percurso mais simples ou abarcar um cenário de maior amplitude para tentar superar as dúvidas e expectativas que tínhamos? Com o roteiro mais ou menos definido: que pessoas visitar? Que perguntas e que tipo de abordagem realizar? Como perceber a continuidade e mudança da identidade coletiva no período do processo de investigação?

E o processo de investigação foi nos ensinando a perceber que as dúvidas do caminho só se desfariam no próprio percurso. Além disso, fomos compreendendo que nem sempre aquilo que pensamos fazer nessa trajetória se realiza, ou pelo menos, se realiza do modo que queremos ou programamos; ou, ainda, que cenários não pensados entrariam no roteiro. E aprendemos – como nunca – a sair de situações, a improvisar, a ter a astúcia necessária para perceber o tempo das coisas. E o tempo nem sempre ajudou.

Este talvez tenha sido um dos maiores aprendizados: realizar a trajetória que, no fundo, nem é tanto nossa. E nos colocamos assim, livres para poder perceber os sinais que o caminho nos mostrava. E assim, nos tornamos aquilo que Pais (2002:55) denomina de *pesquisador viajante*, ou *passeante “ocioso”*: “aquele que passeia por entre a multidão, misturando-se nela, vagueando ao acaso, sem destino aparente no fluxo e refluxo das massas de gente e acontecimentos”. Para o autor, este olhar, esta postura livre e atenta, se contrapõe à imagem do *pesquisador turista*, que condiciona seu percurso de pesquisa ao que os guias teóricos mais em voga e sistemáticos têm para lhe oferecer.

⁸⁵ Estes dois conceitos estão intimamente ligados à perspectiva de identidade coletiva e redes sociais submersas que assumimos neste trabalho.

Diferentemente deste último, o *pesquisador viajante* não segue as rotas preestabelecidas – aquelas que “condenam os percursos de pesquisa a uma viagem repetitiva, a uma mobilidade programada, a uma domesticação disciplinada de itinerários que parecem negar os percursos da descoberta e da aventura a favor do circuito, da volta” (Pais, 2002:55).

E assim, começamos o percurso: pela organização do roteiro. Primeiro, pensamos nos grupos a serem visitados. Certamente, as entidades representativas do movimento estudantil clássico estavam como um dos pontos de parada. Como já afirmamos neste trabalho, são elas que articulam todos os outros movimentos existentes; é o eixo de referência para estes grupos e organizações (do ponto de vista interno) e para a sociedade civil (do ponto de vista externo). Perceber seu movimento, as bandeiras de luta, a dinâmica existente advinda de sua relação com os outros grupos, sempre esteve como um cenário impossível de ser excluído, a princípio.

Outro grupo que nos interessava estudar eram as executivas de curso: por suas trajetórias, pela especificidade que carregam, pela pluralidade de formatos organizacionais, entre outros. Mas quais delas escolher para analisar, visto as diferenças de inserção, organização e trajetória? As diferenças entre si e a sobreposição de papéis que cada uma delas continha, mais dificultavam que ajudavam no processo de análise. Decidimos então escolher três grupos representativos deste segmento, a saber: a) a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); b) a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) e c) a Executiva de Estudantes de Comunicação Social (ENECOS).

Inicialmente, pensamos que se analisássemos apenas estes dois grupos (o movimento estudantil clássico e as executivas de curso) já teríamos importantes elementos para compreender a dinamicidade do movimento. Muitos pontos poderiam ser explorados nesse campo: suas formas diferenciadas de organização; a diferenciação de uma atuação mais específica e outra mais geral; os conflitos existentes entre ambos no campo da política, entre outros.

Mas no caminho, expressões outras de organização, espaços outros de participação, foram sendo observados. E fomos acompanhando atentos a seus sinais. Qual a importância destes grupos no cenário político e cultural de intervenção do movimento? Que forças e novidades estes grupos traziam? O que

existe nesses grupos que lhes confere uma característica própria, importante para nosso estudo e nossa análise?

E no meio do caminho, incluímos mais duas experiências de intervenção e participação estudantil, a saber: a) os coletivos de cultura; e b) os coletivos de gênero que dividimos na organização de estudantes feministas e nos grupos que discutem a questão GLBT.

Estas experiências trazem consigo algo que as duas práticas anteriores não problematizavam: as questões identitárias e culturais. E estes elementos tornam-se importantes num contexto de transformação interna do movimento a partir de sua lógica de diálogo e interlocução com outros movimentos sociais.

Escolhidos os pontos a serem visitados e as paradas de descanso e reflexão (concebidas a partir do diário de bordo, onde tudo é anotado), precisávamos começar a viagem. Mas por onde? Bom, pela maneira mais fácil de iniciá-la: pelos lugares mais próximos e de mais fácil acesso. Não podíamos perder o fôlego já no início. E assim iniciamos. Desta forma, colocamos como prioridade, a participação em eventos de caráter nacional onde esses grupos, em sua maioria, estariam presentes, quais sejam: os congressos da UNE (CONUNE), os Conselhos Nacionais de Entidades Gerais (CONEG's), as Bienais de Cultura e Arte; as reuniões do Fórum de Executivas de Curso, entre outros espaços.

E começamos o campo já no primeiro ano de doutorado em 2002⁸⁶. Fomos participando como observador, desde o início, em todos estes encontros: coletando material, estabelecendo contatos, registrando a partir de anotações e fotografias uma série de eventos e acontecimentos, para num segundo passo, começar a realizar as entrevistas que servirão de base para nossa análise. Participar destes encontros foi fundamental para perceber nuances e detalhes em termos de informação e contextualização do campo político e das relações estabelecidas nele. Além disso, importante foi perceber (e confirmar a partir do relato dos entrevistados) as redes de movimentos existentes na articulação de cada um destes grupos.

Além da participação *in loco* e a partir do contato realizado com uma rede de militantes, fomos integrados a uma lista de discussão das executivas de curso na internet, onde pudemos obter acesso a cronogramas de encontros, bem como, documentos e discussões realizadas por estes. Esta lista também serviu-nos de eixo

⁸⁶ Necessário afirmar que o período de campo foi compreendido do segundo semestre de 2002 e finalizado no segundo semestre de 2005. Como veremos a seguir, pontuaremos nossa participação nos diferenciados congressos, reuniões e eventos estudantis.

para ir pontuando possíveis incursões em algumas de suas reuniões. Além disso, foi um importante espaço para estabelecer contatos para a realização das entrevistas.

Certamente, nossa inserção em todos os espaços do movimento estudantil, bem como, suas reuniões e encontros, foram essenciais para estabelecer uma relação de confiança com os militantes. A troca de informações, a colaboração no acesso aos espaços e documentos, entre outros, foram algumas das respostas advindas deste processo.

Cada gesto, cada aceno nosso, foi respondido por todos os grupos analisados de maneira colaborativa, mesmo que esta colaboração – algumas vezes – estivesse limitada por algum motivo. E aqui, certamente, a diferença de tempo do pesquisador e do militante pode ser colocado como um exemplo. Nem sempre o tempo preciso foi o tempo necessário para a realização de conversas informais para a obtenção de dados para a pesquisa. Porém, a expectativa dos militantes em relação à própria investigação tornou-se um estímulo para que as entrevistas se tornassem acessíveis e fáceis de realizar, mesmo considerando a agenda dos militantes.

Mas a viagem seria longa e cansativa. O mais difícil foi participar dos encontros nacionais que aconteceram em diferentes lugares: de Goiânia a Recife, de São Paulo a Porto Alegre: anotando, gravando depoimentos, tentando pegar o fio que perpassa e articula os grupos todos. Viver e participar da militância dos estudantes nestes espaços foi extremamente rico, apesar de cansativo, muitas vezes. Por tudo: pelas horas mal dormidas, pelo desgaste das viagens, pela apreensão e ansiedade em querer tudo anotar e registrar... O que é importante anotar? O que, de todas as informações recolhidas, tem ligação com o objetivo de nossa pesquisa? E estas perguntas todas vão sendo respondidas com o tempo, que lhe proporciona uma experiência e instrumentos para que, aos poucos, consigamos diferenciar o que é importante daquilo que é secundário nesse misto de referências, informações e imagens a que tomamos contato.

Mas quem foram os entrevistados e qual a inserção de cada um deles? Que critérios foram utilizados para o recorte de tal amostra? Quantos foram e de onde eram? Estas perguntas são importantes para termos um panorama concreto do lugar que falamos. Desta forma, decidimos realizar um número de 6 entrevistas por cada grupo: a) 6 militantes do movimento estudantil clássico; b) 6 militantes dos coletivos de cultura; c) 6 militantes das executivas, divididos em 2 entrevistados

para cada uma delas, e; d) 6 militantes dos coletivos de gênero, divididos em 3 entrevistados para cada grupo.

Do movimento estudantil clássico, fizemos a opção de entrevistar os diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta opção nos remete à escolha que fizemos de considerar e refletir o panorama nacional do movimento estudantil atual. Um dado importante foi considerar nesta cota de entrevistados, militantes de diferentes pensamentos e posicionamentos no interior da entidade. A pluralidade de falas nos dá uma dimensão maior da complexidade da dinâmica da militância estudantil que convive com diversas tendências e grupos políticos. Estes foram entrevistados, em geral, na sede da própria entidade, na cidade de São Paulo.

Dos militantes que desenvolvem um trabalho junto aos coletivos de cultura, escolhemos aqueles que estão iniciando esse trabalho em diferentes regiões do país. Os Centros Universitários de Cultura e Arte (CUCAs) como são chamados, foram a nossa referência neste espaço de militância. Aqui, devido a especificidade regional, decidimos por contemplar as diferentes experiências realizadas no país. Além disso, as diferentes regiões trazem consigo – como veremos quando abordarmos este coletivo de modo detalhado – experiências e recortes culturais variados. Ou seja, dependendo da região, os coletivos trabalham de modo especial uma ou outra área artística.

Neste caso, coletamos um total de seis entrevistas, considerando os seguintes núcleos: a) CUCA de Porto Alegre; b) CUCA do Rio; c) CUCA de Vitória; d) CUCA de São Paulo; e) CUCA de Salvador e; f) CUCA de Recife. As entrevistas realizadas neste campo ocorreram em três lugares: a) Bienal de Cultura e Arte em Recife; b) Bienal de Cultura e Arte em São Paulo e; c) na sede do CUCA de São Paulo, onde aconteceram algumas das reuniões da rede nacional dos CUCAs e o IV Seminário Nacional dos CUCAs.

Como já dissemos neste capítulo, escolhemos para nossa análise, três executivas de curso contemplando aquelas de maior caminhada e tradição, por compreendermos que estas podem nos oferecer uma gama maior de informações e dados que nos servirão de análise. A história das executivas de curso e sua presença no movimento estudantil está, de alguma forma, sedimentada e impressa nestas três experiências escolhidas.

Os militantes estudantis, neste caso, foram entrevistados em diferentes lugares, tendo sido o Fórum de Executivas um lugar privilegiado para tal. Este

fórum acontece a partir da necessidade que as executivas têm de decidir, como coletivo, questões colocadas pela dinâmica do movimento. O mesmo acontece, geralmente, em eventos e encontros nacionais. Em nosso percurso, tivemos a oportunidade de acompanhar várias seja nos Congressos da UNE (CONUNE), seja no Fórum Social Mundial (FSM).

Por fim, dos militantes que participam dos coletivos de gênero, escolhemos três entrevistados de cada grupo (feminista e GLBT). Como veremos em posterior análise, a junção destas duas experiências numa só categoria é mais uma tentativa de discutir esta temática de modo mais unitário no interior do movimento estudantil, visto que, apesar da expressão que ganham no movimento estudantil, ainda são experiências muito recentes. Também, pese as diferenças entre estes dois grupos, os mesmos reivindicam, a partir de lugares diferentes, pautas que passam pela questão identitária.

As entrevistas realizadas com tais militantes foram realizadas em fóruns do movimento e em encontros específicos destes coletivos como o Encontro de Mulheres Estudantes da UNE (EME), realizado em São Paulo, em março de 2005.

Importante realizar, porém, duas observações. A primeira: além destas entrevistas escolhidas para análise foram realizadas outras que, apesar de não entrarem no rol daquelas que serão analisadas, certamente nos ajudarão a perceber as nuances da dinâmica participativa dos estudantes. Neste sentido, colaborarão de outra forma. Além disso, à medida em que for preciso, serão devidamente citadas.

A segunda: nesse percurso foram realizadas também entrevistas informais. A dinâmica do cotidiano rápido e nada previsível dos encontros e reuniões estudantis nem sempre permitiram a realização de entrevistas mais aprofundadas. E para estas situações, a adequação precisa e necessária: uma conversa informal na hora do intervalo, o registro de um bate-papo em momentos mais descontraídos, etc. Todos estes registros foram devidamente anotados no sempre presente diário de campo.

Como dito anteriormente, muita coisa foi anotada, registrada, fotografada e se a escrita, por si, não dá conta de mostrar a dinâmica que foi a pesquisa de campo, faremos o possível para descrever com detalhes – e no momento da análise – alguns pequenos flashes desta trajetória: das dificuldades aos pequenos momentos de descoberta. E foram muitas...

Capítulo 4

Configuração do campo político do movimento estudantil: a emergência das redes e os cenários de participação

“Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...
Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada”.

José Régio

Como discutido por Melucci (1999, 2001), os movimentos sociais não são um *ente unitário*, mas um conjunto de grupos que se articulam entre si, negociando idéias, representações, pautas e interesses que – em sua dinâmica interna – se processam e resultam em uma correspondente identidade coletiva. São, portanto, o resultado de processos de definições coletivas.

No movimento estudantil esta configuração se dá através da articulação de diferentes níveis de redes de militantes que se inter cruzam e se articulam, numa dinâmica interna que se altera no estabelecimento de *consensos/alianças* e *conflitos*.

Neste capítulo realizaremos uma *radiografia do movimento estudantil brasileiro* onde serão descritos e analisados três dos quatro grupos escolhidos em nossa pesquisa (coletivos de cultura, de gênero e executivas de curso). Queremos também mostrar como o movimento estudantil ao longo do tempo foi modificando sua prática e especializando sua intervenção através da inclusão de novos interesses e pautas; como surgiram tais grupos de interesse, a partir de que demandas e apoiadas por que base e redes sociais.

Este capítulo pretende ser mais descritivo, porém não deixará de ser já, parte constituinte da análise de nossa pesquisa. Também contará com informações que servirão de base para o capítulo posterior onde faremos uma análise mais

aprofundada do movimento estudantil geral. Para construirmos um panorama dos grupos que irão ser analisados, usaremos tanto dados secundários como entrevistas com militantes. Para nós, a intercalação de dados de fonte secundária e de falas e testemunho de militantes será um recurso enriquecedor para a realização de nossa análise. E assim procederemos.

Ao longo da análise, também nos esforçaremos em construir imagens que nos permitam perceber e compreender visualmente como são estabelecidas *as redes de intersecção e interlocução dos grupos* acima citados. Visualizando os diferentes grupos e as relações que os mesmos estabelecem entre si, podemos chegar próximo da idéia formulada por Klandermans (1994) de *campo pluriorganizativo*.

Para o autor, o *campo pluriorganizativo* se caracteriza pelo total de organizações possíveis em que o movimento estabelece (ou pode estabelecer) relações específicas, tanto de apoio como de oposição. Neste sentido, podemos caracterizá-lo como de grande dinamicidade, visto que pode, dependendo do contexto, mudar o seu *sistema/política de alianças*. Sua estrutura, portanto, variará em função do tempo, da classe do movimento e da situação (idem:209); em momentos de conflito, este campo se (re)organiza com um maior nível de complexidade.

Esta tentativa de construir graficamente uma tipificação das relações existentes no interior do movimento estudantil será importante no sentido de realçar a perspectiva que assumimos neste trabalho, a saber, o estudo das representações e identidades que se formam no seio do movimento e na militância estudantil a partir de seus respectivos interesses, ideários e articulação em redes. Além disso, dará uma noção – ainda que fotografada – da dinâmica destes grupos.

Na sequência analisaremos os coletivos de cultura, coletivos de gênero e as executivas e federações de curso.

4.1. Coletivos de cultura: dos CPC's aos CUCA's

O movimento estudantil brasileiro parece continuar num grande processo de experimentação. Como analisado em outros trabalhos (Mesquita, 2001; 2003), sua tentativa de se expressar através de outras vias, outros campos, outras metodologias, incorporando em seu interior temáticas transversais às tradicionalmente conhecidas, traz para si, uma renovação em termos de forma e conteúdo que se notabiliza através de novas pautas e reivindicações, formas de atuação e espaços de participação.

A cultura, certamente, tem sido, na trajetória do movimento estudantil e, em particular a partir de sua retomada nos últimos anos, uma das dimensões mais acentuadas enquanto uma forma de fazer coletivo. Inicialmente, com o objetivo de atrair as forças estudantis dispersas para a participação no movimento, a União Nacional dos Estudantes (UNE) passou a incorporar esta temática com a realização das Bienais de Arte e Cultura e com a criação dos Centros Universitários de Cultura e Arte (CUCAs).

Com esta experiência, o movimento tenta recuperar uma dimensão histórica ou tradicional em sua trajetória. De fato, ora de modo mais sistemático, ora de maneira menos prioritária, a temática cultural sempre esteve presente na história do movimento estudantil enquanto forma política de atuação, tendo como experiência marcante a realização dos Centros Populares de Cultura (CPCs) nos anos 1960⁸⁷.

Definitivamente, os CPCs foram a mais importante experiência cultural organizada pelo movimento estudantil brasileiro no século passado. Surgidos na década de 1960, este movimento nasce da proposta de – através da ação coletiva de estudantes e movimentos artísticos-culturais – transformar e politizar a sociedade através da arte. A política e a cultura tornavam-se, assim, dimensões privilegiadas da ação estudantil.

Para Ridenti (2001), talvez não tenha havido um momento da história recente mais marcado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada que os anos 60. Esta convergência de possibilidades de mudança certamente influenciou no contexto de organização e surgimento dos CPCs. Trabalhando com a categoria proposta por Löwy e Sayre (1995), intitulado de *romantismo revolucionário*, o autor (2000, 2001) analisa a prática de militantes

⁸⁷ De fato, a experiência do movimento estudantil no âmbito da cultura, desde o seu início, foi visto como um campo de interesse pelos estudantes. Poerner (1979), em seu trabalho histórico sobre o movimento, relata o interesse dos líderes estudantis em torno desta área que, já em 1939, colocavam como pauta e necessidade, a criação de um Teatro do Estudante.

intelectuais e artistas desta década. Para ele, é o conteúdo e ideário implícitos nesta categoria que – compartilhada por um expressivo número de militantes – vai dinamitar uma série de experiências culturais de caráter político.

Neste sentido, contextualiza e inclui em suas investigações a experiência dos CPCs junto àqueles movimentos que encarnaram o ideal de grande parte da intelectualidade e militância de esquerda dos anos 60, a saber a construção do *homem novo*. Esta construção foi baseada

“na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista, o que permitiria uma alternativa de modernização que não implicasse a desumanização, consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro” (Ridenti, 2001:13).

Foi assim que os militantes e artistas encontraram no *povo brasileiro* elementos de conteúdo original que permitiam uma elaboração artística capaz de manifestar o ideário romântico e utópico de uma *sociedade nova*, de um *homem novo*. Esta elaboração pode ser observada na produção artístico-cultural da época que colocou e festejou no palco, na tela e na rua, a realidade do país mitificada em seu elemento mais genuíno: o *povo*⁸⁸.

O povo entra em cena no teatro (“Morte e vida severina”, “A mais-valia vai acabar, seu Edgar”, “Arena canta Zumbi”, “Eles não usam black-tie”); no cinema (“O pagador de promessas”, “Aruanda”, “Terra em Transe”, “Cinco vezes favela”); nas poesias de Ferreira Gullar, Afonso Romano de Sant’Anna; na música (“Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré), entre outros. Havia nesse processo de exaltação do povo, como categoria redentora e criadora de um novo paradigma social e político, uma profunda práxis enraizada na realidade concreta; além disso, uma profunda interiorização e identificação com os signos arquetípicos pertencentes às matrizes de uma *cultura popular* “autêntica”.

⁸⁸ De outra forma, Ridenti (1993:77-78) aponta: “No que tange à sobrevivência de um Brasil supostamente arcaico, marcado pela presença política e cultural de uma oligarquia agrária, alguns artistas e intelectuais do movimento nacional e popular, como os CPCs, o Teatro de Arena, o Cinema Novo numa primeira fase, entre outros, empenharam-se por um lado em combater o que lhes parecia ser o ‘feudalismo’ na zona rural, mas por outro identificaram-se ao camponês explorado, no qual estaria enraizada a genuína arte e sabedoria do povo. Essa identidade seria mais forte após 1964, quando a ameaça da indústria cultural à liberdade artística e intelectual fez-se mais presente, e o apego às tradições populares pré-capitalistas pareceu a muitos uma forma de resistência cultural à modernização capitalista nas artes”.

Desta forma, emergem nesse período personagens e símbolos representativos de um *Brasil “profundo”* com força capaz de catalizar emoções coletivas e estimular o desenvolvimento de um pensamento crítico ligado à discussão acerca da identidade nacional visando um projeto alternativo de sociedade: o *homem do campo* e sua luta pela terra incorporado por João Pedro Teixeira e imortalizado no filme “*Cabra marcado pra morrer*” de Eduardo Coutinho; o *malandro urbano* do morro personificado na figura de Zé Ketí no show “*Opinião*”; a figura indígena em “*Quarup*” de *Antônio Callado* e, a própria juventude aqui representada pelos estudantes.

Os CPCs, certamente, foram a expressão e um demonstrativo exemplar da performance militante e do agir político daqueles anos. A cultura torna-se um instrumento de ação política nas mãos dos estudantes que viajam o país discutindo a realidade social e universitária. Num depoimento ilustrativo, Buarque de Hollanda (1980:15-17) nos dá uma visão de como se desenvolveu a participação engajada nos anos 1960, e de como esta aliava dimensões da cultura e da política:

“Eu me lembro dos hoje ‘incríveis anos 60’ como um momento extraordinariamente marcado pelos debates em torno do engajamento e da eficácia revolucionária da palavra poética, palavra que, naquela hora, se representava como muito poderosa e até mesmo como instrumento de projetos de tomada de poder. Por enquanto, a juventude acreditava e se empenhava, com maior entusiasmo, numa forma peculiar de engajamento cultural diretamente relacionada com as formas da militância política. (...) A relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia uma concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata. (...) A produção cultural, largamente controlada pela esquerda, estará nesse período pré e pós-64 marcada pelos temas do debate político. Seja ao nível da produção em traços populistas, seja em relação às vanguardas, os temas da modernização, da democratização, o nacionalismo e a ‘fé no povo’, estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito do alcance revolucionário da palavra poética”.

A “palavra poética” era incorporada pela militância como um instrumento de manifestação política com fins à transformação social. No *manifesto de apresentação* do CPC, seus integrantes deixam nítido, desde já, a perspectiva adotada e a opção clara de seu compromisso com as classes menos favorecidas, com o povo. Intitulado “*O novo é o povo*” o texto abaixo expressa e aprofunda a opção realizada por estes militantes na luta e causa do povo; assim, a arte tornava-

se qualificada por sua vinculação com o engajamento político. Abaixo, algumas citações do manifesto que expressam melhor esta visão.

A terceira alternativa é aquela escolhida pelos artistas e intelectuais que identificam seu pensamento e sua ação com os imperativos próprios à consciência da classe oprimida. Somente quando satisfazem a esta condição é que os artistas e intelectuais que compõem o CPC se sentem autorizados a afirmar sua qualidade primeira e fundamental de revolucionários conseqüentes. O CPC não poderia nascer, nem se desenvolver e se expandir por todo o país senão como um momento de árduo processo de ascensão das massas. Como órgão cultural do povo, não poderia surgir antes mesmo que o próprio povo tivesse se constituído em personagem histórico, não poderia preceder o movimento fundador e organizativo pelo qual as massas se preparam para a conquista de seus objetivos sociais. (...) As entidades representativas do povo vão em seu movimento cada vez mais descobrindo novas perspectivas e criando novas frentes e formas de luta sempre mais ricas e complexas. É na linha deste desenvolvimento que se situa o CPC como arma para um tipo novo e superior de combate. (...) O CPC é assim fruto de sua própria iniciativa, da própria combatividade criadora do povo. Os membros do CPC optaram por ser povo, destacamentos de seu exército no front cultural. É esta opção fundamental que produz no espírito dos artistas e intelectuais que ainda não a fizeram alguns equívocos e incompreensões quanto ao valor que atribuímos à liberdade individual no processo da criação artística e quanto à nossa concepção da essência da arte em geral e da arte popular em particular.

“*O novo é o povo*”. Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, redigido em março de 1962. Em: Buarque de Hollanda (1980).

O *manifesto do CPC* demonstra a opção por uma intervenção baseada na consciência de seu papel histórico, por uma “*atitude revolucionária conseqüente*”, “*única atitude digna*” a ser adotada pelo intelectual e pelo artista.

Silva (1989), em sua análise do que foi a ação dos CPCs naquele momento, traz outro elemento importante na constituição daquele movimento: se os estudantes e artistas buscavam no povo os elementos para a construção de um homem novo, também compreendiam ser necessário restituí-lo da consciência de si mesmo. Ou seja, para a criação de uma sociedade e de uma cultura voltada para os interesses populares, os fundadores dos CPCs definiram como condição indispensável a politização do povo brasileiro (Silva, 1989:103).

Mas se este eixo de intervenção revela uma visão romântica e altruísta daqueles militantes, mostra também uma visão paradoxal acerca da representação do povo. Ele é, ao mesmo tempo, fonte que inspira elementos potencialmente

emancipadores, mas também demandante de esclarecimento, de politização e, portanto, carente de instrumentos e mecanismos que o possibilitem realizar a transformação de sua própria realidade. Esta é, inclusive, uma das críticas endereçadas aos integrantes e à própria lógica dos CPCs: a existência de uma visão iluminista e de vanguarda.

Implicitamente havia imbuída a idéia de que existia “um povo despolitizado que precisava ser despertado pela vanguarda organizada e protagonizada pelos estudantes e intelectuais; (...) havia um povo que ainda não é, e que deve ser objeto de uma pedagogia, e um povo que já é, e deve ser objeto de uma escrita, porque a sua voz é a voz da história” (Rouanet, 1988:03).

A crítica centrava-se no caráter unilateral da ação política, na forma como esta era realizada sem levar em conta “o outro lado do rio”, seus desejos e expectativas, a capacidade criadora e de organização do povo, a sua não escuta. Mas se a crítica (e auto-crítica de alguns participantes anos depois) é real e pertinente, ela só pode ser realizada levando em conta os objetivos e o contexto em que nasceu e atuou este movimento.

Outra crítica endereçada aos CPCs foi a da instrumentalização da arte pela política e o seu conseqüente empobrecimento estético. Como já destacamos, o grande eixo de atuação dos CPCs era a “conscientização” do povo através da arte e cultura. A discussão estética e política da ação dos CPCs eram fortemente ligadas à concepção de cultura popular adotada por este movimento.

Ferreira Gullar, um dos participantes do CPC em entrevista a Barcellos, reforça a idéia de que o CPC tinha uma teoria de cultura popular no sentido de cultura revolucionária. Para ele, “era popular, porque era cultura para o povo, mas o seu sentido básico era a transformação da sociedade. (...) ali se queria levar para o povo uma arte capaz de ajudá-lo a transformar a sociedade” (Gullar, 1994:217).

A teoria da cultura popular adotada pelos CPCs – e ao qual Gullar se refere – estava intimamente imbricada à uma perspectiva pedagógica de acessibilidade e *tradução* da mensagem política (de transformação) para o povo. A tendência de uma arte engajada que se colocava como instrumento de tradução e politização deste último (num quase mimetismo dos hábitos linguísticos e culturais das classes populares) foi alvo de críticas por parte de intelectuais (e até de integrantes do próprio CPC) que concebiam o papel da arte a partir de um prisma diferente, de

renovação estética, portanto de vanguarda, mas não necessariamente política e didática.

Por trás dessa discussão e dos conflitos existentes entre os diferentes integrantes dos CPCs, estava a concepção que cada um tinha acerca da função da arte. Esta discussão não era exclusiva da dinâmica desenvolvida pelos CPCs e nem desta época. Tendo sido historicamente motivo de grande polêmica e conflito no meio artístico, podemos ver os sinais desta discussão já nos anos 1920 e 1930 quando – colocada de forma aberta – movimentou uma série de questões em torno do desenvolvimento da arte moderna no país.

Para Capinam, quando perguntado sobre sua atuação no movimento e a compreensão que tinha acerca desta problemática, diz: “a relação entre arte e realidade não pode ser tão direta, visto que ela se manifesta por símbolos e o símbolo não pode ter uma tradução direta do tipo ‘eu passo fome’ ou ‘o povo passa fome’. Não é essa tradução direta que manifesta a angústia humana de passar fome” (1994:65).

As questões já colocadas acima como a visão do povo como passivo, o uso instrumental da arte pela política, a qualidade de sua arte e seu fracasso enquanto meio revolucionário, foram algumas das críticas mais presentes quando da análise e estudo dos CPCs. No entanto, Buarque de Hollanda (1980:28) adverte que

“a função desempenhada pela ‘arte popular revolucionária’ correspondeu a uma demanda colocada pela efervescência político-cultural da época. Apesar de seu fracasso enquanto palavra política e poética, conseguiu no contexto, um alto nível de mobilização das camadas mais jovens de artistas e intelectuais a ponto de seus efeitos poderem ser sentidos até hoje”.

Da mesma forma compreende Brant (1994:423) quando em sua análise acerca dos resultados dos CPCs reflete:

“(...) Essas experiências mudaram muito pouco na cabeça do público que se queria atingir. O principal foi a ‘conversão’ dos artistas e intelectuais que participavam delas ou eram influenciados por elas. (...) Ele significou uma verdadeira revolução cultural neste país, tirando de seu casulo os intelectuais e artistas, levando muitos deles a refletir sobre a realidade do país e não apenas sobre os modismos importados”.

Em termos organizacionais e políticos, os CPCs conseguiram estabelecer, de modo muito forte, uma ligação do movimento estudantil com sua base. O CPC era a

“menina dos olhos” da entidade estudantil que através da UNE Volante – método utilizado para levar as conclusões do Seminário sobre a Reforma Universitária para todos os estudantes do país – difundia e popularizava a idéia de uma participação e crítica social nos diversos estados. Foram criados pelo menos doze CPCs pelo Brasil.

Desta forma, se o movimento estudantil servia de base para a atuação e fortalecimento dos CPCs no meio dos estudantes, por outro lado, os CPCs também o consolidava como um ponto de referência para a participação dos mesmos, seja na discussão acerca da reforma universitária, seja no debate e formulação de um projeto de caráter nacional e popular para o país. Além disso, este trabalho de interlocução frequente possibilitou o fortalecimento do diálogo dos estudantes com outros setores sociais.

Arantes (1995:29), presidente da entidade na época, se reporta à UNE Volante e sua experiência com os CPCs da seguinte maneira:

(...) Voltada para o público estudantil, ela possibilitou o contato direto das lideranças com as bases operárias e camponesas de todo o país, pois suas excursões apresentavam peças teatrais em praças públicas, sindicatos e organizações camponesas, além de shows, documentários exposições gráficas e exibição de filmes”.

Desta forma, a experiência dos CPCs ficou cristalizada no imaginário da militância estudantil como um dos marcos de maior importância na história do movimento e sempre retomada quando discutida a possibilidade de voltar a se realizar um trabalho cultural entre os universitários.

De fato, nas décadas posteriores, muito se fez e discutiu sobre a possibilidade de realizar uma ação concreta e militante que retomasse a perspectiva cultural dos anos 1960, senão como uma repetição do que foi aquela experiência, como um *remake* atualizado e moderno, contemplando as demandas e necessidades dos estudantes atuais.

Porém, nas décadas de 1970 e 1980 pouco se conseguiu articular. E apesar de terem sido formados coletivos culturais organizados por estudantes em todo o país, estes ficaram pulverizados e fragmentados na ação dos centros acadêmicos que – em sua ampla heterogeneidade de práticas e concepções – percebiam a atuação nesta área sob diferentes formas, desde a uma perspectiva mais politizada e de caráter mais amplo a uma perspectiva mais intimista e de caráter mais pragmático como a realização de calouradas.

Pese as diferentes perspectivas acerca do tratamento dado a uma política cultural do movimento estudantil, foram nesses pequenos núcleos fragmentados e sem uma articulação mais forte em nível nacional que se conseguiu manter uma tradição em torno da dimensão da cultura no meio estudantil, ainda que muitas vezes de puro entretenimento.

Algumas experiências neste âmbito – tentativas de retomar essa dimensão de forma mais orgânica – possibilitaram e reforçaram a necessidade de um trabalho mais continuado, sistemático. Neste sentido, podemos citar além da existência de coletivos culturais nos centros acadêmicos – que nunca deixou de acontecer e que se centravam principalmente nos cursos de artes e letras –, a realização de alguns festivais e encontros nacionais de cultura.

Aqui podemos citar como importantes eventos realizados neste processo o I Festival de Cultura e Arte organizado pela UNE no ano de 1993 que contou com a participação de 2500 estudantes de todo o país na cidade de Ouro Preto e os Festivais de Música de âmbito regional.

Certamente os centros acadêmicos e os eventos regionais e nacionais que se realizavam sem nenhuma regularidade foram importantes no sentido de servirem como espaços e instrumentos de “salva-guarda” desta experiência. Se o trabalho cultural em termos de visibilidade não acontecia, o mesmo não deixou de ser realizado nestes pequenos espaços. De apoio. Como assinalamos no capítulo anterior, Verta Taylor (1989) chama estes espaços/grupos de *estruturas de sustentação*. Estas redes de apoio e de “salva-guarda” serão fundamentais não só no caso da experiência de cultura no movimento estudantil, mas também no caso dos coletivos feministas como veremos posteriormente.

Porém, apesar destes encontros e espaços de articulação, observados num contexto e processo de retomada, terem sido importantes enquanto momento de organização daqueles, não conseguiram, a curto prazo, influenciar o todo dos estudantes e nem os grupos políticos do movimento, no sentido de chamá-los à responsabilidade de dar continuidade a este trabalho. A falta de uma conexão entre um evento e outro, a realização de encontros que começam e terminam em si mesmos, foram fatores que ajudaram no sentido de não se efetivar no movimento estudantil uma real interferência no âmbito da cultura.

Só no final dos anos 1990 que a experiência de uma política cultural no interior do movimento estudantil foi retomada com maior visibilidade e

organicidade. Foi assim que surgiu no ano de 1999 a Bienal de Arte e Cultura da UNE. Esta surge como principal evento-marca da tentativa de reestabelecer, com nova roupagem, a ligação entre arte e política, cultura e participação.

Como afirmam os próprios militantes deste coletivos de cultura,

“O final da década de 90, mais precisamente o ano de 1999, marcou a retomada de um trabalho cultural da União Nacional dos Estudantes. Isto não significa dizer que a ausência de uma articulação nacional representava a inexistência de um trabalho cultural promovido pelas entidades estudantis. Pelo contrário, a realização de shows, calouradas, oficinas, debates, festivais e mostras por inúmeros CA's e DCE's nos quatro cantos do país, faz parte da genética do movimento estudantil brasileiro. No entanto, a inserção da UNE neste cenário foi decisiva para a construção de uma verdadeira política cultural para os estudantes brasileiros. Tudo isto aconteceu num contexto de grandes mudanças no movimento estudantil tendo como motivação principal a necessidade de diversificação. A retomada do trabalho cultural e o estágio em que o mesmo se encontra hoje, talvez seja o melhor exemplo desta mudança”.

Documento do IV Seminário Nacional dos CUCAs. 11 a 14 de novembro de 2003. São Paulo.

Nascida num contexto de tentativa de atrair os estudantes à participação, diversificando as formas de atuação política no interior do movimento estudantil, a bienal inicia sua trajetória e se fortalece enquanto um espaço-prisma onde a produção cultural de estudantes e artistas é visibilizada e discutida.

Como relata dois dos militantes dos coletivos de cultura,

“A idéia da primeira Bienal surgiu dentro de um debate que existiu e ainda existe dentro do movimento estudantil, só que naquela época era mais forte, a respeito da diversidade do movimento estudantil, da diversificação da atuação do movimento. O movimento estudantil sempre atuou muito nessas questões políticas e educacionais do país. E existia um sentimento da necessidade de ampliar esse trabalho para abarcar os jovens universitários que não tivesse interesse exclusivo nisso. Então a primeira Bienal tinha essa idéia de como fazer para que o movimento estudantil pudesse alargar suas as fronteiras e atingir pessoas que não necessariamente estejam querendo discutir exclusivamente política” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

“Na verdade, isso foi uma estratégia da UNE a partir de 99 pra ampliar o campo de ação dela. Ela estava muito guetizada, sectarizada, tava falando pra um nicho muito pequeno de estudantes, estudantes bacanas, politizados, conscientes politicamente, mas que o debate ficava entre eles. Então essa foi uma maneira de atingir um maior número de pessoas. Então, optou-se pela via da cultura, porque aí você pega o artista e o cara que gosta de ver as coisas mesmo, gosta de arte. Que às vezes não é artista, mas gosta de um show, gosta de teatro... Aí você fala pra mais pessoas e você também tem a oportunidade de falar sobre política também. Eu acho que é uma maneira mais eficiente de politizar as pessoas” (Militante do CUCA de Salvador).

A circulação e o intercâmbio de experiências das mais diversas expressões artísticas (cinema e vídeo, música, dança, literatura, teatro, etc.) realçam a importância do evento pelas suas dimensões. Além disso, se propõe ser um espaço de crítica à massificação da cultura – imposta pelo mercado globalizado – e à falta de investimentos na área cultural por parte do governo, como podemos ver no manifesto de lançamento da II Bienal de Arte e Cultura da UNE, realizada no Rio de Janeiro.

Mãos que vão tirar cada tijolo da cela do silêncio e romper os muros da prisão em que se transformou a indústria cultural. Luzes acesas em meio à escuridão deste final de milênio. Água que jorra das minas numa época de torneiras secas. Chaves para abrir as portas da participação. Arte não é remédio falso. Jovem não é otário. Trabalhador não é lixo. Por isso o Circuito está no centro de um cruzamento que vai ligar o artista, o público, o patrocinador, a arte, o indivíduo e o coletivo. Ela vai no fundo, do fundo, do fundo, se for para trazer o diamante de diferença, da independência e da mudança. Afinal produtor cultural não tem que se resignar com papel de cão de guarda do neoliberalismo. Como orvalho não enche o poço, a UNE estará provocando uma chuva de esperança que fará brotar a semente da transformação. Um terremoto cultural que abalará os alicerces da hipocrisia e do comercialismo estúpido e vulgar. A manipulação da informação, a uniformização, a pasteurização, enfim, a reprodução do mesmo não vem do acaso. Elas existem para apagar os países, afogar a soberania e identidade do povo num mar de lama, podridão e ignorância. Lutamos por uma arte e uma cultura onde não predomine o banal mortal, a esquizofrenia, o miolo mole e a intransigência elitista. Queremos que a arte e a cultura tenham abrigo certo ao invés de serem despejadas. Pela criação de um movimento artístico/cultural em defesa da soberania, da identidade nacional e da cultura popular. Queremos política cultural desenvolvida pelo Estado, que ponha fim ao balcão de negócios em que se transformou o Ministério da Cultura. Pela democratização da produção, do acesso e da difusão da cultura. Todos a 2ª Bienal da UNE em fevereiro de 2001 no Rio de Janeiro.

Ouro Preto, 15 de Julho de 2000.

O mercado cultural é denunciado. Na crítica ao modelo, a proposição de uma alternativa baseada na concepção de uma cultura enraizada nos problemas e na vida do país e na valorização da cultura popular. Os estudantes propõem a redescoberta do país e de suas origens através da cultura. Neste sentido, são emblemáticos os temas centrais das bienais de Recife e São Paulo, a saber, “Um encontro com a cultura popular”⁸⁹ e “Encontro com nossa América”,

⁸⁹ Neste encontro foi marcante a presença de Ariano Suassuna que dissertou sobre a importância da cultura popular para a construção de um projeto de país soberano.

respectivamente. Estes encontros serão no capítulo seguinte analisados com maior riqueza de detalhes visto a sua importância no que diz respeito àquilo que eles trazem como marca e estilo de participação.

As bienais também têm contado com a participação de outros grupos juvenis (hip hop, capoeira, grupos circenses, etc.), personalidades e artistas de âmbito nacional, bem como representantes da cultura popular da cidade que a acolhe (poetas populares, grupos folclóricos, etc.), estabelecendo um diálogo com os artistas e a comunidade local.

Como descreve uma das coordenadoras nacionais destes coletivos de cultura,

“A Bienal tem a mostra universitária, que são mostras de todas as áreas de estudantes universitários que enviaram trabalhos e foram selecionados. Aí a Bienal tem mostras convidadas, que são artistas que são referências nas diversas áreas, que a gente acha que faz um trabalho que tem a ver com um trabalho menos ligado a uma arte comercial, a uma arte de mercado, um trabalho mais de conteúdo. Então toda mostra tem um artista convidado. O teatro tem, as artes visuais têm, a música tem os shows, tem o Mundo Livre hoje por exemplo. A conversa com o Suassuna e tal... então tem essas pessoas que a gente traz pra fazer uma reflexão de figuras profissionais, de pessoas que já estão fazendo arte a muito mais tempo que a gente. (...) Tem o Lado C que é o contato com a comunidade. Aí, por exemplo, aqui teve uma visita à Casa da Rabeca que é a casa do Mestre Salustiano. Aí todos os estudantes vão lá, conversam com o Mestre Salustiano, tem contato, vão assistir maracatu no morro, onde é feito o maracatu, o hip hop onde ele nasceu, nas favelas e tal. Então é pra gente também não descontextualizar, tirar um elemento que tem origem num espaço e colocar no palco do centro de convenções apenas. Ele está no palco do centro de convenções, mas a gente pode ir lá, ver como ele foi gerado. Então esse é Lado C” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

Além disso, torna-se uma grande oportunidade de estreitar a relação com outros movimentos culturais organizados que estão fora do circuito universitário: os artistas de teatro, de música, de dança, entre outros. Uma relação que está para além da realização de encontros isolados e esporádicos. Uma oportunidade de estabelecer uma relação de troca, onde o movimento estudantil ganha com a sua oxigenação e os movimentos culturais ganham pela visibilidade que os estudantes podem dar a seus trabalhos. É assim que define um dos coordenadores dos CUCAs:

“Eu acho que para o movimento estudantil em si é a possibilidade de você oxigenar mesmo a entidade. Você trazer outras opiniões, outras maneiras de se entender não só o movimento estudantil, mas a o movimento de juventude mesmo. Agora para o lado dos artistas é a possibilidade de você ter um raio de atuação imenso que a arte em si não tem. Eu acho que hoje em dia é

fundamental se você quiser desenvolver um trabalho mais sério a respeito da cultura estar ligado a alguma entidade popular ou alguma outra estrutura que possa lhe dar um suporte pra fazer um trabalho mais sério. Então a UNE que é uma entidade nacional que tem contatos no país inteiro, pode ajudar muito nisso. É uma possibilidade de você criar uma política cultural e de fazer com que o trabalho dele possa atingir um público que ele jamais atingiria pelos instrumentos tradicionais que existem aí de cultura. Hoje em dia pra você gravar um cd, a grande dificuldade não é você gravar o cd, porque a tecnologia já avançou num nível que você pode gravar um cd na sua casa. O grande problema é a distribuição desse cd. Como é que você vai fazer pra gravar um som aqui em São Paulo e isso chegar sei lá, lá no Paraná, por exemplo. Isso o movimento estudantil é capaz de fazer por conta de sua estrutura. Então eu acho que pra área da arte essa é uma grande possibilidade de você pensar o Brasil, pensar essa inter-relação entre as diversas partes do Brasil que a cultura hoje em dia eu acho que necessita muito” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

Como afirma Mesquita (2001:62),

“diferente dos CPCs, a bienal tem um caráter diferenciado. A cultura aparece não mais com o objetivo de ‘conscientização’ do povo, ou seja, como um instrumento pedagógico de formação política. Mais do que ‘usar’ a cultura como meio de transformação das consciências e do próprio meio, a Bienal surge como um espaço de resgate do político que se apresenta disperso nas mais variadas expressões e redes estudantis”.

Na década de 1960, os estudantes eram os sujeitos históricos que iriam politizar a sociedade brasileira. No início do milênio, os estudantes dispersos significam a cultura como meio e possibilidade de encontro deles mesmos com seus projetos. Na concretização do encontro, o aparecimento do político e da crítica social. Na manifestação artística os estudantes mostram que “mais do que querer mudar o país, eles querem compreendê-lo”⁹⁰.

Numa perspectiva histórica – e de modo breve – iremos descrever as diferentes propostas temáticas das quatro bienais realizadas. Aqui retomaremos a idéia de cada uma destas experiências a partir de nossa compreensão e da visão dos próprios militantes que – reunidos em seminário de avaliação e planejamento – discutiram seu próprio percurso.

Como mencionado, a primeira bienal foi realizada em Salvador e teve como título “*Cultura, ciência e arte*”. Este encontro teve como eixo aproximar os estudantes de um debate sobre a realidade do país e o papel estratégico da educação para o desenvolvimento nacional, bem como, mostrar e divulgar trabalhos artísticos (em todos os âmbitos) desenvolvidos pelos universitários. Neste sentido,

⁹⁰ Fala do cantor Chico César que participou da 1ª Bienal realizada em Salvador, em 1999. Caderno da Bienal.

foram pertinentes a existência de temas ligados tanto às questões educacionais e políticas quanto àqueles de cunho mais artístico e cultural. Para isso, foram realizados debates, oficinas, amostras de arte, etc. Na perspectiva de um dos dirigentes da UNE esta primeira experiência serviu para a entidade

“resgatar seu papel de estimular a produção artística e científica dos universitários levando em conta que o mundo mudou, o perfil da juventude mudou e as formas de manifestações artísticas e científicas mudaram. Hoje temos novos modos de contestação além das palavras e todos são igualmente importantes e poderosas para transmitir nossa mensagem renovadora” (dirigente da UNE in: Bienal em revista, maio/Junho de 1999).

Na avaliação dos militantes deste coletivo, a palavra-chave para a definição deste encontro foi *espaço*; aqui se reivindicou a construção de um território cultural mambembe de organização coletiva que formulasse uma política cultural de intervenção.

A segunda bienal, realizada no ano de 2001 na cidade do Rio de Janeiro, teve como tema geral: “*Nossa cultura em movimento*”. Na mesma perspectiva que a anterior, esta bienal contou com a existência de temáticas que tivessem como eixo fundamental a discussão e o livre pensar sobre a realidade nacional e a formulação de uma política cultural que fomentasse dentro e fora do movimento estudantil uma ação em torno daquilo que, na concepção do movimento, é estratégico para o desenvolvimento do país.

Foi nesta lógica e compreensão que nasceu a proposta dos Centros Universitários de Cultura e Arte (CUCAs) que descreveremos com maior detalhe posteriormente. O formato desta bienal foi ampliado e contou com a participação de 8 mil participantes, entre estudantes, artistas e observadores. Também foi significativa a ampliação na estrutura do evento que contou com espaços novos de intervenção e debate, como por exemplo, o Lado C, uma experiência de intercâmbio de saberes entre os participantes do evento e os artistas da comunidade/cidade que a sedia.

Um dos militantes estudantis que ajudou a construir a segunda bienal afirma que, a partir desta segunda experiência, a consciência da necessidade de uma maior intervenção nas políticas culturais do país se reforçou. Como nos diz,

“A partir da segunda Bienal que foi logo depois que houve esse debate a respeito do CUCA, a gente passou a definir melhor o caráter dessa Bienal

como a possibilidade de servir como um instrumento pra interferir na cultura brasileira em si. Então ela deixa de ser apenas um instrumento pra diversificar o movimento estudantil e passa a ser um instrumento para que os estudantes e a juventude brasileira pudessem ter uma opinião e interferir nos rumos da política cultural brasileira” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

Na ótica dos militantes, a palavra-chave que melhor definiu este encontro foi *movimento*: a percepção de que algo novo estava sendo gestado e dos avanços significativos que foram dados desde a primeira versão deste evento foram a tônica desta segunda experiência.

Em 2003, a bienal foi realizada nas cidades de Recife e Olinda e teve como eixo principal a temática da cultura popular. Aprofundando as questões relacionadas à dimensão da cultura e tendo como eixo central a figura do povo (seus costumes, símbolos e representações), esta bienal recupera com maior intensidade – e num formato atualizado – a “essência” do que foi a experiência, dos CPCs, principalmente em termos de conteúdo. Intitulada “*Um encontro com a cultura popular*”, a bienal contou com a participação de várias personalidades (entre artistas, intelectuais e políticos) e fortaleceu-se como um evento nacional de juventude voltado para a cultura.

Na avaliação de um dos coordenadores deste evento,

“A terceira Bienal, em Pernambuco, definiu um pouco melhor essa questão da política cultural brasileira, o quê que a UNE deveria mesmo defender em termos de política cultural. E tiramos muito as diretrizes em torno dessa questão da cultura popular brasileira que é algo que a UNE mesmo já tem um histórico nisso com a experiência dos CPCs na década de 60. Então, tiramos diretrizes mais gerais, generalizantes, digamos assim, como a defesa da cultura popular, debate e intensificação da defesa da identidade nacional brasileira, nada que sejam bandeiras específicas” (Coordenador Nacional dos CUCAs e Coordenador da Bienal de Recife).

Este evento também marcou definitivamente – e com muita força – o desejo entre os estudantes de que esse evento tivesse um caráter permanente. Assim, ela também se fortalecia em sua base que começava a perceber nela um importante espaço de atuação. A palavra que melhor definiu este encontro foi *concretização*: a bienal aqui deixava sua marca definitiva no sentido de se afirmar perante os estudantes.

A quarta e última edição deste evento aconteceu em São Paulo em 2005 e teve como tema “*Um encontro com nossa América*”. Com a idéia bolivariana de união latino-americana, os estudantes organizaram pela primeira vez uma bienal que

tivessem a participação de universitários e artistas de vários países da América Latina. Organizada em conjunto com o encontro da Organização Caribenha e Latino-americana de Estudantes (OCLAE), esta bienal refletiu sobre a necessidade e importância de uma maior integração (tanto político quanto cultural) dos países latino-americanos. Para estes, esta “reinvenção da unidade latino-americana” seria um primeiro e importante passo para a realização da emancipação verdadeira destes países. Como escrito no Manifesto deste encontro,

“Por um certo período, acreditou-se que a idéia de uma América Latina unificada tinha sido esquecida. A 4ª Bienal da UNE e o Centro Universitário de Cultura e Arte procuraram lembrar esse debate. Pensar a relação entre nossos países em termos culturais é uma maneira efetiva de se contrapor a uma globalização planejada exclusivamente em bases econômicas e que tem nos levado cada vez mais ao aprofundamento das diferenças entre os países da América Latina e dentro de cada um deles. Realizamos a Bienal em um espaço que dita as normas e os padrões culturais para todo o resto do país, e ocupamos esse espaço subvertendo-o. Nenhuma mudança cultural se dá sem desafios e desacatos. Cabe à nossa geração aceitar o desafio de inventar essa nova identidade, de recriar nosso mapa, de derrubar fronteiras, fazendo da América Latina uma só pátria de onde traçaremos nosso destino. Não é impossível e nem improvável que venhamos a fazê-lo”.

Manifesto pela reinvenção da unidade latino-americana.

Esta perspectiva tem claramente a influência de um tempo marcado pela tentativa de construção de novos modelos políticos que contenham alternativas para um outro mundo, mais solidário e menos desigual; uma geração marcada pelo surgimento dos fóruns sociais e do movimento altermundista. E se fosse pensada numa palavra-chave para representar a realização deste encontro, poderíamos pensar em *integração*: dos latino-americanos na construção de uma utopia coletiva, dos estudantes e artistas, das dimensões da arte e da militância.

Como consequência da realização das bienais – já pontuado anteriormente – surgiu-se a idéia da criação dos CUCAs (Centros Universitários de Cultura e Arte)⁹¹ que são grupos autônomos que têm como ponto central o intercâmbio de coletivos artísticos existentes nas universidades e a discussão acerca da cultura local e popular. A idéia do CUCA nasceu de duas críticas colocadas para o movimento estudantil: a) da maneira instrumental que o movimento trata a cultura e; b) da lógica de que fazer cultura é realizar eventos.

⁹¹ A idéia dos CUCAs nasce na II Bienal realizada no Rio de Janeiro.

A primeira crítica nasce na segunda bienal a partir da avaliação realizada pelos diversos militantes que vinham acompanhando o seu desenvolvimento e formato. Para estes, o movimento estudantil mais se apropriava do campo da cultura (sua linguagem e dinâmica) como uma ferramenta para a realização de seus interesses (recrutamento, visibilidade, etc.) do que investia, de fato, num trabalho orgânico e continuado com os grupos e coletivos de cultura espalhados pelo país.

A ausência de um efetivo projeto cultural que fosse de grande capilaridade e com certa continuidade dá sustentação para a realização da segunda crítica: a lógica do trabalho de cultura como realização de eventos.

Na visão dos estudantes – por mais que as Bienais fossem um espaço importante no sentido de contemplar as demandas de uma parcela significativa de universitários – mais que realizar eventos e capitalizá-los, a UNE deveria retomar, de modo mais sistemático, uma política cultural consistente e continuada a partir da experiência de grupos artísticos/estudantis já existentes nas universidades.

Como nos relatam dois dos atuais coordenadores nacionais do CUCA,

“Na verdade, percebeu-se que as Bienais acontecendo de dois em dois anos deixavam um vácuo. Então, para que elas passassem a cada vez mais se saírem melhor e serem mais representativas do ponto de vista dos estudantes que produzem cultura, o CUCA foi criado como centro e circuito – porque o CUCA pode ser tanto centro como circuito de cultura e arte universitária – pra subsidiar as Bienais para que elas tivessem um trabalho mais consistente” (Coordenador do CUCA de São Paulo).

“Então, a primeira Bienal que foi em Salvador, foi uma primeira experiência para lançar essa idéia do trabalho cultural. Já na segunda a gente sentiu a necessidade de ter um trabalho mais permanente, porque a Bienal é um evento. Então a gente lançou o CUCA: o circuito universitário de cultura e arte mas que também é o centro universitário de cultura e arte. Porque a gente sentiu a necessidade de que não bastava fazer um evento de dois em dois anos; tinha que ter um trabalho no dia a dia das entidades, um trabalho cultural. Por isso que a gente lançou o CUCA” (Coordenadora do CUCA de São Paulo).

De fato, limitada na idéia de articular cultura e militância somente através das Bienais, a UNE não conseguia efetivar um projeto cultural que fosse de grande capilaridade. A ausência de um trabalho junto aos grupos culturais existentes nas universidades *durante os anos que intercalavam as Bienais* não permitia uma continuidade no processo de *diálogo do movimento com os grupos de cultura organizados por universitários*. Dessas críticas nascem os CUCAs.

Com o surgimento destes coletivos de cultura investe-se no modelo inverso: a idéia de priorizar não tanto os eventos, mas o processo realizado pelos diversos grupos artísticos universitários. Neste sentido, os eventos seriam uma consequência da vida desses grupos e a expressão máxima daquilo que é produzido nos mesmos.

A realização de um trabalho cultural por parte da UNE se justifica – com base no relatório do IV Seminário Nacional dos CUCAs realizado em São Paulo (novembro/2003) – através de quatro grandes premissas, todas elas articuladas com as idéias chaves implícitas no projeto das bienais. São elas:

1. “(...) a articulação de um amplo movimento, abrangendo diversos setores e organizações culturais, em torno da construção de uma corrente de opinião em defesa da cultura brasileira e de sua maior interlocução com os países da América Latina;
2. (...) a de que a predominância de uma visão mercadológica de cultura não só ameaça à sobrevivência de uma autêntica cultura nacional e popular como também sufoca o florescimento de novas manifestações culturais que não estejam inseridas na lógica do mercado. Tal situação afeta especialmente os jovens artistas, muitos dos quais estão entre os mais de três milhões de estudantes universitários brasileiros, sendo a Universidade um importante pólo irradiador de cultura e arte.
3. (...) a possibilidade das entidades estudantis representarem mais e melhor o conjunto dos estudantes, estabelecendo, através da cultura, um canal privilegiado de interação e intervenção política.
4. (...) a possibilidade concreta que temos de interferir diretamente nas Políticas Públicas de Cultura. Afinal de contas, a predominância de uma visão mercadológica em detrimento da valorização da cultura nacional e popular e a ausência de espaço para jovens artistas está vinculado a (des)política cultural dos últimos anos. A existência de forças comprometidas com a mudança no governo federal abre grandes possibilidades.”

(Relatório do IV Seminário Nacional dos CUCAs, 2003:19-20)

Este relatório, de alguma forma, demarca os porquês da existência dos CUCAs e sua linha de política cultural para o movimento estudantil. Tornam-se aqui essenciais como elementos constituintes do núcleo central da identidade

destes grupos a disposição de interferir nas políticas públicas voltadas para a cultura e a percepção de uma ação voltada para o trabalho com a cultura popular.

Desde a sua criação, em 2001, os CUCAs passaram por diversas etapas de organização, realizando suas discussões e construindo suas redes a partir dos fóruns do movimento estudantil. Na pauta das reuniões, o debate acerca de sua autonomia organizativa e financeira, bem como, sua organização interna (comissões, grupos de trabalho, seminários, etc.); sempre levando em consideração a preocupação de “não reproduzir mecanicamente a estrutura organizativa das entidades estudantis” (idem:30).

A percepção de que o tempo de quem trabalha com cultura é diferente do tempo e do ritmo de quem participa no movimento estudantil clássico se torna clara. E a estrutura tinha que ser pensada observando esse aspecto.

Como ressalta um dos coordenadores nacionais dos CUCAs,

“O movimento político, ele muda de 2 em 2 anos, mudando as forças, as pessoas, as cabeças... Porque o cara é um estudante, o presidente da UNE é um estudante... fica 2 anos aí numa gestão e depois ele vai viver a vida dele. Cultura não se faz assim. Cultura é processo. Cultura só se constrói com processo. Então não dá pra mudar a diretoria nacional dos CUCAs de 2 em 2 anos. Não dá pra mudar o formato de construção de determinado CUCA... Por exemplo, o CUCA aqui em São Paulo... ele aposta no teatro. Ele é gerido por vários grupos de teatro que opinam sobre a programação que se dá de 3 em 3 meses e aí não dá pra você ficar mudando essas pessoas. O movimento cultural é contínuo, ele não pára” (Coordenador do CUCA de Salvador).

Ainda em processo de consolidação em algumas universidades, hoje os CUCAs começam a sistematizar sua ação enquanto núcleos de produção cultural. Além de produção cultural os CUCAs realizam também um processo de divulgação daquilo que é produzido nas universidades. A idéia de circuito universitário de cultura e arte também é um dos eixos chaves desta experiência.

Nesse percurso de fortalecimento, alguns destes coletivos foram contemplados pelo Ministério da Cultura (MinC) com apoio financeiro e logístico para a realização de seus projetos. Este apoio faz parte de um projeto nacional que objetiva fomentar no país vários *pontos de cultura*⁹².

⁹² O projeto dos *pontos de cultura* é uma das tentativas do Ministério da Cultura de construir uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais no país a partir de vários grupos artísticos. Além disso, objetiva promover, ampliar e garantir o acesso aos meios de uso, produção e difusão cultural às diversas experiências que compõem esta rede. Os oito CUCAs contemplados como pontos de cultura são: Campina Grande,

Com realidades e níveis de organização diferentes, os CUCAs vão formando uma rede de pontos e projetos culturais organizada a partir do espaço do movimento estudantil. As experiências mais estruturadas estão localizadas em dez cidades brasileiras, a saber, Cuiabá, Brasília, Campina Grande, Recife, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre e possuem projetos de intervenção cultural já definidos⁹³.

Estes centros de cultura respondem a demandas específicas de cada realidade, levando em consideração os aspectos artísticos e culturais mais presentes em cada uma destas regiões. Neste sentido, os vários CUCAs acima citados possuem diferenças no campo de atuação, dependendo da demanda artística e cultural do local.

As diferenças podem ser notadas quando os próprios militantes destes coletivos anunciam suas propostas de intervenção em cada uma das regiões, como podemos verificar abaixo:

“Eu diria que a gente tem uma vocação pra artes visuais e artes cênicas. É uma galera organizada, batalha muito, tinham até muitos projetos interessantes. E o CUCA vem pra somar, pra potencializar essas atividades e criar outras. Porque eu acho que Porto Alegre é uma capital muito cultural, a gente tem a literatura, tem grandes nomes em todas as áreas, tem uma produção musical muito forte e a gente parte daí. Acho que o marco zero é o foco nas artes cênicas e visuais” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

“Pernambuco tem uma produção cultural muito grande. Então, pra gente, essa foi uma questão muito difícil de identificar: que área daria prioridade. Só que lá a gente tá num movimento muito grande de cine-clube. A todo momento aparece um cine-clube, seja ele universitário, seja ele como cinema na praça, enfim. Então a produção audiovisual tá muito grande. Tem diretores de uma nova geração que estão produzindo de uma maneira totalmente inovadora, como Camilo Cavalcante no ‘Amarelo Manga’, e outros. Então a gente vai estar priorizando essa questão do audiovisual e o material que vai chegar lá está basicamente voltado pra ilha de edição de filmes, curtas, nessa área que a gente está trabalhando” (Militante do CUCA de Recife).

“Eu acho que no início do CUCA, o interessante mesmo é você puxar alguma área – porque se a gente quiser abarcar todas as artes e mais outras ainda relacionadas à cultura, como o resgate da memória, que também é cultura, aí não dá – e aí a gente vai ter que priorizar. Eu não sei, eu acho que a gente teve bons trabalhos nas artes plásticas. Vieram vários alunos na bienal desta área. Eu acho que vai ser um ponto muito chave. Fora a música, que eu acho

Recife, Salvador, Vitória, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Ver: <http://www.une.org.br/cuca>.

⁹³ Ver: <http://www.une.org.br/cuca>.

que lá no Rio a gente tem bastante bandas, (...) eu acho que lá também é um celeiro de bons músicos. Eu acho que é por aí. Mas vamos esperar” (Militante do CUCA do Rio de Janeiro).

Assim, vão se constituindo enquanto espaços de sociabilidade, produção de cultura e arte, promovendo o intercâmbio de artistas a partir de um circuito entre pólos de cultura universitária já existentes. A formação de uma rede onde os diferentes tipos de expressão cultural são a base do trabalho dos estudantes é o eixo organizacional dos CUCAs. Um dos coordenadores nacionais dos CUCAs explica como se dá esta organização:

“A gente reuniu uma série de pessoas que estão trabalhando com os CUCAs em seus estados espalhados pelo país e definimos mais ou menos a necessidade de construção de uma rede, de uma diretoria pra dirigir esse movimento que seria eleito... quer dizer, a gente está constituindo fóruns pra que o movimento aconteça. A gente fez uma proposta onde o CUCA estaria dividido em áreas. Então vai ter uma área dedicada à música, outra pra cinema, outra pra teatro, outra a artes plásticas, que seriam uma espécie de núcleos de trabalho. Podem participar destes núcleos de trabalho qualquer pessoa que tenha algum tipo de contato de produção artística naquela área e que esteja disposto a desenvolver um trabalho junto com a gente. Não tem muito critério. Porque é isso que eu estou te falando, a idéia do CUCA é de desenvolver um trabalho com artistas universitários e artistas profissionais. Então não depende muito se a pessoa é universitário ou não. O CUCA tem que ser tocado prioritariamente por universitários, a universidade tem que estar lá dentro, mas o projeto, a proposta que a gente tem para o CUCA precisa das duas coisas, o universitário e o artista profissional. Não tem um critério em si a não ser o fato da pessoa ter um trabalho naquela área e querer ajudar a construir o movimento” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

Além disso, os CUCAs vêm catalizando o apoio de estudantes e entidades que possam contribuir no processo de fortalecimento desta experiência. Para isso, se organizam nos diferentes estados no sentido de conseguir estabelecer uma rede de apoio institucional.

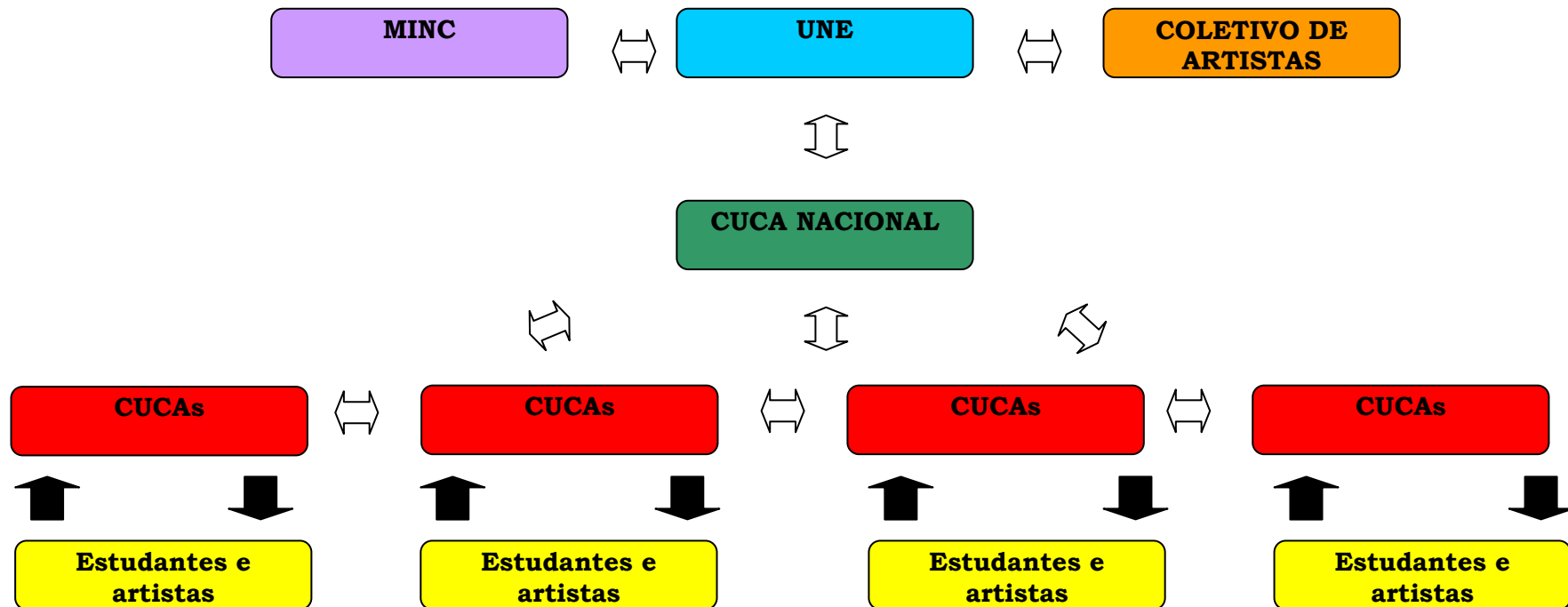
Com uma estrutura mais horizontal e com o apoio do ministério da cultura esses coletivos se emponderam no sentido de buscar sua própria autonomia a partir do intercâmbio e da realização de uma série de parcerias que vão desde às secretarias ligadas à universidade até o poder público municipal e outras entidades e organizações da sociedade civil. Como ilustra um dos militantes do CUCA de Recife,

“Com essa estrutura a gente vai ter um maior poder de negociação nesses órgãos em que a gente precisa estabelecer parceria. Como eu falei a gente só

tem a questão da secretaria. E aí temos que fazer parceria. E é importante. Por exemplo, a gente precisa que a FUNDAJ realize uma mostra universitária de curtas, que ela aprove uma publicação de um livro de contos, de literatura, enfim. O ministério da cultura vem trabalhando com o termo emponderamento. Como funciona isso? O ministério tá dando o poder da gente negociar em outros termos com a prefeitura e com a reitoria. Eu vou te citar o caso da rádio. Antes a gente chegava pedindo pelo amor de deus que eles dessem um financiamento pra gente fazer algo relacionado com a cultura. Se coubesse no orçamento da reitoria tudo bem. Agora não, a gente tem esse instrumento que é a rádio e com certeza a reitoria vai querer divulgar seus projetos na rádio e logicamente a gente vai fazer uma série de pedidos. Eu te dou o espaço, mas precisamos de seu apoio pra isso e aquilo” (Militante do CUCA de Recife).

Tomando como base o histórico e as informações deste coletivo, sugerimos como visualização gráfica o modelo abaixo que – ao nosso ver – contempla a dinâmica de redes e de organização deste coletivo.

Quadro 1
SOCIOGRAMA DOS COLETIVOS DE CULTURA



4.2. Coletivos de gênero: do feminismo à diversidade sexual

Falar em coletivos de gênero no movimento estudantil é uma realidade relativamente recente, quer seja na realização de uma discussão mais concreta acerca das visíveis diferenças no que concerne à representação política, quer seja enquanto um elemento identitário incorporado à cultura política dos estudantes com capacidade de aglutinar pessoas e gerar espaços de participação.

Nas últimas décadas, a questão de gênero foi sendo incorporada aos poucos (e não sem conflitos) pelo movimento estudantil através de uma ampla (e quase invisível) mobilização de estudantes que – identificados com esta agenda – começaram a se organizar e colocar para o centro do debate uma pauta que na sua grande maioria das vezes é considerada periférica nas discussões estudantis.

Ainda de frágil institucionalização, esses grupos começam a ser desenhados no cenário do movimento estudantil como espaços de socialização, formação e atuação política. Neste contexto emergem tanto aqueles grupos que incorporam a questão feminista, como os coletivos que acenam com a discussão da diversidade sexual.

No primeiro caso, mais histórico no interior do movimento, pelo menos desde a década de 1980, as estudantes tentam pautar uma campanha de visibilidade e participação das mulheres nos espaços internos das entidades estudantis. Sendo maioria numérica dentro das universidades e do próprio movimento estudantil, as estudantes ainda são minoria nos espaços políticos de representação dentro das entidades.

No segundo, os militantes envolvidos e atentos a uma forte onda de movimentação da sociedade civil em torno da discussão acerca da diversidade sexual, muito recentemente iniciaram um processo de organização contendo uma pauta reivindicativa que reclama a visibilidade e a existência de políticas públicas que atendam as demandas relacionadas à opção e preferência sexual. Neste sentido, reclamam e defendem no âmbito universitário, uma gama de direitos das minorias sexuais.

Tanto no primeiro caso, como no segundo, foi essencial a existência da participação de militantes estudantis junto a outras redes de movimentos sociais que têm em seu eixo de trabalho a discussão de gênero. Estas redes

não só impulsionaram a entrada desta temática no movimento estudantil como também jogam um papel de suporte para sua continuidade.

Neste item, iremos mostrar como se deu o processo de incorporação deste eixo temático e interventivo no interior do movimento e como estes grupos vem se consolidando enquanto um espaço aberto e participativo. Num primeiro momento, analisaremos a trajetória dos grupos feministas e em seguida os coletivos que discutem a diversidade sexual e a pauta GLBT⁹⁴.

4.2.1. Coletivos de gênero: a incorporação do discurso feminista

Com a fusão de redes sociais de interesse, principalmente após o processo de redemocratização no país, os movimentos sociais iniciaram um forte processo de articulação no sentido de redobrar suas energias e de construir coletivamente uma nova agenda social. A formação de redes temáticas, de informação e de pressão, amplamente realizada pelo setor popular, colaborou para que houvesse uma certa “migração” de interesses na pauta do movimento estudantil. É nesse contexto que emerge em seu interior, de modo mais organizado, a temática feminista.

É bem verdade que este tema foi abordado de tempos em tempos pelo movimento estudantil, mas devido à escassez de informações sobre as discussões e eventos realizados sobre o tema, não saberíamos pontuar, ao certo, a origem desta discussão de modo mais sistematizado no movimento estudantil brasileiro.

Sabemos, no entanto, que de forma fragmentada e sem continuidade, a questão feminista teve apoio e guarida no cotidiano de muitos centros acadêmicos e alguns diretórios centrais que – ao estimularem o debate – acabaram por institucionalizá-lo seja na realização pontual de algumas oficinas e eventos, seja em sua estrutura organizativa com a criação de uma secretaria.

São estes pequenos grupos que no início dos anos 1990 – ao se aliarem com redes do movimento feminista – começam a pressionar o movimento estudantil em nível nacional no sentido de cobrar uma postura e um debate que incluíssem em sua ação política as demandas e reivindicações das mulheres estudantes. Espaços institucionalizados de poder decisório do

⁹⁴ Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

movimento estudantil (como o Congresso da UNE/CONUNE) começam a se tornar espelhos desta movimentação expressando em seus documentos e deliberações finais propostas e reivindicações contemplando os reclames por uma intervenção pública por parte das entidades.

Mische (1997), ao estudar as transformações sociais que levaram os jovens à mudança da identidade de “estudante” dos anos 60 à identidade mais abrangente e ambígua de “cidadão” nos anos 90, sugere esta como uma categoria analítica para a compreensão da sociabilidade juvenil. Para a autora, a identidade é um focalizador de projetos que, mais do que servir como fronteira, serve como prisma, para o entendimento da fusão de projetos pessoais e coletivos que atravessam círculos e redes sociais. Pensamos que esta pode ser uma das explicações para o processo que acabou por desencadear no aparecimento de vários coletivos temáticos dentro do movimento estudantil.

Através da análise de documentos oficiais das entidades estudantis – que vão da elaboração de jornais às atas finais do CONUNE – Mesquita (2001) traça um panorama de interesses e pautas deste movimento que vai de 1979 à 1997. Neste trabalho, o autor verifica o aparecimento (no início dos anos noventa) de deliberações sobre a questão feminista que traduz este processo de incorporação.

No 41º CONUNE, realizado em Campinas, a reivindicação para que se realizasse o III Encontro Nacional da Mulher Universitária foi aprovada como uma das deliberações oficiais do congresso que, naquela edição, elegia Patrícia de Angellis como a terceira presidente da história da UNE. No 42º CONUNE, em 1992, esta reivindicação é retomada, incluída e aprovada na plenária final do congresso para, tão-somente em 1993, ser efetivada. Acontece neste ano, portanto, o III Encontro de Mulheres Universitárias.

Com o lema “Viver as diferenças com direitos iguais”, este encontro objetivava discutir o papel e a realidade da mulher universitária. Discutindo questões como:

“(…) o lugar da mulher é na história; a universidade como espaço de construção de conhecimento e reprodução da opressão; saúde e sexualidade; participação da mulher nos espaços de decisão e de poder, além de várias oficinas com conteúdos diversos, as mulheres presentes no III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias demonstraram que estes temas são de grande interesse no meio acadêmico e se

inserir na discussão de outras questões dentro da universidade”. (III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias:01)

Além disso, foi amplamente discutido o papel da mulher no movimento estudantil. Para as mulheres universitárias presentes,

“apesar de sermos mais de 50% dos estudantes universitários e atuarmos no movimento estudantil dentro e fora das entidades, constatamos uma realidade de discriminação e opressão às universitárias, nos mesmos moldes do que se apresenta na sociedade”. (idem:02).

Dadas todas estas discussões, as principais propostas retiradas deste encontro foram: a) a implementação no currículo dos cursos, disciplinas que tratem da questão de gênero; b) a criação de creches nas universidades que atendam às mães universitárias; c) que o departamento feminino da UNE elabore políticas e discussões sobre a questão da mulher, formação e mercado de trabalho nas universidades; d) participação das entidades estudantis de base e da UNE nas campanhas de combate à violência da mulher; e e) pela maior participação das mulheres na diretoria da UNE, tendo como discussão principal a questão das “cotas”.

A questão feminista volta ao 45° CONUNE, em 1997, junto a outros elementos e categorias identitárias ligadas ao campo das minorias. Com um dia reservado na programação para a organização de grupos temáticos, este congresso assume de vez a luta destes coletivos e incorpora em seu interior a discussão sobre gênero, o que não significa, a princípio, que o movimento estudantil consiga estabelecer e encaminhar políticas que dêem continuidade a estas lutas pensadas à luz da condição estudantil. O texto abaixo, dá uma idéia de como a problemática de gênero (e feminista) foi absorvida em termos institucionais pelo movimento estudantil.

MINORIAS CONQUISTAM ESPAÇO NA UNE

Hoje é dia de politicamente correto no 45° Congresso da UNE, que acontece até Domingo em Belo Horizonte. Pela primeira vez, a entidade reservou espaço na programação do congresso para negros, mulheres, gays e lésbicas. Mas, na opinião dos estudantes destes grupos, não foi a UNE

quem deu espaço para ele. Eles é que conseguiram. 'No último congresso, não quiseram aprovar as cotas (para mulheres na diretoria da UNE), mas agora acho que a nossa pressão vai valer', disse Claudionice Durans, 25, do movimento de mulheres. Ela defende que 30% dos 51 cargos da diretoria sejam preenchidos por mulheres. O presidente da UNE, Orlando da Silva Júnior, que foi contra as cotas no último congresso, acredita que serão aprovadas. Ele defende a participação das mulheres em 20% da diretoria. Outro grupo que vai pedir mais empenho da UNE para suas causas, é o dos negros. Eles vão defender que o Congresso aprove uma resolução contra o ministro dos Transportes Eliseu Padilha. Recentemente, ele comparou o ministro extraordinário dos Esportes, Pelé, ao asfalto. Cotas para negros nas universidades também serão discutidas. Os gays e lésbicas do congresso recebem hoje a visita da deputada Marta Suplicy (PT-SP), que vai falar sobre o seu projeto de união civil entre homossexuais. A UNE tem uma resolução, aprovada no último congresso, de apoio ao projeto de união civil.

Folha de São Paulo. 05/07/1997

Porém, nem sempre (ou na maioria das vezes) o ritmo da militância é acompanhado pelo ritmo das entidades. E apesar da visibilidade conquistada nos espaços institucionais do movimento, a temática feminista passeia num vaivém que acompanha o grau de mobilização dos grupos de base. Em momentos de maior organização a temática aparece com força e capacidade interventiva; em momentos de refluxo, a história de organização e discussão das questões feministas desaparecem com a falta de memória do movimento.

A descontinuidade tem sido, portanto, um entrave no sentido de se levar a cabo dentro do movimento estudantil uma intervenção mais sistemática e qualificada. Além disso, ela quebra todo e qualquer processo de acúmulo discursivo e organizativo realizado na trajetória destes grupos. E a precária linha histórica – devido, entre outras coisas, à pouca documentação acerca dos eventos já realizados – se rompe de vez, quando da saída de militantes do movimento.

A fala de duas militantes feministas atuais ilustra a precária informação acerca da história deste tipo de organização no movimento estudantil, fruto da descontinuidade destes processos no corpo da militância e do repasse histórico necessário às novas gerações.

“Eu sei que em 96, se eu não me engano, teve um outro encontro de mulheres estudantes. Agora não existe registro disso na UNE... Teve um em 87, teve outro em 96 e estamos fazendo um agora... Se continuar

essa dinâmica de fazer encontro de dez em dez anos, quase, espero que não... Mas não tem muito registro disso” (Militante feminista de Brasília).

“Então, registro mesmo é uma dificuldade porque a UNE não tem, não centraliza os arquivos, e tem muita coisa da UNE nos centros acadêmicos do Brasil, DCE’s, um monte. A gente sabe que houve iniciativas... já houve antes... a gente fez o encontro de mulheres esse ano; teve dois antes desse só que se perderam na história. O último foi 84, provavelmente 87. E não existe nada dele, nenhum relatório, não tem nada, você não acha nada na UNE desse encontro. Ele mostra uma coisa, mostra que houve uma mobilização, houve uma experiência talvez semelhante com o que a gente está fazendo agora. E parece que vem principalmente nos momentos em que o feminismo no geral vai pra ofensiva. Então, quando da década de 70, 80, da organização das mulheres, o questionamento dos valores, da cultura. Isso traz um caldo para o movimento estudantil que se refletem também em outras ações” (Militante feminista de São Paulo).

É neste contexto que ressurgiu em meados de 2003 um grupo de estudantes que descontentes com uma onda de práticas machistas no interior do movimento recolocam o feminismo para o centro do debate pressionando as entidades a reverem sua estrutura de poder do movimento estudantil fortemente ligada à masculinidade. A percepção do preconceito sofrido cotidianamente na militância torna-se, de alguma forma, um dos elementos centrais no processo de reorganização da perspectiva feminista no movimento. Abaixo, segue a fala de duas militantes que retratam e denunciam a desigualdade de poder instituído e reproduzido no movimento.

“É assim: a mulher que grita e bate na mesa, é histérica. O homem que bate na mesa é porque está bravo. É assim que a coisa funciona. É que o espaço da política é muito masculinizado. Ele é construído desta forma. Normalmente você vê homens conduzindo uma mesa, homens fazendo intervenções; quando há uma divergência, uma discussão política, a coisa acaba em violência física. Você acaba caracterizando todo um espaço que é extremamente masculino, intimidando a presença e participação das mulheres. Então pra uma mulher ocupar esse espaço é muito mais difícil do que pra um homem. Inclusive porque o homem foi construído justamente pra ocupar esse espaço público. A mulher continua sendo educada para o espaço privado. A dificuldade que uma mulher tem para estar ali é muito maior. E quando ela está lá, e quando ela protagoniza, a desqualificação da mulher sempre vem pelo viés sexual. Sempre, sempre. Normalmente é vista como um vaso que está enfeitando a reunião, ou sendo tratada como objeto sexual mesmo, e na perspectiva clara, intencional, de desqualificação. E eu vivi muito isso. Em toda a minha militância. Inclusive nesses dois anos em que eu passei na diretoria de mulheres da UNE. Existe toda essa redução da consciência política ao corpo... O movimento é extremamente machista. Um movimento que se dispõe a ser libertário, revolucionário... Não consegue. São extremamente

machistas, extremamente homofóbicos” (Militante feminista de São Paulo).

“É chocante como a desqualificação das mulheres se dá todos os dias, e assim, não é perceptível pra muita gente... Você chegar numa reunião, senta e a pessoa que pega a ata pra escrever é uma menina, necessariamente é uma mulher, e as vezes vem até, eu já escutei papos assim: “ah, escreve um pouco você” e tal e aí um homem diz, “ah mais é que minha letra é feia”, já escutei dessas... “Ah, mas é que sua letra é mais bonitinha, você é mais organizadinha”. E a questão dos espaços públicos... quem é que vai dar a cara, quem é que está em cima do carro de som, quem é que vai fazer a negociação com um e com outro... É sempre um homem. E aí assim, quando uma mulher pega no microfone, tem gente que tapa o ouvido, diz que é histérica, tem aquela voz chata... Eu faço parte de um curso que tem majoritariamente mulheres e você chega no encontro nacional, no encontro regional, quem que fala na plenária final são os homens, quem compõe a coordenação nacional, são os homens. Eu acho que eu fui uma das únicas mulheres que pegou no microfone pra falar de temas mais polêmicos. E aí tem muito aquela coisa de “Pô, mas você também não fala!”, mas eles não conseguem ver que tem toda uma construção que te faz não querer estar naquele espaço, de você achar que você não consegue, de que você tem a capacidade de pegar num microfone e falar... E pensam: “Não, você não quer, porque você não quer, se você quiser o microfone tá ali. Fala!”. Não é bem assim né? É uma coisa que é bem concreta... tem motivos pra você não querer, né? Então, isso é dentro da psicologia. Teve antes do encontro de mulheres... (...) A UNE tratava... o nome da diretoria de mulheres da UNE era Diretoria de Assuntos de Mulher. Era horrível e não respeitava as mulheres; eram poucas as mulheres que compunham a executiva da UNE. Então eu acho que no geral, desde o local até nacionalmente existe toda essa problemática das mulheres nos espaços estudantis” (Militante feminista de São Paulo).

Mas se a percepção do preconceito foi importante nesse processo de rearticulação, alguns eventos e momentos específicos serviram de “estopim” para que isso acontecesse de forma mais urgente e necessária. Aqui, achamos importante destacar a fala de duas militantes que descrevem detalhadamente todo o processo de retomada da questão feminista pelas estudantes. Mais do que uma descrição do processo, estas militantes nos fornecem um verdadeiro testemunho das dificuldades sofridas na militância advindas da condição de ser mulher.

“Em 2002 ou 2003, nos encontros de área, de cada executiva de curso, houveram várias manifestações machistas (...). Então, por exemplo, no encontro de estudantes de história, foi feita uma rifa de duas prostitutas. Então as meninas lá fizeram um ato, reagiram aprovaram uma moção, denunciaram... No encontro de estudantes de direito, determinada bancada que foi para o encontro levou um cartaz desse da Playboy com a Juliana Pais, e eles levavam aquilo para todas as plenárias, um negócio assim super desrespeitoso... E um dia as

meninas roubaram aquilo, deram um sumiço com a tal da Juliana Pais... Isso gerou um rebuliço porque os caras queriam fazer um debate de propriedade, que aquele cartaz era de propriedade deles. Então assim, uma série de manifestações machistas, mas mais do que isso, a reação das meninas de organizar – mas assim muito de indignação, sem ter muito conteúdo, sem ter um processo mais orgânico, mais assim de se indignar daquilo, coisas que às vezes aconteciam e as meninas naturalizavam no passado. Dessa vez, aconteceu que as meninas reagiram. Por exemplo, no encontro de estudantes de medicina, os caras de uma outra determinada bancada iam para as festas sempre cantando músicas muito machistas, músicas que eles fizeram durante o encontro; iam no banheiro na hora do banho, pra tirar fotos das meninas tomando banho... então assim, as coisas que às vezes as meninas naturalizavam, no ano passado elas reagiram, se organizaram. Então eu acho que essas duas coisas num conjunto criaram uma conjuntura favorável para nós (Militante feminista de Brasília).

“É interessante também que quando a gente vai desafiar as estruturas, se organizar pra revolucionar tudo isso, a reação no pior sentido da palavra, vem. Os reacionários também se organizam para diminuir a intensidade do que a gente está promovendo. No encontro de direito, por exemplo, tinha uma programação dedicada à questão do feminismo: a Marcha tava numa mesa, tinha uma oficina de gênero. Isso sensibiliza e ajuda a organizar muitas meninas pelo Brasil ou no próprio coletivo da Federação de Estudantes de Direito. E houve um episódio envolvendo um totem da revista Playboy com a Juliana Pais, que virou uma grande disputa entre meninos e meninas ali, porque de um lado eles estavam afirmando, exaltando uma personagem que é tudo aquilo que a gente condena na nossa atitude, na nossa ação. E eles fizeram questão de exaltar isso. E faziam questão de dizer para as meninas: “coloquem-se no seu lugar!”. Então, no encontro de história, a mesma coisa... as meninas se organizaram contra uma rifa que estava sendo promovida... Iam rifar duas prostitutas. Ou seja, mais mercantilização do que isso... É literalmente... Objetizando uma mulher. E foram esses episódios todos que deram suporte pra gente se organizar, foi quando a gente sentou e disse: “não dá mais pra gente continuar achando que são casos isolados”. Isso é geral e está refletido no movimento estudantil como um todo. Está na UNE, nas UEE’s, nos DCE’s, nas Executivas, está em todo lugar. E aí a gente se deu a tarefa de organizar essa indignação coletiva e de apontar para algum lugar. Então vamos nos formar politicamente para os debates e vamos reagir. E aí veio o encontro de mulheres” (Militante feminista de São Paulo).

Percebe-se no relato, a frequência de atos sexistas no interior do movimento estudantil e o nível de tratamento dado às militantes no campo da política estudantil. A organização, ainda que construída a partir de atos defensivos, começa a se concretizar.

Os espaços e fóruns do movimento começam a testemunhar a gestação e o surgimento de uma nova atuação coletiva e feminista. Os encontros das executivas de curso que foram os principais cenários do “estopim” e de manifestações machistas, acabam por se tornar – talvez – o espaço privilegiado das militantes no processo de retomada. São as executivas

que primeiro acolhem a perspectiva feminista e iniciam um trabalho de divulgação e espaço de encontro e auto-organização das mulheres estudantes (mesmo que com diferentes níveis de inserção e organicidade), como veremos abaixo – a título de ilustração – a partir da fala de uma militante da DENEM.

“O movimento estudantil de medicina nunca discutiu gênero, desde que foi criada a DENEM. Existem vários médicos e médicas no Brasil que durante a sua graduação e como militante de esquerda, discutiram a questão da mulher, até porque isso envolve a questão da saúde, mas nunca dentro da DENEM. Militam no coletivo de saúde estadual, no Partido dos Trabalhadores que compõe o grupo de saúde da mulher, que tem secretaria, que propõe políticas de saúde, mas nunca levaram isso pra dentro da executiva. Eu por exemplo, tenho contato com essas discussões no PT, que é ligado a entidades que discutem a questão da mulher, a questão da saúde, a questão econômica, das opressões várias que nós mulheres sofremos e aí eu tinha muita vontade de levar isso pra executiva, mas eu era uma voz sozinha. Então a gente está num momento muito interessante e cabe ao estudante de medicina que começa a participar da DENEM estar multiplicando essa inquietação e esse debate. E cabe a DENEM colher isso aí. Então é o primeiro ano desde que a DENEM foi criada em 86, que muita gente começa a discutir gênero. Foi o primeiro encontro que a gente deliberou de ajudar a UNE a construir o encontro de mulheres que agora que está se realizando. E aí a gente vai discutir várias coisas, como por exemplo, o aborto. Como que os estudantes de medicina organizados não tem posicionamento sobre a questão do aborto? É muito grave, ne? (...) E pra discutir o aborto, se a mulher tem que decidir, você tem que ver a mulher como sujeito oprimido, que não tem autonomia sobre o seu corpo, sobre sua vida e tal, e tem que ser um debate feminista. É um debate novo pra gente. É novo, a gente não formula, não tem texto da DENEM sobre isso. A DENEM não tem política. A gente tá abrindo esse espaço pra aprender. Mas a partir daí deve sair algo novo, como um coletivo de mulheres em defesa da vida. Mas agora esse nome precisa de mais conteúdo. A gente vai ter que encher isso aí, colocar alguma coisa dentro” (Militante da DENEM).

Foi nesse contínuum de organização que em um espaço de representação do movimento (Conselho Nacional de Entidades Gerais), militantes de todo o país organizaram uma plenária de mulheres onde o aspecto da partilha de experiências e do cotidiano foi realçado. Este foi um dos momentos chaves no processo de reafirmação de uma idéia onde a necessidade de discutir o papel da mulher dentro das entidades e sua auto-organização tornaram-se centrais.

Além disso, a assembléia gerou uma expectativa de continuidade de ação. Com um cenário favorável, as militantes colocaram como prioridade no

horizonte de realizações a organização de um encontro nacional de mulheres estudantes⁹⁵. Abaixo, segue novamente, uma descrição desse processo.

“Então no final do ano passado, acho que outubro ou novembro, teve um CONEG da UNE em que a gente aprovou a realização, entre as propostas consensuais, a realização de um encontro de mulheres estudantes da UNE. Daí organizamos e tal. Na medida em que essa conjuntura se colocou algumas meninas se preocuparam mais em debater o assunto. Algumas executivas incorporaram isso com mais seriedade e isso certamente reverbera nos centros acadêmicos. Desde 2001 pra cá o que aconteceu foi um processo. Hoje nenhuma executiva de curso, esse ano a gente vai poder observar, na programação de seus encontros de área, nenhuma delas vai deixar de colocar o tema das mulheres, opressão de gênero... Alguma coisa relacionada vai haver. No ano passado, várias já organizaram e esse ano com certeza nenhuma delas vai deixar de organizar. Porque? Porque existe uma demanda na base do movimento. Foi criada uma demanda a mais na base do movimento. Em 2001 a gente tinha um debate quase zero, não tinha nenhuma mulher na executiva da UNE, não tinha nenhuma intervenção pela diretoria de mulheres na UNE. Voltando um pouco, foi no CONEG eleitoral de 2003, antes do Congresso da UNE, que se organizou uma plenária de mulheres. Então tinham várias meninas de DCEs e tal. Haviam alguns meninos na plenária, o que é muito engraçado porque na hora do debate só os meninos falavam e as meninas começaram a se incomodar com aquilo, a achar estranho. Porque em tese era uma plenária para as mulheres. Porque os homens foram? Vamos combinar!!! Aí o que acontece é que no Congresso da UNE tem uma discussão em torno disso. Alguns campos, na época os campos da “Reconquistar a UNE” e o campo “Kizomba”, pautam essa discussão nas suas teses, os outros campos não, e depois do Congresso de 2003 a gente assume a diretoria de mulheres. Então começa a ser pautada recorrentemente essa questão nos fóruns do movimento, tanto nos fóruns da UNE como – e de uma maneira mais espontânea – nos fóruns das executivas de curso” (Militante feminista de Brasília).

Articuladas com outros movimentos⁹⁶ – principalmente com a Marcha Mundial de Mulheres – estas militantes refazem também uma trajetória marcada pela ausência de memória histórica e secundarização/marginalização em termos de prioridade no movimento.

Necessário se faz realçar a importância de campos organizados do movimento estudantil nesse processo. Como dito acima, os campos “Kizomba”

⁹⁵ Como veremos a seguir, é sintomático da falta de continuidade e acúmulo destes processos de organização a reivindicação por parte das militantes de um I Encontro Nacional de Mulheres Universitárias. Como vimos anteriormente, em 1993 havia sido realizada já a sua terceira edição.

⁹⁶ Consideramos nesse processo de rearticulação interna, o papel da *militância múltipla*. Ela tem a capacidade de costurar identidades coletivas (e de fronteira) e organizá-las num novo desenho, sobrepondo-as, cruzando-as, interconectando-as. Esta militância é, em boa medida, responsável pelo “leva e traz” de discussões e serve de prisma, refratando sua ação para a realização de projetos diversos; além disso, articula redes que dão sustentabilidade aos grupos.

e “Reconquistar a UNE” foram essenciais na reverberação da temática. Não por acaso, as principais militantes participam destas duas tendências⁹⁷.

Com uma discussão assumida em torno da opressão das mulheres nos espaços de participação, as militantes resgatam a luta por visibilidade e pela não secundarização de sua força política. Na carta de convocação para o encontro, as militantes realizam a crítica ao cotidiano machista e chamam à participação todas aquelas que se identificam com a proposta feminista. Abaixo segue o eixo central desta discussão em pequenos trechos da convocatória.

Muitas vezes, as mulheres somos invisibilizadas, limitadas ao espaço privado da política, deixando de ocupar espaços que devem ser nossos também. Somos rotuladas e agredidas por sermos mulheres e, principalmente, por não admitirmos subordinação ou conformismo. Mas diante dessa ofensiva machista, não ficamos caladas. Em todos os momentos em que se tentou exercer um controle sobre as mulheres através de agressões ou imposição de falsa autoridade, as mulheres reagiram. Não vamos pedir para não sermos oprimidas. Não vamos pedir licença para passar. Não vamos pedir desculpas por nosso discurso incomodar. Ao mesmo tempo, o movimento de mulheres segue ganhando um novo fôlego, seja pela crescente identificação das jovens com o feminismo, seja pela sua inserção nos mais diversos momentos de luta contra a dominação num plano mais geral. Nesse contexto é que surge o ***I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE***. Aprovado consensualmente na plenária final do mesmo Coneg (citado acima), o encontro vem com a intenção de ser um instrumento contra o machismo presente no ME, mas mais do que isso: ter política para o enfrentamento cotidiano à opressão das mulheres, abordar a universidade e a educação no país também numa perspectiva de gênero. Nosso adversário é o machismo tão presente na sociedade, na Universidade e no ME. O movimento estudantil também precisa ter uma perspectiva feminista da disputa que tem pela frente, e a UNE vai garantir o espaço para que essa formulação coletiva tenha lugar. **(Carta de convocação para o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE).**

⁹⁷ A título de ilustração no que concerne a importância de campos como esses enquanto pertencentes a uma rede de apoio, segue a fala de uma das militantes: “Existe um campo dentro do movimento estudantil que é um campo que eu faço parte que é o grupo Kizomba. Dentro dele a gente tem um coletivo que se chama Kizomba Lilás, que é o único campo dentro do movimento estudantil que tem uma organização feminista no seu interior. E aí tem um processo de... Tem dois anos que o nosso grupo, que sempre entendeu essa pauta com uma centralidade, está na frente da diretoria de mulheres da UNE. Vai fazer dois anos agora. A gente, a partir desse espaço aproveitou para pautar essa discussão pra todo o movimento. A gente não queria que fosse um debate só nosso, mas um debate de todos os campos do movimento estudantil. Então eu acho que tinha essa iniciativa e aí a gente experimentou uma determinada conjuntura no ano passado” (Militante feminista de Brasília).

Não nos ateremos, no momento, à realização do encontro acima citado, pois isto fará parte da análise que faremos no capítulo posterior. Porém, não podemos deixar de chamar a atenção para o fator organizativo e estrutural do evento que anuncia, desde já, a promessa de uma articulação mais horizontal e segmentada.

Um encontro *de* e não *para as* mulheres reforça a necessidade de um espaço próprio para as militantes que – ao compreenderem que as relações de gênero são relações de poder – delimitam e demarcam o perfil de quem pode participar do mesmo. Além disso, compreendem que este espaço segmentado (e de auto-organização) é fundamental no processo de construção de uma identidade coletiva.

Esta forma de organização expressa um aprendizado da prática dos movimentos e organizações feministas e advém de um profundo diálogo existente entre estas e as militantes estudantis. Como já realçamos, a participação de estudantes na Marcha Mundial das Mulheres foi um importante canal de revitalização da perspectiva feminista dentro da universidade e do próprio movimento estudantil. A participação de estudantes em eventos como a “Marcha das Margaridas⁹⁸” ou do “Dia da Visibilidade Lésbica⁹⁹” foram também importantes pontos nesse processo de rearticulação, como nos sugere uma das militantes:

“A gente tende muito a trabalhar a partir da experiência da Marcha Mundial das Mulheres dentro do movimento estudantil. Então, às vezes a gente consegue fundar coletivos feministas nas universidades, um comitê da marcha, e o que dá pra gente fazer nesse sentido. Mas isso é um projeto em seu início. E não está concretizado pelo Brasil afora. A gente conseguiu, a gente não, o movimento estudantil conseguiu garantir que algumas das entidades tivessem espaço para isso, para essa discussão. A ENECOS tem um grupo de trabalho sobre as opressões, muitos dos DCE’s já tem uma secretaria de mulheres, as UEE’s... E aí a gente tenta trabalhar onde a gente está, numa perspectiva de coletivos feministas que é o de reunir as mulheres das universidades, que tem interesse de discutir e ter ações numa perspectiva feminista, pra fazer isso” (Militante feminista de Brasília).

E se as reivindicações realizadas no III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias (1993) – que continham um caráter fortemente ligado às demandas estruturais e políticas da realidade da mulher estudante –

⁹⁸ Marcha organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) desde o ano 2000 que tem o objetivo de levar para o centro da sociedade civil e da opinião pública a realidade das mulheres do campo.

⁹⁹ Dia 29 de agosto. Este dia marca a luta das mulheres homossexuais contra a discriminação e pelo reconhecimento de suas pautas.

continuam atuais e pertinentes, muitas outras pautas entraram no campo de luta e reivindicação: a questão GLBT e a defesa da livre orientação sexual, a luta pela autodeterminação do corpo, a luta contra o racismo (e a proposta de institucionalização de cotas que permitam um aumento expressivo de mulheres negras nas universidades) e a luta por uma produção de conhecimento que contemple e dê visibilidade às questões de gênero, são algumas destas.

Para as militantes, são reivindicações destes coletivos discutidas e tiradas no encontro de mulheres da UNE realizado em 2005,

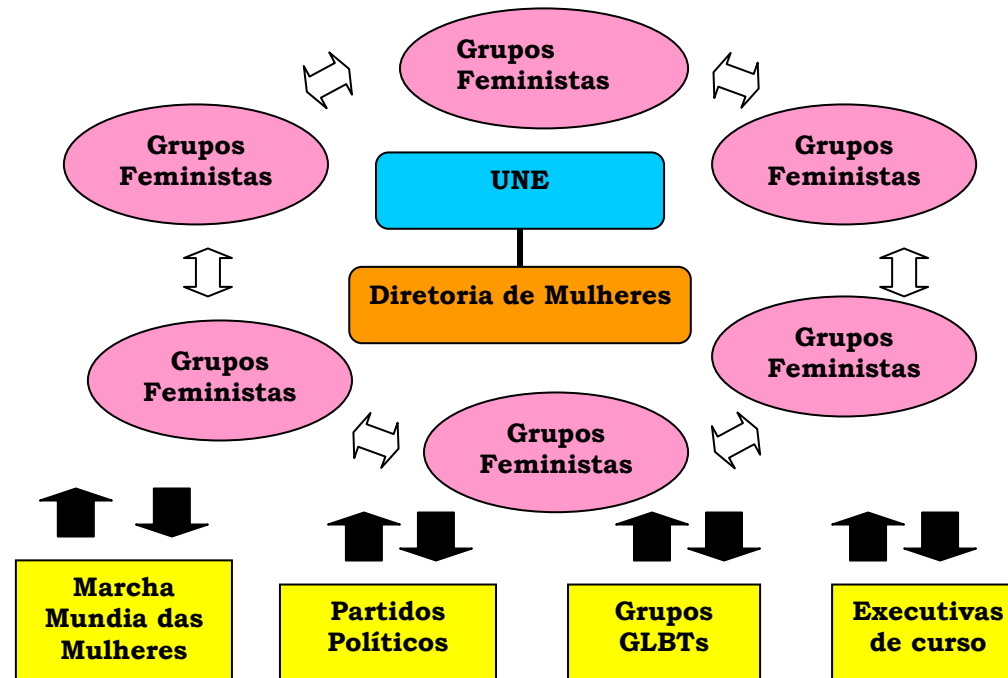
“indicar para as entidades estudantis cumprirem cotas nos espaços de direção de 30%; que os CAs, DCEs, UEEs, crie secretaria de mulheres no seu interior; que o movimento como um todo possa discutir de maneira mais séria o tema do aborto, da legalização do aborto. O aborto é um tema que entre a juventude precisa ser compreendido com mais seriedade. Além disso, reafirmar que a luta pela universidade também é uma luta das mulheres, não só do movimento estudantil, mas de outros movimentos sociais, entre eles o movimento de mulheres”. (Militante feminista de Brasília).

Mas se a discussão foi fortemente retomada no interior do movimento – e incorporada pelos diferentes grupos políticos em suas teses relativas à atuação na universidade e no movimento estudantil – em termos organizativos ainda existe uma grande fragilidade.

A existência de uma rede de militantes – articulada a partir do encontro e das reuniões do movimento geral – parece não ser suficiente para deixar viva a trajetória de participação e o acúmulo realizado nestes anos de retomada. Ainda: não é suficiente para o fortalecimento de um campo político que assegure a perspectiva feminista no interior do movimento, independente de quem assuma a diretoria de mulheres da UNE. Neste sentido, torna-se importante a formatação de um modelo organizativo que fosse suficientemente forte para pressionar as entidades a se comprometerem com a pauta feminista e suficientemente fluida para não enrijecer a dinâmica do movimento.

O frágil nível de institucionalização, a ainda falta de apoio por parte das entidades, a existência de práticas machistas, o fluxo/refluxo da discussão de gênero, dificultam a criação de uma consciência maior entre os estudantes e a formação de uma força que garanta na prática uma luta pela participação mais efetiva das mulheres nas instâncias do movimento. Abaixo, apresentamos o sociograma que ilustra a forma como estes grupos se articulam.

Quadro 2
SOCIOGRAMA DOS GRUPOS FEMINISTAS



4.2.2. Coletivos de gênero: o movimento “sai do armário”

Numa lógica muito semelhante à dos grupos feministas, começam a surgir no interior do movimento estudantil coletivos que colocam na agenda do dia a discussão relativa à diversidade sexual. Como no caso das estudantes, estes grupos também iniciam suas trajetórias exigindo das entidades estudantis apoio, visibilidade e uma forte intervenção no sentido de fomentar no meio universitário o debate acerca das questões de gênero. Além disso, cobram uma intervenção concreta do movimento no sentido de encaminhar junto aos espaços de poder, políticas públicas que contemplem as demandas relacionadas ao debate organizado por estes.

Expressões de um tempo onde o tema da identidade tem tido destaque, estes coletivos emergem e se fortalecem enquanto espaço político de ação estudantil tornando-se porta-vozes de um número expressivo de estudantes que – de modo organizado – começaram a compreender que a *diversidade sexual* pode ser sim, uma das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil.

Podemos afirmar também que se o surgimento destes coletivos se deu através da compreensão – entre os estudantes – de se realizar um debate franco e necessário acerca das questões GLBTs, foi também uma reação às práticas discriminatórias e homofóbicas na universidade.

“O movimento estudantil é extremamente homofóbico, racista, machista, como a sociedade. Isso sem dúvida nenhuma. E eu sei que me respeitam nesse ambiente político por eu não ser afeminado, por eu não chocar a lógica divisão de gênero, em nenhum momento eu incitar uma transgressão do meu papel masculino, por eu ser homem, e por eu me impor politicamente... e por eu fazer parte de uma organização política. Eu sei que é isso que faz com que me respeitem e não a superação do preconceito. (...) Na militância do movimento, muitas vezes o preconceito é sutil, mas no congresso da UNE a gente percebeu que muitas vezes ele era explícito. “Ah que absurdo, o que é que vocês estão fazendo aqui?”. Mas muitas vezes é sutil. Sutil na hora em que se dá menos importância, na hora em que te dão menos valor na contribuição que a gente tem pra dar, na hora em que a gente fala” (Militante do coletivo GLBT).

Sem uma trajetória de continuidade e memória, os coletivos GLBTs surgem quase sem ligação entre si. Nascem da necessidade organizativa, combativa e da articulação de militantes que – dispersos nas diferentes

universidades – se propõem a realizar um tipo de intervenção ainda marginalizada no meio estudantil.

É neste contexto que podemos verificar já no início dos anos noventa a existência de coletivos GLBTs pelo país¹⁰⁰. Porém, num primeiro momento, não conseguem concretizar uma rede que sustente suas campanhas de visibilidade e a própria história/acúmulo de discussão realizada por estes grupos.

Mas se nessa década tanto os grupos como a discussão realizada por estes se caracterizaram por sua fragmentação e ainda invisibilidade, no início do século, impulsionados por um cenário mais favorável e uma articulação mais fortalecida, estes coletivos emergem e conseguem importantes conquistas no interior do movimento estudantil. E a ação mais pontual dos anos noventa (que foi importante no sentido de trazer à consciência o debate da *diversidade sexual* através da intervenção nos variados espaços de organização e decisão do movimento como os CONUNEs) se multiplica e se transforma numa ação mais organizada e nacionalizada qualificando um processo e trajetória de participação/intervenção e colocando num horizonte de continuidade vários sinais e desafios concretos de atuação.

São expressões deste movimento – que possui diferentes formas de se organizar a depender da região – o grupo PRISMA/USP, Diversidade/UNICAMP, CELLOS/UFMG, entre outros.

Como descreve um dos integrantes do grupo PRISMA, acerca de seu surgimento:

“O PRISMA, segundo nossos conhecimentos históricos, é o primeiro grupo com esse caráter. Porque antes teve o CAEUSP, mas este era muito mais um grupo de estudos do que de militância mesmo. Mas o PRISMA surgiu de uma necessidade, assim como boa parte dos grupos, de uma auto-organização de gays e lésbicas contra a opressão sofrida nas universidades. Mas querendo ou não, a percepção que eu tenho é que eles surgiram com essa idéia de “precisamos nos juntar” contra a homofobia dentro da universidade. O PRISMA teve uma influência muito grande na organização dos outros grupos que surgiram na sequência, tirando um grupo que existia em Campinas e que não existe mais – que é o DIVERSIDADE da UNICAMP, que surgiu logo após o PRISMA mas que não teve relação direta e pouco tempo depois morreu. E aí dentro da dinâmica do PRISMA houve automaticamente uma associação da necessidade de discutir a diversidade sexual dentro do movimento estudantil... Era isso. A gente não tinha muita clareza de

¹⁰⁰ Entre estes destacamos o Movimento do Espírito Lilás (MEL) localizado em João Pessoa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que atualmente atua como ONG (na área de direitos humanos), e tem como objetivo promover os direitos e a cidadania dos homossexuais e bissexuais.

como, do que, mas precisava discutir diversidade sexual dentro do movimento estudantil. É isso, precisava discutir diversidade sexual na academia. Então havia esse paralelo: o movimento e a academia” (Militante do coletivo GLBT).

“O que eu sei – através de panfletos que o PRISMA já fez – é que ele surgiu lá com umas pessoas (algumas já saíram inclusive e outras continuam até hoje; o núcleo duro do PRISMA está lá até hoje, inclusive algumas já estão na pós-graduação), pra começar a colocar a discussão na universidade. Surgiu até mesmo como uma indignação, por considerar que justamente na universidade, que é o espaço do conhecimento, por excelência, as discussões sobre sexualidade estivessem tão atrasadas em relação a certos núcleos da sociedade e da reprodução da universidade destes preconceitos sociais, afinal de contas ela está inserida nela. Então surgiu meio que ‘ah, vamos fazer alguma coisa aqui dentro, a gente precisa fazer uma mobilização interna, trazer essa discussão pra universidade, individualmente” (Militante do coletivo GLBT).

Mas foi num ato contra a homofobia, nos fóruns do movimento estudantil, realizado no 49º CONUNE, que esses coletivos começaram a pensar numa lógica de organização nacional¹⁰¹.

Inicialmente, com o objetivo de protestar, estes estudantes perceberam que era necessário (e muito viável no cenário que se apresentava) criar uma rede mais ampla que tivesse como eixo o debate e troca de experiências, onde coletivos e militantes, pudessem ampliar e realizar uma intervenção mais organizada. Foi assim que surgiu a proposta da criação do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) que serviria tanto como um espaço/fórum de discussão como de articulação destes grupos na realização de projetos coletivos.

Como lembra um dos coordenadores do PRISMA,

“No ano seguinte que o PRISMA surgiu houve um congresso da UEE de São Paulo. E no congresso da UEE de São Paulo, um militante do PRISMA propôs que houvesse um grupo de trabalho sobre diversidade sexual. O grupo não aconteceu. Na época um dirigente da UEE quis ceder o tempo para que esse militante do PRISMA fizesse uma fala na plenária final sobre o tema, sobre a questão, enfim, e parece que essa fala foi boicotada. Não deixaram ele falar. O congresso da UEE acontece

¹⁰¹ Como constado em documento e memória destes coletivos, foi um ato homofóbico realizado no 24º Congresso da União Estadual de Estudantes por um dos dirigentes da entidade que, de alguma forma, serviu de cenário catalisador para uma ação mais organizada e qualificada (em termos nacionais) destes coletivos. Foi para protestar contra este ato em particular e por uma práxis homofóbica dentro do movimento que estes coletivos se organizaram no 49º CONUNE acontecido em Goiânia e realizaram uma oficina sobre diversidade sexual que contou com a presença de 300 estudantes, bem como, uma manifestação na plenária final do congresso.

poucos meses antes do congresso da UNE. Chegando no congresso da UNE houve uma discussão ampla que envolveu vários setores do movimento, algumas entidades do movimento estudantil. O PRISMA tava presente e fizeram um ato no congresso da UNE contra a homofobia dentro do movimento estudantil. Das pessoas que se reuniram nesse congresso, que fizeram esse ato, surgiu uma lista de discussão – que na época se chamava ato CONUNE – e se resolveu fazer um pré-encontro nacional estudantil GLBT. Foi aqui na USP e foi o PRISMA que sediou. Tinha muita gente de Campinas, de São Paulo, de Belo Horizonte. Foi basicamente isso. Não sei se tinha gente de outros estados. E aí se resolveu fazer um encontro nacional. E o primeiro foi o que se chamou de ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual). O ENUDS surgiu como um espaço pra se fazer essa discussão na universidade. Então ele surgiu com um caráter universitário muito forte que ia para além do movimento estudantil” (Militante do coletivo GLBT).

Abaixo, segue um breve relato do surgimento do ENUDS que hoje conta com três edições realizadas¹⁰²:

“Dado o sucesso desse ato e a enorme participação de estudantes de todo o Brasil, decidiu-se realizar um encontro nesse mesmo ano entre estudantes de diversas universidades de nosso país para buscar traçar uma atuação de debates e ações comuns dentro da comunidade universitária nacional. Em setembro, realizou-se, então, o I Pré Encontro GLBTT Universitário, na Universidade de São Paulo, campus da capital, organizado pelo grupo PRISMA e a direção do DCE gestão “Borandá”, para definir o I Encontro e toda a sua estrutura, como também seu caráter político e acadêmico. Em novembro, concretizou-se essa realização, batizado como ENUDS, a sua primeira edição organizada pelo grupo CELLOS de BH”.

Este espaço privilegiaria em seu *caráter político* a discussão e fortalecimento da luta contra os preconceitos de gênero e sexualidade no âmbito universitário, bem como, a proposição de formas coletivas de intervir nas universidades de modo a dar visibilidade às questões relativas à diversidade sexual.

Além de sua dimensão política, o encontro também teria uma *dimensão acadêmica* contemplando um espaço onde fossem partilhadas pesquisas na área de gênero e sexualidade de modo a fortalecer/visibilizar esse campo e estimular uma produção de conhecimento comprometida e não preconceituosa.

Por fim, este espaço se caracterizaria por ter também um *caráter organizativo*. Este, como já realçamos anteriormente, se constituiria num

¹⁰² Ver completo: <http://geocities.yahoo.com.br/enuds2/ENUDS-Historico.htm>

espaço articulador das diversas experiências de organização GLBTs e, de alguma forma (por sua periodicidade), estimularia e alimentaria esta rede de coletivos. A própria discussão acerca da realização do ENUDS a cada ano (metodologia, tema, etc.), já cumpriria por si esse papel.

Um dos militantes da temática GLBT no movimento estudantil resume um pouco essa dinâmica que o ENUDS vem produzindo no interior do movimento enquanto espaço articulador e criador de grupos GLBTs nas universidades de todo o país. Para ele,

“Muitos grupos surgiram a partir do ENUDS. Em Recife tem um grupo que se chama ARRECIFES que é da Universidade Federal de Pernambuco e da Federal Rural. O ARRECIFES surgiu depois que eles foram para o I ENUDS em Belo Horizonte. O KIU que também é um coletivo que junta três universidades de Salvador (da Católica, da Federal e de outra que eu não lembro o nome, não sei se da Estadual) também surgiu depois que eles foram pró ENUDS de Recife. Depois do encontro de Recife também surgiu o PLURAL que é da Federal do Espírito Santo. Depois do encontro de Recife surgiu o COLCHA DE RETALHOS, de Goiás. E o DIVERSIDADE/UFF da Federal Fluminense. E agora está se criando um grupo na UFRJ junto com a UERJ e provavelmente vai se fazer um também na UNB, depois do terceiro ENUDS. Então, os grupos começaram a surgir depois do espaço do ENUDS. E o espaço do ENUDS foi quem conseguiu uma visibilidade porque foi o encontro do ENUDS que conseguiu uma mobilização grande no congresso da UNE, que reivindicou a criação de uma diretoria GLBT na UNE e tudo mais” (Militante do coletivo GLBT).

Tendo a sua primeira edição no ano de 2003 em Belo Horizonte, o ENUDS vem se fortalecendo a cada ano como um espaço alternativo para os estudantes que buscam uma participação/militância de base GLBT no meio universitário.

Sua segunda e terceira edições (“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” em Recife/2004 e “Identidade e sexualidade(s)” em Niterói/2005, respectivamente) foram importantes também no sentido de fomentar a formação de novos grupos GLBTs nas universidades¹⁰³. Como citado em artigo, “em todo o país, há cerca de 20 grupos organizados dentro das universidades, alguns vinculados aos centros acadêmicos e diretórios estudantis e outros independentes”¹⁰⁴.

O número expressivo de participantes nestes encontros e o apoio recebido (e conquistado!) por outros setores estudantis (executivas de curso, diretórios centrais e a própria UNE), certamente, tem facilitado esse processo

¹⁰³ Sites dos respectivos encontros: br.geocities.com/enuds2 e www.geocities.com/enuds2005

¹⁰⁴ Ver: http://www.mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes_universitario/militantes.html

de *cotidianização* do tema no meio estudantil, apesar da ainda resistência no meio universitário. Para o atual diretor da secretaria GLBT da UNE,

“A principal tarefa é colocar a discussão pra dentro da entidade, pra dentro da diretoria, a construção de mecanismos de respostas... A gente sabe que boa parte da discriminação se dá através de piadinhas e de comentários naturalizados. Isso é uma tarefa também dentro da diretoria. A construção de espaços pra discussão sobre diversidade sexual em todos os eventos, em todas as atividades da UNE; e o fomento da criação de núcleos GLBT... isso foi o termo genérico que eu dei. O que é o PRISMA, o PLURAL, o KIU nas diversas universidades. Eu acho que isso é a principal tarefa. Se a gente conseguir fazer com que mais campos políticos dentro do movimento estudantil discutam isso, pela lógica nacional pelo qual o movimento funciona hoje, se mais campos políticos discutirem isso de maneira séria, consequentemente haverá mais DCEs, CAs, discutindo isso. Porque a gente sabe que o espaço político é duro. Da mesma maneira que as mulheres se sentem intimidadas a entrar no espaço político, gays e lésbicas também. E não tem poucos gays e lésbicas no movimento estudantil porque gays e lésbicas não se interessam por política, mas... inclusive existem muitos, mas que não se declaram, não se declaram em momento algum, com medo do que pode acontecer; tem medo do quanto pode ser minorizada a sua posição política, a sua intervenção, mas também muitos não entram já por conta disso” (Diretor da secretaria GLBT da UNE).

Neste sentido, vários avanços foram conquistados desde a primeira tentativa de organização nacional destes coletivos: a maior visibilidade da discussão GLBT, o aumento do número dos grupos nas várias universidades, a entrada (através de oficinas ou debates) da discussão de sexualidade nos encontros das executivas de curso, bem como, o reconhecimento destes grupos por parte da UNE.

Aqui, como no movimento de coletivos feministas, os espaços e encontros das executivas de curso têm sido fundamentais para a realização da auto-organização destes coletivos.

“Com as executivas de curso a relação foi até bem anterior que a relação que tivemos com a UNE. Acho que uma das primeiras foi a Executiva de Estudantes de Educação Física, muito mais uma discussão de sexualidade e corpo, corporalidade, até porque as aulas de educação física são as aulas mais opressoras na escola para os homossexuais. Hoje, todo encontro da executiva de educação física tem um grupo de discussão voltado pra esse tema da diversidade sexual; na CONEP também, nas executivas de saúde isso vem surgindo com mais força. Começou a se ter esse ano na enfermagem, na medicina eu não tenho muita certeza, a de agronomia criou agora um espaço pra discussão de opressões, mas enfim, já é um começo. Na de farmácia também. É sempre um começo, a gente já nem brinca, só diz: “tudo bem, vocês estão no começo, mas a gente não tolera isso por mais de dois anos” [se referindo ao uso do nome GT de opressões]. (...) Tem uma quantidade significativa de executivas, to tentando lembrar se existe mais uma.

Mas muitas vezes esse debate é relacionado à formação profissional. Pelo menos iniciou dessa maneira. Na educação física e na psicologia iniciou dessa maneira, tendo isso como fazendo parte da formação profissional. Agora não lembro de outras. Mas há um espaço de interlocução sim com as executivas, às vezes, até muito mais amigável do que com a UNE” (Militante do coletivo GLBT).

E foi através destes processos de organização e discussão que os coletivos GLBTs conseguiram a garantia de representatividade na diretoria da UNE através da criação de uma secretaria própria que tem como principal objetivo apoiar o fomento destes grupos e suas atividades em todo o país, bem como, suas atividades. De modo gradual, esse processo passou primeiro pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) GLBT na UNE (a partir de resolução no CONUNE em 2003) e depois por sua incorporação enquanto secretaria (resolução no CONUNE em 2005)¹⁰⁵.

Estes coletivos contam com uma extensa rede de apoio e interlocução com outros movimentos GLBTs no país e participam de vários fóruns de discussão, alimentando no interior do movimento os debates e desafios do movimento GLBT nacional. Estas redes – como no caso dos coletivos feministas – desempenham um papel importante de sustentação política e militante na medida em que propiciam um número infinito de articulações e a realização de parcerias em projetos comuns, como retrata abaixo o militante GLBT.

“Participamos do FSM. Temos atividades no FSM de Caracas que vai acontecer (não sei se a gente vai conseguir ir), mas a gente tem uma participação no espaço do FSM. A gente tem uma relação forte com a juventude GLBT da América Latina, principalmente com o Peru, com a juventude GLBT do Peru, o Equador, Venezuela, Costa Rica, Argentina, Chile um pouco menos... São os países que a gente tem contato. E acabou que a gente é interlocutor de muitos grupos nesses espaços latino-americanos. Eu acho que assim, a realidade global hoje, pra

¹⁰⁵ São ações simbólicas e significativas deste processo de incorporação da temática pelo movimento estudantil a organização, no ano de 2005, de uma ala formada pelos coletivos GLBTs (e assumidas em termos de representatividade pela UNE) na 9ª Parada do Orgulho Gay realizada em São Paulo. Levando uma grande bandeira do arco-íris com o símbolo da entidade no centro, estes contaram com uma expressiva participação de estudantes. Em 2006, a UNE edita uma cartilha intitulada “A UNE e a Luta GLBT” onde expõe para o conjunto do movimento estudantil o acúmulo coletivo de pessoas que ajudam na construção da Diretoria GLBT “de forma a propiciar as diversas entidades do movimento estudantil um material que auxilie na condução da discussão de diversidade sexual, assim como na organização da luta GLBT nas universidades” (Cartilha GLBT da UNE, 2006:03). Além disso, se propõe a trazer a discussão mais geral que o movimento faz hoje no Brasil, chegando a importância desta pauta no movimento estudantil colocando as tarefas centrais da UNE na luta pela emancipação GLBT.

gente da América Latina, coloca uma necessidade muito maior de articulação latino-americana do que algo mais global, mais amplo, ate porque são movimentos sociais que tem poucos recursos” (Militante do coletivo GLBT).

É claro, porém, que estes coletivos contam ainda com muitas dificuldades, desde a existência cotidiana de práticas homofóbicas dentro do movimento às tentativas de colonização partidária no interior de seus fóruns¹⁰⁶; além disso, a ainda pouca participação dos transgêneros neste processo.

Como afirma o Diretor GLBT da UNE, essa será uma das questões a serem discutidas no movimento:

“Hoje a gente começa a entrar numa discussão – e isso foi colocado a partir desse ENUDS – de que a gente precisa ter uma elaboração maior da exclusão de travestis e transsexuais dentro da universidade. O movimento tem essa discussão, a gente não tem. Como um setor que é do movimento GLBT também e que está na universidade e que há um setor do movimento estudantil que se predispõe a discutir isso na universidade, nada mais razoável que a gente se predisponha a ter essa elaboração”.

Em termos organizativos estes coletivos se caracterizam por uma profunda diversidade e autonomia, podendo ter um aspecto mais horizontal ou vertical no que diz respeito a seus espaços de tomada de decisão.

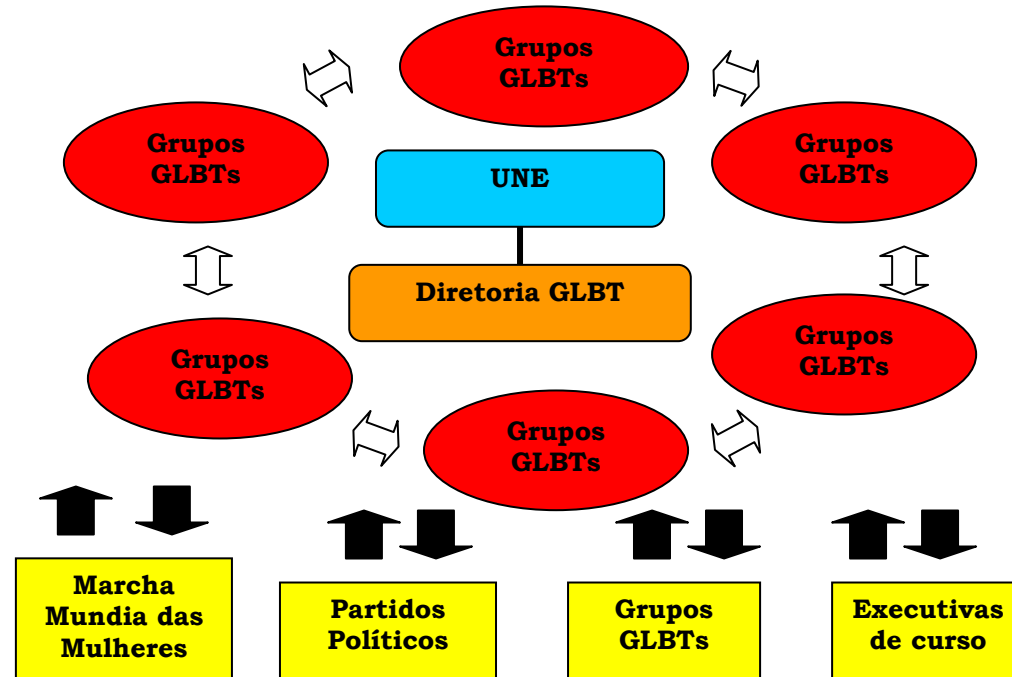
Num âmbito mais geral e quando da construção do próprio ENUDS – como veremos de forma mais detalhada no capítulo posterior – os coletivos se organizam através da representação. Cada região é representada por dois militantes (um homem e uma mulher) escolhidos na plenária final de cada encontro, que farão a ponte entre os coletivos e o grupo responsável pela sede do evento. Estes, a partir de discussões locais sugerem em espaço prévio chamado de Pré-ENUDS, a pauta, a temática, a metodologia, entre outros.

¹⁰⁶ A tese do coletivo Diversidade para a realização do II ENUDS parece indicar um certo receio no que diz respeito à reprodução de práticas existentes no movimento estudantil de colonização por parte dos partidos políticos. Como afirma o documento, “a expectativa do Diversidade é que nesse encontro seja possível superar o atraso da pauta dessa discussão no movimento, e que diferentemente de outros encontros nacionais, o ponto central da discussão seja a livre expressão sexual, as reivindicações históricas da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais e não simplesmente a disputa partidária existente no movimento estudantil, com o surgimento de um novo paradigma no tratamento dessa questão”. Esta tendência mais uma vez será percebida quando da realização do III ENUDS em Niterói como veremos no capítulo seguinte.

Como podemos perceber no sociograma abaixo existe certa semelhança dos coletivos GLBTs com os coletivos feministas. Como nos coletivos feministas, os grupos GLBTs atualmente contam com uma secretaria na UNE que, de alguma forma, apoia institucionalmente e colabora no fomento de outros grupos. Além disso, os coletivos também são totalmente autônomos uns dos outros e participam de uma rede de movimentos sociais que articula grupos tanto de cunho identitário como de partidos e outras denominações¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Neste caso, também foi importante a participação de militantes GLBTs do movimento estudantil no campo Kizomba, que acabou, como no caso da questão feminista, por ser um espaço de formação e apoio para a causa GLBT.

Quadro 3
SOCIOGRAMA DOS GRUPOS GLBTs



4.3. Executivas de curso: um movimento estudantil no interior do movimento estudantil

Continuando nossa tentativa de compreender as experiências relacionadas às diferentes práticas do movimento estudantil, entramos na discussão ligada às Executivas de Curso. Conhecidas também como *movimento estudantil de área*, estas são a expressão de um movimento nacional setorizado, organizado pelos estudantes a partir de cada curso.

As mesmas surgem em sua maioria na década de 1970, a princípio, para debater questões e problemas corporativos e, de alguma maneira, preencher o vazio deixado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que, na época, se encontrava na clandestinidade.

Com o passar do tempo, algumas delas se fortalecem e criam vínculos com outros movimentos sociais, formulando novas políticas (mais amplas) para a entidade. Organizada nacionalmente, as executivas tem focos e objetivos diferenciados daqueles do movimento estudantil clássico: procuram se organizar para atender as demandas advindas de cada curso. A aliança de temáticas específicas dos cursos (currículos, qualidade, avaliação, entre outros) com questões políticas de âmbito mais geral, consegue ser uma das chaves de leitura para compreendermos a atuação das executivas perante os estudantes.

É com esta marca – e num contexto de articular nacionalmente os estudantes para a defesa de seus interesses específicos – que se inserem várias das executivas como a FEAB, a DENEM, a ENECOS, a CONEP, a FENED¹⁰⁸, entre outras que periodicamente vão aparecendo ou reaparecendo, dependendo do nível de organização.

Como podemos pensar, estas possuem práticas e formas de organização variadas, a depender das características e demandas exigidas por cada curso. Portanto, são autônomas umas das outras e possuem abordagens e um estilo comunicativo diferenciados.

Muitas delas são articuladas com outros movimentos sociais de caráter nacional e possuem parcerias de trabalho e projetos com estes. A

¹⁰⁸ Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), Conselho Nacional de Estudantes de Psicologia (CONEP) e Federação Nacional dos Estudantes de Direito (FENED), respectivamente.

afinidade entre os mesmos, muitas vezes – mas não necessariamente – depende da área de atuação do curso.

Essas executivas, apesar de sua heterogeneidade e inserções sociais diferenciadas, tentam, na medida do possível, articularem-se na formulação de projetos comuns. O estágio de vivência – que analisaremos – é um desses projetos.

Além deste espaço, as executivas se encontram periodicamente no *Fórum das Executivas* (espaço de reflexão, porém não deliberativo) para discutirem pautas do seu movimento. Este fórum não possui uma periodicidade regular, sendo realizado à medida em que haja alguma necessidade ou quando da existência de eventos nacionais (congressos, fóruns, etc.) que facilitem a participação de todos.

O fórum é concebido como um espaço de elaboração e troca de experiências entre as executivas, sem processos de votação, sem disputa de cargo, sem sede ou diretoria fixa. Além disso, as articulações e decisões são tomadas por consenso, o que impede qualquer tipo de ação que não tenha sido firmado em conjunto, coletivamente.

Diferentemente da UNE, o fórum não é designado como entidade representativa (“ninguém fala pelo fórum”), mas como um espaço-rede, descentralizado e democrático, que responde às necessidades e preocupações emergentes do movimento. Aqui, importante se faz observar que todas estas executivas, além de serem autônomas entre si, também o são da UNE, que mantém uma posição de diálogo e interlocução, nem sempre tão tranquilo.

Estas também, em sua maioria, trazem consigo estruturas mais flexíveis que aquelas conhecidas pelo movimento estudantil clássico. Isso fica evidente, por exemplo, quando as executivas em seus fóruns privilegiam a discussão em pequenos grupos em detrimento da realização de encontros e seminários massificadores. O contato direto e mais informal dos dirigentes com os estudantes, bem como, os espaços culturais que facilitam um maior entrosamento entre os mesmos, destacam a concepção assumida que rompe com a dicotomia entre a ética da militância e a subjetividade dos militantes, muito presente no formato de organização tradicional.

Não podemos deixar de ressaltar que isso, em parte, acontece devido também ao fato de existir uma maior facilidade em articular grupos menores, com demandas menores. De toda forma, existe uma dinâmica própria e diferenciada do movimento estudantil clássico, uma outra lógica de

participação, que de alguma forma, facilita a comunicação entre as entidades e os estudantes.

São importantes também nesse processo de organização, debate e escolha de prioridades de luta e ação destas executivas, as listas de discussão que se multiplicam pela rede de computadores. Elementos de um cenário mais recente, tanto estas listas como os próprios sites tem colaborado no processo de transparência e participação. E no limite, além de colaborar no sentido prático e organizativo, expressa simbolicamente a proposta democrática (menos representativa e mais direta) e de participação destes movimentos.

Em sua grande maioria, as executivas possuem um trabalho de extensão universitária, geralmente, ligado à uma prática setorizada. Uma destas experiências – a mais conhecida e aquela que as executivas mais têm apostado como um processo interventivo – é a dos *estágios de vivência*.

Iniciado a partir da experiência da FEAB, esta prática tem se multiplicado em vários lugares do país com variadas roupagens e novas situações. O estágio de vivência é um estágio organizado pelo movimento estudantil que objetiva, ao colocar o estudante em contato com realidades marcadamente populares, formá-lo e sensibilizá-lo para as lutas sociais. Para a FEAB, por exemplo, o estágio de vivência tem um caráter de sensibilizar politicamente o estudante para a realidade de pobreza e exclusão de vários trabalhadores rurais sem terra, bem como, para a situação precária dos pequenos agricultores. A opção de estimular a realização de um projeto com estes trabalhadores rurais e com a agricultura familiar é fundamentalmente política.

Participar do estágio de vivência é experienciar uma realidade diferente, marcada pela convivência com pessoas simples e, muitas vezes, com costumes e hábitos culturais totalmente diferenciados das dos estudantes. A experiência é uma tentativa de conscientizar politicamente os jovens estudantes que, entrando em contato com outra realidade, podem ser capazes de atuarem e intervirem na perspectiva de valores como a solidariedade, participação e ética. Para eles, é também uma maneira de "combater" a formação de práticas individualistas entre os estudantes.

Hoje, esta experiência se renova e se amplia. Em alguns estados, o movimento estudantil clássico (principalmente os DCEs) incorporou o estágio de vivência como uma de suas atividades. E agora participam do estágio

estudantes não só do curso de agronomia, mas de todas as áreas do conhecimento, transformando-o numa experiência interdisciplinar.

Numa organização mais recente, articulam-se também as executivas da área de saúde. As mesmas – com o apoio do Ministério da Saúde – iniciaram uma experiência de estágio no Sistema Único de Saúde (SUS), onde se propuseram realizar uma intervenção (em vários estados do país) em que a prática – e um olhar do trabalho a partir de uma lógica mais sensível – fosse estimulada¹⁰⁹.

Assim, além de ter um cunho formativo no desenvolvimento profissional dos estudantes, o estágio de vivência desempenha um papel de formação política, chamando os estudantes para uma atuação mais comprometida com os segmentos populares.

O estágio de vivência será analisado junto com outras experiências de intervenção comunitária que – em nossa compreensão – acabam por recuperar um ideário e um *ethos* romântico baseado numa tradição do movimento de ligação com os segmentos populares. É a possibilidade se reconectar a este ideário – atualmente um tanto perdido no meio de uma militância mais setorializada – de forma atualizada.

Neste tópico, realizaremos um breve passeio nas três executivas que iremos estudar, a saber: a FEAB, a DENEM e a ENECOS. Estas são expressões desta ampla rede de organizações que em suas diferentes atuações reivindicam a representação dos estudantes naquilo que lhe é mais próximo: o aspecto político e formativo da experiência específica de seu campo de atuação. Aqui tentaremos dar uma visão geral de sua estruturação, modo de atuar e principais atividades.

4.3.1. FEAB: a experiência dos estudantes de agronomia

O movimento estudantil de agronomia, talvez tenha sido a primeira experiência de executiva de curso no país. Ainda com um formato diferenciado do atual – e conhecido como União Nacional dos Estudantes de Agronomia e Veterinária do Brasil (UEAVB) – esta surgiu em 1950 na tentativa de representar nacionalmente os estudantes tanto de agronomia como medicina veterinária.

¹⁰⁹ Certamente, uma análise desta experiência será realizada no capítulo analítico.

Em 1955, rompendo com o curso de medicina veterinária, cria-se o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB) que ficou ativo até o ano de 1968, quando também entrou para a clandestinidade. Como quase todas as outras experiências de executivas de curso, o movimento estudantil de agronomia sobreviveu aos anos 1970 reunindo-se em encontros desportivos, científicos e culturais, espaços estes permitidos pela ditadura.

Foi assim que, no início da década de 1970, surge a FEAB como hoje a conhecemos. Em 1972, se organiza a entidade máxima dos estudantes de agronomia, representando em torno de 80 escolas e tendo em torno de 25000 estudantes. Abaixo, dois militantes descrevem e resgatam o início da trajetória desta entidade:

“A FEAB nasceu na década de 50. No início era Diretório Central dos Estudantes de Agronomia e Veterinária do Brasil. Funcionou 5 anos desta forma e depois se criou o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Se separou do curso de veterinária. E a partir daí a gente começou a organizar os encontros nacionais de estudantes de agronomia; por isso a gente está no 42º encontro. Então ela funcionou assim até 1968 como DCEAB e com o AI-5 ela caiu na clandestinidade. Aí em 1972, os estudantes conseguiram se reorganizar e aí criaram a federação de estudantes que se chamou FEAB, Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil. No início a FEAB era ligada mais às lutas corporativas, ligada à profissão, regulamentação profissional, defesa do mercado. Com o avanço da federação, ao longo do ano, ela foi se politizando mais e foi abrindo o seu leque de atuação, começou a se voltar mais para as questões sociais, para questão (hoje) do neoliberalismo. Daí hoje a FEAB tem como objetivo estratégico e principal a organização dos estudantes para a construção do socialismo” (Militante da FEAB).

“A FEAB surgiu em 1951 e por não ter relatos dessa época e acredito que era mais uma necessidade de uma representatividade nacional. A nossa organização surgiu, inicialmente durante os três primeiros anos, ligada ao curso de veterinária e era, como eu disse, mais pra ter uma certa representatividade, fazer uns debates mais relacionados ao curso e tal. (...) Em 72 é reorganizada a FEAB... Apesar da ditadura militar ela se organiza. Existem relatos de vários estudantes de agronomia que durante a ditadura militar foram para o Rio de Janeiro, um dos principais focos de resistência nas universidades. Existem relatos de muitos estudantes que sumiram durante a ditadura militar. Mas quando ela é retomada em 72 ela se volta para a temática da agricultura e da formação profissional. Começa com os encontros, continua com os congressos brasileiros de agronomia onde são debatidos vários temas – mais relacionados ao curso e de formação profissional – e através deles ela já mostrava opções diferentes no que diz respeito ao modelo de agricultura hegemônico com a realização dos encontros brasileiros de agricultura alternativa que era um ótimo espaço de debate, onde se discutiam formas diferentes de pensar a agricultura e o papel do agrônomo nesse fazer diferente da agricultura; os seminários nacionais sobre currículos de agronomia que eram

espaços de debate sobre o curso de agronomia, sobre a nossa formação profissional que eram realizados com as entidades de categoria como o CREA. Eram feitos junto com essa entidade que na época era mais progressista. (...) O currículo mínimo que unificou uma proposta de currículo para todo o país foi uma vitória da época: ter um currículo que unificasse a formação em nível nacional. E outras vitórias como a lei de agrotóxicos que colocava alguns limites no uso de tais substâncias e tal” (Militante da FEAB).

Diferentemente de outras executivas, a FEAB é uma federação e, portanto, sua representação é feita a partir de suas entidades de base, neste caso, os diretórios e centros acadêmicos. Estruturadas através de coordenadorias, a FEAB possui uma Coordenação Nacional; oito Superintendências Regionais; e oito Núcleos de Trabalho Permanente. Cada um dos componentes desta estrutura tem a função de conectar os diferentes níveis de militância entre si.

A Coordenação Nacional estabelece um vínculo e diálogo maior com as Superintendências Regionais que, por sua vez, serão o elo junto às suas bases de diretórios e centros acadêmicos. Os Núcleos de Trabalho Permanente, no entanto, têm uma função diferenciada. Estes tem o objetivo de criar e subsidiar o próprio movimento com a formação de documentos e discussões teóricas que possibilitem também uma formação dos militantes. Estes núcleos discutem desde a questão educacional até juventude e agroecologia, tornando-se uma boa base de apoio para o movimento. Como afirma um dos coordenadores da entidade,

“Algumas estruturas são importantes dentro da federação que são os NTPs, os núcleos de trabalho permanente. Dentro disso, o movimento aponta as maiores necessidades na área de agronomia e hoje a gente trabalha com 8 núcleos de trabalho permanente. Esses NTPs trabalham hoje principalmente a questão dos movimentos sociais, agricultura alternativa, relações internacionais, ensino agrônômico, juventude e cultura, arquivo histórico, ciência e tecnologia e estudos amazônicos. Esses NTPs têm como principal função subsidiar a discussão dentro do movimento. Eles são permanentes mas tem mudanças que acontecem dependendo da escola que assume, isso depende de escola pra escola, e eles têm a função também de estar passando textos para as escolas, passando discussões (...). Os NTPs podem ser de acordo com a necessidade mudados porque são criados de acordo com a demanda do movimento. Então podem ser criados outros núcleos se forem demandas e extinguir outros se não tiverem mais demandas. Mas tem que enfatizar o caráter permanente. Porque Núcleo de Trabalho Permanente? Porque é uma escola que fica com esse núcleo e ela não é como as coordenações nacionais e regionais em que ocorrem a sucessão a cada ano. Ele deve ser permanente justamente para criar um acúmulo na discussão naquela escola e ela subsidiar todo o movimento, tanto a coordenação nacional como as outras escolas” (Coordenador da FEAB).

As coordenações são eleitas no encontro nacional realizado anualmente e conta com a participação de estudantes de todo o país. O Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA) como é chamado, é um encontro temático e deliberativo e o fórum máximo dos estudantes de agronomia.

Nele, são discutidos questões de âmbito da política agrária nacional, a articulação com os movimentos sociais, a relação com as entidades estudantis (UNE, outras executivas, diretórios e centros acadêmicos), as propostas de atuação para a gestão próxima, entre outros. Ainda são organizados Grupo de Debate (GD) que se reúnem em torno da temática do encontro com fim a aprofundar a discussão; oficinas, apresentações culturais e – no último dia – uma manifestação de rua que objetiva dialogar com a sociedade. Também “serve para despertar o senso crítico, haja visto seu alto nível em termos dos temas abordados e da forma participativa que acontece” (site da FEAB).

As prioridades da entidade também são nele discutidas e eleitas. Estas são incluídas ou reafirmadas em cada congresso, manifestando de certa forma, o ideário da entidade. E como a própria FEAB assume – e aqui, novamente, levamos em conta os documentos da entidade – suas lutas são construídas no sentido de amplo

“apoio à luta pela cidadania; a sensibilidade para com a questão de gênero e as relações humanas em geral; direito a uma educação digna na formação de cidadãos; reforma agrária – o nosso requisito básico para a transformação sócio-econômica. (...) contra o uso indiscriminado de agrotóxicos; esteve sempre presente nas discussões sobre formação profissional do Engenheiro Agrônomo e na defesa de um profissional comprometido com a sociedade” (site da FEAB).

Além disso, a entidade em todos os seus documentos reafirma sua luta pela qualidade e acessibilidade do ensino; por uma universidade pública, gratuita e de qualidade; pela preservação dos recursos naturais; bem como, uma agricultura sustentável econômica, social e ecológica.

Como afirmado anteriormente, as executivas em seu início tinham um caráter muito corporativista; porém, com o passar do tempo, foi ampliando suas articulações e sua rede de interlocução, privilegiando movimentos sociais e políticos das mais diversas áreas, mas principalmente, àqueles ligados à educação e à luta pela terra.

Desta forma, mantém uma forte ligação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Associação Nacional de Docentes (ANDES), União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros.

Estas articulações têm gerado a realização de muitos projetos comuns e experiências interessantes no campo da política e da formação. Como já citamos, os *estágios de vivência*¹¹⁰ nasceram da articulação realizada pela FEAB, entre estudantes e agricultores.

Da força e intensidade destas redes de movimentos surgiu também a experiência do ENETERRA – como já desenvolvemos no capítulo 2. Se o movimento estudantil foi um dos atores mais importantes no processo de construção deste encontro, certamente, a FEAB foi sua entidade mais expressiva. O ENETERRA serviu também para aproximar não só discussões, mas principalmente, as realidades e vivência dos estudantes e jovens agricultores. Como indica um dos militantes da FEAB que ajudou nesse processo – e até relativizando um tanto sua participação,

“No Encontro Nacional de Universitários a FEAB teve um protagonismo muito grande. O ENU que foi uma atividade feita com o MST onde a FEAB teve grande protagonismo. No ENETERRA a FEAB não teve tanto protagonismo mas ajudou a organizar, mandou militantes, ajudou em tudo. A experiência do ENU para o ENETERRA mudou muita coisa. Seja politicamente, organizacionalmente. A FEAB contribuiu nesses dois espaços. E sempre que tiver uma ligação com o movimento campestre ela vai estar” (Militante da FEAB).

Esta articulação com os movimentos sociais é uma opção definitivamente política e expressa o grau de compromisso destes com certa visão de sociedade. No próximo capítulo veremos como este ideário e

¹¹⁰ De acordo com reflexão realizada pela própria entidade:

“O Estágio de Vivência representa hoje um importante processo de reflexão e elaboração crítica dos objetivos para a Universidade, numa valorização do diálogo com a Sociedade, repensando as condições de intervenção sobre a realidade. Representa também privilegiar um segmento social de produção que, na prática, condensa graves problemas sociais e técnicos na área da agricultura, da questão agrária e da luta pela terra. A partir da vivência da realidade cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e buscando entendê-la, os estagiários e estagiárias são chamados a analisar o contexto da história recente e dos Movimentos Populares, tendo como moldura o processo de modernização da agricultura brasileira. Por outro lado, através da interdisciplinaridade são chamados a construir uma visão holística dos espaços que vivência, de modo a preparar-se para sua futura atuação profissional. Cabe ainda lembrar, finalmente, que a proposta do Estágio de Vivência da FEAB foi premiada pela UNESCO em 1992, como iniciativa de destaque da juventude Latino-americana” (site da FEAB).

compromisso dos estudantes refletem-se na dinâmica da militância no interior do movimento estudantil de agronomia e no próprio movimento estudantil geral.

4.3.2. DENEM: a experiência dos estudantes de medicina

A Executiva Nacional de Estudantes de Medicina nasce em um contexto muito singular. Criada no ano de 1986, ela surge da participação de estudantes que – num movimento de organização – reivindicava e lutava pela universalização da saúde juntamente com outros movimentos sociais.

Nasce, portanto, com uma carga simbólica de luta advinda do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira que era constituído por vários movimentos populares, profissionais de saúde, lideranças políticas e universitárias, etc. Este fato, definitivamente, marca o movimento dos estudantes de medicina que tem em seu registro de luta o ideário daquela época e como um de seus princípios “*A defesa da vida*”¹¹¹.

Atuando na mesma lógica que a FEAB, a DENEM articula e organiza os estudantes de seu curso no sentido de atuarem em seu campo específico. A questão curricular, a luta por um ensino médico “voltado para as necessidades da população brasileira”¹¹², a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto um sistema público e universal, entre outros, são alguns dos princípios que norteiam a trajetória de luta desta executiva.

Uma das militantes atuais da DENEM contextualiza a época do surgimento da entidade, político e socialmente. Além disso, sinaliza para um fato que – como veremos quando analisarmos a ENECOS – não é isolado: o surgimento da entidade a partir do rompimento com a UNE:

“Quem fundou a DENEM e a maioria das executivas que surgiram na década de 80 eram militantes, eram estudantes que estavam no movimento nacional e, portanto, conseguiram pensar uma articulação nacional do seu curso e, no caso da DENEM, eram estudantes da diretoria de biomédicas da UNE. Aí eu posso dizer que o SUS estava surgindo em 86 quando a DENEM foi criada, estava sendo feita a constituinte que aprovou o SUS em 88. Existia uma grande ascensão de massas, os movimentos no Brasil, a discussão de saúde, tinham as questões políticas também, tinham conflitos políticos, até partidários da

¹¹¹ Como veremos posteriormente na análise, o fato de ter nascido nesse contexto marca de modo muito forte a atuação desta executiva ainda hoje. O ideário de luta pela saúde coletiva parece estar muito presente, bem como, a escolha política de estar articulado aos movimentos sociais.

¹¹² Ver site: <http://www.denem.org.br>

UNE, que fizeram da figura central que era o Armando de Negri na época – que era estudante de medicina – rachar com a UNE. Ele foi legitimado por todas essas causas do movimento, do debate que era necessário ser feito, mas foi desencadeado por uma questão política dele, interna, conflitos que eu nem sei explicar quais são, mas a gente sabe que existiram” (Militante da DENEM).

A DENEM, partiu desse contexto de mobilização social e do rompimento de estudantes que atuavam – e portanto, eram diretores da entidade – na secretaria de biomédicas da UNE, secretaria que a subsidiava na discussão mais sólida frente às demandas da área de saúde. Depois retomaremos esse ponto para discutirmos a relação entre as duas entidades. Porém, não podemos deixar de registrar esse fato como significativo para expressar modos de ser e atuar politicamente e as tensões existentes – ainda que atualmente relativizadas – entre a DENEM e a UNE.

A DENEM se utiliza de vários espaços e instrumentos de participação, desde os seus variados encontros, seminários e oficinas às manifestações de rua e articulação nas universidades. Estes mecanismos são fundamentais no processo de articulação dos estudantes que – ao se mobilizarem por questões específicas – compreendem que é preciso entrar nos processos e nas lutas mais amplas. Compreendem também que tão importante quanto o conteúdo é a forma. Neste sentido, sua organização prioriza vários canais de interlocução aberta e participativa com os estudantes. Favorecem essa articulação, os diversos níveis e espaços de organização que facilitam um diálogo mais próximo e contínuo entre a executiva e os estudantes.

Os encontros de formação e deliberativos são parte integrante desse processo; realizam uma dinâmica de integração que articula dimensões tanto da política quanto do cotidiano dos estudantes e suas demandas pessoais. São importantes, neste sentido, o Encontro Científico de Estudantes de Medicina (ECEM) e o Congresso Brasileiro de Estudantes de Medicina (COBREM) que, apesar de terem caráter diferenciados, reúnem militantes de todo o país e fortalecem a rede de estudantes que se interessam pela participação política no meio do movimento.

O primeiro, com um caráter mais amplo no que diz respeito à participação dos estudantes, tem uma função mais integradora tornando-se o maior fórum do movimento estudantil de medicina. Nele, se discutem questões gerais do movimento de saúde, as políticas do ensino médico, a realidade estudantil, entre outros. É um encontro tanto temático como deliberativo. É

um encontro temático e, neste sentido, aprofundam questões importantes escolhidas de acordo com as necessidades do momento. É um encontro deliberativo e, portanto, um evento de tomada de decisão, onde as diferentes propostas para a caminhada do movimento são discutidas e votadas.

É neste encontro também que é eleita a nova direção da entidade (coordenação nacional, regionais, grupos de trabalho e sede) e suas principais diretrizes para o ano que segue. Todo estudante tem direito a participar tanto das discussões como do próprio processo eleitoral.

O ECEM nasce no ano de 1969 (antes mesmo da criação de sua executiva) para ser um espaço de discussão tanto do ensino como da saúde no país, considerando as demandas e carências estudantis. E apesar de ser um encontro eminentemente político, surge com a denominação de científico para “driblar” a censura política da ditadura militar na época. Trata-se, portanto, de um evento “capaz de criar elos entre o cotidiano dos estudantes e o momento histórico e político do país, reunindo temas relacionados à política, cultura, ciência, lazer, entre outros” (site).

O segundo, tem um caráter mais organizativo e tem como objetivo principal planejar as ações do movimento, pontuar as principais prioridades retiradas do ECEM e pensar numa forma de integrá-las e realizá-las. É, portanto, um espaço mais dirigido aos militantes que, em suas escolas, irão posteriormente, fazer a articulação entre as bandeiras de luta do movimento nacional na sua base local.

O COBREM nasce em 1989 da necessidade de se criar no movimento estudantil de medicina um outro espaço de discussão política e organizacional que aprofundasse questões da prática militante. O ECEM, espaço por excelência destas discussões já não conseguia contemplar as demandas de militância dos estudantes que se multiplicavam.

De acordo com documento que relata o histórico do COBREM,

“a idéia do Congresso Brasileiro dos Estudantes de Medicina surgiu na Plenária Final do XIX ECEM – MG, em 1988. Partindo da constatação que o ECEM estava se tornando insuficiente para propiciar uma discussão com uma grande massa de estudantes, que durante o Encontro travavam um contato inicial com uma série de discussões e ao mesmo tempo, um aprofundamento de discussões políticas do movimento por parte das pessoas mais experientes e com ligação direta às entidades levando à realização de, na prática, dois encontros paralelos. Assim, a necessidade da criação de um espaço maior que os Conselhos Nacionais de entidades

Estudantis (CONEEM) para o aprofundamento, elaboração e socialização de experiências por parte da vanguarda do movimento, e a revisão do caráter e função do ECEM preservando seu caráter de encontro de DIFUSÃO das propostas e pilares do movimento estudantil de Medicina, de modo a massificá-lo e conferir-lhe funcionalidade e participação da maioria dos estudantes que para lá se dirigem”.

Trecho retirado do texto, “II COBREM – Avaliações” (Informativo DENEM”, n.º? de 1990, assinado por Keny Colares (Presidente da DENEM na gestão de 1989/1990). Ver site.

Para os militantes, a grande novidade do COBREM foi a realização do *planejamento estratégico e participativo*. Com este, a organização do movimento estudantil de medicina tornou-se mais ágil e ampliou o contato e comunicação com sua base militante. E mesmo num registro de representação (quem participa do encontro são militantes delegados de base), a participação teve um caráter mais direto visto que, neste caso, as duas pontas de representação se encontram: a base local e o nacional. O COBREM torna-se, assim, um espaço mais especializado de discussão política e estratégica dos militantes que participam do movimento estudantil de medicina. Como relata um dos militantes da entidade:

“Aí teve a idéia do planejamento estratégico. Porque a lógica do planejamento estratégico é baseada na convergência de idéias, pluralidade, etc. O planejamento estratégico aproxima a agenda da DENEM da agenda do estudante. Porque? Porque no COBREM se dá o planejamento da DENEM, e lá você pega – provavelmente lá terão de 300 a 700 estudantes –, coloca todo mundo em plenário, divide em pequenos grupos (e não é só gente de centro acadêmico não, normalmente tem mais de 70 CAs)... Você pega no COBREM, senta todo mundo, e o pessoal levanta e pede pra você escrever 10 problemas que atrapalham o seu cotidiano dentro da universidade. Aquele que é do centro acadêmico vai ter o viés do centro acadêmico, o estudante que não participa vai ter um viés normal. Você pega aquilo ali e vai tentando... aí a gente tem várias metodologias pra dar uma enxugada, senão você ia ter umas 300 tarjetas lá. (...) Depois que você faz a análise daquele problema, você faz as estratégias. E aí é o coletivo todo que vai dar as estratégias e todo mundo montando as estratégias, a gente compõe o planejamento do COBREM e é ele que vai reger a entidade durante o ano. É lógico que a gente não vai se engessar no planejamento, mesmo porque ele sai um tanto quanto superficial em termos políticos até pra você poder atuar. Mas ele lhe dá linhas gerais pra você atuar. E nas reuniões a gente retoma frequentemente o planejamento e tal, analisa de novo” (Militante da DENEM).

Para uma visão geral das discussões acontecidas de 1989 a 2005 segue abaixo um quadro que relata os temas trabalhados desde sua origem até hoje¹¹³:

Tabela 1
Temas do COBREM 89/2005

Cidade	Ano	Tema
Brasília	1989	...
Fortaleza	1990	...
Aracaju	1991	...
Cuiabá	1992	"Saúde em Defesa da Vida: E o movimento estudantil?"
B. Horizonte	1993	"Uma proposta política do Movimento Estudantil de Medicina para 1993"
Porto Alegre	1994	"Movimento Estudantil de Medicina: cidadania e poder em defesa da vida"
Vitória	1995	"Caminhar com a história nas mãos"
Maringá	1996	"Quem somos? O que queremos? Vamos definir nosso papel na sociedade."
Recife	1997	"Formação do Médico x Mercado de Trabalho"
Campinas	1998	"A vida na escola e a escola na vida: quem é você, escola médica?"
B. Horizonte	1999	"Médico, Escola e Sociedade: desafios para o futuro - Organizar para transformar"
Curitiba	2000	"Vamos ser práticos - O estudante de medicina na rede - Uma nova escola médica integrada ao sistema de saúde"
Salvador	2001	"Cuidar: pela revolução da prática médica... Pela transformação da sociedade"
Porto Alegre	2002	"Transformar a saúde é possível: Por uma nova sociedade em defesa da vida"
Aracaju	2003	"A inclusão social e a defesa da vida no novo cenário nacional "
Recife	2004	"16 anos de construção do SUS - DENEM e o movimento da reforma sanitária "
Brasília	2005	"Fazendo a revolução no cotidiano"

Como conta resumidamente uma das coordenadoras da DENEM em relação às diferenças entre os dois espaços,

"Então, a gente tem um encontro tradicional que existe desde 69 que é o ECEM – Encontro Científico dos Estudantes de Medicina. Esse encontro foi logo depois do AI-5, por isso esse nome de científico. Bem antes da DENEM existir os estudantes já se reuniam anualmente. São encontros enormes, com 5 mil, 6 mil estudantes, 3 mil como foi o ano passado. Então quando a DENEM surgiu na década de 80 ela pegou esse encontro que é um encontro de massas e fez dele o seu encontro eleitoral. Todo estudante que está no encontro pode votar nos cargos que vão ser eleitos. Além do congresso nacional em junho ou julho, a gente tem um no verão que é o Congresso Brasileiro dos Estudantes de Medicina (COBREM) que é o congresso de planejamento da entidade. Os centros acadêmicos tiram delegados, os delegados vão, a gente faz um planejamento estratégico de quais vão ser as prioridades daquele ano. Bem na lógica do planejamento estratégico que começou a acontecer na América Latina com os governos de esquerda que iam planejar as ações de saúde. Aí o movimento estudantil incorporou essa ferramenta do planejamento estratégico e adaptou pra nossa realidade de movimento social. O COBREM acontece todo Janeiro. Todo verão a gente faz um novo planejamento e todo mês de Junho tem o ECEM" (Militante da DENEM).

¹¹³ Dados do site da DENEM.

Certamente, estes espaços estratégicos do movimento diminuem o fosso muito comum no movimento estudantil geral entre estudantes e dirigentes estudantis.

A DENEM também se articula com outros movimentos sociais, desde aqueles que são mais ligados à educação quanto aqueles relacionados ao campo da saúde. Além de se relacionar internamente com as diversas expressões do movimento estudantil (outras executivas de curso, UNE, coletivos de gênero e cultura, etc.) a DENEM mantém uma interlocução muito forte com os movimentos de saúde, profissionais, sindicais, entre outros. Neste sentido, atualmente, vem trabalhando com estes movimentos na realização de uma campanha contra o Exame de Ordem, prova avaliativa no final do curso que vem sendo adotada no último ano.

Além disso, seguem firme na sua luta em defesa do SUS, pela melhoria da qualidade da educação médica e das universidades, e por conseguinte, pela melhoria das condições de formação de seus estudantes.

Por conta de sua participação numa rede maior de movimentos sociais, a DENEM também tem mantido um forte diálogo com o MST, movimento feminista, entre outros, que tem incorporado enquanto discussão política e social variadas temáticas, entre elas, a questão de gênero (tanto feminista quanto GLBT).

Além disso, tem realizado a partir destas articulações, uma série de projetos que passam por uma prática de intervenção no campo da extensão. Como já realçamos, o estágio de vivência é uma dessas experiências que acaba por expressar uma opção política e profissional deste movimento. No capítulo posterior, poderemos observar as nuances deste movimento, contemplando de forma mais aprofundada, sua forma de atuação, a articulação que faz com outros movimentos sociais, entre outros.

4.3.3. ENECOS: a experiência dos estudantes de comunicação

A executiva de comunicação tem – no interior do movimento estudantil – uma grande tradição de participação e mobilização que passa da luta pela qualidade do ensino à democratização dos meios de comunicação. Junto com as duas executivas anteriores, a Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social (ENECOS), tem sido uma referência no movimento, seja pelo seu tipo de organização, seja pela capacidade de intervenção política entre os estudantes.

Com períodos de fluxo e refluxo, a ENECOS surgiu em 1991 depois de um amplo período de crise organizativa¹¹⁴ e, desde então, vem intervindo enquanto principal entidade representativa dos estudantes de comunicação. Além disso, como no caso da DENEM, a ENECOS também surgiu, entre outras coisas, a partir do rompimento com a UNE. Como nos diz abaixo, um dos militantes da ENECOS que foram entrevistados, a SECUNE (Secretaria de Comunicação da UNE) que fazia a interlocução da UNE com os estudantes de comunicação, rompeu com a entidade, sendo a experiência embrionária da ENECOS. Como nos relata,

“O primeiro encontro nacional de estudantes de comunicação se reuniu pra discutir... enfim, foi organizado pra reunir os estudantes de comunicação mesmo. Foi bastante corajoso porque foi em 73, na época da ditadura. Reunir estudantes de todo o país na época da ditadura é posição muito corajosa. Foi em Goiânia, apesar da sede ser em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. A idéia era de fazer um encontro nacional por ano. Até que na década de 80 havia uma discussão de que a UNE tinha que começar a debater mais a questão das áreas, as diferentes áreas, tinha que começar a fazer um debate mais específico nas diferentes áreas. E começou-se a criar as secretarias na UNE. Tinha a secretaria de direito, da economia, da comunicação, da medicina... nessa história foi criada a SECUNE, secretaria de comunicação da UNE. E essa SECUNE foi na verdade o embrião da ENECOS, apesar do movimento estudantil da comunicação ter surgido em 73. A SECUNE foi criada... Seria até interessante você pegar o que foi debatido nos temas dos encontros... então o de 86 o debate era o de como garantir parâmetros democráticos da comunicação na constituição que tava sendo discutida até meados de 88. Interessante. Até que lá por 89, as divergências políticas que haviam entre a SECUNE – as pessoas que

¹¹⁴ Mas se a ENECOS surge somente este ano, isto não quer dizer que a experiência de executiva enquanto organização entre os estudantes não tenha sido uma realidade anteriormente. Já em 1972 se organiza uma experiência semelhante: nasce um modelo de estrutura nacional que tem como principal função organizar anualmente o Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOM). Com o tempo, esta estrutura vai se modificando, tanto a partir das novas configurações estudantis que demandam novas questões, tanto pelas crises do próprio movimento que remetem a pensar uma outra forma de organização.

faziam parte da SECUNE – com a direção da UNE (que já era do PC do B na época) ficaram insustentáveis. E nesse ano de 89, acho que 88, 89, 90, isso aconteceu com diversas outras secretarias de áreas. Várias secretarias romperam com a UNE e resolveram fundar uma outra entidade, independente da UNE, mas que não tratava do movimento geral. O movimento geral era a UNE. Essas outras entidades eram pra tratar do movimento de área. Foi nessa época que surgiram a DENEM, a FENED e a ENECOS. O ano de fundação mesmo da ENECOS, o ano legal, é 91” (Militante da ENECOS).

Como as outras executivas, a ENECOS possui vários espaços de participação que vão desde aqueles de cunho mais formativo até os de caráter mais deliberativo. Seus principais fóruns são, no entanto, o Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOM) e o Congresso Brasileiro dos Estudantes de Comunicação Social (COBRECOS).

O primeiro, possui um caráter científico e cultural que ajuda no processo de integração dos estudantes e na reafirmação de suas lutas políticas. É um encontro temático e organizativo que alimenta as discussões cotidianas do movimento, mas também, um espaço onde os estudantes têm a possibilidade de conhecerem melhor sua própria organização. Este acontece anualmente, geralmente em julho.

O segundo, se diferencia do primeiro por seu caráter eminentemente político e deliberativo. Seus participantes são delegados eleitos em cada universidade e tem a função de discutir e eleger as prioridades deste movimento durante o ano que se segue. Todo e qualquer estudante pode participar deste espaço, mas somente os delegados têm poder de voto nas plenárias.

Estes espaços são o eixo do movimento estudantil de comunicação, onde as discussões acerca da conjuntura política e das questões específicas do curso são realizadas e elaboradas no sentido de organizar uma intervenção qualificada. Além disso, principalmente o primeiro, serve como alimentador da militância, como espaços de integração e conseqüentemente de renovação dos quadros. São encontros onde a identidade coletiva dos estudantes é realçada e fortalecida. Abaixo, segue uma pequena descrição que diferencia esses dois espaços de participação dos estudantes de comunicação.

“A nossa instância máxima é o COBRECOS que é o Congresso Brasileiro de Estudantes de Comunicação Social, e esse encontro na ENECOS é o encontro politicamente mais importante. Todos os posicionamentos da ENECOS para o ano – ele é anual e acontece geralmente em janeiro – é ele quem tira. Ele é que tira todas as

prioridades do ano, quem planeja todas as ações da executiva no ano, ou seja, ele é o congresso mesmo. A votação é feita por delegados que são eleitos em cada escola... A participação é aberta para qualquer estudante de comunicação. Todo e qualquer estudante pode participar. Agora, quem vota, são aqueles que foram eleitos em cada escola. É um encontro muito menos burocrático que o da UNE. A pessoa que vai lá como delegado vai representando os estudantes de sua escola. Ele é o nosso principal fórum, é onde a gestão toma posse. (...) E é o nosso encontro de caráter mais político também. A gente tem outro encontro que é mais de massa que é o ENECOM, o Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação que acontece no meio do ano. É um encontro mais amplo, pra mais gente, tem um papel muito maior em aglutinar pessoas... porque no COBRECOS, a pessoa que vai pra lá já tem um envolvimento maior no movimento estudantil, já sabe o que vai fazer lá. O ENECOM é diferente. É um encontro de aproximação das pessoas. Aproximar as pessoas para que elas tenham um contato mais próximo; para elas conhecerem mais as pautas do movimento estudantil de comunicação, conhecerem melhor a executiva, para conhecerem esse caráter nacional do movimento estudantil” (Militante da ENECOS).

A ENECOS ainda possui em sua estrutura organizativa os Grupos de Estudo e Trabalho (GETs) que têm como função principal discutir e aprofundar temáticas específicas que ajudem tanto na formação dos militantes como subsidiem sua prática política e interventiva. Estes GETs são criados de acordo com as demandas do momento; são criados no COBRECOS e têm duração até a realização do próximo congresso, sendo possível, caso necessário, ser mantido por mais um tempo. Participam destes grupos de discussão qualquer estudante e, nos últimos anos, sua dinâmica tem sido ampliada através da Internet e das listas de discussão virtual. Essa participação mais aberta, direta e horizontalizada nos debates relativos à entidade é realçada pelo militante a seguir:

“Os GETs, grupo de estudo e trabalho são na verdade grupos que são abertos a todos os estudantes de comunicação. Neles se debate, se discute, se troca opiniões acerca da política da ENECOS em suas diferentes frentes. Existem dois desses grupos de trabalho que são fixos que é o de finanças e comunicação. E em todo COBRECOS a gente discute quais GETs vão existir. Ou seja, o GET é reavaliado a cada ano. Hoje temos o GET de combate a opressões, que já existe a 3 anos, e vem se mantendo; o da democratização da comunicação, o da qualidade da formação em comunicação, movimento de base. E cada um desses GETs debate essas coisas em específico. Então o GET de qualidade da formação em comunicação elaborou-se uma campanha, um estudo dobre os currículos nacionalmente como estão, tudo isso é feito pelo GET de qualidade de formação em comunicação. Quer dizer, são GETs que estão sempre produzindo. Eles têm uma estrutura bastante horizontal. Todo mundo pode participar, inclusive, existem produções divergentes e todas elas são visibilizadas através dos GETs” (Militante da ENECOS).

No que se refere à atuação desta executiva podemos assinalar a sua intervenção em uma série de atividades que expressam a preocupação do conjunto de sua base. Aqui destacamos, principalmente, a luta por uma qualidade de ensino nas escolas de comunicação e por um sistema de avaliação mais amplo que permita avaliar não só o aluno, mas o conjunto do processo de formação.

Neste ponto, a ENECOS tem garantido uma ampla interlocução com o Fórum de Executivas – que tem seguidamente realizado intervenções neste sentido. A participação neste fórum, certamente, tem ampliado e fortalecido esta rede de executivas que – com seu caráter plural, heterogêneo – tem tentado realizar intervenções em conjunto¹¹⁵.

O movimento estudantil de comunicação tem tido – por sua tradição – uma ligação muito forte com outros movimentos sociais. Como no caso das duas anteriores, seus elos de interlocução baseiam-se a partir da proximidade temática. Neste sentido, a ENECOS tem uma boa articulação com movimentos sociais ligados à comunicação¹¹⁶.

Com uma atuação mais destacada no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a ENECOS tem desenvolvido um amplo trabalho – nem sempre visível e continuado – no que diz respeito à democratização dos meios de comunicação no país. Este tema tem sido uma das principais bandeiras do movimento estudantil de comunicação desde seu surgimento, sendo discutindo em todos os seus encontros.

Integrante do FNDC, esta executiva realiza entre os estudantes uma discussão acerca da necessidade de uma regulamentação mais forte e transparente – por parte do Estado – das concessões públicas. Ainda: questiona o domínio da comunicação nacional por parte de um pequeno grupo de empresas midiáticas “herdeiras de uma cultura oligárquica, de administração familiar e de relação promíscua com o Estado” (É hora de refletir e avançar – Manifesto da ENECOS).

Dentro do FNDC, a ENECOS vem participando nos últimos anos de uma série de eventos que discute e propõe alternativas relativas ao debate da democratização da comunicação. A organização de semanas nacionais que

¹¹⁵ Uma das grandes realizações do fórum foi a luta contra o PROVÃO nos anos 90.

¹¹⁶ Esta articulação, no entanto, não se restringe aos movimentos de comunicação. A ENECOS também tem uma boa atuação junto a outros movimentos sociais significativos. Foi um ator participativo, por exemplo, na construção do I ENETERRA, organizado com outros movimentos populares, em especial com o MST.

colocam em pauta este tema vem sendo uma destas experiências que – realizadas anualmente e em vários estados do país – torna-se um espaço de intervenção política importante para que se tornem visíveis suas reivindicações¹¹⁷.

A compreensão de que a democratização dos meios de comunicação é importante para o próprio funcionamento da democracia no país é um eixo central na luta deste movimento. Como afirma a ENECOS em documento,

“Não há nação democrática, sem haver também democracia na maneira como essa nação se comunica. Num país onde poucos grupos dominam os meios de comunicação social e não tem nenhuma vergonha de utilizá-los unicamente para se manter no poder e obter lucros, a luta pela democratização da comunicação se faz tão necessária quanto a luta pela democratização da terra, do capital, da saúde e da educação. Mas democratizar a comunicação vai além de quebrar o oligopólio das elites sobre a mídia. Ela deve ter como premissa o direito à comunicação, que não é só o direito ao acesso, mas também à produção e mediação de discursos sociais. Mas as concessões no Brasil têm sempre servido para favorecer a classe política dominante, transformando os meios de comunicação em um instrumento mantenedor da ordem vigente, de forma que movimentos sociais, sindicatos e comunidade não possuam também o seu instrumento de comunicação – sendo podados, portanto, em um direito fundamental de cidadania: a liberdade de expressão. Democratizar a comunicação é muito mais do que aumentar o leque de opções midiáticas para a sociedade – é um grande passo para a real democratização do nosso país”. (Para por a boca no mundo: Democratização da Comunicação – site da ENECOS).

Para a ENECOS, esta luta – dada de forma continuada – torna-se importante no sentido de mudar o panorama político e sua correlação de forças. A mobilização, reivindicação, articulação com os diversos segmentos da sociedade civil são fatores necessários e demarcadores da construção de uma nova lógica de acesso não só da comunicação, mas também da cultura e educação.

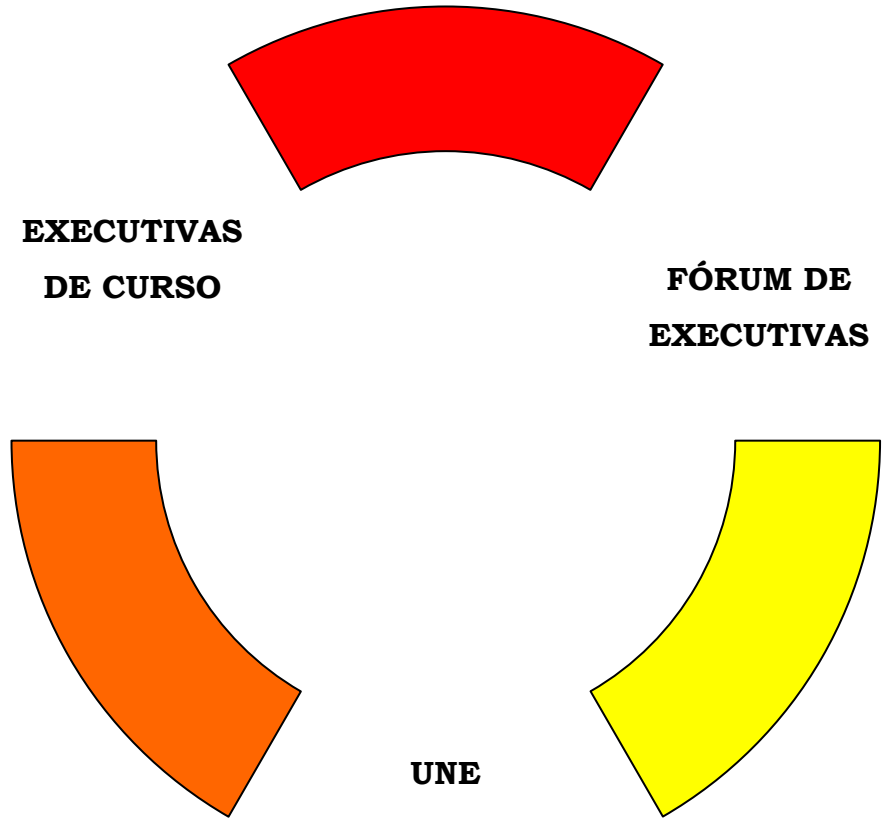
¹¹⁷ Como realçado em documento da ENECOS, sua atuação no FNDC tornou-se mais responsável a partir da IV Plenária do Movimento, em março de 1993. Nesta, a ENECOS “passa a fazer parte da Coordenação do Fórum, ajudando a elaborar políticas nacionais de comunicação e a pensar a democratização da comunicação no país”. Essa participação foi fundamental na criação de uma interlocução mais aberta com outros movimentos sociais ligados à comunicação e para a própria reafirmação desta entidade perante estes segmentos e aos próprios estudantes. Ver site: <http://www.enecos.org.br>

A democratização do acesso à comunicação via realização de experiências de caráter popular, como a implementação de rádios comunitárias; a criação de um Conselho Nacional de Comunicação que garanta – a partir da representatividade de entidades e movimentos de comunicação – a intervenção dos diferentes segmentos da sociedade civil em torno das decisões e implementações de políticas públicas de comunicação; a regulamentação da concessão pública às empresas privadas de comunicação e a demarcação de limites concretos na relação público/privado; o resgate da articulação de campanhas que estimulem a participação dos estudantes de comunicação em veículos comunitários, alternativos, populares e universitários, entre outras, são algumas das principais bandeiras que o movimento estudantil de comunicação reivindica em toda a sua luta.

O papel do movimento estudantil nesta movimentação tem sido fundamental por diversos motivos. Primeiro, porque tem uma ampla base que – mobilizada – pode construir uma opinião pública favorável às reivindicações e finalidades que o movimento se propõe. Segundo, porque ele mesmo tem atuado no sentido de organizar os diferentes espaços de articulação (como o FNDC, por exemplo), e as discussões sistematicamente realizadas.

Abaixo, segue um sociograma das executivas de curso que tenta reproduzir, de alguma forma, a dinâmica e as relações existentes em seu meio.

Quadro 4
SOCIOGRAMA DAS EXECUTIVAS DE CURSO



É desta forma, portanto, que as executivas de curso vão tornando-se mais um espaço de participação e formação para os estudantes. Neste capítulo, nos propusemos a fazer uma radiografia do movimento a partir de alguns de seus integrantes.

Certamente, neste capítulo foi realizada uma análise mais descritiva que interpretativa dos aspectos da militância do movimento estudantil. O aprofundamento de como se dão as relações entre um e outro grupo na dinâmica militante será o objetivo de nosso próximo capítulo. A riqueza de experimentações tanto organizativas quanto de conteúdo, neste caso, é visivelmente percebida quando de uma análise mais aprofundada da identidade coletiva e as redes de apoio de cada uma delas.

De toda forma, queremos aqui realçar a importância da militância múltipla dos estudantes e das redes sociais em que estes movimentos estão inseridos. Os processos de quase invisibilidade que se dão no cotidiano do movimento e da militância de vários dos estudantes, certamente, fazem a diferença na mudança de configuração do movimento estudantil. Os estudantes ao participarem de outros movimentos vivenciam outras formas de participação e acabam por costurar bandeiras de luta a partir destas experiências.

A inserção de militantes do movimento estudantil tanto na Marcha Mundial de Mulheres quanto no movimento GLBT brasileiro são fundamentais no processo de articulação e entrada destas demandas no cenário de participação dos estudantes. E se nestes movimentos as demandas de gênero são mais gerais, no movimento estudantil eles aparecem como temáticas transversais, dialogando com as questões de cunho universitário e educacional: dimensões de uma militância que aprofundam uma intervenção de corte político e social na universidade. As reuniões e organizações de projetos comuns entre esses coletivos e os movimentos sociais tem sido importantes no processo de fortalecimento destes grupos no interior do movimento estudantil e da universidade, como veremos no capítulo seguinte.

Por outro lado, os coletivos de cultura também são a expressão de uma militância que se dá tanto no campo universitário como fora dele, ou seja, são frutos de uma experiência da tradição cultural da universidade, mas também de sua forte relação com movimentos culturais outros que extrapolam o campo eminentemente educacional do cotidiano destes mesmos estudantes. Os artistas que dialogam com o movimento cultural da UNE, as parcerias organizadas entre os

mesmos, o circuito de arte que faz circular a produção cultural destes grupos, a relação e interlocução com espaços governamentais como o Ministério da Cultura, são algumas dessas vivências que fortalecem a experiência dos coletivos entre os estudantes, cotidianizando a dimensão cultural e sua relação com a política, a militância e o mundo acadêmico.

As executivas de curso não fogem a essa regra de diálogo com os movimentos sociais. Como vimos, a experiência do movimento sanitarista para os estudantes de medicina foi fundamental para o surgimento de uma entidade que os representassem. Não só. Foi importante para a impressão no movimento estudantil de medicina de um ideário de caráter marcadamente social e político. Não é gratuito que na atualidade a interlocução destes com os movimentos sociais organizados – como analisaremos no capítulo 5 – continuem sendo uma regra, uma força no ideário de participação, um desejo.

Esta interlocução com movimentos de cunho tanto cultural como identitário cria espaços de interseção política e interventiva que acabam por se tornar *locus* de resistência e de gestação de experiências. De resistência, por darem continuidade e força para os coletivos quando estes não são reconhecidos ou acolhidos de maneira suficientemente necessária pelo movimento estudantil. Em momentos de fragilidade da militância estudantil, são eles que dão sustentação na continuidade de suas atividades. De gestação de experiências, por conseguirem intercruzar dinâmicas e pautas que – por conta da transversalidade – oferecem condições para a realização de atividades e projetos conjuntos onde a realidade dos movimentos se misturam. É assim na experiência dos estágios de vivência, na realização do ENETERRA, entre outros.

Além disso, o cruzamento destas redes pode também ser um importante fator para a existência de micromobilizações que reforcem suas identidades. É um exemplo as manifestações organizadas por estudantes que reivindicam um aumento das verbas destinadas à cultura ou ainda contra a discriminação sexual no interior dos *campi universitários*¹¹⁸.

Por isso, a necessidade de uma descrição detalhada da dinâmica desses movimentos neste capítulo que seguiu. Quais as redes sociais que dão base ao surgimento de novas experiências de militância, que dinâmica propiciam no interior

¹¹⁸ Aqui me refiro às atitudes de discriminação que recentemente aconteceram em universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A repreensão de duas estudantes na USP Leste que – por estarem uma no colo da outra – foram levadas por uma oficial da PM à delegacia por “realizarem atos obscenos” é um caso ilustrativo.

das universidades e do próprio movimento estudantil, entre outras, foram algumas das questões que nos propomos a discutir neste texto.

Decidimos, não realizar aqui uma descrição do movimento estudantil clássico, por entendermos que, de alguma forma, já o fizemos nos capítulos anteriores. A descrição mais detalhada de sua estrutura e de suas redes de apoio serão realizadas no momento da análise, no capítulo seguinte.

Capítulo 5

Movimentos estudantis em análise: representações e identidades no campo da política

“Filha da prática, filha da tática
 Filha da máquina
 Essa gruta sem-vergonha, na entranha
 Não estranha nada
 Meta sua grandeza, no Banco da esquina
 Vá tomar no Verbo, seu filho da letra
 Meta sua usura, na multinacional
 Vá tomar na virgem, seu filho da cruz.
 Meta sua moral, regras e regulamentos
 Escritórios e gravatas, sua sessão solene”
 (Tom Zé)

A temática da participação juvenil – por toda a importância que realçamos no primeiro capítulo – vem a cada dia aumentando enquanto uma área de interesse dentro e fora do campo acadêmico. As novas formas de participação e protesto, as respostas coletivas dos movimentos juvenis frente aos desafios colocados pela modernidade, a institucionalização e o fortalecimento de políticas públicas para a juventude, a importância da dimensão simbólica nos processos de organização e ação coletiva são alguns dos elementos de interesse que constituem o quadro de análise da participação juvenil na atualidade.

Neste trabalho, que estuda um dos movimentos juvenis mais conhecidos e de forte tradição na socialização e cultura política dos jovens brasileiros, a saber, o movimento estudantil, tentaremos problematizar dois pontos que nele se inter cruzam de maneira paradoxal: primeiro, o fato de ser um movimento de recorte tradicional no que diz respeito às suas formas de organização¹¹⁹ e; segundo, por sua

¹¹⁹ Foracchi, em seu clássico estudo intitulado “A juventude na sociedade moderna” já analisava o movimento estudantil – em comparação com outros movimentos juvenis (em especial o movimento hippie) – como um movimento “adulto”. Para a autora, observando o movimento da década de 60, a contestação estudantil não ultrapassava os modelos existentes nem demarcava novas fronteiras políticas; “enquanto movimento político e ideológico é, em contraste, um movimento adulto que contesta em termos adultos, as alternativas propostas pela sociedade” (Foracchi, 1972:92).

capacidade de se atualizar e incorporar novos discursos e práticas que acabam por oxigenar sua ação¹²⁰.

Consideramos que perceber esta dupla característica em termos de participação política, torna-se fundamental para compreendermos por onde passa a militância estudantil na contemporaneidade. Além disso – enquanto experiência que articula estes dois elementos – pode nos ajudar a pensar em modelos sínteses que favoreçam o fomento à participação em outros movimentos de caráter juvenil.

Mas se em nossa compreensão o movimento estudantil traz consigo esse paradoxo, expressão de uma militância especializada e específica, este só assim se revela na medida em que expressa e contempla os diversos grupos existentes em seu interior; as diferentes formas e experiências coletivas que surgem da necessidade dos estudantes¹²¹.

Neste capítulo queremos fazer uma reflexão profunda acerca da ação e prática do movimento estudantil, através dos quatro grupos já assinalados no capítulo anterior, quais sejam: os coletivos de cultura, os coletivos de gênero, as executivas de curso e o movimento estudantil clássico.

Desta forma, iremos analisar as relações e as dinâmicas estabelecidas por estes de modo a observar alguns eixos que permitam – ao nosso ver – uma maior potência analítica, quais sejam, a formação e articulação dos movimentos em redes, o inter-cruzamento e/ou justaposição de ideários, práticas e formas de participação, a idéia de uma identidade negociada, o surgimento e fortalecimento de políticas culturais, entre outros. Nossa análise também contará com uma discussão que privilegiará as questões de nível mais estrutural, a dimensão mais organizacional do movimento.

Dividiremos nossa interpretação do movimento estudantil atual em 5 partes. Num primeiro momento, a partir de categorias previamente estabelecidas e de outras que surgiram no decorrer de nossa pesquisa, faremos uma análise destes grupos, considerando, entre outras questões, a relação estudante/movimento estudantil, a interferência dos partidos políticos na militância dos estudantes, as

¹²⁰ Esta questão foi por nós iniciada – ainda que de modo superficial – no trabalho intitulado: “Juventude e movimento estudantil: o ‘velho’ e o ‘novo’ na militância” (2001).

¹²¹ Como assinalamos em outros trabalhos (Mesquita, 2001; 2003) e aqui reafirmamos, não existe um movimento estudantil unitário. Neste sentido, seria mais correto falar em movimentos estudantis que se inter-relacionam, se inter-cruzam, negociam identidades.

representações que cada um destes grupos faz de si e dos outros no que concerne à política e às formas de intervir.

Num segundo momento, a partir da fala dos militantes, analisaremos a estrutura de organização de cada um destes grupos e a percepção que cada um tem do modo como o movimento estudantil, em geral, se estrutura. O modelo organizativo deste movimento consegue dar conta das diversas demandas dos estudantes e da universidade? De que maneira?

Num terceiro momento, faremos uma análise dos quatro grupos a partir de seus ideários políticos, bem como, de suas experiências de diálogo e intervenção com a comunidade, tentando perceber nestas práticas se há ainda uma identidade tradicional que os liga à vida e os problemas dos segmentos mais populares da sociedade. O estudo dos ideários políticos dos movimentos sociais, é um importante instrumento de análise se vier acompanhado de outros recursos que dêem conta da dinamicidade e do cotidiano dos mesmos.

Num quarto momento, queremos perceber as atuais dificuldades que os estudantes sentem no cotidiano da militância. Quais os principais empecilhos no processo de participação política? O que tem motivado os militantes a prosseguirem sua trajetória de participação, mesmo em situações de adversidade? Compreender esta última questão pode nos ajudar a pensar a força que a identidade militante – constituída através da participação política no interior do movimento estudantil – tem na trajetória de cada um dos entrevistados.

Por fim, considerando o movimento estudantil como um movimento de corte juvenil queremos observar sua relação com outros segmentos da juventude. Que interlocuções são realizadas? Qual a compreensão que os militantes têm do papel do estudante e dos jovens no processo de participação política?

Estas são algumas das perguntas que estão presentes no corpo deste trabalho e querem ser – em alguma medida – pensadas e analisadas de forma a termos uma melhor compreensão da realidade social e política destes jovens.

5.1. Dinâmicas de participação política no movimento estudantil: uma análise conjuntural

Como afirmamos acima, neste espaço faremos uma análise do movimento estudantil a partir de algumas categorias que permitem pensar a dinâmica de participação em seu interior. Certamente, este eixo de análise permeará todo o nosso trabalho, porém, queremos aqui realçar alguns pontos que – em nossa visão – são indispensáveis para compreendermos a condição atual da participação estudantil.

A relação das entidades com sua “base” é uma delas. Um ponto continuamente discutido tanto por militantes como por estudiosos, este eixo parece ser importante para pensarmos em que medida os estudantes se reconhecem no trabalho das entidades estudantis e até que ponto estas conseguem traduzir suas preocupações e demandas em processos de identificação, sociabilidade e na construção de espaços de participação política.

Outra questão que queremos discutir – sempre associada ao movimento estudantil, mas nem sempre analisada com afinco –, é sua relação com as organizações partidárias. Sendo um debate sempre polêmico e cheio de nuances, a forte presença dos partidos no interior do movimento tem sido apontada como um dos fatores que colaboram para a não identificação dos estudantes às práticas e ações do movimento. Desta forma, queremos analisar até que ponto esta relação, de fato, se processa como um fator de desmobilização na militância estudantil.

Ainda pensando em como se processa a dinâmica de participação dos estudantes, faremos uma análise das representações que cada um dos grupos estudados faz de si e dos outros. Em nossa compreensão, essa é a substância que dá *movimento* ao movimento estudantil: as diferentes compreensões da política e da participação expressas a partir dos diferentes grupos e seus repertórios de ação e identificação.

5.1.1. Estudantes, entidades e participação política: desatando esse nó

A relação entre as entidades estudantis e os estudantes segue sendo desde há muito tempo, um dos principais termômetros para se perceber o grau de organização e força do movimento estudantil. A capacidade ou não de estimular a

adesão destes à participação nas entidades, transforma-se num claro sinal de proximidade ou distanciamento do movimento para com sua “base”.

Atualmente, caracterizado por um forte hiato nesta relação, o movimento estudantil parece estar refém de sua própria dinâmica, reproduzindo um discurso que já não ecoa, nem tem tanta receptividade como antes. E para além da própria dinâmica interna do movimento, a mudança do perfil dos estudantes, o descrédito pela política institucionalizada, o refluxo dos movimentos sociais são outros fatores que ajudam nesse processo de *desencanto da participação*.

E se uma parcela significativa de estudantes tem se afastado do cotidiano das entidades estudantis, certamente, isso se deve, em muito, ao próprio afastamento das entidades do cotidiano e da vida dos estudantes. Esta tem sido uma das questões mais abordadas tanto pelos estudiosos como pelos militantes para realçar a condição atual de desmobilização do movimento estudantil que pouco tem conseguido desenhar elementos identificatórios com os desejos e reais necessidades da vida estudantil.

Ribeiro Neto (1985), ao contextualizar a dinâmica participativa dos estudantes no início da década de 1980, mostra como o movimento estudantil naquele período já diminuía sua capacidade catalizadora de ser porta-voz dos universitários e espaço de socialização política expressivo.

O autor ao fazer uma crítica ao processo de reorganização da UNE no período de abertura democrática aponta, claramente, para uma entidade que ressurgiu com um caráter marcadamente tradicional num contexto em que as mudanças na sociedade eram claras. Para ele, a sociedade havia mudado e as lideranças continuavam presas a um discurso e prática ultrapassadas. Ao tentar adaptar-se à nova realidade, o movimento estudantil acabou por não se recriar a partir de uma realidade outra e “criou um discurso cindido, rompido com a idéia de uma prática compartilhada entre organização, estudantes e movimento” (Ribeiro Neto, 1985:65).

Ainda que num outro contexto, parece que alguns elementos da crítica que Ribeiro Neto pontua são passíveis de serem retomados no cenário atual de participação estudantil. O claro desgaste das entidades estudantis de cunho tradicional, que vem acompanhada do descrédito e da pouca participação dos estudantes nos espaços instituídos pelo movimento, nos remete a questionamentos

e reflexões dos mais variados âmbitos. A seguir, apontaremos algumas delas, a partir do contato que realizamos com os militantes estudantis.

Como lembrado por estes, um dos grandes fatores do divórcio entre os estudantes e suas entidades é a própria dinâmica interna destas e sua estrutura fortemente burocratizada. Soma-se a isso, a crescente despolitização destas entidades, que priorizaram a técnica e a burocracia em detrimento da discussão política no meio estudantil. Como observamos abaixo, os militantes responsabilizam, em boa parte, as entidades pelo seu desgaste e dificuldade de mobilizar.

“Olha, eu acho que existe um processo de uns 10, 12 anos pra cá de distanciamento da direção do movimento estudantil do conjunto dos estudantes e aí eu estou falando mais especificamente da UNE. A gente faz um balanço que tem um processo de burocratização da entidade a partir do aparato das carteirinhas, o que isso significou... Em muitos lugares as pessoas muitas vezes não sabem o que é a UNE, o que significa, mas tem uma carteirinha... E não consegue estabelecer uma associação clara de que aquela carteirinha é da entidade que deveria lhe representar. Eu acho que tem isso. (...) Acho que falta uma cultura mais participativa... E aí eu acho que é um problema que todos os movimentos sociais vivem. Porque a lógica hegemônica da sociedade é a da não-participação, é do não fazer política, como se política fosse algo ruim – muitas vezes você ver essa palavra com uma carga negativa. Eu acho que isso é um problema que todos os movimentos sociais vivem, do pouco envolvimento das pessoas no fazer política. Isso obviamente o movimento estudantil não está isento” (Militante feminista de Brasília).

“Eu acho que o movimento geral é muito afastado da realidade dos estudantes. O estudante conhece a UNE pela carteira de estudante, de certa forma. Se você tira a tese, por exemplo, ou então a análise de conjuntura que a UNE coloca, com uma lógica de esquerda, eu tenho minhas dúvidas se nos estudantes do Brasil inteiro predominam uma visão de esquerda, se tem aqueles ideais ali, a galera é muito individualista em certos pontos. Eu vejo um distanciamento muito grande entre a pauta do movimento geral e a pauta do estudante comum. Na DENEM a gente tem uma aproximação” (Militante da DENEM).

A crítica à burocratização das entidades vem seguida de seu alheamento frente à realidade estudantil. A pauta do movimento parece não coincidir com a pauta do estudante comum, como sugeriu um dos militantes acima, questionando inclusive, a sintonia entre estes em termos de ideário político.

Neste sentido, a crítica frente às “carteirinhas” parece ser emblemática por exemplificar um processo de organização que não tem conseguido enfrentar com eficiência os desafios cotidianos que demandam a vida estudantil. Observemos:

mais do que uma crítica à utilização e a produção em si das *carteirinhas*, os militantes questionam a lógica técnica e burocrática que estas representam no interior das entidades. As *carteirinhas* tornam-se símbolo de um movimento que não consegue perceber que tão importante quanto a estrutura técnica e organizacional para a sobrevivência das próprias entidades é o contato com os estudantes e suas demandas de participação.

Além disso, a relação um tanto verticalizada não colabora no sentido de envolver um número maior de estudantes em seu interior; uma relação que não consegue comunicar e, portanto, não é capaz de informar, democratizar as atividades e formas de organização das entidades. Com isso, acabam por reforçar uma representação negativa destas, que são vistas, em geral, como fechadas, hierarquizadas e permeadas de disputas internas, como veremos posteriormente.

As entidades acabam assim por produzirem no meio estudantil, a partir de sua dinâmica interna, representações negativas acerca da própria política. A política é vista como uma coisa ruim, fruto das disputas e da falta de compromisso com a realidade universitária. Uma representação que, atualmente, não está colada somente às entidades estudantis, mas a toda e qualquer organização política. Como afirma um dos entrevistados, quebrar a lógica hegemônica de não participação é um desafio para todos os movimentos sociais.

O desencanto com a política institucionalizada tem sido um claro reflexo da decepção das pessoas frente às promessas de mudança (e a sua não constatação) reivindicada pelo espaço político. O desemprego, a falta de oportunidades, a corrupção, a percepção de não representatividade, são alguns elementos que tem reforçado uma atitude de não predisposição a participar nos espaços políticos formais, sejam eles os partidos, sindicatos e os movimentos sociais de cunho mais tradicional, como o movimento estudantil. A este desencanto geral com a política somam-se os conflitos internos do movimento estudantil que tem mais afastado que atraído os estudantes na atualidade.

A forte partidarização no interior do movimento também tem sido analisada como uma das principais causas de distanciamento dos estudantes frente às entidades. Não iremos aprofundar este tópico no momento, visto que teremos um espaço específico para ele a seguir, mas não podemos deixar de pontuá-lo, ainda que rapidamente, como um importante fator na caracterização de um cenário pouco participativo dos estudantes.

A colonização dos partidos no modo de ser e atuar das entidades e as disputas ideológicas que são produzidas no meio estudantil, certamente, tem produzido reflexos no grau de participação do movimento, bem como, tem realçado uma visão negativa do mesmo. Além disso, muitas vezes os grupos excessivamente partidarizados atuam de modo impositivo, não levando em consideração os espaços de organização próprios do movimento estudantil.

Como nos diz um dos militantes entrevistados,

“Eu acho que tem duas coisas que precisam ser avaliadas e justificadas. Primeiro, que o movimento estudantil... o congresso da UNE não pode ser uma federação de juventudes partidárias, onde elas definem seus objetivos e tal e tentam impor isso de cima para baixo para o grupo de estudantes. A UNE não pode ser uma entidade partidarizada. Então ela precisa reproduzir a política que é formulada nos fóruns do movimento. Ela não pode reproduzir uma política formulada nos partidos. Eu acho que é totalmente legítimo a participação de estudantes organizados em partidos nos fóruns do movimento colocando suas posições. Quer dizer, se o partido vai para o fórum do movimento disputar a sua posição política e é vitorioso na sua posição, isso é uma coisa. Agora se ele tenta implementar de cima para baixo sua posição política goela abaixo no movimento aí não dá. Na minha avaliação é isso que acontece hoje com a UNE” (Militante da UNE).

Como observamos, as tendências do movimento estudantil e sua lógica partidária, acabam muitas vezes por abafar as formas específicas de organização dos estudantes na tentativa de implementar, de cima para baixo, suas posições políticas. Transpor automaticamente os modelos de participação existentes nos partidos políticos para o interior das entidades tem produzido um significativo refluxo na participação estudantil. Além disso, a disputa entre estas tendências, acaba também por afastar os estudantes que já não se identificam com o modelo de participação existente e estão interessados em outras formas de fazer política.

A disputa interna não seria problemática – aliás, esta pode ser entendida também como a expressão de um movimento democrático e dinâmico – se esta não contaminasse as diversas esferas do movimento estudantil, sua militância e a própria visão que os estudantes têm sobre este. A associação automática entre o movimento e os conflitos advindos de uma forte política partidarizada e institucionalizada, acaba por se sobressair diminuindo a possibilidade de identificação dos estudantes para com suas entidades, causando, inclusive, a perplexidade daqueles militantes que não conseguem compreender o porquê de tamanho desprezo e rechaço pela política estudantil.

Como nos relata um dos entrevistados,

“Aí é esse o problema que tu coloca. Essa dicotomia entre os dois, é de fato, real...Não deveria, mas é. O movimento estudantil não deveria ser uma coisa em separado. Mas é assim. Quando a gente chega na universidade e se ambienta você já vê que tem “aquele pessoal do CA”, “pessoal do movimento estudantil”. Mesmo o pessoal mais esclarecido cai no deslize e fala: “ah, aquele pessoal do PSTU, do PT”. E isso é muito complicado. O movimento estudantil deveria ser feito por todos os estudantes e não é. Acaba sendo feito por uma pequena parcela que se movimenta. O resto fica apático e só se mobiliza quando mexem com eles. Quando mexem com eles, eles reagem. (...) Mas que é estranho... Eu fico pensando o que é que se passa na cabeça desse pessoal que diz: “ah, aquele pessoal do CA”... será que eles não se perguntam o que é que faz uma pessoa entrar no CA, participar do movimento estudantil? Porque, na verdade, quando você vai ver isso é uma reação complicada. As pautas que a gente coloca aqui na PUC onde eu estudo, como por exemplo, a abertura de bolsas (que é lei), uma regulamentação mínima com relação à mensalidade (que hoje não tem nenhuma), não é uma coisa nem um pouco socialista, não é nada, uma coisa super básica que é você pedir pra cumprir a lei e o pessoal reclama. Quando a gente passa em sala de aula falando essas coisas, mais de 90% das pessoas falam que concordam... Agora pega essas pessoas e peça pra votar numa chapa do CA que defenda essas coisas: nem pedindo elas vão votar. “Ah, esse pessoal aí do CA”... Eu não consigo entender esse bloqueio irracional. Eu acho que em algum momento a gente tá errando muito, deve ter errado muito e em algum momento está errando” (Militante da ENECOS).

Como pudemos perceber, na visão deste militante, a dinâmica interna do movimento provoca um comportamento reativo por parte dos estudantes gerando desinteresse pela participação nas entidades. Para ele, porém, esta reação se dá, em parte, de forma despolitizada. Ao reagirem de forma negativa ao discurso e performance das entidades, os estudantes não conseguem, neste caso, perceber a importância da coletividade como instrumento de organização e de defesa dos próprios direitos. Contaminados pelo descrédito e descrença na organização do movimento estudantil, paralisam sua própria ação, alienando-se de uma inserção política que garanta de forma mais efetiva a conquista e ampliação de seus próprios interesses e direitos.

E esta parece ser mais uma chave de leitura dos militantes quando da realização de suas análises sobre o distanciamento dos estudantes nos espaços de participação do movimento: a despolitização e acomodação dos estudantes. Para os militantes, se as entidades estudantis têm seus problemas de comunicação e de organização política, estas não podem arcar sozinhas com o ônus do distanciamento cada vez maior dos estudantes e suas dificuldades de estreitar esta importante relação.

Neste sentido, realizam outras associações que permitem aprofundar suas análises considerando fatores que estão fora da relação estudantes/entidades e que são elementos importantes para pensar as dificuldades de mobilização.

Desta forma, o atual desenho da universidade e o perfil dos universitários acabam por ganhar importância na reflexão que se faz acerca da participação estudantil.

Como veremos nos discursos abaixo, uma parcela significativa de estudantes, têm optado por ter uma visão pragmática e utilitária da universidade visando apenas seus interesses futuros de cunho profissional. Despolitizada e passiva frente às situações políticas em que está inserida, esta parcela expressiva de estudantes não é estimulada, seja pela universidade, seja pela sociedade em geral, a se inserir em espaços coletivos de participação.

A universidade torna-se menos um lugar de socialização e formação política, social e humana, e mais um espaço onde a transmissão, mais que a produção de conhecimento, é valorizada enquanto instrumento importante para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho. A universidade e o conhecimento produzido nela tornam-se, portanto, simples instrumentos para a conquista da desejada mobilidade social, oportunizada pela aquisição de um *diploma*. Além disso, estes estudantes partilham de um certo perfil político e comportamental conservador presente e muito reproduzido na sociedade brasileira.

Como analisam três de nossos entrevistados,

“Porque veja bem, o estudante brasileiro é reflexo das contradições da sociedade. Então ele é conservador, machista, homofóbico e reproduz o que é imposto pelo sistema: o individualismo. Ele está na universidade – principalmente no quadro do ensino superior em que 80% está na universidade privada – é pra conseguir um diploma. O que também é um mito criado pelo capitalismo esse de que o diploma dá acesso ao mercado de trabalho. É uma grande mentira. Mas ele está lá pra conseguir o seu diploma. Ele não está interessado na qualidade, se ele vai ter aula de filosofia... Não. Ele quer o diploma pra ter mais condições de entrar no mercado de trabalho. E obviamente que isso se reflete no movimento estudantil do ponto de vista da organização desses estudantes. Eles não querem se organizar. Então, o movimento estudantil com todos os seus problemas, acaba remando contra a maré desse status quo. Tem aquilo que a gente chama de acomodação dos estudantes em relação aos seus direitos, da possibilidade de transformar a universidade, e por outro lado tem o que são hoje as nossas entidades. São entidades em que sua maioria está afastada dessa realidade. Não dialogam com essa realidade do estudante brasileiro (...) não consegue criar espaços no seu interior do ponto de vista de suas políticas, de suas deliberações, para que esses estudantes, que têm esse pensamento mais conservador possam se aproximar cada vez mais desse movimento. Então tem um problema que é da

acomodação desse estudante, mas também tem o problema da forma de funcionamento das entidades. Não só da UNE, mas dos centros acadêmicos, do DCE” (Militante da UNE).

“Olha, o estudante de sala de aula, em geral, a maioria deles, tem muito preconceito em relação a entidade. E é o mesmo movimento que se tem em relação a todo movimento de esquerda. Então a gente tem até uma aceitação grande por parte dos estudantes considerando essas coisas... às vezes a gente têm oposição. Tem grupos que se organizam em torno de atléticas que é o esporte, que é a competitividade, criticam a gente de esquerdistas, vem com todos os estereótipos e estigmas pesados contra a esquerda e que defendem o sistema privado de saúde, defendem os planos de saúde, defendem a indústria farmacêutica, são a favor de fundações nas universidades... são pragmáticos e não acreditam em mudança, nem melhoria. Então, a gente enfrenta esse problema, a gente enfrenta o combate a direita, sempre, no dia a dia da universidade, quando a gente quer formar opinião, quando a gente quer fazer debate, até internamente na DENEM. Agora a gente é um movimento grande. A gente consegue reunir 5 mil estudantes nos encontros e temos 200 pessoas na gestão todo ano. Então a gente tem 200 estudantes que se comprometem, pega cargo nacional pra trabalhar pela entidade e isso para o movimento social no Brasil hoje é um número muito grande, visto a época de refluxo” (Militante da DENEM).

“Para mim, um completo desconhecimento pra não dizer alienação. A UNE é uma fábrica de carteirinhas, você paga meia (e você não sabe nem que é um direito o estudante pagar meia). É uma máquina, as pessoas não têm noção... eu acho que na maioria... não é em todos os cursos... se você fala assim as pessoas até sabem, mas muitos não sabem qual o papel do centro acadêmico, pra quê que ele existe, então falta um conhecimento das entidades, mas acho que isso vem de uma lógica tecnicista de transformar os cursos em coisas técnicas. Você fica tão preocupado com o que você tem que aprender, mais do que conhecer de forma crítica o que está sendo passado, onde você pode pensar de outra forma. Esse afastamento se deve a isso, principalmente nas pagas, porque a pessoa vai naquela lógica de trabalhar o dia inteiro, estudar a noite, pra ter um curso superior e entrar no mercado de trabalho. Aí passa pela vida universitária e nem conhece. É essa alienação, esse desconhecimento, esse distanciamento” (Militante feminista de São Paulo).

A inserção num modelo universitário que, muitas vezes, privilegia dinâmicas e espaços ligados a uma lógica mais técnica do conhecimento e menos a uma perspectiva onde a partilha de experiências, a participação e a crítica política são valorizadas e estimuladas, tem reforçado e acentuado esse cenário de desmobilização.

Tentar minimizar esse cenário parece ser um desafio para o movimento estudantil; um desafio que sugere uma redefinição de estratégias de comunicação e luta que estejam mais próximas desta realidade de atomização. *Perceber que a coisa mudou*, como nos sugere um dos militantes, ainda que com um discurso político ambíguo, como veremos a seguir.

Para um dos militantes,

“O que eu acho é que há uma dificuldade muito grande de perceber que a juventude que está na universidade hoje é diferente e que os processos e o que deve ser feito para que essa juventude participe do movimento não dá pra ser mais aquela fórmula, aquela mesma fórmula que eu aprendi quando estava numa chapa do centro acadêmico da FEA que você fala: “ah, a sala de aula, o curriculum, a produção de ciência enviesada pelas fundações, nan, nan nan com a questão do socialismo. Isso não faz mais sentido hoje em dia porque a juventude que está na universidade ela tem que trabalhar, tem uma outra dinâmica. Quem entra na universidade, não necessariamente vai viver a universidade pra ter essa percepção toda e pra esse tipo de discurso fazer sentido. Então eu acho que o esvaziamento de alguns espaços do movimento se dá por conta disso: pela não percepção de que a coisa mudou. (...) Não dá pra usar mais aquele da ‘as nossas aulas são ruins, vamos lutar pelo socialismo’. Esse não funciona mais” (Militante feminista de São Paulo).

Portanto, num contexto onde o desempenho profissional tornou-se central para a inserção no mercado de trabalho e cada vez mais valorizado no interior das universidades, a participação ficou subsumida e restrita àqueles que, de alguma forma, resistiram à lógica utilitarista e pragmática da educação, aqueles que “*remaram contra a maré do status quo*”, como assinalou anteriormente um dos entrevistados.

Os estudantes, reflexo de uma sociedade e universidade que pouco questionam esse modelo, acabam por se inserirem nesta lógica, ora reagindo de forma crítica, ora se subordinando a ela. Este movimento pendular constante entre, por um lado, a busca por emancipação e, por outro, a subordinação aos ditames do consumo, tem se transformado numa das tensões mais presentes na juventude brasileira contemporânea (Projeto Juventude, 2004:14).

Mas se por um lado, a dinâmica interna do movimento, a passividade e o comportamento utilitarista dos estudantes – frutos tanto de seu descrédito em relação à política como de uma despolitização presente no corpo social – são elementos que condicionam a não inserção destes jovens no movimento estudantil, não podemos deixar de considerar, no entanto, as preocupações individuais e de sobrevivência que marcam grande parcela destes jovens. A escassez da atividade profissional e sua constante precarização tem sido uma das maiores preocupações do jovem brasileiro.

Pesquisas realizadas sobre a condição juvenil no país têm revelado um quadro pessimista em torno da questão do emprego entre os jovens. De acordo com os dados do Projeto Juventude, “dos 65% de jovens entre 16 e 24 anos que

estavam, em 2001, segundo o IBGE, na condição economicamente ativa, quase 18% não tinham emprego, o que significava 3,5 milhões de pessoas, representando quase metade dos desempregados do país” (2004:14). Mais: “enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho, 9 em cada 100 se encontravam desempregados, no caso dos jovens essa cifra saltava para 26,5 em cada 100, ou seja: três vezes mais!” (idem:35).

Certamente este fator tem influenciado no grau de adesão e participação dos estudantes em quaisquer das atividades promovidas pelas entidades estudantis. A condição de estudante trabalhador tem dificultado a realização de uma vivência mais intensa da própria universidade e de seus espaços políticos, esvaziando, em parte, a dimensão política de sua formação.

Como sugere um dos militantes,

“Para mim, uma das dificuldades que eu tive foi de ser de uma origem social mais baixa: minha mãe, meu pai sempre precisaram trabalhar desde cedo. Essa minha gestão na UNE, inclusive, foi bastante complicada também por isso. Eu não posso contar com minha mãe e meu pai pra me sustentar. Ou eu tenho condições de seguir as minhas próprias coisas ou não. Muitas vezes é até o inverso. Muitas vezes eu estou bancando a minha família e tal. Então, eu acho que essa é uma das grandes dificuldades. Agora eu acho que muitos companheiros e companheiras que tem a mesma situação que a minha vão, vão, vão, e depois param e vão pra casa. Isso eu acho que é ruim. Eu acho que tem que encarar o desafio e ir em frente” (Militante da UNE).

Portanto, se o diploma, como vimos anteriormente, pode simbolizar para estes jovens uma visão pragmática da vida, também pode significar, às vezes, a única saída para *remar contra a maré* do desemprego.

Mas se o cenário da participação política estudantil tem se apresentado como pouco expressivo no momento – principalmente quando pensamos em suas formas mais tradicionais de fazer política – essa realidade parece não ser exclusiva dele. Um dos fatores concorrentes para a visualização deste cenário tem sido o forte refluxo dos movimentos sociais. Os movimentos são como ondas, ora produzem momentos de maior expressividade e força social, ora de menor visibilidade.

Na análise dos militantes, a questão conjuntural tem tido um peso importante nas dinâmicas de participação dentro e fora da universidade. A forte experiência neoliberal, característica da década de noventa, causou um grande refluxo de participação na sociedade civil refletindo-se na dificuldade de mobilização a partir dos movimentos sociais.

Como observam os militantes,

“Hoje é um período muito difícil, porque a desmobilização é muito intensa. E é um período de muito individualismo – que as pessoas têm dificuldade de compreender a necessidade de organização coletiva pra qualquer coisa –, muito espírito de competição, de concorrência. Então essa conjuntura já é própria para prejudicar não o movimento estudantil mas qualquer movimento” (Militante feminista de São Paulo).

“Eu acho que o movimento estudantil hoje, como todos os movimentos sociais vivem num refluxo e tem dificuldade de ampliar a sua base social. Eu faço um diagnóstico que a partir de 2001 teve um estancamento desse refluxo. (...) Mesmo assim, vivemos num período histórico em que a crise de referência de esquerda se aprofunda com o refluxo dos movimentos sociais. Então pra mim o motivo é esse, há uma dispersão política, os 10 anos de neoliberalismo deram uma ofensiva ideológica muito grande e... isso se reflete no movimento estudantil” (Militante da UNE).

Neste sentido, os movimentos sociais estão desafiados a construir estratégias que possibilitem uma maior adesão das pessoas. No caso do movimento estudantil, experiências diferentes de mobilização têm sido realizadas de forma a tentar diminuir o fosso e o descompasso existente entre a pauta do movimento estudantil e os interesses dos estudantes. Compreender o que os estudantes sentem como essenciais em sua vivência universitária e juvenil, parece ser também, um desafio para aqueles que participam do movimento estudantil e lutam pela inserção de um maior número de estudantes em seu interior.

Desta forma, importante se faz, entrar no cotidiano dos estudantes e aproximá-los do campo da política. Para isso, torna-se necessário conseguir traduzir para estes, de forma contemporânea, as preocupações e lutas do movimento estudantil e construir outros espaços de participação, outras práticas e linguagens que possibilitem uma comunicação mais efetiva entre os mesmos.

A preocupação com o *conteúdo*, mas sobretudo, com a *forma de comunicar* e a própria *linguagem* do movimento estudantil tem sido para os militantes, uma reflexão cada vez mais frequente e cotidiana. A necessidade de se *diversificar* e de *pautar questões que ultrapassam o campo da educação e da política geral* tem sido uma das estratégias para atualizar e manter o *ethos* estudantil vivo; uma tentativa de se refazer, noutra tempo e contexto, a experiência de participação dos estudantes – tão clássica quando pensamos na trajetória dos movimentos juvenis – que vive continuamente latente.

Essas estratégias usadas, ainda que revelem uma certa dose de pragmatismo corrente na militância¹²², parecem ser uma das saídas para a oxigenação do movimento e uma maior aproximação destes com os estudantes.

A percepção de que a linguagem tradicional – já assimilada no meio estudantil – não é mais suficiente para aglutinar os universitários torna-se lugar comum na visão de um expressivo número de militantes, que acabam por criar estratégias para incorporar uma significativa parcela de estudantes que já não participa dos fóruns e espaços do movimento.

A utilização de pautas transversais que estejam mais aproximadas da vivência universitária como a da cultura, tem sido uma das formas do movimento estudantil comunicar e atrair outros jovens – sensibilizados através de outras linguagens políticas – para o campo da militância.

Como observamos nas falas dos militantes que participam e organizam os CUCAs e as Bienais de Arte e Cultura da UNE,

“Eu acho que tem uma parcela dos estudantes que participam das entidades e tem outra que não. Eu acho que as entidades precisam ganhar cada vez mais essa parcela. Que eu acho que está ligada a uma despolitização geral de uma geração... nós vimos de vinte anos de ditadura militar, os partidos de esquerda são fechados, então não tem como não pensar num saldo histórico. Eu acho que a eleição do Lula e tudo o que está acontecendo no Brasil, vai contribuir para que cada vez mais possam participar do movimento estudantil, e as entidades tem que se abrirem, estar com as portas abertas pra isso. (...) Eu acho que muitas pessoas que vem pra Bienal, não iriam para o Congresso da UNE, ou até iriam mas não tem a motivação que tem pra vir à Bienal. É que, por exemplo, quem faz arte, a forma dela se relacionar com o mundo é fazendo arte. Então, ela pode até ir a um Congresso da UNE, ir, discutir, debater, acho até que tem que fazer isso, exercitar isso, mas você poder mostrar o seu trabalho é muito mais completo” (Militante do CUCA de São Paulo).

“Bem, a Bienal e os CUCAs eles vêm privilegiar essa fatia de universitários que não se sentem participantes do movimento estudantil nos moldes tradicionais como passeata, como reunião, como atividade política. Mas através do CUCA através dessa vertente cultural, a gente consegue aproximar essas pessoas do movimento estudantil, aglutinar mais pessoas em prol de objetivos que é melhorar a educação, melhorar a cultura, porque a UNE não trabalha só pela melhoria da educação, ela trabalha pela melhoria da cultura, do esporte... logicamente, a vertente mais forte é a da educação. Agora uma coisa que a gente trabalha muito é que as atividades da UNE devem estar

¹²² Isso fica extremamente evidente, por exemplo, se pensamos na experiência das Bienais de Arte e Cultura da UNE, pois se por um lado, ela é produto da luta e existência de coletivos culturais espalhados por todo o país, por outro, é produto da tentativa direta do movimento estudantil atrair mais estudantes. Mas, neste momento, a questão do pragmatismo não será aprofundada, visto que a retomaremos noutra ocasião.

ligadas a um projeto de nação. A gente sempre fala isso. E a educação envolve todas as problemáticas que uma nação pode ter, e a cultura é uma das maiores maneiras de resistência e mobilização e conscientização que a gente pode fazer e ter com os universitários e com a sociedade como um todo” (Militante do CUCA de Recife).

“Eu acho que ajuda a acabar com um certo preconceito, um certo ranço que se tem com o movimento estudantil e que é legal se organizar, pensar coisas. E aí você... se fosse pelo movimento tradicional você nunca traria uma estudante que pensa em fazer produção cultural. Ela vem por conta do movimento cultural, só que inevitavelmente ela acaba ajudando o movimento tradicional. Começa a perceber que aqui o espaço é bom também e que movimento estudantil não é só fazer passeata e meter o pau nos outros. Claro, se for necessário... e o bacana também é que às vezes as pessoas dão um outro caráter a essas intervenções. Não fica só aquela coisa clichê de frases feitas, o pessoal coloca um quê a mais. Começa a assistir umas coisas mais divertidas nas passeatas” (Militante do CUCA de Salvador).

O surgimento e a garantia de espaços de participação e interferência efetiva dos estudantes tornam-se, assim, um importante instrumento no sentido de aumentar o grau de participação e estreitar os laços destes com as entidades.

Para os militantes a aproximação dos estudantes se dará desta maneira: pelo crescente aumento de espaços de participação, pela diversificação da atuação e pela maior interlocução das entidades com outros movimentos e organizações da sociedade civil. As experiências realizadas neste sentido, indicam e reforçam esta “fórmula”, como sugerem alguns dos militantes entrevistados.

Além disso, interpretam que os períodos em que o movimento estudantil esteve em ascensão, foram momentos de forte apelo e interlocução com a sociedade civil.

Como nos dizem,

“Eu penso às vezes que o movimento estudantil conseguiu ser mais de massa, dialogar e ser forte, quando ele dialogou com a conjuntura, pra fora da universidade, como por exemplo, no momento do Impeachment. Ele conseguiu ser um setor juvenil que falou pra fora” (Militante feminista de São Paulo).

“Essa relação com os movimentos camponeses para a FEAB é muito bom para os estudantes compreenderem que existem jovens que reivindicam, que tem a mesma rebeldia, isso ajuda. Essa troca de experiências... Por outro lado ajuda criando uma série de contradições com relação às coisas como elas são, com relação ao curso como ele é, com a universidade e os direcionamentos do curso, com relação a... enfim, em relação até mesmo com a sociedade como

ela é; essa proximidade ancorada em estudos teóricos isso aumenta muito a contradição” (Militante da FEAB).

A diversificação das formas, e espaços de atuação, tem sido uma importante maneira de diminuir o fosso existente entre as entidades e os estudantes e de ampliar o grau de participação destes. No decorrer deste capítulo, analisaremos também de que maneira essa diversificação vem acontecendo no movimento estudantil e quais tem sido as consequências desta. A seguir, faremos uma análise da interferência dos partidos políticos nas entidades e na própria militância estudantil.

5.1.2. A interferência dos partidos políticos na militância estudantil

Como assinalamos anteriormente, a questão da interferência dos partidos políticos no interior do movimento estudantil tem sido um dos pontos mais abordados quando da realização de uma análise mais aprofundada do tipo e grau de inserção e participação dos estudantes neste movimento.

A relação dos jovens estudantes com os partidos políticos não é recente. Já nos anos 60 a inserção destes em espaços de organização partidária foi importante para organizá-los nacionalmente no cenário do próprio movimento estudantil que se consolidava como o mais importante porta-voz da juventude brasileira naquele período.

Esta relação foi importante no processo de consolidação e crescimento de campos e grupos diferentes no interior do movimento, possibilitando uma maior dinamicidade na própria militância. As diferenças entre os campos provocavam disputas que movimentavam as entidades e os militantes¹²³, dinamizando a ação política entre os estudantes. Os partidos também ofereciam uma maior qualificação e formação aos militantes estudantis que nele se inseriam, garantindo, ao mesmo tempo, sua continuidade política com a presença de novos integrantes.

Este processo se acentuou no início dos anos oitenta quando o país caminhava rumo à abertura democrática. Com a regularização e o surgimento de

¹²³ Neste contexto se destacavam como campos políticos os grupos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à Juventude Universitária Católica (JUC). Este último, apesar de não ser ligada a uma denominação partidária, foi berço para Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

novos partidos, estes tornaram-se um importante espaço e fonte de apoio para os militantes dos movimentos sociais que também se organizavam.

Neste sentido, os partidos políticos logo tornaram-se espaços de formação para os militantes dos movimentos sociais – incluso aqui os estudantes –, e o movimento estudantil, como um deles, tornou-se um espaço-fonte de transmissão, uma *câmara de eco* ou de *ressonância* de propostas elaboradas pelos diferentes partidos. Além disso, também tornou-se um lugar de “recrutamento” de militantes, de novos integrantes, como realçamos anteriormente.

Não sabemos ao certo em que momento e como esse processo de “partidarização” das entidades foi aprofundado, mas com o passar do tempo essa relação foi significativamente realçada e, em muitos casos, os partidos começaram a interferir e instrumentalizar as entidades para seus fins. Criou-se, assim, uma cultura de aparelhamento das entidades estudantis que reforçou no interior do movimento estudantil um *habitus* político muito ligado à política tradicional e suas formas de atuar, o que acabou, de certa forma, distanciando as entidades do estudante comum que não conseguia dominar esse tipo de linguagem política.

A profissionalização da militância, as lutas e disputas pelos espaços do movimento estudantil, a observação de práticas autoritárias, a tecnização da política – observada tanto através do estilo como do discurso político –, e uma reprodução um tanto automática das pautas dos partidos no interior das entidades são alguns elementos que, possivelmente, tem afastado os estudantes da política produzida nas entidades.

Mas se os militantes (principalmente os que tem uma inserção maior no movimento geral) concordam com algumas críticas realizadas pelo estudante comum, os mesmos relativizam quando perguntados sobre a percepção que tem sobre esta relação com os partidos. Como nos afirmam,

“Existem dois extremos e posições que é preciso desmistificar. Um extremo é o de que existem parcelas do movimento estudantil que dizem o seguinte: “olha, é errado existirem as forças políticas e partidárias no movimento”. Isso deslegitima a posição que cada estudante, cada cidadão pode ter de escolher o seu partido, o seu grupo político. Ter partido é legítimo, é válido. Agora existe uma outra posição que visa, por exemplo... que às vezes parece que pra você participar do movimento estudantil você tem que ter uma carteirinha ideológica, uma carteirinha partidária e exclui a participação dos estudantes que, ou ainda não se identificaram com alguma agremiação, alguma força política, ou que não vão se identificar porque pensam diferente e vão participar de modo diferenciado. Então é preciso ter um equilíbrio nisso. As forças políticas tem o direito de participarem, mas agora os estudantes como um todo também tem espaço, os estudantes que não são ligados precisam ter espaço. E muitas vezes, a disputa política colocadas acima das bandeiras

centrais do movimento, são colocadas acima disso e inibem a participação de uma parcela de estudantes que não estão identificados, que são independentes, mas que querem participar, querem atuar nas bandeiras centrais do movimento. Isso eu acho que precisa ser resolvido” (Militante da UNE).

Em seguida, acrescenta:

“(...) Por outro lado, acho que é bobagem dizer que existe uma grande presença de partidos políticos dentro do movimento estudantil. Isso sempre existiu. Você veja os congressos dos anos 60. Eram travados por disputas campais; a disputa que a AP tinha com o PCB... A disputa que ia ter em 68 entre o Travassos da AP e o Zé Dirceu que era do PCB, uma disputa que ia ser travada de delegado a delegado. E tem gente que diz que o problema do movimento hoje é a presença dos partidos políticos. Isso é bobagem. O problema talvez seja a gente não conseguir ter a maturidade política de, mesmo participando de organizações partidárias e de juventude, a gente não perceber que essa disputa precisa ser feita, mas que acima deve estar a disputa de idéias. Então ter espaços mais construtivos é essencial”. (Militante da UNE).

“Depende. Alguns aparelham o movimento, traz o político do partido... e vai nessa relação. Outros não. Outros são militantes de partido que tem um programa máximo, um projeto de nação e que por ter um projeto de nação tenta disputar um projeto de educação coerente com esse projeto de nação. Mas não traz a coisa da política partidária. Tem essa diferença” (Militante feminista de São Paulo).

A relativização da relação do movimento estudantil com os partidos parece advir de uma compreensão de que os mesmos são espaços organizativos e articuladores de uma proposta mais geral de sociedade onde os movimentos sociais devem e podem participar. São eles os responsáveis por formularem um projeto global de sociedade, por “disputarem” a sociedade. Além disso, na visão de um dos militantes, eles ampliam a perspectiva de luta dos movimentos sociais, rompem com seu corporativismo. Estes também admitem que os partidos orientam, politizam, sendo fundamental num movimento caracterizado pela transitoriedade. E se os partidos têm uma influência significativa dentro do movimento estudantil, o contrário também pode-se dizer, como afirmam dois militantes abaixo:

“Eu acho que tem uma influência significativa, como o movimento estudantil também tem uma influência significativa na pauta dos partidos e organizações. É um trabalho a via de mão dupla. Isso não quer dizer que não haja prática de aparelhamento do partido no movimento. Há inúmeras organizações que tem práticas aparelhistas, de transformar o movimento estudantil como correia de transmissão. Eu acho isso errado. E acho que a

direção majoritária da UNE faz isso de maneira muito forte na UNE. Claro que ela detém um caráter de mão dupla. A pauta da UJS e da UNE influencia a pauta do PC do B. Agora eles colocam a pauta e a correia de transmissão muito forte nesse movimento. Então é preciso que as organizações políticas e partidárias se organizem, é legítimo, mas é preciso entender que organização política é organização política, movimento é movimento. Ele pode atuar no movimento mas entendendo sua autonomia. E tem o seguinte, o movimento tem uma pauta da realidade concreta que no nosso caso é a educação. As organizações políticas partidárias fazem uma disputa de sociedade. Poder de fato. E pra realizar essa disputa de sociedade precisa passar pela realidade concreta das pessoas. Então as coisas estão imbricadas. Influências às vezes de maneira ruim, mas é assim. E eu acho que as organizações políticas partidárias quebram o corporativismo do movimento estudantil, elas dão essa amplitude maior de lutar por outras coisas na sociedade. E ainda acho que o movimento estudantil brasileiro só foi o que foi – isso é ousado falar – por conta das organizações políticas partidárias” (Militante da UNE).

“Eu acho que, salvo algumas excessões, a intervenção dos partidos têm sido positiva para o movimento estudantil, porque traz uma série de reflexões. Porque queira ou não aqueles que participam do partido tem uma reflexão acerca a política, sobre o movimento mais global, estudam mais também, trazem uma série de elementos a mais... a interferência dos partidos políticos no movimento estudantil da agronomia tem sido... eles se organizam, compõem e fazem de fato a disputa pelas deliberações da federação... em alguns momentos isso prejudica porque acaba ficando só uma divergência partidária, de embates partidários e foge um pouco do debate que o congresso deveria se propor, mas de maneira geral tem sido extremamente positivo. Eu considero positivo a participação dos partidos no movimento estudantil porque trazem uma série de reflexões. Ainda mais no movimento estudantil que tem como uma de suas características a transitoriedade... assim, as pessoas através da participação no partido podem ter uma série de reflexões que tem caráter histórico” (Militante da FEAB).

Mas se os militantes consideram positiva a relação com os partidos, rejeitam toda e qualquer interferência e aparelhamento das entidades. A relação vertical, hierarquizada e aparelhista é também criticada pelos militantes que não mais aceitam esse tipo de prática, apesar de terem consciência de sua forte existência. A interferência pode acontecer desde que respeitando a autonomia do movimento que se esforça em estabelecer um novo vínculo com os estudantes, um novo pacto, em que as demandas estudantis se afirmem perante à simples reprodução das bandeiras criadas no interior dos partidos.

Certamente, a *apropriação* pelos militantes de um capital cultural onde a linguagem da política institucionalizada, sua dinâmica e seus rituais estão presentes, demarca a diferença frente ao estudante comum que não está familiarizado com os códigos e símbolos pertencentes a este universo. Demarca uma atitude de maior pragmatismo e adaptação à dinâmica das entidades e seus possíveis vícios.

Com uma visão mais pragmática, os militantes compreendem que se existem problemas na dinâmica das entidades (aparelhamento, burocracia, hierarquização, etc.) é preciso combatê-los e, para isso, é preciso estar do lado de dentro, realizar pactos entre os diferentes grupos. A compreensão da política passa necessariamente por um repertório de estratégias que vão do rechaço à aliança necessária com outros grupos e correntes políticas, dependendo do contexto. Passa também por uma auto-avaliação das práticas coletivas de cada grupo ou tendência para que seja possível, quando necessário, a realização de ações comuns. Em momentos especiais, se negociam os pactos, se negociam as identidades; se formulam outras estratégias. Como afirmam os dois militantes abaixo,

“Eu acho que a gente que fazia oposição na gestão passada cometeu um grande equívoco: o de não ter identificado o real problema de desmobilização dos movimentos sociais e ter colocado toda a culpa na UJS. Isso acabou fazendo com que a gente não tivesse a capacidade de formular alternativa para o real problema. Achou que era melhor identificar numa corrente o problema. (...) O que a UNE tem que fazer? Criar uma articulação real na rede, fazer com que a rede do movimento estudantil funcione. Que as executivas de curso entendam que o problema não é a UJS, não é a direção, é sistêmico. É necessário que todos entendam isso: os CAs, as UEEs... a nossa aliança com a UJS demonstra isso. Porque se a gente não fizer um pacto geral dentro do movimento estudantil nos não vamos conseguir trazer os estudantes, ser reconhecido como instituição representativa dos estudantes, pelos estudantes... (...) Isso a gente tem que conseguir enfrentar e para isso temos que identificar o real problema, que é de articulação dentro do movimento estudantil, de mais espaços de discussão. O essencial é construir mais espaços de participação. Não vai vir todo mundo, mas se você conseguir criar espaços maiores de participação, nos vamos ter autoridade pra dizer pra todo mundo ‘você não veio porque não quis’” (Militante da UNE).

“Você tem a maior tendência que é a UJS, ligada ao PC do B. E aí eu quero desmistificar outra coisa. Ela não é só a maior tendência porque no congresso da UNE ela faz um processo pouco legítimo de eleição de delegado, que tem um problema que todo mundo sabe, por ela ser stalinista, por ela fazer tudo de cima pra baixo. Não, ela é maior porque é maior dentro do movimento social, no movimento estudantil, tem base real. Nenhuma organização que não teve base real no movimento estudantil conseguiu se manter na UNE. Você ver o PSDB e o PFL no congresso da UNE. Eles tiveram 37 votos juntos. A UJS é maioria porque ela tem uma base consolidada no movimento. Podemos questionar o método, a política? Sim. E devemos questioná-los. Mas é preciso sair do debate visceral e assumir que a oposição, que o setor minoritário, ele é minoritário mesmo. Então o problema do partido não está só no PC do B. O problema não é só o outro. O problema somos nós. Nós somos menores. Até por conta de nosso discurso, de nossa prática política, nossas posições. A gente dialoga com um setor, com uma parcela menor de estudantes do que dialoga a UJS. Eu acho que agora tende-se a ter uma avaliação dessa entre as correntes minoritárias. Até porque os congressos da UNE, com todos os seus problemas, ele foi para nós nessa sua última versão meio que revelador. Ninguém saiu do congresso dizendo que o PC do B é

ladrão, que ele fraudou, que ele foi intransigente. Porque, por exemplo, o PC do B, a UJS, garantiu uma série de questões regimentais que a gente não esperava. Por exemplo, pra votar, precisou apresentar o RG; foi aprovado o CONEB. Constitui-se a possibilidade de uma nova maioria na UNE. Porque teve uma chapa do PC do B com a Articulação (que é o campo majoritário do PT), o PMDB (MR-8) na composição. É uma chapa que não tem o PTB como tinha antes, o PFL, que não tem o PSDB. Então, com todas as divergências que eu tenho com eles eu não posso dizer que esses são meus inimigos de classe” (Militante da UNE).

Mas se essas estratégias fazem parte da percepção que os militantes e suas tendências têm do contexto político, também o são em alguma medida, uma reprodução do que acontece, num nível maior, no interior de seus respectivos partidos. Ou seja, muitas vezes as estratégias de afastamento ou aproximação entre as diferentes tendências se dão a partir de um processo de reprodução das tomadas de posição e interesses dos partidos a que são vinculados.

Em estudo sobre as juventudes partidárias portuguesas, essa dinâmica parece também se verificar quando analisando a relação destas com seus respectivos partidos. Para Cruz (1990:226), a história destas juventudes é, em boa parte, a história dos partidos que as criaram e enquadraram. Desta forma, nela “se refletem as disputas, se agravam os conflitos, se ensaiam as reconciliações, se evitam as confrontações e se esboçam as cisões ocorridas nos grandes partidos”.

Certamente, essa dinâmica não é bem “digerida” pelo estudante comum que não percebe as nuances de tal movimento, optando por não participar ou manter-se à distância. Essa dinâmica parece reforçar uma forte institucionalização não só da política, mas de uma prática reprodutora de um *habitus* que sustenta, muitas vezes, a *realpolitik*, ou seja, uma certa profissionalização da política.

Parece necessário, nesse caso, a realização de uma tradução dos códigos da militância para os estudantes em geral; por outro lado, necessário se faz que os militantes se apropriem também dos novos códigos que surgem no meio estudantil. Esta tentativa de aproximação poderá permitir um estreitamento da identidade coletiva de ambos, militantes e estudantes.

Mas se existe a compreensão de que o movimento estudantil precisa ser menos partidarizado, ao mesmo tempo, existe a consciência de que o movimento por si só, não consegue arregimentar os estudantes para suas lutas. Foracchi em suas reflexões sobre o movimento estudantil dos anos 60, chamava a atenção para a importância do partido nesse sentido. Ela nos diz,

“Seríamos levados, destarte, a admitir que, sem cobertura partidária consistente, a vanguarda estudantil não pode desenvolver sua atuação organizada, sistemática e coerente. O que por seu lado, indica as dificuldades com que se depara a própria organização partidária para atuar na linha da política nacional que é, evidentemente, o que mais a preocupa. Ou, então, poderíamos supor que a atuação partidária se concentra no plano nacional, considerado mais estratégico para a consecussão das metas partidárias. Seja qual for a razão desse alheamento, o importante é que a vanguarda estudantil, destituída de lastro partidário, não consegue arregimentar, por si mesma e com suas próprias forças, a massa estudantil porque, só a duras penas, se sustém como vanguarda” (Foracchi, 1972:232).

No início do milênio, a situação parece um tanto agravada. O movimento mais partidarizado que nos anos 1960, parece não conseguir se desligar totalmente dos partidos (é sintomático, por exemplo, o modo pelo qual os militantes se referem às atuais tendências: “a chapa do PC do B”, a Articulação que é a “majoritária do PT”, entre outros), que acabam servindo como instrumentos de sustentação da militância e das próprias entidades. Mas se a partidarização hoje é muito mais expressiva e forte que no passado, a força advinda da pluralidade dos movimentos sociais e a interlocução com estes também é maior e pode ser uma alternativa a mais para a diminuição da dependência do movimento estudantil dos partidos políticos.

Também, importante se faz não estigmatizar aqueles estudantes que optaram, para além do movimento estudantil, por realizar um caminho ligado à política partidária. Reforçar estigmas negativos não colabora na aproximação dos estudantes e sua participação nas entidades.

Ainda assim, grupos organizados por estudantes se ressentem da extrema partidarização do movimento. A intervenção, às vezes, um tanto autoritária; a lógica de imposição; a contaminação dos debates pelo viés do discurso partidarizado, baseado no convencimento e na disputa de poder, são elementos de rejeição por parte de grupos inseridos no movimento estudantil atual.

Expressiva é a fala de uma das militantes do coletivo GLBT que, ao se referir à realização do ENUDS, chamou a atenção para a tentativa de imposição e “aparelhamento” por parte de grupos partidarizados. A tentativa de se inserir nos grupos emergentes não só para controlá-los, mas também para demarcar posicionamentos políticos, tem sido também uma prática constante de significativa

parcela do movimento estudantil clássico que tem forte dificuldade de comunicar aos estudantes. Como realça,

“E aí existe uma dificuldade de... Porque o movimento estudantil clássico, como você se refere, ele vai, mas ele vai, ele participa e a gente quer que ele participe, a gente quer que tenha essa articulação entre o movimento GLBT e o movimento estudantil, mas o problema é a forma como isso está se dando no ENUDS. Não estou dizendo que já rolou aparelhamento. Rolou por partido, cada hora é um partido. O bom é que até agora eles não vêm aparecendo da mesma forma reiteradamente. Cada hora é um. Parece que estão aprendendo a lição. Porque a gente também fica numa coisa de resistência. Porque a gente não quer deixar que o ENUDS vire a UNE com disputa de poder. Quer dizer, disputa de poder sempre tem, mas não com essa disputa de poder que a gente ver, tipo “olha, a gente promete verba”. A gente não tem verba, é tudo voluntário. É diferente, sabe. A gente quer articulação com o movimento estudantil, mas a gente faz a crítica ao movimento estudantil, ao modo como ele se encontra. A gente quer articulação, mas no nosso patamar qualitativo. Esse ano por exemplo, rolou um aparelhamento pelo PSTU e é foda porque sem ter tido nenhum grupo de discussão sobre reforma universitária queriam votar na última plenária que o ENUDS se proclamasse contra a reforma universitária. E aí é sempre aquela coisa da moral, de querer colocar moral na política. Então quem não quisesse discutir o tema é porque era a favor da reforma universitária, e aí já é do mal, é burguês. Muda o caráter das coisas. Eu mesmo sou contra essa reforma universitária, mas fui terminantemente contra isso porque não houve discussão nenhuma no ENUDS. A gente vai tentar já fazer uma mesa de discussão com várias visões diferentes – porque o pessoal também só quer colocar um tipo de discussão. Então isso cansa. Quer dizer, é uma luta constante para não deixar, para deixar mesmo o poder dividido. Mas eu acho que a gente está tendo muito sucesso. Está havendo um aumento gradual de pessoas, de participação de universidades, de representação nacional, tem mais estados participando” (Militante do coletivo GLBT).

Necessário se faz, portanto, construir uma dinâmica dentro do movimento estudantil que permita uma maior construção de espaços e discussões menos formatadas pelo registro e lógica partidárias. Considerar e equilibrar as diferentes formas de atuação e militância no interior do movimento estudantil torna-se, portanto, importante nesse processo de diminuição de tensões provocadas, em boa parte, pela tentativa de enquadramento dos grupos emergentes pelo movimento estudantil clássico.

5.1.3. João que amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém: a representação coletiva dos grupos em questão

Como insistimos em afirmar, não existe um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se manifestam através de vários grupos que se comunicam, negociam pautas, bandeiras de luta, agendas comuns e se constituem na relação com os outros. Nesse processo comunicativo os grupos fortalecem suas identidades, realçam posicionamentos, se representam e representam os outros.

Neste tópico, queremos abordar essas diferentes visões e perceber a partir dessa lógica, a dinâmica das relações que se insere no movimento estudantil atual. Compreender a relação que se afirma a partir do surgimento de identidades e representações pode ser um importante instrumento de análise para pensar este movimento na atualidade. Além disso, queremos perceber os conflitos existentes e as diferenças/semelhanças entre os grupos; aquilo que os separa e aquilo que os une.

Também queremos recuperar a discussão realizada por Jovchelovitch no capítulo 3 que sugere o espaço público como um local privilegiado de produção e representação social; um locus onde a comunicação entre os grupos e a difusão da representação acontecem. Não só: um espaço onde o que prevalece, o que se torna central, é a alteridade, tornando-se também um lugar de produção de identidades coletivas. É na articulação entre estas duas categorias que queremos aqui, portanto, analisar o movimento estudantil; no espaço da militância, no espaço da universidade.

Neste sentido, destacaremos cada um dos grupos e faremos um confronto entre os mesmos tentando perceber o nível de ligação e interlocução entre si.

5.1.3.1. O movimento estudantil clássico na berlinda: sua representação coletiva a partir dos outros grupos

O movimento estudantil clássico, expresso em suas entidades, de fato, tem sido a grande referência de todas as outras experiências que vieram posteriormente, sejam aquelas de cunho cultural, sejam as de caráter eminentemente político e

educacional. Se por um lado, os centros acadêmicos, os diretórios centrais e a própria UNE são fortemente criticados por uma significativa parcela de estudantes, seja por seu distanciamento, seja pelo excessivo grau de partidarização, por outro, são estas entidades que servem de elo para todos os grupos mencionados nesse trabalho, tornando-se centrais na dinâmica destes. É através do movimento estudantil clássico – ou até para questioná-lo – que os outros grupos surgem e se estabelecem.

Nesse sentido, todos os militantes aqui entrevistados tem uma forte representação deste movimento, trazendo e considerando elementos tanto positivos quanto negativos desta relação. Quase todos os entrevistados, além da militância política específica nos coletivos e executivas de curso, participam também do movimento geral, compreendido aqui pelas entidades e sua militância clássica.

Mas como representam esta dimensão do movimento estudantil? Podemos afirmar que o movimento estudantil clássico é representado aqui pelos quatro grupos de diferentes maneiras. Essas diversificadas representações estão ligadas à história e a relação que esses grupos estabeleceram com o mesmo ao longo do tempo.

Intimamente ligado à UNE, os CUCAs tem uma representação bastante positiva do movimento, apesar de ser crítico da disputa interna dos grupos políticos em seu interior que acabam por contaminar, em alguma medida, seu próprio trabalho.

Esta disputa e a forte associação dos CUCAs como pertencentes ao campo majoritário da UNE, dificultam a expansão dessa experiência. O fato dos outros grupos políticos não priorizarem de forma significativa o trabalho dos CUCAs como um importante espaço de atuação do movimento estudantil é expressão da profunda divisão existente neste, que não consegue perceber a necessidade de uma visão de conjunto e “*suprapartidária*” no que diz respeito à questão cultural. Como nos diz um dos militantes dos CUCAs,

“A gente tem muito contato. O contato oficial que a gente tem com a UNE é com o Tiago. A gente discute muito com o Tiago que é o diretor de cultura da UNE, que é uma pessoa que trabalha direto com a gente e que é uma pessoa fenomenal. Também temos o contato com o Gustavo que é o presidente da UNE. O contato formal que a gente tem com a UNE é esse. Na prática as tendências políticas em si que atuam politicamente no movimento estudantil, não atuam dentro do CUCA. Não atuam mesmo, nenhuma delas. Nem a UJS que é a tendência majoritária dentro da UNE atua organizadamente enquanto

UJS, por exemplo. Mesmo que quem esteja coordenando lá seja da UJS. Eu por exemplo, faço parte da UJS, a Tininha faz parte da UJS e a gente obviamente conversa entre a gente, mas é muito mais porque é a gente que coordena do que porque é uma reunião de tendência política. A reunião é do CUCA, a reunião é para definir as coisas do CUCA. Então quem participa dessas reuniões com a gente, é gente que não tem mesmo nenhuma ligação com partido político, com força política. Eu acho que seria extremamente proveitoso pra gente que outras tendências comessem a participar e orientassem alguns militantes a participar efetivamente do CUCA. A gente sabe por exemplo que o PT é um partido que tem uma história de contato e de trabalho com essa questão da cultura; dos partidos de esquerda, é o partido que tem mais experiência e mais contato dentro dessa área. As tendências dentro do PT, todas elas têm contato com artistas. Então seria muito importante que elas indicassem pessoas para estarem participando do CUCA. Por exemplo, o MR-8 que tem um trabalho consolidado entre os secundaristas aqui na UMES de São Paulo, que é o CPC da UMES, realiza um trabalho absolutamente respeitável. Muitas coisas do CUCA a gente fez observando o trabalho do CPC da UMES, a gente vai se espelhar neles como exemplo de um trabalho bem feito entre os estudantes, independente de divergências políticas que possam existir. É algo que é absolutamente... Que a gente tem que reconhecer. Seria muito importante que outras tendências indicassem militantes que pudessem estar participando ali. O CUCA, quem for lá participar no CUCA vai perceber que é uma outra coisa, não é um movimento estudantil, é uma coisa absolutamente aberta à participação de todo mundo” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

A percepção de que o movimento estudantil clássico precisa se rever no sentido de deixar as diferenças de lado quando o assunto é de importância coletiva, fica clara. A última frase do militante acima é significativa de uma certa representação do movimento, produzida e reproduzida na base estudantil. Quando, por exemplo, define os CUCAs como sendo “*não um movimento estudantil, mas uma coisa absolutamente aberta à participação de todo mundo*”, fica implícita a representação de um movimento fechado e com dificuldades de comunicar e incorporar novas pessoas em seu interior.

A contaminação do espaço da cultura por um tipo de militância clássica que não ajuda no processo de oxigenação do próprio movimento tem sido criticado pelos entrevistados. A falta de uma demarcação clara destes espaços acaba provocando situações um tanto desconexas a partir de uma sobreposição de modelos militantes. O território destinado a discutir a questão cultural numa perspectiva de intervenção dos estudantes, acaba muitas vezes sendo invadido por questões de âmbito da política tradicional das entidades estudantis. A reclamação, por exemplo, de uma certa disputa que tem ocorrido nas Bienais de Cultura por parte dos diferentes grupos políticos que lá surgem para “*reivindicar*” um outro modelo para a Bienal, ou ainda, a queixa de que não existe por parte de todas as tendências uma preocupação em fortalecer os CUCAs, seja chamando novas

peessoas para participar, seja os apoiando de forma mais expressiva, ficam aqui registradas:

“Eu acho que se deve ao tensionamento que existe dentro do próprio movimento estudantil. Eu acho que existem várias coisas em torno disso: da organização interna de cada tendência, por exemplo, do número de militantes que cada tendência tem, do que eles colocam como prioridade, mas fundamentalmente também é muito por conta do tensionamento interno do movimento estudantil, porque o cara chega na Bienal da UNE como se estivesse chegando no Congresso da UNE, para disputar, para ganhar a Bienal, como se houvesse ganho na Bienal senão uma opinião cultural. As pessoas muitas vezes chegam na Bienal com o espírito de congresso, com palavras de ordem de congresso de entidade e isso cria um tensionamento que é absolutamente não só desnecessário, como ainda alienígena dentro da Bienal. Ao invés de ter um posicionamento cultural, um projeto de cultura e um debate acerca da cultura nacional transfere para um debate que... o espaço desse debate é no congresso. Eu acho que se dá muito por conta desse tensionamento. Uma certa mentalidade de que o CUCA é uma coisa só da UJS, que não é dos universitários, que não é da UNE e na verdade, é da UNE... É isso que eu acho. Agora é fato de que quem está lá no CUCA não exerce um papel de político. Sei lá, se você é presidente da UNE então você tem que ser de fato um político, você tem que aprender a negociar muitas coisas. Quem está no CUCA são artistas, são artistas efetivamente, mesmo que uma parte tenha vindo do movimento estudantil, são artistas. Eu não acho que o meu papel seja sentar com a direção da esquerda e não sei o quê, com uma tendência qualquer dessas aí e pedir a participação deles dentro do CUCA. Meu papel é debater o teatro que é a minha área, é debater a música que eu toco numa banda, esse é o meu papel, entendeu. Então eu também acho que depende muito da aproximação deles aqui. Agora tem tido interesse. As pessoas que são mais abertas e com quem a gente consegue conversar, todas elas falam “posso enviar alguém aqui?”. Pode, pode mandar que é um negócio que é interessante de estar participando” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

A Bienal de Cultura e Arte da UNE surgiu como uma proposta de diversificação do movimento estudantil, como já assinalamos em capítulos anteriores. O surgimento desta experiência veio preencher um vazio de participação existente entre os estudantes, tornando-se um lugar importante para aqueles que não se identificavam com os espaços tradicionais do próprio movimento. Nesse sentido, uma certa tentativa de colonização desse lugar por tendências e grupos políticos acabam por deslocar o foco daquilo a que ele próprio se propunha. Como nos diz uma das coordenadoras dos CUCAs,

“Eu acho que como toda organização política as organizações partidárias participam. Se você for pegar o MST, a CUT, todas tem. É inevitável que os jovens que são de partidos políticos tenham até uma disposição maior de participar da atividade política e à UNE. Agora eu acho que a gente tem que pensar que existem muitos estudantes que não tem partido político nenhum e que esses estudantes têm que ter um espaço dentro da UNE. Por isso que eu

acho que eventos como a Bienal são importantes para o movimento. Deveriam ter nas várias áreas, não só na cultura. É um espaço principalmente para aqueles que não são de partidos, que não são de forças políticas mas estão afim de dar sua opinião, de debater. Em todos os debates as pessoas participam, sugerem coisas... Os próprios voluntários da organização da Bienal, muitos deles não são de partidos políticos. Esse tipo de espaço tem que ser aberto para isso; para não ficar reduzido aos estudantes que participam dos partidos políticos” (Coordenadora Nacional dos CUCAs).

Portanto, apesar dos CUCAs terem o total apoio da UNE, sua relação passa por uma reafirmação constante da defesa do espaço conquistado no interior do movimento. O questionamento acerca da produção artística destes coletivos e do próprio modelo da Bienal pode ser realizado, mas com a clareza de que a crítica deve ser respaldada por uma análise de fundo político e cultural e não apenas vinculada às disputas entre as tendências internas do movimento, sugerem os integrantes dos CUCAs.

Um elemento importante nessa discussão, que quase sempre está presente na crítica que muitos militantes estudantis fazem às Bienais e aos CUCAs é a própria concepção de cultura. Muitas das tendências ligadas ao campo de oposição da UNE compreendem que a Bienal trabalha com uma concepção muito ligada à cultura de massa e não a uma perspectiva cultural que a associe a questões como luta e resistência. Esta tensão estará sempre exposta na relação que os CUCAs têm com parte do movimento estudantil clássico. Essa dimensão de análise será aprofundada no tópico em que problematizaremos a representação que os outros grupos fazem dos CUCAs.

Mas se por um lado, os CUCAs têm uma representação do movimento estudantil clássico muito ligada à uma necessidade de abertura e oxigenação, por outro, o tem como um importante parceiro nessa trajetória até aqui realizada, principalmente a UNE. Além disso, percebem que o próprio movimento estudantil clássico – considerando todas as suas tendências internas – começa a compreender o relevante papel que os CUCAs têm nesse processo de diversificação do movimento e da própria discussão específica da cultura dentro das entidades.

A certeza de que os CUCAs não existiriam, caso o movimento estudantil clássico não apostasse nessa experiência, faz toda a diferença na relação estabelecida com as entidades, que acabam por serem seus maiores parceiros. Nesse sentido, os militantes dos CUCAs também o compreendem como um ator social fundamental no cenário da universidade. E se o mesmo tem limites de comunicação e alcance entre os universitários, é para isso que os CUCAs também

existem e trabalham, para dinamizá-lo e fortalecê-lo, como analisam os militantes abaixo.

“A gente trabalha e convive bastante com a UNE, com a UEE, com os DCEs e CAs e a gente sente muito a necessidade de que a UNE deva representar mais e melhor os estudantes. E representar mais e melhor é poder estar articulando o movimento estudantil, poder estar, de fato, garantindo as bandeiras históricas dele, uma nova universidade, mas também garantir que a UNE possa buscar mecanismos de que os estudantes que produzem cultura, os estudantes que gostam de esporte, enfim, esse outro lado característico dos estudantes, possam se sentir reconhecidos e possam se sentir representados pelo movimento estudantil. Eu acho que o CUCA contribui nesse processo (...). E eu acho que o que nos une é a busca por uma nova universidade, a busca pelo fortalecimento da universidade pública, pelo fortalecimento da pesquisa e extensão e colocar a universidade numa posição estratégica para a construção de um novo projeto nacional” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

“Até um ano e meio atrás não. As forças que não faziam parte da majoritária, que não concordavam com a majoritária, também não gostavam muito. Mas hoje não. Hoje todo mundo, todas as forças entendem que é importante, que a cultura é um dos jeitos mais fáceis de conquistar o estudante que não gosta de política. (...) É, a relação com a UNE é boa. E é bacana porque a UNE a cada ano que passa ela vai procurando caminhos para sustentar melhor os CUCAs. A UNE foi quem viabilizou, foi a única que escreveu os projetos para o ministério. Eu vou lhe ser sincero, nós não teríamos condições técnicas para escrever o projeto. É óbvio que a gente sabe escrever texto, foi o que fizemos. Nós escrevemos o maior número de textos, falamos do que nós sabemos e gostamos de falar, de arte, e mandamos para a UNE. E foi a UNE que botou um burocrata para escrever o negócio do jeito que o povo gosta, para ser aprovado. Talvez se não acontecesse isso o nosso projeto nem fosse aprovado. O artista tem um problema sério com a burocracia. Ele não é um empreendedor, um administrador, ele gosta de viajar, e tem muitas dificuldades. Deveria saber. Então é necessário que haja um bom diálogo entre o artista e o movimento. Porque o pessoal do movimento sabe organizar as coisas. Porra, eles organizam um encontro para dez mil estudantes e bota todo mundo em alojamento e tal. Claro, às vezes dá uns pepinos, mas... Eles conseguem alojamento, estrutura de banho (se não tiver chuveiro eles tem que colocar lá) e para isso tem que ser burocrata se não, não dá certo” (Militante do CUCA de Salvador).

Analisando a representação do movimento estudantil clássico a partir dos coletivos de gênero, talvez a questão central que se coloca, neste caso, seja a relação *pragmática, instrumental* e, muitas vezes, *autoritária* que ele tem para com estes. A tentativa de apropriação e enquadramento destas novas e diferentes experiências por parte do movimento estudantil clássico parece ser recorrente e próprio de uma

visão hierárquica da relação. Isso pode ser nitidamente observado a partir dos discursos dos entrevistados que claramente criticam tal atitude.

No primeiro exemplo, o uso das bandeiras de luta dos coletivos feministas com o fim de conquistar e disputar a base estudantil, como veremos na fala da militante. No segundo exemplo, a tentativa de controle e formatação dos novos espaços de militância a partir de uma certa imposição de conteúdos para a discussão, como foi o caso mencionado pela militante do coletivo GLBT.

“Você vê esse último congresso, todo mundo, todo campo político tinha um texto na sua tese com propostas para essa questão das mulheres: cotas de 30%, nan nan nan... todos tinham. Só que tem muito campo político que faz isso mais pela questão da disputa do que porque tem de fato uma resolução, uma construção, uma formulação feminista. Então eu digo, depende: a discussão das mulheres, da temática GLBT, a questão racial são tratadas de forma secundária... Quando você vai falar, por exemplo, que a gente quer uma pauta que fale sobre a legalização do aborto aí as pessoas dizem... “ah isso é interessante, é legal, mas é que a gente está numa greve agora e não dá”... porque o movimento estudantil também tem todo esse caráter, ele sempre teve esse caráter emergencial. (...) Então para a questão das mulheres, para muitos grupos ela é uma questão secundária; ela foi colocada na tese mais para disputar; disputar uma base que talvez se interesse por essa questão de gênero; porque criou demanda, criou demanda com esse encontro de mulheres. Depois disso a UJS criou uma outra diretoria de mulheres, uma para eles, porque sabe que tem demanda... É bem isso!” (Militante feminista de São Paulo).

“Então, essa dificuldade, na prática, a gente percebe nas reuniões. As reuniões são diferentes. No ENUDS isso é visível. A gente percebe claramente: um grupo (do movimento estudantil clássico) querendo colocar uma forma de agir, querendo colocar métodos de ação, num movimento de racionalidade. A racionalidade vem legitimando. E isso eu discordo muito. Eu não acho que existe essa racionalização, eu acho que é uma tentativa ilusória de controlar um processo incontrolável. Tem pressões, né? Na verdade, essa é uma forma de controlar, alegando a racionalidade e tal, é um argumento de controle. E aí os problemas são vários porque o movimento estudantil, ele querendo ou não, possui uma hierarquia, tem formas de agir, que muitas vezes não se compatibilizam. Isso é muito visível em vários aspectos. Lá no ENUDS eu bati bastante nisso com o pessoal do PSTU. Também foi uma reação prática minha para acabar com esse aparelhamento que estava tendo. Eu falava: “Bom, vocês ficam falando que a gente tem que ficar falando de reforma universitária sem nem ter discutido isso... e o que vocês fazem?”. E falei mais: “Lá no DCE da USP tem problemas de menina sendo espancada, não sei o que, e vai tudo para o PRISMA, se delega, como se o movimento estudantil não tivesse que lidar com isso, porque parece que eles tem temas que são típicos, e esse aí se for inserido vai ser por boa vontade, um tema atípico e de preferência, provisório”. Aí então o pessoal me diz: “eu sou do centro acadêmico tal e lá a gente montou uma comissão chamada comissão contra a discriminação e a gente faz essa discussão lá”. Aí eu respondo: “sim e em período de greve vocês fizeram uma discussão dessa?”. E eles: “não, porque é greve. E aí a gente tem as nossas prioridades”. E é essa justamente a questão!” (Militante do coletivo GLBT).

No fundo, ainda que sutil, a relação entre estes grupos e o movimento estudantil clássico é mediada, em um grau considerado, por uma dose de pragmatismo existente dos dois lados¹²⁴. Se por um lado, as entidades estudantis incorporam esta temática transversal como uma das dimensões de sua militância, por outro, não o faz de forma gratuita. Isso fica mais claro quando a temática transversal em questão ganha certa visibilidade no meio estudantil como tem sido o caso dos coletivos feministas e GLBTs.

O apoio dado a esses grupos deve necessariamente se traduzir em ganho político pelas diferentes tendências. Como critica a militante, *“a UJS criou uma outra diretoria de mulheres, uma para eles, porque sabe que tem demanda”*. E mesmo sem uma construção ou formulação feminista, as tendências políticas se utilizam desta agenda para sua capitalização.

O uso instrumental do conteúdo destes coletivos por parte do movimento estudantil clássico pode ser visível também na maneira como este último trata a questão no cotidiano militante das entidades: sempre como uma questão secundária, que está em segundo plano da militância, como relataram as duas estudantes acima. Apesar de incorporá-lo, ainda não assumiu a questão de forma integral, setorizando e demarcando os papéis de cada grupo: o movimento estudantil clássico discute as questões de cunho mais político e os coletivos de gênero discute suas demandas, *“como se o movimento estudantil não tivesse que lidar com isso, porque parece que eles tem temas que são típicos, e esse aí se for inserido vai ser por boa vontade, um tema atípico e de preferência, provisório”*, como afirmou acima uma das militantes do coletivo GLBT.

Ainda fica visível também a ausência de uma política de apoio mais efetiva por parte das entidades estudantis às atividades realizadas pelos coletivos. Um dos próprios diretores da UNE questiona e critica essa postura que não ajuda no processo de fortalecimento destes grupos que trazem para o próprio movimento estudantil uma possibilidade de se renovar.

“A UNE vê hoje da seguinte maneira: não vamos ficar mal, vamos apoiar. Eles fazem o suficiente pra não ficarem mal e não chamarem eles de machistas ou homofóbicos. Fazem isso. Agora no real não mobilizam, não divulgam. No máximo, aparece no site. Agora a direção de oposição jogou um peso muito grande nisso. A gente, o coletivo nosso da Articulação de Esquerda, foi que

¹²⁴ A discussão do pragmatismo nas relações estabelecidas entre os diversos grupos não será concentrada, sendo realizada em diferentes momentos desta análise e poderá ser encontrada em lugares e tópicos diferentes deste texto.

iniciou o debate de uma diretoria GLBT na UNE e de coordenar, ter um coletivo GLBT da UNE. Isso foi um avanço que todo o grupo GLBT organizado conseguiu fazer. Foi uma conquista do ENUDS, dos diversos coletivos organizados. A gente tem uma ação muito concreta, muito incisiva. E foram os diretores da oposição que sempre participaram do ENUDS e da discussão, tentando financiamento para a realização do ENUDS... e no encontro de mulheres é a mesma coisa: não deram panfleto, não deram nada. E a realização desse encontro também se deve a uma intervenção muito incisiva que a Alessandra que é da diretoria de mulheres teve também. Foi uma conquista do coletivo de mulheres que se organizou em várias executivas de curso... por exemplo, nessa última rodada de encontros de executivas tiveram reunião do coletivo de mulheres em quase todos. Vamos nos organizar, vamos nos organizar. Esses encontros com a diretoria de mulheres da UNE fizeram uma ação concreta. Dos coletivos de mulheres com a UNE, quase que perpassa somente pelo campo da oposição” (Militante da UNE).

Os coletivos de gênero também percebem na prática do movimento estudantil clássico uma dificuldade de tratar os temas por eles propostos e reivindicados. A falta de um acúmulo de discussão e de uma familiaridade com estas questões por parte das entidades estudantis produzem uma forma de lidar um tanto superficial e estereotipada. Uma manifestação desse equívoco é o uso do *rótulo de opressões* para se referir às questões do debate de gênero no movimento estudantil. Como se refere um dos militantes do coletivo GLBT,

“E pelo fato de ainda o movimento estudantil na sua maioria tratar a questão GLBT dentro de um bonde das opressões. Quando eles falam assim, as opressões, ou as opressões específicas que é um termo horrível. Daí tem o congresso de estudantes da USP e aí você faz uma mesa sobre as opressões. Aí você vai ver alguém do movimento negro, do movimento GLBT e do movimento das mulheres, como sempre, as opressões clássicas. Teve um seminário agora em Curitiba sobre as opressões específicas. É muito ruim porque opressão, todo trabalhador sofre no processo de trabalho, de exploração do trabalho, da mais-valia e tudo mais. Então opressão todos nós sofremos pela mídia. Então é muito ruim esse termo. Como o movimento estudantil ainda não conseguiu dar conta de assimilar esse choque contra a figura branca e heterossexual predominante no movimento, esse choque contra o poder, esse golpe contra o poder, então é como se ele criasse uma bolhinha ali... ali tem um nó, um espaço onde aquilo é discutido e põe o nome “*opressões*”. Aí faz com que a gente na grande maioria dos espaços do movimento se encontre com as pessoas do movimento negro e do movimento feminista. Por uma imposição do movimento estudantil e por uma relação mais geral que a gente tem com o movimento feminista. Com o movimento negro nem tanto. Até tem pela participação de negros e negras no movimento GLBT, mas com uma articulação de movimentos, de organizar coisas juntas é mais o movimento feminista” (Militante do coletivo GLBT).

Outra dimensão da representação coletiva que os grupos de gênero fazem do movimento estudantil clássico é a manifestação do preconceito e da

discriminação cristalizada no meio da militância, como já vimos no capítulo 4. A consciência de que o movimento é machista e homofóbico – expressão da reprodução existente na sociedade – dá sustentação para o grande desafio destes coletivos.

Mas se os limites estabelecidos na relação das entidades com os coletivos são ainda muito fortes, isto não quer dizer, no entanto, que o movimento estudantil, através de suas entidades e militantes, não tome consciência, com o tempo, da importância e necessidade de discutir estas questões de forma mais consequente e séria. A consolidação do trabalho realizado por estes coletivos acaba construindo bases de apoio no movimento que, aos poucos, se apropria da temática. Porém, na maioria das vezes isso se dá a posteriori.

As executivas de curso, talvez, sejam as que mais estão próximas do movimento estudantil clássico no que diz respeito à questão estrutural e política visto que, em sua maioria, são constituídas de centros acadêmicos. Talvez, por isso, sintam com força as dificuldades, os vícios e os limites deste. A crítica em torno de um excessivo aparelhamento das entidades por parte dos partidos políticos é compartilhada pelas executivas de curso que vêem na estrutura e dinâmica da UNE a expressão maior desta prática. Certamente, a representação coletiva do movimento estudantil clássico realizada pelos coletivos e executivas passam necessariamente por uma representação da própria UNE, fortemente associada a um retrato do que acontece num nível menor nas UEEs, nos DCEs e CAs. Esse panorama muitas vezes leva a um questionamento da própria legitimidade da entidade em termos de representatividade dos estudantes.

“Existe essa tensão de que a maioria das executivas tem uma crítica contundente à política que a majoritária da UNE realiza, constrói. Inclusive existe um questionamento da legitimidade da maioria da UNE. Fala-se que... e eu concordo... quer dizer, eles são inegavelmente a maioria dentro do movimento estudantil, mas existe uma crise de legitimidade na medida em que eles se profissionalizam para disputar o aparelho, disputar o DCE, ficar com as entidades em suas mãos e tirar delegados. Eles são profissionais nisso. Tanto mostra que eles não têm legitimidade, não tem base, uma ampla base real, que eles não dirigem nenhuma executiva de curso. Não tem influência nenhuma e nem participam das executivas de curso. A UJS/PC do B que é a maioria hoje, não dirige, não tem grande influência nas executivas de curso, e nem participam de seus congressos” (Militante da FEAB).

A associação do campo majoritário da UNE ao aparelhamento das entidades tem sido a grande questão para as executivas e federações de curso que

querem construir e reivindicar uma entidade nacional mais plural e democrática. Como já assinalamos neste trabalho, fica claro que as executivas não querem ser um espaço paralelo de organização estudantil disputando com a UNE, mas, ao contrário, reconhecem-na. Apesar disso, deixam claro também que tem sua autonomia e quando a UNE “*não constrói lutas, a gente constrói por fora*”, como realçará abaixo, um militante da FEAB:

“A FEAB é filiada à UNE, reivindica a UNE, constrói uma crítica ferrenha à política atual da entidade, constrói várias lutas em conjunto com a UNE, quando a UNE não constrói lutas a gente constrói por fora, enfim. Constrói a luta por dentro quando é possível, constrói a luta por fora, não se amarra à UNE, mas também quando constrói a luta por fora reivindica a entidade porque ela é a entidade que deve canalizar as lutas gerais do movimento estudantil e que tem um extraordinário potencial de mobilização. É essa a relação” (Militante da FEAB).

Num mesmo sentido, um dos coordenadores da DENEM analisa sua relação com a entidade. Para ele, o posicionamento da executiva é de crítica, de disputa; às vezes, de parceria. A interlocução e a construção de projetos comuns são importantes no processo de fortalecimento do movimento estudantil que exige – quando os assuntos são, principalmente, *qualidade da formação e avaliação dos cursos* – uma união de esforços.

“A relação da DENEM com a UNE é complicada. Porque primeiro, pelo que eu te contei, você viu que a lógica nossa de forma alguma tem a ver com a lógica da UNE. Mas tem que respeitar as diferenças, a UNE tem uma estrutura diferente. A gente tem uma leitura da UNE. A UNE é uma entidade de estudantes mas se constitui como um movimento de juventudes partidárias, o pessoal se forma ali, leva a demanda dos partidos para a entidade, a lógica é totalmente diferente da lógica da DENEM, tem pouquíssimas pessoas na DENEM com filiação partidária (não que eu ache isso um mal, eu acho mal a gente não ter de certa forma a discussão política no país que está acontecendo hoje). Agora, mesmo o pessoal que é filiado entre a gente, eles não trazem a lógica do partido para a nossa entidade. Eles sabem diferenciar os espaços. A outra coisa é que a UNE não dá espaço. Ela tem uma relação institucional razoável: conversa, chama para os fóruns, respeita um tanto quanto a DENEM, etc. Agora a gente não entra na disputa de poder da UNE. Isso não é fixo. A gente discute. Ano passado a gente decidiu não entrar nessa disputa de poder. Simplesmente você estava tendo a eleição da UNE e o pessoal fez a avaliação de que não era... (...) Chegamos e dissemos: “não, não é uma demanda nossa, é importante mais não vamos mexer com isso”. A gente não interfere, não está na lógica. Por isso não saiu um bloco de oposição. A relação com a UNE é institucional: a gente desenvolve projetos, puxa muita coisa e se a UNE aparecer, as outras executivas aparecerem a gente constrói; não é essa coisa de ficar no isolamento. Se tiver um projeto

que pode ser pactuado, porque não? Vamos lá, vamos juntos. Com tanto que eles não se apropriem do projeto” (Militante da DENEM).

A existência desta tensão que se manifesta em vários momentos da relação entre as executivas e a UNE resultou em episódios traumáticos como o rompimento da ENECOS – e outras – com esta entidade.

“Em 2004, a gente rompeu com a UNE mesmo. Mas foi o pior erro político que a gente fez, fingir que a UNE não existe. A gente não pode fingir que a UNE não existe. Existe e existe muito estudante nela. A gente rompeu com a UNE e ficou só no fórum de executivas. Ai depois no COBRECOS posterior a gente reviu a nossa posição e tirou uma resolução que reconhece a UNE como entidade apesar de que a gente não quer entrar no movimento de disputar eleição e ganhar no congresso e tal, mas sim, abrir um diálogo, um debate e disputar os estudantes de comunicação para uma cultura de movimento estudantil totalmente diferente da cultura política da UNE. É de disputar estes estudantes para, enfim, fazer uma coisa diferente” (Militante da ENECOS).

5.1.3.2. A representação dos coletivos de gênero: um início de debate

Uma das discussões recentes no interior do movimento estudantil, a questão de gênero vem se firmando como uma importante temática transversal que possibilita um maior diálogo e abertura do movimento estudantil clássico para com os estudantes. Neste sentido, tem tido uma representação coletiva bastante “*homogênea*” no que diz respeito à percepção que obtêm dos outros grupos.

Já discutido anteriormente, as executivas e federações de curso foram espaços importantes na constituição de um pensamento e organização feminista e GLBT no interior do movimento estudantil. Os encontros nacionais e os fóruns realizados por estes propiciaram a reunião de militantes que puderam discutir e analisar estratégias de articulação. Desta forma, os coletivos de gênero tem tido uma boa receptividade e apoio das executivas que a cada encontro, pauta o tema como forma de fortalecê-los. Como afirma o militante da FEAB,

“Existe um grande esforço para, digamos, desconstruir os valores machistas da sociedade e um grande esforço para fazer esse debate. Praticamente todos os fóruns que a FEAB constrói debatem gênero, muito numa perspectiva de relações mais iguais, de igualdade de direitos, enfim. Compreender as diferenças entre homens e mulheres como uma diferença de sexos, uma diferença do fato deles serem diferentes mesmo, mas que isso não justifica a

mulher sofrer as várias opressões ou uma determinada divisão social do trabalho. Esse é o debate que a gente faz sobre gênero. (...) Eu acho extremamente positivo. Eu acho que a gente se propõe transformar as estruturas, transformar a universidade, transformar a sociedade e eu acho que transformar as relações de gênero dentro do movimento estudantil também é um grande desafio. Eu não tenho um debate muito amadurecido quanto à forma instituída de participar, se por cotas, ou... Eu tenho um debate bastante limitado com relação a isso, mas eu acho que em certa medida é artificial. Poderia ser compreendido como uma medida paliativa que através disso fomentasse cada vez mais o debate e com certeza existem várias interessadas e tal; mas eu tenho um pouco de receio porque às vezes pode representar uma certa superficialidade... Eu tenho visto isso um pouco na experiência no partido, aquela coisa de cumprir cota para legenda e tal. Tem que se analisar as experiências que tiveram até então. É claro que a gente não pode esperar por esse processo de conscientização da importância da igualdade entre homens e mulheres, senão vai demorar muito tempo e a gente não vai esperar por isso. Ai é uma avaliação que precisa ser feita” (Militante da FEAB).

Mas se o militante não tem clareza quanto à instituição de cotas nas entidades, tem a clara noção de que a questão da representatividade das mulheres é problemática no movimento como um todo. Na FEAB, como a seguir dirá o militante, esta situação de representatividade torna-se equilibrada dependendo do contexto. Mesmo assim, fica o questionamento como alerta:

“Hoje na Coordenação Nacional, a FEAB tem cinco homens e uma mulher. Mas já teve experiências onde isso foi mais equilibrado. Na gestão de Curitiba teve 3 homens e 3 mulheres, a participação no congresso é mais ou menos igual entre homens e mulheres... o que gera uma contradição. Porque que as mulheres não assumem postos se estão em igual número no congresso que elege a diretoria?” (Militante da FEAB).

Parece cada vez mais comum uma compreensão da necessidade do debate e pauta de gênero nos movimentos e lutas sociais. A clareza de que a transformação da sociedade passa pela transformação das relações de gênero tem sido incorporada pelos militantes que se organizam para deixar essa discussão viva na base estudantil. Foi com este objetivo, por exemplo, que a ENECOS incorporou em sua estrutura um grupo de trabalho sobre esta questão, como diz um dos integrantes,

“Quanto a questão de gênero, a gente tem um histórico, um acúmulo muito grande no debate de gênero na ENECOS. Esse ano o ENECOM vai ser o primeiro encontro de área com creche. Quer dizer... E isso foi tirado no ENECOM anterior por unanimidade, por aclamação. Além disso tem o GET que discute essa temática, de combate às opressões que já está no terceiro ano. E esse GET tem um trabalho grande nessa discussão. Então existe um acúmulo muito grande na ENECOS. E ele também discute a questão GLBT. Além disso, em todo encontro nosso existe um espaço onde se discute gênero,

seja na sua dimensão feminista, seja na questão da diversidade sexual. A gente tem um espaço de auto-organização das mulheres... e a gente acaba tendo uma ligação muito grande por ter militantes que fazem parte destes coletivos. Essa temática foi trazida de fora por estudantes que participavam dos dois movimentos. Isso é que é interessante. A pauta GLBT foi trazida num dos encontros da ENECOS. E é interessante porque na militância existe uma grande falta de discussão acerca destas temáticas, além de ser um espaço muito machista e homofóbico. A gente percebe isso agora, com o desenvolvimento dessa discussão no movimento estudantil” (Militante da ENECOS).

Nem todas as executivas tem o mesmo grau de incursão temática quando a questão é o debate de gênero, mas parece existir uma *onda* razoável de incorporação que acaba organizando minimamente esta discussão. Na DENEM, apesar de novo, esta parece promissora:

“É um debate novo pra gente. É novo, a gente não formula, não tem texto da DENEM sobre isso. A DENEM não tem política. A gente tá abrindo esse espaço pra aprender. Mas a partir daí deve sair algo novo, como um coletivo de mulheres em defesa da vida. Mas agora esse nome precisa de mais conteúdo. A gente vai ter que encher isso aí, colocar alguma coisa dentro” (Militante da DENEM).

Os militantes do movimento estudantil clássico parecem compartilhar das representações dos militantes das executivas no sentido de realçar a importância e organização destes coletivos. A problemática que estes coletivos trazem, e o questionamento que pontuam, conseguem mobilizar uma parte significativa de militantes que percebem, tanto na discussão, como no espaço propiciado por estes grupos, uma janela para novos ares da militância no movimento estudantil.

Mas a relação do movimento estudantil clássico com os coletivos de gênero parece ziguezaguear entre o apoio e o desinteresse pelo tema, reflexo das próprias contradições do movimento e de sua heterogeneidade. Se por um lado, começa, ainda que timidamente, a respaldar e apoiar os militantes que defendem e lutam por esta causa, seja ela do feminismo ou da diversidade sexual, por outro, parece ainda muito contaminado por práticas machistas, homofóbicas e por uma secundarização do tema no cotidiano da militância. As falas abaixo parecem caracterizar bem essa contradição vivida pelo movimento:

“Esses movimentos sempre se colocaram. O que aconteceu é que agora eles se colocaram mais dentro da estrutura oficial da UNE. Eu acho muito bom.

Eu acho que enriquece muito a atuação da UNE. São pautas... eu sempre digo... eu sou socialista e você pode construir qualquer socialismo, maravilhoso, se não houver o extermínio das opressões, isso não me serve. Porque mesmo que as pessoas comam três vezes por dia, e trabalhe e tenha moradia e saúde, se as pessoas são oprimidas nesse sistema, esse sistema não dá conta do objetivo das pessoas que é a felicidade delas. E esse é um debate que temos no movimento feminista que é a necessidade de que essa pauta seja vista com tanta importância quanto o da conjuntura. Aliás, ela é pauta da conjuntura. Não é um apetrecho onde a gente vai debater o central e depois discutir aquelas coisas que orbitam em volta, as mulheres, o racismo, a homofobia. Isso não é verdade. Não são detalhes. Não é um detalhe que enriquece a UNE e a deixa mais plural. Não, é porque esses temas são centrais. Não adianta você debater a autonomia, o governo Lula, o socialismo no mundo, se você não debate na mesma importância a questão da opressão. Então eu acho – e eu defendi no encontro de mulheres da UNE – que deve haver uma obrigatoriedade de mesas sobre feminismo e o combate às opressões em geral na mesma importância que se tem sobre conjuntura no congresso da UNE. Porque que a mesa e o debate sobre conjuntura acontece sem nenhum outro debate ao mesmo tempo – tamanha é sua importância – e o debate sobre feminismo no movimento estudantil fica circunscrito a um GT no mesmo tempo em que acontecem outros 40 debates, inclusive o de educação? Então eu acho que a gente precisa ganhar isso. Eu falei com o Mário que vai ser o diretor de GLBT: tem que ganhar primeiro a UNE, ganhar primeiro a diretoria da UNE. Ganhar e fazer o debate dizendo: olha, é o seguinte, não adianta a gente ficar fazendo aqui a melhor reforma universitária do mundo se as pessoas continuarem sendo excluídas e oprimidas pela sua identidade. Então eu acho muito legal a diretoria de mulheres da última gestão ter se colocado no centro do debate; muito legal ter essa diretoria GLBT; muito legal a UJS ter entendido a importância dessa diretoria, não como disputa de espaço. Agora é um debate muito difícil porque o movimento estudantil é muito preconceituoso, muito machista, muito homofóbico e a gente está engatinhando nesse debate (Militante da UNE).

“Na UNE já se aprovou as cotas. Só que é descumprida. Na executiva da UNE nenhum campo cumpre cotas. É muito marginal, secundarizada, muitas vezes é colocada para um trabalho interno da gestão. É excluído, o homossexual é perseguido, há muita chacota com o jeito que falam... O movimento estudantil é fortemente machista e homofóbico. Vou te dizer uma coisa: no campo das mulheres é muito machista, mas mesmo com o machismo a participação das mulheres tem aumentado. Agora é preciso lutar não só pela participação das mulheres mas para que essa participação seja reconhecida. Não é reconhecida. Para ser reconhecida ela tem que falar no carro de som igual ao homem. Então não basta ter participação, precisa ter o reconhecimento coletivo disso tudo. O campo das mulheres eu acho que vem avançando mais” (Militante da UNE).

“Como é importante fazer também a discussão GLBT, por mais que este ainda esteja um tanto desorganizado no interior da UNE. Mas você tem o ENUDS que é o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual que eu acho que já vai para a quarta edição; conseguimos aprovar no congresso da UNE a criação da diretoria GLBT na UNE, que é um puto avanço, etc. Agora é claro que essa diretoria deverá expressar aquilo que pensa todo o movimento. Eu acho que é um debate bastante novo, um debate que vai encontrar todos os limites da realidade opressora da sociedade, ainda mais no movimento estudantil que é muito conservador, machista como é, predominantemente de homens com é. Vai encontrar muitas dificuldades, mas é um debate que precisa ser comprado com toda ênfase pra que a gente consiga superar estas

questões dentro do movimento estudantil. Claro que isso não vai acontecer de uma hora para a outra, claro que uma secretaria não resolve o problema, mas não é isso que está em questão. Agora o caminho para você combater essas opressões é quando de fato você prioriza o debate. Porque mesmo que a gente tenha uma atuação exemplar, uma secretaria exemplar, encontros exemplares, o movimento estudantil vai continuar enfrentando as contradições que existem na sociedade, vai continuar se dizendo revolucionário mas lá no seu interior, não gosta de sentar do lado do companheiro que é homossexual, na definição de uma balada por mais que ele seja de sua corrente política você não vai para um lugar que você acha mais alternativo, então é isso” (Militante da UNE).

O hiato existente entre o que se pensa e o que se faz quando a questão é o gênero, se faz visível. A consciência de um aprofundamento do debate nas entidades estudantis, importante para a diminuição das desigualdades na militância, ainda não se traduz em práticas concretas no cotidiano. De fato, as práticas machistas e homofóbicas profundamente enraizadas na sociedade brasileira, revelam-se também no movimento estudantil que, portador de uma tradição fortemente masculina, tem dificuldades de se transformar.

Mas se os militantes consideram importante a existência e o fortalecimento destes grupos, suas demandas e pautas, também alertam para o fato de que estes não podem eclipsar as bandeiras tradicionais do movimento. O feminismo no movimento estudantil é um tema transversal e assim deve continuar sendo. Ainda compreendem que por mais que este tema seja essencial no cotidiano da militância estudantil, o mesmo só faz sentido se cruzar com a agenda de luta dos estudantes.

“Eu acho que esses grupos têm que compreender que eles são pautas transversais do movimento. Tem que ter esses coletivos para discutirem essas demandas, mas eles não devem ser a pauta mais forte do movimento. Porque muitas vezes isso se mistura. Agora uma coisa é o movimento de mulheres e outra coisa é o movimento estudantil. No movimento estudantil essa temática tem que ser transversal. Agora você não pode fazer disso a pauta do movimento estudantil. Como é muito novo tudo isso eu acho que isso é normal que aconteça. Com o tempo o movimento estudantil vai amadurecer e ver quais os limites que tem um e outro grupo, coletivo. O que é fundamental é que todos esses grupos e coletivos que tem um caráter mais de auto-organização sejam independentes do movimento estudantil. Tem diretoria de mulheres? Não tem problema, mas tem que ser independente. Lá na Católica de Brasília, por exemplo, criaram um coletivo que era um órgão do DCE. Só que eles se reuniam sem precisar da presença do DCE e falavam em nome do DCE. Aí é errado. Tem mais é que ser independente e brigar para que o DCE tenha uma ação concreta, tenha diretoria... Mas acho que a coisa está indo pelo caminho certo. O que é mais fácil de falar é que eles estão se organizando. Os limites de qual vai ser a fronteira vai se dar nesse processo” (Militante da UNE).

Outro militante alerta para o fato deste tema ser usado politicamente pelos grupos ou tendências que detêm uma maior discussão no interior do movimento estudantil. Seu uso instrumental enfraquece e diminui o alcance do debate e o poder de convocatória dos estudantes que, percebendo qualquer tipo de manipulação, deixam de participar.

“Primeiro eu acho que é importante esse encontro de mulheres estudantes da UNE. Com todos os problemas políticos e organizativos, ele, essa iniciativa, por si só, do ponto de vista da necessidade de se constituir um espaço mais orgânico para que a discussão de gênero fosse de fato feita no movimento estudantil, foi importante. Agora, obviamente que essa discussão, por conta de sua complexidade, do pouco debate político que foi feito no movimento estudantil ao longo desse processo faz com que alguns grupos que têm mais acúmulo em torno dessas bandeiras, dessas formulações, acabem utilizando esse debate – que poderia ser um debate acumulado para todo mundo – para sua organização. E eu acho essa prática ruim. Porque essa prática não dá condições para que o debate seja feito por todos e todas” (Militante da UNE).

Mas se o debate começa a se manifestar na militância estudantil, através dos encontros, fóruns, reuniões e atividades, nem todos os grupos participam dele com a mesma intensidade. O caso dos CUCAs é exemplar do que acabamos de afirmar: talvez pela especificidade de sua discussão ou ainda do pouco conhecimento acerca destes coletivos, não existem elos de comunicação consolidados entre as duas experiências. O diálogo – em processo inicial –, no entanto, parece promissor:

“Existe. A gente está organizando uma grande passeata no dia oito de março. Vai estar no Brasil todo discutindo essa questão de gênero. A gente trabalha, tem uma ligação com a União Brasileira de Mulheres que é a UBM, que tem ideais parecidos com os ideais da UNE e com intenções que a gente concorda e acredita. Aí a gente estabelece essa parceria. Existe um grupo lá em Pernambuco que se chama “Loucas de pedra lilás” que a gente tem uma relação muito boa com elas. Então é uma coisa muito importante da gente estar discutindo hoje. Então a UNE com o movimento de cultura pode estar discutindo isso. Gênero, raça, sexo, sexualidade, uma série de questões que fazem parte dos dois movimentos e que não tem porque dissociar isso. A gente só precisa deixar claro os limites de cada um” (Militante do CUCA de Recife).

5.1.3.3. Caminhando contra o vento: a representação coletiva dos CUCAs

Sendo uma das experiências que se realizam na lógica de diversificar o movimento estudantil, sua pauta e público, os CUCAs se consolidam como um importante espaço de discussão política e cultural, de troca de vivências e de organização dos estudantes.

Com uma grande capacidade de inclusão de jovens, os CUCAs têm se pautado por uma intervenção cultural que privilegia a produção universitária e seu intercâmbio através de um circuito que se realiza dentro e fora da universidade. Além disso, tem feito uma importante interlocução com outros movimentos de cultura, ampliando seu foco de atuação.

Quando nos reportamos a esta experiência junto aos militantes estudantis, fica clara a relevância da intervenção dos CUCAs na realidade universitária e no meio estudantil. A realização das bienais e, mais recentemente, o trabalho com os pontos de cultura, fortaleceram estes coletivos que foram projetados nacionalmente.

Parece ser unanimidade a importância que estes têm no processo de diversificação do movimento estudantil e de ampliação de sua própria identidade enquanto movimento de juventude. Para os militantes do movimento estudantil clássico os CUCAs são vistos como uma das possibilidades do movimento se renovar, oxigenar. Como nos dizem,

“Eu acho que favorece na medida em que insere uma pauta transversal para o movimento, porque o movimento estudantil não pode viver só de sua pauta específica, da realidade concreta. Então quando se insere mais uma pauta dessa o movimento estudantil amplia sua visão de realidade social. Acho que é a grande contribuição. Fora – e aí eu vou te falar mais – que eu acho que aqui em São Paulo ele cumpriu um papel muito bom com todas as críticas que eu posso ter. É uma forma que a UNE age de criar um centro de referência de tempo livre, de lazer, de democratizar essas formas. Eu acho que isso contribui muito não só para o movimento estudantil, mas para o movimento juvenil como um todo. O bairro onde o CUCA se situava, ficou fortalecido em articulação interna, dava autonomia para o movimento que não tinha espaço... Eu também acho que a pauta cultural é muito mais assimilável para a grande maioria dos estudantes do que a pauta política clássica. Então, acaba que tem uma linguagem... melhor. Recicla a linguagem do movimento estudantil que geralmente é A4 e preto e branco” (Militante da UNE).

“Se você não consegue mudar a cultura, o sistema pode ser maravilhoso mas ele não vai conseguir ser suficientemente útil. A cultura é o centro de tudo. Então, a UNE tem produzido um trabalho bem mais avançado em relação aos

outros grupos que você me perguntou, muito bom. E tem tido uma relação com os outros movimentos sociais de cultura. Hoje temos 10 CUCAs no Brasil que são espaços abertos que tem a maior galera da comunidade se apresentando no espaço. Aqui em São Paulo eles têm um trabalho maravilhoso: tem aula para a comunidade, tem integração com a comunidade, às sextas tem uma roda de samba dos universitários com a comunidade. Porque eu acho que é muito isso, da gente entender que não vai produzir uma cultura salvadora, mas conseguir criar espaços onde a cultura popular possa se integrar nesse espaço tão elitista que é o espaço universitário. Eu acho que estamos bem na questão cultural e acho que a gente só precisa é democratizar mais esse espaço para que não seja um espaço dos universitários mas um espaço dos universitários para e com a sociedade. E eu acho que a UNE está avançando muito nessa pauta. E que esses movimentos se fortaleçam para além da UNE, que não dependam da UNE, mas que na verdade se misturem no debate da UNE” (Militante da UNE).

“Acho que os CUCAs e as bienais têm apontado para uma necessidade de se ter um vínculo mais orgânico, porque tem muito... Principalmente nas universidades, pensando a universidade a serviço da imaginação, na universidade você tem um espaço bastante privilegiado de diálogo com esses grupos de cultura. E obviamente que o movimento estudantil e suas entidades tem que lhe dar com isso” (Militante da UNE).

De fato, existe na militância estudantil clássica o reconhecimento de um trabalho que consegue se consolidar, apesar das dificuldades próprias do campo que articula cultura e política. O número cada vez maior de estudantes que participam destes espaços é um elemento significativo a ser considerado. Porém, não obstante, duas fortes críticas são realizadas por parte dos militantes estudantis e que aqui queremos mencioná-las: a primeira, de cunho conceitual e estético; a segunda, de caráter político e estratégico.

Como já mencionado no capítulo 2, o movimento estudantil reproduz em seu interior a clássica discussão sobre a opção estética e cultural que está, fundamentalmente, ligada a uma concepção sobre a função da arte na sociedade. Esta questão também foi postulada nos anos 1960 na experiência dos CPCs, como já nos referimos no capítulo anterior.

Divididos entre aqueles que aliam a realização de uma política cultural baseada numa *estética “militante”* que tem como seu centro o entendimento da arte como instrumento de transformação da sociedade, e entre aqueles que compreendem que a arte e a política devem dialogar, mas não necessariamente precisam estar coladas, os estudantes realizam a discussão e se posicionam frente ao trabalho dos CUCAs.

De fato, ao que nos parece, observando o conteúdo das falas dos entrevistados, essa divisão é falsa. Ambos os grupos parecem ter em uma compreensão semelhante no que diz respeito à função que a arte e a cultura têm na sociedade; ambas realçam a importância da cultura popular nesse processo. A diferença parece estar no *como*, na *estratégia* usada para trabalhar junto aos estudantes essa compreensão da importância da cultura e da arte nos processos de transformação social; e aqui estamos nos referindo ao uso do instrumental da indústria cultural. Como relata um dos militantes do movimento estudantil clássico,

“A gente do campo da oposição tem uma visão diferente sobre esses coletivos de cultura. (...) A diferença que eu acho que tem entre a gente e eles é o que a gente entende sobre cultura. Eles tem mais essa cultura do espetáculo, essa coisa mais massificada, enquanto a gente tem que entender esse processo de cultura enquanto identidade, formulação, entendimento das realidades concretas e fortalecer a cultura popular e sua expressão de luta e enfrentamento. A opção que a diretoria majoritária da UNE hoje faz é a de fortalecer a visão de cultura pela cultura e a cultura de massa. É óbvio que não tem que ter só música de protesto. Não é isso que eu defendo. Mas você não pode tratar a cultura só pela cultura. Tem toda uma questão de identidade, da realidade concreta que todo mundo vive e transformar aquilo numa luta social, não no modo clássico, mas numa construção de identidade mesmo. Eles não entendem assim. É a nossa divergência. Agora é uma política acertada quando ela percebe que deve ser um grupo autônomo, quando joga um peso nisso... a diferença é no como trata” (Militante da UNE).

“A grande crítica é que ela está sendo um grande encontro de estudantes, com uma grande estrutura: você pode ter contato com culturas diversas, mas isso tudo ainda acumula pouco numa realidade mais organizativa desse processo. A Bienal de Recife foi muito boa, mas a continuidade daquilo... Tem de tudo e acho que tem até debates bem importantes sobre a questão cultural, os quilombolas... Você tem iniciativas, mas é residual. Não é o central. Aí você tem uma mesa com o Gilberto Gil e tal... depois acaba. Eu acho que tem uma diferença muito grande do CPC para o CUCA de agora. Apesar de também criticar o CPC com sua visão de Messias, de salvar o povo. No CPC eu acho que tinha mais essa visão de que a cultura era uma manifestação da sociedade, era um acúmulo da realidade concreta... e mostrar aquilo contra uma cultura massificadora, coisa que o CUCA joga na lata do lixo. Realizar um evento cultural é maior e melhor do que realizar esse debate do “Pra quê o cultural”. O problema é que à medida em que você massifica o processo você também despolitiza. Então você tem muita receptividade, mas só que muitas vezes fica por aquilo mesmo. Eu acho que contribuí, mas poderia contribuir mais no sentido de chegar mais perto da realidade do movimento estudantil” (Militante da UNE).

De fato, a crítica realizada por estes militantes procede, se pensarmos na estrutura em que é organizada a Bienal de Arte e Cultura. Pensada e formatada para atingir um grande público e com uma clara aposta numa estética que inclui e

realça elementos da indústria cultural, a UNE (aliada aos militantes dos CUCAs) optou por assumir um evento com tais características por compreender que, assim, conseguirá “*chegar ao estudante*”. Claro que não podemos deixar de considerar também que esta é uma forma de obter mais visibilidade junto aos estudantes.

Ao mesmo tempo nos perguntamos se a experiência da Bienal de Arte e Cultura poderia ser diferente. Inseridos numa sociedade fragmentada e do espetáculo, a formatação deste evento parece ser expressão do tipo de sociedade em que vivemos que – se pensarmos na perspectiva de um trabalho cultural – produz uma necessidade de traduzir qualquer conteúdo através de elementos da indústria cultural. A grande questão é saber se apesar de reforçar essa lógica, o conteúdo da política está presente no evento. Como veremos posteriormente, acreditamos que sim.

Mas outra crítica se faz presente na fala dos militantes no que diz respeito ao trabalho dos CUCAs e da realização das Bienais de Arte e Cultura: a de não ser construído e realizado por todo o movimento estudantil. A percepção de que esta experiência está fortemente associada ao campo majoritário da UNE acaba não aglutinar, somar, a partir da contribuição que os outros grupos políticos poderiam oferecer:

“Primeiro, tem o reconhecimento de que os CUCAs e as Bienais da UNE são espaços importantes de integração de uma parcela de estudantes que não gostam muito da militância clássica mas que a partir dessa discussão cultural conseguem ampliar seus horizontes para a militância de organização dentro do movimento estudantil, o que é importante. Agora é uma medida que não é uma ação de toda a entidade, a política cultural da entidade. É do grupo majoritário da entidade. Então, do ponto de vista do método... quanto à questão do conteúdo eu até tenho restrições a falar porque... bom, eu participei de uma bienal da UNE, vi que tem espaços importantes, discussões importantes sobre a cultura, sobre o papel do movimento estudantil na questão da cultura, que sob o meu ponto de vista foram discussões até boas. Mas não saberia avaliar muito mais que isso. Eu acho que sou um militante muito clássico mesmo” (Militante da UNE).

Mas se a discussão acerca da política cultural tem sido bastante realizada no espaço do movimento estudantil clássico, a mesma parece não ser tão presente nos outros grupos, sejam eles as executivas de curso ou os coletivos de gênero. O fato deste evento ser associado ao campo majoritário parece influenciar na disposição destes grupos em se apropriarem e participarem deste espaço de modo mais concreto. A fala de um militante da ENECOS parece ser expressiva desta

situação: “Sobre os CUCAs e a Bienais... Bom, eles são da UNE. Então, a gente não tem interlocução nenhuma. A gente participa muito pouco”.

Por fim, ainda que se realize, tanto nos coletivos de gênero como nas executivas de curso, uma reprodução das críticas observadas acima, essa discussão parece pulverizada nestes espaços, como podemos ver abaixo:

“Olha a gente não tem. Mas não é que os militantes da DENEM não reconheçam essa integração como sendo importante até para o avanço do debate da cultura. É mais uma questão de organização mesmo. Esse pensamento ainda não está bem arraigado na nossa executiva. O nosso debate de cultura é muito interno. É essa coordenação que cuida da mística da DENEM, do que é lúdico, dos símbolos, daquilo que simboliza o movimento estudantil, da DENEM especificamente, então é um trabalho muito interno” (Militante da DENEM).

“Isso é outra coisa importante porque é outro instrumento poderosíssimo e que tem tudo a ver com a juventude, dialoga, consegue incluir pessoas no processo político do movimento. Mas eu não tenho nenhuma experiência de contato com esses coletivos. Conheço alguns militantes que trabalham nessa área, que fazem uma discussão a partir daí, mas com os coletivos mesmo. (...) Eu não conheço muito os CUCAS, mas a gente tem algumas críticas de como a UJS trata essa discussão. Trabalha muito na perspectiva da cultura espetáculo, da cultura festa e a gente acha que não é por aí. A gente acha que a cultura é um instrumento de enfrentamento ao senso comum, ela não pode ser excêntrica. A produção cultural dos setores excluídos, marginalizados, que não tem espaço, como é que a gente dialoga com isso, como é que a gente traz essa produção para dentro da universidade, como é que a produção da universidade pode dialogar com a realidade cotidiana da maioria da população; e eu acho que isso não está contemplado na concepção que a UJS tem” (Militante feminista de São Paulo).

“Eu acho que agora através da diretoria da UNE a gente vai ter um contato maior. Eu estava no aeroporto do Rio de Janeiro, antes de ir para Brasília e eu encontrei o diretor de cultura da UNE, o Thiago, e a gente pegou o mesmo voo. A gente conversou um pouco sobre isso, mas assim, primeira conversa; a necessidade de realizar projetos comuns... Mas tem o Mix Brasil, algumas manifestações, umas mostras de cultura, teve um seminário nacional de homocultura no começo desse ano. Então já há um movimento de articular a temática GLBT com a cultura e a arte no âmbito extra-movimento estudantil. Eu acho que é bem capaz de nesse processo de dois anos na gestão da UNE a gente conseguir fazer alguma relação, mas até agora não tem” (Militante do coletivo GLBT e Diretor GLBT da UNE).

5.1.3.4. O movimento de área em questão: a representação coletiva das executivas de curso

A experiência dos *movimentos de área*¹²⁵ surgiu, em sua maioria, na década de 1970 quando, num contexto de clandestinidade da UNE, se tornou o único espaço em que os estudantes, a partir de encontros que discutiam a formação profissional e o currículo, podiam se organizar.

Passando por uma crise de participação nos anos 1980, as executivas de curso voltam com força ao cenário estudantil no início da década de 1990, trazendo à tona não só uma discussão curricular e de avaliação dos cursos (que teve seu auge na luta contra o PROVÃO¹²⁶), mas também uma série de temas e questões sociais relevantes da agenda da sociedade brasileira. A saúde pública, a reforma agrária e a democratização da comunicação, são alguns exemplos dos temas que foram discutidos a partir de então na DENEM, na FEAB e na ENECOS, respectivamente.

Com uma política que articula uma pauta específica do curso a uma pauta geral do movimento estudantil, ainda que não possamos generalizar devido a sua grande heterogeneidade, as executivas de curso tem conseguido trazer para seus espaços de participação, um número significativo de estudantes.

Nos últimos anos, como já analisamos no capítulo 4, estas tiveram um papel importante na articulação e organização dos coletivos de gênero, como ressaltam dois militantes,

“Tem umas executivas de curso que estão bem envolvidas, que garantem esse espaço e aí tem a medicina, o direito, a comunicação, a enfermagem, a psicologia, a engenharia florestal e outras também que garantem esse espaço e percebem a importância de trazer esse tipo de movimento estudantil para dentro da universidade” (Militante feminista de São Paulo).

¹²⁵ Como é conhecido o movimento estudantil específico de cada curso.

¹²⁶ Uma das entrevistadas se remete à luta em combate ao PROVÃO como um momento importante da organização das executivas de curso. Como nos diz, “Foi bem interessante porque eu participei da ENECOS num momento em que a gente estava se centrado na questão do PROVÃO e era uma bandeira da ENECOS essa questão do PROVÃO. E foi uma experiência muito massa porque deu muito certo. A gente estabeleceu um método de construção política que se mostrou muito vitorioso, conseguindo que o estudante de jornalismo, num ano, que um quarto das provas fossem entregues em branco... a gente inviabilizava o PROVÃO, nós questionamos o PROVÃO perante a sociedade. Então foi uma luta muito vitoriosa” (Militante feminista de São Paulo).

“Acho que uma das primeiras foi a Executiva de Estudantes de Educação Física, muito mais uma discussão de sexualidade e corpo, corporalidade, até porque as aulas de educação física são as aulas mais opressoras na escola para os homossexuais. Hoje, todo encontro da executiva de educação física tem um grupo de discussão voltado pra esse tema da diversidade sexual; na CONEP também, nas executivas de saúde isso vem surgindo com mais força. Começou a se ter esse ano na enfermagem, na medicina eu não tenho muita certeza, a de agronomia criou agora um espaço pra discussão de opressões, mas enfim, já é um começo. Na de farmácia também. (...) Mas tem uma quantidade significativa de executivas, estou tentando lembrar se existe mais uma. Mas muitas vezes esse debate é relacionado à formação profissional. Pelo menos iniciou dessa maneira. Na educação física e na psicologia iniciou dessa maneira, tendo isso como fazendo parte da formação profissional” (Militante GLBT).

Mas se as executivas de curso, em geral, tem conseguido se manter como um espaço importante de discussão política e educacional para os estudantes, a maioria dos militantes, tanto do movimento estudantil clássico, como dos próprios coletivos de gênero, percebem um certo declínio político e participativo destas.

Concorre para o seu declínio a disputa de espaço com a UNE – uma relação sempre tensionada –, e a migração de uma discussão política específica do movimento estudantil clássico para o interior das mesmas.

De fato, a relação com a UNE tem sido um fator importante na compreensão desta nova configuração de “*esvaziamento*” das executivas. Por ter uma outra compreensão estratégica acerca da política, as executivas de cursos acabaram por construir um espaço agregador daqueles militantes que se contrapunham à política nacional de sua entidade máxima, a UNE. Desta forma, tornaram-se um espaço alternativo para quem queria construir uma outra política para o movimento estudantil. Os militantes que faziam parte do *campo de oposição* na direção da UNE e que já realizavam sua militância nas executivas encontraram nestas eco para a organização de uma proposta política alternativa.

Porém, o acirramento desta relação, em alguma medida, provocou e realçou um certo deslocamento de interesses destas entidades. A pauta específica das executivas de curso ficou subsumida às discussões de âmbito mais geral ligadas a uma estratégia de construção de um campo político que disputasse a política geral da UNE. Aliado a este processo, as executivas acabaram por incorporar uma dinâmica muito associada à lógica das tendências e grupos políticos ligados aos partidos. Abaixo, alguns militantes descrevem sua visão desse processo:

“É que as executivas andam no meu ponto de vista num certo declínio político. Elas tinham como uma tarefa a articulação de centros acadêmicos com as questões específicas do curso, muito mais voltadas para a questão do currículo, formação profissional e eu acho que nesse último período elas tentaram se debruçar sobre pautas nacionais e se esvaziaram, perderam o sentido, enfim” (Militante do coletivo GLBT).

“Ah, elas tiveram um papel maravilhoso, principalmente na discussão do boicote ao PROVÃO que foi vitorioso; todo o Brasil mobilizado para não fazer o boicote ao PROVÃO e as executivas bancando o boicote. Mas hoje em dia está muito ruim. Eu acho que está tudo relacionado àquilo que eu disse antes que é essa história da fragmentação e do querer disputar, disputar. Então eu acho que ela perdeu muito nessa de ficar disputando com o outro. E isso chegou na executiva. E aí eu quero estar na executiva porque eu sou do PSOL e aí eu posso fazer nacionalmente um movimento contra a reforma universitária... E aí eu sou da executiva e vou falar em nome dos estudantes. Então eu acho que elas perderam muito” (Militante feminista de São Paulo).

A falta de uma pauta clara capaz de catalisar uma ação conjunta das executivas de curso (como foi o caso da avaliação dos cursos nos anos 1990), também colabora para o declínio destas entidades. Se por um lado, elas continuam, isoladamente, realizando atividades e eventos que aglutinam os estudantes, por outro, vem perdendo força política na relação que estabelecem com os outros grupos da militância estudantil.

Como relatam os militantes abaixo,

“De maneira geral, eu acho que as executivas vivem três problemas. Um é que elas perderam nos últimos anos uma pauta política concreta. Elas estão ficando muito como uma visão paralela da UNE. O que a direção minoritária não consegue discutir na UNE se leva para as Executivas. E faz com que as executivas... A forma de atuação no movimento estudantil... Impondo uma pauta de movimento geral. E isso muito pela falência de pautas que o movimento de área está tendo. Ele se reorganizou em 98, o fórum das executivas, muito centrado nas reformas curriculares e na avaliação institucional. Essa questão da avaliação institucional para mim é um problema crônico, mas que é uma pauta muito específica e com essa coisa do PROVÃO se acumulou mais ainda. (...) Então uma executiva acumulou muito, mas aí trocou a direção e não deu continuidade. O Direito é uma delas. Eles fizeram um maravilhoso debate sobre o ensino jurídico e essa coordenação que entrou agora não conseguiu continuar, estão retomando tudo de novo. Porque para mim a pauta das executivas deve ser esse: a grade curricular, a formação acadêmica, claro, casado com o debate mais geral. Essa é a crise número um: uma crise de pauta e uma imposição da pauta do movimento geral. Dois, elas funcionavam numa lógica em 98, com um número mais reduzido de estudantes. Hoje, com o boom de universidades particulares fruto da política do Paulo Renato, elas ficaram com uma capacidade estrutural muito ruim e capenga. As executivas que tem um número mais reduzido de estudantes como a agronomia, ainda conseguem ter

um mínimo de organização. Então a estrutura organizativa das executivas está muito ruim. Tem que reformular, reformular o estatuto, as formas de direção, aprofundar a pauta. Está com um modelo de gestão que não condiz com essa realidade. E terceiro, é que muitas delas estão muito distantes do cotidiano dos estudantes. Já foram bem mais próximas da realidade concreta. Hoje elas são próximas do movimento estudantil organizado daquele determinado curso, mas muito pouco consegue acumular e crescer no movimento. Esse é o diagnóstico que para mim está colocado: a crise de pauta, uma crise estrutural e uma dificuldade de articulação mais real com a base. (...) O fórum de executivas que aconteceu no FSM foi caótico porque diversos grupos de executivas quiseram transformar o fórum num espaço de impor uma pauta política geral que deveria ser da UNE mas que a UNE não faz. Está errado. Aquele espaço não é um espaço paralelo à UNE. As executivas de curso tem autonomia mas não são um espaço paralelo da UNE; a UNE é que é a entidade nacional. A executiva pode querer disputar a UNE e tal, mas a pauta central dela não é substituir a UNE (Militante da UNE).

“Eu acho que o debate com as executivas é um debate que a gente tem que travar... Eu quero inclusive, na minha atuação na UNE, aproximar a UNE das executivas. Colocar a UNE à disposição... porque qual a crítica que as executivas tem com a UNE? Como é que a gente resolve? Esse é o problema. Eu fui numa reunião de executivas e elas meteram o pau na UNE. Eu cheguei lá, eles bateram, bateram... “Ah porque a UNE não existe, não é representativa, não é democrática, não existe”... E eu: “pois é, beleza, quero ajudar, como é que a gente resolve que eu vou levar isso para executiva da UNE”. Aí dizem: “CONEB”. E aí eu digo: “Não, CONEB já tem, eu quero outra coisa”. Não tem o que falar, porque não tem uma formulação. Eu não estou falando que as executivas não têm formulação. Mas como se resumiu dizendo que a culpa é da UJS, não se preocupou em elaborar uma formulação para dizer como se resolve. Então eu quero fazer uma provocação, para que eles voltem pra suas diretorias e pensar... porque ninguém tem uma formula pronta. (...) Então existe essa tensão. Faz tempo que a UJS não consegue essa ponte com as executivas. Eles não são contra, mas acham que é uma coisa que não se precisa pensar. Eles até querem, mas acham muito difícil, eles acham que não tem entrada” (Militante da UNE).

Portanto, os militantes ligados às entidades estudantis clássicas compreendem a necessidade de repactuar esta relação no sentido de ampliar e reorganizar a força política do próprio movimento. Neste sentido, parece haver uma disposição para a existência de uma aproximação entre as executivas e a UNE, por exemplo.

Ainda que através de uma relação formal, a UNE tem aberto canais de diálogo com as executivas. Hoje, as executivas tem voz e voto no Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), um dos fóruns desta entidade. Além disso, este ano realizou o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), uma das mais antigas reivindicações das executivas; a realização de ações e projetos comuns, quando oportunizada, também tem sido uma maneira de diminuir a tensão e o distanciamento entre estes grupos, como veremos nas falas abaixo:

“Você teve o ENETERRA que teve a ação das executivas e da UNE, você teve o Seminário de Avaliação Institucional em 2003, teve o ENE. (...) Eu acho que isso poderia ser ampliado e que a UNE poderia dar um peso maior a isso. Por exemplo, o debate da reforma universitária para mim, que é uma bandeira mais geral e que passa pela reforma pedagógica que tem reformulação de currículos e tal, tem efeito direto numa intervenção das executivas. Na minha opinião, as executivas tem mais condições de formular e ter uma incidência de propor algo sobre a questão curricular do que a UNE. A pauta da educação se converge, a pauta das executivas com a da UNE. É aquilo que eu disse... As executivas tem uma pauta específica que tem que dialogar com a pauta geral e a pauta geral também tem que reforçar a pauta específica para poder avançar. Acho que principalmente através da discussão curricular e pedagógica a relação da UNE com as executivas poderia se estreitar” (Militante da UNE).

“A UNE tem um papel de ampliar a pauta e o debate da executiva nesse ponto. Como as executivas tem a capacidade de levar para a UNE uma pauta mais fechada, como o debate curricular. Porque na UNE é difícil fazer esse acúmulo de debate curricular. A UNE tem uma pauta mais geral de atuação. E as executivas trazem um debate mais de reflexão curricular, debate da extensão, que a UNE por si só teria dificuldade, pelo tamanho e amplitude que tem. Eu acho que poderia ter uma relação mais próxima. Por exemplo, naquela reformulação que eu te disse que a UNE poderia fazer, poderia ter um GT de currículos e se convidariam as executivas para debater essa questão, fazendo reuniões periódicas e avançar com uma pauta concreta de currículos. Pensando numa perspectiva mais geral que contemplasse o que é fundamental no currículo, quanto de crédito para extensão, atividade de sala de aula, estágio de vivência, etc. Poderia ser assim” (Militante da UNE).

Por fim, se a relação entre o movimento estudantil clássico e as executivas de curso é atravessada por todas estas questões que aqui expomos, a mesma é praticamente inexistente quando pensamos no diálogo destas com os CUCAs. Isso talvez seja explicado pelo fato de ambas terem inserções um tanto diferenciadas no interior do movimento estudantil.

Talvez seja ilustrativa dessa relação a fala do militante do CUCA de Salvador que nos conta,

“Muito por conta das executivas, que estão muito focalizadas, elas só participam quando a gente manda um convite. Porque as executivas estão muito focalizadas na área dela. Eles não ficam discutindo cultura, a menos que... Nem tem executiva de arte. Tem a FENEARTE que é uma federação de estudantes que promove o CONEARTE e o ENEARTE, mas não é uma executiva. Por algum motivo eles não participam das Bienais. E eu acho que é porque a cultura de eleição pra FENEARTE é muito parecida com o movimento estudantil tradicional, apesar deles não quererem nem conversa com o movimento estudantil clássico. Da mesma forma, a direção muda de dois em dois anos. Então todo ano é gente nova. Eu acho que é de ano em ano. De ano em ano, muda. Aí aquele cara não conseguiu pegar o que o outro

fez. Vai ver ele nunca nem participou de ENEARTE nenhum. Os CUCAS nunca conseguiram atraí-los, nós até tentamos. Na época ainda não existia essa coisa do ranço com a UNE. E não é nem por conta dessa coisa mais partidária, porque eles não são nem de força alguma. Eles nem participam de diretoria da UNE, não tem participação. Eu acho que eles pensam que cultura não tem a ver com política. Nós somos completamente o contrário” (Militante do CUCA de Salvador).

5.2. Estou me organizando para desorganizar, estou desorganizando para me organizar

Um dos pontos importantes em qualquer movimento social é sua forma de organização, a maneira pela qual se estrutura frente ao mundo de modo a conseguir atingir, minimamente, seus objetivos. Compreendemos que a forma estrutural que o movimento assume, já é em si, um sinal de como ele representa a sociedade, sua concepção de política e intervenção.

Com a realização de um maior intercâmbio entre os movimentos sociais, nos últimos anos, diferentes formas de organização têm sido experimentadas. Neste sentido, surgem estruturas mais horizontalizadas, flexíveis, de caráter mais fluido que, a partir da dinâmica estabelecida entre os diversos movimentos, se inter cruzam com estruturas mais tradicionais, institucionalizadas, refletindo assim, um panorama diversificado de organizações e lutas sociais. De fato, muito da organização estrutural do movimento está associada a sua concepção de política.

No interior do movimento estudantil, encontramos em nosso percurso, diferentes formas de organização que respondem a diferentes demandas, pautas, mas também, a diferenciadas formas de pensar e compreender a sociedade, a política, como realçamos acima.

Neste momento, queremos descrever e analisar as variadas formas de organização estudantil que aparecem em nossa pesquisa, contemplando uma reflexão que passa tanto pelas vantagens que cada uma delas propicia, como também pelas suas limitações.

O modo pelo qual se organizam, os espaços de decisão e sociabilidade existentes, a realização dos encontros temáticos, entre outros, serão, portanto, destaques deste tópico que quer ser mais um ponto de reflexão sobre a questão da identidade coletiva do movimento estudantil e os diferentes grupos existentes em seu interior. Assim, iniciaremos nossa análise discutindo a estrutura do movimento estudantil clássico.

5.2.1. A estrutura do movimento estudantil: vantagens e limites

A estrutura organizativa do movimento estudantil clássico – representado aqui pelos centros acadêmicos, os diretórios centrais e a própria UNE –, talvez seja, a forma mais conhecida e identificada pelos estudantes e a sociedade em geral; por seu histórico, por sua maior visibilidade, por sua “*pulverização*” na base, por sua tradição, por sua continuação através do tempo. Consolidada através das entidades, o modelo estrutural do movimento estudantil clássico tem sofrido algumas adaptações através da incorporação de secretarias, do surgimento de outros espaços tanto de tipo consultivo como deliberativo, entre outros. Porém, sua “*espinha dorsal*” tem sido a mesma desde sua criação.

Baseada numa rede que inicia no centro acadêmico e segue até sua entidade máxima – a UNE –, o movimento estudantil brasileiro é atravessado por estratificações organizativas que, se por um lado, chega em todos os cantos do país, por outro, engessa o movimento pela sua forte institucionalização. Além disso, algumas dessas entidades possui um alto grau de hierarquização, incorporando, às vezes, uma estrutura burocrática que prejudica sua atuação. Como veremos posteriormente, esta característica será muito identificada na estrutura da entidade máxima dos estudantes, a UNE, como analisam os próprios militantes.

Tendo a grande vantagem de ser um modelo de fácil reprodução, a estrutura atual, expressa através desta rede de entidades estudantis, se realizada com um certo grau de comunicação, tem um razoável nível de eficiência. Quatro militantes descrevem sucintamente como o movimento hoje se organiza:

“O movimento estudantil hoje está sustentado numa rede: o CA, o DCE, a UEE e a UNE. Na sua história algumas estruturas paralelas foram surgindo como as executivas de curso. E agora tem os coletivos de gênero, mas estes coletivos são transversais. Eles têm a pauta de um DCE e tudo. São mais transversais. Se você ver, o acúmulo do movimento estudantil – e o movimento estudantil conseguiu chegar aqui como movimento juvenil –, como é que o movimento juvenil que é transitório conseguiu acumular tanta pauta? No meu entendimento isso se deu pelas entidades estudantis. E aqui não quero resumir o movimento às suas entidades, mas é lá que você consegue estabelecer algum acúmulo histórico. Elas se mantêm ao longo da história. Então o movimento estudantil está distribuído nessa rede” (Militante da UNE).

“Eu sempre disse que para o movimento estudantil funcionar como um todo, essa teia precisa ser muito bem articulada. Primeiro você tem uma entidade como a UNE, uma entidade nacional que discute políticas educacionais nacionais, que tem como trabalho a formulação política para o movimento estudantil; depois você tem as UEEs que são braços da UNE nos estados, são canais de interlocução da UNE; você tem depois os DCEs e os CAS. Se isso

funciona como um todo, como funciona em alguns lugares, a gente consegue ter um movimento bem articulado e organizado. Infelizmente, principalmente com esse crescimento desenfreado das universidades particulares, existem muitas universidades que ainda não tem organização e aí temos mais dificuldade de comunicação, de interlocução, pois além de serem novas e não terem tradição no movimento, existe muita repressão por parte das universidades que dificultam essa abrangência e representatividade maior das entidades nessas universidades” (Militante da UNE).

“É lógico que existe uma distinção séria sobre o papel de cada entidade. A gente acredita que o CA tem a responsabilidade além de ser esse canal de produção das entidades mais gerais, ele cuida das coisas mais específicas do curso. Por exemplo, a questão do currículo do curso, das brigas mais específicas, isso tem que ser de responsabilidade do centro acadêmico. A UNE e a UEE nunca vão conseguir atender essa demanda específica que é ligada à demanda do cotidiano dos alunos. Aí você tem o DCE que tem que fazer essa articulação com as entidades mas que tem que ser um interlocutor com o dono ou o reitor da universidade. Então por exemplo, bandeiras das universidades particulares, como a redução de mensalidades, uma melhor qualidade de ensino, têm que ser papel do DCE. A UEE acaba sendo a interlocutora com o estado, das políticas mais gerais estaduais. Então por exemplo, aqui em São Paulo você ver o papel que as universidades estaduais tem que são praticamente 80%, 85% das vagas públicas daqui. O estado tem poucas vagas federais e o papel das universidades federais muito reduzido, uma com poucos cursos e a UFSCAR em São Carlos. Então acaba tendo um papel muito importante da discussão das universidades estaduais, no caso aqui em São Paulo; e também de interlocutora das políticas da UNE. E a UNE, a entidade mãe, responsável por discutir as grandes questões, ter essa interlocução com o governo federal, de também orientar o movimento estudantil para as prioridades de cada momento. Então cada entidade tem as suas responsabilidades, por isso que a gente diz que quando uma não funciona essa teia cai e causa ruídos de comunicação perigosos. Se o CA não funciona a gente tem mais dificuldades de chegar no estudante. Se o DCE não funciona também é dificuldade. Então quando existe esses quatro pontos funcionando a comunicação é positiva e a gente consegue levar as políticas do movimento com mais tranquilidade” (Militante da UNE).

O funcionamento das entidades articuladas nesta teia, como nos diz um dos militantes acima, tem sido o grande responsável pelo repasse histórico da tradição política do movimento estudantil. Apesar do descuido do movimento no que tange ao repasse de sua memória histórica¹²⁷, as entidades, com todas as suas limitações e muito através da oralidade, acabam por promover essa transmissão.

¹²⁷ Um dos militantes lembra e realça a dificuldade que o movimento tem de transmitir a cada geração sua experiência militante. Como relata um dos militantes da UNE: “E falta no movimento estudantil a tradição do repasse. Isso acabou no movimento estudantil. O movimento virou uma escadinha. Vai uma geração para a entidade, passa lá 4, 5 anos e depois chega no ápice da carreira política, a galera se forma e volta para o nada. Você não tem mecanismos de repasse. Antes tinha as entidades que faziam esse papel. Hoje, com 3 milhões de estudantes não dá. E as entidades não têm cultura hoje de acumular a sua história, de guardar documentos e tal”.

Mas se esta rede tem tido a capacidade de manter viva uma certa tradição no interior do movimento através de sua simples existência, nem sempre, ela consegue funcionar como um canal de comunicação e articulação entre as diversas entidades. Por ser de grande amplitude e composta de muitas entidades que perpassam os diferentes níveis (local, estadual e nacional), essa estrutura fica vulnerável a falhas tanto de comunicação como de organização, como advertiu um dos militantes acima. O crescimento desenfreado das universidades particulares, como nos afirma, tem sido uma das grandes dificuldades do movimento estudantil que ainda não conseguiu chegar de maneira satisfatória à significativa parcela de estudantes dessas universidades.

Nesta mesma perspectiva, outro militante sinaliza que esta comunicação nem sempre se dá por uma via de mão dupla. Além disso, e aqui queremos recuperar essa discussão que havíamos apenas pontuado anteriormente, o entrevistado nos chama a atenção para a forte hierarquização das entidades, em especial, da UNE que será paradigmática nessa questão.

“Eu acho que tem muita falha nessa rede, porque ele é meramente uma pirâmide onde a UNE está lá em cima e ela tenta passar para os outros as suas ações. Você não tem uma via de mão dupla onde a base consiga influenciar ou minimamente participar do ponto dessa rede. Então se você vai fazer um congresso da UNE e vai passar numa universidade particular, muitos estudantes nem conhecem a UNE. Então tem uma coisa falha, que está falhando. Então precisa democratizar esses espaços. A UNE precisa dar essa capilaridade e para dar essa capilaridade esses setores têm que participar das decisões da UNE. Essa é a estrutura do movimento estudantil hoje, essa rede interligada de entidades. Eu digo rede porque cada um tem a sua autonomia. Eu acho que precisa aprimorar, principalmente, partindo para a escala micro. Então você precisa começar a pensar uma estrutura que vai além. Tem que fazer GTs... E aí os coletivos de gênero se fortaleceram e alguns coletivos começaram a trabalhar e aí essa coisa começou a ter muito peso político a partir desse trabalho. Então outras formas de organização que vão além de assembléias, conselho, diretoria... que funciona, mas é insuficiente. E precisa inverter essa estrutura vertical das entidades estudantis, coisa de sindicato pelego da década de 50... Numa entidade, um diretor não dirige sozinho a sua pasta, quem tem que fazer isso é todo mundo, ele apenas é o coordenador. Precisa reformular as entidades estudantis. Os responsáveis por cada pasta têm que funcionar em sistema de coordenadoria. Então você precisa de uma reforma geral na estrutura da rede do movimento estudantil, democratizar as relações, ir além nessa estrutura geral. A estrutura da UNE não funciona” (Militante da UNE).

De fato, a estrutura da UNE é paradigmática no que se refere à forma de organização das outras entidades; por várias questões: por servir de modelo às outras organizações estudantis e por expressar fortemente os limites de tal

estrutura; uma fotografia ampliada do engessamento de muitas entidades que não conseguem comunicar a experiência militante.

Fortemente verticalizada, a estrutura da UNE (por mais tentativas que existam no sentido de democratizar seus espaços e possuir uma maior flexibilidade), não consegue ter uma operacionalidade que permita a entidade perceber e dar conta do cotidiano estudantil e suas diferentes demandas.

Amplamente estratificada e sem um eixo de atuação e articulação entre as diferentes diretorias existentes, a UNE tem dificuldades em conseguir implementar um trabalho que seja, de fato, coletivo e amplo. A falta de estrutura para uma atuação mais qualificada dos diretores, a ausência de interlocução entre os mesmos, o excesso de cargos que, na prática, serve para contemplar os diferentes grupos políticos, são algumas questões que devem ser repensadas.

Um questionamento sério acerca da articulação entre as diretorias deve ser realizado de modo a pensar como dar dinamicidade a estas. Além disso, paralelamente, deve ser realizado um importante questionamento acerca do papel da política nessa estrutura. Que política o movimento estudantil brasileiro, a partir de sua entidade máxima, quer construir e de que modo a estrutura possibilita essa construção? De que maneira as diretorias poderiam ser, de fato, importantes pontos nesse processo?

Atualmente, o excesso de diretorias – quase “sem função”, como dirá abaixo um dos militantes – tem servido ao pragmatismo político que se pauta pela disputa de cargos na entidade. Se em teoria, os diferentes campos realizam a disputa de modo a terem representação na entidade, na prática, a estrutura não comporta uma intervenção – por parte dos grupos minoritários – que influa, categoricamente, nas decisões tomadas na entidade. Mesmo que incorporado em sua estrutura uma representação política baseada na proporcionalidade, na prática, os setores minoritários não possuem influência alguma no que concerne às disputas políticas ali existentes. Três militantes colocam com clareza essa realidade organizacional da UNE que não consegue ser instrumento de organização e formulação política para os estudantes.

“Eu acho que é uma estrutura que tem muita limitação. É uma estrutura, e vou usar de novo a palavra, ela é uma estrutura burocratizada. Você tem a direção da UNE que tem 71 diretores e existe a executiva que tem 13. Desses 71 diretores, a grande maioria deles não tem função, só no papel. Estão no Congresso da UNE para fazer credenciamento. O que funciona são os 13. E um ou outro diretor desse corpo maior. Isso já é uma limitação. Quer dizer, você tem um país do tamanho do Brasil, da entidade do tamanho da UNE, para 13 pessoas dirigirem. Dessas 13 você tem um grupo menor e um grupo

que é maioria, e que, na verdade, vão tocar a política. Então, assim, é obviamente impossível... Isso sem a gente falar da dificuldade dessa diretoria se reunir. Nessa gestão toda eu acho que essa diretoria se reuniu, esses 13, umas 5 ou 6 vezes. A gente está chegando agora no final da gestão. Já vão completar 2 anos. Como é que você gere uma entidade reunindo a direção tão pouco? Sem falar desse grupo maior de 71 que no dia a dia não tem função. (...) Então assim, essa estrutura da UNE está provada que está falida. Você só encaminha política e elege direção no Congresso. É uma lógica de se distanciar do conjunto dos estudantes, porque quem vai para o Congresso é um representante de cada curso. Então você está distanciando cada vez mais a entidade dos estudantes. Como é que a gente aproxima a UNE dos estudantes? Acho que uma política de comunicação que hoje não existe, acho que a necessidade de ter fóruns regulares que hoje não existem, necessidade de reunir os centros acadêmicos que seriam as entidades mais de base que hoje também não acontece” (Militante feminista de Brasília).

“A UNE é hoje o que de melhor o movimento estudantil conseguiu chegar. É crítica a estrutura da UNE, é arcaica, é muito aquele modelo de sindicato de pelegos da década de 50, muito verticalizada, com presidente, não consegue ter um tesão, não consegue ter representação. Se você pegar a FASUBRA por exemplo, ela tem o GTPE que é indicação de cada grupo. Então ali pega toda a amplitude do movimento sindical e se pensa na pauta comunitária sem a polarização política que é normal e que deve existir, mas que pensam no conteúdo. O conteúdo não pode ficar permeado pelas disputas políticas. Então a UNE não dá conta. A diretoria de políticas educacionais não pensa em política educacional. São poucas as diretorias que funcionam e as poucas que funcionam são do campo de oposição. A diretoria de esporte... Quem é a diretora de esporte? É gente que nem sabe o que é esporte. Você chega a um absurdo de ter uma diretoria de mulheres sendo um homem o diretor. Você entende? Então não funciona. Mas é a UNE o que de melhor o movimento estudantil conseguiu até hoje” (Militante da UNE).

“Tem a limitação que é política, porque na realidade os que ocupam nem sempre os que ocupam as pastas acabam respondendo por aquilo que deveriam responder. Como a entidade tem um funcionamento que ao meu ver é equivocado, que é um funcionamento a partir da maioria, maioria/minoria, isso enfraquece as pastas. Então por exemplo, imagina, eu, diretor de políticas educacionais não era convidado para participar das reuniões no MEC sobre reforma universitária. Entendeu? Porque em tese seria eu o responsável por acompanhar essas coisas. Então quem estava acompanhando era a segunda vice-presidente da entidade que era da maioria. Então, na realidade, muitas das pastas elas acabam não funcionando por conta dessa divisão entre maioria/minoria na entidade. Essa é uma limitação real da maioria das pastas que a gente tenta combater. Porque acabam surgindo algumas nuances... por exemplo, eu fui o representante da UNE na comissão de avaliação institucional que elaborou o SINAES... mas tem essas limitações reais do ponto de vista da política” (Militante da UNE).

Nem todos, porém, concordam com essa perspectiva. Uma das entrevistadas considera que a estrutura da entidade dá conta daquilo a que ela se propõe. Além disso, compreende que se a entidade não pode “bançar” toda a estrutura das diretorias, os diretores devem ter uma atitude mais assertiva e

propositiva perante a entidade; tem o dever cobrar, “se mexer”, organizar sua pasta. Como nos diz:

“Eu acho. Porque também tem a ver com as expectativas, né? Dar conta de que? Se a expectativa é que a UNE passe em todas as salas do Brasil, é óbvio que não vai conseguir. Isso é papel das UEEs, dos centros acadêmicos, dos DCEs. A UNE tem que dialogar com o DCE e o centro acadêmico. Mas eu acho que dá conta sim. Eu acho que tenho visto em todos os estados que a UNE sempre tem tido uma boa inserção: com a imprensa, com os DCEs, com a CUT, MST, os movimentos sociais. Mas não funciona partindo só da UNE. É preciso que a UNE se repense, é claro, mas também é preciso que a gente consiga conquistar o conjunto da estrutura da UNE. Porque tem uma lógica. Porque tem um CA, um DCE, uma UEE, uma UNE e as federações e executivas? Só funciona se for uma relação. Se quebrar qualquer que seja a relação a coisa não funciona. A UNE não chega na UEE que não chega no DCE que não chega no CA. E o contrário também. O CA que não chega no DCE, que não chega na UEE, que não chega na UNE. Então eu acho que tem que ter uma via de mão dupla e acho que a UNE está disposta a não ser esse elemento que rompe o processo. Quanto às diretorias, isso depende muito de quem pega a diretoria. O Gustavo disse que na última gestão só três diretorias funcionaram no que diz respeito à sua pasta. Porque, lógico, não tem diretor da UNE que não implemente a pauta da UNE. Senão está fora. Mas no que diz respeito a comprar a briga da pasta foram só três: assistência estudantil, mulheres e cultura. E eu brinco com ele que eram duas da oposição, e duas mulheres, eu e a Alessandra. Mas é decisão do cara, da força política cobrar, do militante querer e cobrar” (Militante da UNE).

De toda forma, consideramos que esta estrutura tem muitas fragilidades. E se a estrutura da entidade já não consegue, por si só, dar conta da nova realidade estudantil – por falta tanto de um importante articulação como de comunicação – o pragmatismo dos diferentes grupos políticos no interior do movimento agrava esta situação, distanciando cada vez mais os estudantes do movimento político. A disputa de interesses e a distribuição de cargos na entidade produz distorções inúmeras como, por exemplo, o preenchimento das diretorias por militantes que não tem a mínima familiaridade com a temática da pasta. Ou ainda, pela substituição do responsável pela pasta em reuniões importantes pelo simples fato deste não pertencer ao mesmo grupo político: a questão da relação maioria/minoria, como referido acima.

Assim, a questão estrutural está intimamente ligada à questão política da entidade, na medida em que mantêm uma estrutura que favorece uma parcela significativa dos grupos políticos, principalmente o campo majoritário. Neste sentido, a questão do uso da lógica maioria/minoria, certamente, prejudica o trabalho dos diretores responsáveis pelas pastas e sua legitimidade. A disputa é sutil, mas realça muitas das diferenças existentes entre os grupos políticos no interior do movimento.

A questão financeira é um dos pontos destacados pelos militantes no que concerne à dificuldade de atuação das diretorias que também circunscreve-se na lógica maioria/minoria como já realçado. A UNE não garante estrutura financeira e de funcionamento para as mesmas transferindo a responsabilidade para cada um dos grupos políticos, fortalecendo o papel destes em seu interior. As forças políticas – a depender de seu compromisso com as pastas e diretorias – assumem ou não uma postura de desenvolver um trabalho efetivo na entidade. Como relatam dois militantes,

“Então, acaba dependendo muito de cada força política que impulsiona cada diretoria. Da diretoria de mulheres que não faz parte da executiva, para a gente da DS, da KIZOMBA, é estratégico, algo programático para nós, logo funcionou de maneira a dar visibilidade, estar presente, não como um reconhecimento, mas conseguir ter um planejamento que nos permitisse efetivamente disseminar o feminismo, as ações feministas, e em grande medida a gente foi bem sucedida nisso. Agora, as outras diretorias de cultura, 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7... porque a maioria só existe para levantar a mão em reunião de diretoria e quando muito, porque na maior parte das vezes não está nem aí. E acaba que a diretoria plena ela é bem esvaziada neste sentido. E aí o não esvaziamento dela depende muito da força política que está por trás. E depende mesmo, porque a UNE não garante estrutura para essa diretoria. Garante para a executiva e olhe lá. Para mim, como diretora de mulheres, poder ir, sei lá, para um encontro de estudantes lá no Amazonas, eu me viro para ter passagem para ir, senão... Ou é o pessoal lá que garante, ou eu faço algum jeito que não seja pela UNE, porque ela não garante. E do ponto de vista de tocar a entidade mesmo, as políticas mais gerais da entidade, hoje como a direção majoritária tem uma determinada concepção de movimento, muita coisa passa só por eles. Por exemplo, a construção da Bienal de Cultura da UNE, foi exclusividade da direção majoritária, não passou por mais ninguém. Eles só davam os informes na reunião da executiva e pronto. E só! Não teve um fórum da UNE para construir isso... Nem reunião, para construir politicamente. (...) Os limites são muitos. Porque quando a gente está numa entidade que é composta de forma proporcional, não dá pra maioria, excluir a minoria da política, porque a consequência disso, é a desresponsabilização pela própria entidade. Aí se é assim, eu vou construir o meu campo que eu ganho mais. Então... Do ponto de vista da comunicação da entidade, por exemplo, a página da Internet, a revista, o jornal mural, ninguém tem acesso, só a majoritária. E as finanças? Ninguém da oposição tem acesso às finanças da UNE para saber como é que funciona, para saber quanto dinheiro tem... Isso exclui a oposição da vivência cotidiana a entidade” (Militante feminista de São Paulo).

“O ruim é a forma como a direção majoritária atua frente à UNE. Uma forma de propriedade; a UNE é dela e ela faz o que quiser. Um ponto é um tipo de resolução que sai e a gente nunca viu. Outro é acesso à estrutura. Pra vir morar aqui em São Paulo a UNE não quer bancar estrutura. Eu passo muita dificuldade. O presidente da UNE viaja, e nunca faltou dinheiro pra ele; agora para o vice-presidente que é da oposição... ser da oposição é ser alijado da estrutura da UNE e de qualquer conhecimento de discussão da estrutura. Não sabemos de nada do processo de carteirinha, nem nada. É muito mais uma participação política. E não é por falta de tentativa nossa de participar. Tem épocas que a coisa é mais aberta, tem épocas mais fechadas. Na bienal

da UNE agora, totalmente fechado. Então a gente influencia onde pode, mas é uma coisa mais política” (Militante da UNE).

E se em teoria o movimento tem garantida a representatividade dos grupos através da proporcionalidade, na prática, o campo majoritário acaba por deter o poder de influência e organização da entidade, como observamos acima. Neste sentido, a organização de espaços decisórios mais democráticos e abertos, onde a participação dos estudantes da base seja cada vez mais frequente, é uma outra questão importante para o movimento estudantil clássico resolver no que diz respeito a sua estrutura. Se na atualidade, o movimento não consegue comunicar sua experiência a partir desta forma de organização, importante se faz ampliar os espaços de diálogo, consulta e decisão no interior do movimento.

Neste sentido, os espaços mais acessíveis para a existência de uma intervenção mais direta dos estudantes são: o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) e o Congresso da UNE (CONUNE). O primeiro e o último seriam os de maior alcance. Vejamos quais suas características e diferenças.

O Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) é um encontro organizado pela UNE, de caráter deliberativo, com todos os diretórios e centros acadêmicos do país. Sem uma periodicidade estatutariamente oficializada, este espaço tem sido o menos utilizado como instrumento de comunicação entre os pontos desta rede. Sua última edição foi realizada em abril deste ano, depois de oito anos, por conta de uma forte reivindicação da base estudantil aliada a uma vontade política da atual diretoria da UNE.

O Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) é um encontro organizado pela UNE, de caráter também deliberativo, com todos os diretórios centrais de estudantes. Este encontro acontece pelo menos duas vezes a cada ano e consegue ser, depois do Congresso da UNE, o espaço de maior possibilidade de intervenção e discussão dos estudantes no que diz respeito à implementação de pautas e formulação de políticas pelo próprio movimento estudantil.

Por fim, temos o Congresso da UNE (CONUNE) que é o maior encontro deste movimento que reúne estudantes de todo o país para discutir os rumos que ele deve tomar, as bandeiras de luta que deve (re)assumir e eleger a nova diretoria da entidade. Realizado de dois em dois anos, o CONUNE continua sendo o espaço mais expressivo do movimento e, talvez, o mais analisado: por sua visibilidade, sua

importância, mas também por ser um micro-cosmos da realidade da militância estudantil no país, com tudo o que ela representa de positivo e negativo.

Geralmente, as análises realizadas neste congresso, seja pela imprensa ou pesquisadores, se limitam a pontuar questões de cunho ideológico e formal do movimento: as bandeiras de luta, os vícios das entidades, a excessiva partidarização deste, entre outros. Estas questões, já tradicionalmente analisadas, apesar de importantes, são limitadas para se ter uma compreensão maior daquilo que o movimento é e significa. Este congresso, por representar no espaço micro a dinâmica interna do movimento estudantil, também poderia ser refletido através de outros aspectos, tão importantes quanto aqueles.

A articulação dos estudantes para a organização e fortalecimento dos coletivos, a entrada de temas atuais no evento e a abordagem dada a eles, a importância do aspecto simbólico e cultural do congresso, entre outros, são algumas outras dimensões do movimento que poderiam ser também destacadas de forma a conseguirmos ter uma amplitude geral da militância estudantil atual. Da mesma forma que o movimento estudantil não pode ser analisado somente a partir de suas entidades, também não pode ser visto somente a partir de sua dimensão ideológica, estratégica e política.

Para além destes espaços, ainda existem a reunião da diretoria plena da UNE, composta por todos os 72 diretores e a reunião da diretoria executiva, composta de 13 participantes e que tem uma maior periodicidade. Abaixo, os militantes descrevem cada um destes espaços, analisando cada um deles a partir de sua experiência:

“A UNE tem o CONEB que é o Conselho Nacional de Entidades de Base, que é o fórum que reúne os diretórios e centros acadêmicos... Cada diretório pode enviar um representante para o CONEB e na minha opinião, é o fórum mais importante da UNE, porque ele ouve a opinião da base. Eu estou muito empolgada com o CONEB que vai ter. Tem o CONEG que é o Conselho Nacional de Entidades Gerais que reúne os DCEs e as Executivas de Curso. As executivas com mais de um ano de existência podem votar no CONEG. E tem o Congresso da UNE que é o fórum máximo da UNE. A ordem hierárquica é o CONUNE, depois CONEG, depois CONEB. Mas eu acho que o CONEB é mais legal que o CONEG e o CONEG mais que o CONUNE. O CONUNE é fantástico (não a sua dinâmica de funcionamento que nós vamos alterar agora no CONEB). É um grande fórum, o maior encontro de estudantes de toda a América. É uma parada massa. Se a gente conseguir otimizar e politizar o CONUNE ele pode se transformar num maravilhoso evento. Já é e pode ficar ainda melhor. Depois tem a executiva da UNE – que tem 17 pessoas – e tem a reunião da diretoria ampliada da UNE que tem 81 pessoas. Quanto à periodicidade, a executiva da UNE tem uma reunião ordinária por mês – sempre a primeira sexta-feira do mês – e tem as reuniões extraordinárias quando se precisa. A diretoria plena a gente quer se reunir bem. Na última gestão se reuniram 4 vezes. Essa a gente quer mais, mas é difícil

para conciliar a agenda de todas as forças políticas. O CONEG vinha acontecendo todo ano, mas como esse ano vai ter CONEB, o CONEG vai ficar só para o outro ano” (Militante da UNE).

“O CONEB não existe como fórum da UNE. Faz 8 anos que não acontece um. Seria a reunião de toda a rede do movimento estudantil porque o CONEB é a reunião de todos os CAs. A executiva funciona, tem um debate político e tal. Ano passado é que não foi tão bom mas funciona. E não foi muito bom porque se reuniu poucas vezes e para discutir a pauta do governo. O governo fez tal medida e aí a gente discutia. A UNE não teve em nenhum momento um papel formulador. Se resumia a isso. O CONEG melhorou muito na gestão do Felipe Maia. Ele não era um presidente de massas mas era muito respeitado, democrático e que mudou muito a estrutura da UNE. Foi ele que mudou o CONEG. Antes o CONEG era credenciamento e votação. Não tinha discussão, não tinha nada. O máximo que se tinha era alguns grupos de discussão. Aí ele reformulou isso fazendo seminários e tal. O CONUNE é aquela coisa, ele virou um grande Woodstock. Não tem debate, ele centralizava os grupos, enchia, não conseguia ter debate. O último, eu acho que avançou. Teve sala pra caramba, teve discussão. Não perdeu o caráter de Woodstock porque você colocar 10 mil pessoas num lugar é óbvio que vai ter. Mas quem quis discutir, formular, discutiui e formulou. Precisa minimamente fazer essa rede funcionar. A reunião de diretoria do pleno tem que funcionar, não funciona. Porque a maioria das diretorias são minoria na UNE. E é uma briga; para conseguir passagem tem que brigar. E o CONEB é injustificável não ter. E a UNE precisa mudar essa estrutura verticalizada e se por a funcionar. O diretor de públicas, você não sabe nem quem é. Existem 4, ninguém sabe quem é. É caótico. A executiva plena da UNE... Eu vou te dizer, quem funciona ali desenvolvendo o seu papel é o presidente, vice, 1º e 2º tesoureiros” (Militante da UNE).

Estes espaços, de algum modo, ainda que com suas limitações, servem como pontos de organização desta grande rede do movimento. Principalmente os congressos e conselhos realizados pela UNE são potencializadores de encontros entre os diferentes grupos e coletivos que a partir destes eventos se articulam, se programam, se organizam nacionalmente. Estes eventos são uma pequena amostra do movimento estudantil real com seus diferentes grupos, suas pautas, suas dinâmicas.

Como afirmamos no capítulo 4, o movimento estudantil clássico – expresso principalmente pela UNE – é a grande *espinha dorsal* do movimento estudantil, onde ao seu redor, orbitam outras experiências de organização que discutem questões mais específicas, geralmente, ligadas ao cotidiano dos estudantes, como a qualidade da formação e o currículo (debate muito característico das executivas de curso), a dimensão da cultura (debate dos CUCAs), entre outros.

A ampliação e uma maior frequência destes eventos poderiam ser um modo de democratização do movimento estudantil que contaria com uma comunicação mais efetiva entre os diferentes pontos desta rede. Além disso, propiciaria uma

dinâmica mais concreta onde todos pudessem decidir e discutir, de forma mais direta e participativa, os rumos do movimento estudantil.

Sua estrutura atual parece requerer modificações no sentido de propiciar um intercâmbio maior entre os pontos desta teia que vão do centro acadêmico à UNE. Esta última, refém de sua própria estrutura, ou se democratiza a partir da criação de outros espaços (e do fortalecimento dos já existentes) ou seguirá tendo dificuldades de chegar a todos os estudantes. Algumas experiências parecem nos dizer que o movimento caminha nesta direção.

A seguir, continuaremos nossa análise da estrutura do movimento a partir da organização dos coletivos de gênero.

5.2.2. Os coletivos de gênero: os encontros como forma de auto-organização

Os coletivos de estudantes que atuam tanto no campo do feminismo como no campo da diversidade sexual ainda são muito recentes no interior do movimento estudantil e estão em pleno processo de organização; um momento embrionário que requer articulação e força na relação com os outros grupos.

Ainda que mais recente enquanto experiência organizativa, a temática GLBT, a partir de seus coletivos, se estrutura de maneira mais sólida no movimento: a periodicidade e realização dos encontros nacionais têm sido de fundamental importância nesse processo inicial de visibilidade e reconhecimento. A temática do feminismo, porém, apesar de ter mais tradição, tem tido maior dificuldade na organização de seus encontros.

Parece claro que, estruturalmente, os militantes estudantis que trabalham com a temática GLBT têm uma perspectiva e um interesse maior de multiplicar esta experiência de discussão através da criação de coletivos em todo o país. Os mesmos se estruturariam a partir de suas características e teriam no espaço tanto do ENUDS como da diretoria GLBT da UNE o apoio necessário e facilitador de sua organização.

Por outro lado, os coletivos feministas passam por um momento de fortalecimento da temática no meio estudantil. Com poucos focos de organização, estes contam com o apoio das entidades estudantis, em especial das executivas de curso e da diretoria de mulheres da UNE.

O que é possível afirmar acerca da questão estrutural no que concerne aos dois tipos de coletivos é que, seja numa ou noutra experiência, tanto os militantes

GLBTs como as estudantes feministas, privilegiam seus encontros nacionais compreendendo serem a forma mais eficaz de se fortalecerem. E são estes espaços que queremos aqui analisar.

5.2.2.1. A experiência do ENUDS

Como já afirmamos no capítulo 4, o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) tem sido uma das formas de comunicação e articulação dos coletivos GLBTs no país entre os estudantes. Realizado anualmente, este encontro vai para a sua 4ª edição em setembro deste ano.

Um evento de caráter político e acadêmico que discute a questão da diversidade sexual, este encontro quer “articular e fomentar pesquisas que aprofundem a temática transversal da diversidade sexual – gênero, corpo, sexualidade, afetividade – nas diversas áreas do conhecimento; objetiva também entrar em contato com as diferentes realidades locais dos grupos que o constituem, conhecendo suas vivências e experiências de atuação”¹²⁸. Ou seja, no ENUDS, experiências são trocadas, projetos comuns são formulados, bandeiras de luta são organizadas, e neste sentido, os coletivos são fortalecidos.

Não sabemos ao certo quantos coletivos surgiram até o momento, mas até 2005 existiam pelo menos 20 grupos que estão localizados em várias regiões do país. Estes possuem especificidades e podem ou não estar vinculados aos centros acadêmicos¹²⁹. Como nos diz um dos militantes, o ENUDS foi um importante espaço para o surgimento dos coletivos; serviu como instrumento catalisador que potencializou os estudantes que, interessados na temática, logo depois do encontro, ao voltarem para suas universidades, começaram a fundar e se organizar através de coletivos. Além disso, o entrevistado nos dá uma certa visão da natureza destes grupos. Como nos mostra,

“Então, os grupos começaram a surgir depois do espaço do ENUDS. E o espaço do ENUDS foi quem conseguiu uma visibilidade porque foi o encontro do ENUDS que conseguiu uma mobilização grande no congresso da UNE, que reivindicou a criação de uma diretoria GLBT na UNE e tudo mais. E aí, as estruturas desses grupos são, geralmente, estruturas muito fluidas. A gente

¹²⁸ Ver site do 4º ENUDS: <http://www.coopemult.com.br/enuds/default.asp>.

¹²⁹ Como nos informa um dos entrevistados integrante do Grupo PRISMA da USP: “O PRISMA, por exemplo, é autônomo frente a gestão do DCE, mas ele faz parte da estrutura da entidade. É Grupo PRISMA DCE Livre USP. É um grupo de trabalho permanente da entidade. Eu acho que ele é ao mesmo tempo autônomo e na sua autonomia se força para dentro dos espaços institucionais do movimento, forçando assim a percepção disso”.

não segue nem as mesmas formas de organização do movimento estudantil, nem do movimento GLBT. Então, praticamente nenhum desses grupos se tornaram ongs – que a maioria do movimento GLBT acaba virando ong, até por uma maneira de se conseguir financiamento – nem viraram entidades representativas do movimento estudantil; a maioria deles geralmente nem tem estatuto, não tem presidência; as reuniões são amplas e abertas. Cada um tem uma dinâmica própria hoje, mas então a gente tem essa característica meio anti-burocrática, semi-anarquista quase, às vezes” (Militante do coletivo GLBT).

Os encontros, na prática, têm-se caracterizado como um espaço *político* e *organizativo* destes coletivos. Um espaço político por ter a capacidade de realçar dimensões que vão desde a percepção de que a questão da diversidade sexual é uma temática importante na vida de um número significativo de estudantes; que ela deve ser refletida tanto no cotidiano das entidades como na própria vivência universitária, até o fato de que ela deve ser uma pauta política a ser considerada nas reformas por que passam as universidades no que diz respeito tanto à questão da assistência estudantil como na questão da formação dos alunos. Neste sentido, o ENUDS possibilita a formação de uma pauta política que se enraíza na vivência dos coletivos nas diferentes universidades. Um espaço *organizativo* por ter a capacidade de articular essa luta na vida prática destes coletivos. O que une estes grupos? Que estratégias políticas devem usar para conseguir se fortalecer perante a instituição, o movimento e os estudantes? Que lógica organizativa estes coletivos devem escolher no sentido de conseguir expressar aquilo que acreditam? Como conseguir incluir mais grupos e movimentos na discussão GLBT e conseguir apoio de possíveis interlocutores? Estas são algumas questões discutidas e encaminhadas na realização de cada um destes encontros.

A questão formativa e temática têm ficado a critério de cada comissão organizadora. Como nos relatou um dos entrevistados, o acúmulo teórico acerca da questão da diversidade sexual ainda está em processo e, neste sentido, não existem questões muito específicas no campo de discussão. Assim, os temas gerais dos encontros têm privilegiado, de forma geral, a relação universidade/diversidade sexual. Para ele,

“Nesse processo todo o que paira é a questão da academia e da diversidade sexual. A discussão do movimento estudantil e de uma política para a universidade foi mais presente nesse último encontro, até pela própria maturidade política. É muito difícil dizer que esse encontro tratou disso, que aquele outro daquilo. Eles tinham nomes diferentes, mas no geral era a mesma coisa. Porque não há ainda uma maturidade que nos faça chegar e dizer “ah, temos que chegar neste tema”. Eu acho que esse processo de três anos foi mais um tatear no escuro para procurar o que realmente tem que ser

feito. Está se acumulando ainda coisas concretas que devem ser aprofundadas” (Militante do coletivo GLBT).

Em termos organizativos ainda, o ENUDS tem realizado um processo de ampla discussão acerca de sua realização. A responsabilidade pela organização do encontro tem sido partilhada por diferentes grupos (comissão organizadora local, comissão organizadora nacional, entre outros) e discutida em diferentes espaços de decisão. O processo se dá da seguinte maneira: na plenária final de cada encontro se tira uma coordenação nacional que vai pensar o evento próximo; esta coordenação, composta de duas pessoas de cada estado, sendo um homem e uma mulher, se organiza e se encontra num fórum chamado Pré-ENUDS que discute todo o eixo temático e organizativo do evento. Como ressalta uma militante, geralmente são reuniões abertas onde qualquer estudante pode opinar e participar. Além disso, esta comissão tem uma única responsabilidade: organizar o ENUDS.

Este processo a cada ano tem se aperfeiçoado e os ENUDS têm tido a preocupação com o processo de organização da discussão: a realização de minicursos, o redimensionamento da plenária final, entre outros, são algumas novidades que tem surgido com o acúmulo de experiência. Além disso, a preocupação com outros fatores, como a questão ecológica, tem feito parte do debate atual. Abaixo, um dos entrevistados farão uma descrição sucinta deste processo.

“Existe uma coordenação nacional que é composta de duas pessoas, um homem como uma mulher de cada estado presente no encontro. Não é uma entidade. É um grupo que gira em torno do encontro. Na plenária final de todo encontro se vota onde vai ser o próximo, se colocam as candidaturas e tal e foi a segunda vez que Goiânia perdeu. E agora vai ser em Vitória. Aí a forma de como isso vai ser feito é sempre decidida num Pré- ENUDS, em reuniões anteriores, que são abertas. Geralmente tenta se chegar em acordos por consensos, se não há consensos só vota a coordenação nacional. Mas eu acho que nunca teve uma necessidade de votação... no caso da atual coordenação são duas pessoas de Brasília, não no caso é uma pessoa só de Brasília (porque se tiver só homens num estado a representação fica só em uma pessoa). Então é uma pessoa de Brasília, uma de Goiás, duas pessoas de Recife, duas do Espírito Santo, duas do Rio, duas de São Paulo, tinham mais estados presente no encontro mais agora eu não consigo lembrar. Aí é sempre decidido. Nos últimos encontros tem havido uma estrutura de encontro muito típica do movimento estudantil: três mesas grandes, cada um com uma atividade única em cada horário, oficinas, apresentação de trabalhos, minicursos e os grupos de discussão que encaminham propostas para a plenária final. É essa a estrutura. A gente ta caminhando numa lógica um pouco diferente de tentar, por exemplo, eliminar a plenária final com aquela característica de votação de proposta pontual porque aquilo não leva a nada por um ponto de articulação dos grupos de militância glbt universitária. Então não faz sentido... a gente ta propondo que os grupos de discussão encaminhem textos mais consensuais, que seja formada uma carta

consensual do encontro. E pensar numa dinâmica de mais grupos de discussão, de grupos de trabalho que pensem ações, de várias coisas... porque como só agora estamos pontuando questões mais concretas nós podemos criar vários grupos. Por exemplo, criar um só de assistência estudantil; um outro só de formas de manifestação política levando em consideração de que a gente tem influências tanto das manifestações do movimento GLBT que são completamente diferentes da grande maioria dos movimentos sociais, por exemplo, a questão das paradas, do envolvimento da festa na política, mas também o viés tradicional do movimento estudantil com seus atos com carro de som, palavras de ordem e tudo mais. Como a gente pode fazer uso dessas influências para criar novas formas de atuação, manifestação política? Estas coisas estão se tornando mais concretas. Então existe a possibilidade de no próximo encontro, ter um espaço maior de discussão e menor de explanação” (Militante do coletivo GLBT).

Uma estrutura que mistura as tradições tanto do movimento estudantil como do movimento GLBT, o ENUDS vem sendo gestado nessa interseção de referências e políticas e organizativas próprias de sua origem e espaço social.

Mas se a questão da representação é uma preocupação importante para os militantes no que diz respeito à divisão de gênero e tem sido observada à risca, ainda existe uma maior participação dos homens que da mulheres nestes espaços. Parece se reproduzir a dinâmica acontecida nos encontros estudantis tradicionais onde as mulheres têm um menor grau de participação. Daí a necessidade de fomentar também neste meio a discussão do feminismo, tão importante para a existência de uma relação de representatividade mais equilibrada.

“Esse ano foi muito importante a participação de transsexuais. Porque na universidade não se vê transsexual. Não se discute, muito menos. E esse ano tinha gente do Grupo ASTRA. Acho que são do Rio de Janeiro. Tinha uma mulher do Grupo ASTRA, lembro de uma mulher que era uma graça, Lili que era do Espírito Santo. E isso é muito importante porque também tem uma representação muito desigual da diversidade sexual. E isso também foi muito importante e a gente quer aumentar. Também existe uma participação desigual de gênero, de homem em relação à mulher, inclusive nas falas. Geralmente os homens falam mais e as mulheres ficam mais na dela e isso é um problema. Na comissão nacional tem três mulheres e seis homens. Tem alguns estados que só tem homens. Então esse ano também teve uma discussão sobre feminismo. Mas é difícil. É uma coisa meio crônica. E tem todas essas preocupações que a gente vê no movimento estudantil. Outro ano, teve um evento que colocaram dois microfones, um para homem e outro para mulher. Daí no microfone dos homens tinha uma fila, no das mulheres não tinham ninguém. Fizeram isso só pra mostrar a diferença” (Militante do coletivo GLBT).

Neste sentido, o movimento GLBT no interior do movimento estudantil tem se esforçado no sentido de realizar uma aproximação com os coletivos feministas. De toda forma, tem havido um esforço interno de atuar na perspectiva de estimular

a participação das mulheres, e outras minorias como os transsexuais, no ENUDS, nos coletivos e na própria militância cotidiana.

O ENUDS, portanto, tem servido como um importante espaço facilitador do surgimento e fortalecimento desta experiência relativamente nova dentro do movimento estudantil, sendo expressão do que acontece nos coletivos e na própria militância. Quanto ao ENUDS podemos ainda dizer: as temáticas discutidas nos encontros, as modificações realizadas em sua estrutura, o número de participantes, entre outros, serão sinais, expressões da atuação tanto dos coletivos como da relação destes com os outros grupos no interior do movimento estudantil.

5.2.2.2. A experiência do EME

Como o ENUDS, o Encontro de Mulheres Estudantes da UNE (EME) tem sido um espaço de extrema importância para a organização destes grupos no movimento estudantil, visto sua dinâmica ainda muito fragmentada de atuação. A pouca comunicação e intercâmbio entre os coletivos feministas exige uma maior atenção por parte dos militantes que atuam neste campo. Ainda carente de maior apoio, os coletivos feministas percebem que a experiência deste encontro é de fundamental importância para sua continuidade.

Muito inspirado nas discussões da Marcha Mundial das Mulheres o I EME, realizado em março de 2005, em São Paulo, debateu a importância política de se organizar a discussão feminista entre as estudantes nas universidades brasileiras.

Com o objetivo de organizar as mulheres do movimento estudantil, garantir um olhar feminista sobre a universidade e estabelecer um diálogo entre o movimento estudantil e o movimento de mulheres, como expresso em relatório do seminário organizador do encontro¹³⁰, o EME reuniu cerca de 200 estudantes de todo o país e teve o amplo apoio de algumas executivas de curso, da Marcha Mundial de Mulheres e da diretoria de mulheres da UNE. Esse intercâmbio de forças foi fruto de um processo de amadurecimento e organização de algumas estudantes que, como vimos no capítulo 4, perceberam que era necessário organizar a luta das estudantes.

Dividido em dois eixos, o EME pretendia discutir a temática da “Mulher e a Política” e a “Mulher e a Universidade”. Estas discussões eram o pano de fundo inicial para a realização da troca de experiências. Os eixos se subdividiram na

¹³⁰ Ver em: http://www.une.org.br/home/une_janeiro_2005/m_5117.html

realização de três painéis: a) Porque as mulheres lutam; b) Mulher e política e, c) Construindo um olhar feminista para a universidade. Como analisa uma das entrevistadas, o EME foi essencial para iniciar a discussão do feminismo na universidade entre as estudantes; a falta de um acúmulo discursivo, de uma elaboração nesse sentido, só aumentava a necessidade e expectativa em torno dele. Como nos diz,

“O encontro foi extremamente positivo porque reuniu duzentas estudantes do Brasil inteiro, dezesseis estados, e muita gente veio por já ter uma sensibilidade prévia para a ação feminista, e muita gente veio querendo entender, querendo conhecer mais e saiu do encontro convencida, saiu do encontro com a vontade de impulsionar o feminismo nas universidades. E a gente tinha um desafio grande lá que era dar um recorte de gênero para a universidade. A gente não sabia direito como começar, como fazer, como elaborar... Ele tinha dois eixos, o encontro. Um era mulher e política e o outro era mulher e universidade... porque para a gente, o eixo da mulher na política é mais concreto. Tem mais elaboração, vivência. Todo o dia percebemos os tipos de opressão que sofremos, e aí é mais fácil identificar claramente onde está o problema e ver como a gente se organiza para enfrentar. No caso, da seção do recorte de gênero para a universidade era difícil porque a gente nunca tinha parado, nunca conseguiu ter acesso a uma elaboração, uma produção que dialogasse com isso. Como que a gente olha para a universidade numa perspectiva feminista? E aí a gente avançou nesse sentido e isso foi muito legal. A gente conseguiu olhar para a universidade e falar: “vamos ver o ensino, vamos ver a pesquisa, a assistência estudantil, os espaços de poder, tudo isso, dentro da universidade...”. Isso acumula ou não acumula para a luta das mulheres? Isso dialoga ou não passa nem perto? E conseguimos iniciar alguma elaboração nesse sentido” (Militante feminista de São Paulo).

O EME foi o toque inicial para a realização de uma discussão difícil de fazer pela pouca experiência acumulada. O “*tatear no escuro*” deu espaço para a reflexão em torno da questão e realidade universitárias. O desafio de construir a perspectiva feminista na universidade foi central para as militantes naquele evento.

Como no ENUDS as estudantes também não queriam reproduzir a estrutura dos encontros estudantis tradicionais. Por entender que o encontro tinha uma demanda diferenciada e específica, as militantes decidiram realizar um evento baseado na realização de oficinas, painéis, grupos de discussão e atividades auto-gestionadas com a perspectiva de priorizar a troca de experiências e o diálogo entre as diferentes participantes.

Essa metodologia se fazia necessária se pensarmos na grande carência de informação e conhecimento acerca das diferentes realidades universitárias e o pouco entrosamento entre as militantes que iniciavam ali um processo de articulação mais organizada e de caráter nacional.

Por ser um encontro de mulheres, a participação eventual de homens ficou restrita aos painéis, momento destinado à formação. Os espaços mais restritos como os grupos de discussão, as oficinas e as atividades auto-gestionadas foram reservados às estudantes, que compreendendo a necessidade de estimular o seu próprio protagonismo, perceberam que esta experiência cabia a elas realizar: era o olhar das mulheres frente às questões da universidade o eixo do evento.

Essa demarcação foi importante no sentido de construir e fortalecer uma identidade coletiva que passa pelo fortalecimento da identidade feminista no interior do movimento estudantil. Além disso, como realçamos no capítulo 4, um encontro *de e não para as* mulheres reforça a necessidade de um espaço próprio para as militantes que – ao compreenderem que as relações de gênero são relações de poder – delimitam e demarcam o perfil de quem pode e não pode participar do encontro. Com uma forma de organização de tradição feminista incorporada pelas militantes, o encontro fez surgir um vínculo concreto entre as participantes, compostas em sua maioria por militantes tanto do movimento estudantil como do movimento feminista. Como explicita uma das organizadoras do EME,

“A maioria absoluta era de militantes do movimento estudantil. Inclusive o encontro foi uma forma de dialogar com essas mulheres que são do movimento estudantil, mas que também são feministas. Podia ter algumas que não se identificam muito com algumas ações do movimento estudantil, mas acho meio difícil. A grande maioria que estava no encontro e fui dialogar com elas eram de militantes do movimento estudantil” (Militante feminista de Brasília).

Mas se existe a compreensão de que o EME foi o maior evento construído pelas estudantes em todo esse processo de organização, fica também a consciência de suas carências, e a necessidade de impulsionar de vez a questão feminista no movimento estudantil e nas universidades. Uma das militantes expressa,

“Essa foi a nossa principal intervenção, porque foi o que aglutinou... porque como eu disse, a gente tem muita dificuldade porque não tem estrutura. Então, o que a gente deu conta de fazer foi, em alguns casos, aumentar dentro das universidades que já são mais... principalmente no meu estado, em que eu estou, fica muito mais fácil de acompanhar e de fomentar e de incentivar as organizações. Mas, assim, a gente participa dos encontros de área, tentando contribuir com essa discussão, nos encontros promovidos pela UNE. Inclusive do ponto de vista de organização... é mais por aí, de acompanhamento mesmo, de saber o que está acontecendo, de contribuir, de ter uma referência política que possa contribuir para o que está acontecendo pelo Brasil afora. Sem estrutura para estar presente nos lugares todos, não dá” (Militante feminista de São Paulo).

A organização dos coletivos se dá de modo muito precário como chama a atenção da militante acima. A mesma compreende que o processo é lento e que a organização se dará ocupando os pequenos espaços dos encontros nacionais tanto das executivas como da UNE. Estes serão, de alguma forma, os espaços de troca de experiências e organização coletiva, inclusive para conseguir visibilidade, se fortalecerem enquanto coletivos e conseguir o apoio necessário, tanto da UNE e outros setores do movimento estudantil, como de outros movimentos sociais e da própria universidade para a organização do II EME.

Abaixo, de modo um tanto livre, faremos um pequeno passeio pelo encontro, onde pudemos participar de alguns momentos.

Cena 1

Era domingo, dia ensolarado. Na quadra do sindicato dos bancários da cidade de São Paulo centenas de militantes de todo o país se reuniam para discutir e organizar uma pauta feminista para a universidade. Pensar a universidade a partir deste olhar é também dar visibilidade àquilo que está frequentemente invisível no cotidiano das práticas e discursos do movimento e da universidade.

Devia ser umas 09:00hs quando ali me instalei para conversar com as pessoas e observar a dinâmica daquele evento. As pessoas ainda estavam chegando, ocupando aquela quadra visivelmente espaçosa. Enquanto isso, caminhei pelo lugar tentando observar a estrutura daquele espaço, enfeitado por cartazes, faixas e fotografias.

Um pequeno mural mostrava através de fotos a participação das mulheres em momentos importantes de nossa história e seu processo de organização no país: o 1º de maio de 1919 na Praça da Sé, a manifestação operária de 1945, uma greve de operárias em 1978, a passeata do dia 8 de Março em 1981, a manifestação de mulheres do MST em 2002, eram algumas das imagens que nos faziam pensar sobre o acúmulo de experiências de luta deste movimento.

A partir de uma espécie de linha do tempo a história parecia estar presente naquele lugar. Para mim, aquele mural também expressava um sentimento de pertença muito forte. A identidade daquelas militantes estava entranhada de uma mistura de referências e fatos do movimento feminista brasileiro. “Somos a continuidade dessa história e essa é nossa identidade!”, pensei ser essa a mensagem construída pelas estudantes. Logo após soube que alguns dos elementos

que ali estavam tinham sido utilizados no momento da *mística* que acontecera dias antes.

A mística – elemento trazido da experiência de outros movimentos sociais como as Cebis e o MST que se traduz a partir de um momento celebrativo e de sensibilização – foi incorporado pelo movimento e realizado no encontro, servindo como instrumento de fortalecimento da identidade coletiva. Certamente, as fotografias que se remetiam a uma linhagem histórica do movimento feminista associado a outros elementos reforçaram um certo sentimento de pertença tão forte quanto visível naquele momento em que ali estava.

Certamente o aspecto cultural tem sido um elemento privilegiado na ação dos movimentos sociais que, associando a suas demandas e objetivos, expressam seus desejos, ideários, modo de compreender o mundo. A dimensão simbólica fortalece e aprofunda a experiência.

No espaço, a presença de homens que vem acompanhar a discussão é perceptível. Alguns deles ajudaram de alguma forma com seu apoio. Percebo que a grande maioria deles são militantes das executivas de curso (alguns da ENECOS, outros da DENEM) e diretores da UNE do campo de oposição à majoritária. Certamente, esta delimitação também aconteceu.

Alguém pega o microfone. As pessoas começam a se acomodar nas cadeiras. A discussão vai começar. O tema: mulheres e política. A mediadora da mesa chama as convidadas: uma sindicalista, uma deputada, uma militante estudantil. A reprodução da divisão sexual no espaço público através da exclusão das mulheres, o reconhecimento da luta feminista como propiciadora de vitórias e da ampliação da visibilidade das mulheres, e ainda a compreensão de que o neoliberalismo aprofundou os desafios do movimento feminista, são algumas questões pontuadas pelas debatedoras que provocam uma discussão que segue toda a tarde com a organização de pequenos grupos de discussão.

No intervalo, o almoço, as reuniões de articulação realizadas por alguns grupos presentes, a mostra de um documentário produzido por uma ex-militante estudantil que tratava da problemática do preconceito do movimento frente às mulheres militantes. Percebo o entrosamento na troca de diálogos, experiências, debates. E parece que com todas as limitações de infra-estrutura, algo novo sai desta experiência.

O que se pode afirmar é que se ainda existem muitas dificuldades organizativas e de comunicação entre estes diversos grupos¹³¹, a experiência do EME conseguiu dar uma maior visibilidade a questão feminista no movimento estudantil. Além disso, as militantes compreendem que essa diversificação do movimento estudantil é muito saudável no sentido de ampliar sua pauta e se conectar de forma mais forte com uma parcela significativa da juventude. É nessa perspectiva que a temática feminista vem ajudar como realça uma estudante,

“Então, aí volto para aquela primeira coisa que eu falei sobre juventude. A juventude é muito plural. Ela é muito diversificada. E quanto mais eixos o movimento estudantil puder dialogar, melhor para ele mesmo, porque ele se amplia, ele se massifica, ele abarca mais pautas, ele consegue dialogar melhor com a sociedade. Ele incorpora o feminismo como uma luta sua também; a luta GLBT como uma luta sua também, anti-racismo, a questão do meio ambiente... tem tanta coisa. E talvez nisso ele se amplia. A gente também não tem interesse que ele tenha uma direção que dê conta de tudo isso. Não, isso se trata de o movimento estudantil garantir espaço e valor para tudo isso, porque ele vai poder atuar a partir daí também. É isso. E aí incorporar bandeiras de outros movimentos sociais. Principalmente aquelas que tem relação mais direta com a juventude” (Militante feminista de São Paulo).

Por fim, queremos realçar que, aos poucos, a temática do feminismo ganha corpo, expressão e força, ainda que num processo lento e com uma infra-estrutura de trabalho precária. E se o EME foi um passo nessa experiência organizativa e de visibilidade na luta das estudantes, outro sinal expressivo dessas conquistas é a presença de uma militante na vice-presidência da entidade nacional. Uma não foi consequência da outra, mas frutos de um momento significativo do movimento estudantil onde uma série de fatores permitiram que essa experiência acontecesse.

Terminamos este tópico com o testemunho da vice-presidente da UNE:

“Faz mais de 10 anos que a UNE não tinha uma mulher nem presidente e nem vice-presidente. A última foi a Patricia de Angelis que foi presidente em 91. Faz 14, 15 anos. Apesar de você ver que nos centros acadêmicos a maioria é mulher. Isso é uma contradição. E é uma coisa do sistema que é machista. Não é porque as mulheres se interessam menos, é porque à medida em que os espaços vão ficando mais altos, vai tendo uma menor participação de mulheres. Você ver que até nas executivas você tem uma participação maior de mulheres... E o espaço da UNE é um espaço muito disputado porque ela tem uma força política grande. E nós estamos redescobrimo essa

¹³¹ Como realça uma das militantes: “Eu acho que não tem relação nenhuma de um coletivo com o outro. Até porque em algumas universidades, na USP por exemplo, existe um coletivo de mulheres, um coletivo feminista; noutras universidades existem coletivos de gênero. E aí diverge muito, porque tem coletivos que fazem do coletivo um espaço de auto-organização das mulheres, tem outros lugares que fazem espaços mistos. Mas sempre se tenta fazer uma atividade maior, um debate maior” (Militante do coletivo feminista – São Paulo).

força agora, com os ataques que a direita vem fazendo. Nos estamos redescobrimo a UNE como um instrumento forte na sociedade. Eu fui candidata a presidente no congresso da UNE em 2003. E foi muito difícil. Primeiro, pelo machismo dentro de minha própria corrente. Foi muito difícil. As pessoas falavam: “ela não vai aguentar e tal”. E tentaram me atrapalhar bastante. E acabei que não fui para a executiva da UNE. E achei que valia a pena persistir e a gente construiu um campo político interessante e com muito trabalho, porque as mulheres sempre acabam tendo que provar mais do que os homens. Acabei sendo candidata de novo e agora eu estou na vice-presidência da UNE. É muito bom você, depois de 15 anos, ter a sorte (e digo que é sorte mesmo, porque existem mulheres muito mais preparadas que eu para estar aqui!) e oportunidade de estar no momento certo, no lugar certo. Eu corri, busquei atrás, mas é difícil. E existe uma pressão muito grande para você estar aqui porque ficam especulando se vai conseguir ser melhor ou não... mas também é uma oportunidade muito boa, você conseguir recolocar a pauta do feminismo dentro do debate geral, não é a diretoria de mulheres fazendo a discussão, é a vice-presidência fazendo. E é uma boa oportunidade para conseguir superar todas as barreiras que coloquei aqui. Estamos no início da gestão e acho que vamos dar uma boa contribuição no movimento estudantil e nos movimentos sociais. Eu estou animada porque eu acabo sendo a expressão da superação de um monte de barreiras que o próprio movimento estudantil construiu e espero corresponder a isso” (Vice-presidente da UNE).

5.2.3. A estrutura dos CUCAs: organização na oportunidade

Ligado à estrutura da UNE, os CUCAs são uma espécie de “*especialização*” de uma tradição cultural realizada pelo movimento estudantil, de maneira mais visível, pelo menos desde os anos 60. Organizados a partir de pequenos grupos e espalhados em vários cantos do país, os CUCAs se comunicam através de uma rede que, com o passar do tempo, tem crescido e se complexificado.

Inicialmente, faziam parte desta rede os grupos de cultura que a partir das Bienais da UNE começaram a se organizar de modo mais sistemático, primeiramente, conhecendo-se uns aos outros, suas dificuldades, especificidades e desejos; depois, articulando-se no sentido de dar um caráter nacionalizado à discussão que faziam, tanto no movimento estudantil, como em outros espaços de cunho cultural e artístico.

Com este processo organizativo, os grupos começaram a estabelecer uma série de interlocutores que ampliaram esta rede, que vai do apoio de artistas até o próprio ministério da cultura, como mostramos no quadro 1 do capítulo 4. Com um trabalho desenvolvido em torno das entidades estudantis, cada CUCA tem sua especificidade e modo de se organizar internamente. Essas diferenças organizativas são derivadas das opções artísticas de atuação que cada CUCA realiza. Como nos informa um dos militantes,

“Eu sou mais ligado ao movimento estudantil, à UNE, e a partir daí a gente está formando comissões que trabalham na área de literatura, vídeo, artes visuais, artes cênicas e música. Só que a idéia não é de ter comissões estanques, é trabalhar com esse conceito um pouco mais novo de criar comissões transversais, onde possam interagir a literatura com a música, com as artes cênicas e visuais, enfim, estar criando aí uma interação maior. A idéia é criar comissões para poder organizar a partir de sua área e transversalizar e transbordar outras áreas... e quem sabe vir aí junto com a gente movimentos científicos, de pesquisadores, e quem mais poder aparecer por aí para contribuir com o nosso trabalho” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

No entanto, como nos informa o militante acima, a estrutura interna dos CUCAs em termos de organização quer ter uma dimensão flexível, fluida, onde os vários campos artísticos existentes se encontrem de maneira transversal. Ao invés da organização de comissões de música, teatro e vídeo, criam-se comissões que unem vários destes campos; um modelo que vem sendo adotado também pelo próprio ministério da cultura.

Os CUCAs também se estruturam de modo a possuírem duas funções: a de circuito e a de centro cultural. Torna-se circuito universitário, quando propicia a circulação de trabalhos artísticos de outros estados, de outros CUCAs, seja a partir da realização de um evento, seja na realização de uma mostra. Torna-se centro cultural, na medida em que se afirma enquanto um espaço pólo para grupos artístico-culturais e quando possibilita também um número de atividades deste cunho. A experiência do CUCA de Salvador, permite perceber isso com maior clareza: apesar de ser um centro pólo de cultura e organizador de atividades culturais locais, também torna-se circuito quando realiza o “Salão de Maio”, evento destinado às artes plásticas que mostra trabalhos de artistas de vários lugares do país. Como relata um dos militantes daquele grupo,

“Então, no projeto que enviamos para o ministério o CUCA vai circular em dois grandes eventos: o Salão de Maio, em maio, que é um salão só de arte de rua e em novembro existe a exposição dos registros do Salão de Maio, onde acontecem debates e que é feito dentro de uma galeria. (...) Está mais voltado para o circuito mesmo. Mas agora com um lugar fixo, a idéia é formar um centro de cultura. A probabilidade maior é que o centro fique dentro da faculdade de dança. A idéia inicial era de ser na faculdade de Belas Artes, mas agora parece que vamos ficar na faculdade de dança” (Militante do CUCA de Salvador).

Importante também foi a experiência do CUCA de São Paulo que teve uma grande intervenção política e cultural no Bairro da Barra Funda nos anos de 2003 a 2005. Conhecido mais como um centro cultural (para os militantes, um espaço de criação artística, de intercâmbio de experiências e de experimentação da identidade cultural brasileira) o CUCA São Paulo desenvolveu uma série de atividades culturais e realizou um diálogo intenso com a comunidade a que estava inserido, seja através das oficinas realizadas como pelos próprios espetáculos e eventos organizados naquele lugar¹³². A apresentação de peças teatrais e as famosas rodas de samba, todas as sextas, comandadas pela Velha Guarda da Camisa Verde e Branco eram, talvez, suas atividades principais.

Com o apoio do Ministério da Cultura, pelo menos dez CUCAs tem tido uma experiência organizativa de caráter mais profissional e com um alcance interventivo maior. O ganho de material para sua estrutura (ilha de edição, computadores, tablados e palcos desmontáveis, etc.), tem permitido uma atuação mais qualificada e um fortalecimento mais expressivo junto à base estudantil. Além disso, estes CUCAs têm recebido um número de bolsas concedidas pelo Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho para estudantes que se insiram em algum dos projetos culturais e sociais dos CUCAs, ajudando estes grupos no seu fortalecimento e visibilidade¹³³. Como descreve, ainda que rapidamente, um dos organizadores do CUCA de Recife,

¹³² Como exposto em artigo comemorando 1 ano de existência, “(...) fica quase impossível lembrar de tudo o que aconteceu, mas a gente tenta: oficinas de maracatu, de côco e de jongo, de voz; exposições de vídeo e curtas, teatro com IVO 60, do Teatro de Narradores, da Cia. São Jorge, do GPEC Obara, a mostra de cinema OBARA, Mostra Glauber, trabalhos de estudantes universitários e recentemente o Mês Vianinha, homenageando um dos nossos maiores inspiradores; as rodas de samba com os Inimigos do Batente, a festa da Agenda Samba e Choro, espetáculos da Barca, do Maracatu Nação Porto Rico, de Pernambuco; da Velha Guarda da Camisa Verde e Branco e a nossa Barafunda no final do ano” (site da UNE).

¹³³ Como explicado no site da UNE: “O Ministério da Cultura viabiliza, durante dois anos, os recursos, o acompanhamento, o treinamento dos monitores, a articulação institucional e criação da rede – aspecto vital do programa. A UNE, por sua vez, entra com os locais (os CUCAs), a gestão e o compromisso de responsabilidade. Os recursos recebidos inicialmente estão sendo investidos em oficinas, equipamentos de palco (sonorização, iluminação etc), divulgação/comunicação e na estrutura física de cada CUCA. A expectativa é que, ao fim dos dois anos, cada Ponto de Cultura/CUCA conquiste a sua própria sustentabilidade. (...) Além da verba, os CUCAs ganham kits de cultura digital, com equipamentos de informática multimídia conectados à Internet. O objetivo é articular uma rede virtual, fazendo a integração dos Pontos e viabilizando a troca de experiência”. Em: A UNE a Cultura, 23/08/2005.

“A estrutura, ela está basicamente nessa questão da aprovação desse projeto do ministério, porque hoje a gente tem garantido um espaço lá na UFPE que vai servir de secretaria do CUCA e é nessa secretaria que a gente vai receber o financiamento do ministério, o material, o equipamento – a gente vai receber uma ilha de edição tanto pra filme quanto pra música – assim como a gente vai instalar uma rádio universitária dentro da universidade federal, melhorar a questão da comunicação interna e divulgar os projetos de música do pessoal, sarau, essas questões. Além disso, tem a questão de umas bolsas que o ministério do trabalho vai disponibilizar para as pessoas funcionando como agentes de capacitação de outras pessoas para estar espalhando a idéia do CUCA. Porque a gente entende que o CUCA não deve abranger só os universitários mas também as comunidades. É o que a gente fala dentro do movimento estudantil mais clássico sobre a questão da extensão. É sair dos muros da universidade. Então como a gente só tem essa estrutura da secretaria, a gente vai estabelecer uma série de parcerias. Por exemplo, a universidade federal tem um centro de cultura, o Centro Cultural Benfica, porém não foi possível a gente estabelecer o CUCA lá. Foi a primeira idéia da gente. De toda maneira a gente vai utilizar o teatro, a TV universitária, a rádio universitária, fazer parcerias com a prefeitura, com a FUNDAJ... porque o que a gente tem até agora é uma secretaria para estar organizando, mas agora a questão de teatro, de um espaço para expor e tal a gente não tem. Então a gente precisa fazer essas parcerias porque é necessário. É importante. E é bom pra que o universitário não se isole. Ele precisa dialogar com a prefeitura, com a reitoria, com os secundaristas, com a sociedade... Esse projeto do ministério da cultura fala basicamente disso. Esse ponto de cultura vai estar dentro de uma rede e vai estar ligado tanto com comunidades de quilombo, indígena, sindicato, movimento estudantil... e trocar uma série de informações relativas à cultura e a produção que está sendo feita” (Militante do CUCA de Recife).

A articulação com o Ministério da Cultura e outros possíveis parceiros parece ser também um ensaio para a tão desejada *autonomia política e financeira*. Os CUCAs almejam, a médio prazo, tornarem-se independentes das entidades estudantis que, nem sempre, pode financiá-los. Além disso, querem evitar qualquer tipo de instrumentalização por parte destas últimas. Ainda fortemente dependentes das entidades estudantis, os CUCAs negociam alternativas de sobrevivência para além delas.

Por fim, ainda no que concerne à estrutura em rede dos CUCAs, podemos considerar a organização de seminários como uma de suas estratégias de cunho organizacional. Tendo sido realizado pelo menos uma vez por ano, os CUCAs se encontram para trocar experiências, planejar atividades conjuntas, pensar e organizar sua participação na Bienal de Cultura, entre outros. Estes seminários são importantes espaços de fortalecimento da rede de CUCAs e de consolidação de uma perspectiva de ação cultural na universidade realizado pelo movimento estudantil. Como nos diz um dos militantes, ainda existe muita confusão acerca da perspectiva que o projeto cultural da UNE assume.

“Há ainda, a gente pôde verificar nesse seminário que há ainda muita confusão a respeito de como montar o CUCA. Existem alguns locais onde a consolidação do CUCA já está bastante avançada. Porque a idéia da gente é de que sejam centros de cultura, de ter uma estrutura física, ter uma sede, ter um espaço pra teatro, um local onde possam acontecer shows. Então em alguns lugares isso já avançou. Particularmente, Campina Grande que já tem mesmo um centro efetivamente funcionando lá, com uma série de debilidades mas é um centro bem interessante, melhor até do que o que a gente tem aqui em São Paulo. Aqui em São Paulo a gente tem uma sede que está funcionando a todo vapor, aqui é a experiência mais avançada que a gente tem do CUCA, em Santa Catarina o projeto já está bem avançado. Eu peguei o projeto do CUCA de lá e é um projeto excelente que se consolidar vai ser uma experiência excelente. Minas Gerais está avançando. E uma série de outras localidades no país, eles ainda estão muito capengando, de que maneira formar o CUCA. Então, em algumas localidades o CUCA é uma atividade que dura mais ou menos uma semana. Então a coisa está mais ou menos assim em termos de nível de organização nos estados; varia desde locais onde já tem uma sede fixa até lugares onde o CUCA é um evento de uma semana e acaba” (Militante do CUCA de São Paulo).

5.2.4. A estrutura das executivas: o fórum como espaço de troca

Uma das características das executivas de curso é a sua multiplicidade organizativa. A depender de sua tradição, objetivo, tempo de existência, visão da política, entre outros, as executivas incorporam um ou outro tipo de estrutura. Um exemplo disso, ainda que na prática a diferença não seja tão visível, é a própria questão da representatividade entre as *executivas* e as *federações de curso*. No dia-a-dia, estas realizam o mesmo papel, porém, na primeira, a representação se dá através da participação individual dos militantes no corpo da direção; na segunda, a representação da entidade é realizada pelos diretórios e centros acadêmicos; são eles os responsáveis pela composição da diretoria.

Por essas e outras diferenças, não iremos fazer uma análise individual de cada uma das executivas que estamos estudando. Em vez disso, iremos analisar o espaço que as unificam, o espaço comum: o Fórum de Executivas.

O Fórum das Executivas, como já assinalamos rapidamente no capítulo 4, é um espaço organizado pelas executivas e federações de curso que objetiva a partilha de experiências, o debate de questões de interesse comum, a organização de projetos coletivos, manifestações, entre outros. É um espaço de encontro e discussão onde cada executiva tem igualdade de representatividade e as decisões são tomadas por consenso. Se algum tema, em especial, não obtiver consenso entre todas as executivas presentes, o mesmo deixa de ser tratado, adiando a discussão quando as mesmas já tiverem um posicionamento mais acertado entre si.

A estrutura deste espaço, exatamente por ter um caráter de fórum, não possui uma diretoria ou coordenação. É mais um espaço fluido, de encontro, de debate e de planejamento de ações comuns. Este também não possui uma periodicidade fixa, se realizando de acordo com a necessidade das executivas e federações de curso e nos intervalos dos encontros nacionais do movimento estudantil como o CONUNE, o CONEG, e o CONEB.

O surgimento do fórum nasceu da necessidade de organizar as diversas executivas e federações de curso que – nos anos 1990 – tiveram uma grande explosão nas diferentes áreas. Não custa informar que aquelas que já existiam se fortaleceram imensamente nesse período.

Trazendo uma experiência de articular as questões específicas às questões de âmbito mais geral, sejam elas de cunho mais político ou educacional, as executivas e federações de curso, a partir de suas diferenciadas demandas tiveram uma significativa adesão de estudantes nos espaços por elas realizados, principalmente, os encontros nacionais organizados por cada uma delas.

Além do período favorável para as executivas e federações de curso, principalmente pela visibilidade e fortalecimento enquanto mais um espaço importante de organização estudantil, o fórum também nasce de um contexto político específico: a reorganização política no interior da UNE.

Num curto período que vai de 1989 a 1991, a UNE é dirigida por uma coordenação ligada às tendências internas do PT. Essa experiência quebrou uma longa tradição da União da Juventude Socialista (UJS), que desde a reconstrução da UNE, em 1979, assumia a direção da entidade. Em 1992, no entanto, esta tendência volta para a direção da UNE e aqueles grupos ligados às tendências do PT, fortalecidos em sua base e enfraquecidos na direção, começam a se organizar a partir do espaço das executivas. Como relata um dos entrevistados,

“A maioria das executivas, dentro do processo e logo depois do de reconstrução da UNE em 1979, várias delas eram pastas da UNE. Depois, muito por conta do rumo que UNE tomava naquele momento, vários cursos tomaram a opção de formar as suas executivas próprias. Não eram mais pastas da UNE. Reconheciam a UNE, mas eram executivas com organizações próprias. De uma maneira mais enfática, na década de 90, as executivas ganham corpo. Então são elas que estabelecem um contato mais direto com sua base social, com fóruns mais democráticos e periódicos. Então elas passam a ser um espaço de atuação dos estudantes mais do que a própria UNE, por mais que elas reconheçam a UNE. E na década de 90 a grande polêmica do movimento estudantil não era a conjuntura, a educação... era a forma de organização da UNE. Então a maioria das direções das executivas acabaram se identificando com setores de oposição à corrente majoritária da UNE. Obviamente, já no finalzinho da década de 90 isso faz com que esse laço se estreite mais; teve a greve de 98, que não foi chamada pela diretoria

majoritária da UNE – e foi aí que foi formado o Rompendo Amarras, por exemplo – e também teve a greve de 2001, onde a UNE também foi a reboque. Isso fez com que o fórum das executivas de curso fosse um espaço... não é um espaço declarado da minoria na UNE, mas é um espaço... nos momentos de disputa da UNE os estudantes que estavam nas direções das executivas se identificavam com esses grupos minoritários na UNE. E obviamente que isso atrita a relação das executivas com a entidade, com a UNE” (Militante da UNE).

E se o surgimento do Fórum é expressão da necessidade de organizar um movimento que se fortalecia entre os estudantes, é fruto também da articulação de militantes que, não satisfeitos com as políticas da UNE, se organizam através de outros espaços, entre eles, o do movimento estudantil de área. Fruto, portanto, de uma reorganização política no interior do movimento que fortalece duas perspectivas políticas do movimento estudantil, expresso através das tendências ligadas ao PC do B e PT, o fórum acaba por ser um espaço de reorganização de um determinado grupo político.

É sintomática a fala de um militante da DENEM que – ao tentar falar da grande coesão existente entre os estudantes nesta entidade – acaba por demonstra como se dá essa lógica que, de algum modo, polariza o Fórum de Executivas e a UNE,

“O PC do B disse que trariam dois ônibus da UJS para o ECEM e aí nós pensamos “olha isso é blefe, porque nós conhecemos os CAs de medicina, estamos próximos de quem faz o CA”. Até perguntamos ao pessoal que veio dos CAs se tinha alguém da UJS e tal e eles disseram que não, deve ter um ou outro... porque a gente conhece a base. Nós somos, nós somos. Não tem essa divisão arbitrária de coordenação nacional, diretório, estudante. O negócio é muito mais integrado, se estabelecem várias pontes que fica um negócio mais horizontal, mais misturado mesmo” (Militante da DENEM).

Surgido nesse contexto, o fórum nasce e cresce como um espaço de organização dos grupos políticos de oposição ao grupo majoritário da UNE ligado à UJS/PC do B, ainda que não seja um espaço (em seu início) fortemente partidarizado.

Outro ponto importante a ser destacado é a clareza dos militantes do papel do fórum: para estes, o fórum não é e nem pode ser, em absoluto, um espaço paralelo à UNE. Para os mesmos, esta última, continua sendo a entidade maior dos estudantes, que deve ser respeitada e disputada. Como nos diz dois militantes da FEAB, explicando sua compreensão do fórum,

“Eu não tenho certeza...mas o fórum pelo que eu sei de seu histórico ele surgiu em 92. E surgiu principalmente a partir do... Bom, o PT foi maioria na UNE de 89 a 91/92. Quando o PT perdeu a UNE digamos que a coisa girou muito para o movimento de curso e algumas executivas no princípio até queriam romper com a UNE e formar desse novo espaço um lugar deliberativo do movimento, mas depois o pessoal deixou isso de lado. Mas ele surgiu em 92. A FEAB sempre participou, sempre foi ativa nesse fórum” (Militante da FEAB).

“Mas nunca a gente vai abandonar o fórum de executivas, vai sempre tentar fortalecer esse instrumento, entendendo esse espaço como de articulação das lutas, nunca entender o fórum como um espaço paralelo à UNE. Muito pelo contrário: um espaço que deve ser de reivindicar a UNE e construir a crítica à majoritária, procurar inverter a lógica que existe hoje em linha gerais” (Militante da FEAB).

Puxado, inicialmente, pela FEAB, o fórum de executivas e federações de curso, além de ser um espaço organizador destas diferentes entidades, acaba sendo também um lugar onde as executivas de áreas mais próximas se encontram para discutir a realização de projetos comuns. Aquelas mais estruturadas e de maior força acabam por aproveitar esse momento de forma mais proveitosa. A realização de projetos comuns (congressos, seminários, atividades de extensão, entre outros), tem sido uma prática, por exemplo, das ciências agrárias como lembra um militante da FEAB. Posteriormente, outras áreas começaram a fazer o mesmo, como é o caso da área de saúde que vem se organizando através dos fóruns para estabelecer parcerias e projetos.

“No que diz respeito às executivas, a FEAB ela tem, foi ela que tentou organizar essa articulação com as outras executivas nacionais de curso. Então a gente tem uma boa relação com as executivas de curso. E nós criamos em 92 o fórum de executivas... esse fórum estabeleceu uma proximidade maior. Agora tivemos um encontro nacional de executivas de curso – o ENEX – que é onde a gente formula com outras executivas, políticas conjuntas. E então tem esses fóruns que a gente trabalha. Agora nos dias 25 e 26, a gente vai ter uma reunião pra trabalhar o projeto de avaliação institucional que vai ser uma realização de um evento em conjunto. Nós realizamos também com as executivas do setor de agrárias o seminário de ciência e tecnologia que vai ser agora em outubro. Então além de eventos e atividades, a gente procura fazer documentos conjuntos e travar políticas conjuntas com as executivas no sentido de fortalecer o movimento estudantil de área e realizar propostas para o movimento estudantil geral” (Militante da FEAB).

Como nos relata ainda os militantes a seguir, o fórum tem sido um grande espaço articulador de lutas concretas na vida estudantil. A organização da luta contra o PROVÃO, a campanha contra a mercantilização da educação, entre outros, foram frutos da organização destas executivas e federações de curso que, com um

acúmulo de discussão no que diz respeito à questão da formação profissional, dos currículos e da qualidade na educação, protagonizaram (com a parceria e interlocução da UNE) lutas específicas mas que afetavam o movimento estudantil, em geral, como foi o caso da avaliação dos cursos proposta pelo MEC através da realização do PROVÃO. Ainda nesta perspectiva, atualmente, as executivas e federações de curso, que foram convidadas a participar da discussão organizada pelo MEC, em 2002, sobre a avaliação das universidades, hoje se organizam contra o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), uma versão mais atualizada do PROVÃO. Abaixo, seguem dois relatos que mostram estas experiências:

“O fórum tem um potencial extraordinário em organizar as executivas e em vários momentos isso foi mostrado: na campanha contra a mercantilização da educação, nas campanhas contra o PROVÃO... Quer dizer, foram campanhas puxadas, impulsionadas pelo fórum de executivas. A campanha contra o PROVÃO, não querendo puxar a sardinha para o meu lado, mas ele começou a partir da agronomia e teve a força que teve por conta do fórum das executivas. De 2001 a 2002, a campanha contra a mercantilização da educação também foi impulsionada pelo fórum de executivas. Então é um espaço de potencial extraordinário. No último semestre também puxou a campanha “Vamos barrar essa reforma”, então...” (Militante da FEAB).

“A gente percebe no fórum de executivas um espaço prioritário na construção de uma política mais geral. Então por exemplo, ultimamente a gente tem se centrado nas discussões do ENADE, da reforma universitária, e o próprio movimento estudantil de área. A organização com o fórum de executivas foi fundamental para gente articular o boicote ao ENADE em nível nacional. A ENECOS chegou a romper com a UNE. Hoje em dia tem uma relação não de ruptura, mas mantém uma certa distância com a UNE, não enxerga a UNE como um espaço prioritário da construção de políticas, entende que ela é um espaço importante para disputar os estudantes. Mas para tocar o movimento geral, tocar a política com suas mobilizações, atividades, ações que vão além do movimento estudantil de comunicação, o nosso espaço prioritário da gente é o fórum de executivas” (Militante da ENECOS).

Mas se o fórum é um espaço articulador de lutas, é também um forte espaço de comunicação e troca de experiências. A realização do estágio de vivência iniciado pela FEAB e sua multiplicação através da reprodução adaptada desta experiência a partir de outras executivas, é fruto desse intercâmbio existente que acaba por fortalecer ainda mais o movimento de área. Um intercâmbio que atravessa o campo da proximidade temática entre os cursos... E se o fórum propicia um espaço para que as executivas de curso mais próximas se organizem através de seminários, como já dito anteriormente, também ajuda a conhecer outras

realidades militantes, pautas, posicionamentos. Além disso, cataliza forças para discutir e pensar juntos, talvez, a maior especificidade característica das executivas e federações de curso: a questão da formação profissional. Como relata uma militante,

“Bom, o fórum de executivas... A gente tem muita presença porque nós somos a segunda executiva mais antiga (a FEAB é a mais antiga), inclusive ela está sempre presente também. E a gente também está mais presente porque os centros acadêmicos de medicina, em geral, eles tem mais dinheiro, ele é maior, tem mais apoio, o curso tem mais estrutura, não é que a gente seja melhor. (...) No fórum, primeiro é um espaço muito importante. Porque é o único espaço que se tem onde os diferentes cursos se reúnem pra pensar o que eles discutem fora do ambiente da UNE. É o único espaço em que eu posso saber, por exemplo, o que a comunicação social pensa em relação à mídia. Isso a UNE não consegue dar conta, ela tem um outro papel. É o único espaço onde eu consigo saber como que a FEAB faz estágio de vivência com o MST; é o único espaço onde eu posso falar para as outras executivas nossa visão do Sistema Único de Saúde. E mais que isso, o que acontece sempre e foi o que fez o fórum surgir que é a questão da formação profissional. A gente forma profissionais para quem? Como que formamos e com que valores? Como que você vai moldar a formação e para moldar precisa de que? Foi isso que fez surgir o fórum, foi a formação profissional, a necessidade de se mudar o currículo, de se adaptar ao novo paradigma de ciência, a uma nova função social, a uma nova demanda mesmo profissional; então o fórum começou mesmo a aparecer essas questões. Todo mundo se queixava dos currículos arcaicos, ultrapassados. E aí veio o PROVÃO, a partir de 96 que molda de certa forma a graduação porque muitas universidades começaram a fazer cursinhos para o PROVÃO; a reforma curricular, que é um adversário para quem quer moldar com outros objetivos, as ações sociais... aí o fórum ficou muito forte” (Militante da DENEM).

A estrutura do fórum, se por um lado, não se caracteriza por ser burocrática, hierárquica e rígida, por outro, às vezes dificulta uma ação conjunta mais concreta. O estabelecimento do critério do consenso para a consecução de ações coletivas e tiradas de posicionamentos políticos comuns, tem, de algum modo, trancado a pauta do movimento de área que por passar por um período discutindo as questões mais gerais da política educacional, como a reforma universitária, não avançou muito nesse debate. Como afirmam três militantes,

“Tem uma série de debilidades organizacionais, dificuldades de entrar em consenso, principalmente agora, que a gente vive uma crise da esquerda brasileira e que tem reflexo nos movimentos sociais... Essa falta de consenso deve continuar por algum tempo. Essa é uma dificuldade nossa porque hoje existem análises muito divergentes da situação brasileira e do movimento estudantil. Então existe uma certa debilidade de encaminhar um certo consenso. Também em certa medida houve uma dificuldade de ceder, uma dificuldade de mediar o estabelecimento de consensos. Mas nunca a gente vai abandonar o fórum de executivas, vai sempre tentar fortalecer esse instrumento, entendendo esse espaço como de articulação das lutas, nunca entender o fórum como um espaço paralelo à UNE. Muito pelo contrário: um

espaço que deve ser de reivindicar a UNE e construir a crítica majoritária, procurar inverter a lógica que existe hoje em linha gerais” (Militante da FEAB).

“Então a gente tá discutindo só as pautas gerais da UNE, do movimento geral, e isso traz todos os conflitos do movimento geral, das forças políticas, das divergências de análise de conjuntura, qual a melhor estratégia pra atingir os objetivos que você quer, então o fórum não tá muito produtor não. Não tá sendo um espaço onde você consegue chegar num consenso e encaminha políticas, mas é uma fase também e a gente tem que lutar pra acabar isso aí” (Militante da DENEM).

“É claro que ele tem várias limitações. Ano passado, a discussão ficou muito travada por conta das diferenças de perspectiva em relação ao debate da reforma universitária. Porque no fórum a gente só efetiva uma ação se tiver consenso. E aí travou toda a discussão por conta de alguns grupos por serem ligados a uma tendência do PT que reconhecia a reforma universitária do governo” (Militante da ENECOS).

As executivas, no entanto, mesmo percebendo as limitações do fórum, optam para que ele continue com essa dinâmica por compreenderem que a democracia passa por negociar os diferentes posicionamentos políticos e concepções da política. Talvez queiram se contrapor a uma estrutura hierárquica e centralizadora, tão perceptível na estrutura do movimento estudantil clássica, mesmo que para isso arque com o *ônus* desta opção.

5.3. Reflexões, ideários de militância e futuro: o compromisso com a sociedade

Como vimos no capítulo 2, o movimento estudantil brasileiro tem como uma de suas características históricas a construção de um ideário marcadamente de esquerda observado no seu compromisso e inserção nas lutas sociais. Sua intervenção nos âmbitos da cultura popular, da saúde, da educação, entre outros, se insere numa lógica participativa onde a política se coloca como elemento central na luta por justiça social nesse país. Assim, o ideário de esquerda se coloca no movimento estudantil como um dos principais elementos de sua tradição.

Nos anos 60 este ideário esteve, como sugere Ridenti (2000), intimamente ligado a uma concepção de *imersão na vida do povo*, a uma identificação com o estilo e cultura deste; um ideário que se pautou por uma forte solidariedade de classe denominada pelo autor de *romantismo revolucionário*. O surgimento dos

Centros Populares de Cultura (CPCs), a inserção dos estudantes no movimento de alfabetização, o apoio dado ao movimento de camponeses, entre outros, foram reflexos deste ideário que teve como categoria central a figura do povo. Surge com força a idéia do popular e de cultura popular como instrumentos importantes para a construção de um *homem novo* e uma *sociedade nova*¹³⁴.

Passados 40 anos, a composição do ideário deste movimento parece ter sofrido modificações. As transformações sociais e os novos desafios que colocam a sociedade globalizada exigem do movimento estudantil outros posicionamentos, outras reflexões e respostas para os novos e antigos problemas. No percurso desta pesquisa, porém, percebemos que o caráter do popular vem sendo retomado em alguns espaços da militância estudantil como uma importante característica de sua ação, possibilitando a criação de novas práticas e incluindo uma parcela significativa de estudantes.

Uma análise mais aprofundada de experiências como a dos CUCAs e dos Estágios de Vivência indicam que a dimensão do caráter popular ainda se faz presente no ideário do movimento estudantil que soube ressignificá-lo a partir da atualização de suas lutas.

Neste tópico, queremos a partir de um desenho das principais bandeiras do movimento, analisar de que modo o ideário de esquerda foi atualizado e renovado no meio estudantil e observar, de maneira mais detalhada, a partir de duas experiências – a saber, os CUCAs e os Estágios de vivência – como se apresenta hoje a dimensão do caráter popular nas ações e no discurso da militância.

5.3.1. A esquerda como tradição

Como pontua Flacks (1994) em seu artigo intitulado “The party is over: que fazer ante a crise dos partidos políticos?”, a esquerda é uma tradição compartilhada que consiste em uma larga luta para conceber e levar à prática uma democracia plenamente desenvolvida. Mas se para este autor, a esquerda é *tradição*, também é *identidade*, ou seja, promove uma série de elementos (principalmente de caráter simbólico) para a construção de identidades, sejam elas individuais ou coletivas.

¹³⁴ Sintomático desse período é o título dado ao Manifesto dos CPCs chamado “O povo é o novo”.

Para Flacks “as identidades e tradições sociais não ‘triunfam’ ou ‘fracassam’; se desenvolvem, renovam, estancam e morrem. A esquerda como tradição e identidade pode muito bem continuar apesar de que muitos de seus símbolos tenham sido desacreditados” (1994:445).

Neste tópico e a partir desta compreensão inicial, queremos analisar o movimento estudantil a partir de seu ideário, da construção e reconstrução cotidiana de suas pautas e bandeiras de luta, capazes de catalisar a participação de um número de estudantes. Um ideário que se modifica com o tempo, que se renova, mas que continua sendo comunicado e passado de uma geração a outra criando e fortalecendo identidades, constituindo e assumindo uma tradição circunscrita no campo da esquerda. Um ideário que não só assume uma tradição como também a mantém fortalecendo-a continuamente a partir da atualização de suas bandeiras.

Analisar o ideário pode ser também, de algum modo, uma forma de perceber o caminhar e a trajetória do movimento, se pensarmos que ele permite captar uma fotografia daquilo que ele “pensa” em determinado momento. Mas se o ideário pode ser compreendido como uma “fotografia” de uma determinada concepção política e social, muitas vezes a mesma não consegue captar as negociações ocorridas para que a imagem revelada aparecesse. Como já afirmamos, o movimento é formado por uma diversidade de grupos que negociam interesses, pautas, identidades. Assim, na medida em que for necessário, mostraremos, a partir da reivindicação e negociação das bandeiras de luta, as diferenças entre os grupos que compõem o movimento.

Neste espaço, iremos analisar as principais bandeiras de luta do movimento estudantil considerando aquelas que são específicas de cada um dos quatro grupos escolhidos nesta pesquisa e aquelas que são comuns e se remetem a todos eles.

5.3.1.1. Prioridades e bandeiras do movimento estudantil: universidade, estudantes e novos movimentos sociais

Como sugerimos no tópico anterior, o ideário do movimento estudantil é constituído por vários elementos que expressam suas demandas, suas vontades, suas pautas e identidades políticas. A partir do contato com os militantes, com os

documentos produzidos pelas entidades estudantis e das entrevistas realizadas neste trabalho, tentaremos mostrar as principais pautas políticas que tem mobilizado os militantes neste início de década: bandeiras que vão desde às questões específicas da universidade, a relação com os estudantes até a discussão de lutas e temas transversais de cunho cultural como o feminismo e a arte, por exemplo.

Indagados sobre quais as prioridades do movimento estudantil atual, a maioria dos militantes entrevistados pautaram a defesa da educação brasileira e, em especial, a defesa da universidade como uma questão crucial para o movimento. Pautar a universidade brasileira no discurso e na formulação de ações concretas é uma questão fundamental para os militantes que entendem que a universidade é de suma importância para o desenvolvimento do país, para sua soberania e para a formulação de um projeto nacional. Como nos diz um dos militantes,

“O movimento estudantil hoje tem como central afirmar a universidade pública, o programa que elaborou, os projetos históricos conquistados na constituição de 88; tem como central afirmar isso; tem como central também trabalhar um diálogo, uma problematização das coisas, de todas as universidades do país, na busca de ter um movimento com uma maior militância, de ter uma nova ascensão social. E tem como objetivo também central hoje na perspectiva de resistência, resistir à cartilha neoliberal que não propõe retomar os financiamentos, que propõe diversificar o financiamento da universidade pública, criar condições mais flexíveis, incentivar a iniciativa privada... e aqueles que estão na universidade pública e aqueles que tem um entendimento do que é a universidade pública que é cumprir um papel de produzir ciência e tecnologia de acordo com as demandas reais da população, que é ter um papel estratégico para a soberania do país, fazem e tem esse papel de resistir a essas coisas” (Militante da FEAB).

Mas se a defesa da universidade é uma bandeira geral, ela se desmembra em vários aspectos que são importantes na compreensão dos militantes. A defesa da universidade brasileira passa, por exemplo, por uma profunda democratização de suas estruturas e por uma constante atualização de seu papel enquanto espaço de produção de conhecimento e desenvolvimento social, como será reforçado posteriormente nos discursos dos entrevistados. Neste sentido, os mesmos tem uma clareza muito forte do tipo de universidade que querem construir e defender. Resumidamente, dois militantes sugerem que a defesa da universidade passa necessariamente pela avaliação de alguns pontos centrais que dizem respeito a questão universitária. Como nos dizem,

“Eu avalio que tem 3 pontos centrais e um nó crítico. Primeiro você precisa recompor as perdas que tiveram no período neoliberal de ataque às universidades públicas, o ensino público e isso se faz com uma política real de *financiamento*. Segundo, um programa de *democratização da universidade* tanto interna como externamente que passa na minha opinião pela democratização da gestão das universidades. Se democratizar a gestão o processo de abertura vai se dar de maneira mais fácil que passa – e aí é o terceiro ponto – pela radical *ampliação do acesso*. Você tem que colocar o povo na universidade e na universidade pública. É a contradição de classe na universidade. Você não vai conseguir disputar a universidade se ela continuar sendo um nicho de manutenção do status quo. E que as pessoas do povo que não entrem na universidade busquem ascensão social. O nó crítico pra mim se chama *reforma pedagógica*. A universidade brasileira, tem dificuldade de avançar de maneira progressista seus métodos de aprendizagem. Então a relação pedagógica na universidade é entrave para o conhecimento libertador. É entrave. A universidade pode ter dinheiro, mas ela não vai conseguir aprofundar uma reforma universitária se ela não mudar seus métodos de aprendizagem e produção de pesquisa. Uma revolução na pedagogia como um todo. É preciso uma profunda reforma pedagógica” (Militante da UNE).

“A universidade brasileira, principalmente nestes últimos 8 anos, sentiu as consequências do modelo neoliberal implantado no país. Ela não ficou de fora. (...) E os problemas são colocados de toda ordem. Problemas relacionados a estrutura física, a estrutura política da universidade. E a gente vem dizendo que a universidade precisa de uma reforma. Uma reforma em todos os seus aspectos. Uma reforma que garanta realmente a *autonomia das universidades públicas*. Você viu a interferência nas universidades, indicações de reitores que não eram os eleitos pela comunidade, a gente percebeu que essa autonomia foi estendida somente para as universidades particulares. E na verdade nem é autonomia, é autonomia para o dono da escola. O dono da escola acaba tendo autonomia para criar mais cursos, para expandir sua universidade, de ditar as políticas para sua universidade sem a participação dos estudantes. Problemas ligados à questão da *democracia* que, nas universidades particulares, não conta com a participação dos estudantes e que nas universidades públicas, muitas vezes, ela não se faz presente, por exemplo, através da paridade nos órgãos colegiados. Outra questão: *a avaliação*. Ela está ligada a todo o processo da universidade, de como ela vai direcionando sua pesquisa, sua extensão, o seu ensino... e a avaliação nesses últimos anos foi colocada como base para permitir e dar sustentação a esse crescimento desenfreado sem qualidade das universidades privadas. (...) Então é preciso passar por uma nova reformulação que seja construída por vários setores da comunidade e que tenha como objetivo identificar os problemas que existem nas universidades e apontar soluções e não criar um ranqueamento para o mercado. Não é esse o papel que o MEC tem. Então esses três problemas são os que são colocados na ordem do dia na universidade e são os três problemas que deveriam ser enfrentados. E que isso se desencadeiam em outras questões que é a necessidade de *expansão da universidade pública* e a necessidade do aumento de *financiamento*. Porque a gente não pode pensar em expansão sem aumento de financiamento. Porque vão causando distorções grandes na função social que tem a universidade. Tudo isso precisa ser colocado num projeto de reforma universitária no nosso país que permita modificar esses números que a gente tem hoje de ter 70% dos estudantes matriculados em universidades privadas e apenas 30% em universidades públicas. Aqui em São Paulo a coisa é mais assustadora. 85% estão nas universidades particulares e 15% nas públicas. E isso precisa ser modificado para podermos democratizar o acesso à universidade em nosso país” (Militante da UNE).

Como vimos, a questão da universidade requer, para os estudantes, uma profunda reformulação no que diz respeito à sua função e funcionamento e, neste sentido, vários são os pontos destacados para que esta venha desempenhar, de fato, o seu papel social. Desta forma, a democratização das universidades, como acima realçado, é um dos elementos constituintes do discurso de sua defesa que passa por dois níveis diferenciados: a democratização de suas estruturas internas e a democratização de seu público, considerando aqui, a questão de sua expansão e acesso.

No que se refere à democratização de sua estrutura, a discussão central se dá através tanto da autonomia das universidades (na escolha e ratificação de seus representantes, por exemplo), como pela questão do equilíbrio da representatividade (paridade) dos diversos setores nos espaços de poder e gerenciamento da instituição. O outro ponto, se refere à democratização de seu público, que para os militantes, se postula através de uma maior expansão da universidade e da realização de mecanismos que garantam um maior acesso de jovens em seu interior.

Mas se o acesso à universidade é bandeira de luta dos estudantes, ela está intimamente ligada a duas questões, a saber, a inclusão de grupos minoritários em seu interior e a expansão do ensino superior público.

No primeiro caso, constata-se que, se o acesso de jovens às universidades tem aumentado nas últimas décadas, este ainda não consegue expressar em seu interior a diversidade da sociedade brasileira tanto em seus aspectos econômicos como culturais. A universidade “ainda não tem a cara do povo brasileiro”, como depois afirmará uma das militantes. Neste caso, a inclusão de grupos minoritários na universidade através de instrumentos compensatórios, como as cotas, se insere como uma das pautas do movimento, apesar de não consensual entre os diferentes grupos políticos.

No segundo caso, para os entrevistados, a realização do acesso destes jovens está intimamente ligada a uma expansão do ensino superior público. A expansão da universidade brasileira tem sido realizada de modo a privilegiar a abertura de cursos em instituições privadas, gerando distorções muito grandes em termos de formação, público e tipo de universidade. Desta forma, fica explícita a opção do movimento estudantil pela coisa pública, pelo ensino público e pelo acesso

que se dá através do fortalecimento da universidade pública. Dois militantes analisam as questões acima pontuadas:

“Se a gente não tivesse esses dados tristes de ter aqui em São Paulo 85% dos estudantes em universidades privadas e só 15% nas universidades públicas, esse debate talvez nem tivesse tanta força, porque esse problema estaria parcialmente resolvido. Agora diante dessa exclusão grande, diante desse problema cultural que já virou... o cara que sai da escola pública hoje nem pensa em prestar vestibular numa universidade pública, são pouquíssimos que prestam. Ou eles não prestam, não tentam o acesso à universidade, ou prestam diretamente para as universidades privadas. Os estudantes das escolas públicas já perderam a perspectiva de entrar na universidade pública. Ele está totalmente excluído da universidade pública. Uma verdadeira distorção. Os estudantes das escolas particulares conseguem ter acesso a universidades públicas, muitos deles passando por cursos preparatórios, e os estudantes das escolas públicas só acessam na maioria das vezes as universidades particulares. Então é lógico que a gente acredita que isso só vai ser resolvido através de um investimento no ensino fundamental e médio. Só há essa maneira da gente conseguir construir possibilidades reais para estes estudantes terem acesso a universidade. Agora, algumas medidas mais circunstanciais, mais paliativas, precisam ser feitas diante dessa distorção. Não dá pra gente esperar a médio ou longo prazo resolver esse problema. A gente não pode permitir que a grande maioria da juventude brasileira seja excluída totalmente. Por isso que a gente acredita que uma medida razoável e uma questão que a gente vem defendendo são as cotas para as escolas públicas; os estudantes oriundos das escolas públicas terem acesso... ter cota de 50% para as escolas públicas. Rebatendo as críticas que vem sendo feitas de perda de qualidade, a gente não concorda com isso. Alguns números mostram que a parcela de estudantes que entram na universidade pública oriundo da escola pública não tem uma defasagem tão grande em relação ao da escola particular. É lógico que isso não vai resolver o problema, uma boa parte vai ficar excluída, mas é uma medida paliativa pra resolver. Porque a gente acha que o corte de exclusão no Brasil, mesmo existindo uma dimensão racial muito forte, é social. Até porque a população negra no país em sua grande parcela é excluída socialmente. Por isso que a gente defende como paliativo, não como definitivo, a cota para estudantes oriundos das escolas públicas” (Militante da UNE).

“Tem uma frase do Che Guevara que ele fala que a universidade se pinte de negro, de camponês, de mulher... Então esse é o ideal que a gente deveria pensar... Uma universidade que tenha a cara do povo brasileiro e não a cara das elites brasileiras” (Militante feminista de Brasília).

Como pontuado por um dos entrevistados, a questão da expansão universitária está ligada à questão de seu financiamento. A compreensão do movimento de que a primeira questão não pode vir desacompanhada da segunda visto piorar a realidade das universidades e a qualidade das mesmas, tem sido um importante eixo de luta por sua defesa. Neste sentido, o aumento de verbas para as universidades e a constante cobrança do movimento pela responsabilização do Estado frente à educação e o ensino superior são pautas fortemente conectadas.

Mas se defesa da universidade pública é uma bandeira central do movimento estudantil, a realidade dos estudantes que estão inseridos nas universidades privadas não pode ser ignorada. Nesse sentido, a exigência de uma maior fiscalização por parte do governo junto a essas instituições no que concerne à qualidade do ensino oferecido e – numa dimensão mais focalizada – a regulamentação de um projeto de mensalidades nestas universidades são também bandeiras de luta históricas dos estudantes¹³⁵. Como ressalta um dos entrevistados,

“Na pauta mais específica do movimento estudantil – porque também não adianta a gente ficar viajando na pauta da conjuntura e não conseguir restabelecer o diálogo e a legitimidade do movimento junto aos estudantes – a gente tirou um eixo para as universidades públicas e outra para as universidades pagas. A de pagas vai ser a famosa campanha pela redução das mensalidades. A gente entrou com uma proposta de lei no congresso nacional de alteração da lei das mensalidades. Então isso é um passo importante. Vamos pressionar para que a lei seja aprovada. Essa é a pauta das pagas” (Militante da UNE).

A realidade das universidades privadas parece começar a ter maior realce nas discussões do movimento que tem dado uma maior atenção a partir da criação de uma secretaria específica na UNE e da organização de campanhas contra o aumento das mensalidades.

São dimensões da luta em defesa da universidade, ainda, a necessidade de uma reforma pedagógica que repense os atuais métodos de ensino e pesquisa, e uma avaliação universitária que se realize de modo mais global, compreendendo várias dimensões e papéis exercidos pela universidade¹³⁶. A primeira, realça a urgência de uma reforma que aprofunde os métodos de aprendizagem e avaliação e seja um instrumento para a formação crítica de seus estudantes. A segunda, realça uma avaliação da própria universidade considerando também tanto sua função

¹³⁵ Mesquita (2001) em seu último trabalho faz um minucioso levantamento histórico das principais bandeiras de luta do movimento estudantil que inicia no período de redemocratização do país e segue até meados dos anos noventa. Neste, a discussão da redução das mensalidades nas universidades privadas já se fazia presente enquanto pauta do movimento nos anos setenta. Nos anos mais recentes, a UNE continua essa luta com a campanha intitulada “Contra os tubarões do ensino”.

¹³⁶ Aqui não aprofundaremos, mas a questão da avaliação universitária foi uma longa luta do movimento estudantil que se realçou a partir de 96 com o surgimento do PROVÃO e que continua hoje, de modo mais tímido, com a realização de seminários (Seminário de Avaliação Institucional – SAI, realizado em Recife pelo Fórum de Executivas em 2003) e boicotes.

enquanto instituição produtora de conhecimento como mobilizadora do desenvolvimento social.

Estas dimensões também estão ligadas a uma outra questão que é central para os militantes: a necessidade de se repensar a concepção de universidade. Como já afirmamos, alguns elementos são importantes nesse processo da defesa da universidade como o acesso, a democratização, o financiamento, entre outros. Porém, junto a esses elementos, os militantes querem ajudar a construir uma universidade que não reproduza o status quo, mas que seja crítica; uma universidade que vem sendo pensada e exigida pelos estudantes desde às primeiras lutas, tanto em Córdoba, como nas ondas do ano de 68; uma universidade não elitista e plural. Como afirma um dos militantes,

“Na minha avaliação, o movimento estudantil precisa defender uma mudança na concepção de universidade. Porque tem um discurso que fala o seguinte: a universidade pública agrega no seu conjunto de estudantes pessoas da classe média alta. O que é uma mentira. Hoje, mais de 46% dos estudantes nas universidades públicas tem uma renda familiar de 2 salários mínimos no máximo. Então quase a metade dos estudantes vem de baixa renda. O grande problema é que a universidade reproduz um conhecimento que é elitista, que é conservador, que é para as maiorias. Então tinham vários setores no congresso da UNE que diziam o seguinte: com essa reforma, o filho do pedreiro vai poder virar doutor. O problema é que vai virar um doutor que exclui, vai virar um doutor que oprime, vai virar um doutor das maiorias. Esse é o problema. A universidade reproduz, ela tem uma concepção de reprodução do sistema atual, do sistema capitalista, do individualismo, etc. Então, a reforma precisa também tratar dessa concepção de universidade. Parece que é um jargão, mas é bem simples e isso demonstra o tipo de universidade que a gente deseja: “engenheiros pra fazer grandes shoppings centers ou engenheiros pra fazer grandes projetos de casas populares”. Então, essa é a diferença. E esse projeto de universidade é construído de baixo pra cima. É preciso que tenha a participação de toda a comunidade, dos professores, dos técnicos, dos estudantes. É preciso que a sociedade participe das decisões da universidade. É preciso que ela tenha um compromisso com a sociedade que extrapole a confecção de diplomas e oferta para a mão-de-obra para o mercado de trabalho” (Militante da UNE).

Mas se a defesa da universidade é consensual entre os militantes, algumas nuances tanto em termos de conteúdo como de estratégia divide o posicionamento entre os diferentes grupos políticos. Não aprofundaremos no momento, mas o debate sobre a *reforma universitária* realizado nos últimos quatro anos, expressa, de alguma forma, as diferentes visões políticas acerca deste tema e a própria divisão do movimento entre aqueles que aderem ou se opõem ao projeto de reforma defendido pelo atual governo. Assim, consideram alguns entrevistados,

“Hoje eu acho que é a disputa da reforma. A disputa da reforma tem tomado as atenções do movimento estudantil e obviamente que o movimento estudantil como os outros movimentos tem bastante divergência em relação à reforma. Na minha avaliação eu acho que tem dois campos, três campos, claramente definidos. Você tem um campo que é o organizado pela maioria da UNE, que na nossa avaliação, muito por conta das relações que eles estabelecem com o núcleo do governo que é de defender a reforma. E isso não é só a maioria da UNE, mas de parcelas significativas de forças ligadas ao PT... Numa outra posição, e nós nos encaixamos nesse setor, é aquela de “olhe, a disputa da reforma ela influencia na disputa de rumos do governo, mas a gente não pode ser contra ou a favor da reforma por conta de nossa relação com o governo. A gente tem que tomar uma posição acerca da reforma naquilo que é central: que é o conteúdo que está expresso nas propostas de reforma apresentadas pelo governo”. E é por isso que somos contrários à reforma. Então nós não somos contra a reforma porque queremos derrotar o governo Lula. Ou então a favor da reforma porque quer apoiar o governo Lula. A gente é contrário à reforma porque a reforma é ruim. E um outro setor que é contra a reforma – e aí tem até uma discussão de mérito – mas essencialmente é contra a reforma pra derrotar o governo. Esse terceiro além de ser contra a reforma pra derrotar o governo, é contra a reforma pra dividir as entidades. São figuras do PSTU que usam desse discurso para... Eles não estavam no Congresso da UNE. Inclusive foram bastante impactados e derrotados porque a idéia inicial do PSTU era de fazer um congresso paralelo na mesma época e cidade. E esse congresso se resumiu na existência de um seminário com a presença de 100 pessoas” (Militante da UNE).

“O movimento estudantil tinha a capacidade – com o momento histórico que foi a eleição do Lula – tudo isso e tal, tinha a capacidade de ter um protagonismo nessa pauta de lutas educacionais no que diz respeito a ter uma ação mais incisiva, uma ação mais concreta naquilo que a gente chamou e convocou de reforma universitária. E a UNE não tinha que ser limitada, tinha que ser profunda, pra mexer nas estruturas das universidades. (...) Agora eu acho que a UNE não atuou da forma que deveria. O ponto central hoje está correto que é a reforma universitária mas o movimento estudantil atuou de forma subserviente. Tinha que ter um papel mais protagonista. Então a pauta que a UNE e o movimento estudantil como um todo discutem hoje sobre reforma universitária é a pauta do MEC. E assim ele não vai ser protagonista e ainda diminui o seu papel. Isso é ruim. E errou o movimento estudantil em chegar na posição que está hoje: ou ele apoia coisas pontuais ou combate e fala que não tem que ter. Eu vou dizer, enquanto campo de oposição no congresso da UNE teve uma reunião do campo majoritário sobre a caravana e se teve a idéia de fazê-la já no primeiro semestre de 2002. O pessoal achou melhor não e tal. Foram fazer no primeiro semestre de 2004 com o apoio do MEC. E tinha outro problema: a UNE é proporcional e na caravana da UNE só se falava na proposta do campo majoritário. Qualquer outra opinião de outro grupo não poderia ser expressa na mesa da UNE. Hoje eu acho que o movimento estudantil deveria exigir que o governo interrompesse esse processo de reforma universitária. Começou errado, estão fazendo errado, não tem correlação de forças para aprovar uma reforma progressista então tem que interromper” (Militante da UNE).

“Olha, o debate da reforma universitária hoje, a gente não tem uma unidade dentro do movimento estudantil em torno de uma opinião acerca da reforma universitária. Até pelas diferentes relações que os diferentes grupos políticos tem com o governo. Então alguns tem uma postura mais adesista, outros tem

uma postura de “hay governo, soy contra” a priori... Então eu acho que isso gera uma grande dificuldade. O movimento estudantil já teve uma grande unidade em torno dessa pauta e existem outros movimentos, por exemplo, a FASUBRA que é o sindicato dos técnicos administrativos das universidades públicas, eles tem uma grande unidade nesse debate, não pela conjuntura, mas porque eles acumularam historicamente um projeto que é o projeto universidade cidadã para os trabalhadores. Então eles tem uma unidade em torno daquilo e o movimento estudantil não acumulou isso. Então existe a reivindicação da reforma universitária mas não tem o acúmulo em torno de qual projeto é o projeto do movimento estudantil para as universidades. Isso não existe em lugar nenhum, não está pronto. A gente tem bases, temas genéricos. Isso eu acho que é uma grande dificuldade pra gente travar o debate hoje. Não existe um projeto dos estudantes pra gente tomar como parâmetro para discussão. Então fica o projeto de cada grupo político. E isso é muito complicado. O movimento estudantil hoje participa através da UNE e isso significa uma limitação” (Militante feminista de Brasília).

De fato, a reforma universitária tem sido, atualmente, um divisor de águas na forma como o movimento estudantil vem atuando em termos de compreender a defesa da universidade na prática. As diferentes visões entre os grupos políticos existentes, a falta de uma discussão acumulada em torno do tema, a falta de uma clareza no que concerne à fronteira existente entre a crítica à reforma universitária e a defesa do governo, entre outras questões, são impasses no interior do movimento que dificultam a construção e negociação coletiva de posições unificadas em torno do tema.

Além disso, o movimento parece não ter conseguido ampliar a discussão, que ficou restrita junto aos grupos políticos já mobilizados. A realização da caravana da UNE ajudou, mas não conseguiu pulverizar a discussão no meio estudantil, onde a ressonância foi tímida. O tipo de política organizada pela UNE também não ajudou muito nesse processo. Sua forte ligação com o ministério da educação reforçou a idéia de não autonomia da entidade como nos disse um dos entrevistados acima.

Assim, se o ideário da defesa da universidade é partilhado coletivamente e tem sido uma pauta histórica dos estudantes, no cotidiano, ele assume versões diferenciadas e provoca diferentes respostas no que concerne às suas estratégias.

Mas se a defesa da universidade é um componente central tanto do ideário do movimento estudantil atual, como de sua pauta política, este não é o único. A retomada de um estreitamento maior entre as entidades e os estudantes é outra bandeira de luta que se coloca como prioridade. Como discutimos anteriormente neste mesmo capítulo, muito tem se falado acerca da relação estudantes e entidades e pouco tem se conseguido diminuir o fosso existente entre um e outro.

Conseguir aproximar os estudantes de suas entidades e organizá-los minimamente para combater o status quo torna-se uma prioridade do movimento que luta cada vez mais por legitimidade perante os estudantes.

“É retomar os laços com os estudantes. Compreendendo que o movimento estudantil é um movimento social, por isso, na minha avaliação o movimento estudantil tem um lado que é lutar em defesa dos direitos dos estudantes, lutar ao lado dos trabalhadores, e criar do ponto de vista interno, mecanismos que dê condições de convencimento dessa maioria que não tem nenhuma referência das entidades, que não tem nenhuma perspectiva de organização. O grande desafio do movimento estudantil, principalmente de suas entidades, é conquistar essa parcela de estudantes para se organizarem. Então é remar contra a maré do discurso do capitalismo. De que nada vale a organização. Ainda mais na maré atual de mensalões, de pagamento de propina, de que os partidos são todos iguais... é importante o movimento estudantil remar contra esse discurso. Não estou dizendo que o movimento estudantil tenha que dizer que isso é um golpismo da direita porque na realidade não é. Isso é fruto da política de alianças do governo. Mas os ataques que a direita vem fazendo, esse crescimento que a direita vem tendo, vem ao lado do crescimento desse pensamento de que não é possível a organização pra pensar algo melhor. E isso obviamente que atinge os movimentos sociais, as entidades e tal. É um grande desafio remar contra esse discurso e seguir afirmando que é preciso e necessário se organizar e tal” (Militante da FEAB).

Com a diversificação do movimento estudantil problematizado no capítulo 4, as pautas transversais começam a se inserir no discurso dos militantes que compreendem sua importância no sentido de ampliar sua base tanto estudantil como social.

Neste sentido, as discussões relativas à questão de gênero ligadas, em especial, à condição estudantil, são pautas que começam a ser incorporadas pelos militantes. Para as estudantes feministas a agenda do movimento deve dar visibilidade a sua problemática e reforçar suas lutas tanto gerais, como específicas. Estas últimas, levando em consideração à realidade universitária e a condição estudantil. Abaixo, segue algumas das bandeiras tiradas do Encontro Nacional de Mulheres da UNE, a partir da fala de uma das entrevistadas:

“Olha, a gente vem defendendo a criação de secretaria de mulheres em todos os espaços, nas entidades mais gerais, nas executivas de curso, nos DCE’s, nas UEE’s... A gente vai em todos os lugares fazendo essa defesa, e do ponto de vista da universidade, a gente quer dar sequência a essa elaboração. A gente identificou vários debates em torno da questão da universidade, e a gente quer dar sequência. A gente não quer que termine ali no encontro. A idéia é fomentar para que o acúmulo continue se desenvolvendo. E que tenhamos um próximo estágio de mulheres para poder concretizar, implementar, enfim. E começar a ter proposta para a universidade a partir... e não ficar somente no movimento estudantil também. A Marcha tem acesso

à discussão que a gente fez, pensou a reforma universitária a partir do nosso encontro, e vem mais por aí. Em termos de ação mesmo é muito mais na perspectiva das mulheres e do movimento: como nós estamos na questão das cotas, a questão da diretoria de mulheres, é tudo muito mais concreto para nós hoje. (...) Enfim, que as mulheres tenham um espaço na sua própria organização. Agora eu acho que a formulação, eu diria assim... As mulheres do movimento estudantil que também atuam através do feminismo, que através da luta feminista trazem um recorte para a universidade, para o movimento, sem deixar de militar no movimento estudantil mais geral, mas também fazendo essa ponte e trazendo pra si a responsabilidade de fomentar o feminismo nesses espaços” (Militante feminista de São Paulo).

Além disso, as estudantes reivindicam o cumprimento de 30% de cotas nos espaços de direção das entidades estudantis, um movimento de discussão sobre a legalização do aborto e de reafirmar que a luta pela universidade também é uma luta das mulheres.

A realidade universitária, de fato, requer uma maior atenção à condição da mulher que, apesar de se inserir cada vez mais nos espaços de poder e ser maioria em termos numéricos nesta comunidade, ainda sofre preconceitos e é a mais prejudicada pela dinâmica da vida universitária, seja pela falta de uma política de assistência que possibilite condições para garantir sua permanência em casos específicos, como a gravidez e a maternidade, seja pela reprodução do machismo dentro da instituição. Ainda que timidamente, esse discurso vem sendo construído nos diversos espaços do movimento ganhando corpo e substância com a realização de encontros e reuniões. Mais uma vez, uma das militantes realça a necessidade de desenhar essa temática entre os estudantes.

“Sim, porque se você pensar, a maior parte dos estudantes que desistem das universidades são as mulheres. Ou porque engravidam e não tem creche e aí a creche é uma reivindicação que não deveria ser só das mulheres... tem a questão da gravidez, tem a questão do assédio e não tem nenhuma política de assistência às mulheres, tem a questão do estupro... então desistem... para mim nunca é secundário, é sempre prioritário, é sempre uma pauta que tem que ser colocada. Se a gente está pensando em formar, que a gente quer uma educação de qualidade para que as pessoas saiam instrumentalizadas pra transformar a sociedade, para serem agentes de transformação, as mulheres fazem parte disso. Elas tem que ser encaradas como agentes de transformação e não como aquela coisinha, bonitinha, cheirosinha, decorativa, que vai cuidar, que vai ter um papel mais de zelo, de cuidar da casa... tem que instrumentalizar essas mulheres. Então eu acho que tem que fazer o link nesse sentido” (Militante feminista de São Paulo).

Neste sentido, para as militantes, lutar por uma reforma universitária é também considerar a incorporação de uma agenda que realce questões que pensem

tanto as necessárias políticas de assistência como as políticas de reconhecimento. No último caso, podem ser exemplos a questão da representatividade nos órgãos e entidades da universidade e a visibilidade da temática feminista nos currículos da universidade.

Mas se a questão feminista novamente entra na pauta do movimento estudantil de forma mais visível, a questão GLBT entra pela primeira vez. Como vimos no capítulo 4, os coletivos GLBTs começam a se organizar dentro do movimento estudantil e pautar bandeiras que dizem respeito às questões de orientação sexual e de identidade de gênero. Reflexo de uma crescente aceitação da sociedade às questões reivindicadas pelo movimento GLBT e uma consciência de sua pertinência enquanto temática a ser discutida, os estudantes se organizam no sentido de colocar a *diversidade sexual* na pauta do dia e problematizá-la a partir do cotidiano da universidade.

A questão do reconhecimento, como na pauta feminista, que passa tanto pela discussão da visibilidade e invisibilidade desta temática na universidade e no seu fortalecimento no meio universitário e no próprio movimento estudantil, reforçando uma questão identitária; a discussão da exclusão de estudantes através da ausência de uma política de assistência estudantil que contemple as demandas e problemas específicos relativos à orientação sexual, entre outras, são algumas das reivindicações dos militantes que participam destes coletivos. Como afirmam dois militantes entrevistados,

“No geral, as principais se remetem muito às questões de ensino e pesquisa na universidade; que a formação profissional abarque essa questão, invista num corte de diversidade sexual nos currículos, que haja um incentivo e uma produção de pesquisa voltada para a emancipação GLBT e ao mesmo tempo crie um embate dentro do movimento estudantil para que essa discussão seja colocada. E hoje há uma maturidade política maior de como essa discussão deve ser colocada. Hoje a gente começa a entrar numa discussão – e isso foi colocado a partir desse ENUDS – de que a gente precisava ter uma elaboração maior da exclusão de travestis e transsexuais dentro da universidade. O movimento tem essa discussão, a gente não tem. Como um setor que é do movimento GLBT também e que está na universidade e que há um setor do movimento estudantil que se dispõe a discutir isso na universidade, nada mais razoável que a gente se disponha a ter essa elaboração. Outra coisa que é nova – e que a gente está iniciando esse processo de discussão – é o da assistência estudantil, de como se garantir a permanência de estudantes GLBTs. Será que o estudante GLBT desiste da universidade pelos mesmos motivos que os estudantes heterossexuais ou existem algumas especificidades devido à orientação sexual e identidade de gênero? E além disso eu acho que hoje a gente, pelo fato de que no processo inicial o nosso principal objetivo era demarcar espaço (“estamos aqui e não vamos sair daqui e queremos que seja discutido”), não precisa mais fazer isso. Hoje isso já é

tido como uma das pautas do movimento, ainda que como uma pauta acessória, não como algo que faz parte de um todo, mas a gente não tem mais essa coisa de demarcar espaço” (Militante do coletivo GLBT).

“Eu acho que é fazer a discussão do movimento GLBT na universidade, organizar manifestações nesse sentido, procurar articular a discussão, fazer a ponte da universidade para fora da sociedade, procurar essas articulações nacionais. Acho que são bandeiras bem genéricas. Acho que o PRISMA vem fazendo isso bem. Acho que a gente está fazendo pouco mesmo é dentro da universidade, acho que isso está ruim. Mas acho que ano que vem, fazendo um calendário anual, a gente consegue” (Militante do coletivo GLBT).

A abertura do movimento estudantil para pautas transversais, de fato, tem ampliado a conexão da militância para outras frentes e setores sociais. O fortalecimento da interlocução com outros movimentos sociais que se colocam como parceiros dos estudantes reforça a tradição de diálogo destes com a sociedade civil, como vimos no capítulo 2. A formação de redes que se cruzam no interior do movimento estudantil estimuladas pela discussão de assuntos temáticos e identitários diferenciados, desenvolve uma dinâmica de inclusão observada através de um significativo aumento de estudantes em espaços de participação.

Nesse movimento de incorporação de lutas – que condicionadas à realidade estudantil aglutinam militantes – outras bandeiras são citadas como importantes nesse processo de diversificação do movimento. Entre elas, a pauta da cultura. Com um histórico detalhadamente comentado no capítulo anterior, os coletivos de cultura ressurgem realizando uma nova experiência de intervenção no que diz respeito à política cultural do movimento estudantil reafirmando uma tradição histórica dos estudantes de luta pela cultura.

Neste sentido, reafirmam e lutam pelas bandeiras do movimento estudantil geral e reivindicam das entidades estudantis um assumir da causa cultural e suas políticas específicas. A interlocução dos estudantes com movimentos de cultura e arte aprimorou e fez surgir no movimento estudantil uma pauta que mistura a reivindicação de práticas culturais na universidade, contemplando as demandas estudantis, e a defesa da cultura brasileira num plano mais amplo.

A defesa de uma política pública que garanta um maior investimento do Estado no campo da cultura e a regulamentação de setores como o de audiovisual são algumas dessas bandeiras reivindicadas pelos movimentos culturais e assumidas por estudantes e o próprio movimento estudantil. Abaixo, seguem algumas dessas pautas defendidas pelos militantes,

“Então, essa bandeira de 1,5% do orçamento da União para a cultura vem desse diálogo realizado com os artistas e movimentos culturais. O de criminalizar o jabá também. São todas bandeiras que dialeticamente nascem dessa síntese, do movimento estudantil, daquele militante que é dirigente, do cara que produz cultura e está no seu CA, no seu curso, lutando para poder produzir um livro, para poder organizar seu sarau, para poder organizar uma festa. É um pouco isso” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

“Hoje a gente trabalha muito a questão da cultura digital para que possa estar quebrando alguns monopólios e algumas lógicas que a gente é contrário. A gente é a favor das rádios comunitárias, porque cada um tem o direito de expressar o que pensa. A gente é contra o jabá que é cobrado nas rádios. Por sinal, amanhã vamos fazer uma culturata e a gente vai lutar pela criação da ANCINAV que é uma agência nacional de audiovisual. E o que é que vai trabalhar essa agência? É o seguinte, o repertório visual do brasileiro é praticamente determinado pelo que a TV mostra que é um meio de comunicação de alta potência. E o governo federal não tem nenhum controle sobre isso, nenhum tipo de controle do programa que vai passar. Por exemplo, a ANCINAV vai determinar, por exemplo, que uma empresa como a Globo também faça programas de cunho social, de cunho cultural, mas desde que não seja assistencialista, que não seja apelativo. Assim como o financiamento dos filmes. A gente luta para que o financiamento dos filmes seja, de oportunidade à nova geração também e que não fique somente no grupinho que já tem nome e uma influência política muito grande. A lei de incentivo à cultura trabalha muito com essa questão de uma empresa poder financiar um filme, mas uma empresa normalmente ela não arrisca. E o ANCINAV... Ela só trabalha com artistas renomados. E a ANCINAV também vai estimular isso, vai ter um fundo para isso” (Militante do CUCA de Recife).

A defesa da cultura brasileira e da cultura popular também estão presentes enquanto dimensões da luta dos estudantes que entendem que a criação artística e simbólica é uma das contribuições civilizatórias de um povo. É a marca, a impressão, o registro da compreensão acerca da sociedade, do mundo, da vida. Além disso, compreendem que a universidade pode ser um espaço, um pólo de produção e transmissão cultural; uma caixa de ressonância das diversas experiências culturais ali produzidas. Em nossa trajetória de pesquisa de campo, um relato simples, mas esclarecedor dessa importância na vida da universidade e dos estudantes foi brevemente registrado e abaixo destacado:

“Assim como toda universidade tem que ter uma assistência estudantil, seja através de creches, seja através de restaurante universitário, assim como um ambiente de convivência, tem que ter também um ambiente cultural. A gente está ali na universidade não só para ler livros mas também para produzir cultura, trocar idéias” (Militante da UNE).

Não iremos aprofundar a temática da cultura enquanto bandeira de luta e elemento constituinte do ideário do movimento estudantil porque em seguida faremos uma grande reflexão acerca de sua importância enquanto tema que incorpora uma tradição de intervenção e diálogo com o povo, com a sociedade, tão presente entre os estudantes.

Por fim, o movimento estudantil através de seus espaços de interlocução com outros movimentos sociais e, em especial, através do forte diálogo que as executivas de curso promovem com as organizações sociais de afinidade também incorpora lutas gerais da sociedade civil. A democratização dos meios de comunicação, a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), a realização da reforma agrária são algumas destas bandeiras reformuladas, realças e fortalecidas em cada encontro, em cada reunião, em cada assembléia realizada pela ENECOS, DENEM e FEAB, respectivamente; expressões de um movimento estudantil que se organiza a partir de sua especificidade de formação, mas que também se abre para as lutas gerais da sociedade civil. Abaixo, seguem três relatos que mostram algumas das bandeiras e pautas do movimento estudantil, que se expressam através da atuação das executivas de curso.

“A gente faz um movimento estudantil de comunicação. Então a gente faz movimento estudantil, ou seja, lida com as questões dos estudantes. E a gente faz parte do campo da comunicação, ou seja, lida com as questões de comunicação em geral. E mais especificamente com as questões dos estudantes de comunicação. Então a gente tem mais ou menos duas frentes. No movimento estudantil: a qualidade da formação em comunicação; a qualidade de formação em comunicação que no nosso entendimento não é somente aquela qualidade de educação de “o currículo é bom?”, “tem bastante cadeira em sala de aula?”, “tem pouco abandono?”... não é esse tipo de qualidade, é um debate e avaliação um pouco mais aprofundados. É uma coisa muito mais relacionada às reivindicações da universidade só que a gente foca num olhar mais específico para a comunicação. Então a gente começa a discutir a comunicação mesmo, efetivamente. (...) Outra bandeira é a da democratização dos meios de comunicação. A gente entende a democratização da comunicação como um fator importante para a democratização da sociedade. Tem um autor que diz que “a democratização da comunicação só se dá no compasso da democratização da sociedade. E a sociedade só se democratiza com a democratização dos meios de comunicação”. É mais ou menos isso. Você pensar na democratização da comunicação sem pensar como isso é estudado na academia, como isso é construído pelos produtores de comunicação, como a produção acadêmica e a formação em comunicação, relaciona-se com isso tudo... Enfim, é uma via de mão dupla. Então são basicamente essas duas pautas do movimento estudantil de comunicação: a qualidade na formação dos cursos e a pauta da democratização da comunicação” (Militante da ENECOS).

“A DENEM tem uma insígnia que é o sub-título: movimento em defesa da vida. Isso é uma herança de um movimento daqui de São Paulo que surgiu para mobilizar pela criação do SUS. É um contraponto à mercantilização da

vida e da saúde que é você ver a saúde como serviço. E a DENEM afirma que a vida está acima desses valores de mercado. Então a gente defende a vida, a qualidade de vida, a saúde, o bem-estar social. Então isso está, passa transversalmente a tudo aquilo que a DENEM discute. Tudo o que vai de encontro a isso acaba não ganhando força da entidade. O que aproxima muito as pessoas é essa ideia de saúde. Então a gente luta em defesa do Sistema Único de Saúde, que é público, saúde de todos, dever do Estado; por um sistema de saúde que seja universal, integral, que seja igualitária. Dentro ainda do SUS a gente tem uma luta histórica que é a dos Hospitais Universitários que são uma referência para todo mundo que tem alguma doença, que precisa de um tratamento. E aí tem as questões de privatização dos hospitais, de não conseguir dar mais conta da demanda dos municípios, qual a função dos hospital universitário, se é de ensino ou de assistência; aí a gente tem uma parceria histórica com o movimento de educação, desde que a gente foi criado. A gente tem uma coordenação de políticas educacionais que é a minha, por isso que a gente está na UNE, onde a gente formula sobre o papel da universidade, a reforma universitária, sobre extensão, que extensão tem tudo a ver com o contato com os movimentos populares, a gente tem também uma coordenação de extensão” (Militante da DENEM).

“A FEAB além disso – porque todo o movimento estudantil está voltando para as questões da universidade, da reforma universitária, enfim – tem muito presente o debate do agrário, do agrícola, do modelo de desenvolvimento agrário. Então a FEAB vai fazer um discurso muito forte contra o desenvolvimento do agro-negócio, vai reivindicar a reforma agrária; a FEAB tem como prioridade também estreitar cada vez mais seus laços com outros movimentos sociais – e isso tem sido muito importante para o crescimento da federação porque esses outros movimentos sociais tem uma experiência muito boa e podem nos ajudar. E a gente em certa medida também ajuda eles, enfim. Então a FEAB tem se centrado também nisso: estreitar a relação com os movimentos sociais” (Militante da FEAB).

Não iremos aprofundar as pautas do movimento estudantil trazidas pela atuação e presença das executivas de curso; nem mostraremos como ela oxigena e renova a militância. A intervenção destas será refletida, a seguir, considerando-a como de fundamental importância no processo de fortalecimento da tradição de diálogo do movimento estudantil com outros movimentos sociais. Além disso, algumas experiências da práxis das executivas carregam uma importante dimensão do ethos estudantil: a dimensão do popular, tão celebrado nos anos 60 e recuperado, ainda que sutilmente, pelo movimento estudantil atual.

Interesses e pautas tão diversos compõem parte do ideário do movimento dos estudantes que, cotidianamente, é reconstruído, redesenhado. A bandeira de luta em defesa da universidade; a participação e inserção da mulher no movimento estudantil e na vida universitária; a pauta de reconhecimento dos coletivos GLBTs; a defesa da cultura e da cultura popular brasileira; a democratização da sociedade que passa pela democratização da comunicação, pela realização da reforma agrária

e pela defesa de um sistema de saúde público, entre outras, são algumas das lutas que atravessam o mundo estudantil, seu cotidiano e sua política.

Uma agenda de luta que expressa uma opção política do movimento, mas também a fragmentação da sociedade, da universidade; uma fragmentação que acaba por exigir dos estudantes uma intervenção um tanto setorizada. Em momentos de organização, quando o cotidiano é suspenso através dos encontros e eventos nacionais, essas lutas emergem e ganham visibilidade, fortalecendo todo o movimento estudantil

A seguir, realizaremos uma breve reflexão acerca do caráter popular que se faz presente em algumas experiências do movimento estudantil e que resgata um certo ideário romântico de intervenção.

5.3.2. Movimento estudantil e intervenção: a representação coletiva do popular como ideário clássico

A intervenção para além dos limites da universidade sempre foi para o movimento estudantil uma prática mais que uma retórica. Estimulados pela idéia de uma universidade popular, que dialogasse com a comunidade e exercesse um papel de inclusão e desenvolvimento social, o movimento estudantil criou e realizou várias experiências no sentido de colocar este desejo em prática.

Aqui vamos analisar duas experiências que aprofundam a partir de focos diferenciados a dimensão do caráter popular que havíamos realçado anteriormente. A primeira experiência, se apropria da cultura popular para estimular nos jovens estudantes uma maior inserção na vida cultural do país. Além disso, quer ser uma opção de práxis para uma parcela dos estudantes que não se identificam com as formas tradicionais de fazer política. A segunda experiência, de cunho mais formativo, aproxima realidades diferenciadas onde estão, de um lado, os estudantes e seu conhecimento técnico-científico e, de outro, a população com seus saberes e suas demandas. Vamos a elas.

5.3.2.1. O ideário do popular nos coletivos de cultura: do CPC ao CUCA

Como indicamos no capítulo 4, tanto a organização das Bienais de Cultura da UNE como o próprio trabalho dos CUCAs surgem da necessidade de resgatar dentro do movimento estudantil uma intervenção de cunho cultural de forma mais duradoura e sistematizada.

Num contexto totalmente diferenciado, o movimento estudantil refaz e continua o caminho iniciado pelos CPCs recuperando dimensões importantes daquela experiência. Como no passado, esses coletivos trazem para a realidade estudantil a proposta de um trabalho com a cultura popular que se apresenta em seu meio e é representada de diferentes formas.

Recuperada sobre outro aspecto, para os estudantes contemporâneos, a cultura popular simboliza um resgate da identidade de um povo que quer se rever e se contrapor à atual massificação cultural. O seu resgate parece significar a própria retomada de uma reflexão mais profunda do país que não quer ser discutido apenas econômica e politicamente, mas também pelo viés da cultura, dimensão imprescindível na construção de um projeto nacional.

Este parece ser o caminho iniciado por estes coletivos que, como veremos, retomará a discussão da questão popular – através da cultura – como forma de expressão simbólica e política renovando e fortalecendo suas lutas. Como relata uma das coordenadoras do CUCA sobre a tematização da cultura popular na III Bienal realizada em Recife,

“A gente achou que era importante começar a discutir a identidade cultural; porque a gente acha que é uma forma de se contrapor à massificação, à globalização, tudo o que vem meio enlatado pra gente. Seria um caminho pra gente buscar as raízes, não de uma maneira conservadora, entendendo que tudo isso se mistura, que arte é uma mistura de várias coisas, inclusive do que tem de cultura popular, de arte popular. E se voltar, voltar o olhar pra arte popular é uma forma de você compreender o nosso povo, compreender o que a gente tem de original” (Coordenadora Nacional do CUCA).

Porém, como sugere a militante, a compreensão de cultura popular, diferente do passado, é percebida de forma mais ampla. A compreensão de uma cultura “genuína” e “autêntica” não mais existe. Neste contexto, a cultura popular é ressignificada através da possibilidade da mistura, da incorporação de elementos vários que se colam à experiência anterior, transformando-a continuamente; uma

concepção herdada, de algum modo, dos movimentos antropofágico e tropicalista, tão importantes na cultura brasileira¹³⁷.

Mas se a concepção de cultura popular foi ressignificada pelos estudantes, a própria noção de povo enquanto sujeito social que precisa ser ajudado, também o foi. A perspectiva de um trabalho popular do tipo vanguardista ficou fixada no passado e na experiência do CPC. Surge hoje a percepção de que o povo é um forte ator social, protagonista de mudanças e portador de saberes. Nesse sentido, a relação um tanto hierárquica do passado entre os estudantes e as classes populares (marcada por certo iluminismo), passa a ser de diálogo e troca de experiências¹³⁸.

Torna-se emblemática dessa nova relação a realização, por exemplo, do Lado C nas Bienais de Cultura. O Lado C atualiza simbolicamente o caráter interventivo do movimento estudantil atravessado pelo ideário do popular¹³⁹.

¹³⁷ Em discurso na III Bienal de Cultura da UNE, Gilberto Gil, na época, recém empossado ministro da cultura, reforça esta idéia de cultura popular enquanto resultado da mistura, do hibridismo entre diferentes formas de expressão. Segue abaixo, um pequeno trecho do texto que está disponível em sua íntegra no site:

http://www.cultura.gov.br/releases/2003/discurso/discurso_une.htm

“Para os tropicalistas – e para o pensamento que defendo até hoje –, a cultura não é uma coisa, uma estrutura já definida e cristalizada, mas um processo, um contínuum múltiplo e contraditório, paradoxal até, que existe ao ar livre, fora do "freezer", e não se contém em compartimentos imóveis. Cultura é sinônimo de transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos – e que sempre será maior do que nós, em seu alcance e em sua capacidade de nos abrigar, surpreender e iluminar. Foi por esta compreensão que nunca quisemos ser os donos da verdade. Porque a cultura brasileira é feita pelo povo brasileiro – e não por um punhado de pessoas que se julgam esclarecidas e detentoras do sentido e do destino histórico do país. Sendo assim, o trabalho do artista, assim como o do Ministério da Cultura, jamais estará na vã tentativa de completar o incompleto ou de solucionar paradoxos, domesticando-os em fórmulas fáceis – e por isso mesmo, falsas. Não estamos em cena para determinar o que seria verdadeiramente brasileiro, porque o Brasil de verdade vai nos surpreender sempre. Nosso trabalho é tornar cada vez mais evidente a incompletude, o risco, a riqueza, o paradoxo. É apostar na criatividade vital de nosso povo. (...) Engana-se, ao mesmo tempo, quem acha que essas várias culturas brasileiras existem como mundos isolados, sem alianças e sem trocas entre si. As fronteiras entre esses mundos são porosas, mudam de posição freqüentemente – e para cada montanha que isola, há um rio que aproxima, conduzindo pessoas e signos. As culturas populares das várias regiões e micro-regiões do Brasil têm histórias de contato com as culturas eruditas e a indústria cultural. Não é um fenômeno recente. A polca, por exemplo, foi uma espécie de rock ou funk do século 19. Sem a polca, não haveria salsa, merengue, tango – ou maxixe, elemento fundador na história moderna o nosso samba. E há coisas ainda mais distantes no tempo, anteriores à existência de estados nacionais, que hoje são acionadas para definir nações. O que significa que acreditar na autenticidade é apenas uma maneira de fingir que toda cultura não tem origem na impureza, na troca, na mistura”.

¹³⁸ Isso ficará mais claro quando analisarmos a experiência dos estágios de vivência e a experiência do “Lado C” organizado pelas Bienais de Cultura da UNE.

¹³⁹ De fato, o Lado C expressa de modo mais simbólico essa intervenção dos estudantes com as comunidades que, no cotidiano, se afirmará com a realização das atividades dos CUCAs através dos Pontos de Cultura.

Atualiza, de alguma forma, o *romantismo revolucionário* e a opção dos estudantes por uma luta que inclua a sociedade inteira. Como veremos a seguir, a troca de experiências e saberes é a tônica desta relação que se quer continuada:

“Tem também o Lado C, que é esse contato com as comunidades. Em Recife a gente fez contato com uma série de comunidades, geralmente são comunidades carentes que desenvolvem trabalhos culturais absolutamente interessantes, que vem muito baseada na idéia dos CPCs de manter esse contato com as comunidades, mas não tem aquela idéia que tinha nos CPCs que você chegava pra ensinar as pessoas. É o contrário. É mais pra ver o que está acontecendo da produção de lá e provocar algum tipo de encontro, de intercâmbio entre a produção local e a produção não só universitária, mas de artistas. Por exemplo, uma das coisas mais interessantes que tiveram no lado C foi o encontro de Hip Hop em Pernambuco. Porque Pernambuco também tem uma cena de Hio Hop forte. O Gog desenvolve um trabalho super interessante de reggae em São Paulo, em Brasília, e houve um debate entre eles. Foi riquíssimo. Então esse Lado C é importante pra gente conhecer esse trabalho mais periférico, que não está no centro, periférico no sentido de não estar no centro da produção cultural brasileira, mas que é riquíssimo e que talvez seja a grande força da cultura brasileira” (Coordenador Nacional do CUCA).

Neste contexto, a compreensão de que o desenvolvimento do país passa por uma reflexão sobre a *cultura popular* e a realidade do *povo* tem sido uma idéia difundida entre os estudantes que mais e mais aderem à proposta de reconectar as dimensões da *política* e da *cultura* como instrumento de intervenção, que se quer atualizada. Desta forma, reconectar política e cultura hoje, passa necessariamente pela compreensão de que, tanto uma como a outra modificaram-se nas últimas décadas.

Os conceitos de política e de cultura ampliaram-se reconfigurando-se num contexto globalizado. As formas de intervenção artística e política se diversificaram, respondendo a atual fragmentação social e se expressam, se comunicam fortemente através do visual, do midiático e do performático. E como talvez nos disse hoje Debort (1992), atualmente o grande desafio é comunicar diante de uma sociedade de massas, de uma sociedade do espetáculo.

Portanto, se o movimento estudantil quer reconstruir sua intervenção através de uma política cultural, não pode fazê-lo reeditando experiências antigas como a dos CPCs. Deve reelaborá-las levando em conta uma realidade nova; deve traduzir as demandas de uma nova sociedade. Neste sentido, se os atuais estudantes têm na experiência dos CPCs a referência maior no que diz respeito à articulação das dimensões da cultura e da política, hoje, os mesmos a reinventam,

contextualizam, conscientes de que não podem cair na tentação de repeti-la ou copiá-la.

Antigos militantes dos CPCs, em entrevista a Barcelos (1994), já apontavam para a necessidade de reconstrução dessa experiência a partir de novas bases, alertando para o fato de não reproduzir mecanicamente a experiência do passado. Como afirmam,

“Com as mesmas características, mecanicamente, não. Entretanto a experiência do CPC pode ser retomada dentro da universidade brasileira hoje, e até com consequências mais profundas. Enfim, o povo e a questão popular serão um desafio para qualquer cultura que queira se desenvolver, ser criativa e realmente transformadora da sociedade” (Capinam, 1994:69).

“Acho muito difícil. As condições hoje são outras, a situação é outra, e sem o Vianinha, o Armando, o Paulo Pontes, sem esse pessoal é difícil repetir. Pode-se até fazer uma coisa melhor, mas aquilo mesmo não se repete. É outra coisa. (...) O pessoal o inventou porque quis inventá-lo. Então, porque os jovens de hoje não o fazem? Eles têm que fazer, que inventar o caminho deles. Eles têm que pegar a experiência do passado, olhar o CPC, examinar, criticar o CPC, e avançar, dentro das condições de hoje, na direção do possível. Isso só depende deles. (...) Mas, nós esperamos sempre que o exemplo do CPC seja seguido, criticamente, pela nova geração que está aí. Ela tem que encontrar a maneira de fazer e de inventar as coisas” (Gullar, 1994:218).

“Acho difícil, e mesmo extemporânea, uma repetição do CPC. No entanto, a história não pára. Os problemas que motivaram a criação do CPC estão longe de estar resolvidos. Eles continuam, estão aí. Não duvido de que algo seja proposto no mesmo sentido. Mas jamais seria uma repetição” (Guarnieri, 1994:248).

De fato, se o CPC é fonte de inspiração, não pode ser modelo a ser seguido à risca. As diferenças contextuais são significativas e estão presentes na compreensão dos atuais militantes que conseguem perceber claramente suas diferenças. Perguntados sobre uma possível comparação entre uma e outra experiência, os estudantes parecem compreender que o passado não pode ser reeditado. Como nos dizem,

“Eu diria tudo e nada. Tudo porque, os processos, a gente aprende com as experiências anteriores. Assim como o processo da Bienal, desde a primeira, até aqui. Desde lá a gente já criou um grande acúmulo; essa Bienal daqui já vai ser mais um acúmulo pra esses dois anos de intervalo... e a próxima já vai ser muito mais organizada, com mais CUCAs estaduais. (...) E o CPC é parte desse processo, uma página riquíssima do movimento estudantil, do movimento social brasileiro, do movimento cultural, onde, na verdade, a gente busca inspiração. Porque? Porque conseguiu estabelecer uma união do movimento estudantil com o movimento cultural... (...) E a partir dessa

grande articulação fez muitos debates, muita cultura, e conseguiu, ou pelo menos criou, um encantamento cultural, pra usar essa expressão que o Célio Turino outro dia falou, um encantamento social, de artistas, estudantes, de quem sabe despertar ou quem sabe, pelo menos, criar, uma provocação na sociedade, uma provocação entre os estudantes sobre os valores que a gente vive, sobre a universidade, sobre o Brasil, o nosso sistema político, sobre a forma e a base sob a qual nossa sociedade se organiza. Então é tudo e nada. Nada porque a gente vive num outro processo, numa nova sociedade, nem tão nova assim, porque na verdade se você for ver, a luta de classes ainda existe, a questão da alienação das relações de trabalho, a desigualdade. Mas a gente também tem muita coisa nova: tem uma cultura digital pra explorar, tem uma série de relações, uma série de organizações. E mesmo Porto Alegre mudou muito da década de 60 pra cá. Quer dizer, depois de experiências com a Frente Popular, esta cidade conseguiu despertar nas pessoas uma vontade de se organizar... Hoje, a gente tem associação de bairros, tem Ongs, tem uma sociedade civil, cooperativas e a gente tem que considerar todos esses aspectos novos pra poder ter um CUCA que interaja com a sociedade, que interaja com seu tempo e a partir daí possa transformá-lo” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

“Acho que entre o trabalho dos CPCs e o trabalho do CUCA dá pra se estabelecer uma série de relações (...). O CPC aconteceu num momento absolutamente diferente do que a gente vive. Então, é interessante porque o CPC teve dois anos de vida. Quer dizer, em termos de idade, o CUCA já é mais velho que o CPC, nesse sentido. Mas esses dois anos de vida dos CPCs tiveram uma influência tamanha na cultura brasileira e na concepção da esquerda brasileira do que devia ser uma política cultural que a gente ainda hoje, em 2004, tem ecos dessa coisa que aconteceu de 62 a 64. O CPC tinha figuras que não existem mais hoje em dia no CUCA. Tinha Guarnieri, Augusto Boal, Oduvaldo Viana Filho, Gullar... A gente não tem nenhum desses no CUCA, hoje em dia. Talvez eles estejam aí nas universidades, por isso que a gente precisa ir atrás. Talvez estejam por aí os Ferreiras Gullares, os Vianinhas, os Guarnieris... talvez eles estejam escondidos dentro das universidades. Então a gente não tem isso hoje em dia, mas se a gente for pensar na quantidade de contatos que o CUCA tem, de artistas profissionais, de gente importante na área de cultura, a gente vai ver que o CUCA hoje também tem uma influência grande na área de cultura. O CUCA, por exemplo, hoje em dia realiza as Bienais da UNE que na minha opinião é o maior evento de cultura da juventude brasileira. Isso, por exemplo, o CPC nunca fez. Agora é diferente 2004 dos anos 60. É isso que eu estou dizendo. Se o CPC tivesse feito o maior evento de cultura naquela época, isso seria um grande evento nacional. A gente realiza o maior evento de cultura brasileira da juventude e não consegue ter o mesmo tipo de dimensão que poderia ter se tivesse acontecido na década de 60. (...) Agora, tem muitas coisas comuns: essa coisa da defesa da cultura popular brasileira. A diferença está na concepção do que seja cultura popular. Os CPCs tinham um entendimento que hoje em dia não cabe mais. Essas coisas vão se renovando. (...) Eu acho que sem o CPC a gente não teria o CUCA, mas ao mesmo tempo eu acho que o CUCA existe pra questionar também essa experiência que a gente já teve e avançar” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

Desta forma, os estudantes renovam sua política cultural traduzindo as novas demandas culturais e políticas da sociedade contemporânea. Mas se as diferenças existem, a possibilidade que os CUCAs têm de intervir na cultura brasileira é, talvez, o que de mais forte esta experiência herdou dos CPCs. Uma

possibilidade de intervenção que se manifesta em dois campos: no campo da própria cultura brasileira, com possibilidades concretas de agir e ser ouvido em espaços importantes como o ministério da cultura; no campo da realidade social, a partir de uma intervenção que se expressa através da arte e do simbólico e da realização de projetos culturais comunitários como é o caso dos *pontos de cultura*. Como sugeriu um dos militantes acima, apesar de vivermos noutra contexto, a luta de classes e a desigualdade ainda existem e, nesta ótica, ainda faz sentido lutar.

Animados por um contexto de mudanças políticas no país, dois coordenadores dos CUCAs falam dessa possibilidade de intervenção de forma mais concreta:

“A gente tem no CUCA a idéia de trabalhar essa coisa da política cultural brasileira e de interferir nela. Nós achamos que a grande questão que está colocada nesse momento é como fazer com que a cultura possa se transformar num tema essencial para o desenvolvimento do Brasil, para um projeto de Brasil mais desenvolvido e soberano que a gente acredita que o governo federal, o governo Lula, é capaz de desenvolver. Então, nós achamos que dentro desse projeto de país que a gente pode construir, de um país desenvolvido e melhor posicionado dentro do cenário internacional, a cultura vai jogar um papel essencial para que isso possa ocorrer, para que o Brasil possa tomar essa posição. A nossa grande questão é como fazer para colocar a cultura como um tema central para ser discutido no país. Hoje em dia entre os temas nacionais que são debatidos, nunca figura a questão cultural, e a atuação do CUCA é também nesse sentido, colocar a cultura como uma coisa essencial e principal para esse país. Agora isso é um trabalho monumental onde a gente precisa articular mais. Agora é isso que nos guia. Se existe uma possibilidade da gente atuar e interferir mais na política brasileira a gente vai com essa linha” (Coordenador Nacional dos CUCAs).

“A gente vai lançar um manifesto em defesa da cultura brasileira. A gente vai ter a presença do Gil, o ministro, a presença de Sérgio Mamberti, secretário nacional de artes cênicas e música que também passou por aqui. A novidade dessa Bienal com esse novo governo é que agora nós temos um contato direto com o ministério da cultura, o que pode fazer com que nossa contribuição seja muito maior. Hoje nós podemos conversar com o ministro e dizer “olha, nós achamos que isso está errado, que isso está errado”. Eu acho que todo mundo está nessa expectativa de que o Brasil vai mudar e nós estamos juntos. Eu entendo que a cultura vai mudar também” (Coordenadora Nacional dos CUCAs).

Como já realçado neste capítulo, os CUCAs têm uma significativa pauta de lutas e reivindicações que passa pelo aumento de verbas para a pasta da cultura (1,5% do orçamento da União) e vai até o pedido de criminalização do jabá enquanto prática no setor cultural. A possibilidade de intervir diretamente nos rumos da cultura brasileira anima os estudantes que, articulados em redes que

atravessam tanto o mundo da cultura como da política, dão novo significado à militância.

Esta possibilidade se amplia quando interfere não apenas na discussão e direcionamento dado às grandes políticas culturais, mas, e fundamentalmente, quando age diretamente na vida de comunidades e jovens. A experiência dos *pontos de cultura* da UNE tem trabalhado em diversas frentes (rádio comunitária, artes visuais, etc.) não só com o público estudantil, mas também com outros jovens que, de alguma forma, estão inseridos no meio comunitário onde o ponto de cultura funciona. Essa intervenção traduz, ainda que timidamente, o ideário de uma universidade aberta e popular tão reivindicada nas lutas estudantis.

A realização de uma prática de extensão comunitária onde a troca de saberes é estimulada através de uma intervenção mediada pela cultura garante e resgata o caráter “romântico” de um ideário político que pode ser remetido tanto às propostas do movimento de *Córdoba* e sua pauta de uma universidade popular, quanto à própria realização dos CPCs nos anos 60. Os pontos de cultura da UNE parecem participar dessa linhagem em termos de ideário, ainda que não saibamos avaliar, no momento, como no cotidiano dos CUCAs essa intervenção vem acontecendo.

Como aponta um dos militantes que organizam os pontos de cultura,

“O CUCA participando do projeto do ponto de cultura, o próprio ministério da cultura tem uma guarda, uma vontade muito grande de que a gente possa trabalhar com outros públicos, com a galera que está lá no bairro, do hip hop e outras expressões culturais e artísticas... e a gente acha que o CUCA pode contribuir muito nesse processo de mudança da universidade brasileira e acabar de uma vez por todas com os muros da universidade pra comunidade, para o movimento negro, para o movimento de bairro, para o hip hop e tantos outros movimentos que historicamente vem sendo excluídos da universidade e pode, quem sabe, a partir de uma experiência com o CUCA, o pessoal lá do bairro poder assistir uma peça, poder contribuir com algum sarau, possa se reconhecer e dizer que ele faz parte da universidade, que ele quer passar numa universidade, que vai fazer vestibular. Porque também tem isso. Eu nasci na periferia e a quantidade de pessoas que nem tenta um vestibular pra uma federal e estadual é grande demais. Existe uma falta de auto-estima pra dizer “eu quero, eu vou conseguir” e também a falta de uma universidade, de um sistema que possa reconhecer essa galera e possa dar condições dela entrar na universidade. Então, quem sabe, juntando todos esses elementos aí, o CUCA possa contribuir decisivamente nesse movimento” (Militante do CUCA de Porto Alegre).

“Então, no projeto que enviamos para o ministério o CUCA vai circular em dois grandes eventos: o Salão de Maio, em maio, que é um salão só de arte de rua e em novembro existe a exposição dos registros do salão de maio, onde

acontecem debates e que é feito dentro de uma galeria. Agora, o ponto de cultura, o pano de fundo do projeto do ministério é a inclusão digital. A gente recebe um equipamento para utilizar software livre e nós vamos ter 50 estagiários, monitores, que vão receber uma bolsa-escola que é um convênio com o ministério do trabalho. Então a nossa ideia é que dentro das intervenções públicas, dentro da arte pública a gente profissionalize esses jovens tanto em cenotécnica que é a montagem dos trabalhos, ir pra rua e montar; e o outro é o registro, diagramação e editoração de todo esse material. São dois pilares, um digital e outro prático” (Militante do CUCA de Salvador).

Mas se no passado, os militantes e artistas encontraram no povo brasileiro elementos que permitiam uma elaboração artística capaz de manifestar esse ideário romântico e utópico de uma sociedade nova, hoje, ainda que este ideário continue presente, está presente de outra forma. A construção de uma nova sociedade hoje passa necessariamente pela consciência de que “aquele” povo também mudou.

Se o “povo brasileiro” era representado pelo camponês ou o malandro morador da favela (tão encenado, poetizado e filmado), hoje essa representação foi ampliada. Passam por ela personagens vários que cruzam classes sociais, estilos culturais, questões geracionais, entre outras, tamanha a complexificação e fragmentação da sociedade atual. E neste sentido, o trabalho cultural dos estudantes deve abarcar, ao máximo, as possibilidades de tal intervenção.

Além disso, as preocupações estudantis passam pela compreensão de que num mundo globalizado a sociedade não pode pensar apenas as questões nacionais. Neste sentido, o ideário do popular também atravessa um novo sentimento que surge em parte da população brasileira de reinvenção da unidade latino-americana. A organização de festivais juvenis latino-americanos, a sua tematização nas artes em geral¹⁴⁰, a reorientação geopolítica do continente e as experiências coletivas e sociais advindas dos setores populares, são alguns elementos que tem favorecido a emergência dessa identidade coletiva.

Uma identidade coletiva que é partilhada no meio estudantil e expressa através de encontros e discussão em seu interior. Assim aconteceu, por exemplo, na IV Bienal de Arte e Cultura da UNE realizada em São Paulo, em 2005. Tendo como tema central “Um encontro com nossa América”, aquela Bienal – realizada

¹⁴⁰ No cinema atual, a consciência de uma integração latino-americana vem ressurgindo fortemente, principalmente, através de festivais. Além disso, a tematização da América Latina vem sendo recorrente nos últimos anos. São exemplos deste cenário os filmes: “Diários de motocicleta”, “A revolução não será televisionada” e “Memória do Saqueio”. No ano de 2006, a unidade latino-americana representada através do sonho de Bolívar foi cantada e mostrada no carnaval carioca.

juntamente com o XIV Congresso Latino-Americano e Caribenho de Estudantes (CLAE) – obteve pela primeira vez uma dimensão continental.

Aliando uma conjuntura política internacional favorável a um desejo antigo de desenvolver esta temática, a discussão sobre a realidade e os desafios da integração latino-americana foi o fio condutor dos trabalhos ali realizados. Com cerca de quatro mil estudantes, a Bienal contou com a presença de ministros de Estado de vários países (Cuba, Venezuela, Uruguai, Brasil), o que reforça sua capacidade de articulação institucional e sua força enquanto projeto de visibilidade social. Os mesmos debateram a necessidade de estabelecer um intercâmbio maior entre os países, nos campos de educação e cultura, bem como, a necessidade de articular projetos comuns. Participaram também personalidades reconhecidas nos mais diversos campos sociais, entre músicos, poetas, escritores, intelectuais, desportistas, etc.

É o ideário do popular que ressurgiu noutro contexto, a partir de outros personagens e cenários. Um ideário que é ao mesmo tempo constituinte do *ethos* do movimento estudantil e, portanto, caracteriza um tanto sua história e suas opções políticas; mas que também expressa uma realidade em que o movimento está continuamente desafiado a responder.

Abaixo, seguem duas cenas da IV Bienal de Arte e Cultura da UNE, relatadas em primeira pessoa, que são colocadas como tentativas de mostrar como esse ideário do popular está presente atualmente no movimento estudantil; de que forma ele se apresenta e que temas e discussões ele atravessa.

Como observarão, a cultura popular, a arte, a identidade nacional, a juventude e suas formas de expressão e luta, um sentimento de unidade latino-americana, estarão presentes nessa idéia, nesse passeio que faremos agora por esse evento.

Cena 1 – Imagem

As delegações ainda chegavam. Aos poucos, ouviam-se sotaques, expressões, línguas; viam-se cores e aparências diferentes. E por um momento, o espanhol parecia invadir aquele lugar: a Bienal de São Paulo, onde acontecem as grandes exposições de arte moderna no Brasil. Mas para o esperado, o movimento ainda era tímido. Enquanto isso, fui me familiarizando com o espaço: caminhei,

conversei com as pessoas, vi o corre-corre dos organizadores e a montagem das obras selecionadas no campo das artes visuais. O espaço parecia ainda em construção, mas já dava mostras do que seria quando finalizado.

Do lado esquerdo de quem entra, um grande mural sendo grafitado. Impressionava seu tamanho, impressionava a grafitagem com seus conteúdos exclusivamente urbanos, a mistura de cores, as colagens de papel misturados à tinta de spray. Constituído de grande fragmentação, o mural evocava críticas ao modelo de uma sociedade consumista, patologizada, bélica e cindida com a natureza. Era também o retrato fiel dos grandes centros urbanos, caracterizados pela sua imponente beleza e também degradação; pela sua capacidade de gerar vida e de excluí-las em sua autofagia; pela dispersão e pluralidade social que gera múltiplas identidades, estilos, tribos e ideologias. Tudo ali, registrado na tela-totem, a partir da imaginação de um poeta pintor.

Naquele momento, pensei também que a arte poderia ser um elemento capaz de sugerir reinvenções identitárias. E poderíamos pensar que as distâncias entre a identidade estudantil e juvenil já não eram tão grandes como no passado, onde ser jovem, era ser estudante.

Um pouco à frente do mural, o espaço para os cafés literários, com imagens de Patrícia Galvão, a Pagu, escritora modernista do início do século passado. Um espaço simples: uma pequena mesa para os debatedores e um grande tablado circular permeado de almofadas. Nos dias seguintes, esse espaço se transformaria num lugar onde as pessoas – sentadas, deitadas, em pé – discutiriam diferentes assuntos relacionados à escrita e à literatura.

Saindo do lado esquerdo da Bienal fui caminhando para seu centro, onde assisti a montagem dos vários stands comerciais e de divulgação de material estudantil dos vários países da América Latina ali representados. Era também o espaço do balcão de informações do evento; da entrada dos participantes que teimavam em chegar com disposição apesar do cansaço de suas viagens; da exposição para venda de camisas, colares, pulseiras e artigos regionais.

Aqui – e neste espaço cultural em particular – a estética, o visual, se colocam como fundamentais no processo de comunicação. Como aponta Pais (2004:29), “a estetização do corpo arrasta uma expressividade que é fonte de reconhecimento e integração grupal. A aparência é causa e efeito de uma intensificação da atividade comunicacional, a partir da qual se revelam territórios

de pertença, estéticas inclusivas ou exclusivas”. Estética que usa o corpo, o espaço, o imaginário. Estética que – neste espaço – se alia a um imaginário profundamente marcado por signos de cunho político e social. Estética que gera estilos; estilos que incorporam ideários; ideários traduzidos através de estetização da política e de uma politização da estética.

Continuando o caminho e me dirigindo para o lado direito percebo a existência de dois espaços: um para a realização de oficinas e outro para a Mostra de Artes Visuais, que desta vez homenageou a arquiteta Lina Bo Bardi. A Mostra, que era constituída por trabalhos produzidos por vários universitários-artistas contemporâneos, se dividia em três eixos: a) obras bidimensionais (pinturas, fotografias, gravuras, desenhos, etc.); b) obras tridimensionais (esculturas e objetos) e; c) instalações. E apesar da Bienal não condicionar a participação dos artistas à atuação numa arte engajada, muitas delas possuíam esse caráter. A crítica ao racismo, à visão de uma educação voltada para o mercado, ao reinado das marcas e à interferência das multinacionais na vida das pessoas e do ambiente, à violência, foram algumas das temáticas observadas.

Meu percurso, sem muita direção, lógica ou compromisso, talvez refletisse um pouco o caráter desterritorializado daquele espaço. E apesar de concentrado, o que permitia a movimentação sem muitas dificuldades, meu percurso parecia visualizar várias paisagens, portas de entrada e saída para diversos mundos que, com suas fronteiras e demarcações, dialogavam entre si sugerindo possibilidades de decodificação das linguagens ali apresentadas. Aqui compreendemos o quão importante são os elementos da imagem, do visual, da estética do espaço, na definição, no conceito. O espaço também se constitui mensagem, conteúdo, elemento da lógica e da racionalidade dos objetivos da Bienal. Espaço este que se impõe com seu conteúdo-mensagem, mas também como um espaço a ser construído, transformado, a partir da intervenção dos estudantes ali presentes.

Na continuação da caminhada de experimentação do espaço, o elemento da surpresa. Ao longe, observo uma multidão que se aglutina e um som que se aproxima, aos poucos. Era o som do maracatú cearense do grupo “Brincantes Cordão do Caruá” que chamava a atenção dos participantes e os animava. Era a presença dos grupos de cultura popular que começava a se manifestar. E as diferentes dimensões da arte ali expressas se inter-cruzavam: *cultura popular com arte de rua; a cantoria dos cantadores com a música dos rappers; o estilo e estética das indumentárias regionais, características da tradição popular e as linhas e cores*

da grafiteagem dos novos pintores urbanos, ao fundo. Momentos de encontro, momentos de síntese, onde o elemento que separa é também o que une, revelando e dando visibilidade a uma grande *mestiçagem cultural*, colorida e construída pelos diversos atores ali presentes.

Logo, brasileiros, uruguaios, mexicanos, argentinos, chilenos, equatorianos, venezuelanos, haitianos e tantos outros se confraternizavam. Uma grande roda foi feita e, sem combinar, os estudantes faziam um cordão com as bandeiras dos diferentes países. A performatividade que gera êxtase, alegria e uma identificação inter-subjetiva serve de pretexto para transitar no imaginário latino-americano. Surgem os gritos de guerra de cada país, seus símbolos identitários, mas e principalmente, a idéia de uma latino-americanidade. E, de modo simples e simbólico, o tema do evento era desenvolvido: *a integração latino-americana através da arte e da cultura*, fazendo um contraponto à idéia de integração realizada exclusivamente no espaço do mercado. Os estudantes, a idéia de coletividade, a arte como um dos instrumentos do fazer político, o espaço. Tudo ali. E pareceu-me que, naquele momento, foi iniciada a Bienal.

Cena 2 – Som

A sala estava cheia e todos queriam os melhores lugares. Era dia de encerramento da IV Bienal e do XIV CLAE; era dia de ver Aleída Guevara (filha do Che) – que dissertaria sobre o papel da juventude –, de assistir Capinam, que faria uma fala simbólica de encerramento do encontro e Gilberto Gil que, como ministro, debateria a participação do Brasil em um efetivo processo de integração latino-americana através da cultura.

Bandeiras, gritos e palavras de ordem animavam os estudantes que ansiosos, esperavam o momento. Os rituais de identificação coletiva, uma certa catarse e euforia característica das multidões, se faziam evidentes.

A presença de bandeiras e slogans partidários, de um ideário classista de sociedade, de um certo anti-americanismo baseado na idéia da formação de um bloco latino-americano e do culto a líderes políticos como Fidel, Chavez e Lula também ali se manifestaram, marcadamente. A co-realização da Bienal com o CLAE e a presença das personalidades já mencionadas, certamente, favoreceram no aparecimento destas manifestações.

Com um certo tempo de atraso inicia-se o encerramento dos dois encontros. Num primeiro momento, a parte formal: posse da nova diretoria da OCLAE, avaliação do encontro, discurso de representantes estudantis. Num segundo momento, a presença e as falas simbólicas de Aleída Guevara, Capinam e Gil.

Aleida discursa sobre o papel do jovem frente aos desafios de um mundo globalizado. Sua figura carismática, aliada ao fato de ser filha do Che, são elementos importantes do imaginário político juvenil que servem como pontos catalizadores de mobilização. Sala cheia e muita curiosidade. Já sua concepção de juventude e ação política relatada por ela mesma parece conter uma conceituação fortemente fechada. O jovem é... O jovem deve... O jovem político por natureza... Enfim! Um discurso impositivo, com ótica de adulto, que naturaliza o papel do jovem – sem compreender ou perceber que esta categoria, como lembra Bourdieu (1983) pode ser esvaziada se não se apropriar das diversas realidades juvenis existentes –; um discurso de quem aprendeu ser assim, numa determinada época, contextualizada por seus variados fatores, e não a ressignificou.

No meio de sua exposição, burburinho. Acabava de chegar Gilberto Gil. A exposição é interrompida por alguns minutos para que fosse anunciada sua presença. Não era preciso. Um pouco mais e termina a fala de Aleida.

Gil fala, discursa, é aplaudido. Os estudantes pedem que ele cante. Ele canta. Com Capinam e ao lado de Aleída, Gil canta “*Soy loco por ti América*”. Os compositores e a filha do homenageado da música. Era o que todos queriam ouvir. Gritos, aplausos, vozes, coro. Parece existir um magnetismo que amalgama o desejo militante daquelas pessoas. O mesmo magnetismo das multidões que Le Bon já estudava no final do século XIX. O resgate dos símbolos da América Latina: as bandeiras, a música, os ícones, o imaginário político partilhado num só espaço por uma multidão. O retorno do passado para reforçar a luta do presente? Talvez! A mística que alimenta a militância, tão em voga ultimamente? Talvez! Mas talvez, fosse apenas um espaço, definitivamente em suspenso, onde o que fazia sentido era estar ali, naquele momento, e só.

Soy loco por ti, América, soy loco por ti de amores. Era o refrão que resgatava um certo *romantismo revolucionário*, o mesmo romantismo que tanto Löwy e Sayre (1995) quanto Ridenti (2000) identificam na ação dos estudantes dos anos 1960, com todo o ideário pautado na construção de um homem novo, este, idealizado no homem do povo. Um ideário romântico hoje resgatado, de outra forma, pelos movimentos estudantis, pacifistas, altermundistas, entre outros.

E o poeta já tinha profetizado: “El nombre del hombre muerto ya no se puede decirlo, quién sabe? Antes que o dia arrebente, antes que o dia arrebente. El nombre del hombre muerto antes que a definitiva noite se espalhe em Latinoamérica. El nombre del hombre es pueblo, el nombre del hombre es pueblo”. E antes que o dia arrebente, Gil cantou “*Punk da periferia*” e a Bienal foi encerrada.

Estas cenas, de alguma forma, traduzem o ideário do popular que se manifesta nos coletivos de cultura do movimento estudantil. Porém, essa prática interventiva que estabelece o diálogo com a sociedade e coloca como eixo de tal relação a troca de saberes, pode ser percebida em outros espaços, outras experiências. É o caso, por exemplo, das executivas de curso e a organização dos estágios de vivência que analisaremos a seguir.

5.3.2.2. O ideário do popular nas executivas de curso: a trajetória dos estágios de vivência

Como realçamos no capítulo 4, o estágio de vivência é uma experiência de cunho formativo, interventivo e comunitário que – em nossa compreensão – recupera, de algum modo, um ideário, um *ethos*, baseado numa tradição do movimento estudantil que tem como características a interlocução e o envolvimento com os segmentos populares e movimentos sociais.

Pensado como uma atividade em que fosse possível a realização de uma troca de experiências e com o intuito de formar profissionais comprometidos com as causas dos movimentos populares, o estágio de vivência foi iniciado a partir da interlocução da FEAB com os diferentes movimentos de agricultores rurais. No final da década de oitenta, tornou-se cada vez mais comum a organização de experiências que possibilitaram um estreitamento entre os diferentes movimentos sociais e o fortalecimento deste elo.

Para o movimento estudantil de agronomia o estágio serviria como uma atividade de formação tanto profissional quanto política: profissional, porque os universitários teriam um espaço garantido para acompanhar e conhecer a vida dos trabalhadores rurais na perspectiva de trocar saberes e conquistar uma experiência prática que não é ensinada na universidade; política, porque é inserida num contexto em que a opção pelo segmento popular é clara. Além disso, a vivência com

os trabalhadores rurais, a princípio, permitiria uma maior visibilidade pelos estudantes das dificuldades em que estes mesmos trabalhadores vivem, os problemas por quais passam, propiciando uma maior sensibilização para a luta destes.

Para os agricultores, o estágio serviria para fortalecer uma interlocução necessária e importante com um ator social inserido na universidade, espaço visto como fundamental a ser conquistado.

Com o sucesso desta experiência, outros estágios de vivência foram realizados nos anos seguintes e diferentes executivas – e o próprio movimento estudantil clássico – começaram a incorporá-lo enquanto atividade, adaptando-o a suas necessidades e públicos¹⁴¹.

Foi assim que, por exemplo, surgiu o estágio de vivência organizado pelas executivas de curso da área da saúde. Com um público diferenciado, este estágio circunscreve-se numa atuação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁴², onde os estudantes se propuseram realizar uma intervenção em que a prática numa lógica mais humana e política fosse estimulada.

A partir deste cenário, queremos fazer uma série de reflexões acerca desta experiência com base nos relatos de militantes que organizam o estágio em duas executivas de curso, a saber: a FEAB e a DENEM.

5.3.2.2.1 As experiências da FEAB e da DENEM

Iniciado em épocas e contextos diferenciados, os estágios organizados tanto pela FEAB como pela DENEM nasceram com objetivos e necessidades muito semelhantes. Para as duas executivas, os estágios nasceram da necessidade de aprofundar relações com os movimentos sociais a que estão ligados, estabelecer vínculos a partir de uma prática comunitária vinculada à extensão universitária, entre outros.

Para a FEAB essa articulação se deu em meados dos anos oitenta quando da realização de uma intensa comunicação desta entidade com os movimentos sociais do campo por necessidade de organização num contexto de

¹⁴¹ Como já realçamos no capítulo anterior, hoje participam do estágio estudantes não só do curso de agronomia, mas de todas as áreas do conhecimento, transformando-o numa experiência interdisciplinar.

¹⁴² Este estágio se intitula Vivência de Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) e tem apoio do Ministério da Saúde.

redemocratização do país. Esta comunicação desencadeou uma série de outras atividades conjuntas que vão da organização de Núcleos de Apoio à Reforma Agrária até a realização de Cursos de Economia Política realizados hoje. O estágio de vivência, portanto, foi o início de uma série de ações e projetos comuns realizados por ambos movimentos. Como relata um dos militantes,

“Principalmente a partir de 1985. Em 1989 é realizado o I Estágio de Vivência que é o primeiro foco de ligação, quando se inicia a relação com outros movimentos sociais. Na época não era interdisciplinar. Foi um estágio realizado em Dourados, no MS. A partir daí essa relação passa a se estreitar e isso é reproduzido depois em várias regiões do país, em MG, em SP, no RS, em todo o país... a partir de 1999 foram criados os Núcleos de Apoio à Reforma Agrária que fazem debates sobre agricultura, gênero, ecologia, sobre a necessidade de reforma agrária, sobre os modelos de desenvolvimento agrário dentro da universidade... tudo isso são instrumentos de difusão do debate entre os estudantes sobre a reforma agrária, de sensibilização para essa causa. (...) Com certeza, o estágio de vivência foi fundamental nesse processo de aproximação entre nós da FEAB e os outros movimentos organizados do campo. Digamos que começou com o movimento estudantil de agronomia conhecendo, a se interessar por aquela realidade que precisava ser estudada, vivenciada e inclusive privilegiada pela luta. E a partir dali começou a se forjar estágios interdisciplinares... Em 2001 teve o I Curso de Economia Política que é realizado por nós e o MST... que não é um espaço de vivência mas de aprofundamento teórico sobre a questão agrária, sobre economia política, e que tem acontecido todo ano em várias regiões do país” (Militante da FEAB).

Para a DENEM, o estágio surge na perspectiva não só de realizar uma prática de extensão que pudesse estabelecer um vínculo maior com a comunidade, mas também da necessidade de conhecer a realidade do brasileiro no campo da saúde. Essa necessidade denota, de alguma forma, uma certa precariedade da formação universitária, em geral, e do ensino médico, em particular, que ainda carece de espaços vivenciais e práticos onde os estudantes possam ter um maior contato com a realidade social. Como afirma um dos militantes da DENEM,

“Se você parar para pensar, na DENEM ele parte muito das demandas que o pessoal está sentindo na época. Teve um determinado momento e até pela lógica do movimento, que o pessoal queria ir muito pra comunidade, queria discutir e vivenciar a comunidade, ver quem era aquele paciente que ia ser atendido, ver quem era o brasileiro que a gente tinha que construir um sistema de saúde correspondente e ver um modelo de ensino que permitisse a construção e a formação de médicos críticos que daí pudessem construir um sistema de saúde e trabalhar efetivamente nesse campo. Se você for entrar na área de saúde você vai ver que é uma coisa muito ampla. Você entra em estrutura, economia, qualidade de vida, cidadania, tudo isso faz parte da área de saúde. Então a vantagem da área de saúde é que ela tem intercomunicação com todas as... quer dizer, não é só na área de saúde... se você for ver numa lógica de redes você percebe que tudo é assim mesmo. Então a gente sentia a necessidade disso. A gente tinha que ver quem era

aquela pessoa que a gente ia ter que transformar. A grande questão de transformação do ensino médico é de construir não só a gente que está participando do movimento que sejam atores de transformação social, mas cada estudante de medicina do país. (...) Os estágios de vivência eram centrados nisso. Depois sentiu-se a necessidade de jogar o estágio no sistema único de saúde, não só mais na comunidade. Porque aí você percebia melhor. Além de você ver – a gente montava o estágio de vivência onde o SUS funcionava e era implementado efetivamente – que o SUS era viável... A gente percebia que o SUS era viável, que era só problema de vontade política. E a gente via a relação da comunidade com o SUS: o que a comunidade demandava e se o SUS respondia, se o SUS acolhia, se o SUS acompanhava. Então a gente analisava isso tudo. Se as demandas levantadas pela comunidade eram incorporadas dentro da estrutura do próprio SUS. Se ele tinha essa maleabilidade pra poder atender isso. São vários pontos que a gente analisava. Hoje a gente tem uma outra discussão. Esse ano a gente talvez faça os dois estágios. A gente está tentando analisar modelos novos que estão surgindo dentro do próprio SUS e montar estágios aí, onde você vai perceber a articulação do SUS com a comunidade. E estágios de vivência onde a gente integre, estabeleça realmente a conexão: SUS, sistema de saúde, comunidade e escola” (Militante da DENEM).

A experiência da vivência de uma realidade que não se ensina nos bancos escolares tem sido um dos pontos chaves na proposta do estágio. Conhecer a realidade das camadas populares, perceber a contradição entre o ensino hegemônico, formal e a realidade concreta da vida a partir de uma vivência com as camadas populares, são questões que acabam estabelecendo um contraponto a uma formação acadêmica muitas vezes voltada simplesmente para o mercado e de caráter individualista.

No campo da saúde isso se traduz na crítica a uma formação que privilegia o setor privado em detrimento do setor público e do atendimento popular. Além disso, uma crítica à formação de caráter não interdisciplinar que gera dificuldades na relação posterior com outros profissionais. Como afirma uma militante da DENEM,

“O SUS nasceu em 88 e desde sempre, desde que ele foi criado existe uma grande pressão do setor privado pra não deixar que o público predomine, pra que eles consigam abrir mais hospitais e clínicas e cobrar pela saúde. E o próprio estudante de medicina, a própria profissão médica, sempre foi visto como uma profissão liberal. O médico sempre foi visto como profissional liberal, independente, autônomo. Aí ele vai abrir seu consultório, vai cobrar sua consulta. Ele não tem uma equipe, ele não trabalha numa equipe multiprofissional. Ele não pensa a saúde em conjunto com o olhar do psicólogo, do terapeuta, do profissional de enfermagem, ele pensa sozinho. Só que os estudantes ainda não perceberam que isso não existe mais, que sozinho você não dá mais conta de responder as demandas de saúde das pessoas, que a medicina tem um limite, ela não dá conta de tudo. Então a DENEM e os estudantes do movimento de esquerda da saúde começaram a perceber isso e começaram a pensar em alguma coisa que se apresente e que seja público, o que é que a gente tem que faça um contraponto àquilo que é hegemônico, que é essa campanha pelo privado. E a gente começou a fazer vivência em SUS

mesmo. (...) Então começou a surgir o espaço de estágio de vivência do SUS, que no Rio Grande do Sul tinha um nome que é o VER-SUS (Vivência de Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde). É uma proposta muito interessante, a gente copiou isso da agronomia que faz estágio de vivência com o MST e nós vamos fazer no SUS então. É uma forma de botar os estudantes mesmo para conhecer o sistema público, para valorizar a profissão pública, o funcionário público, pensar as questões de saúde pública e populacional em relação à saúde da população e não das necessidades do mercado” (Militante da DENEM).

Para a FEAB o estabelecimento dessa contraposição também é pertinente na medida em que a formação acadêmica acaba por privilegiar um modelo agrário de grande porte e uma opção pelo desenvolvimento de tecnologias agrárias que atendam a esse público. Como ressaltam dois militantes abaixo,

“A identificação do que, de fato, é a problemática do campo, do que de fato, são os dilemas da realidade agrária. E para muitos identificar que o campo não é só o modelo hegemônico, só o agronegócio, mas que existem milhares de... aliás, a maioria da população do campo é pobre, tem dificuldades, inclusive, para sobreviver, e muito mais para produzir e tudo mais... é essa a importância. Auxilia numa visão. O estudante quando vai pra lá passa a ter uma visão maior das coisas, passa a ver as coisas de forma maior. Não vê mais só como um estudante de agronomia... Vai perceber que existem lutas e que elas podem ser articuladas. E ele passa a ter uma outra visão das coisas. Tem muitos estudantes que vem dessa experiência questionando várias coisas: seja a forma tradicional de ensino, seja as orientações de pesquisa tecnológica, seja o direcionamento do curso, seja o próprio modelo de extensão universitária que muitas vezes tem uma visão distorcida, enfim. Volta com uma série de críticas. O estágio acaba cumprindo vários papéis” (Militante da FEAB).

“Porque o estudante na medida em que entende a realidade, do modelo agrário por exemplo, passa a fazer uma crítica muito mais dura à formação profissional, à grade curricular, ao projeto político-pedagógico, por compreender que a realidade muitas vezes é outra, não é aquela de agronomia de precisão, de engenharia genética, enfim” (Militante da FEAB).

“Os estudantes vão conhecer a realidade do campo e voltam indignados porque conhecem uma estrutura fundiária conservadora, as grandes concentrações de terra que fica nas mãos de alguns, as ameaças dos agricultores... Você estuda, você está estudando um maquinário mais avançado que tem e quando você vai ver a realidade do pequeno agricultor... Se ele tivesse aquele maquinário ele nem saberia usar. Além do que é totalmente insustentável para realidade daquele agricultor. Algumas das contradições que existem” (Militante da FEAB)

Em pesquisa anterior (2001), já tínhamos constatado a importância do estágio de vivência no que se refere ao impacto que este proporciona na realização de uma formação mais crítica do estudante. Naquele momento um dos entrevistados afirmava,

“E o estágio de vivência consegue colocar o estudante em choque com outra realidade. É uma realidade diferente que força o cara a pensar criticamente. Em nossa visão esse é um dos principais ganhos que você tem com o estágio de vivência. No caso da agronomia você é acostumado a ver grandes tratores, grandes coletadeiras, veneno, grande latifúndio... seja como for você ver depois um cara num assentamento, numa área indígena... puxa, isso é... aquilo muda. É contrastante com a realidade do cara. O cara se põe a pensar o que ele ta aprendendo, se põe a pensar pra quem ele ta aprendendo... então se você conseguir aglutinar em cima do estágio de vivência seria um ganho enorme. Você faz com que a pessoa veja a realidade; o que existe do portão pra dentro da universidade e do portão pra fora da universidade. Porque muitas vezes isso não vem só da criação, vem muito da própria universidade e o direcionamento que ela dá à linha dos professores, como se conduz o próprio curso; e a quem a universidade atende também. Hoje o que se vê é que muitas vezes a nossa universidade mesmo – e no nosso caso sendo uma universidade pública como é a maioria dos cursos de agronomia – não atende à maioria da sociedade que é quem a sustenta, quem a mantém. E isso é muito complicado porque a partir da hora que você chama o estudante pra ele ir pra outra realidade ele está aberto a tudo. Ele pode gostar ou ficar traumatizado porque sem dúvida uma pessoa que vai para um assentamento ela nunca mais será a mesma” (Militante da FEAB: entrevista concedida em 1999).

Reafirmamos: o estágio de vivência acaba por ser uma crítica a um modelo de formação universitária que expressa uma opção ainda um tanto conservadora quando se refere ao tipo de profissional que forma e o público que atende – em termos de produção de conhecimento. Neste sentido, o estágio esquentava a discussão e questionava a própria finalidade da universidade: a quem ela serve e que perfil de profissional ela forma.

O estágio também possibilita com que os movimentos sociais tenham uma maior visibilidade dentro da universidade, seja no âmbito da discussão, seja no âmbito da prática em ações coletivas e comuns. O ENETERRA, citado no capítulo 2, é consequência dessa ininterrupta intercomunicação entre os movimentos estudantis e sociais que se fortalece a cada ano.

Apesar das diferenças específicas de cada estágio (localização, realizadores, público, etc.), os militantes o consideram de fundamental importância para a formação dos estudantes que nele participam. Para estes, esta atividade tem oxigenado a militância e inserido um número maior de estudantes em espaços de intervenção e participação.

Um dos militantes da FEAB resume bem a idéia original do estágio de vivência que, para ele, é importante em vários sentidos. Como relata,

“A importância do estágio de vivência é, primeiro estreitar essa relação com os movimentos sociais. Segundo, proporcionar espaços de reflexão e

aprofundamento que não existem na universidade. Terceiro, trabalhar outros valores, outras dinâmicas organizacionais entre os estudantes. Quarto, de fato, ter uma proposta de extensão diferente desse que está aí, tendo uma melhor compreensão do modelo agrário, refletindo sobre uma realidade do campo e depois sistematizar essas reflexões e trazer para as contradições, por exemplo, do curso” (Militante da FEAB).

A consequência dessa atividade na formação dos estudantes tem sido muito positivas, na avaliação dos militantes, para ambos os movimentos organizadores. O maior apoio e inserção dos estudantes nas lutas sociais é uma delas. Ainda que as dificuldades de concretização sejam muito grandes, os militantes consideram que esta experiência deva ser continuada e ampliada para um público maior. Como afirmam,

“Uma primeira dificuldade é que ele agora tem um caráter nacional. Antes era restrito a algumas regiões do país que priorizavam mais isso. As debilidades que ele tem: grupos pra organizar, a compreensão do papel do estágio, a financeira porque tem um custo alto, esclarecimento do papel do estágio, de como ele deve ser; uma série de debilidades organizacionais que geralmente a gente ouve, enfim...” (Militante da FEAB).

“Nós e o ministério da saúde queremos que se forme um profissional preparado para trabalhar no sistema único. O profissional não está preparado pra isso. Eles não sabem qual a função dos profissionais, como se organiza a unidade de saúde num hospital, às vezes ele até atrapalha, ele é um técnico. Então o ministério da saúde quer isso, colaborar na formação do profissional, ele quer um profissional que colabore com o sistema que ele tenta administrar como gestor federal. A nossa intenção é fazer isso tudo através dos estudantes, trazer gente da militância, apresentar a idéia que a gente tem de saúde. Então a gente acha também que não é só estudante da saúde que tem que fazer. Então a gente conseguiu vaga para estudantes de qualquer curso. Quem é usuário de saúde e não vai ser profissional também precisa conhecer o sistema, defender o sistema. Hoje em dia o pessoal fala: ‘ah, não quero ser atendido no SUS, eu quero particular’. A gente tem que mudar isso. Inclusive a gente tem que melhorar o SUS para que ele conquiste as pessoas. Então a gente conseguiu fazer essa integração no VER-SUS. Foi pequena, porque era uma ou duas vagas em dez, ou em vinte, dependendo do município, mas ela começou a acontecer. O estágio que a FEAB faz com o MST já é feito com vários cursos, não é só com a FEAB. Ele tem os seus próprios e tem os ampliados. Tem outras experiências que as executivas têm e eles vão colocando também e a gente vai tentando ampliar as vagas” (Militante da DENEM).

De fato, acreditamos que esta experiência esteja inserida num ideário do movimento onde a intervenção e o diálogo com a comunidade, com a sociedade, sejam elementos importantes. A prática de ações coletivas e organizadas com outros movimentos sociais estimula os estudantes, na medida em que realizam a experiência, para um tipo de participação baseada não no *convencimento* (muito

comum na prática das entidades), mas na *crítica* e no *discernimento*, fruto de uma relação mais horizontal e aberta entre o movimento e os próprios estudantes. Uma relação que diminui o ranço produzido por uma identidade militante muito identificada e representada pelo movimento estudantil tradicional atual.

Num contexto diferenciado, o movimento estudantil consegue traduzir sua pauta política de uma forma comunicativa, engajada e inserida numa demanda estudantil muito presente que é a da qualificação e formação profissional. Através dela, o movimento politiza e sensibiliza os estudantes para uma compreensão da realidade social de forma mais aprofundada e considerando elementos das duas realidades: a estudantil e a comunitária.

É neste sentido que consideramos essa experiência como pertencente à linhagem de uma dimensão do ideário do movimento estudantil que se faz muito presente em sua história: a dimensão da perspectiva popular e de intervenção. Se no passado, essa dimensão era “materializada”, expressa, através de práticas de alfabetização e de educação popular, de uma intervenção cultural de vanguarda, entre outras, hoje ela aparece transformada a partir da realização de outras experiências, como o estágio de vivência ou ainda as Bienais de Cultura e os CUCAs, por exemplo.

A compreensão do popular foi atualizada e revalorizada a partir das práticas acima citadas e o compromisso com os segmentos populares parece ter sido reiterado como uma questão importante para o movimento.

5.4. As dificuldades na militância: desafios a serem quebrados

O estudo da participação, em nossa compreensão, não pode limitar-se na análise de seus aspectos mais visíveis como, por exemplo, as formas de organização, o estabelecimento de parcerias, o grau de adesão por parte dos sujeitos envolvidos, entre outros; ou ainda, não pode centra-se meramente em seus aspectos positivos. Consideramos como fundamentalmente importante também, perceber os limites e as dificuldades que se apresentam nesse processo de contínua construção da militância. Neste sentido, os desafios e as dificuldades são, portanto, elementos importantes na análise de todo o processo participativo. Compreendê-los é perceber e analisar a questão da participação de forma integral.

Mas se os desafios em termos participativos são muitos, quando se associam à condição juvenil, parecem multiplicar-se. Neste espaço, queremos

destacar, a partir do relato de nossos entrevistados, algumas dificuldades que se colocam, cotidianamente, em seus percursos militantes.

Certamente a condição juvenil que se faz presente na realidade estudantil será um dos condicionantes de sua participação. O tempo, a insegurança frente ao futuro e à vida profissional, a relação com a família e os pares de amigos, são algumas das dificuldades observadas pelos militantes e que serão aqui refletidas.

O desafio de participar nas entidades e coletivos estudantis é atravessado, como nos afirmam alguns dos entrevistados, por diversas dificuldades que aparecem na dinâmica da própria militância; a questão do tempo (ou ausência dele) é uma delas.

A exigência por parte dos estudantes de uma dedicação quase que integral à vida militante, muitas vezes, os obriga a *abrir mão* de outros aspectos da vida juvenil e estudantil. A administração do tempo para as diferentes exigências da vida social acaba por sacrificar algumas dessas dimensões de âmbito pessoal. A ética militante parece se sobrepôr fortemente aos desejos de realização destes estudantes em outros campos vivenciais. A falta de tempo para acompanhar os estudos de maneira satisfatória, para se divertir, para desenvolver qualidades artísticas e pessoais, entre outros, está intimamente ligada a uma concepção de vida em que a política se coloca como central. Como nos afirma um dos entrevistados abaixo, “abrir mão da militância política é trair uma concepção de vida que você construiu”.

“Eu acho que existem outras questões que são concretas das dificuldades que é a questão de tempo. Então, realmente, é muito difícil. Esse semestre, por exemplo, eu vou participar em metade das disciplinas que eu me matriculei. Conseguir dar conta da vida acadêmica, pessoal, política, familiar... a vida política toma um espaço muito grande, mas toma um espaço muito grande porque as concepções políticas que você adquire, que você constrói dentro de seu processo de militância, elas se tornam concepções de vida. Então abrir mão de uma militância política é trair uma concepção de vida que você construiu nesse processo. Então o tempo é uma coisa muito forte” (Militante do coletivo GLBT).

“Dificuldades no âmbito pessoal. Quero desenvolver o meu lado artístico: quero fazer teatro, escrever, escrever peças de teatro que é uma coisa que eu me interessa. Eu tenho uma banda que eu toco e queria desenvolver mais esse lado da música também... e o CUCA é um negócio que vai no mesmo ritmo do movimento estudantil. Era aquilo que estava te falando. E o movimento estudantil é uma entrega muito grande, as pessoas se entregam de uma maneira muito grande. Então mesmo no CUCA existe aquele problema que eu estava te falando de você ter que largar uma série de coisas pra você fazer aquilo. Então isso é uma coisa que me deixa mal mesmo. Você não conseguir ter tempo de escrever uma peça de teatro porque você tem que escrever um manifesto que vai ser lido na Bienal, entendeu? Escrever um

artigo sobre a política cultural brasileira, um documento que vai ser de discussão no seminário. Então você nunca tem tempo para desenvolver um trabalho que é mais artístico propriamente dito. Isso para mim é a coisa que mais tem me pegado porque é uma dedicação também incrível que você precisa ter. Porque você tem um espaço cultural para dirigir, que é uma coisa que se você tivesse só isso pra fazer na vida já seria monstruoso. Além disso você tem que construir um movimento nacional em torno da cultura, tem que acompanhar a política cultural brasileira junto ao ministério. Quer dizer, é uma coisa... Além disso você tem que ter um tempo pra você fazer a sua produção própria, de você ter a sua peça de teatro, a sua banda. Essa é a maior dificuldade. Por exemplo, tem muitos momentos que eu penso em sair... ah, eu vou dar aula num desses cursos de teatro, prefiro dar aulas, com horários definidos. Eu vou entrar tal hora e sair tal hora e depois daquilo eu só vou fazer teatro que também é um idealismo, eu não sei se dar pra viver desse jeito. Então tem hora que eu penso em desistir. Mas ao mesmo tempo é muito potencial que tem” (Militante do CUCA de São Paulo).

Muitas vezes o sacrifício da vida pessoal se apresenta e se expressa também pela ausência de uma vida familiar mais participativa. As viagens, as reuniões e os vários compromissos políticos são questões fortemente presentes na vida dos militantes que acabam por tentar se adaptar às cobranças familiares.

Outra relação que sofre com a dinâmica da vida militante é a relação com os amigos. A mudança de hábitos, a priorização de outras redes e interesses e o próprio surgimento de outras amizades que se formam e se fortalecem no campo da militância, são alguns dos desafios colocados para os estudantes que optam por uma profunda inserção política.

As cobranças familiares em torno da trajetória dos militantes acabam por esbarrar, muitas vezes, em diferenças tanto de cunho político como geracional, exigindo dos estudantes uma postura firme frente às suas opções. As preocupações em torno da vida escolar e profissional também tornam-se pertinentes no universo familiar como podemos perceber abaixo,

“Primeiro, as cobranças da própria sociedade, da família, dos amigos, porque eu sempre fui boa aluna e isso se refletiu muito na universidade: eu faltando muito as aulas... Eu tenho até uma teoria: que impuseram pra nossa geração a sensação de que tudo já estava conquistado. Isso é muito difícil, porque você passar os melhores anos da sua vida, militando, em reuniões, deixando de ir a festas por conta de algum evento, dedicar tudo isso pra construção de uma coisa que as pessoas dizem que já foram conquistadas – a democracia e a liberdade – isso fica mais difícil. Hoje é muito mais difícil de fazer movimento estudantil. Essa invisibilidade do adversário. Um sistema totalmente falido, você anda nas ruas, na TV... Minha família me apoia mas também me questiona muito, pela dificuldade de me manter em Recife. Querem que eu me forme logo, passe num concurso... e os próprios colegas de turma que dizem ‘ah, você não vem à aula e fica ocupando a vaga de alguém que podia estar estudando” (Militante da UNE).

“Eu acredito que a militância é fantástica. Quanto mais você milita, mais enfim... mas é claro que as dificuldades são muitas. Você tem que se prender de várias coisas como festas... quer dizer, você não vai fazer tudo aquilo que você fazia antes. Você tem que se desprender um pouco da família, mudar um pouco os hábitos dos amigos, ficar mais com os colegas militantes... limitações na área dos estudos técnicos da universidade e também nos estudos políticos, porque quanto mais você entende a militância e quanto mais você milita, mais você percebe que precisa estudar mais. E tenho dificuldades nesse sentido. E tem as coisas da família que às vezes pesa também. (...)Eu não diria que a gente abre mão do lado pessoal porque você conhece várias outras pessoas extraordinárias, agora aquele círculo de amigos antigos do segundo grau, aquelas festas que você fazia antes, as conversas que acabam se diferenciando, os valores, tudo isso muda. Isso tudo em certa medida você perde. Você cresce, mas perde essas coisas. A história da família você é cobrado por não estar perto, você é cobrado por alguns amigos. Mas por outro lado você conhece outras pessoas tão igualmente fantásticas nessa militância. As relações mudam” (Militante da FEAB).

“A principal dificuldade é ter um fim-de-semana livre, algum fim-de-semana que não tenha nada. Mas o meu problema mesmo tá muito relacionado com a minha família. Existe uma cobrança muito grande porque eu já sou formada em um curso e eu optei por não seguir a carreira de jornalista – eu poderia estar trabalhando em qualquer redação – mas eu optei por não fazer isso. Então isso na minha família é muito difícil de compreender. Porque eu faço outro curso, continuo militando até hoje, me sustentando como dá, do jeito que eu consigo, sem depender deles porque daí já era demais, mas a principal dificuldade vem daí eu acho” (Militante feminista de São Paulo).

A insegurança frente ao futuro profissional e todas as cobranças advindas dos familiares, dos pares, dos professores são questões difíceis de serem absorvidas com tranquilidade pelos militantes que não conseguem deixar de compreender a política como eixo central de suas vidas. Esta última produz subjetividades, constrói formas próprias de sociabilidade em que estes militantes estão profundamente envolvidos e inseridos de maneira a ser inútil qualquer tentativa de exclusão desta dimensão em detrimento de outra. A questão que se coloca é de como conciliar a militância política à vida acadêmica e profissional sem prejuízos.

De fato, a questão do futuro profissional acaba tendo um relevante peso na trajetória destes jovens quando interpelados sobre a priorização da dimensão militante em suas vidas. Uma das discussões acerca da questão juvenil na modernidade é a sua compreensão enquanto momento de transição, de suspensão e adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação, o que Erickson (1976) chamaria de “moratória”. Como afirma Abramo (2005:41), “um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para o exercício futuro dessas dimensões da cidadania”.

A experiência universitária e sua vivência integral estão inseridas nessa compreensão de suspensão dos deveres da produção; um período de preparação e formação para a vida adulta. No entanto, a realidade da grande maioria dos jovens brasileiros não permite que essa moratória seja, de fato, “utilizada”. As questões de cunho econômico e social e as cobranças advindas destes condicionamentos pressionam os militantes para uma postura de conciliação da militância com as obrigações de trabalho profissional. E ainda que para uma parcela destes militantes esse período seja encarado como um tempo de simples aprendizado, as cobranças tanto da família, como dos amigos e de si próprios para as questões de cunho profissional estão presentes. Como relatam alguns dos entrevistados,

“Tem também a questão de perspectiva de futuro. Enquanto várias pessoas de minha sala estão tendo uma formação super excelente, estão fazendo estágio, estão tendo uma perspectiva de trabalho e renda muito clara, a minha perspectiva está meio nebulosa por conta de minha militância. Isso eu acho que é uma dificuldade para muitas pessoas, não só para mim. E então eu acho que é isso: a questão de dinheiro e de tempo. A questão de dinheiro não só por isso, pela questão de futuro, mas também como agora. Hoje eu trabalho muito menos que antes. Eu tenho muito menos dinheiro, para sair, para fazer as minhas coisas e isso também é uma dificuldade de lidar. Até de como fazer as próprias coisas do movimento: você tira dinheiro do próprio bolso, um dinheiro que você não tem, essas coisas” (Militante do coletivo GLBT).

“Bom, vou falar aquela dificuldade mais óbvia que existe que é que o movimento estudantil lhe suga. E isso é uma coisa complicada. É uma relação diferente que você tem... E o povo às vezes pergunta se eu trabalho e eu respondo que trabalho muito e não ganho nada. Isso é complicado. Você tem que está ali todo dia, nos finais de semana; faz tempo que eu não tenho um final de semana de folga. Só feriado e reveillon que ninguém faz nada. Mas eu faço isso e não ganho nada. E você sabe que tem várias cobranças sociais – e eu não digo nem dos meus pais... mas as pessoas sempre perguntam quando é que eu vou tomar um rumo na vida. E para mim está claro o rumo da minha vida, só que não é esse rumo tão ortodoxo como as pessoas esperam. Essa relação de militância também é um pouco complicada porque nessa relação acabam também explorando a gente. Você vê nos congressos que a gente realiza. Muitas vezes a gente fica oito dias trabalhando direto e dormindo um, duas horas por noite, sem parar, em reunião, sem conversa e fazendo coisas, ninguém fica à toa. E aí você pode dizer porque a gente faz isso... Foi assim que a gente aprendeu a fazer. Mas eu acho essa relação com a militância muito complicada. Teria que por um limite nisso. É muita falta de organização, muita falta de recursos mesmo... Aí você viaja de ônibus dias, passa mal, fica doente... enfim, é muito complicado...” (Militante da ENECOS).

A estrutura universitária também foi uma das dificuldades lembradas pelos militantes e aqui as questões identitárias e de pertencimento tornam-se fortemente

associadas. Os militantes estudantis não se sentem, muitas vezes, acolhidos por seus pares e professores que não se identificam e não compreendem a dinâmica e exigência militantes. Neste sentido, como realça um dos entrevistados, “*a universidade faz de tudo para que você não milite*”. Além disso, a estrutura não favorece toda e qualquer forma de organização política – incluso a estudantil – por sua forte fragmentação, segmentação e pouca comunicação entre os diferentes setores organizados. Como nos diz uma das militantes,

“Olha, dificuldades na própria universidade... A universidade faz de tudo pra que você não milite...Então os professores acham ruim se você deixa de ir para aula para fazer militância, reclamam de maneira pejorativa dentro da sala de aula... E essa é uma racionalidade que também acaba atingindo outros estudantes que começam a achar ruim que você frequente e faça parte do movimento. Então, começam a te cobrar muito mais: o que ninguém faz nas disciplinas você tem que fazer. Então isso é bem cruel” (Militante feminista de Brasília).

Por fim, novamente as questões identitárias – colocadas aqui através de outro prisma – voltam a ser mencionadas como dificuldades a serem superadas na trajetória militante. Reflexos de uma sociedade conservadora, a universidade e o próprio movimento estudantil reproduzem preconceitos e discriminações relativos a questões raciais, de classe e de gênero entre os militantes. A legitimação ou valorização da militância política condicionada, por exemplo, às questões de gênero, pelo movimento estudantil, expressa a realidade de um espaço fortemente opressor.

A minimização da participação das mulheres, a ridicularização pelos militantes e a não compreensão das questões de cunho de orientação sexual e as próprias dificuldades organizativas que não se preocupam em incluir o estudante trabalhador são alguns exemplos desta realidade que oprime e desestimula parcela dos militantes, e que são destacados nos relatos abaixo, como podemos verificar:

“Outra dificuldade que para mim como mulher sempre esteve presente foi a dificuldade de ser respeitada, como militante, como ator político. Muitas vezes a minha militância era vista como brincadeira, como se para mim isso fosse menos sério do que para os militantes homens. Então, ah, é por causa do namorado... Não, é por causa do pai dela... Ou então assim, nunca era por mim mesma. Sempre era por causa dos outros. Então isso sempre foi uma coisa que tentava me desestimular. Então eu acho que essa foi uma das principais dificuldades que enfrentei” (Militante feminista de Brasília).

“Uma dificuldade que tive bem grande nessa época é que eu já era assumida, já tinha assumido minha homossexualidade – minha bissexualidade, na real, mas na época eu achava que era homossexualidade – e aí umas amigas minhas vieram me reclamar de um professor que estava tirando sarro delas

em sala de aula. Aí elas vieram atrás de mim para que eu levasse para o centro acadêmico pra que a gente se posicionasse oficialmente com relação ao assunto, defendendo, sei lá, pedindo sindicância, enfim. E aí eu levei isso pra reunião e aí eu fui muito humilhada nessa reunião. Eles disseram que o centro acadêmico não tem que se posicionar frente a estes assuntos que isso era papel de outros movimentos e que se eu quisesse discutir isso era para mim montar um outro grupo além do grupo de anarquistas... e falaram isso com ironia e tal. E ainda falaram que esse tipo de assunto não era para trazer para o centro acadêmico, era para mim resolver no nível pessoal. Então disseram que eu fosse procurar um psicólogo para resolver esse problema e que eles não têm que resolver isso. E aí foi um embate muito grande, e eu quis abandonar o centro acadêmico por causa disso, por conta desse tipo de atrito” (Militante do coletivo GLBT).

“Eu acho que tem um problema que é – e eu vivi isso bastante – que o movimento estudantil, por suas características, ele é um movimento opressor. Ele oprime as mulheres, oprime os que tem uma opção sexual diferente, e oprime o jovem que não é de classe média. É quase impossível que o jovem trabalhador participe das instâncias do movimento estudantil. A minha história é bastante diferente. Não que seja um problema o fato de que os companheiros que tenham uma condição social maior militem. Esse não é o problema. Eles fazem uma opção que é acertada do meu ponto de vista, defender a universidade e tal. E eu acho que essa opressão é até meio que involuntária. Para mim, as dificuldades que eu tive foi de além de ser de uma origem social mais baixa – minha mãe, meu pai sempre precisaram trabalhar desde cedo –, inclusive essa minha gestão na UNE foi bastante complicada também por isso. Eu não posso contar com minha mãe e pai para me sustentar. Ou eu tenho condições de seguir as minhas próprias coisas ou não tenho. Inclusive, muitas vezes é o inverso. Muitas vezes eu estou bancando a minha família e tal. Então, eu acho que essa é uma das grandes dificuldades. É lógico que tem outras... Mesmo nas universidades, no trato com as direções nas universidades, o fato de ser negro, jovem, tudo isso acaba sendo obstáculo no movimento. Agora eu acho que muitos companheiros e companheiras que tem a mesma situação que a minha vão, vão, vão, e depois param e vão para casa. Isso eu acho que é ruim. Eu acho que tem que encarar o desafio e ir em frente. O movimento estudantil universitário vive as contradições da universidade, que por sua vez, vive as contradições da sociedade. Então tem preconceito na universidade, no movimento estudantil, tem diferença de classe social que pesa muito também. Mas a gente vai tocando, vai empurrando” (Militante da UNE).

“Outro problema é o fato de ser mulher. Isso é uma barreira difícil que eu enfrentei lá na minha faculdade – que é muito conservadora, machista – e pelo de ser do nordeste também. Os movimentos são mais visíveis no sul e sudeste. Além disso, também tem o fato de ser do campo político que eu faço parte. Existe uma cobrança muito grande” (Militante da UNE).

As dificuldades encontradas na militância são, desta forma, expressas pelos estudantes que querem continuar suas trajetórias de intervenção política e social. Para estes, participar de uma organização coletiva e de intervenção política é a possibilidade de realizar uma experiência de resistência cada vez menos

valorizada. É também compreender, como nos diz Melucci (1997:9), que, atualmente, a experiência se torna cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos. A inserção universitária – com todas as suas dimensões – caracterizada pela transitoriedade deve, portanto, ser ao máximo aproveitada, vivida, pensam os militantes, apesar das contradições e adversidades.

5.5. Movimento estudantil e juventude: essa coisa tem liga?

O movimento estudantil, uma especificidade do movimento juvenil, tem uma importância crucial na problematização e na visibilidade da própria juventude enquanto categoria. Sua atuação no Brasil e em outras partes do mundo, como vimos no capítulo 2, fez realçar e fortalecer a temática do protagonismo juvenil tanto nas discussões do meio acadêmico como na sociedade em geral.

No Brasil, como já assinalamos, o movimento estudantil foi o primeiro ator juvenil de grande expressão tornando-se um paradigma em termos de participação política e cultural da juventude neste país. A categoria estudantil era, portanto, a que mais conseguia expressar o ideário e a representação juvenil. Ser jovem, de fato, era ser estudante¹⁴³.

No entanto, a especificidade de sua atuação e o espaço social em que está inserido (a universidade, o contato com os professores, entre outros), muitas vezes se sobrepôs à condição juvenil como importante marca identitária e realçou outras dimensões e características suas enquanto ator social. Foracchi, por exemplo, como já assinalamos, considerava que o movimento estudantil “enquanto movimento

¹⁴³ Esta colagem das categorias estudantil e juvenil, ainda que diluída atualmente pela percepção e compreensão da existência de outros grupos e setores juvenis de visibilidade, permanece na representação de muitos dos militantes que quando perguntados acerca de seu papel social, automaticamente se remetem à uma associação com a condição juvenil. Posteriormente, levantaremos essa questão de modo mais aprofundada, porém, queremos registrar, a partir do relato de um dos militantes, essa representação: “O estudante historicamente é um transformador da história do Brasil. Sempre a juventude nos principais momentos está presente. A eleição do Lula é um exemplo disso. O eleitorado maior do Lula está entre os jovens. O Impeachment do Collor é uma prova disso. Eu acho que o jovem tem um olho no futuro, que só o jovem pode ter. Então o estudante tem um olho no futuro, tem disposição pra brigar, sabe...sempre os estudantes vão esta na frente” (Militante da UNE).

político e ideológico é, em contraste, um movimento adulto que contesta em termos adultos, as alternativas propostas pela sociedade” (1972:92). Ou seja, o movimento acaba por se diferenciar de outros movimentos de juventude por sua especificidade, permitindo, a depender da situação, um maior ou menor realce de sua marca e identidade juvenil perante os outros movimentos e segmentos de juventude.

De fato, se o movimento estudantil é e se considera um importante movimento juvenil, nem sempre ele consegue estabelecer (sem a sempre presente ambiguidade) uma interlocução mais efetiva de parceria com outros movimentos e segmentos de juventude. A linguagem política, os rituais específicos, as demandas e as questões de identidade e trajetória política são alguns elementos que tornam essa comunicação mais “*truncada*”, mas difícil, porém, não impossível.

Neste tópico queremos analisar a representação que os militantes têm da juventude, dos estudantes e da relação do movimento estudantil com outros segmentos juvenis. Que fronteiras existem entre os dois movimentos? Que elementos da identidade juvenil, presentes no movimento estudantil, podem ser catalizadores de uma articulação e aproximação entre os dois movimentos? Estas são, portanto, algumas das questões que queremos refletir.

Primeiramente, queremos “*desatar o nó*” desta relação, tão importante e significativa, quanto conflituosa. De fato, os estudantes compreendem que sua atuação está permeada por uma série de tradições simbólicas e condições sociais que permitem afirmar-se e identificar-se enquanto movimento juvenil. A condição de transitoriedade, da suspensão dos direitos e deveres no campo da produção (como refletido anteriormente), a própria representação que fazem do movimento em termos de ideário (sempre associando os estudantes a um caráter expressivo da juventude), são alguns desses elementos que reforçam e reafirmam esta compreensão.

Por outro lado, o seu forte histórico de participação social no âmbito da educação e o fato de estar inserido num espaço demarcado por discussões e atores políticos pertencentes a um mundo marcadamente institucionalizado, os afasta de outros movimentos juvenis, dificultando uma maior interlocução entre os mesmos. Além disso, às vezes, o intercruzamento de identidades nem sempre prioriza a questão juvenil como importante, como nos diz um dos militantes,

“É a história de vivência exclusiva para dentro da universidade que aquela juventude que ali está, por mais diversidade que ela congregue, dentro da universidade mesmo, nunca vai ser capaz de vivenciar a realidade de quem está fora, da juventude trabalhadora que abandonou os estudos porque tinha que estudar; a juventude do campo, enfim. Isso acaba limitando um pouco

aonde a gente poderia chegar, um pouco a visão de mundo que a gente pode construir e para ir se fortalecendo também, porque são setores que tem parte na luta que a gente está. (...) Agora, aqui, dentro da USP, mais especificamente, parece que a gente não... a gente prefere ter uma relação muito mais forte com os docentes do que com o resto dos movimentos de juventude, como se déssemos um status a mais, nos qualificássemos mais como universitários se relacionando com o movimento de docentes ou com outras entidades científicas do que com os movimentos de juventude.” (Militante do coletivo GLBT).

Como assinalamos, as questões específicas do mundo universitário limitam a vivência dos estudantes e sua articulação com outros grupos juvenis que se situam em uma diferente realidade, em outros espaços sociais. Mas o que poderia ser um empecilho no diálogo e relação entre o movimento estudantil e as outras juventudes, pode também ser um pretexto para a sua aproximação. A compreensão de que a pauta da educação e da defesa da universidade brasileira não interessa somente aos estudantes (e nem lhes é exclusiva), mas também a uma parte significativa de jovens, pode ser uma maneira de iniciar um contato que vem se estabelecendo de forma muito tímida e ainda em espaços muito formais, como veremos posteriormente.

Um dos militantes considera que uma aproximação do movimento estudantil com outros segmentos da juventude fortaleceria a própria pauta dos estudantes, na medida em que ganharia a adesão destes últimos. Para ele,

“Então, a gente acha que o movimento estudantil, deve se relacionar com muitos movimentos sociais, especialmente os da juventude. Porque a gente tem muita dificuldade de ver o movimento estudantil como um movimento de juventude e aí se fecha na universidade isso é muito ruim para um movimento que teria capacidade de ser de massa. E se o movimento conseguir se perceber como um movimento de juventude, se relacionar com a juventude trabalhadora da CUT, com a juventude sem terra do MST, com a juventude feminista, com a juventude GLBT, isso vai fortalecer, necessariamente, inclusive a luta em defesa da educação. Porque todos esses setores têm interesse em defender a universidade pública. Seja porque querem ter acesso a ela, seja porque o que está sendo produzido ali lhes interessa. Então, o movimento precisa, necessariamente, conviver e dialogar com esses outros setores, entendendo que a nossa luta é nossa, que a luta deles é deles, mas que na perspectiva da transformação social é importante que a gente tenha uma compreensão mais geral desse todo” (Militante do coletivo GLBT).

De fato, torna-se visível a dificuldade do movimento estudantil em dialogar e estabelecer uma relação de maior afinidade com outros segmentos juvenis. As diferenças de linguagem entre o movimento estudantil (este, muitas vezes com um

discurso mais formal) e os outros grupos são um dos empecilhos no estabelecimento desse processo comunicativo. São diversas as trajetórias, as concepções acerca da política, as estratégias usadas para levar a cabo suas bandeiras de luta, e nesse sentido, nem sempre o esforço de aproximação entre os mesmos, pela consciência de sua importância, é suficiente para que essa aproximação se realize. Como realçam alguns dos militantes entrevistados,

“Não, mas é uma falha. Não é que a gente não ache importante. Mas é que não temos uma coordenação específica de políticas de juventude nacionalmente e nem estudantes de medicina que em geral façam esse contato. Temos alguns centros acadêmicos que compõem o movimento de juventude, o movimento negro, por exemplo, mas isso não está presente dentro da executiva, em reunião, em discussão, não está. As vezes só como informe, aconteceu, vai acontecer... mas não é nosso, não é próprio” (Militante da DENEM).

“Isso é ruim. Nisso nós somos maus. Mas é isso. Não é uma decisão política de não se relacionar. Mas também não tem uma decisão política de se relacionar. Porque a nossa pauta... a gente é muito engolido por ela. Mas não tem justificativa, está errado. Mas a gente tem conseguido. No último congresso da UNE a gente teve uma discussão sobre o movimento hip hop, tem tido mais relação com outros movimentos culturais... Mas ainda é escasso. Eu acho que a gente precisa amadurecer isso na UNE. Eu acho que a criação de algumas diretorias na UNE vai facilitar isso, a nossa relação com as outras juventudes. A nossa participação na Central de Movimentos Sociais tem nos aproximado da juventude operária, a juventude do MST, mas ainda é muito incipiente. Mas eu acho que isso a gente tem que ter uma visão política concreta de conseguir se relacionar. Mas não é uma coisa que... O Conselho Nacional de Juventude também vai facilitar um pouco nisso. É uma visão política que a gente tem que ter com mais força. Nós estamos mal nisso aí” (Militante da UNE).

Mas se as dificuldades relativas às diferenças e dinâmicas de cada um dos movimentos são concretas, aos poucos, surge um processo de aproximação que se dá a partir do surgimento de vários espaços institucionalizados. Estes espaços acabam, ainda que indiretamente, favorecendo um contato entre os diferentes grupos juvenis que, dispersos em suas lutas, começam a realizar ações conjuntas. Desta forma, dois deles tem sido de fundamental importância no processo de estreitamento de laços, de estabelecimento de parcerias e de diálogos: a Central de Movimentos Sociais e o Conselho Nacional de Juventude.

O primeiro, organizado principalmente pelo MST, a CUT, a Marcha Mundial das Mulheres e a UNE, tem sido um relevante espaço de organização entre as diversas juventudes pertencentes a essas entidades que começam a se (re)conhecer num projeto de militância e luta comuns. Neste espaço, as juventudes discutem

ações e projetos coletivos, realizam debates sobre protagonismo juvenil¹⁴⁴ e promovem uma dinâmica onde o reconhecimento e o sentimento de pertença relativos à uma identidade sejam fortalecidos.

O segundo, advindo de uma série de discussões acerca da institucionalização de políticas públicas de juventude no país, o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) vem sendo um espaço articulador da luta juvenil no que diz respeito a reivindicação e garantia de direitos. Inicialmente, organizados através do Projeto Juventude¹⁴⁵ – espaço que formulou uma proposta oficial sobre o tema das políticas públicas – os movimentos juvenis continuaram seu processo de articulação através da reivindicação e participação no recém-criado Conselho Nacional de Juventude. Através deste processo os estudantes se inseriram num debate – quase nunca realizado por eles – sobre a realidade juvenil no país e incorporaram vários elementos importantes em seu discurso. A apropriação na retórica de dados estatísticos advindos de pesquisas nacionais em torno da condição juvenil é um reflexo desse processo que tem sido enriquecedor para os estudantes. Como nos dizem os entrevistados abaixo,

“Eu sou um forte defensor da CMS. Eu acho que a gente vive numa realidade política que é... A globalização não é só a globalização da informação e do mercado. É também a globalização dos mecanismos de opressão e tudo mais. Então, é aquela história do Fórum Social Mundial – que eu também sou grande defensor – contra a globalização capitalista. E eu acho que não dá mais para os movimentos sociais acharem que vão fazer qualquer coisa sozinhos. Então eu acho fundamental a relação... Hoje a CMS tem quatro entidades que são fundamentais para a sobrevivência dela: a CUT, o MST, a UNE e a Marcha Mundial de Mulheres. São as quatro entidades que seguram a CMS. Tem outras... Tem o movimento indigenista, o movimento hip hop, tem muitas outras. Tem as pastorais de juventude, as comunidades eclesiais de base, tem outras coisas na CMS. O que eu acho fundamental aí são essas quatro entidades de peso. E não tem como você fazer hoje uma ofensiva dos

¹⁴⁴ Em junho de 2006 foi realizado o I Seminário sobre Juventude organizado pela CMS. A educação pública, gratuita e de qualidade para todos; trabalho e renda no campo e na cidade; a criminalização da homofobia, a garantia dos direitos sexuais/ reprodutivos e o fortalecimento da luta anti-imperialista, contra o modelo neoliberal, foram algumas das bandeiras coletivas de luta ali ratificadas. Ver: www.brasilefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-06-14.6900014360.

¹⁴⁵ Como destacado pelos próprios organizadores deste projeto, o mesmo “pretende contribuir para que os próprios atores juvenis tenham peso decisivo em todas as mobilizações a serem articuladas no âmbito da sociedade civil e na elaboração das políticas públicas que contemplem temas como: trabalho e renda, educação, saúde, cultura, lazer, esportes, sexualidade, direitos, participação, segurança e demais exigências de uma vida digna. Nossa meta é projetar a questão dos jovens e suas urgências *como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações surgidas na própria sociedade civil*”.

Ver mais: http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/projeto_int8803.html.

movimentos sociais sem união. Tanto é que no ano passado nós fizemos o I Encontro Nacional de Estudantes por Trabalho, Educação e Reforma Agrária. Foi construído pela UNE, pela juventude da CUT e a juventude do MST. E teve uma participação um pouco menor mas também teve a participação da juventude da Marcha Mundial das Mulheres. E foi super produtivo esse encontro. Principalmente na questão de união desses movimentos para ações conjuntas (Militante do coletivo GLBT).

“Olha, hoje tem as famosas políticas públicas para juventude no governo Lula, quer dizer, teve o Projeto Juventude organizado pelo Instituto Cidadania que reuniu várias entidades de juventude. Então desde a UNE, passando pelas pastorais de juventude, várias e várias organizações foram envolvidas nesse processo. E aí teve a Conferência Nacional de Juventude há pouco tempo atrás, o movimento hip hop participou, a pluralidade do movimento de juventude estava lá. E agora esse governo está tentando institucionalizar um Conselho de Juventude. Esses têm sido os espaços de interlocução; são espaços muito mais institucionais do que de iniciativa do próprio movimento estudantil de dialogar com outros movimentos de juventude” (Militante feminista de Brasília).

“Então, a pauta de juventude tomou conta – e aí eu vou falar da UNE – de diversos grupos políticos. E começou-se a discutir principalmente a questão das políticas públicas da juventude. Através das PPJs a UNE começou a ter uma relação com outros movimentos juvenis. Existem diferenças, óbvio, por ser uma entidade de caráter proporcional, mas todos os grupos participam disso. Então, ano passado a UNE fez um encontro chamado de Diálogos Juvenis e aí chamou várias entidades de juventude para ir lá, conversar. Deu pra perceber que a juventude estava organizada. E se começou a criar uma pauta da juventude. Isso foi uma iniciativa importante que deu muito caldo pra se relacionar. (...) Nesse fórum onde a UNE é mais uma entidade – junto com o movimento hip hop, tem tudo o que você imaginar. É impressionante. E vem tendo um grau de unidade política, uma plataforma política que ainda está muito centralizada numa ação de projeto para o governo federal. (...) Eu acho – não querendo ser hegemomista – que o movimento estudantil tem a capacidade de ser o catalisador disso, por seu histórico. Se ele adaptar sua linguagem ele pode ser um catalisador nessa ação porque é o movimento de juventude mais organizado. Não dirigente político do negócio, mas catalisador: impulsionar, incentivar, empurrar tudo aquilo sem cobrar para uma hegemonia da pauta do movimento estudantil. E é dessa forma que eu e outros diretores atuamos nessa relação com os outros movimentos juvenis. Eu acho fundamental no próximo período o fortalecimento desse diálogo. Saiu, né? Já somos o Fórum Nacional de Organizações e Movimentos Juvenis” (Militante da UNE).

Assim, ainda que num processo lento de reconhecimento, apropriação do discurso e priorização da pauta, o movimento estudantil começa a incorporar a discussão juvenil em seus fóruns e a participar com maior frequência dos espaços articuladores dos segmentos de juventude. As lutas em torno das questões juvenis e a própria militância destes jovens têm sido o maior fator de aproximação, de congruência de interesses. Os estudantes parecem perceber que o diálogo com as outras juventudes é enriquecedor para o próprio movimento que passa a se rever,

se reconhecer, a partir do contato com outros jovens. Os espaços de articulação tornam-se espelhos onde o movimento estudantil pode se perceber no diálogo com os outros.

A realização do evento “Diálogos Juvenis” organizado pela UNE foi um reflexo dessa percepção; do sentimento de que é necessário aprofundar esses laços que foram construídos em outros espaços. Se no início, a articulação e o encontro dessas diferentes juventudes foram contingenciais, organizados pela necessidade de discussão de uma pauta que colocava a questão das políticas públicas de juventude como central, hoje essa articulação parece se manter independentemente da existência deste fórum e para além do mesmo.

Assim, a luta organiza, a partir das necessidades, os estudantes e as outras juventudes. As diferenças entre estes são motivos de impasses e de enriquecimento da experiência. Se por um lado, nem sempre há consenso entre os mesmos na forma de perceber o mundo e a política, por outro, fica cada vez mais forte a percepção de que é necessário se organizar a partir daquilo que unifica: a difícil realidade da juventude brasileira. A questão do desemprego, da carência de espaços públicos de lazer, da diminuição da qualidade da educação, do precário atendimento no campo da saúde, da pobreza que afeta uma maioria de jovens e adolescentes, são alguns pontos que preocupam as diferentes juventudes organizadas.

“Olha, aí eu vou entrar naquilo da concepção de juventude. Eu acho que todas as organizações que tem uma ação concreta hoje, percebem a importância da juventude. A juventude é um momento, como eu já falei, é o período entre a infância e a fase adulta, onde você toma as decisões que vão valer para a vida inteira. É nesse período que o cara tem a ação concreta de decidir de que lado vai estar e ter a capacidade, o impulso, a iniciativa (que não necessariamente é contestador e de esquerda). Mas é o momento em que você tem um grande impulso para as grandes decisões. Então eu acho que ela tem um papel fundamental nas mobilizações para se ter ações concretas pra melhoria de vida, de emprego...os dados dizem que a juventude é o setor que mais sofre com o desemprego, com a recessão, com as consequências do modelo neoliberal. Isso dá a capacidade dela sentir na pele e lutar. Ela vive mais a realidade concreta do que os outros. Então ela tem um papel fundamental na luta política desse país. Então eu vejo como o setor mais afetado da sociedade, à margem. Hoje a juventude não tem tempo livre. O tempo livre da juventude é privatizado, é ir ao cinema que tem que pagar, ir para o clube que tem que pagar. As condições são tão ruins. A juventude do Brasil é a segunda mais pessimista do mundo. Só perde para a Colômbia. 7 em cada 10 jovens acham que sua vida vai ser pior do que era antes. É um dado da UNICEF. Eu acho que ela tem uma grande capacidade mobilizadora, mas tem que organizar. Hoje, a partir dos dados do Projeto Juventude, 13% da juventude está organizada de alguma forma. Para mim esse dado é muito significativo da sociedade em que vivemos” (Militante da UNE).

A compreensão da necessidade de uma luta coletiva de caráter globalizado por parte destes movimentos também tem sido um importante fator na união de forças. A presença dos estudantes em encontros internacionais que possibilitam o encontro com diferentes organizações e expressões juvenis tem possibilitado a realização de experiências que reforçam o ideário de lutas do movimento estudantil e a necessidade de uma articulação mais premente com estes movimentos de juventude. Se a luta dos estudantes, tão analisada anteriormente, se insere num contexto especificamente nacional, ela também se potencializa num contexto global, discutindo e realizando ações que preocupam estes mesmos jovens; se a preocupação com a realidade local é importante, esta não está descolada de um contexto mundial, onde a realização de ações coletivas transnacionais se torna cada vez mais necessárias.

Portanto, inter cruzam-se interesses e pautas de caráter local e global no emaranhado das ações juvenis e estudantis. Neste sentido, espaços como o Fórum Social Mundial (e em especial, o Acampamento da Juventude), o Festival Mundial da Juventude, entre outros, transformam-se em espaços potenciais de uma ação mais integrada entre os estudantes e os outros segmentos juvenis.

De fato, o movimento estudantil possui uma tradição internacionalista forte. Sua intervenção caracterizada, principalmente, por uma postura de solidariedade a grandes temas mundiais é uma de suas marcas. No contexto atual, o movimento estudantil amplia esta postura incorporando o discurso do combate à globalização capitalista, ao neoliberalismo e à guerra, como relatam alguns de nossos entrevistados.

“A nossa participação no FSM ainda não é muito boa, mas... porque o FSM acabou ficando uma coisa das organizações políticas. Mas a UNE sempre participa das mesas grandes do fórum, do comitê, da organização do acampamento. A UNE participa da Federação Mundial das Juventudes Democráticas, a FMJD, e participou do Festival Mundial da Juventude na Venezuela. A UNE contribui bem com o debate. Acho que temos uma contribuição muito boa também dentro da OCLAE e uma inserção forte também internacionalmente no movimento anti-globalização, contra o imperialismo” (Militante da UNE).

“A UNE faz parte do comitê organizador do Fórum Social Mundial, teve sua ação nele, participa da Organização Caribenha e Latino-Americana de estudantes, faz suas mobilizações de caráter internacional como vai ser agora no dia 17 de novembro que é o dia internacional do estudante; teve uma ação no FSM do Encontro Internacional de Estudantes. Tem muitas articulações em nível de América Latina. A UNE participou e foi uma das entidades indicadas pra participar da organização do plebiscito do Chavez” (Militante da UNE).

“Sim, o movimento estudantil tem feito isso sim. Principalmente no que diz respeito à guerra o Iraque, à ofensiva dos Estados Unidos, eu acho que o movimento estudantil conseguiu dialogar com um setor dos estudantes que ele não dialogava. Ele tem bastante dificuldade de dialogar. Então, por exemplo, quando teve a reunião do BID no Ceará, em 2001, o movimento estudantil do Ceará foi o principal movimento social que contestou com manifestações de rua. Foi um ato, uma radicalidade bastante incisiva. Nas manifestações contra a guerra também o movimento estudantil teve um papel importante. Eu acho que isso, essa coisa de lutar contra o capitalismo, essa coisa de lutar contra a globalização é onde o movimento estudantil tem mais unidade e onde ele se apresentou com um potencial de luta bastante grande. Então, acho que segue. A UNE tem acompanhado de perto o governo da Venezuela, de Cuba. A UNE que é filiada à OCLAE que é uma organização latino-americana de estudantes tem um acento na direção da OCLAE, tem um companheiro da UNE que mora lá. A UNE agora vai participar da organização do Festival Mundial da Juventude que acontece em agosto na Venezuela. Ela tem acompanhado os Fóruns Sociais Mundiais, o Acampamento da Juventude. Então tem acompanhado toda essa leva de movimento anti-globalização e tem conseguido unificar todo o movimento em torno disso” (Militante da UNE).

“Tem a questão da ALCA. Eu não sei se todas as executivas fazem isso, mas a UNE sempre debate a conjuntura internacional e está sempre reafirmando que somos contra a ALCA, contra as tropas do Iraque. Essas coisas. Tem uns grupos que são mais incisivos e se esquecem um pouco do que acontece em São Paulo, de que o Alckmin engavetou umas trocentas CPIs, para ficar falando “Fora as tropas brasileiras do Haiti”. Mas, tem a discussão. Existe até. É muito mal planejado isso, mas tem. Tem a CMS, a Central de Movimentos Sociais que discute conjuntura – nacional e internacional – e a UNE está no CMS. Então ela traz a discussão para os estudantes, sobre a ALCA” (Militante feminista de São Paulo).

As frentes altermundistas tão protagonizadas pelas diferentes organizações juvenis também se incorporam às lutas estudantis. A participação dos estudantes nos diversos fóruns organizadores desta luta é uma demonstração dessa inserção. Isso não quer dizer, portanto, que nesses espaços não existam diferenças e divergências entre os movimentos juvenis, incluso, o estudantil. As formas de protesto, as diversificadas linguagens políticas, as estratégias militantes, entre outros, nem sempre são consensuais. Neste sentido, o movimento estudantil parece ter uma postura mais formalizada do processo, privilegiando os espaços mais institucionalizados e a organização de protestos agendados coletivamente. Como questionam alguns entrevistados, o movimento estudantil, ainda não conseguiu se apropriar de todo o processo, da “*novidade*” trazida pelo movimento anti-globalização. O caráter transgressor e anárquico de alguns dos movimentos juvenis – principalmente no que diz respeito às suas estratégias de mobilização – ainda são

vistos com receio pelos militantes que foram acostumados a uma militância mais institucionalizada e formal. Como explicitam os militantes abaixo,

“O movimento estudantil se apropriou pouco ainda disso. Às vezes se insere com descrição, mas não protagoniza. Ainda se apropria pouco e é um debate fundamental, que estoura pelo mundo inteiro, a juventude nas ruas, aproveitando o momento do avanço capitalista como as reuniões do G8 pra defender uma outra globalização, contra a globalização capitalista, e o movimento estudantil ainda não conseguiu fazer a ponte com a sua luta concreta e ver a importância disso pra fortalecer essa ideia, essa luta mais geral, internacionalista, que é muito difícil por movimento estudantil que já tem dificuldades na sua construção cotidiana da sua própria bandeira mais próxima, tem dificuldade muito maior ainda de abarcar um tema mais abstrato como esse. Só que tem setores da universidade que não vão ocupar uma reitoria, mas vão pra uma atividade como essa e aí se dispersa e o movimento estudantil se dispersa, o movimento estudantil perde mais uma oportunidade de organizar setores mais amplos da juventude. (...) Contra a guerra, quando teve os atos mundiais contra a guerra, o movimento estudantil conseguiu se inserir bem, conseguiu em alguma medida mobilizar os estudantes para estarem nas ruas, para protestarem contra a guerra. O problema é que eu acho que o movimento estudantil não consegue concretizar para sua base as lutas mais anti-globalização strictu-sensu: a coisa do... Essas ações mesmo globais contra a reunião do G8, do FMI. Em Fortaleza teve em 2002 uma reunião do BID, onde o movimento estudantil teve uma participação bem importante. Inclusive teve uma companheira nossa – a Ticiania – que esteve lá, jogou uma torta na cara do superintendente do Banco Mundial. Mas agora, de maneira geral, ainda é bem menor do que deveria ser a participação do movimento estudantil” (Militante feminista de São Paulo).

“Eu acho esse é um dos pontos contraditórios também. O que acontece. Eu vi muitos centros acadêmicos no Fórum Social, e alguns em manifestações, em passeatas de cunho anti-globalização, de cunho anti-capitalista, vamos dizer assim – porque o movimento estudantil precisa também se globalizar para fazer uma resistência global, porque existe todo um aparato globalizado e eu acho que é muito difícil fazer uma resistência só local quando esse aparato se vale dos benefícios de uma globalização. Eu acho que seria o movimento anti-essa globalização. Mas o que acontece é que no Fórum Social, nesses movimentos, a organização vem sendo extremamente inovadora. São movimentos de prática de ação direta e tal, que o movimento estudantil apesar de muitas vezes participar individualmente, ter participação individual, ele não adota para si, ele não assume enquanto práticas que poderiam ser usadas, inclusive muito mais eficientes e menos autoritárias e que tenha efeitos práticos evidentes. O caso do Movimento do Passe Livre é mais ou menos isso. Lá em Floripa, vai tentar aumentar o preço do ônibus pra ver o que acontece? Depois tem um livro chamada “A guerra da tarifa” do Léo Vinícius; ele fala do pessoal do PFL sentando na mesa com eles para discutir porque a mobilização social estava tão violenta, tão violenta que foi como se tivesse acontecido uma revolução. Porque é um movimento que ele é mais – é ruim dar um adjetivo, mas vai – verdadeiro, é mais orgânico. E o movimento estudantil acompanha, mas ele não consegue ainda, porque tem mecanismos muito cristalizados que precisava rever. Tem o movimento ambientalista, os anarquistas lá na argentina, que fizeram aquela campanha “existe vida para além do voto”. E aí era uma coisa assim, não sei quantos quilômetros, se você passasse de uma tal quilometragem você podia não votar e ter seu voto justificado. Então eles faziam caravanas para pegar o carro e

passar um quilômetro daquela marca para não precisar votar e era uma festa. Então todas essas novas práticas, inclusive, de fazer manifestação pelado, o movimento estudantil é aquela coisa que eu estava falando, ele olha tudo isso com um certo receio. Bom, mas isso aí é que é mobilização de esquerda, não conhece isso, não sabe o que é isso” (Militante do coletivo GLBT).

No entanto, pese as diferentes formas de atuação, o movimento estudantil tem realizado um esforço no sentido de se adequar à nova realidade de convergência com os outros movimentos juvenis. É sintomática a postura de diálogo e abertura – pese aqui todos os limites dessa comunicação – que o movimento vem tomando frente às outras organizações de juventude e suas diferentes pautas e demandas. Fica a compreensão de que a juventude se diversificou e que os estudantes devem levar em conta suas novas e outras expressões. Mais que isso: devem entender que somente articulando-se com outros movimentos juvenis poderá diminuir o grau de exclusão e pobreza que vive a juventude brasileira.

Nesse sentido, também fica a compreensão de que o movimento estudantil tem um importante capital cultural e político e que pode colaborar muito nesse processo. Quando perguntados sobre a importância dos jovens no cenário nacional, os militantes automaticamente colocavam-se como fundamentalmente importantes – por sua história de lutas e sua estrutura organizativa – no processo de protagonismo juvenil. Refletiam que, ainda que a juventude não se limite aos estudantes, estes tem um papel importante no protagonismo juvenil e no processo de organização da juventude. São expressões desse pensamento os relatos abaixo:

“Eu acho que o movimento estudantil e o estudante têm um papel de destaque. Primeiro, pela sua condição de mobilização. Ele tem uma capacidade de mobilizar uma parcela importante da sociedade brasileira. Agora, obviamente que essa mobilização não pode ser uma mobilização sem política. Então eu acho que a exemplo de décadas anteriores da história recente de nosso país, o movimento estudantil tem um papel central nessa discussão. Principalmente, na universidade. Agora ele só vai conseguir potencializar esse papel central que ele tem na disputa de rumos da sociedade se ele conseguir de fato conquistar cada vez mais parceiros nesse processo. (...) Primeiro porque o movimento estudantil, principalmente o universitário, ele consegue aglutinar uma parcela significativa da juventude. Agora, claro que o movimento estudantil universitário não é o salvador da coisa. Tem vários outros desses movimentos de juventude que precisam ser olhados com outros olhos. Então você tem um movimento que vem da periferia que é o movimento hip hop que é um movimento bastante politizado, contestador, que tem um potencial de mobilização menor que o movimento estudantil, mas que na minha avaliação é um movimento, como dizia Florestan Fernandes, um movimento dos debaixo, que rompe as contradições impostas pelo sistema, pelo capitalismo, que sabe dar respostas a essas contradições e que se mobiliza a partir de uma coisa concreta, que dialoga com a juventude da periferia que é a música, o rap, a dança e que precisa ser olhado com outros olhos pela sociedade brasileira; e que infelizmente sofre

todas as opressões por serem de outra classe social, por serem da periferia” (Militante da UNE).

“Eu sou uma grande defensora do movimento estudantil. O povo faz muitas críticas ao movimento estudantil, que ele não faz nada, não mobiliza ninguém e tal. Eu tenho uma outra visão. Eu acho que o movimento estudantil é muito pra frente. Primeiro porque você disputa no espaço de produção de conhecimento. Você ver na universidade: se você entende que a universidade é esse espaço de produção do conhecimento e você não disputa esse espaço, a produção do conhecimento vai ser uma produção de conhecimento dominante, um conhecimento conservador. Então eu acho que o movimento estudantil disputa um espaço estratégico para o país. E ele tem que discutir isso também. Ele tem que disputar a pesquisa na universidade, tem que disputar para que os estudantes façam projetos de pesquisa, que contribuam para a democratização do conhecimento e o desenvolvimento do país. (...) Então eu acho que somos fundamentais para o sistema. Então eu acho que a disputa no movimento estudantil é fundamental para a construção de um pensamento político na sociedade, que tem um outro foco que não o do mercado, mas baseado nas pessoas. (...) A UNE da década de 60 – que eu tenho total referência e admiração – ela não tinha relação com outros movimentos sociais, eram os estudantes com outros estudantes. Era aquela coisa ali, dentro dele. Hoje nós temos a CMS (Central de Movimentos Sociais). Nós temos uma relação profunda com o MST e a CUT. E não é por eu ser da UNE não, mas ela tem um papel protagonista dentro da CMS. Se você pegar as duas últimas manifestações da CMS, a maioria era de base estudantil. Então a gente tem feito isso de uma forma muito melhor. Nós temos conseguido dialogar com os camponeses, e sempre teve um preconceito mútuo entre universitários e camponeses, justo e legítimo. Hoje nós temos com eles uma pauta política unificada. Então eu acho que isso é uma coisa que tem acontecido com todos os movimentos sociais. Você ver as executivas de curso: todas com projetos de extensão, que tem muito diálogo com o MST... Você tem o pessoal do VER-SUS, que trabalha com o SUS, o pessoal das agrárias que vão para os assentamentos... Então eu acho que a gente tem conseguido rir os muros das universidades, o que tem sido muito importante. O movimento estudantil tem levado para as universidades também o debate sobre o feminismo, a homofobia. Eu acho que a gente tem um importante papel no cenário político hoje. Agora não é uma importância umbiguista. A gente não vai fazer a revolução socialista por causa do movimento estudantil. E eu ainda acho que a gente ainda é menos importante do que poderíamos ser” (Militante da UNE).

Desta forma, os estudantes cruzam identidades, incorporam discursos, organizam ações e projetos comuns com outros segmentos juvenis. Sua articulação com o movimento hip hop, com os outros jovens que atuam em coletivos feministas e GLBTs, com as juventudes da CUT e do MST, com as pastorais de juventude, com os jovens que se manifestam através dos movimentos anti-globalização, entre outros, reforça a idéia e a necessidade de unir forças, de se organizar, levando em conta a pluralidade e diversidade de expressões juvenis existentes, seus limites de comunicação e linguagem, a realidade e condição juvenis.

Este ensaio realizado pelos estudantes nesse diálogo e encontro com outros movimentos juvenis diminui distâncias, supera preconceitos, relativiza possíveis

ranços políticos, coletiviza demandas, desejos e experiências. Um processo que não está isento de diferenças e atritos, mas, e até por isso, se faz necessário e importante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já nos referimos em todo este trabalho, o debate acerca da participação juvenil parece voltar com força nos círculos acadêmicos e na sociedade civil em geral. O aumento no número de pesquisas que analisam a condição juvenil no país – realizadas tanto pelas universidades como pelas ONGs – é expressivo no que diz respeito ao interesse social que este tema alcançou¹⁴⁶.

A reflexão sobre a condição juvenil ressurgiu num momento em que os movimentos de juventude no país se fortalecem e se organizam, dando visibilidade às suas próprias práticas, demandas e formas de associação. Não por acaso, segue em elaboração, atualmente, o Estatuto da Juventude, fruto de uma ampla discussão acerca das políticas públicas para este público.

O fortalecimento de espaços políticos e organizativos – que tem permitido o encontro destes diferentes movimentos – tem sido uma experiência importante no processo de estabelecimento de contatos e construção de ações conjuntas. O Conselho Nacional de Juventude desempenha hoje uma importante função neste sentido. Os movimentos juvenis se encontram, dialogam e se reconhecem como atores, protagonistas de sua própria história.

Mas se o reaparecimento da temática da juventude é, em parte, fruto da organização dos próprios movimentos juvenis, que conseguiram dar visibilidade às suas demandas e reivindicações, também é expressão e resposta frente à condição social em que se encontram esses jovens. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto Pólis revela que 27% dos brasileiros de 15 a 24 anos estão sem atividades profissionais ou educacionais; um quadro revelador de como o Estado trata a questão juvenil e da carência de políticas públicas efetivas para essa faixa da população.

O recente interesse por este tema tem colocado novamente em foco vários movimentos juvenis organizados; entre estes, destacamos o movimento estudantil, objeto desta pesquisa.

Um dos mais clássicos movimentos de juventude do país, o movimento estudantil, atualmente, parece mesclar em seu interior, ideários e práticas políticas advindas dos diferentes grupos que o constitui. Das entidades estudantis clássicas

¹⁴⁶ Sposito (1997) em artigo publicado na Revista Brasileira de Educação comenta o aumento da produção acadêmica sobre juventude de 1980 a 1995.

às executivas de curso, dos coletivos de cultura aos coletivos feministas, este movimento vem se repensando, dia-a-dia, interconectando os elementos novos da militância àqueles já existentes, cristalizados em seu imaginário. Para nós, analisar o movimento estudantil hoje é, antes de tudo, percebê-lo como um movimento plural, capaz de se manifestar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil (Mesquita, 2001).

Compreendendo que este movimento vem passando por um processo de diversificação na sua atuação, principalmente através da inclusão de pautas transversais – como a cultura e a identidade de gênero, por exemplo – queríamos, ao iniciar este trabalho, perceber como esse processo foi se realizando no cotidiano da militância estudantil e de que maneira o mesmo interferiu na *identidade coletiva* do movimento.

Desta forma, analisamos quatro grupos constitutivos do movimento estudantil, com trajetórias distintas e demandas específicas, na perspectiva de que pudessem nos “mostrar” ou sinalizar as diferentes formas de pensar a participação política dos estudantes hoje.

Quais as fronteiras e limites existentes na relação de cada um destes grupos? Como se representam e como negociam suas pautas internamente? Em que se assemelham e se diferenciam? Que elemento da política cada um destes grupos nos traz?

Na tentativa de responder minimamente estas indagações, usamos neste trabalho, como instrumentos de análise, os conceitos de *identidade coletiva e representações sociais*. Pensamos que estes poderiam ser ferramentas importantes para captar a dinâmica da militância estudantil atual refletida através da relação entre os diferentes grupos deste movimento. Colocá-los frente a frente e confrontá-los de modo a compreendermos o processo de transformação de sua identidade coletiva foi, portanto, uma das “estratégias” por nós utilizada.

E aqui, retomamos a idéia de Melucci acerca da necessidade de desnaturalizar uma tendência hegemônica existente tanto no senso comum, quanto em muitas análises correntes sobre os fenômenos contemporâneos de ação coletiva que é a idéia de *unicidade dos movimentos sociais*. Para ele (2001:29), “tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui”.

Essa desconstrução faz-se necessária no sentido de – ao visualizar as diferentes expressões, formas de organização, modelos de linguagem, etc., num determinado movimento social – compreender e perceber melhor a dinâmica que proporciona a existência de suas ações, tomadas de posição, discursos, entre outros.

É a partir dessa configuração do movimento que agora queremos explicitar algumas de nossas análises.

Movimento estudantil: cultura e política

Para nós, fica claro em nossa pesquisa, que o movimento estudantil – em seu processo de contínua transformação – tem cruzado duas dimensões importantes na atual configuração de sua identidade coletiva e da participação juvenil: a *cultura* e a *política*.

Intrinsecamente ligadas, estas duas dimensões tem dinamizado os distintos grupos no interior do movimento estudantil de modo a construírem experiências que extrapolam o conteúdo e a forma tradicional da militância política dos estudantes.

No artigo “*Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*” Alvarez, Dagnino e Escobar (2001), desenvolvem alguns conceitos que podem nos ajudar a perceber como os movimentos sociais articulam em suas práticas essas duas esferas. Neste sentido, aproximam duas categorias, que denominam de *política cultural* e *cultura política*, na tentativa de mostrar que as mesmas são complementares e interdependentes. Estes autores enfatizam a ação dos movimentos sociais como agentes de transformação e mudança da cultura política dominante, a partir do que eles denominam de política cultural. Esta última, não entendida como “ações do Estado ou de outras instituições com relação à cultura, considerada um terreno específico e separado da política, muito frequentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais mas ao processo pelo qual o cultural se torna fato político” (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2001:15).

No rol de exemplos que dão estão vários dos movimentos sociais que, ao conceberem outras formas de ação política e ao se apropriarem de outras compreensões do mundo da vida, redefinem o poder social e a concepção do que é

político. A manifestação de movimentos juvenis que – ao proporem a ação direta como intervenção visando uma democracia mais participativa – questionam a política e a democracia fortemente representativa; o movimento feminista que, ao considerar importante a redefinição do uso da palavra e do léxico na reconfiguração do imaginário social, marcadamente, masculino; entre outros, são alguns dos exemplos de práticas da política cultural dos movimentos sociais. Os autores ainda afirmam que “os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática” (Alvarez, Dagnino e Escobar, 2001:13).

Neste espaço, onde cultura e política se inter-comunicam e são faces de uma mesma moeda, torna-se importante perguntar: em que medida o movimento estudantil, a partir dos grupos aqui analisados, está conseguindo construir uma política cultural capaz de transformar sua cultura política? Qual a visão de cultura que se transpõe e se cola no fazer político dos militantes estudantis que participam dos diferentes grupos analisados? O que articula essas duas esferas, cultura e política, na militância política destes estudantes?

Analisemos aqui alguns dos grupos escolhidos.

CUCAs: resgatando o político que existe na contestação cultural

A experiência dos CUCAs talvez seja aquela em que podemos, de modo mais rápido, identificar a articulação existente entre política e cultura. Numa compreensão em que a cultura é transformada radicalmente num elemento da política, os estudantes ressignificam sua militância através do resgate do político que existe em sua própria produção cultural.

Nesta perspectiva, percebemos que tanto a experiência dos CUCAs como das bienais, se transformam em espaços em que estudantes e artistas podem (re)afirmar e fortalecer a proposta de um projeto político cultural que – sempre em “processo de acabamento” – precisa ser divulgado e assumido no interior do próprio movimento estudantil e nas universidades.

Desta forma, importante se faz aprofundar os laços entre os CUCAs e as entidades estudantis. A presença do diálogo e da negociação entre os mesmos serão essenciais para a continuidade deste projeto. A fragilidade desta relação – mesmo que mais visível em seu início – ainda pode ser observada em vários momentos; a

ausência de parte expressiva de militantes de outras tendências do movimento estudantil nestas duas experiências, seja por possuírem uma perspectiva de trabalho cultural diferenciada (tanto na forma quanto no conteúdo), seja por projetarem nestas suas diferenças políticas, é uma destas fragilidades.

Estas reflexões também advêm da percepção de que – apesar da razoável participação de estudantes nas bienais já realizadas, as mesmas ainda não conseguem catalizar ou qualificar essa energia participativa dos mesmos numa ação contínua de *pós evento*. E apesar dos CUCAs terem surgido com esta compreensão, ainda não conseguiram empreender uma força suficientemente capaz de se tornar presente no imaginário dos estudantes enquanto uma outra forma/alternativa de ação política dentro do movimento.

A ação dos CUCAs através dos *pontos de cultura* tem sido uma importante maneira de começar a consolidar no meio estudantil um trabalho nesta direção. E se por um lado, não procede a crítica de que a ação da bienal como articuladora dos estudantes é residual, por outro, os militantes estudantis que trabalham com a arte e a cultura devem fortalecer esses espaços que ainda estão em seu início.

A *aproximação dos CUCAs com as entidades* e as variadas tendências do movimento estudantil pode facilitar seu processo de fortalecimento no interior das universidades nos diferentes estados, pois apesar dos CUCAs terem expressiva visibilidade em alguns pontos do país, ainda são organicamente frágeis. Neste sentido, as entidades estudantis e sua estrutura organizacional, podem dar maior realce ao trabalho realizados nos CUCAs. Além disso, os *pontos de cultura* e a *interlocação com o Ministério da Cultura* (MinC) podem ser outra alternativa no sentido de consolidar essa proposta de intervenção político-cultural.

Por outro lado, a *aproximação das entidades com os CUCAs* pode facilitar o processo de comunicação das primeiras junto à grande maioria dos estudantes que – muitas vezes – não se vêem representados com a linguagem política tradicional do movimento estudantil. Para isso, faz-se necessário também que alguns conflitos sejam relativizados ou resolvidos: a desconfiança entre os grupos políticos e a falta de uma maior participação das tendências do movimento junto aos CUCAs, são alguns destes. E apesar dos CUCAs e da própria Bienal não pautarem sua atuação baseada na lógica partidária, a participação de um maior número de grupos políticos em sua organização e construção faz-se importante no sentido de comprometê-los, de maneira mais efetiva, com o projeto de política cultural. Além disso, realça a pluralidade de diferenças existentes no movimento, dinamizando-o.

Neste sentido, faz-se importante também que esta aproximação aconteça sem resistências. A resistência no interior do movimento em relação aos CUCAs deve-se, em parte, pelo fato destes proporem outra lógica e dinâmica de intervenção estudantil. Como já destacamos, o movimento, identificado com uma lógica de participação mais institucionalizada e amparado numa ação política mais tradicional, tende a ter dificuldades na aceitação destas experiências de novo formato.

Ainda pensando na ação dos CUCAs, queremos ressaltar algumas de suas diferenças frente aos CPCs dos anos 1960 no que concerne ao seu fazer político e cultural. Isso torna-se pertinente na medida em que compreendemos os atuais CUCAs como herdeiros de uma tradição do movimento estudantil que alia *cultura à participação*, *arte à política* tão ligado à linhagem daquela experiência.

Compreendendo que a linha que diferencia a arte e a política nesses movimentos é sempre muito tênue, não queremos aqui analisar o papel de cada uma delas na intervenção dos antigos estudantes e os atuais. A questão que queremos colocar é outra e se refere ao foco de atuação do movimento frente às demandas estudantis. E aqui, percebemos que, se antes o foco dos movimentos de cultura no interior do movimento estudantil se dava a partir do pólo *cultura-para-chegar-à-política*, hoje o acento se dá no pólo *política-para-chegar-à-cultura*¹⁴⁷. Se nos anos 1960 a experiência dos CPCs se concentrava na política (“instrumentalizada” pela cultura), os CUCAs se concentram hoje na cultura (“instrumentalizada” pela política).

Isso fica perceptível quando, indagando os militantes destes coletivos sobre as bandeiras do movimento estudantil clássico que tem ressonância em seu interior, as respostas se concentrarem nas questões de política cultural como, *maior verba para a cultura* (luta do movimento por 1,5% do PIB para a cultura), o *projeto da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual (ANCINAV)*, entre outros. As entidades estudantis são percebidas como aliadas das lutas dos coletivos de cultura quando delas se apropriam. A luta pelo aumento de verba para os movimentos culturais no Brasil foi incorporada às lutas do movimento estudantil clássico e, portanto, tem ressonância dentro dos CUCAs. As bandeiras de cunho exclusivamente político –

¹⁴⁷ Isso não quer dizer, no entanto, que os militantes não percebam que o cultural não seja político; ou que tomam as duas dimensões como se fossem separadas. O que queremos afirmar é que hoje, diferentemente dos anos 60, os militantes que trabalham com os CUCAs concentram suas ações no campo cultural, sem a pretensão de mudar os rumos políticos do país. A perspectiva de mudança do país a partir de sua ação se dá noutro nível: na luta pela valorização da cultura. Para isto, vê e atua no campo da política institucional de forma a estabelecer um maior número de interlocutores para fortalecer suas lutas.

como por exemplo, a reforma universitária – são citadas, porém, ficam secundarizadas frente às outras.

Este posicionamento pode ser melhor compreendido se observarmos que a maioria dos estudantes que participam dos CUCAs, ou estão ligados a o campo da cultura ou priorizam a mesma como uma forma de atuação por não se identificarem com as formas tradicionais de participação política, percebida por boa parte dos estudantes como negativa e desgastada pela atuação de seus representantes que não tem conseguido dar respostas às suas demandas.

Desta forma, a atuação no campo da política cultural tem sido um campo cada vez mais aberto para os estudantes que, ao serem convidados a participar, percebem sua importância e necessidade.

Por fim, ressaltamos que se o campo da cultura pode ser ressignificado como um *espaço de atuação política*, ele também pode ser utilizado numa *perspectiva conservadora de tecnização da política*, concebendo-a como espetáculo e esvaziando seu conteúdo. Numa sociedade em que o visual e a imagem são tomados como importantes elos na comunicação, a *política se estetiza*¹⁴⁸ no intuito de atrair e envolver “espectadores”.

Neste sentido, a cultura é apropriada como mais um instrumento de convencimento. As Bienais de Arte e Cultura e os CUCAs devem ter o cuidado para não caírem nessa ambiguidade – que algumas vezes se torna latente no seu interior. A aliança do campo da política à indústria cultural, tão necessária nos dias de hoje como instrumento de comunicação, não pode cair no erro de esvaziar o conteúdo da política, pois é este aquele que dá sentido à sua realização. É o componente da política, aquilo que se deve sempre reivindicar nestes espaços. Reforçar o pêndulo na direção da *tecnização da política* seria acabar com uma experiência que – com todas as dificuldades – tem tido uma boa aceitação por parte dos estudantes.

Nesta perspectiva, importante também seria indagar se os coletivos de cultura não estariam promovendo no interior do movimento estudantil, políticas culturais que, de certa forma, redimensionam as práticas de representação política do próprio movimento, marcadamente tradicionais em termos de agir político.

Acreditamos que os CUCAs e as Bienais de Arte e Cultura têm articulado de modo satisfatório estes pólos (política e indústria cultural) na medida em que reivindicam, manifestam-se, postulam bandeiras de luta. Sua associação a uma cultura popular que nos possibilita pensar a construção de um país em outras

¹⁴⁸ Destacamos aqui “*A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*” de Walter Benjamin, onde a concepção da estetização da política foi inicialmente trabalhado.

bases também é sinal deste compromisso com o coletivo, com o componente da política. Basta lembrar as cenas que descrevemos da IV Bienal de Arte e Cultura para ter uma noção de como esses elementos se articulam.

As bandeiras de luta como o aumento de verbas para a cultura; a formulação de um projeto de cultura nacional com uma visão menos mercadológica, mais solidária e comprometida com os grupos culturais; um maior apoio à cultura popular, entre outros, são agendas que unificam, que catalizam a participação, a identificação e o apoio dos estudantes.

Coletivos de gênero: resgatando o político a partir da identidade

Se identificamos a atuação dos coletivos de cultura como um possível tipo de política cultural nos termos em que Alvarez, Dagnino e Escobar (2001) propõem, certamente, os coletivos feministas e GLBTs que surgem no movimento estudantil também são expressão desta.

Articulada às questões de identidade, estes coletivos colocam para o centro do movimento estudantil, um debate muitas vezes subsumido pelas temáticas políticas mais tradicionais do movimento. Compreendendo esta pauta como complementar daquelas já existentes, os militantes reivindicam espaço, visibilidade e direito à diversidade.

Nesse sentido, a luta dos estudantes passa, necessariamente, pelo plano da cultura militante. Reivindicar uma postura militante que incorpore a questão da identidade como elemento importante da condição juvenil e presente no cotidiano destes se faz necessário, portanto. A desnaturalização de conceitos, a desconstrução de práticas desagregadoras, a afirmação de espaços militantes que discutam, permanentemente, esta questão, são alguns elementos que podem construir uma nova cultura política entre os estudantes. Uma cultura política que leve em conta as questões de identidade.

Para tanto, os coletivos feministas e GLBTs devem seguir reforçando a identidade coletiva do grupo no interior do movimento estudantil. A realização dos encontros nacionais (como o EME e o ENUDS) desenvolve um importante papel nesse sentido. Fortalecer esses espaços coletivos e de visibilidade entre os estudantes é também reforçar a própria luta que ainda segue inicial.

Mas se as questões de identidade são importantes na redefinição de uma prática militante no interior do movimento estudantil, estas também só farão

sentido se articuladas com a própria realidade dos estudantes. A discussão, portanto, passa pela conexão da pauta de gênero com a pauta estudantil e universitária.

Isso parece estar claro para os estudantes que, em sua militância, reivindicam bandeiras que atravessam esses dois campos. A reclamação por uma reforma universitária que contemple a realidade das mulheres, por exemplo, é uma das pautas do coletivo feminista que quer expressar e comunicar um outro olhar sobre a universidade.

Novamente, podemos perguntar: qual o componente da política presente na manifestação das reivindicações destes coletivos? A política aqui parece se apresentar, como nos CUCAs, através de uma expressão cultural que se visibiliza, nos últimos anos, de modo mais forte no cotidiano estudantil.

A reivindicação de reconhecimento e respeito no meio militante para aqueles que participam destes coletivos mostra o quão significativo tem sido as lutas de cunho cultural em nossa sociedade. A incorporação destas pautas pelo movimento estudantil reflete, de algum modo, que os estudantes em suas experiências, também sentem a necessidade de colocar esta discussão na agenda de suas entidades.

Estes coletivos, ainda que fragmentados, fazem-se ecoar tanto no movimento estudantil geral como no movimento de área. Uma prova disso tem sido a manifestação destes grupos tanto nos congressos da UNE como nos encontros nacionais das executivas de curso, como vimos no capítulo 4. Esta manifestação foi, de algum modo, objeto de nossa análise, na medida em que queríamos estudar como estes elementos foram incorporados à *identidade coletiva* do movimento.

Neste sentido, uma apreciação desta dinâmica se faz pertinente.

Em nosso trabalho percebemos que o movimento estudantil clássico “se movimenta” num zigue-zaguear que, ora realça sua identidade mais tradicional, ora realiza um movimento de incorporação de novas temáticas e pautas em seu interior, abrindo-se para aquilo que o cotidiano estudantil traz de novo. Desta forma, passeia entre as dimensões da cultura e da política “costurando-as” quando acha necessário. Porém, não o faz se os estudantes não exigem, não reivindicam que estas pautas sejam inseridas.

As executivas de curso também têm revelado um importante papel na construção de novos espaços de participação no movimento estudantil, rearticulando-o e agregando estudantes que, de outra forma, não se organizariam. Assim o faz quando realiza seus encontros de área trazendo um número significativo de estudantes; assim o faz, quando se torna um espaço para que outros grupos e coletivos se articulem como foi o caso dos coletivos feministas. Desta forma, como o movimento estudantil clássico, quando interessa, as executivas servem de apoio para que outras expressões estudantis apareçam, articulando também cultura e política.

É nesta dinâmica do movimento estudantil, tão detalhadamente explicitada no capítulo 5, que este constrói sua identidade coletiva; uma dinâmica que exige pressão, reconhecimento dos grupos e negociação de pautas. Neste sentido, as representações que os grupos realizam uns dos outros tornam-se essenciais nesse processo de discussão de uma identidade que está cotidianamente sendo refeita, repensada, trabalhada.

Não se sabem se esses coletivos sobreviverão no cenário e campo políticos no interior do movimento estudantil; nem podemos afirmar que a intervenção que realizam é mais ou menos qualificada que a do movimento estudantil clássico. O que podemos sim dizer, é que são expressão de um tempo onde as demandas culturais, identitárias e associativas têm tido uma importância central na dinâmica da sociedade. Além disso, tornaram-se espaços de *politização do cotidiano* e de *cotidianização da política*.

Possibilitar a existência de espaços onde surjam outras possibilidades de atuação no interior do movimento estudantil que recuperem o sentido da política entendida como *emancipação social e crítica ao instituído* (Sousa, 2003), se faz fundamental para a revitalização das entidades estudantis enquanto movimento.

Foi a partir desta compreensão que realizamos esta pesquisa.

Essa é pra acabar (Luiz Tatit)

Sempre foi difícil terminar/Sempre é um suplício esse momento
 Mas temos que acabar/Não adianta essa demora/Se tudo acaba um dia
 Então porque que não agora/Vamos entender esse momento
 Vamos acabar enquanto é tempo/Tocando e cantando
 O tempo vai passando/A gente entra numas/De repente é o fim do ano

Essa é pra acabar/Foi feita só pra isso/É pra lembrar vocês
 Que existem outros compromissos/Não serve pra ouvir e deixar feliz
 Feliz da vida/Não serve pra cantar porque ela/É até meio comprida
 Não serve pra dançar/Não serve pra entreter/Aí você me pergunta
 Mas então serve pra quê?/ Serve pra acabar/ Não tem outro sentido
 É pra acabar com o show/Ou destruir o nosso ouvido
 É pra acabar com a história/Que esse show tá meio chocho
 É bom acabar com isso/Que dá ódio, deixa roxo
 Isso não é orquestra/Não é uma filarmônica
 Temos que acabar como se fosse bomba atômica

Acho que agora exagerei/Mas deu pra entender/O que eu quis dizer? /Tem hora
 que é do show/Tem hora que é da vida/E os dois estão ligados/Pela porta da
 saída/E nem é uma questão só de entender/Vocês também têm mais o que
 fazer/Ficando por aqui/A coisa é enfadonha/Acaba o repertório/E a gente fica com
 vergonha/Essa é pra acabar/Pra dar o ponto final/É pra romper de vez/Nosso
 cordão umbilical/Nós vamos conseguir/Se todos, todos cooperarem/Até o
 iluminador já disse:/Parem! Parem! Parem!

Temos que parar/Parar com esse inferno/Temos que evitar/Que esse show se torne
 eterno/Essa é pra acabar/Não temos outra escolha/É como se tivesse que
 estancar/O show com rolha/Se a gente for deixar/Isso não acaba, vira inércia/Eu
 sei porque eu já vi/Eu já tive essa experiência/Tem que dar um fim/Também não é
 bom pra mim/Mas é a realidade/Que nos faz agir assim/Essa é pra acabar/Então
 que acabe logo/Que eu já não agüento mais/Se isso não acaba eu me sufoco/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. (1994) – **Cenas Juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo. Editora Scritta.

_____ (2005) – Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. (Orgs) Abramo e Branco. Fundação Perseu Abramo.

ABRAMO, L. (1997) – **Reorganização do movimento estudantil: 20 anos**. Seminário organizado na PUC de São Paulo. mimeo.

ALBUQUERQUE, J. A. G. (1977a) – **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1977b) – **Movimento estudantil e classe média no Brasil** – estudo comparativo. In: **Classes médias e política no Brasil**. Org. Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

ALEXANDER, J. (1987) – O novo movimento teórico. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 4, vol.2.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; e ESCOBAR, A. (2001) – **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)**. Belo Horizonte. UFMG.

ARANTES, A. (1980) – **A resistência da UNE à tentativa de golpe em 1961**. In: **História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes**. Organizado por Nilton Santos. Volume 1. São Paulo. Editorial Livramento.

_____ (1994) – Entrevista. In: **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. (org.) Jalusa Barcellos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

ARCE, J. M. V. (1999) – **Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

BALLARDINI, S. A. (2002) – **Córdoba, “Cordobazo” e depois. Mutações do movimento juvenil na Argentina**. In: **Movimentos Juvenis: da globalização à antiglobalização**. (org.) Carles Feixa, Carmen Costa e Joan Saura. Barcelona. Editora Ariel.

BAR-TAL, D. (1996) – **Las creencias grupales como expresión de la identidad social**. In: **Identidad social: aproximaciones psicosociales a los grupos y a las relaciones entre grupos**. (orgs.) J. F. Morales, D. Páez, J. C. Deschamps e S. Worchel. Valencia. Promolibro.

BAUDRILARD, J. (2003) – **A sociedade de consumo**. Lisboa. Edições 70.

BEBIANO, R. (2003) – **O poder da imaginação: juventude e resistência nos anos 60**. Coimbra. Editora Angelus Novus.

BENJAMIM, W. (1968) – A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: **Revista Civilização Brasileira**, nº 19/20. Rio de Janeiro.

- BENDIT, C. (1988) – **1968: a revolução que tanto amamos!** Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- BLUMER, H. (1951) – **Collective Behavior**. In: Principles of sociology. (org.) A. M. Lee. New York.
- BOREN, M. E. (2001) – **Student resistance: a history of the unruly subject**. New York. Routledge.
- BOURDIEU, P. (1983) – **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero.
- _____ (1983) – **Gosto de classe e estilo de vida**. In: Sociologia. São Paulo. Editora Ática.
- BRANDES, S. (2002) – **Beatniks, hippies, yippies: origens do movimento estudantil nos Estados Unidos**. In: Movimentos juvenis, da globalização à anti-globalização. (orgs.) Feixa, Saura e Costa. Madrid. Ariel.
- BRANT, V. C. (1994) – Entrevista. In: **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. (org.) Jalusa Barcellos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- BRITO, S. (1969) – **Sociologia da Juventude**. São Paulo. Editora Zahar.
- BUARQUE DE HOLLANDA, H. (1980) – **Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970**. São Paulo. Brasiliense.
- CAPINAM, J. C. (1994) – Entrevista. In: **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. (org.) Jalusa Barcellos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- CARDOSO, I. (2001) – **Para uma crítica do presente**. São Paulo. Editora 34.
- CARDOSO, R. & SAMPAIO, H. (1994) – Os estudantes universitários e o trabalho. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 26. Ano 9.
- CASTAÑEDA, J. (1997) – **Che Guevara: a vida em vermelho**. São Paulo. Companhia das Letras.
- CHAUÍ, M. (1999) – **Universidade Operacional**. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 09/05.
- CIAMPA, A. da C. (1987) – **A estória de Severino e a história de Severina**. São Paulo. Editora Brasiliense.
- COIMBRA, C. M. B. e NASCIMENTO, M. L. do (2003) – **Jovens pobres: o mito da periculosidade**. In: Jovens em tempo real. (orgs.) Pontes Fraga e Silva Iulianelli. Rio de Janeiro. DP&A Editora.
- CRUZ, M. B. da (1999) – A participação política da juventude em Portugal – as elites políticas juvenis. In: **Análise Social**. Vol. XXV.
- DEBORD, G. (1997) – **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, RJ. Contraponto.

DESCHAMPS, J. C. e DEVOS, T. (1996) – **Relaciones entre Identidad Social y Identidad Personal**. In: Identidad social: aproximaciones psicosociales a los grupos y a las relaciones entre grupos. (orgs.) J. F. Morales, D. Páez, J. C. Deschamps e S. Worchel. Valencia. Promolibro.

DIÓGENES, G. (1998) – **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Annablume Editora.

_____ (2004) – **Itinerários de Corpus Juvenis – O tatame, o jogo e o baile**. Annablume Editora.

DOIMO, A. M. (1995) – **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro. Editora Relume-Dumará.

DRAGO, A. (2004) – **Agitar antes de ousar: o movimento estudantil “antipropinas”**. Porto. Edições Afrontamento.

DRAGO, A. LOPES, J. T. (2003) – Bem-vindos ao presente: uma nova juventude em busca de uma ação política habitável. **Revista Manifesto**, nº 2. Lisboa.

ERIKSON, E. (1976) – **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro. Zahar.

ESTRAMIANA, J. L. A. (1995) – **Psicología Social: perspectivas teóricas y metodológicas**. Madrid. Siglo Veintiuno de España Editores.

FARR, R. M. (1994) – **Representações sociais: a teoria e sua história**. In: Textos em representações sociais. (org.) Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

FEIXA, C., COSTA, C. e SAURA, J. (2002) – **De jovens, movimentos e sociedades**. In: Movimentos Juvenis: da globalização à antiglobalização. (org.) Carles Feixa, Carmen Costa e Joan Saura. Barcelona. Editora Ariel.

FERNANDES, F. (1968) – Reflexões acerca da Reforma Universitária. **Revista Documentos nº 5**. São Paulo. Centro Acadêmico Visconde de Cairu _ F.C.E. A. – USP.

FERRY, L. & RENAUT, A. (1988) – **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo. Ensaio.

FLACKS, R. (1994) – **“The party is over”. Que fazer ante a crise dos partidos políticos?** In: Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad. (orgs.) Enrique Laraña e Joseph Gusfield. Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas.

FOLHA DE SÃO PAULO (1997) – **Minorias conquistam a UNE**. 05 de julho.

_____ (2003) – **Projeções indicam que alunos mais pobres serão responsáveis pelo maior crescimento de demanda por vagas no ensino superior**. Cotidiano. 03 de agosto.

FORACCHI, M. M. (1965) – **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo. Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo).

- _____ (1972) – **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo. Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo).
- GERMANO, J. W. (1982) – **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo. Cortez.
- GOHN, M. da G. (1997) – **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola.
- GULLAR, F. (1994) – Entrevista. In: **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. (org.) Jalusa Barcellos. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- HABERMAS, J. (1997) – **Teoria da ação comunicativa: complementos e estudos prévios**. 3ª edição. Madrid. Cátedra. 1997.
- HELLER, A. (2004) – **Cotidiano e História**. São Paulo. Editora Paz e Terra.
- HOUTART, F. (2001) – **A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo**. In: **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. (org.) José Seoane e Emílio Taddei. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- IULIANELLI, J. A. S. (2003) – **Juventude: construindo processos – protagonismo juvenil**. In: **Jovens em tempo real**. (orgs.) Paulo César Pontes Fraga e Jorge Atilio Silva Iulianelli. Rio de Janeiro. DP&A Editora.
- JAVALOY, F. (1993) – **El paradigma de la identidad social en el estudio del comportamiento colectivo y de los movimientos sociales**. *Psichotema*, vol. 5. Suplemento.
- JOHSNTON, H., LARAÑA, E. e GUSFIELD, J. (1994) – **Identidades, ideologias y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales**. In: **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. (orgs.) Enrique Laraña e Joseph Gusfield. Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas.
- JOVCHELOVITCH, S. (2000) – **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- JÚNIOR, J. (2006) – **Da favela para o mundo: a história do grupo cultural Afro Reggae**. Rio de Janeiro. Ediouro.
- KEHL, M. R. (2004) – **A juventude como sintoma da cultura**. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. (org.) Regina Novaes e Paulo Vannuchi. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- KLANDERMANS, B. (1994) – **La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos**. In: **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. (orgs.) Enrique Laraña e Joseph Gusfield. Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas.
- KLEIN, N. (2002) – **Sem logo- a tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
- KRISCHKE, P. (1995) – **Atores sociais e consolidação democrática**. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo. Cortez.

LANE, S. T. M. (1993) – **Usos e abusos do conceito de Psicologia Social**. In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo. Editora Brasiliense.

LARAÑA, E. (1999) – **La construcción de los movimientos sociales**. Madrid. Alianza Editorial.

LE BON, (1995) – **Psychologie des foules**. 5° ed., Paris, PUF.

LOWY, M. e SAYRE, R. (1995) – **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

MADEIRA, F. R. (1986) – Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, nº 58. São Paulo.

MANNHEIM, K. (1968) – **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: Sociologia da Juventude. (org.) Sulamita Brito. São Paulo. Editora Zahar.

MARTINS, L. (2004) – **A geração AI-5. Um ensaio sobre autoritarismo e alienação**. In: A “geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas. (org.) Luciano Martins. Rio de Janeiro. Editora Argumento.

MARTINS, R. (2003) – Haverá conflito. **Revista Época**. Edição 267.

MARTINS FILHO, J. R. (1987) – **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**. Campinas. Papirus.

_____ (1996) – **A Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil**. Campinas. Mercado de Letras.

_____ (1998) – **Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor**. In: 1968 faz 30 anos. (org.) João Roberto Martins Filho. Campinas. Mercado de letras.

MATOS, O. C. F. (1989) – **Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução**. São Paulo. Brasiliense.

_____ (1999) – **Tardes de maio**. In: Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil França e Alemanha. (orgs.) Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.

McADAM, D. (1993) – Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**.

_____ (1994) – **Cultura y movimientos sociales**. In: Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad. (orgs.) Enrique Laraña e Joseph Gusfield. Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas.

MEAD, G. (1993) – **Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social**. México. Editorial Paidós.

MELUCCI, A. (1985) – **The symbolic challenge of contemporary social movements**. Social Research, vol. 52, nº 4.

_____ (1989) – **Nomads of present**. Filadelfia. Temple University Press.

- _____ (1996) – **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge. Cambridge University Press.
- _____ (1997) – Juventude, tempo e movimentos sociais. S. Paulo: **Revista Brasileira de Educação/ANPED**.
- _____ (1999) – **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: Centro de Estudios Sociológicos. El Colégio de México.
- _____ (2001) – **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- MESQUITA, M. R. (2001) – **Juventude e movimento estudantil: o velho e o novo no movimento**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- _____ (2003) – “Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes”. **Revista Psicologia Política**, nº 5.
- MISCHE, A. (1996) – Redes de Jovens. **Revista Teoria e Debate**, nº 31. São Paulo.
- _____ (1997) – De estudantes a cidadãos: Redes de Jovens e Participação Política. S. Paulo: **Revista Brasileira de Educação/ANPED**.
- _____ (2000) – **Cross-talk in movements: reconceiving the culture-network link**. Rutgers University. Papper mimeo.
- MONEREO, M. (2001) – **De Porto Alegre a Porto Alegre: o surgimento do novo sujeito político**. In: Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre. (org.) José Seoane e Emílio Taddei. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- MOSCOVICI, S. (1984) – **Social Representations**. Cambridge. Cambridge University Press.
- _____ (2003) – **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- ONFRAY, M. (2001) – **A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão**. Rio de Janeiro. Editora Rocco.
- PAIS, J. M. (2002) – **Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de caso**. Lisboa. Imprensa Ciências Sociais.
- POERNER, J. A. (1979) – **O poder Jovem**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.
- PORTO, C. & RÉGNIER, K. (2003) – **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil: Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Uma Abordagem Exploratória**. Estudo organizado pelo Ministério da Educação (MEC).
- RELATÓRIO PROJETO JUVENTUDE (2004) – **Instituto Cidadania**.
- RELATÓRIO PESQUISA POLIS/IBASE (2006) – **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Instituto Polis.

- RIBEIRO NETO, A. (1985) – **Um laço que não une mais**. São Paulo. Desvios.
- RIBEIRO, R. J. (2004) – **Política e Juventude: o que fica da energia**. In: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. (org.) Regina Novaes e Paulo Vannuchi. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- RIDENTI, M. (1993) – **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- _____ (2000) – **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro. Ed. Record.
- _____ (2001) – **Intelectuais e romantismo revolucionário**. São Paulo em perspectiva 15 (2).
- ROUANET, S. P. (1988) – **Nacionalismo, populismo e historismo**. Folha de São Paulo. Caderno D, pp. 03.
- SÁ, C. P. de (1993) – **Representações sociais: o conceito e o estado atual**. In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo. Editora Brasiliense.
- SANDOVAL, S. A. M. (2001) – The crise of the Brazil Labor Movement and the emergence of the alternative forms of working-class in the 1990s. **Revista Psicologia Política** 1(1).
- SANFELICE, J. L. (1986) - **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64 - antecedentes (início da década de 60: a presença da UNE nos acontecimentos políticos. Parte 1)**. Campinas. Reflexão.
- SANTOS, B. de S. (1989) – **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo. Editora Graal.
- _____ (1999) – **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5ª edição. São Paulo. Cortez Editora.
- _____ (2002) – **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. In: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo. Cortez.
- _____ (2003) – **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. (org.) Boaventura de Sousa Santos. Porto. Editora Afrontamentos.
- SCHEREN-WARREN, I. (1999) – **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo. Editora Hucitec.
- SEOANE, J. e TADDEI, E. (2001) – **De Seattle a Porto Alegre: passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal**. In: Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre. (org.) José Seoane e Emílio Taddei. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

_____ (2002) – **Os jovens e a antiglobalização**. In: Movimentos Juvenis: da globalização à antiglobalização. (org.) Carles Feixa, Carmen Costa e Joan Saura. Barcelona. Editora Ariel.

SILVA, J. I. de A. (1989) – **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN - 1960/1969)**. São Paulo. Cortez Editora.

SILVA, S. M. (1995) – **Sociabilidade contemporânea, comunicação midiática e etnicidade no funk do black bahia**”. In: O Sentido e a Época. Salvador. UFBA.

SNOW, ZURCHER & EKLAND-OLSON (1980) – Social Networks and social movements: a microstructural approach to differential recruitment. **American Sociological Review** 45.

SOUSA, J. T. P. de (2002) – **As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído**. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, n° 32.

SPOSITO, M. (1997) – Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED.

TAJFEL, H. (1972) – **La catégorisation sociale**. In: Introduction à la psychologie sociale. (org.) Serge Moscovici. Paris. Larousse.

TAYLOR, V. (1989) – Social movements continuity: the women’s movement in Abeyance. **American Sociological Review**, n° 54.

TEIXEIRA COELHO (1997) – Cultura e cultura política dos jovens. São Paulo. **Revista da USP**.

VIANNA, H. (1988) – **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro. Editora Zahar.

YÚDICE, George (1997) – **A funkificação do Rio**. In: Abalando os anos 90 – Funk e Hip Hop. (Org.) Micael Herschmann. Coleção Artemídia. Rio de Janeiro. Editora Rocco.

ZALUAR, A. (1994) – **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

_____ (2003) – **Guangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência**. In: Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. (org.) Hermano Vianna. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES ESTUDANTIS:

Nós, os negros. Em preparação para o I SENUN. 1991.

Tempos negros virão: a universidade que o povo negro quer. 42° Congresso da UNE. Mimeo. 1992.

Histórico UNE – 60 anos a favor do Brasil. Revista comemorativa dos 60 anos da UNE. Rio de Janeiro. 1997.

Relatório 4° Seminário Nacional dos CUCAs. Mimeo. São Paulo. 2003.

III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias 1993.

Revista Especial sobre a 1ª Bienal de Cultura da UNE. 1999.

Carta convocatória para o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. 2005.

SITES:

Acampamento Intercontinental da Juventude:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/acampamentofsm>

Entrevista com Osmar Fávero sobre a experiência do MEB:

http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/osmar_favero.htm

União Nacional dos Estudantes. Carta de Ouro Preto (acesso em 15/09/2000):

<http://www.une.org.br>

Pontos de cultura da UNE:

<http://www.une.org.br/cuca>.

A UNE e a Cultura:

<http://www.une.org.br/cuca>, em 23/08/2005.

Discurso de Gil na III Bienal em Recife, em 14 de fevereiro de 2003:

http://www.cultura.gov.br/releases/2003/discurso/discurso_une.html

Site da FEAB:

<http://www.feab.org.br>

Site da DENEM:

<http://www.denem.org.br>

Site da ENECOS:

<http://www.enecos.org.br>

Site da realização do 1º ENUDS:

<http://br.geocities.com/enuds/>

Site da realização do 2º ENUDS:

<http://geocities.yahoo.com.br/enuds2/ENUDS-Historico.html>

Site da realização do 3º ENUDS:

<http://www.geocities.com/enuds2005/>

Site da realização do 4º ENUDS:

<http://www.coopemult.com.br/enuds/default.asp>

Site do Relatório do Seminário do EME:

http://www.une.org.br/home/une_janeiro_2005/m_5117.html

Site do Afro Reggae:

<http://www.afroreggae.org.br/>

Site do CUFA:

<http://www.cufa.com.br/>

Site da Cartilha da UNE e a Luta GLBT:

http://www.pt.org.br/site/upload_secretarias/20-0-2006_019-22-31_Cartilha%20GLBTT-Sem%20marcas.pdf

Site da Revista Brasil de Fato:

http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-06-14.6900014360

Site do Projeto Juventude

http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/projeto_int8803.html

II COBREM – Avaliações (Informativo DENEM, 1990):

<http://www.denem.org.br>

Documento: Para por a boca no mundo: Democratização da Comunicação

<http://www.enecos.org.br>

Artigo sobre participação de estudantes em causas GLBTs:

http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes_universitario.html

Documento de divulgação do ENETERRA:

<http://www.eneterra.uft.edu.br>

Manifesto pela reinvenção da unidade latino-americana (03/03/2005):

<http://www.une.org.br>

Pesquisa sobre a situação da infância no Brasil (2005) pela UNICEF:

<http://www.unicef.org/brazil/cadernobr.pdf>

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

HISTÓRICO PESSOAL

1. Queria que tu me contasse um pouco da tua história... Você nasceu onde?
2. Tens quantos irmãos? Seus pais trabalham em que?
3. Estudou onde? Que lembranças marcantes tu tem dessa época?
4. Qual o histórico de participação dos teus pais?
5. Como e quando você começou a participar e de quais grupos?
6. Você estuda onde e faz que curso?

HISTÓRICO DE MILITÂNCIA E IDEÁRIO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

7. Como e porque você entrou no ME? Em que período?
8. Além do ME, você participa de algum outro movimento social ou é filiado a algum partido?
9. Quais as dificuldades que você encontra na sua militância?
10. Quais as prioridades do movimento estudantil hoje?
11. Quais as prioridades que o movimento estudantil deveria ter na sua opinião?
12. Como você ver a relação entre estudante e movimento estudantil?
13. O movimento estudantil deve lutar por qual ideal de universidade?
14. Com quem o movimento estudantil deve estabelecer interlocução?
15. Qual a importância do estudante no cenário nacional?
16. Qual o papel do jovem no cenário nacional?
17. O ME estabelece interlocução com outros grupos juvenis? De que forma?
18. Hoje, a juventude vem participando de uma onda de protesto anti-globalização e altermundistas. Como você insere o movimento estudantil brasileiro nesse cenário?
19. O ME vem participando de manifestações de protesto global? Quais?

ESTRUTURA

20. Queria que tu me falasse um pouco dos... (coletivos de gênero, executivas, CUCAs, movimento estudantil clássico). O que são? Como estão organizados? Desde quando surgiram?
21. Como e porque vocês decidiram se organizar?
22. Que atividades vocês vem realizando?
23. Com que outros movimentos sociais vocês vem estabelecendo interlocução?
24. Quais suas principais lutas, bandeiras?
25. Como são definidas estas lutas dentro do... (coletivos de gênero, executivas, CUCAs, movimento estudantil clássico)?
26. Que espaços de participação existem dentro do (coletivos de gênero, executivas, CUCAs, movimento estudantil clássico)?
27. Que eventos e reuniões são mais importantes nacionalmente?
28. Qual a periodicidade destes encontros?

29. Você tem conhecimento de tendências presentes no movimento estudantil? Se sim, quais são?
30. Qual a influência que os partidos tem dentro dos (coletivos de gênero, executivas, CUCAs, movimento estudantil clássico)?
31. Em que medida, os novos coletivos que surgem favorecem a articulação do movimento estudantil e a participação dos estudantes no movimento?

2. GRUPOS, IDENTIDADES E FRONTEIRAS

2.1. EXECUTIVAS DE CURSO

32. Qual a relação do (coletivos de gênero, CUCAs, movimento estudantil clássico) com as Executivas de Curso? Existe?
33. Você sabe como elas se organizam? Você participa de alguma?
34. Qual a sua visão das Executivas de Curso?

2.2. MOVIMENTO GERAL

35. Qual a relação dos (coletivos de gênero, executivas, CUCAs) com a UNE e o movimento estudantil geral?
36. Qual sua visão da UNE?
37. Que bandeiras da UNE e do movimento geral tem ressonância no grupo que você participa?

2.3. GRUPOS DE CULTURA NO ME

38. Outro coletivo que vem com certa força desde o final da década de 90 é o coletivo de cultura. Como você vê esse coletivo? Você sabe como eles se organizam?
39. Vocês têm alguma interlocução, tem algum projeto em comum com ele?
40. Você já participou de alguma Bienal?

2.1. COLETIVOS DE GÊNERO

41. Qual a relação do (CUCAs, movimento estudantil clássico, executivas de curso) com os coletivos de gênero? Existe?
42. Você sabe como eles se organizam? Você participa?
43. Qual a sua visão deles?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)